

**MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA
MÁRCIA TAVARES CHICO
MILENA ROSA ARAÚJO OGAWA**

O R G A N I Z A D O R E S

**ANAIS DO IV ENCONTRO DISCENTE
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**



**IMAGENS,
TRAJETÓRIAS
E PODER**

2ª EDIÇÃO



Mundo
Acadêmico

MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA
MÁRCIA TAVARES CHICO
MILENA ROSA ARAÚJO OGAWA

O R G A N I Z A D O R E S

ANAIS DO IV ENCONTRO DISCENTE
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS



IMAGENS,
TRAJETÓRIAS
E PODER

2ª EDIÇÃO



Porto Alegre
2021

Copyright © 2021 dos organizadores.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.



LICENCIADA POR UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS

Atribuição - Não Comercial - Sem Derivadas 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)

Você é livre para:

Compartilhar - copie e redistribua o material em qualquer meio ou formato O licenciante não pode revogar essas liberdades desde que você siga os termos da licença.

Atribuição - Você deve dar o crédito apropriado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de maneira que sugira que o licenciante endossa você ou seu uso.

Não Comercial - Você não pode usar o material para fins comerciais.

Não-derivadas - Se você remixar, transformar ou desenvolver o material, não poderá distribuir o material modificado.

Sem restrições adicionais - Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outras pessoas a fazer o que a licença permitir.

Este é um resumo da licença atribuída. Os termos da licença jurídica integral estão disponíveis em:
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

Capa:

Casalettras

Diagramação:

Milena Rosa Araújo Ogawa

Supervisão editorial:

Milena Rosa Araújo Ogawa

Editor:

Marcelo França de Oliveira

Conselho Editorial

Prof. Dr. Amurabi Oliveira (UFSC)

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes (UFPEL)

Prof. Dr. Elio Flores (UFPB)

Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)

Prof. Dr. Francisco das Neves Alves (FURG)

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (UFPEL)

Profª Drª Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Prof. Dr. Moacyr Flores (IHGRGS)

Prof. Dr. Luiz Henrique Torres (FURG)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

An131 Anais do IV Encontro Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas: Imagens, Trajetórias e Poder / Marcelo França de Oliveira, Márcia Tavares Chico, Milena Rosa Araújo Ogawa (Orgs). 2ª ed. Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2021.

392 p.

ISBN: 978-65-89475-10-1

Bibliografia

1. História - 2. Historiografia - 3. Relatos e experiências docentes - I. Oliveira, Marcelo França de - II. Chico, Márcia Tavares - III. Ogawa, Milena Rosa Araújo - IV. Título

CDU:981

CDD:981



EDITORA MUNDO ACADÊMICO

Um selo da Editora Casalettras

R. Gen. Lima e Silva, 881/304 - Cidade Baixa

Porto Alegre - RS - Brasil CEP 90050-103

+55 51 3013-1407 - contato@casalettras.com

www.casalettras.com/academico-livros

Comissão científica

Alisson Balhego

Amanda Nunes Moreira

Arantxa Sanches Silva da Silva

Camila de Almeida Silva

Cleverton Luis Freitas de Oliveira

Daniel Barbier Leal

Dário Milech Neto

Darlan Rodrigues

Elvis Silveira Simões

Francisca Mesquita Jesus

Gabriel Carvalho Kunrath

Iago Cruz

João Gomes Braatz

José Resende Júnior

Juan Neitzke

Lênin Pereira Landgraf

Léo Araújo Lacerda

Leonardo Silva Amaral

Luana Ledermann

Lucas Marques Vilhena Motta

Marcelo França de Oliveira

Márcia Tavares Chio

Maria Clara Lysakowski Hallal

Matheus Barros da Silva

Mauricio da Cunha Albuquerque

Milena Rosa Araújo Ogawa

Nádia Coelho Kendzerski

Natália Pinto

Patrícia Duarte Pinto

Renata Barbosa Porcellis da Silva

Sara Schneider de Bittencourt

Sinara Veiga Faustino

Thiago Cedrez da Silva

INTRODUÇÃO

Este Anais apresenta um pouco das reflexões desenvolvidas no *IV Encontro Discente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)* do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O evento é realizado bianualmente, e no ano de 2019, as turmas de mestrado e doutorado do PPGH-UFPel, realizaram sua quarta edição, cujo tema foi “*Imagem, Trajetória e Poder*” que dialoga com as três linhas de pesquisa do Programa.

Realizado sob os auspícios do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Artes e Linguagem (CEHUS) e do ICH, de 04 a 06 de dezembro de 2019, nos turnos da manhã, da tarde e da noite, foram realizados minicurso, palestra, conferências e treze simpósios temáticos.

O evento contou com a aprovação de 86 trabalhos completos com temáticas amplas interdisciplinar e multidisciplinar, de alunos da graduação e pós-graduação, dos cursos das áreas de História, Sociologia, Letras, Arquitetura e Urbanismo, Artes Visuais e Educação das seguintes instituições: Instituto Federal Sul-Rio-Grandense de Pelotas e de Farroupilha, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), da Universidade de São Paulo (USP), da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS) e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Agradecemos à Profa. Dra. Loredana Ribeiro, ao Prof. Dr. Edison Cruxen e ao Prof. Dr. Fernando Seffner pelas conferências e palestra. Ressaltamos que a realização do evento só foi possível, cabe ressaltar, ao empenho das/os organizadores dos Simpósio Temático, e à elas e eles o nosso mais sincero agradecimento, nominalmente: Profas. Mas. Márcia Chico e Maria Clara Hallal (*Cultura Visual e Midiática*); Profa. Ma. Amanda Moreira e Profa. Patrícia Duarte Pinto, (*Ensino de História: as relações entre a universidade e a escola*); Profa. Dra. Natália Pinto e Profs. Alisson Balhego, José Resende Jr. e Júlia da Silva (*Escravidão e Liberdade*); Profa. Me. Renata da Silva e Profas. Arantxa da Silva, Sara Bittencourt e Sinara Veiga (*Gênero e História das Mulheres: Resistência, Trajetórias e Saberes*); Profs. Ms. Elvis Simões e Thiago da Silva e Profas. Caroline da Silva e Luana Ledermann (*Mundos do Trabalho*); Profa. Ma. Milena Ogawa e Prof. João Braatz (*Entre “Orientes” e “Ocidentes” da História Antiga*); Prof. Me. Mauricio

Albuquerque e Profs. Léo Lacerda e Lucas Motta (*Idade Média(s) e Medievalismo(s)*); Profs. Dr. Marcelo de Oliveira, Me. Dário Milech Neto e Profa. Francisca Jesus (*Políticas, Estados e Poderes*); Prof. Me. Daniel Leal e Prof. Juan Neitzke (*Identidades, memórias e patrimônios*); Prof. Me. Matheus Barros (*Teoria e Historiografia: um debate que segue*); Profa. Ma. Camila Silva, Prof. Me. Cleverton de Oliveira e Prof. Darlan Rodrigues (*Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul: Estado, poder e resistência*); Profs. Gabriel Kunrath, Iago Cruz e Nádia Kendzerski (*Micro-história: entre biografias e trajetórias*).

Esperamos que todas/os se sintam incentivados para continuarem participando desse evento que vem se consolidando na área discente de História do extremo sul do país, demonstrando reflexões de pesquisas inéditas, de qualidade e novos desafios frente ao momento de sólidos ataques a área das humanidades. Desejamos uma boa leitura!

As organizadoras e organizador

Prof. Dr. Marcelo França de Oliveira
Profa. Ma. Márcia Tavares Chico
Profa. Ma. Milena Rosa Araújo Ogawa

PROGRAMAÇÃO

04.12. 2019 - Quarta-feira

Manhã (9-12h)

Simpósio Temático: “Escravidão e Liberdade” (Mini-auditório 1, CEHUS)

Simpósio Temático: “Identidades, memórias e patrimônios” (Mini-auditório 2, CEHUS)

Tarde (14-18h)

Simpósio Temático: “Mundos do Trabalho” (Mini-auditório 1, CEHUS)

Simpósio Temático: “Políticas, Estados e Poderes” e “Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul: Estado, poder e resistência” (Mini-auditório 2, CEHUS)

Simpósio Temático: “Teoria e Historiografia: um debate que segue” e “Micro-história: entre biografias e trajetórias” (Mini-auditório 3, CEHUS)

Noite (19-22h): Conferência de Abertura

“A Hora é entender mais para temer menos”: sobre desobediências, caminhos e movimentos da crítica feminista na academia”

Profa. Dra. Loredana Ribeiro (UFPel)

05.12. 2019 - Quinta-feira

Manhã (9-12h) Palestra

“Liberdade de ensinar e liberdade de aprender: o ensino de História e a garantia do direito à educação”

Prof. Dr. Fernando Seffner (UFRGS)

Tarde (14-18h)

Simpósio Temático: “Cultura Visual e Midiática” (Mini-auditório 1, CEHUS)

Simpósio Temático: “Ensino de História: as relações entre a universidade e a escola” (Mini-auditório 2, CEHUS)

Simpósio Temático: “Gênero e História das Mulheres – Resistência, Trajetórias e Saberes” (Mini-auditório 3, CEHUS)

Noite (19-22h)

Simpósio Temático: “Entre ‘Orientes’ e ‘Ocidentes’ da História Antiga” (Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga – LECA, sala 134, ICH)

06.12. 2019 - Sexta -feira

Manhã (9-12h) minicurso (Mini-auditório 1, CEHUS)

“Aplicação da teoria da interseccionalidade e a influência dos estudos de diáspora na prática historiográfica”

Mestrando José Resende Júnior (UFPEl)

Tarde (14-18h)

Simpósio Temático: “Entre ‘Orientes’ e ‘Ocidentes’ da História Antiga” (Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga – LECA, sala 134, ICH)

Simpósio Temático: “Idade Média(s) e Medievalismo(s)” (Mini-auditório 1, CEHUS)

Noite (19-22h): Conferência de Encerramento

“Representações imagéticas do demônio: uma milenar trajetória entre o poder do medo e a diversão”

Prof. Dr. Edison Cruxen (UNIPAMPA).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
Marcelo França de Oliveira, Márcia Tavares Chico e Milena Rosa Araújo Ogawa	
PROGRAMAÇÃO	7
SIMPÓSIO TEMÁTICO: “CULTURA VISUAL E MIDIÁTICA” Márcia Tavares Chico e Maria Clara Lysakowski Hallal	
GÊNERO E SEXUALIDADE NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS – O RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DOCENTE E DISCENTE	18
Artur Rodrigo Itaquí Lopes Filho; Adriana Silva Da Silva	
AS REPRESENTAÇÕES DO PRESIDENTE JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO NAS PÁGINAS DO JORNAL DO BRASIL (1979)	23
Fábio Donato Ferreira	
ENTRE ÁGUAS, VOZES E SOMBRAS: BREVE ESTUDO SOBRE LITERATURA E SOCIEDADE À LUZ DA OBRA DE JOSEPH CONRAD	26
Giovana da Rosa Carlos; Vinícius de Oliveira Motta	
TV INSERVÍVEL: MÍDIA E CULTURA DE MASSA NAS ARTES VISUAIS	29
Joana Schneider; Helene Gomes Sacco	
O RETRATO DE MACHADO DE ASSIS E O RACISMO ESTRUTURAL BRASILEIRO	35
Leonardo Tajés Ferreira	
HOLLYWOOD CONSTITUIU-SE COMO CONSTRUTOR DA ENGENHARIA IDEOLÓGICA DOS ESTADOS UNIDOS AO LONGO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, NOS EXEMPLOS DE HANGMEN ALSO DIE! E THE NORTH STAR ..	40
Maicon Alexandre Timm de Oliveira	
ESTILOS DE VIDA E SOCIABILIDADES EM SANTA ROSA/RS (1940-1980) ATRAVÉS DE FOTOGRAFIAS	45
Maira Eveline Schmitz	
DE PRINCESA A ESPIÃ: UMA ANÁLISE DE CINDERELA EM AS MAIS BELAS FÁBULAS	49
Márcia Tavares Chico	
A LENTE DA PEREGRINA: AS MULHERES “CARANGUEJEIRAS” SOB A ÓTICA DE MAUREEN BISILLIAT	53
Maria Clara Lysakowski Hallal	
REPRESENTAÇÕES NAS IMAGENS FOTOGRÁFICAS DO COLETIVO FEMININO PLURAL	57
Rossana Klippel de Souza José	

TRANSFORMANDO CULTURA POP EM MATERIAL CIENTÍFICO: A BRUXINHA
SABRINA SPELLMAN EM UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA.....61
Sara Schneider de Bittencourt

**SIMPÓSIO TEMÁTICO: “ENSINO DE HISTÓRIA: AS RELAÇÕES ENTRE A
UNIVERSIDADE E A ESCOLA”**

Amanda Nunes Moreira e Patrícia Duarte Pinto

EDUCAÇÃO HISTÓRICA – A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NO
COTIDIANO DA SALA DE AULA.....67
Amanda Nunes Moreira

A APRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA EM UMA COLEÇÃO DE LIVROS
DIDÁTICOS DO HISTORIADOR GILBERTO VIEIRA COTRIM PNLD/EM (2008 -
2015).....72
Anelise Domingues da Silva Abraão

O “SER PROFESSOR (A)”: A FORMAÇÃO DOCÊNCIA EM ESPAÇO NÃO
TRADICIONAL.....76
Douglas Ferreira dos Santos e Milena Rosa Araújo Ogawa

IMAGENS: ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA.....79.
Patrícia Duarte Pinto

SIMPÓSIO TEMÁTICO: “ESCRAVIDÃO E LIBERDADE”

Alisson Balhego, José Resende Jr., Natália Pinto e Júlia da Silva

EM BUSCA DE MINHA LIBERDADE E DE MEUS ATRASADOS: AÇÕES DE
LIBERDADE EM CANGUÇU (1885).....84
Alisson Barcellos Balhego

“O CASO DE ANDRÉ E LINO” AS CRIANÇAS NEGRAS E A CRIMINALIDADE
(PELOTAS-RS, 1854).....88
José Ricardo Marques Resende Júnior

CRIME E FAMÍLIA.....92
Julia Vanessa Andrade Da Silva

“E RECEBENDO DELA INGRATIDÕES, APAIXONOU-SE A PONTO DE
ASSASSINAR”: RELAÇÕES DE GÊNERO NO COTIDIANO DE MULHERES
ESCRAVIZADAS E LIBERTAS NA PELOTAS OITOCENTISTA.....95
Natália Pinto

**SIMPÓSIO TEMÁTICO: “GÊNERO E HISTÓRIA DAS MULHERES:
RESISTÊNCIA, TRAJETÓRIAS E SABERES”**

Sinara Veiga, Arantxa da Silva, Sara Bittencourt e Renata da Silva

MULHER COMO OBJETO ERÓTICO ATRAVÉS DO JORNAL O RIONU (1909).....100
Andrieli Paula Frana

A REPRESENTAÇÃO DA SUPER-HEROÍNA EM JESSICA JONES E ALIAS.....	106
Arantxa Sanches Silva da Silva e Aristeu Elisandro Machado Lopes	
A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA: ANÁLISE DE ENTREVISTA COM IDOSA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA E DA HISTÓRIA ORAL.....	111
Carolina Feitas De Oliveira Silva e Luana Costa Bidigaray	
MANICÔMIOS, LOUCURA E GÊNERO: BREVES APONTAMENTOS TEÓRICOS.....	114
Dienefer Vianna	
FEMINICÍDIOS: UM ESTUDO SOBRE MORTES DE MULHERES OCORRIDAS EM PELOTAS-RS (2014-2019).....	118
Elisiane Medeiros Chaves	
PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS E RESSIGNIFICAÇÃO DE UM ESPAÇO HISTORICAMENTE MASCULINO NA CIDADE DE PELOTAS/RS.....	123
Juliana Lima Castro	
ENTRE FEMINISTAS E HOMOSSEXUAIS: LÉSBICAS FEMINISTAS.....	128
Larissa Pinto Martins	
MEMÓRIA E TRAJETÓRIA DE MULHERES DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR: AS DIFICULDADES DO TRABALHO COM MEMÓRIAS.....	131
Sinara Veiga Faustino	
SIMPÓSIO TEMÁTICO: “MUNDOS DO TRABALHO	
Elvis Simões, Caroline da Silva, Luana Ledermann e Thiago da Silva	
A TRAJETÓRIA DO JUIZ MOZART VICTOR RUSSOMANO E SUAS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO BRASILEIRA.....	135
Camila Martins Braga	
DO TRABALHO A PRISÃO: A FORMAÇÃO DE UM SINDICALISTA RIOGRANDINO.....	140
Elvis Silveira Simões	
O ESTADO BRASILEIRO FRENTE AO PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO: DA PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO À LEGITIMAÇÃO.....	145
Mariuza Toledo Pinheiro	
“DO CAIS PORTUÁRIO AOS NAVIOS”: APONTAMENTOS SOBRE A HISTORIOGRAFIA DO TRABALHO PORTUÁRIO NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 1980 A 2016.....	150
Thiago Cedrez da Silva	

SIMPÓSIO TEMÁTICO: “ENTRE “ORIENTES” E “OCIDENTES” DA HISTÓRIA ANTIGA”

Milena Rosa Araújo Ogawa e João Gomes Braatz

DANÇA E MÚSICA NA ICONOGRAFIA DA CERÂMICA GREGA NO PERÍODO GEOMÉTRICO.....156

Ariane Regina Bueno da Cunha e Camila Diogo de Souza

NERO COMO ARTISTA PRESENTE NAS MOEDAS ROMANAS (54-68 d.C.).....161

Carolina Kesser Barcellos Dias e Caroline Melo Armesto

MEDEIA - RELAÇÕES DE PARENTESCO: REALIZAÇÃO DO GÊNERO.....164

Darcylene Pereira Domingues

ASPECTOS DA ICONOGRAFIA DE DIONISO NA CERÂMICA ÁPULA (SÉC V E IV A.C)168

Fábio Vergara Cerqueira e João Pedro Vitoriano Fabri

ESPARTA E O ORIENTE ENTRE OS PERÍODOS ARCAICO E CLÁSSICO.....173

Gabriel Cabral Bernardo

TÁLIA HOMENAGEIA EURICO NA PLANÍCIE DE TÍTIRO: FRONTEIRAS IDENTITÁRIAS E TERRITORIAIS NA POESIA LAUDATÓRIA DA GÁLIA DO SÉCULO V EC A PARTIR DA EPÍSTOLA 8.9 DE SIDÔNIO APOLINÁRIO.....177

Gabriel Freitas Reis

CAÇANDO BRUXAS HOJE E NA ROMA ANTIGA:

UMA ANÁLISE COMPARADA A PARTIR DA LITERATURA LATINA.....183

Gabriel Paredes Teixeira

A CRIAÇÃO DA CIDADE DE ATENAS A PARTIR DA MITOLOGIA.....186

Isadora Lebedeff Camargo

“SUBJUGARAM MAIS POVOS QUE ALEXANDRE, ESPECIALMENTE MENANDRO”: A CONSTRUÇÃO GUERREIRA DO REI MENANDRO I (160-130 AEC).....190

João Gomes Braatz

NÃO NOS ESQUEÇAMOS: SOMOS APENAS MULHERES.....195

Jussemar Weiss Gonçalves

O CORO: MODELO POLÍADE DO FEMININO?.....200

Lisiana Lawson Terra da Silva

OMITODEPIRRO–DIVERGÊNCIAS ENTRE SÓFOCLESE A ICONOGRAFIA.....203

Luís Giovani Adamoli Castro

TRAGÉDIA GREGA: RITUAL E POLÍTICA.....208

Matheus Barros da Silva

A AÇÃO POLÍTICA DO HOMEM ARISTOCRATA ROMANO NO SÉCULO I D.C.....	211
Milena Rosa Araújo Ogawa	
O SISTEMA DE LICURGO: O AGÔGÉ E A BIOPOLÍTICA ESPARTANA.....	216
Ricardo Barbosa Da Silva	
MITO, GÊNERO E TRANSCULTURALIDADE NA REPRESENTAÇÃO DA HEROÍNA ATALANTA NA HIDRIA CAERETANA COPENHAGEN 13567.....	219
Thirzá Amaral Berquó	
ESTUDO DE CASO: POSIDO, A FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE ICONOGRÁFICA CLÁSSICA.....	224
Vander Gabriel Camargo	
SIMPÓSIO TEMÁTICO: “IDADE MÉDIA(S) E MEDIEVALISMO(S)”	
Mauricio Albuquerque, Lucas Motta e Léo Araújo Lacerda	
A UTOPIA DA PUREZA CÁTARA.....	230
Adrienne Peixoto Cardoso e Edison Bisso Cruxen	
JOGOS E MEDIEVO: IMAGENS QUE EVOCAM A MORTE EM APOCALIPSIS: HARRY AT THE END OF THE WORLD.....	233
Bárbara Denise Xavier da Costa	
CAROLÍNGIOS E NÓRDICOS NO SÉCULO XXI: ANÁLISE DE UMA RECEPÇÃO DO CERCO À PARIS (SÉC.IX) NA SÉRIE TELEVISIVA VIKINGS.....	238
Gregory Ramos Oliveira e Mariana Barbosa Leite	
UMA BREVE ANÁLISE SOBRE À MAGIA: A PARTIR DO ADVERSUS HAERESES DE IRENEU DE LIÃO.....	243
Jessica Espirito Santo Da Silveira	
“SABIENDO LAS MANERAS DE VENÇER”: ASPECTOS DA “IGLESIA MILITANT” NO SETENÁRIO DE ALFONSO X.....	246
Léo Araújo Lacerda	
“A ESPADA É ALMA DO GUERREIRO”? O IMAGINÁRIO DO SAMURAI NA HQ SAMURAI SHIRÔ.....	251
Lucas Marques Vilhena Motta	
A IMPORTÂNCIA DE PEDRO ABELARDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO DA SUA ÉPOCA.....	255
Maria Ida Hellebrandt	
O HERÓI DO POVO, O REI DESAPARECIDO E O MISTERIOSO CAVALEIRO NEGRO: AS VÁRIAS FACES DE RICARDO I NO ROMANCE “IVANHOE” (1819), DE WALTER SCOTT.....	260
Mauricio da Cunha Albuquerque e Daniele Gallindo Gonçalves Silva	

HONRA NAS SAGAS ISLANDESAS: O PROJETO DE UM ESTUDO DE CASO ACERCA DE VÍGA-GLÚMS SAGA E THÓRDAR SAGA HREDU.....264
Ricardo Hammes Stone

O URBANO EM THE WITCHER III: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS CIDADES MEDIEVAIS NO JOGO.....268
Vinicius Ibeiro Leitzke

SIMPÓSIO TEMÁTICO: “POLÍTICAS, ESTADOS E PODERES”

Marcelo de Oliveira, Dário Milech Neto e Francisca Jesus

OS “NUCAS RASPADAS” E A RESISTÊNCIA À ESCRAVIDÃO: HISTÓRIAS SILENCIADAS NA PRINCESA DO SUL DURANTE O SÉCULO XIX.....272
Cristiane Bartz de Ávila

JUVÊNIO PEREIRA: UM BANDIDO SANTIFICADO (1852 – 1886).....276
Dário Milech Neto

O BRASIL EM LIQUIDAÇÃO: UM ENSAIO SOBRE A CONSTRUÇÃO E MANIPULAÇÃO DA MEMÓRIA SOBRE UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO.....281
Francisca Mesquita Jesus

“ABAIXO A MONARQUIA!”: LIDERANÇA POLÍTICA, PROPAGANDA E CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA EM PELOTAS (1880-1895).....286
Jéssica Rodrigues Bandeira Peres

ANGELINA GONÇALVES: A TECELÃ AINDA LEMBRADA EM RIO GRANDE.....291
Lênin Pereira Landgraf

O PODER E A HISTÓRIA: A TRAJETÓRIA DE JOSÉ VECCHIO.....295
Leonardo Silva Amaral

OS JORNAIS RIO GRANDE DO SUL E ECO DO SUL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A RIVALIDADE DISCURSIVA POLÍTICO-PARTIDÁRIA ENTRE DOIS PERIÓDICOS SUL-RIO-GRANDENSES.....300
Marcelo França De Oliveira

OITAMARATYE A CRIAÇÃO DA DIPLOMACIA FEDERATIVA NA DÉCADA DE 1990.....304
Nairana Karkow Bones

SIMPÓSIO TEMÁTICO: “IDENTIDADES, MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS”

Prof. Me. Daniel Leal e Prof. Juan Neitzke

IMIGRAÇÃO TRANSNACIONAL E AS “REDES SOCIAIS”: ESTUDO DE CASO DA IMIGRAÇÃO PALESTINA EM PELOTAS- RS (1948-1980).....308
Caroline Atencio Medeiros Nunes

QUEERMUSEU E OS DESAFIOS DE UMA HISTÓRIA COM GÊNERO NO TEMPO PRESENTE.....312
Daniel Barbier

MEMÓRIAS SOBRE A REPRESENTATIVIDADE DO PROFESSOR PAROQUIAL.....	318
Elias Kruger Albrecht	
MEMÓRIA XAVANTE: RELATOS DO CAMPEONATO BRASILEIRO DE 1985.....	323
Juan Neitzke	
“EU DIGO GUERRA PATRIÓTICA”: MEMÓRIA “POR TABELA” (OU UMA GEOPOLÍTICA DA MEMÓRIA SOVIÉTICA).....	327
Lúcio Geller Junior	
PROJETO EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMBANDA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL.....	333
Marina Ribeiro Cardoso	
A SERRA DA BARRIGA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MERCOSUL....	337
Rayanne Matias Villarinho	
A PRESERVAÇÃO DAS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS PADRÃO VFRGS ANOS 30-40.....	341
Renan Rosso Bicca e Ana Lúcia Costa de Oliveira	
PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E MEMÓRIA: O CASO DA USINA TERMOELÉTRICA CANDIOTA I.....	346
Rosilene Oliveira Silva e Ana Lúcia Costa de Oliveira	
A CRUZ DO REVERENDO MEEM E OS SÍMBOLOS LITÚRGICOS NA IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL (1889 – 1922).....	349
Ruan da Silveira Isnardi	
SIMPÓSIO TEMÁTICO: “TEORIA E HISTORIOGRAFIA: UM DEBATE QUE SEGUE”	
Matheus Barros da Silva	
A PESQUISA HISTÓRICA E SUAS REPERCUSSÕES NO PROJETO DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO.....	353
Franciele Fraga Pereira e Aline Montagna da Silveira	
OS AFOGADOS DO PASSO REAL: O CONCEITO DE LUTA PELA TERRA ENTRE A TEORIA E A HISTORIOGRAFIA.....	357
Pedro Vicente Stefanello Medeiros	
SIMPÓSIO TEMÁTICO: “DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL NO CONE SUL: ESTADO, PODER E RESISTÊNCIA”	
Camila Silva, Cleverton de Oliveira e Darlan Rodrigues	
ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA) EM RIO GRANDE – ESTADO E SOCIEDADE CIVIL DURANTE A DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL...	361
Cleverton Luis Freitas de Oliveira	

REVOLUÇÃO, REFORMA E CONTRARREVOLUÇÃO: SÍNTESES DE PESQUISA ACERCA DO RIO GRANDE DO SUL NO “PRÉ-64”.....365
Darlan de Farias Rodrigues

MEMÓRIAS DOCENTES SOBRE EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA NO SUL DO RS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR.....368
Suéllen de Medeiros Cortes

SIMPÓSIO TEMÁTICO: “MICRO-HISTÓRIA: ENTRE BIOGRAFIAS E TRAJETÓRIAS”

Gabriel Kunrath, Iago Cruz e Nádia Kendzerski

A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE DE GRAÇA ARANHA E A RELAÇÃO COM A IDENTIDADE NACIONAL EM SUA AUTOBIOGRAFIA.....373
Débora Priscila Graeff

“E O DE CIMA SOBE E O DE BAIXO DESCE”: AS ELEIÇÕES NA PRIMEIRA REPÚBLICA ATRAVÉS DA TRAJETÓRIA DE FRANCISCO FERREIRA DE ALBUQUERQUE.....377
Gabriel Carvalho Kunrath

“TALENTOS E VIRTUDES EM CRISES TÃO MELINDROSAS”: O PAPEL DE UM CHEFE DE POLÍCIA DO BOQUEIRÃO NA GUERRA DOS FARRAPOS.....381
Iago Silva da Cruz

LEMBRA QUE O DIÁRIO ERA ALIMENTO COTIDIANO? QUE IMPORTA A MÁ FAMA DEPOIS QUE ESTAMOS MORTOS? VIDA, MORTE, LITERATURA E ARQUIVOS EM ANA CRISTINA CESAR E SYLVIA PLATH.....384
Letícia Portella Milan

“LA COMPAÑERA ISABEL”: A MISSÃO POLÍTICA DE MARÍA ESTELA MARTÍNEZ NA ARGENTINA DURANTE O EXÍLIO DE PERÓN.....387
Nádia Coelho Kendzerski

Simpósio Temático

Cultura Visual e Midiática

Coordenadoras: Profa. Ma. Márcia Chico e Profa. Ma. Maria Clara Hallal

GÊNERO E SEXUALIDADE NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS – O RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DOCENTE E DISCENTE

ARTUR RODRIGO ITAQUI LOPES FILHO¹; ADRIANA SILVA DA SILVA².

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – artursan@gmail.com

²Instituto Federal Sul-riograndense (IFSul) – drikassilva@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo trazer o relato da experiência docente e discente da disciplina ofertada no Instituto Federal Sul-rio-grandense de Pelotas (IFSul), junto ao curso de Bacharelado em Design, intitulado: *Gênero e sexualidade nas histórias em quadrinhos*. A disciplina buscou promover uma intensa discussão a respeito da representação de gênero e sexualidade nas histórias em quadrinhos ao longo de seus anos de publicação, assim como propôs promover o entendimento de como essa mídia reforçou alguns pré-conceitos fomentados pela sociedade de suas épocas de produção, assim como, igualmente, buscou promover alguns rompimentos com (certos) paradigmas construídos ao longo da história. Tendo como base textos e histórias em quadrinhos selecionados, a disciplina atentou em promover o desenvolvimento do discernimento crítico acerca dos arquétipos e estereótipos manifestos ao longo da história das histórias em quadrinhos e munir o estudante de um conhecimento histórico/filosófico que o instigava refletir, questionar e analisar esse cenário, assim como o induziu a entender, um pouco mais, sobre essa mídia e como ela veio abordando os diferentes gêneros e o espectro da sexualidade.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. História em Quadrinhos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui no relato da experiência docente e discente vivida pelos autores enquanto ministrante e estudante da disciplina *Gênero e sexualidade nas histórias em quadrinhos*, ofertada no Instituto Federal Sul-rio-grandense de Pelotas (IFSUL), no ano de 2018, junto ao departamento de Bacharelado em Design da instituição.

A disciplina buscou promover uma breve introdução à questão de gêneros e da sexualidade e como essas foram retratadas no universo das HQs, ao longo de sua cronologia.

A disciplina em questão visou contribuir para o desenvolvimento do discernimento crítico dos estudantes acerca da representação de gênero, assim como da sexualidade, nas páginas das muitas histórias em quadrinhos produzidas ao longo de sua história cronológica.

Voltada para os estudantes do curso de design, a disciplina atentou em fomentar no estudante e, igualmente, no futuro profissional, a capacidade de pensar criticamente seu papel enquanto produtor e, muitas vezes, reproduzidor de preconceitos e estereótipos, possibilitando o repensar de sua conduta enquanto atuante no campo do design, considerando o histórico da representação de gênero e da sexualidade nas HQs.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Com o crescente estudo da cultura midiática em meio ao cenário brasileiro, os meios de comunicação do universo pop passaram a ser considerados fontes de pesquisas por deveras fecundo, tomando espaço em meio ao cenário acadêmico contemporâneo e, por consequência, contribuindo para com o desenvolvimento de reflexões acerca de diversas áreas do conhecimento. Gradualmente, as pesquisas em cultura midiática passaram a expandir seus horizontes, ganhando espaço nos programas das mais diversas instituições de ensino e pesquisa e, por consequência, promovendo uma maior abrangência de seus estudos, para além de suas áreas de origem: da comunicação, artes e design para filosofia, pedagogia, história e mais. Desenhos animados, jogos eletrônicos, filmes, seriados televisivos, histórias em quadrinhos (HQs) e outras produções, angariaram um espaço fecundo de estudos, se tornando objetos de pesquisas relevantes e

gerando trabalhos de grande qualidade. Ainda que tenham sofrido relativo preconceito nas décadas de 1980 e 1990, os estudos brasileiros acerca do universo da cultura pop, nos dias atuais, já são consolidados enquanto fontes de estudos, contando com nomes que marcam referência como: Álvaro de Moya (1977); Gelson Weschenfelder (2011); Waldomiro Vergueiro (2004); Roberto Guedes (2008) e Iuri Reblin (2015).

No âmbito internacional, os estudos em cultura pop encontram referências de maior representatividade, visto que países como os EUA possuem trabalhos e autores de grande expressão em meio ao cenário acadêmico. Isso decorre da maior flexibilidade ofertada pelo país ao desenvolver estudos em temas diversos, como a cultura da mídia e o universo pop, algo que (inevitavelmente) consolidou vanguarda e um *status* de referência internacional a produção estadunidense.

Dos muitos pesquisadores que trataram do tema em questão, a série de livros sob a coordenação de William Irwin, professor de filosofia da *King's College*, do estado da Pennsylvania (EUA), angariou destaque por abordar obras do universo da cultura pop, publicando artigos decorrentes dos estudos desenvolvidos por diversos autores de áreas distintas e que tratavam de estudos/analises acerca de um vasto conjunto de produções oriundos deste universo. Os objetos de pesquisa variavam entre bandas de música, seriados televisivos, filmes, desenhos animados, literatura popular, jogos eletrônicos, histórias em quadrinhos e mais, todos compondo a série de livros (...) and *Philosophy*, conhecidos, em português, com o título de (...) e a Filosofia. Algumas de suas obras mais conhecidas são: *Simpsons e a filosofia* (2007); *Metallica e a filosofia* (2007); *Super-heróis e a Filosofia* (2009), *X-men e a Filosofia* (2009), *Watchman e a filosofia* (2009), *Batman e a Filosofia* (2009), *O Hobbit e a Filosofia* (2012); *Superman e a filosofia* (2014), dentre outras; todas abordando a cultura da mídia através de uma perspectiva filosófica.

Tratando do processo de promover uma leitura filosófica da produção midiática, o autor publicou, também, o livro: *Introducing philosophy through pop culture* (2011), onde defende a cultura pop contemporânea como fonte de estudos para compreendermos o mundo, tendo nas produções um vasto conjunto de representações entendidas como forma de entendimento das ocorrências vividas. Nesse sentido, o produto da cultura pop consistiria em uma representação do mundo, filtrado pela lente de um determinado contexto.

Tendo em vista esse movimento, a disciplina ofertada tratou de abordar o debate contemporâneo em torno das políticas de gênero e sexualidade, tendo as HQs e as representações nelas manifestas, como problematizadores. A partir das HQs, cronologicamente abordadas, passamos a observar o contexto de sua produção e a maneira pela qual os gêneros passavam a ser representados, assim como a maneira pela qual a sexualidade passava a ser explorada.

RESULTADOS

As aulas foram ministradas a partir dos seguintes procedimentos: exposições orais e dialogadas; discussões sobre os conteúdos a partir de textos, histórias em quadrinhos selecionados, filmes e imagens.

Enquanto avaliação da disciplina, houve dois momentos distintos, mas igualmente complementares: 1) A leitura interpretativa de uma personagem das HQs escolhida livremente pelos estudantes. Cada um buscou apresentar a história que circundava a criação e produção da personagem, sua origem ficcional e aspectos (percebidos) que compunham seu imaginário, como traços psicológicos, conduta social, conduta sexual, dentre outros. 2) Por fim, foi proposto a criação de um personagem que vise romper com os estereótipos de gênero e/ou sexualidade apresentados pelas HQs ao longo de sua

história. O projeto visou a escrita de um roteiro que descrevesse as características físicas do personagem, características psicológicas, objetivos/motivações e contextualização de seu universo de origem. Juntamente foi pedido a entrega de um esboço da personagem, sendo necessário justificar as escolhas estéticas da criação.

Assim, a disciplina discorreu seguindo o seguinte cronograma:

Aula 01	Apresentação da disciplina, da proposta de trabalho e debate acerca da questão: o que são as histórias em quadrinhos?
Aula 02	Entre apocalípticos e integrados – uma postura acerca da produção midiática (leitura do texto <i>Apocalípticos e Integrados</i> de Umberto Eco).
Aula 03	Arquétipos e Estereótipos: o que alimenta a criação? – uma maneira de pensar a cultura da mídia (leitura do texto <i>Herói de Mil Faces</i> de Joseph Campbell).
Aula 04	O imaginário e suas representações – introdução ao conceito de imaginário e como ele se manifesta no cenário das representações midiáticas (leitura do texto <i>Narrativas Gráficas</i> de Will Eisner).
Aula 05	As mulheres nas Histórias em Quadrinhos e o cenário <i>pré-wonder woman</i> .
Aula 06	A segunda guerra mundial: um cenário para o protagonismo masculino? (leitura do texto <i>She can do it!</i> De Mark Fertig).
Aula 07	Então surge a <i>wonder women</i> e as coisas ficam...estranhas (leitura do texto <i>Shazam</i> de Alvaro de Moya).
Aula 08	Apresentação – leitura interpretativa de uma personagem
Aula 09	Fredric Wertham e a Sedução dos Inocentes – o temor acerca da influência das histórias em quadrinhos (leitura do texto <i>Escola para o Crime</i> do Wertham).
Aula 10	O Comic Code Authority – Millie the Model, Lois Lane e Batgirl como herdeiras do Macarthismo.
Aula 11	Então Stan Lee cria o Homem Aranha e as coisas ficam...estranhas...mais uma vez.
Aula 12	E os X-Men falam sobre um mundo que teme o "diferente" (leitura do texto X-Men e a filosofia de Willian Irwin).
Aula 13	Enfim a sexualidade entra em cena com Crepax e Manara – estereótipos reforçados ou livre expressão de uma intimidade exposta?
Aula 14	<i>V- for vendeta</i> – a distopia de uma sociedade conservadora?
Aula 15	Rompendo paradigmas com Adão Iturrugarai e Larte.
Aula 16	Alan Scott, Estrela Polar, Colossus, Constatine, Batwoman e muito mais - então a sexualidade deixa o <i>underground</i> .
Aula 17	Apresentação – criar uma personagem que represente uma quebra de paradigma
Aula 18	Apresentação – criar uma personagem que represente uma quebra de paradigma
Aula 19	Término da disciplina

Como resultado das atividades, os estudantes apresentaram leituras instigantes de personagens diversos do universo das HQs como Kamala Khan, Feiticeira Escarlate, Marjane Satrapi e mais. E como trabalho final da disciplina, a criatividade permitiu com que personagens passassem a abordar, de maneiras diversas, o paradigma do gênero e da sexualidade. Uma drag queen com o poder de influenciar o humor das pessoas, curando doenças e buscando transformar o mundo; uma mãe com o peso avantajado, super-forte

e impenetrável que, todos os dias, comete pequenos (grande) atos de heroísmo cotidiano; um personagem sem memória que narra as suas experiências, buscando descobrir quem de fato é, o leva a um mergulho em questões existencialistas; entre outros. Enfim, a disciplina permitiu a produção de personagens densos e extremamente interessantes que trazem discussões pertinentes para os dias atuais,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina atingiu o objetivo de trazer a discussão de gênero e sexualidade para o curso de design do IFSul-Pelotas, obtendo resultados muito positivos, tanto no nível da discussão teórica/acadêmica, quanto em resultado de produção. Abordando questões instigantes a partir da história das histórias em quadrinhos, os alunos se viram envolvidos e buscaram se posicionar diante do processo de representação e reprodução do imaginário do gêneros e da exploração de uma sexualidade ideal atrelado a estes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPBELL, J. **O herói de mil faces**. São Paulo: Pensamento, 2007.

DORFMAN, A.; MATTELART, A. **Para ler o Pato Donald**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

EISNER, W. **Narrativas gráficas**. São Paulo: Devir, 2005.

ECO, U. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FERTIG, M. **Take that, Adolf! The fighting comic books of the second war!** Seattle: Fantagraphics Books, 2017.

GOODNOW, T.; KIMBLE, J. (ORG). **The 10cent war – comic books, propaganda, and World War II**. Mississipi: University Press of Mississipi/Jackson, 2016.

GUEDES, R. **A era de bronze dos super-heróis**. São Paulo: HQ maniacs, 2008.

HAJDU, D. **The ten-cent plague – the great comic-book scare and how it changed américa**. New York: Picador, 2008.

HOUSEL, R.; WISNEWSKI, J. (ORG). **Os x-men e a filosofia**. São Paulo: Madras, 2009.

HOWE, S. **Marvel Comics a história secreta**. São Paulo: Leya, 2013.

IRWIN, W.; JOHNSON, K. (ORG). **Introducing philosophy through pop culture**. Malden: Wiley-Blackwell, 2017.

LEPORE, J. **A história secreta da Mulher Maravilha**. Rio de Janeiro: Bestseller, 2017.

MAZUR, D.; DANNER, A. **Quadrinhos – história moderna de uma arte global**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

McCLOUD, S. **Entender el comic – el arte invisible**. Buenos Aires: Astiberri, 2016.

MORRIS, M.; MORRIS, T. **Super-heróis e a filosofia**. Rio de Janeiro: Madras, 2005.

REBLIN, I. **O alienígena e o menino**. Jundiaí: Paco, 2015.

WERTHAM, F. **Seduction of the innocent**. New York/Toronto: Rinehart, 1954a.

WERTHAM, F. **Revistas em quadrinhos – guia para a delinquência**. In. Seleções do reader's digest. Rio de Janeiro: S/E, (Maio) 1954b.

WESCHENFELDER, G. **Filosofando com os super-heróis**. Porto Alegre: Mediação, 2011

AS REPRESENTAÇÕES DO PRESIDENTE JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO NAS PÁGINAS DO JORNAL DO BRASIL (1979).

FÁBIO DONATO FERREIRA¹

¹Doutorando em História – PUCRS – Bolsista CAPES - fdonatoferreira@gmail.com

Resumo: No presente artigo, pretendo desenvolver um pouco do humor gráfico presente no *Jornal do Brasil*, em especial no traço dos cartunistas Chico Caruso e Ziraldo, durante o período de reabertura política no governo de João Batista Figueiredo (1979 - 1985) focando mais no primeiro ano de sua posse e repercussões. A produção caricatural foi muito ampla em nosso país, desde o Segundo Reinado (1840-1889), o período da Ditadura Civil-Militar (1964 - 1985), as perseguições e punições do regime fizeram com que a autoridade não fosse contestada tão abertamente, os periódicos da época, principalmente os de grande alcance, buscavam ironizar outros setores do poder em suas críticas ácidas. Nos últimos anos de autoritarismo, com anistias e reabertura política, charges mais ousadas apareceram em jornais, principalmente com a imagem do então presidente Figueiredo. Busco por meio do *Jornal do Brasil*, achar a ligação entre a mensagem editorial, a charge, e o próprio alvo das críticas apresentadas. O conceito de Frank Ankersmit (1945) sobre representação presente *A Escrita da História* (2012) mostrará o retrato da época como uma referencia que contrapõe enunciados verdadeiros e coloca a ótica e visão de mundo do artista como sua lente para a crítica e mensagem a ser apresentada.

Palavras-chave: Imprensa. Ditadura. Charges.

INTRODUÇÃO

A figura do último presidente militar sempre esteve envolta a um ar misto de mistério e deboche. Figueiredo fazia um tipo de cavaleiro rude. Tentava transparecer a imagem de um sexagenário ainda atlético, levantava pesos, se deixava fotografar apenas de sunga como traje de esporte. Andava a cavalo, hipismo sempre foi uma grande paixão, e por este motivo ganhou o apelido de “O Cavaleiro Branco”, alcunha muitas vezes depois utilizada como deboche do general. Por trás dessa faceta atlética existia um homem com problemas sérios de coluna, que não podia sequer fazer seus saltos com obstáculos, um presidente que já havia enfartado muito antes de assumir o cargo de maior importância no país. Um regime moralista que não impedia o militar de seduzir garotas fora do casamento.

O general chefiava o gabinete militar, durante o governo Médici (1969 – 1974) sempre fumando seu Parliement e de óculos escuros, a imagem que ainda existia na mente de muitos, assim como do cartunista Ziraldo, que sempre o retratou em suas charges com óculos escuros.

Os presidentes brasileiros sempre foram formais em suas conversas, ou tiveram-nas formalizadas pelos jornalistas que se encontravam com eles.[...] Figueiredo, contudo, era desbocado até por escrito, em papéis de serviço. Quando a Associação de Docentes da Unicamp lhe telegrafou protestando contra a expulsão de um professor, ele despachou: "Vão à merda" – (GASPARI, 2016. p 74).

O coloquialismo que Figueiredo mantinha em suas conversas nada tinha de formal, uma mudança na história dos presidentes de nosso país, que deixava sua imagem ainda mais caricata. O vocabulário informal voltaria apenas com o presidente Luiz Inácio da Silva, que pela forma diferenciada de se expressar também foi alvo de paródias e brincadeiras em seu período de mandato.

Os chistes com sua imagem já começavam antes mesmo de sua posse, sendo o preferido por Ernesto Geisel para ser seu sucessor, mesmo com a ala radical de militares preferindo o ministro do Exército Sílvio Frota, Figueiredo já estava escolhido cerca de dois anos antes da troca presidencial. A piada que corria no Planalto, era uma brincadeira com o filme de sucesso do momento Star Wars:

Poucas vezes uma brincadeira política teve um desfecho tão contundente e inesperado quanto à identificação de Figueiredo com o herói intergaláctico Luke Skywalker, de

Star Wars. Depois do sucesso do primeiro filme da série, circulou no palácio do Planalto uma brincadeira segundo a qual Figueiredo seria o cavaleiro Skywalker, protegido e orientado pelo sábio Obi-Wan Kenobi (Golbery) e pelo robô R2D2 (Heitor Ferreira), na sua luta contra Darth Vader (Frota, com as forças malignas do radicalismo militar). O primeiro filme chegou aos cinemas meses antes da demissão do ministro do Exército. O segundo, que apareceu em 1980, com Figueiredo na Presidência, revelou que Luke Skywalker era filho de Darth Vader (GASPARI, 2016. p. 24).

O ditador assume o cargo máximo no país já destinado a prosseguir com o legado de Geisel, uma abertura política que não foi formulada por ele, mas que acreditava piamente, e mesmo fazendo uma imagem linha-dura, não contava mais com o AI-5¹, descontinuado um ano antes se assumir a presidência. As mudanças na estrutura do regime se concretizariam ainda mais com a Lei da Anistia para ex-presos políticos da ditadura, mesmo que parcialmente no primeiro momento, que poderiam fazer com que o último presidente militar fosse marcado na história, como quem abriu as portas para a democracia, mas não. Terminou seu mandato pedindo que o esquecessem, e no num ato de egoísmo se recusou a passar a faixa presidencial a José Sarney deixando o palácio momentos antes por uma porta lateral².

Os seis anos que precederam a democracia no país, foram ricos, cheios de mudanças e acontecimentos, somados de alguns fracassos acumulados o governo ajudaram a montar uma figura presidencial quase que folclórica, um militar já sem os poderes ditatoriais em suas mãos, um bufão que foi ridicularizado por diversos periódicos e por grande parcela da população. Ele pede para ser esquecido, mas a persona que encarnou durante seu mandato persiste no imaginário de quem viveu a época.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

O conceito de representação que uso em minhas análises é do historiador e filósofo holandês Franklin Rudolf Ankersmit, uma das principais referências para a discussão contemporânea sobre história e historiografia, além de um grande pesquisador e teórico sobre a escrita da história e suas linguagens. Ankersmit mostra que para a referência de qualquer “objeto” do mundo, somos obrigados a “escolher exclusivamente” algo do nosso alvo para produzirmos uma representação. Os objetos são algo único e podemos atribuir certas propriedades para que a representação seja possível, e nunca conseguiremos mostrar ela como um todo, como é vista a olho nu. Se a escolha para representar remeter ao enunciado real, consideramos a menção, descrição ou até mesmo pintura/desenho como verdadeira, caso contrário, falsa.

A comicidade é relevante na discussão da grande imprensa e sobre a censura na época ditatorial brasileira. Segundo Henri Bergson (1859-1941), o cômico tem função social, a risada é produto da inteligência. Rimos de pessoas que ignoram os próprios defeitos, rimos porque gostaríamos de eliminar os defeitos da outra, um dos motivos pelos quais as figuras públicas como políticos são tão alvo das charges. Vemos humor em tudo que pode se tornar um obstáculo à vida em grupo, à função social do riso é castigar a rigidez dos costumes. O cômico então poderia surgir em períodos de grande repressão como uma forma de crítica às autoridades, muito além do riso. A comicidade surgiria assim para que a mensagem fosse facilmente digerida pela população, que espera da charge algo engraçado.

RESULTADOS

¹ Ato Institucional Número 5, decreto da ditadura militar que instaurou uma censura prévia em músicas, cinema, teatro, televisão e jornais. Além da suspensão de *habeas corpus* por crimes de motivação política.

² Situação citada por Elio Gaspari em introdução de seu livro *A Ditadura Acabada*. P 17

É difícil catalogar e selecionar charges que atacam a figura de João Baptista Figueiredo já em seu primeiro ano, pois são muitas. Conforme as charges levantadas, podemos responder algumas questões. Como a dos artistas que colaboraram como expressão significativa para o que se denomina o fim da ditadura civil-militar. As críticas feitas ao último presidente/ditador são de extrema importância, e mostram todos os nuances dessa reabertura. Elementos que são explorados e denunciados pelos chargistas com suas ferramentas de humor ácido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O personagem que o presidente acabou criando se torna quase folclórico, conhecido por não esconder o humor quando irritado, e também por frases que até hoje repercutem nas conversas sobre o período como sua fala sobre a reabertura política: "*é para abrir mesmo e quem não quiser que abra, eu prendo e arrebento. A minha reação agora vai ser contra os que não quiserem abertura*"³, ou até mesmo que preferia cheiro de cavalo ao cheiro da própria população brasileira⁴. É personagem central e importante nestes momentos finais da ditadura empresarial-militar brasileira, e que querendo ou não, as charges políticas se aproximavam e até se confundiam com o último general que comandou o país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANKERSMIT, Frederik R. **A escrita da história:** a natureza da representação histórica. Londrina: EDUEL, 2012.

BERGSON, Henri. **O riso:** ensaio sobre o significado do cômico. 2. ed. Lisboa, Guimarães Editores, 1993.

BUENO, Eduardo. **Brasil:** uma história - A incrível saga de um país. São Paulo: Ática, 2002.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Acabada.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

Documentos Eletrônicos:

Acervo *Jornal do Brasil:*
<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&hl=pt-BR> Acessado em:
08/10/2017.

³ 'Jornal do Brasil, 16 outubro de 1978.

⁴ Brasil: uma história, por Eduardo Bueno, página 383.

ENTRE ÁGUAS, VOZES E SOMBRAS: BREVE ESTUDO SOBRE LITERATURA E SOCIEDADE À LUZ DA OBRA DE JOSEPH CONRAD

GIOVANA DA ROSA CARLOS; VINÍCIUS DE OLIVEIRA MOTTA

Graduanda em História - Universidade Federal de Santa Maria – giovanarcarlos@gmail.com

Mestre em História - Universidade Federal de Santa Maria – viniciusmotta@outlook.com

Resumo: Pretendemos aliar os conhecimentos adquiridos durante as aulas, leituras e debates realizados na disciplina de África B do curso de História da Universidade Federal de Santa Maria às múltiplas contribuições da literatura em finais do século XIX e começo do XX. Se o passado está sob um contínuo nevoeiro, cabe ao historiador encontrar os feixes de luminosidade difusa, que escorrem, constantemente, em direção ao solo e refletem em nossos olhares atentos e inquisitivos, repletos de perguntas dedicadas à ampulheta. Para atingir tal finalidade historiográfica utilizaremos o livro “O Coração das Trevas” do autor Joseph Conrad como uma fonte histórica, com o objetivo de extrair da narrativa literária aqueles aspectos que de captar os aspectos sociais, culturais, políticos que circundam as narrativas literárias e que são por elas mencionados, abordados e debatidos. Desse modo, buscamos dialogar com uma série de fontes bibliográficas, que nos auxiliam na compreensão, interpretação e reflexão sobre a fonte histórica e o contexto que a subjaz. Além disso, pretende-se compreender melhor a trajetória do autor e o impacto desse aspecto em seus escritos. Portanto, durante o texto buscaremos aprofundar conteúdos históricos, sociais e culturais por intermédio de um mergulho nas águas agitadas de um romance. Dando voz à uma literatura que nunca conseguiu escapar do tempo¹ que a permeava, uma literatura que compõe a temporalidade histórica e é por ela composta, simultaneamente.

Palavras-chave: Literatura. História. Congo.

INTRODUÇÃO

Se o propósito dos historiadores é o de buscar feixes de vida presentes nas “sepulturas” documentais dos mortos nada melhor do que a literatura para revelar-nos os anseios, as paixões, as dores, os medos que moveram ou paralisaram, distanciaram ou aproximaram as pessoas – estes sujeitos históricos plásticos e indeterminados – que marcam o solo e a atmosfera com seus vestígios, saudades e desapontamentos. A literatura é um sussurro de vozes e pensamentos humanos soterradas pelo abismo do tempo, mas que podem ecoar depois da morte, podem falar depois que as mãos dos escritores apodrecem. Os mortos nos dizem muitas coisas através dos seus livros. A literatura é movida – em certo sentido - pelo pavor do esquecimento, pelo desejo de imortalidade, pela ânsia heroica que nos persegue e impulsiona. Escreve-se para não morrer. Há obras que permanecem pulsando além do corpo limítrofe de seus autores e existem obras que são ignoradas, esquecidas ou desvalorizadas. Há também os porquês de um livro ser ou não ser publicado, de uma obra ser ou não ser debatida. Ser ou não ser era uma questão essencial para Hamlet. Continua sendo para nós em pleno século XXI.

Nessa lógica, o presente trabalho insere-se no campo de estudos da História Cultural. A proposta de aprofundamento teórico busca analisar três eixos temáticos. Primeiramente, a abordagem de alguns aspectos da vida do autor Joseph Conrad, refletindo sobre o que pode ter tido influência ou não sob sua forma de pensar as realidades históricas. Posteriormente, um mergulho de contextualização do romance “O Coração das Trevas” em busca de formas estéticas específicas, valores culturalmente elaborados, costumes de determinadas populações, sentimentos e práticas socioculturais compartilhadas ou marginalizadas, entre outros aspectos. O terceiro eixo consiste em investigar o contexto social e histórico em que a obra foi escrita, compreender as sociedades mencionadas por Conrad e aquelas que as circundam, interpelam.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

¹ No sentido historiográfico da palavra “tempo”, aproximando-se da clássica interpretação de Marc Bloch. O tempo histórico em que a vida humana decorre, incorporando nele todas as diversas atuações dos seres.

Neste estudo utilizamos como fonte histórica o livro “O Coração das Trevas” de Joseph Conrad, que foi publicado no começo do século XX. Realizamos leituras bibliográficas diversas, além da leitura e releitura da fonte documental literária. Nossa abordagem teórico-metodológica dialoga com autores como Roger Chartier, Alfredo Bosi, Antonio Candido e Otto Maria Carpeaux, entre outros. Cabe ressaltar, portanto, a importância de estabelecermos regimes de historicidade para os textos literários. Devemos inseri-los em seu tempo e em seu lugar por meio da investigação sobre o contexto histórico, formas de produção e divulgação da literatura, características da vivência pessoal dos autores e tantos outros elementos constitutivos de uma obra literária como “O Coração das Trevas”. Trata-se de um livro dotado de valor artístico, cultural, simbólico e de status canônico na literatura inglesa e ocidental. Um cânone não é apenas uma elaboração individual, consiste também em uma apropriação de grupos hegemônicos culturalmente, sendo elaborado por sujeitos que detém poderes.

Roger Chartier contribui para nossa pesquisa ao afirmar que (CHARTIER, 2002, p. 137) “Não há produção cultural que não empregue materiais impostos pela tradição, pela autoridade ou pelo mercado e que não esteja submetida as vigilâncias e as censuras de quem tem poder sobre as palavras ou os gestos”. Quando falamos de tradições, mercados e censuras estamos adentrando no contexto histórico que pretendemos conhecer à luz da literatura. Nessa perspectiva, Alfredo Bosi afirma que devemos – enquanto historiadoras e historiadores – realizar uma (2005, p. 317) “Leitura histórico-social do texto literário”, que consiste, fundamentalmente em compreender como, de que forma e o porquê de uma autora/autor ter escrito sobre determinadas coisas e, não sobre outras, ter abordado certos temas, ter narrados determinadas situações. Todo texto possui suas contradições internas, seus mecanismos de inteligibilidade e apreensão. Nessa lógica, até mesmo naquilo que silencia, oculta ou apaga um texto está a nos contar algo sobre sua época. No sentido das palavras de Bosi (BOSI, 2005, p. 325) “Sua capacidade de identificar nos grandes textos literários não só a mimesis da cultura hegemônica, mas também o seu contraponto”, com o intuito de captar suas contradições inerentes, seus movimentos de fissura temporal, portanto, as rupturas constituintes de todo processo histórico humano.

Portanto, a Literatura pode ser caracterizada – entre tantas outras possibilidades interpretativas - enquanto um amplo fenômeno sociocultural. Há um amplo debate sobre o que é Literatura. Porém, não caracteriza nosso objetivo entrar neste aspecto do âmbito da Teoria da Literatura. Um dos nossos objetivos consiste em refletir sobre como uma obra literária pode ser utilizada na operação historiográfica, no procedimento de recuperação do passado. Nessa lógica, entendemos que os textos de literatura são produzidos em situações históricas específicas, com estilos estéticos que diferem dentro do espectro das temporalidades. Desse modo, compreendemos os textos literários enquanto fontes históricas circunscritas em um determinado período e inscritas em determinadas espacialidades. Partilhamos da interpretação desenvolvida por Valdeci Borges, professor da Universidade Federal de Goiás (VALDECI, 2010, p. 98): “No universo amplo dos bens culturais, a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época.” Portanto, o estabelecimento da historicidade do texto literário consiste em ponto fulcral na análise historiográfica.

RESULTADOS

Joseph Conrad foi testemunha daquele complexo contexto histórico dos séculos XIX-XX na região do atual Congo e baseando-se no que vivia e lia o autor estruturou a narrativa. Ele descreve brevemente o cenário geográfico, cultural e histórico-social que vivenciou nessa passagem: “[...] A multidão selvagem de devotos obedientes, a escuridão das florestas, a cintilação do rio entre as curvas sombrias, a vibração do tambor, regular e abafada como o batimento de um coração – o coração de uma escuridão triunfante.” Por intermédio dessa frase

o autor chama nossa atenção para uma série de aspectos culturais das sociedades que o circundam. E, este é o ponto que pretendemos explorar a partir da leitura do romance de Conrad. Nessa perspectiva, vale ressaltar o caráter introdutório e inicial desta pesquisa. A proposta de estudo foi iniciada recentemente, portanto, os resultados obtidos ainda estão em processo de elaboração. O intuito inicial foi realizar um levantamento bibliográfico que possibilitasse o aprofundamento teórico-metodológico diante da fonte literária utilizada, para que, posteriormente, seja possível obtermos resultados e conclusões mais específicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro possui um tom dúbio e profundo, de caráter psicológico e reflexivo. Desse modo, a obra vai ganhando um tom de protesto contra os horrores narrados. As cenas de exploração que Marlow – uma das personagens principais do romance - testemunhara são marcantes, túrbidas, tristes e violentas. Estas descrições compõem o retrato de boa parte das experiências vividas pelos africanos em contato com os europeus. Portanto, os olhares de Marlow, em algumas passagens parecem críticos diante dos horrores da exploração, em outros momentos da narrativa revelam-se entediados e sem esperanças. O marinheiro de Conrad (Marlow) reflete – em certo sentido - o sujeito histórico em finais do século XIX: um ser fissurado, talhado e repartido por sua forma de vida moderna. Ele é uma mistura entre otimismo e tristeza, um ser que vaga entre o bem e o mal, entre a perdição do nevoeiro e a mais sublime noite enluarada. E, é no dizer de Marlow que a complexidade do livro alça seu voo mais poético e belo “Eu vi o mistério inconcebível de uma alma que não conhecia limites, fé e medo, mas lutava cegamente contra ela mesma.” (CONRAD, p. 117). A personagem luta contra si durante toda narrativa, um combate psicológico em tons refinados de literatura. E, é nesse embate que habita a maior virtude de Marlow-Conrad: denunciar as tendências regressivas, violentas e exploratórias das sociedades com a ponta da página em que habita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, A. Caminhos entre a literatura e a história. **Revista Estudos Avançados**, p. 315-334, 2005.

CHARTIER, R. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Difusão Editorial, 2ª ed, 2002.

CONRAD, Joseph. **O Coração das Trevas**. Abril Coleções. São Paulo, 2010.

VALDECI, B. História e Literatura: Algumas Considerações. **Revista de Teoria da História**. Universidade Federal de Goiás/Câmpus Catalão, nº 3, p. 94-109, 2010.

TV INSERVÍVEL: MÍDIA E CULTURA DE MASSA NAS ARTES VISUAIS

JOANA SCHNEIDER¹; HELENE GOMES SACCO²

¹Universidade Federal de Pelotas – joana.sch@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – sacco.h@gmail.com

Resumo: Neste trabalho será feita uma abordagem sobre as mídias tendo como fato gerador desta investigação uma série de trabalhos artísticos desenvolvidos a partir de um aparelho de TV retirado do setor de inservíveis da UFPel em 2017. Partindo do entendimento de que os objetos são atores sociais, procuro refletir - através da inserção da cultura de massa no campo das artes visuais - e discutir a televisão em seu potencial transformador, capaz de gerar modificações comportamentais e culturais.

Palavras-chave: Artes visuais; Televisão; Objeto/imagem.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, que foi desenvolvido junto ao Programa de Pós-graduação em Artes Visuais, na linha de pesquisa Processos de Criação e Poéticas do Cotidiano, da Universidade Federal de Pelotas, será feita uma abordagem sobre as mídias através da sua inserção no campo das artes visuais a partir dos anos 50, quando a televisão se popularizou. Serão apresentados alguns resultados de uma série de obras artísticas desenvolvidas a partir de um aparelho de TV retirado do setor de inservíveis da UFPel, em 2017. Na época, o setor de inservíveis estava localizado nas instalações da antiga Laneira Brasileira S/A, na avenida Duque de Caxias, e se constituía num galpão de amontoados para onde eram mandados todos os materiais, móveis e aparelhos descartados ou substituídos dentro da Instituição. Lá estava o televisor, modelo anos 80, que serviu de base para vários trabalhos executados em diversas técnicas, principalmente na área das artes impressas e da gravura em campo expandido - onde há um diálogo com outras linguagens. Este objeto, depois de muito explorado, passou a ser denominado *TV Inservível*. Partindo do entendimento de que os objetos são *atores sociais* (LATOUR, 2015) e através da análise dos usos da mídia e da cultura de massa no campo das artes visuais, este trabalho tem o objetivo de discutir a televisão em seu potencial transformador, capaz de gerar modificações comportamentais e culturais – podendo, inclusive, engendrar relações de imagem e poder. Neste sentido, a televisão, as mídias e a cultura visual serão discutidas pelo viés da arte, campo imagético que por estar intimamente associado às especificidades sociais e culturais de seu tempo, pode ser considerado um registro - crítico - da história.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A proposta metodológica utilizada neste trabalho foi a pesquisa teórico poética acerca das mídias, partindo da análise de obras de artistas que se apropriaram de elementos da cultura de massa nos anos 50 e 60 e da aproximação com teóricos que se interessaram pelo estudo da TV e das mídias seriadas como formadoras de subjetividade. Nos resultados, serão apresentadas duas obras produzidas a partir da *TV Inservível*, uma executada na rua, em formato painel de cartazes (Lambe-Lambe) e outra executada no Casarão 6 da Praça Coronel Pedro Osório, em formato de instalação que reproduz um ambiente doméstico: sala de TV.

A colagem *O que exatamente torna os lares de hoje tão diferentes, tão atraentes?*, do artista Richard Hamilton, é uma das primeiras, e mais famosas, imagens relacionadas ao que o crítico britânico Lawrence Alloway chamou de Arte Pop. Concebido em 1956, o pôster é a composição de uma cena doméstica, feita de anúncios tirados de revistas de grande circulação. Os anúncios são descolados de seu contexto original e transpostos para

a obra de arte, mas guardam a memória de sua origem comercial. Ao aproximar arte e propaganda, o artista dissipa as fronteiras entre arte erudita e cultura de massa. Na obra, um casal, reificado, se mistura com os atraentes objetos da vida moderna: aspirador de pó, enlatados, produtos em embalagens atraentes e, é claro, uma *televisão*. A obra de Richard Hamilton foi produzida dois anos depois da primeira transmissão pública da televisão em cores, que se deu em 1954, nos Estados Unidos. O aparelho de televisão foi criado na década de 20, mas só em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, começa a ser produzido em escala industrial. Na década de 50, o aparelho já é muito popular, está em muitas casas dos Estados Unidos e começa a se espalhar pelo mundo.



Figura 1: O que exatamente torna os lares de hoje tão diferentes, tão atraentes? Richard Hamilton, 1956.

Marshall McLuhan foi um grande teórico da comunicação, nasceu no Canadá em 1911 e acompanhou o advento dos meios de comunicação ao longo do Século XX. McLuhan foi um pioneiro dos estudos das transformações sociais e comportamentais provocadas pela revolução tecnológica, principalmente no que se refere às telecomunicações. Ele considera que os meios de comunicação são extensões dos sentidos do homem, ou seja, “Todos os meios são prolongamentos de alguma faculdade humana – psíquica ou física.” (MCLUHAN, FIORE, 1969.). Neste entendimento, todos os meios de comunicação criados pelo ser humano são instrumentos que potencializam suas capacidades e, ao potencializar estas capacidades, alteram a dinâmica de tempo e espaço, encurtando distâncias e tornando a comunicação muito mais rápida. Estas transformações acabam tendo reflexo sobre o comportamento humano, ou seja, nós transformamos o meio, mas, como resultado inevitável, o meio também nos transforma. Neste sentido, a partir dos estudos das mídias, também fica evidente que os objetos são *atores sociais*, ou seja, longe de serem passivos, os objetos são capazes de participar das relações sociais e também de transformar as pessoas e o meio.

Em seus estudos sobre a TV no ano de 1967, McLuhan concluiu: *O meio é a mensagem*. Para o autor, como o meio conduz a mensagem, o próprio meio também comunica, também é mensagem. No Brasil, o título de seu livro é *O Meio são as Massagens*. O tradutor Ivan Pedro de Martins explica que “A mensagem dirigida a massas nelas produz efeito semelhante a uma massagem condicionadora. De onde ele [McLuhan] deduz que o conteúdo não importa se não o veículo” (MARTINS, 1969). McLuhan insiste

que a TV condiciona não pelo que informa, mas por como informa. Ao desmembrar a palavra Massa-gens faz-se referência a essa ação condicionadora da TV e também a idade das massas. A partir do entendimento de que o meio é a mensagem, a TV, independente do conteúdo que comunica, seria este elemento condicionador, que massageia, que alivia a existências das massas. McLuhan foi um dos primeiros críticos da TV, mas ele não estava só, fazia parte de uma geração de estudiosos, artistas e escritores que já apontavam sobre o poder de influência da TV. O livro *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, foi lançado em 1953 – data muito próxima da colagem de Hamilton - e a adaptação do romance para o cinema, filme onde François Truffaut coloca a TV na posição de um “Deus do lar” que centraliza as relações da casa com o mundo, foi lançada em 1966 – apenas um ano antes de McLuhan declarar que *O meio é a mensagem*.

O artista Andy Warhol, integrante desta geração, também entendeu o poder da mídia no seu tempo e se apropriou da cultura de massa para produzir arte. Em 1962, a atriz Marilyn Monroe, estrela de Hollywood, com apenas 36 anos e no auge de sua carreira, tirou a própria vida. Poucas semanas após o suicídio, Andy Warhol começa sua série *Marilyn*. Igualando embalagens de Coca-Cola, mortes anônimas em acidentes de carro e mortes de celebridades (Figura 2), Warhol faz um retrato da sociedade esquizofrênica que o acolhia. Com o sucesso do cinema e da TV, a fama é muito valorizada e o artista-ator passa por um processo de desumanização, virando um produto da mídia desvinculado das características concretas e psicológicas de indivíduo: vira objeto/imagem e, tendo sua vida pessoal invadida, se transforma num constante personagem. GIANNOTTI (2009) observa que “Marilyn referia a si mesma na terceira pessoa, um modo esquizofrênico de viver onde, para virar estrela, sua imagem se desloca da mulher anônima, Norma Jean”, fato que evidencia o trauma intrínseco do sujeito visto como produto.



Figura 2: Coca-Cola (1962), Desastre de Sábado (1964), Marilyn (1962). Andy Warhol.

GIANNOTTI (2009) aponta que “a realidade para Warhol é sempre traumática e a repetição obsessiva da imagem indica uma realidade que não pode ser representada, apenas repetida”. Esta repetição utilizada por Warhol é o método de seu tempo: está nos anúncios na TV, nas notícias no jornal, nas pilhas de produtos no supermercado. Com o advento da sociedade de consumo, as mensagens iguais e sucessivas se tornaram estratégia de convencimento. Nesta época, foram feitos diversos estudos para entender o comportamento das massas a partir das drásticas modificações que estavam ocorrendo na sociedade e era de principal interesse entender o que levava as pessoas a comprar. Descobriu-se, então, que os consumidores raramente eram levados a comprar por motivos

racionais, pelo contrário, as motivações eram, geralmente, inconscientes. Constatou-se que as necessidades dependiam da *imagem que cada um tinha de si e da imagem que queria manter perante os outros*. Assim, entende-se que os anúncios repetidamente lançados na TV e em outras mídias não oferecem apenas um produto para suprir uma necessidade específica, mas modelam o comportamento do indivíduo a partir da *autoimagem*. Em *Vida para o Consumo*, BAUMAN (2008) coloca que “A característica mais proeminente da sociedade de consumidores – ainda que cuidadosamente disfarçada e encoberta – é a transformação dos consumidores em mercadorias [...]”. O autor coloca que a própria subjetividade do sujeito é moldada para estar a serviço do mercado no sentido de que todos somos “treinados” para a atividade de consumo com a ilusão de que, ao consumir, alcançaremos a *identidade individual*. Neste sentido, fica evidente que a Marilyn e a Coca-Cola de Warhol e os personagens do lar atraente de Hamilton figuram numa mesma categoria social: a de produto/objeto/imagem.

RESULTADOS

O aparelho televisão encontrado nos Inservíveis gerou uma série de trabalhos que se utilizam das artes impressas justamente pela possibilidade de cópia, a facilidade de repetição e de criação de padrões. A repetição é uma constante nos trabalhos realizados com a *TV Inservível*, isso se deve ao tipo de técnica utilizada, mas sobretudo ao interesse pelo processo de massificação e serialismo da mídia.

No *Lambe-Lambe televisivo* (Figura 3), de 2017, foi utilizado o Xerox e a colagem para a produção de um painel no espaço externo do Centro de Artes da UFPel. A repetição envolvida no processo de colagem é tão importante quanto a reprodução da própria imagem, pois há, ao mesmo tempo, uma relação com o *trabalho alienado* e com a *publicidade repetitiva* formadora de subjetividade – dois polos mantenedores da sociedade de consumo. Apesar das mudanças nas mídias ocorridas rapidamente nos últimos anos, a repetição continua sendo um aspecto central na nossa realidade e a TV é aqui utilizada mais como um símbolo da mídia seriada, do que como detentora exclusiva da difusão de informações massificadas. Aspecto importante do trabalho posto na rua é que o mesmo fica à mercê das ações do tempo e das atividades expressivas humanas. Curiosamente, ao longo de sua existência efêmera, o painel de TVs se tornou um plano de fundo para anúncios – cartazes divulgando serviços, festas, eventos, protestos. Os cartazes, muito antes da televisão, já eram importantes replicadores e difusores de informações. Depois dos grandes avanços tecnológicos, além de ocuparem as ruas, os cartazes são amplamente divulgados no meio digital.



Figura 3: Lambe-Lambe televisivo. Xerox. 2017.

A primeira transmissão televisiva do Brasil foi realizada em 1º de junho de 1950. Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), lançada em fevereiro de 2018, das 69,3 milhões de residências do Brasil, 97,2% possui pelo menos um aparelho de TV. Ou seja, este aparelho entrou em praticamente todos os lares

brasileiros e, inevitavelmente, tornou-se membro da família. Buscando a reprodução de uma sala, espaço doméstico organizado a partir da TV, foi criada a instalação chamada *Obra televisiva sem título* (Figura 4), exposta na [2N]CÔMODO mostra de arte contemporânea, realizada em 2017. Uma sala totalmente vermelha, inúmeras figuras de TV estampas em serigrafia, o aparelho televisor ligado, “fora do ar”, chiando, fazendo barulho. O ambiente tem um caráter opressivo e visa causar um impacto sensorial e psicológico no espectador, apesar de ser uma tentativa de reprodução de um ambiente - em tese - acolhedor das casas.



Figura 4:Obra televisiva sem título. Instalação. 2017.

Há tensão, mas a imagem “fora do ar” atrai a atenção, convida o espectador a sentar-se, a mexer nos botões. Espectador do nada, pois só há TV. Só há o meio. TV repetida várias vezes. Mesmo chiando constantemente, com a imagem chuviscada, não funcionando adequadamente, o objeto TV convida as pessoas a se organizarem ao seu redor, ela chama o olhar, é convidativa, é aconchegante, é companhia, é o nosso lar. Mas *O que exatamente torna os lares de hoje tão diferentes, tão atraentes?* A instalação, abrigando a TV, torna-se um espaço de distração, um espaço onde não há convívio, há sim pessoas que, isoladamente, se distraem – a própria TV é a mensagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marshall McLuhan fez seus estudos na década de 60, porém diz muito sobre nosso tempo e a nossa forma massiva de comunicação. A televisão ainda tem grande poder na nossa sociedade, isto é certo, porém, mesmo com o advento das novas tecnologias, a fórmula continua sendo praticamente a mesma: basta entender o *meio* para recuperar o caráter sedativo da mídia. Das obras realizadas com a *TV Inservível*, resta o questionamento: será que chegamos ao tempo em que ficar horas olhando para o *feed* da rede social no celular é o mesmo comportamento obsessivo que nos permite ficar absorvido por uma TV que só chia? Talvez. O certo é que distraídos pelo meio, vamos absorvendo informações repetidas, por vezes falsas, até a exaustão. Estas informações, de tantas vezes repetidas, acabam virando verdades, definindo necessidades e moldando comportamentos que servem às forças econômicas e às relações de poder. O excesso e a fragmentação de informações são mecanismos de esquecer. E o sujeito que esquece é o mesmo que entra na sala vermelha para se perder no meio da "mensagem" condicionadora proporcionada pela TV. Mas na TV só há chiado. Tanto faz, o cidadão trabalhou o dia todo. Agora, ele só quer sentar e descansar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GIANNOTTI, Marco. **Breve história da pintura contemporânea**. São Paulo: Claridade, 2009.

LATOUR, Bruno. **Uma sociologia sem objeto?** Observações sem a interobjetividade. Revista-Valise, Porto Alegre, v. 5, n. 10, ano 5, dezembro de 2015.

MCLUHAN, Marshall. FIORE, Quentin. **O meio são as massa-gens**. Tradução: Ivan Pedro de Martins. Rio de Janeiro: Distribuidora Recordde Serviços de Imprensa S. A., 1969.

O RETRATO DE MACHADO DE ASSIS E O RACISMO ESTRUTURAL BRASILEIRO

LEONARDO TAJES FERREIRA¹

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas – tajjes2@hotmail.com¹

Resumo: Este trabalho visa trazer reflexões a respeito do processo de ressignificação da imagem de Joaquim Maria Machado de Assis no ano de 2019, onde através da iniciativa da Faculdade Zumbi dos Palmares foi feita a colorização de um retrato de 1896 do autor, ressaltando sua ancestralidade afro-brasileira; algo que fora renegado por décadas em publicações que o retratavam como um caucasiano.

Palavras-chave: Machado de Assis. Fotografia. Racismo

INTRODUÇÃO

O período histórico brasileiro denominado de Segundo Reinado (1840 – 1889), em comparação com o Primeiro Reinado, e com o período de Regências, foi um momento de estabilidade política e econômica. O país governado por D. Pedro II passou a ser uma referência na produção cafeeira, essa que na segunda metade do século XIX começa a contar com uma mão de obra assalariada cada vez mais especializada.

Os conflitos bélicos na Europa, em razão do processo de unificação de países como a Alemanha e a Itália, fizeram com que houvesse uma massiva retirada das populações destas localidades para os países do continente americano. A região sudeste do Brasil concentrou a produção de café, sendo um dos principais destinos dos imigrantes europeus, em sua maioria italianos e alemães, e posteriormente, já no século XX, de descendência asiática. Segundo Azevedo, “a valorização do europeu como o tipo de trabalhador e cidadão ideal repousava sobre a ideia da inferioridade racial de grande parte da população brasileira” (AZEVEDO, 1987, p. 85). Após o fim da Guerra do Paraguai (1864 – 1870), há um momento de surto industrial no Brasil, em parte estimulada por Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, que pregava ideários desenvolvimentistas e abolicionistas, em favor de mudanças no modo de produção do país, ainda pautado no trabalho escravo regido pelas elites agrárias.

O fim da escravidão negra no Brasil ocorreu de modo gradativo. A Lei Eusébio de Queiros, de 1850, visava a proibição do comércio de escravos da África para o Brasil; a Lei do Ventre Livre, de 1871, previa que os filhos de escravos nascidos a partir deste ano eram considerados livres (ficando sob tutela do senhor de escravo até os oito anos de idade); em 1885, a Lei do Sexagenário entrava em vigor, possibilitando que os que tivessem 65 anos pudessem comprar a liberdade. Por fim, a Lei Áurea de 1888 foi a abolição definitiva da escravidão em território nacional.

O escritor brasileiro Joaquim Maria Machado de Assis (1839 – 1908) foi contemporâneo deste momento de transições conjunturais no país, viu tanto a Proclamação da República, em 1889, como também presenciou o processo de abolição da escravidão. Dentro da corrente do “realismo”, obras de Machado de Assis, como “Memórias Póstumas do Brás Cubas”, de 1881, e Dom Casmurro, de 1899, lançaram críticas sociais dotadas de humor e ironia, marcas que se tornaram características do autor. Machado de Assis nasceu no Morro do Livramento, no Rio de Janeiro. De família pobre, era filho de Francisco José Machado de Assis e Maria Leopoldina Câmara Machado; enquanto a mãe vinha de família portuguesa, da Ilha de São Miguel, a descendência afro-brasileira de Assis se deu pelo pai, que era filho de Francisco de Assis e Inácia Maria Rosa, ambos pardos e escravos alforriados.

Com traços mestiços, herdados de seus antepassados paternos de descendência africana, Machado teve sua imagem publicada, em livros e publicações, como uma

personalidade caucasiana. Seu retrato feito em 1896, aos 57 anos, passou por um revisionismo no ano de 2019; chamado de “Projeto Machado de Assis Real” é uma iniciativa da Faculdade Zumbi dos Palmares, de São Paulo, que visa a afirmação da negritude de um intelectual de renome nacional.

Este trabalho visa propor uma reflexão a respeito das significações atreladas ao embranquecimento de Machado de Assis no século XIX, e o significado atual da revisão de sua imagem, como também as implicações que isto pode acarretar em termos simbólicos para a população afro-brasileira.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A obra “Onda Negra, Medo Branco”, de Celia Maria Marinho de Azevedo, aponta que os abolicionistas estavam interessados em realizar uma transição ordeira do trabalho escravo para o assalariado. O negro, antes escravo, deveria ser integrado ao mercado de trabalho não através de métodos revolucionários, mas sim por um sistema reformista. Para Azevedo (1987) a grande questão que pairava entre as elites “o que fazer com o negro após a ruptura da polaridade senhor-escravo, presente em todas as dimensões da sociedade?” (1987, p. 33). Ainda sem educação formal, e com poucas perspectivas de ascender socialmente, a comunidade negra no Brasil manteve-se à margem, desempenhando funções análogas ao do período da escravidão.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) chegaram ao Brasil, entre 1871 e 1880, 219 mil imigrantes; na década seguinte atingem os 525 mil. No último decênio do século XIX, após a abolição, o total de imigrantes no país somava 1,3 milhão. Além de serem discriminados pela cor da pele, os ex-escravos se tornam indesejados na paisagem urbana do século XX. O novo regime republicano não proporcionou uma democratização, ou uma inserção da comunidade afro-brasileira na lógica capitalista. O que se configurou foi um contexto social excludente e elitista, baseado no poder oligárquico que impossibilitava a mobilidade social dos mais pobres.

Dentro deste contexto de desvalorização da figura do negro na sociedade brasileira, o vínculo da negritude com atividades intelectuais, como no caso de Machado de Assis, não era bem-vista pela elite. Além de Machado de Assis, outras personalidades históricas negras tiveram suas imagens “embranquecidas” em retratos amplamente divulgados na mídia impressa, em livros didáticos, e mais recentemente, na *internet*, como: André Rebouças, Marcílio Dias, Luís Gama e José do Patrocínio.

De acordo com Aumont (1993) a fotografia possui uma multiplicidade de estruturas, compondo um processo que envolve desde a percepção fisiológica da visão humana, passando pela mecânica da luz, o processo químico ou digital, até chegar à avaliação sociológica, de compreensão dos significados e as representações estéticas de dado momento histórico. A imagem é para Aumont (1993) um objeto real, uma categoria analítica com uma multiplicidade de sentidos relacionada ao tempo-espaço. O autor acredita que a leitura da narrativa visual depende de quem produz a imagem e de quem recebe o repertório de informações. Segundo Aumont (1993, p.77) “Entram em jogo o saber, os afetos, as crenças, que por sua vez, são muitos (sic) modelados pela vinculação a uma região da história (a uma classe social, a uma época, a uma cultura)”. As imagens são, deste modo, representações da realidade que adquirem significância para a comunicação humana, onde a imagem, conforme o espaço e o tempo pode adquirir diferentes percepções e significados. Para Aumont (1993, p. 197) “a imagem existe para ser vista por um espectador historicamente definido”. Deste modo, a recepção está condicionada a fatores sociais, tecnológicos ideológicos, etc. A alteração da imagem (Figura 1) de Machado de Assis, e de outros intelectuais negros do século XIX no Brasil, tinha o objetivo de diminuir a representatividade, ou a influência afro-brasileira na

sociedade pós abolição. Por outro lado, há possibilidade de ser um recurso utilizado pelos próprios negros para se inserir nas camadas mais elitistas. Segundo Telles (2003, p. 158) “No mercado matrimonial, a pele mais branca é preferida e pessoas, especialmente mulheres, com pele mais escura são frequentemente rejeitadas”.

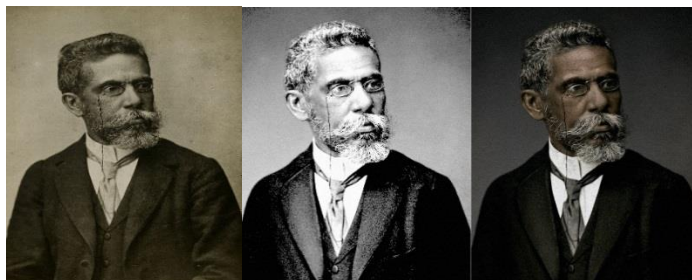


Figura 1: A imagem da esquerda é o retrato original Joaquim Maria Machado de Assis, feito em 1896. Notamos que a imagem ao lado já sofreu alterações, ressaltando a luminosidade em sua face. A terceira fotografia já realça as feições afro-brasileiras de Machado de Assis. **Fonte:** Fundação Biblioteca Nacional

A noção de mestiço como símbolo de identidade nacional passou a ser difundida na década de 1930, juntamente com a concepção de democracia racial da obra de Gilberto Freyre. Observa-se que à medida em que o mestiço, ou o negro, ascende socialmente, mais este passa a absorver os *habitus* e os signos apreciados pela comunidade caucasiana; logo, sua representação social, através de fotografias, também passa a ser embranquecida. Segundo Bourdieu (1983) podemos definir o *habitus* como “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” (BOURIEU, 1983, p. 65). Deste modo, o *habitus*, enquanto um sistema de disposições estruturadas (no social) e estruturante (na mente) é adquirido *nas* e *pelas* experiências práticas. Ao trazermos o conceito de *campo* de Bourdieu podemos aprofundar esta abordagem de inclusão dos afro-brasileiros na elite brasileira do século XIX. As ações práticas do *habitus* ocorrem na dimensão do *campo*, onde as relações subjetivas e as condições objetivas se rearranjam em um local (de regras previamente estabelecidas) de disputa de interesses, onde as ações estão pautadas pelo cumprimento das normas implícitas e explícitas. Dentro de cada tipo de *campo* há a busca, por parte de seus integrantes, pelo acúmulo de diferentes tipos de *capital social* (cultural, econômico e simbólico); no entanto, as condições e a posição ocupada no *campo* influenciam diretamente no sucesso e insucesso no *campo*.

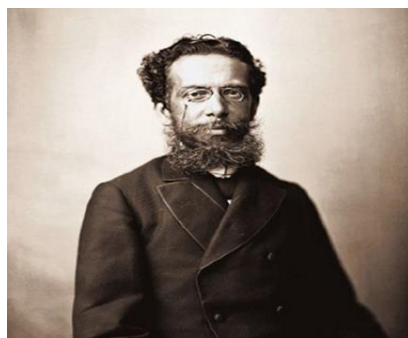


Figura 2: Retrato de Machado de Assis aos 41 anos de idade, em 1880. Notamos que também ocorre o aumento de incidência de luminosidade em sua face, ressaltando os aspectos caucasianos. **Fonte:** FERREZ, Marc.

O revisionismo da imagem de Machado de Assis em 2019 pode ser explicado pelo conceito de reflexividade de Anthony Giddens. Para Giddens (1991) a modernidade é um conjunto de costumes e organização social que emergiu na Europa no século XVII e que se caracteriza pela clara separação entre tempo-espaço, o que o autor define como “desencaixe”. A reflexividade seria fruto da radicalização da modernidade dentro do contexto de globalização nas últimas décadas do século XX. O autor atenta que a crítica e a auto confrontação de valores seriam constantes na sociedade. Enquanto a modernidade seria marcada pelas visões analíticas no campo do conhecimento e da difusão de informações; já na modernização reflexiva as informações são mais facilmente contestadas e refutadas pelos receptores através da *internet*. Segundo Hall (1997, p. 61) “as coisas, os objetos, os eventos do mundo não têm, neles mesmos, qualquer sentido fixo, final ou verdadeiro. Somos nós, em sociedade, entre culturas humanas, que atribuímos sentidos às coisas”. Conforme Giddens (1991), as práticas sociais são constantemente examinadas pelo maior acesso a informações; a relação entre os termos “conhecimento”, “segurança” e “certeza”, deste modo, se perdem pela revisão, que rompe com os valores da tradição.

RESULTADOS

Amparados na teoria de Giddens (1991) consideramos que o revisionismo, e rompimento com antigas concepções do passado, ocorrem pelo processo de globalização e reflexividade. No caso da mudança da percepção da imagem de Machado de Assis, notamos que foi uma ação promovida por uma instituição que viu no contexto atual do Brasil do século XXI abertura para se propor uma ressignificação simbólica deste autor.

CONCLUSÃO

Observamos que o processo de revisionismo da imagem de Machado de Assis no contexto atual exerce importante papel para o fortalecimento e valorização coletiva da identidade em território nacional. Notamos que a imagem feita em 1896 adquire diferentes conotações: primeiro, no século XIX, com o branqueamento sendo um ideário de ascensão e prestígio social. No século XXI a alteração na imagem é entendida como uma consequência do racismo estrutural da época, sendo a coloração da imagem uma “correção histórica”; tanto é que a representação foi chamada de “Machado de Assis Real”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUMONT, Jacques. **A Imagem**. Campinas, SP; Papirus. Editora, 1993.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra Medo Branco**. O negro no Imaginário das Elites Século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

FERREZ, Marc. Retrato de Machado de Assis feito por Marc Ferrez. Acesso em 16 out. 2019. Disponível em:

https://en.wikipedia.org/wiki/File:MarcFerrez_MachadodeAssis.jpg.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

HALL, Stuart. The Work of Representation. In: **Representation, Cultural Representations and Signifying Practices**. Londres/Nova Deli: Thousands Oaks/Sage, 1997, p. 61.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.

HOLLYWOOD CONSTITUIU-SE COMO CONSTRUTOR DA ENGRENAGEM IDEOLÓGICA DOS ESTADOS UNIDOS AO LONGO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, NOS EXEMPLOS DE *HANGMEN ALSO DIE!* E *THE NORTH STAR*.

MAICON ALEXANDRE TIMM DE OLIVEIRA¹

¹Mestre em História – maicontimm16@hotmail.com

Resumo: O cinema que se desenvolverá no final do século XIX logo ganharia um espaço importante na vida dos cidadãos seja como meio de entretenimento, ou a partir de meados do século XX como um difusor de ideologias nacionais, a Segunda Guerra Mundial demonstrou essa potencialidade, Hollywood demonstrou isso através de um volume considerado de narrativas cinematográficas que abordavam o assunto, as duas narrativas cinematográficas a serem analisadas demonstram esse exemplo de cinema ideológico, sendo elas *Hangmen Also Die!* dirigido por Fritz Lang e *The North Star* dirigido por Lewis Milestone, ambas as narrativas de 1943, para tanto podemos apresentar alguns objetivos dessa pesquisa, primeiramente analisar as diferentes formas que o cinema hollywoodiano fora utilizado para cumprir esse objetivo ideológico, identificar quais foram os modelos utilizados para difundir essa proposição pelo cinema, para um primeiro momento esses dois objetivos são importantes para elucidar as razões que levaram Hollywood a realizarem essa tarefa, para um segundo momento temos os objetivos relacionados a um debate entre os filmes, procuramos identificar pontos de aproximação entre as narrativas, bem como identificar os pontos de afastamento entre as mesmas, com relação a como realizam a função de difusão ideológicas propostas pelo período. Estes são alguns pontos que a presente pesquisa tenta elucidar.

Palavras-chave: Cinema. História. Ideologia.

INTRODUÇÃO

As expressões artísticas marcaram diferentes períodos da humanidade e assim não seria diferente com uma forma artística que surgiria entre os anos finais do século XIX e início do século XX, esta seria o cinema. A invenção dessa nova arte foi atribuída aos irmãos Lumière onde: “[a] primeira exibição dessa nova arte ocorreu em Paris em 28 de dezembro de 1895” (COUSINS, 2013, p. 23). Essas narrativas cinematográficas transformariam de algum modo à visão das pessoas, seja o susto inicial ou a alegria posterior, todavia essa arte seria utilizada posteriormente como difusor de ideologias nacionais.

O cinema se constituiria como uma das principais artes envolvidas na vida das pessoas. Entretanto esta arte não permaneceu sempre a mesma, visto que ocorreram modificando ao longo dos anos trazendo novas técnicas ângulos de filmagens diferentes e formas artísticas estilos novos. Entretanto essas mudanças não ficaram restritas apenas ao cenário interno do cinema, as narrativas cinematográficas possuíam um impacto grande na vida das pessoas que esse cinema despertou um interesse diferente por parte dos Estados: “os dirigentes de uma sociedade compreenderam a função que o cinema poderia desempenhar, tentaram apropriar-se dele e pô-lo a seu serviço” (FERRO, 1992, p. 13). Essa utilização passou a ganhar destaque com o avanço dos meios de comunicação que proporcionou uma concentração maior de pessoas em frente a uma tela, possibilitando assim as condições claras de poderem influenciar as pessoas, essa nova função ganhou espaço com o ascender das guerras mundiais.

Com base nesse processo as narrativas fílmicas passaram a construir e legitimar os diferentes regimes políticos: “[o] cinema foi uma seção particularmente importante, sendo digno de atenção devido a sua grande capacidade de penetração ideológica” (FAZIO, 2009, p. 294). Toda essa nova proposição dos filmes não ficou restrita apenas a eles, uma vez que os cineastas também cumpriram um papel importante, pois seriam eles os responsáveis por transpor essas ideologias.

Possibilitando com esse novo recurso a ideologia transposta pelo cinema apresentou diferentes momentos em que esteve em destaque, podemos elencar alguns como a Revolução Russo, fator inclusive que é considerado como um dos marcos desse cinema ideológico. Os soviéticos utilizaram o cinema para legitimar e construir seu novo regime político. Um segundo exemplo ficaria a cargo do nazismo, que utilizou o cinema de uma forma parecida a dos soviéticos, já que foi utilizado para legitimar e construir uma nova nação, todavia aqui adentra uma característica inovadora desse cinema ideológico a construção de inimigos que expliquem a situação calamitosa para o momento que se vivia, os nazistas construíram seus inimigos nas figuras dos judeus, pode-se considerar que o cinema ideológico alcançou um novo patamar com a Segunda Guerra Mundial.

Por fim o caso emblemático o dos Estados Unidos, isso porque o cinema estadunidense permaneceu inerte durante os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, todavia essa postura se modifica após o atentado japonês em Pearl Harbor, o que faz com que adentrem no conflito. Esse fato leva Hollywood a produzir filmes mais ideológicos, pois Ferro afirma que “[u]ma vez declarada guerra, Roosevelt deu instruções preciosas no sentido de desenvolver um cinema que glorificasse o justo direito e os valores americanos” (FERRO, 1992, p. 32). A máquina cinematográfica hollywoodiana começava a se impor. Um dos grandes momentos desse período fora a construção negativa por parte dos estadunidenses ara com os nazistas, eles foram apresentados como cruéis e sanguinários, então surgira assim uma nação capaz de dar fim a esta guerra e levar a liberdade novamente ao mundo. Esse fora o papel ao qual Hollywood teria que cumprir, e o fez de forma notória.

Assim, o cinema possibilitaria a constituição de um novo caminho principalmente, pois “o poder da imagem se constituiu cada vez mais como a janela para um mundo temporalmente extinto e que agregava diferentes instâncias de tempo, entrecruzando passado, presente e futuro” (ROSSINI, 1999, p. 16). As narrativas fílmicas constituíram-se assim como o grande arquivo do tempo, no qual o historiador que não esteve presente pode buscar suas referências, porque “[o] cinema não se constitui fechado em si mesmo: ele permite o acesso a mundos diferentes, ao visível e ao não visível” (FRANÇA, 2002, p. 63).

Durante todo esse período, Hollywood deu origem aos mais variados tipos de filmes que abordavam a guerra. Dessa variedade de narrativas fílmicas foram escolhidos como fontes para essa pesquisa dois filmes. O primeiro deles é *Hangmen Also Die!* (Os Carrascos Também Morrem) produzido por Fritz Lang e Bertolt Brecht, lançado durante o ano de 1943 e, nossa segunda fonte, fica a cargo do filme de Lewis Milestone, também de 1943, *The North Star* (A Estrela do Norte). A escolha por essas duas narrativas seguiu uma série de fatores que visavam assim encadear as visões entre cinema e ideologia propostos por Hollywood, foram critérios então: Primeiro ambas as narrativas terem sido produzidas dentro do circuito cinematográfico hollywoodiano, independentemente do ano desde que dentro do período da Segunda Guerra Mundial. Segundo visando apresentar uma temática mais consistente delimitou-se que as narrativas não abordem questões diretas ao nacionalismo estadunidense, ou seja a temática da narrativa deve falar sobre outras nações, um fator importante pois nisso é possível observar como o cinema hollywoodiano consegue impor suas proposições ideológicas mesmo em contextos diversos. Por fim um fator que corrobora com a observação anterior, os diretores dessas narrativas devem ser estrangeiros, com isso visasse reforçar o impacto ideológico que as narrativas cinematográficas do período apresentavam ao seu público. Com esse conjunto de elementos podemos compreender como os estadunidenses souberam explorar todas as possibilidades que Hollywood tinha para difundir as ideologias nacionais.

Com base neste processo de valorização ideológica via meio cinematográfico, esse trabalho tem como objetivo: 1. Analisar as diferentes formas de utilização do cinema hollywoodiano por parte do governo estadunidense na difusão ideológica nos filmes escolhidos; 2. Compreender quais os modelos utilizados para cumprir essa intenção; 3. Identificar os pontos de aproximação e distanciamento entre os filmes com relação à forma que apresentam a ideologia estadunidenses, e, por fim, 4. Observar como os diretores representam as nações envolvidas na guerra através dos filmes escolhidos.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLOGICA

O cinema ideológico teve grande impacto durante a Segunda Guerra Mundial, independentemente do lado ou causa a que visasse reproduzir. O certo é que os cidadãos foram diretamente atingidos por essa característica, por vivenciarem um período conflitante, assim, a ideologia encontrou nas narrativas fílmicas um meio rápido e favorável para ser difundida.

Cinema e ideologia duas palavras distintas, mas que parecem ter se encontrado em um local onde não existe essa distinção, encontraram-se no terreno da linguagem, ali uma joga com a outra na tentativa de buscar um elo notório para as intenções da ideologia, pois nos filmes “as ideologias podem ser vistas como ‘sistemas de pensamento’, ‘sistemas de crenças’, ou ‘sistema simbólicos’, que se referem à ação social ou à prática política” (ZIZEK, 2013, p. 14). Isso remete a um processo de utilização de símbolos nacionais nos filmes, por isso que há nos filmes referências aos Estados, seja com uma bandeira ou até mesmo na figura de um ator importante, isso tudo com o objetivo claro de influenciar as pessoas. Desta forma, a “ideologia foi entendida como uma espécie de ‘cimento social’, e os meios de comunicação de massa foram vistos como mecanismo especialmente eficaz para espalhar o cimento” (THOMPSON, 2009, p. 11), ou seja, o meio mais fértil para atingir as pessoas.

A análise metodológica de narrativas fílmicas nessa pesquisa surge de uma síntese de outros métodos existentes, principalmente oriundas do trabalho de Rafael Quinsani. Desta forma, a metodologia proposta é pautada em quatro pontos principais, sendo eles: 1. Estilo cinematográfico, 2. Musicalidade, 3. Diálogos e 4. *Mise en scène*. Estes são os pontos que originarão as observações no momento da análise dos filmes. O estilo cinematográfico pode ser capaz de indicar ao longo do filme os principais momentos de valorização ideológica. Já a musicalidade se mostra importante, pois ela pode tanto demonstrar a valorização positiva como negativa de determinada personagem ou objeto. Os diálogos possuem seu impacto, já que é através dos mesmos que surgem a valorização ideológica expressa pelos atores através de suas falas, e por fim a *mise en scène*, visto que através dela podemos observar como toda a construção da sequência é feita a ponto de se ressaltar determinado aspecto ideológico.

RESULTADOS

Como resultado, pode-se relatar que a parte teórico-metodológica está concluída. Alguns pontos se demonstraram importantes. Para o filme *Hangmen Also Die!*, destacamos uma variedade de aspectos: primeiro lugar a construção dos nazistas como cruéis e inescrupulosos, seguidores de um louco – isso pode ser observado pela construção das figuras nazistas, pois quando surgem na tela a música se torna abominável e perigosa, suas falas são fortes e impactantes. Já a transposição da ideologia estadunidense surge no caminho inverso, uma vez que os personagens são representados como confiantes. A *Mise en Scène* contribui para isso dando destaque aos mesmos, visto que se observarmos a fora com que são enfocados pela câmera e todo o cenário que é construído a sua volta, percebemos que há destaque destes nas sequencias.

Aspectos parecidos são observados no filme *The North Star*: os nazistas, assim como na primeira narrativa fílmica, são enfocados como cruéis e sanguinários. Este filme possui uma particularidade se comparado ao anterior, já que visa de certa forma aproximar os Estados Unidos da União Soviética, já que seriam um dos primeiros longas-metragens a exaltar os soviéticos, observando que isso apenas decorre devido a circunstâncias da guerra.

Cada filme analisado apresentou particularidades bem como diferenças. Entretanto, a característica mais destacada fica a cargo da forma que constroem a imagem do nazismo é o ponto mais destacável, pois os cineastas utilizaram todos os recursos disponíveis para isso: por exemplo, a utilização de musicalidade, recursos de filmagem como ângulos que ressaltassem o que se pretendia. O capítulo que sucede as análises individuais das narrativas fílmicas apresentará uma comparação dos filmes para melhor elucidar os pontos de aproximação e afastamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após adentrar na Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos utilizaram-se de uma de suas principais armas, não em questão bélica, mas em questão de alcance: Hollywood. A produção cinematográfica estadunidense seria a arma de mais poder visto a capacidade que tinha em atingir um vasto público, tanto internamente como externamente. Por isso, os filmes hollywoodianos foram convidados a reforçar e transpor as ideologias estadunidenses, na tentativa de justificar a ideia de ser a nação escolhida para comandar a vanguarda da liberdade.

A grande inovação da pesquisa não está em sua temática, visto que há diversos trabalhos que abordam a difusão ideológica dos Estados através do cinema. O aspecto inovador está, portanto, na abordagem. Ao observarmos o processo de escolha dos filmes, isso se apresenta mais claro, pois a intenção da pesquisa é buscar a valorização ideológica em filmes nos quais os Estados Unidos não sejam o tema principal.

Sendo assim o que se visa são buscar elementos que se referem ideologicamente aos Estados Unidos em filmes nos quais o objetivo central do filme não seja abordar a nação americana. Ao observarmos a sinopse dos filmes estudados, isso fica mais nítido, visto que ambos tratam sobre a tentativa da resistência europeia de sobreviver e infringir algum tipo de empecilho ao nazismo. Além disso, a escolha pelos diretores estrangeiros corrobora com esse aspecto, tentando observar quais motivos os levaram a corroborar, de certa forma, para a difusão ideológica dos Estados Unidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUSINS, M. **História do cinema**: Dos clássicos mudos ao cinema moderno. Tradução de Cécilia Camargo Bartalotti, São Paulo: Martins Fontes, 2013.

FAZIO, A. H. P. **Crítica à Imagem Eurocêntrica**: Uma reflexão acerca das representações étnicas e culturais em Hollywood. Anais II Encontro Nacional de Estudos da Imagem, Londrina 2009, p. 293-298, 2009.

FRANÇA, A. **Paisagens fronteiriças do cinema contemporâneo**. Alceu. São Paulo, v.2, n. 4, p. 61-75, 2002.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Tradução de Flavia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GOLDWYN, Samuel; MENZIES, W. C.; MILESTONE, Lewis. **The North Star**. [Filme-Vídeo]. Produção de Samuel Goldwyn e William Cameron Menzeis, Direção de Lewis Milestone. Los Angeles, RKO Radio Pictures, 1943. Arquivo de vídeo, 108 min. P&B. son.

LANG, Fritz. **Hangmen Also Die!**. [Filme-vídeo]. Produção e Direção Fritz Lang. Los Angeles, Arnold Press Burger Films, 1943. Arquivo de vídeo, 134 min. P&B. son.

QUINSANI, Rafael. H. **A revolução em película: Uma reflexão sobre a relação cinema história e a guerra civil espanhola**. 2010. 239f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de pós-graduação em história, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ROSSINI, M. S. **As marcas da história no cinema, as marcas do cinema na história**. Anos 90, Porto Alegre, v.7, n. 12, p. 118-128, 1999.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9ª edição. Tradução do Grupo de estudos de ideologia PUC/RS. Petrópolis: Vozes, 2011.

ZIZEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. 1ª edição. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

ESTILOS DE VIDA E SOCIABILIDADES EM SANTA ROSA/RS (1940-1980) ATRAVÉS DE FOTOGRAFIAS

MAIRA EVELINE SCHMITZ¹

¹Instituto Federal Farroupilha/ Universidade Federal de Santa Maria – maira.schmitz@gmail.com

Resumo: O presente trabalho possui como tema as mudanças nos estilos de vida e nas formas de sociabilidade em Santa Rosa, região noroeste do RS, durante as décadas de 1940 a 1980 e como estas foram retratadas nas fotografias ao longo do período. O contexto histórico-cultural da cidade no período elencado está amplamente relacionado à instalação da estrada de ferro e ao crescimento da produção sojicultora na cidade. Neste trabalho busca-se explicar, de forma teórico-metodológica, as escolhas e primeiras percepções que estão sendo desenvolvidas no projeto de tese sobre a temática no PPGH da UFSM.

Palavras-chave: Santa Rosa. Sociabilidade. Fotografias.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho possui como tema as mudanças nos estilos de vida e nas formas de sociabilidade em Santa Rosa, região noroeste do RS, durante as décadas de 1940 a 1980. O contexto histórico-cultural da cidade no período elencado está amplamente relacionado à instalação da estrada de ferro e ao crescimento da produção sojicultora na cidade.

Santa Rosa está localizada no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e foi uma das últimas do Estado a receber imigrantes no início do século XX. A criação da colônia de Santa Rosa foi solicitada em 1913 pelo município de Santo Ângelo (CHRISTENSEN, 2008, p.36). Chamada de “zona rica”, o objetivo era evitar intrusos às margens da colônia Guarani, servindo de sentinelas a invasões castelhanas. Colonizada efetivamente a partir de 1914, teve seus lotes entregues a colonos, caboclos e nacionais. O núcleo da Colônia era a Vila 14 de Julho, onde foram construídas as primeiras edificações, em sua maioria casas, comércios e órgãos administrativos (CHRISTENSEN, 2008).

A colônia de Santa Rosa destacou-se pelo rápido crescimento. Tornou-se sede do município do mesmo nome em 1931 e em 1940 foi interligada às outras regiões do Estado com a construção de um ramal ferroviário. A cidade contou com a construção de duas estações ferroviárias: a primeira em Cruzeiro, em 1937, e outra na Avenida Rio Branco, em 1940. O grande volume de mercadorias que passaram a ser escoados lhe rendeu o apelido de “Ramal de Ouro”, uma clara alusão às riquezas transportadas e à cor do principal produto exportado pela cidade: a soja (IPHAE, 2002, p.178-181).

No início da década de 1950, a cidade era responsável por 71% de toda a produção do Estado (CONCEIÇÃO, p.36). A fase de maior expansão do cultivo da soja na cidade e no Estado se deu a partir de 1968, até o ano de 1975. O fator central para a expansão se relaciona com o início da mecanização da produção e pelo crescimento de uma indústria esmagadora de grãos.

A mecanização da produção agrícola efetuada neste período trouxe também mudanças materiais na organização e nas formas de viver o urbano. As próprias cidades foram alvo destes objetivos modernizantes. A partir da delimitação do tema do projeto, chegou-se ao seguinte problema de pesquisa: *Quais foram os estilos de vida e as sociabilidades urbanas desenvolvidos em Santa Rosa/RS, no período de 1940 a 1980, a partir da instalação da ferrovia e do auge da produção e mecanização da soja e como estas foram retratadas nas fotografias do período?* Neste trabalho busca-se explicar, de forma teórico-metodológica, as escolhas e primeiras percepções que estão sendo desenvolvidas no projeto de tese sobre a temática.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Partindo das tensões entre o urbano e o rural, acredita-se que o período marcou o fortalecimento de Santa Rosa enquanto cidade e a sua entrada na “modernidade” a partir do chamado “Ramal do Ouro”. De que forma, entretanto, este processo modernizante ocorreu?

As cidades do século XX, recém adentradas no cenário da modernidade e da lógica monetária do consumo, estimulam a elaboração de novos modos de ser e viver, em um processo dialético entre o material e o subjetivo, o popular e o erudito, o urbano e o rural. As grandes massas de população rural são incorporadas às novas pautas econômicas, sociais e políticas da vida moderna (GORELIK, 2005, p.121) e com isto transformam o seu fazer social e a própria percepção do que pode ser o urbano.

A aparência que as sociabilidades adquirem, neste momento, importa tanto quanto a sua forma e função. Maria Lucia Bueno explicita que o efeito de aceleração e da desagregação da vida urbana sobre o indivíduo fez aflorar uma nova sensibilidade; o que Simmel denominou como estilos de vida. O estilo de vida moderno “modela-se nas experiências da aproximação e da associação inédita entre literatura, arte, política, moda, gastronomia, decoração e as mais diversas práticas culturais, que reaparecem organizadas como práticas de consumo numa dinâmica que cada vez mais mescla arte e vida cotidiana, alta cultura e culturas populares, subjetividade e materialidade” (BUENO; CAMARGO, 2008, p. 12-13).

A realidade social é elaborada pelas condições materiais de existência, ao mesmo tempo em que transforma a própria materialidade. Dessa forma, acredita-se ser impensável falar dos aspectos materiais da cultura sem falar, simultaneamente, da imaterialidade que lhes confere existência: seus sistemas classificatórios, sua organização simbólica, as relações sociais, os conflitos de interesse (REDE, 1996, p.273).

O cotidiano – sua reprodução e produção – não ocorre somente na delimitação do lar, na vida individualizante e rotineira, nas banalidades do dia a dia. Ressalta-se: não *somente*. Isto significa que não se constituem exclusivamente das famosas continuidades, das permanências do tempo longo, mas que contêm em si as possibilidades também da transformação do social.

O corpo documental previsto para a construção da tese em geral se constitui de fotografias, associadas a jornais, materiais de divulgação da Fenasoja, mapas e plantas, telegramas e documentos oficiais do poder público (correspondências, relatórios). É fundamental, portanto, que se encontre um método, uma forma de interrogar as fontes.

No caso das fotografias, acredita-se que estas são documentos que informam sobre a materialidade e sobre os significados simbólicos de determinada cultura. A linha interpretativa escolhida para a análise das fotografias, por sua vez, considera as noções de Ulpiano Bezerra de Meneses (2003; 2005): o visual, o visível e a visão. O visual seria uma chamada “iconosfera”, com seus sistemas de comunicação visual, os ambientes visuais, a produção/circulação/consumo/ação dos recursos e produtos visuais. O visível diz respeito à esfera do poder, aos sistemas de controle, ao ver/ser visto e ao dar-se/não-se-dar a ver, aos objetos de observação e às prescrições sociais e culturais de ostentação. A visão, por fim, são os instrumentos e técnicas de observação, os papéis do observador, os modelos e modalidades do “olhar”. As fotografias, nesta perspectiva, não são puros conteúdos em levitação ou meras abstrações”, mas, sobretudo, possuem materialidade, sendo artefatos que não só representam, como também agem na vida social.

Outra metodologia de análise de imagens sugerida é a utilizada por Ivo Santos Canabarro (2011). O autor sugere seguir a noção de planos: o primeiro plano é composto pelos elementos que fazem parte da cena retratada, sua disposição no enquadramento da imagem; O plano de detalhes, que busca-se identificar as angulações, as ênfases, a

presença de outros elementos urbanos e de pessoas, enfim, o que a imagem deixa evidente e o que esconde; o plano de fundo, composto pela área que fica atrás dos elementos retratados, ou seja, a profundidade de campo; e, por fim, o plano geral, como a “conjunção de todos os planos anteriores, permitindo analisar a harmonia ou a disjunção entre a cena, o cenário e os dispositivos técnicos utilizados pelo fotógrafo” (CANABARRO, 2011, p.44).

RESULTADOS

Pretende-se compreender a mudança material nos traçados e paisagens no período e as novas sociabilidades ali empreendidas. Locais como a estação ferroviária, o cinema, os clubes, biblioteca, centros comerciais, praças, ruas e até residências, sofreram alterações morfológicas que estão intrinsecamente relacionadas com a nova fase produtiva da cidade e seu estudo leva à compreensão do crescimento urbano, evidenciando e simbolizando as disputas culturais, os centros de poder, os grupos sociais que participaram deste processo de expansão e quais foram excluídos.

As mudanças na esfera macro e do “mundo exterior” refletiram, também, em novas sociabilidades particulares. Busca-se também as sociabilidades de caráter familiar e restrito, que identificam novos estilos de vida. Houve uma lógica dialética entre as práticas sociais públicas e privadas: desde idas ao cinema, aos bailes, aos clubes, desfiles, até festas e momentos familiares. Acredita-se que tanto as relações no ambiente público urbano – ainda que muitas vezes em locais restritos e reservados –, quanto as que se dão no seio do ambiente particular, foram moldados (e moldaram) novos estilos de vida, ligados ao consumo e à busca pela modernidade.

Por fim, considerada como o ápice do novo estilo de vida santa-rosense – ligado à monetarização e à sociedade do consumo – pretende-se abordar as primeiras edições da Festa Nacional da Soja (Fenasoja). Esta feira de exposições agiu no período – e talvez aja até hoje – como a celebração da modernidade. Por outro lado, ela também encerra todas as contradições do processo de urbanização e da interlocução entre a cidade e o campo. Ao espetacularizar a mecanização e a produção da soja, por exemplo, o fazia no mesmo período em que as milenares festas agrárias, sendo uma festividade da colheita.

Acredita-se, assim, ser possível entender as mudanças pelas quais a cidade de Santa Rosa passou entre as décadas de 1940 e 1980, sem desconsiderar todas as contradições, conflitos, disputas de interesses e exclusões que este processo gerou. Tomar a cultura material e as sociabilidades como objeto de estudo permite o entendimento não só das manifestações culturais de uma sociedade, mas de vários meandros políticos e econômicos que emergem do cotidiano e moldam as relações sociais no urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sentido, ao se analisar a cidade de Santa Rosa em seu momento de auge de produção sojicultora e o início da mecanização – estágio economicamente mais desenvolvido do que as técnicas até então utilizadas para o cultivo –, há que se considerar que as práticas sociais e os estilos de vida não acompanharam, necessariamente, tal modernização com a mesma intensidade e frequência. O entendimento da construção urbana está sempre articulado com a compreensão dos elementos rurais e pré-urbanos que subsistiram.

É preciso reconhecer que, mesmo que as construções e espaços obedeçam à intencionalidade de quem os produziu, a função e projeto atribuídos podem se distanciar das construções simbólicas feitas pelos usuários daquele espaço transformado. Ao se tentar identificar e distinguir o modo como as diferenças que constituem a cidade a

significam, portanto, instiga-se sobre as interações, os encontros e os afastamentos entre os grupos sociais e o significado que estes conferem ao espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUENO, Maria Lucia. Apresentação: Cultura e Estilos de Vida. In: BUENO, Maria Lúcia; CAMARGO, Luiz Octavio de Lima. **Cultura e Consumo: Estilos de Vida na Contemporaneidade**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

CHRISTENSEN, Teresa. **SANTA ROSA: Histórias e Memórias**. Porto Alegre: Pallotti, 2008.

CANABARRO, Ivo dos Santos. **Dimensões da Cultura fotográfica no sul do Brasil**. Ijuí: Ed. Unijuí. 2011.

CANÇADO, Adriana Mello. **Majestades da Cidade Princesa: Concurso Rainha da Soja de Ponta Grossa, Paraná (1970-1980)**, 2008. Tese (Doutorado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, Paraná.

CONCEIÇÃO, Octávio Augusto C. **A expansão da soja no Rio Grande do Sul: 1950-75**. Porto Alegre: FEE, 1984.

GORELIK, Adrián. A produção da “cidade latino-americana. In: **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2005, p.111-133. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a04.pdf>. Acesso em agosto de 2017.

IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado). **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul: Inventário das Estações 1874-1959**. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

MENESES, Ulpiano B. de. Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual: balanço provisório, propostas cautelares. In: **Revista Brasileira de História**. vol.23, n.45. São Paulo: ANPUH, 2003. p. 11-36.

MENESES, Ulpiano B. de. Rumo a uma “História Visual”. In: MARTINS, José de Souza, ECKERT, Cornélia e NOVAES, Sylvia Caiuby (orgs.). **O Imaginário e o Poético nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2005.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências crescentes nos estudos de cultura material. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.4 p.265-82 jan./dez. 1996, p.265-325.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Editora Globo; Porto Alegre; 1969.

DE PRINCESA A ESPIÃ: UMA ANÁLISE DE CINDERELA EM AS MAIS BELAS FÁBULAS

MÁRCIA TAVARES CHICO¹

¹Universidade Federal de Pelotas – marciatch@gmail.com

Resumo: Os quadrinhos ainda apresentam uma grande sexualização de suas personagens femininas, as tratando de maneira diferenciada das personagens masculinas mesmo quando são as personagens principais de uma história. O presente trabalho procura analisar como a personagem Cinderela é representada em dois quadrinhos parte do arco *As mais belas fábulas*. Para tal, serão utilizados conceitos pertinentes às histórias em quadrinhos e à cultura visual, além de conceitos provenientes dos estudos de gênero.

Palavras-chave: Histórias em quadrinhos. Cinderela. Representação do feminino.

INTRODUÇÃO

Todas nós conhecemos a história de Cinderela, uma menina que, após a morte do pai, passou a viver com a madrasta que a forçava a fazer todos os serviços domésticos. Com a ajuda de uma fada madrinha, Cinderela pode comparecer ao baile real e conhecer o príncipe, eventualmente se casando com ele. Conhecemos, também, sobre o sapatinho de cristal e como ele foi usado pelo príncipe para encontrar aquela com quem havia dançado no baile. No entanto, a história de Cinderela passou por diversas modificações ao longo dos anos: desde o conto de Giambattista Basile até a narrativa animada da Disney, Cinderela percorreu um longo caminho até chegar a ser representada na série em quadrinhos *Fábulas*.

Fábulas é uma série de histórias em quadrinhos escrita por Bill Willingham, com desenhos de artistas variados, mas, predominantemente, de Mark Buckingham. A série narra a história de um grupo de fábulas, as quais são expulsas de seu reino por um antagonista desconhecido, chamado “Adversário”. As fábulas mudam-se para um condomínio de luxo em Nova York e tentam reestruturar suas vidas. Cinderela, após se divorciar do Príncipe Encantado, é vista como uma *socialite*, preocupada com sua aparência e com dinheiro. No entanto, Cinderela também é uma espiã, lidando com diversos casos que podem afetar o mundo das fábulas. Em 2012, um *spin-off* da série foi lançado, chamado *As mais belas fábulas*. O *spin-off* segue a vida das personagens femininas principais da série e é escrito e desenhado por diversos artistas.

As histórias de Cinderela, em especial as canônicas, “procuram manter uma tradição comportamental do gênero feminino, exibindo um modelo privilegiado, não havendo assim um apreço por corpos que não se encaixam dentro desses padrões” (MARTINI, 2018, p. 13). A personagem é comumente representada como uma mulher loira, magra, com boa aparência, que chama a atenção do príncipe logo de início. Mesmo que *Fábulas* e *As mais belas fábulas* quebrem com a ideia de um final feliz para Cinderela e o Príncipe, Cinderela acaba sendo representada de uma forma semelhante as suas narrativas canônicas quando se trata da aparência.

O presente trabalho tem como foco uma das obras de *As mais belas fábulas*, a história “Sobre homens e ratos”, protagonizada por Cinderela. Na história, uma raça de híbridos humano-roedores está matando fábulas bem conhecidas. Cinderela precisa descobrir de onde tais híbridos estão vindo e como pará-los antes que matem mais fábulas e, até mesmo, ela própria. Procuo analisar, através da HQ em questão, como a personagem é representada em sua feminilidade.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A mídia e os produtos de mídia exercem grande influência sobre a sociedade. Segundo Cunha, os produtos de mídia, como as histórias em quadrinhos, “tornam-se uma ferramenta útil

para a disseminação de valores ideológicos de legitimação, ou de contestação de uma determinada ordem social” (CUNHA, 2012, p. 2). As histórias em quadrinhos, em especial, são um poderoso meio para a veiculação de valores e ideias hegemônicas pois podem ser consideradas uma mídia de massa, com grande alcance na sociedade.

As histórias em quadrinhos são “testemunhos históricos de seu tempo” (NOGUEIRA, 2019, p. 7), pois permitem que as mudanças que ocorrem na sociedade sejam entendidas. As HQs se modificam com o tempo e são influenciadas pelas demandas sociais e culturais da época (NOGUEIRA, 2019). Sendo assim, são fonte para as mudanças na forma como as mulheres são vistas e representadas em uma dada sociedade e uma dada época.

As personagens femininas das histórias em quadrinhos são representadas de forma distinta das personagens masculinas. Em muitos momentos, elas são sexualizadas para satisfazer o olhar masculino, este sendo tanto o olhar do produtor da HQ e o olhar do leitor. A noção de beleza feminina que é apresentada nos quadrinhos muda dependendo da época em que a obra é produzida, assim como também muda a noção de feminilidade. O que ocorre é que o conceito de mulher, de como a mulher habita o mundo é colocado nas HQs através do olhar masculino, através de uma projeção do que é considerado, por eles, feminino (BARCELLOS, 1995). Para Nogueira, desde o início:

as histórias em quadrinhos se adaptaram e se integraram ao contexto histórico no qual estavam inseridas, sendo que os personagens e os enredos se tornam expressões dos anseios, valores, preconceitos e mesmo das frustrações de seus criadores, eles mesmos produtos de sua época. Nos quadrinhos estão as representações do real, ou daquilo no que se deseja transformar a realidade (NOGUEIRA, 2010, p. 2).

As HQs apresentam valores masculinos, o mundo masculino em primeiro lugar, o que acaba levando a uma visão unilateral do feminino. Apesar do fato das mulheres terem adentrado de forma mais efetiva o mercado das histórias em quadrinhos nas últimas décadas, a visão que predomina ainda é a masculina.

“Sobre homens e ratos” será analisada por duas perspectivas: uma mais estrutural, levando em consideração aspectos essenciais dos quadrinhos; e outra que leva em conta a percepção do que está sendo apresentado nas páginas do quadrinho, olhando, principalmente, para o discurso que é construído na narrativa.

RESULTADOS

Por questão de espaço, analisarei somente o primeiro momento em que a Cinderela espiã aparece em “Sobre homens e ratos”. Cinderela foi capturada por um bando de *trolls* durante o cumprimento de seus afazeres e se encontra amarrada em uma cadeira.

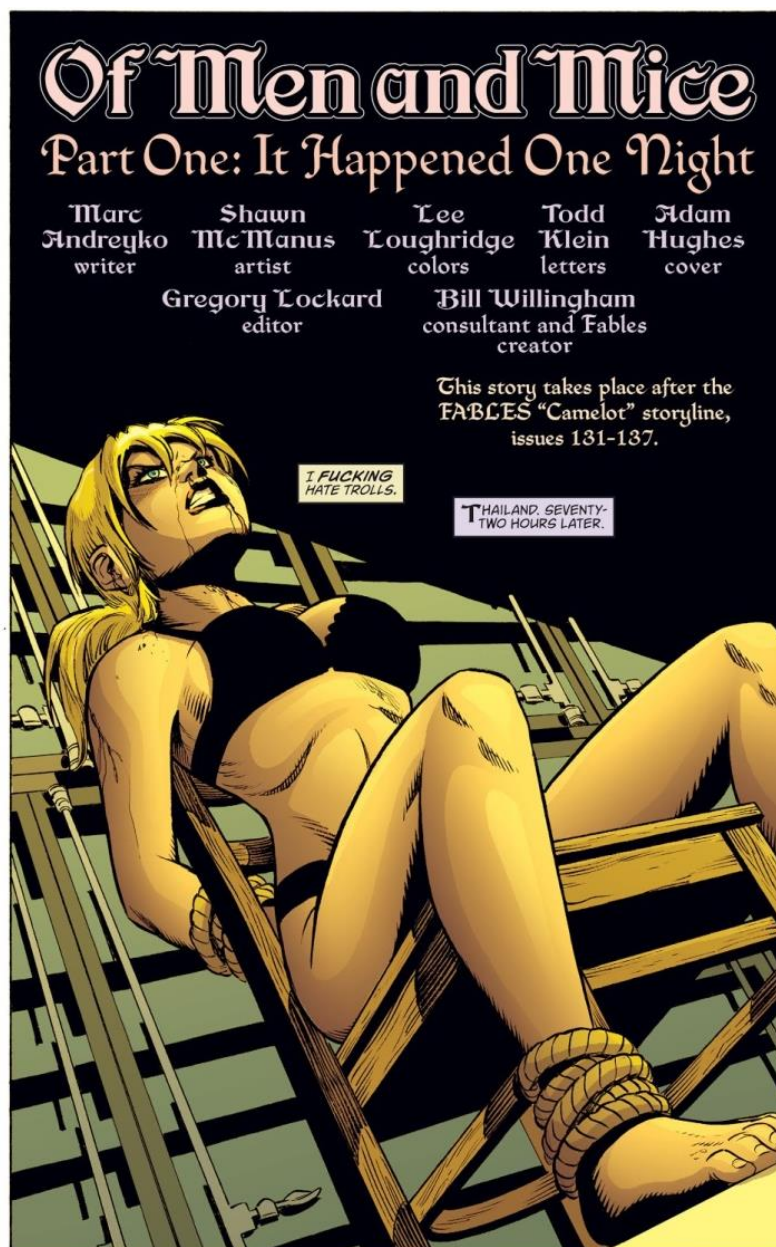


Figura 1: Cinderela amarrada por trolls
Fonte: ANDREYKO; McMANUS, 2016.

Como podemos ver na Figura 1, a primeira aparição de Cinderela como espiã se dá em um painel aberto, ocupando uma página inteira, juntamente com elementos extranarrativos, como o título e o capítulo. Também temos acesso a legendas com os pensamentos de Cinderela no momento e a narração da história. O enquadramento tende mais para o geral, com quase todo o corpo de Cinderela à vista e também uma parte do cenário. O ângulo de contra-plongée, com o olhar voltado a cima, aumenta a figura de Cinderela em relação ao todo. O ângulo também é colocado de lado, mostrando as restrições colocadas na personagem.

A junção do plano com o ângulo passa uma sensação de impotência. Cinderela está presa, sem possibilidade aparente de escape. nada no cenário a sua volta indica, também, uma maneira de se livrar de suas amarras. O ângulo chama a atenção para o corpo de Cinderela, totalmente a mercê do olhar do leitor sendo representado também apenas em sua roupa íntima. Por estarmos olhando de cima para baixo, nosso olhar é atraído para os seios da personagem.

Isso se dá também pelo contraste de cores, o preto do sutiã de Cinderela a o tom mais claro de sua pele e do resto dos elementos do cenário.

Cinderela é representada como uma mulher bonita, de corpo magro e cabelos claros, assim como nos contos de fadas canônicos. A intensidade de seu olhar não muda o fato de que ela está imobilizada e à mostra. Cinderela escapa com a ajuda de seus ratinhos, os quais roem as cordas que a prendem até que ela possa escapar.

A partir daí, algumas ideias sobre o feminino começam a ser estabelecidas. Nossa primeira visão da personagem é de vulnerabilidade, o que remete ao trópos da donzela indefesa, que precisa de ajuda para se libertar, pois não o consegue fazer sozinha. Por mais que Cinderela depois lide com seus captos por ela mesma, essa primeira impressão está presente na mente dos leitores. Seu corpo também é sexualizado, colocado ali para satisfazer o olhar masculino. O feminino é colocado como algo a ser admirado, mesmo em momentos de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cinderela não é mais uma princesa. A narrativa mostra que ela deixou os vestidos de baile, e o Príncipe, para trás e construiu uma nova vida. Para viver a vida dupla e esconder suas ações como espiã, Cinderela precisa envolver-se por elementos da feminilidade que são considerados fúteis, como roupas, sapatos e festas. O feminino que se interessa por tais elementos, na narrativa, não é considerado um feminino empoderado. O empoderamento vem a partir de elementos de mais ação, mais violência, que são normalmente ligados ao universo masculino. Mesmo assim, Cinderela ainda é uma personagem feminina para o olhar masculino. Por isso, continua sendo representada para a satisfação do mesmo, tendo sua agência tomada dela mesmo que por breves momentos para que não haja uma ruptura tão grande do que é esperado de uma personagem feminina – e do feminino em si – e das ideias do masculino do que vem a ser uma personagem feminina livre e empoderada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREYKO, Marc; McMANUS, Shawn. **As mais belas fábulas**: Sobre homens e ratos. Tradução Érico Assis/FD. São Paulo, Panini Comics, 2016.

BARCELLOS, Janice Primo. **O feminino nas histórias em quadrinhos**. Disponível em <http://www.eca.usp.br/nucleos/nphqeca/agaque/ano2/numero4/artigosn4_1v2.htm> Acessado em 29 de julho de 2019.

CUNHA, Rodrigo Moraes. História em quadrinho: um olhar histórico. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 01, 2012.

MARTINI, Viviane. **O (des)montar por um salto**: para um percurso de ressignificação do conto de fada “Cinderela”. 2018.124 f. Dissertação (Mestrado em Letras) Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

NOGUEIRA, Natania. Representações femininas nas histórias em quadrinhos da EBAL. **História, imagem e narrativas**. No 10, abril/2010. p. 1-14.

NOGUEIRA, Natania. **Uma breve história das histórias em quadrinhos**. São Leopoldo: Faculdades Est, 2019.

ALENTE DA PEREGRINA: AS MULHERES “CARANGUEJEIRAS” SOB A ÓTICA DE MAUREEN BISILLIAT¹

MARIA CLARA LYSAKOWSKI HALLAL

¹ Dotoranda em História, UFPEL – Bolsista Capes – clarahallal@hotmail

Resumo: O trabalho tem como proposta analisar as fotografias da série *Caranguejeiras*, de Maureen Bisilliat. A fotógrafa nasceu na Inglaterra, morou em vários países e fez cursos de artes e fotografias, especialmente na Europa. Chegou ao Brasil na década de 1950 e a partir disso, tornou-se fotojornalista das revistas *Realidade* e *Quatro Rodas*, da Editora Abril. Registrou um Brasil profundo e peregrinou por diversas localidades, em especial, para o sertão brasileiro onde registrou vaqueiros, mulheres em suas atividades diárias e no caso estudado, personagens femininos que trabalhavam na caça aos caranguejos. Para o momento, foram escolhidas duas imagens para analisar e observar de que forma o olhar feminino e estrangeiro de Maureen Bisilliat influenciou o ato do registro fotográfico dessas mulheres que caçavam caranguejos no mangue, em condições adversas. Como metodologia, foram utilizados os estudos de Augusto Pieroni (2003) para analisar as imagens e se chegou a algumas considerações, como o fato da fotógrafa ter um olhar diferenciado para esse Brasil “profundo” e por vezes, desconhecido dos registros visuais. Possivelmente por meio das personagens fotografadas, a fotógrafa se via naquelas crianças que conseguiam encontrar pureza e doçura em meio ao labor diário e na senhora idosa que estava no manguezal, à procura dos caranguejos. Assim, por meio do olhar de uma peregrina, foram feitos registros visuais de mulheres e crianças no seu trabalho árduo, mas, levando em conta elementos como feminilidade, força, doçura e natureza.

Palavras-chave: Maureen Bisilliat. Fotografias. Caranguejeiras

INTRODUÇÃO

Maureen Bisilliat nasceu em 1931, na Inglaterra. Seu pai era diplomata e sua mãe uma pintora. Assim, teve sua infância e juventude marcadas por constantes viagens e moradias, como a própria Inglaterra, Estados Unidos, Dinamarca, Colômbia, Argentina, Suíça e o Brasil, o que certamente teve relação com seu trabalho como fotógrafa peregrina. Fez diversos cursos de artes plásticas ao longo da década de 1950. A partir de 1960, dedicou seus estudos à fotografia, quando experimentou o fotojornalismo e viu que tal profissão permitiria peregrinar e ter contato com diferentes pessoas e nacionalidades. Sua história com o Brasil começa em 1952, mas foi em 1957 que se mudou em definitivo para São Paulo, trabalhando para as revistas *Realidade* e *Quatro Rodas* (1964-1972), da Editora Abril.

Em 1965, expõe pela primeira vez individualmente suas fotografias no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP). No ano seguinte, publicou o livro que mescla imagens e literatura, intitulado *A João Guimaraes Rosa*. Entre 1972 a 1977 viaja com frequência ao Parque Indígena do Xingu, onde realizou registros fotográficos que posteriormente serão publicados em livros de sua autoria. Em 1972, junto a outros fotógrafos, inaugurou a galeria de arte popular brasileira *O Bode*. Continuou viajando e peregrinando pelo Brasil, em busca de personagens que representam as diversas pessoas que constituem a diversidade brasileira. Em 2003, o Instituto Moreira Salles adquiriu parte do seu acervo fotográfico, e a partir desse momento, passou a organizar exposições e publicar catálogos fotográficos com suas imagens.

Ao longo dos anos, Bisilliat rompe com as convicções e o esperado para uma mulher fotógrafa da década de 1960 e conhece um outro Brasil - dos vaqueiros, o trabalho diário das mulheres do sertão, e dos indígenas Xingu. Em 1968, a serviço da revista *Realidade*, chegou à aldeia de Livramento, a 20 quilômetros de João Pessoa, Paraíba. Em tal lugar, conheceu a realidade de cerca de mil homens e mulheres que viviam da caça ao caranguejo. A fotógrafa percebeu a oportunidade de retratar essas pessoas, em especial as mulheres caranguejeiras. A série *Caranguejeiras* foi veiculada na revista *Realidade* no mesmo ano e tratou de evidenciar,

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

através dos registros fotográficos, um Brasil profundo e pouco conhecido, que era o trabalho das mulheres em meio a esse universo do manguezal. As retratadas foram registradas com dignidade, respeito e poesia, mesclando as catadoras de caranguejo com a lama. Logo, estabeleceu uma forma orgânica dos recursos que essas personagens viviam e dependiam, como se fosse um único elemento.

Dessa forma, este trabalho objetiva analisar as fotografias do ensaio *Caranguejeiras*, de Maureen Bisilliat e perceber como as mulheres que tinham como profissão “catadoras de caranguejos” foram (re)significadas no registro visual da fotógrafa. Ainda, como problemática norteadora se pretende investigar de que forma o olhar feminino e estrangeiro de Bisilliat foi representado e teve influência no seu ato de fotografar.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Este trabalho se baseia nos estudos da Cultura Visual, especialmente na análise fotográfica e para isso se delinea, primeiramente, o ato de fotografar. A autora Ana Maria Mauad (2008), afirma que o ato fotográfico, no transcurso do século XX, passou por mudanças significativas, envolvendo o circuito social, processos de produção, circulação, consumo e agenciamento da imagem fotográfica. Ainda para a autora, a fotografia resulta de um jogo de expressão e conteúdo que reúne três componentes: o autor (fotógrafo), o texto visual (fotografia) e o leitor, sendo que através desses é que a fotografia terá um sentido socialmente válido.

A partir de Mauad (2008) pode-se estabelecer que, ainda que uma imagem seja definida previamente, a composição final será conforme uma série de situações. E, além disso, após todo o processo de feitura, o pesquisador, ao analisar as fontes, deverá reconhecer que os efeitos, simulacros e artificialidades que compõem o produto final, podem ter inúmeras considerações e até mesmo feituradas, dependendo do olhar de quem fabrica e analisa a imagem.

Seguindo esse preceito, possivelmente, especialmente no caso das *Caranguejeiras*, a Maureen Bisilliat trabalhou com as suas próprias questões; identitárias (sexo, gênero e como imigrante) e como ela via esse Brasil cheio de nuances e até então, pouco representado. Assim, Vivian Castro de Miranda (2017) entende que a fotografia analisada sob o prisma de gênero, pode ser analisada sob a perspectiva do conteúdo e da intimidade da fotógrafa com as fotografadas.

Para analisar o conjunto de duas fotografias, foram utilizadas técnicas encontradas no trabalho de Augusto Pieroni (2003), que entende que a análise fotográfica deve ser dividida em: contextos internos (película, arquivos de negativo, trabalhos publicados) e externos (agenciamentos), formas (enquadramentos, planos focais, cores, linhas) e conteúdos (temas, referências intencionais, sentidos). É importante estabelecer que é invariável que as temáticas se cruzem automaticamente. Eis as imagens analisadas:



Fotografia 1: Maureen Bisilliat, Jovens e velhas pescando na lama, da série Caranguejeiras, 1968. Acervo: IMS.



Fotografia 2: Maureen Bisilliat, Jovens e velhas pescando na lama, da série Caranguejeiras, 1968. Acervo: IMS.

Na primeira fotografia pode-se observar que as retratadas são crianças, estavam soltas, brincando, e foram registradas de forma lúdica. Havia espaço para a beleza em meio ao trabalho árduo. No primeiro plano, estão as meninas e seus sorrisos e nota-se que a lama e as personagens foram fotografadas de forma que pareçam um só, como se estivessem fundidos em um próprio elemento orgânico.

A fotografia 2, tem em primeiro plano uma senhora com um instrumento para facilitar a caça aos caranguejos e a personagem está compenetrada no seu labor. O fato da imagem ser preto e branco auxilia a compreender que a retratada está tão enraizada no seu ofício que se mistura com a lama.

O trabalho perpassa as questões de gênero para compreender de que forma o olhar feminino de Maureen Bisilliat influenciou no seu ato de fotografar. Para a autora Joan Scott, trabalhar com questões de gênero é um convite a “fazer perguntas históricas” (SCOTT, 2010, p.9), uma solicitação para se pensar criticamente como corpos são produzidos e modificados, Isto é, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais, sempre levando em conta as diferenças percebidas pelos sexos. A sensação e o pertencimento de sentir-se mulher pode levar a fotógrafa a escolher determinados cenários e aspectos em detrimento de outros, como privilegiar as mulheres na caça aos caranguejos, com todas suas nuances: bravura, compenetração no trabalho, leveza e doçura das crianças.

RESULTADOS

A partir das análises fotográficas e pensando também a trajetória de vida e profissional de Maureen Bisilliat, pode-se observar que suas fotografias, especialmente a série *Caranguejeiras*, trilham novos caminhos visuais. Compreende-se que a fotógrafa peregrinava em busca de conhecer um Brasil por vezes desconhecido e também era uma forma de autoconhecimento, de buscar compreender seu papel de fotógrafa mulher e imigrante em uma sociedade diversa e composta de vários femininos.

Como observado, na década de 1960 as mulheres no labor diário da caça aos caranguejos não eram retratadas. Possivelmente mal apareciam nos registros oficiais. Assim, a fotógrafa embarcou rumo a Livramento, perto de João Pessoa (Paraíba), para retratar essas mulheres. Evidenciou mulheres e crianças trabalhando, mas também registrou brincadeiras e risos durante as atividades dessas personagens.

As fotografias podem ser compreendidas sob a forma de denúncia, visto que crianças e idosos estavam trabalhando em uma atividade considerada de alto risco. Mas, também, podem ser analisadas sob o ponto de vista de uma mulher imigrante, que ainda estava conhecendo as

profundezas do Brasil e queria retratar todos os atores sociais desse Brasil, em especial os que menos apareciam nos registros oficiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar as imagens de uma fotógrafa migrante que peregrinou por diversos países e até escolher o Brasil como sua moradia é um estudo que perpassa barreiras e lida com questões de gênero e cultura visual e como podem ser trabalhados em conjunto. Maureen Bisilliat registrou o interior desse país, o sertão e no caso estudado, as mulheres que trabalhavam na caça aos caranguejos, em uma cidade no interior da Paraíba,

Este trabalho se propôs a compreender como uma fotógrafa estrangeira transpôs sua maneira de pensar e sentir no seu registro fotográfico. A pesquisa faz parte de um escopo que envolve outras fotógrafas migrantes que registraram a sociedade brasileira entre as décadas de 1940 a 1970. Para esse momento, a pesquisa ainda está em andamento, por entender que Maureen Bisilliat tem várias obras fotográficas, algumas, inclusive fazendo relação entre fotografias e literatura e por ainda ser uma fotógrafa atuante na sua profissão, novos conjuntos visuais podem ser descobertos e analisados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FABRIS, Annateresa. **Identities Virtuais: Uma leitura do retrato fotográfico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MAUAD, Ana Maria. O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 33-50, jan.-jun. 2008.

MIRANDA, Vivian Castro. Nan Goldin: da fotografia do cotidiano à visibilidade Drag Queen. **Cadernos de gênero e visibilidade**. Vol 03, N. 03 - Set., 2017.
Disponível: <http://dx.doi.org/10.9771/cgd.v3i3.23657> Acesso: 10/12/2018

PIERONI, Augusto. **Leggere la fotografia: Osservazione e Analisi delle Immagini Fotografiche**. Roma: Edup, 2003.

SCOTT, Joan W. Gender: still a useful category of analysis? **Diogenes**, v. 57, n. 1, p. 7-14, 2010.

REPRESENTAÇÕES NAS IMAGENS FOTOGRÁFICAS DO COLETIVO FEMININO PLURAL

ROSSANA KLIPPEL DE SOUZA JOSÉ¹

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Bolsista CNPQ - rossanaklippel@gmail.com

Resumo: A pesquisa se propõe a perceber quais as representações das mulheres na coleção de fotografias em papel do Coletivo Feminino Plural (Porto Alegre/RS), entre os anos de 1996 e 2011. A relevância da proposta é verificada a partir da observação da carência de trabalhos dedicados aos potenciais de pesquisa imbuídos na cultura material e visual de grupos do movimento de mulheres no âmbito da Museologia. Analisa a coleção de fotografias através da metodologia sugerida pela bibliografia de Ana Mauad e conclui que as mulheres são representadas por um viés de presença, protagonismo e resistência. Evidencia a necessidade de preservação e difusão de acervos documentais e materiais de grupos de movimentos sociais e verifica potenciais para continuidade da pesquisa sob viés da Educação.

Palavras-chave: Feminismo. Fotografia. Representação.

INTRODUÇÃO

O Coletivo Feminino Plural, organização feminista não governamental fundada em 1996, em Porto Alegre/RS, possui vasta coleção de fotografias em papel e em formato digital. A investigação parte do intuito de reflexão sobre a produção de sentido e construção da memória através das imagens fotográficas de uma entidade que propõe, por meio de seu diálogo com o Estado e com meninas e mulheres, repensar a socialização feminina para seu empoderamento, entendido por elas como “possibilidade de dominar linguagens, símbolos, ferramentas que permitam o exercício do poder e decisão e livre circulação nos mundos público e privado” (COLETIVO,[s.d.], doc. eletr.). A pesquisa inicial culminou na análise da coleção de cerca de mil e cinquenta fotografias em papel a partir de uma abordagem qualitativa, baseada na metodologia sugerida pela bibliografia de Ana Maria Mauad (1996). O questionamento norteador da investigação foi: quais as representações das mulheres na coleção de fotografias em papel do Coletivo Feminino Plural?

Em primeiro momento, foi constatada a carência de trabalhos acadêmicos, na área da Museologia, dedicados aos acervos de cultura visual de coletivos e grupos feministas ou do movimento de mulheres no Brasil. Considerando o compromisso social da Museologia, é perceptível a importância da salvaguarda de documentos e objetos que revelam as trajetórias desses grupos de mulheres, suas histórias e lutas inerentes à materialidade que produzem ao longo do tempo.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A pesquisa contemplou, em primeiro momento, especificamente o acervo de imagens em suporte papel, que inclui a documentação dos primeiros anos de atuação do coletivo, período entre 1996 a 2011, que totaliza cerca de mil e cinquenta fotografias. Entre os meios de guarda, a maioria estava disposta em álbuns. Parte do referido acervo está classificado de acordo com temática de seu conteúdo: produção de conhecimento, história do coletivo, e ativismo, relacionados com os objetivos da entidade.

Sandra Jatahy Pesavento (2003) menciona as imagens como um dos campos da História Cultural, visto que são representações do mundo elaboradas para serem vistas e assinala que as imagens não são produzidas senão com este fim. Nesse sentido, toda imagem dá a “ler” e sua redescoberta pela História se dá pela associação, principalmente, com a ideia de representação, um dos conceitos norteadores da História Cultural. O poder mobilizador das imagens, assinalado pela autora, confere potenciais de investigação para o tema e objeto de pesquisa em questão. No caso das fotografias, o processo envolve jogo de inclusão e exclusão (KOSSOY, 2012), promovendo uma representação do real. As metodologias

propostas pela bibliografia para análise de imagens fotográficas instrumentalizam um estudo para interpretação dos processos culturais e educativos e das memórias relativas a uma das organizações feministas referenciais do Brasil, surgida como produto do contexto de redemocratização do país. O acervo institucional se apresenta como pertinente para ser pensado sob os conceitos de coleção¹, representação² e movimento social³.

A metodologia para a observação da coleção foi embasada na bibliografia de Ana Maria Mauad (1996). A autora sugere a relação entre o plano do conteúdo e o plano da expressão e a elaboração de fichas analíticas. A metodologia escolhida elenca os elementos que pertencem à ficha de análise de elementos da forma do conteúdo, principalmente, por sua relevância ao averiguar as representações suscitadas pelas imagens. As características extraídas para análise da forma do conteúdo são a agência produtora e ano, o local retratado, o tema retratado, as pessoas retratadas, os objetos retratados/atributos das pessoas/atributo da paisagem, o tempo retratado (dia/noite) e o número da foto. Para estruturação analítica final, as unidades culturais (ECO, 1974 apud MAUAD, 1996) são realocadas, conforme descreve a autora, em categorias espaciais: espaço fotográfico, espaço geográfico, espaço do objeto, espaço da figuração e espaço da vivência (evento).

Na presente pesquisa, os aspectos selecionados e adaptados para buscar responder ao problema de pesquisa são: os sujeitos (pessoas retratadas/espaço da figuração), os espaços (local retratado/espaço geográfico), as ações (tema retratado/espaço da vivência) e os elementos (objetos/espaço do objeto). Mapeados os quatro aspectos das imagens fotográficas, a análise foi feita a partir do modo como estes se inter-relacionam e suas recorrências⁴, de forma a suscitar as representações das mulheres nas imagens.

RESULTADOS

Muitas imagens são registros de momentos de mulheres do Coletivo Feminino Plural e de outros grupos alinhados ao feminismo ou, ainda, de mulheres de outros movimentos sociais mobilizados nas ruas por equidade. As passeatas, marchas, manifestações, ocupações e ações; seu registro e sua guarda podem ser relacionados à premissa de uma **mulher presente** em arena pública, como resultado das décadas de expansão do movimento de mulheres no Brasil.

Outro aspecto frequente nas imagens fotográficas é a presença da mulher especificamente em espaços de poder e decisões coletivas. As figuras femininas com frequência são mostradas em tribunas e palcos, como oradoras e em posição de destaque, questão evocada e materializada no elemento microfone, que aparece reiteradamente. A Câmara Municipal de Porto Alegre é o local do registro de muitas dessas fotografias. Uma vez presentes, se tornam **mulheres protagonistas** de suas falas e de suas lutas, buscando ter a vez e a voz sobre suas próprias demandas.

¹ “[...] qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar público”. (POMIAN, 1984, p.53).

² “[...] não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele”. (PESAVENTO, 2003, p.40).

³ “[...] uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajadas num conflito político ou cultural, baseados numa identidade coletiva compartilhada” (DIANI, 1992, p.13 apud SILVA, 2013, p. 21).

⁴ Nota metodológica: Após elencar todos os sujeitos, espaços, ações e elementos encontrados nas imagens fotográficas (em torno de mil e cinquenta), as representações que respondem ao questionamento da pesquisa foram suscitadas a partir das recorrências desses quatro aspectos e a forma como, relacionados, tornaram possíveis as contextualizações relacionadas às mulheres nas imagens. Algumas imagens foram escolhidas para exemplificar cada eixo representativo, a partir das associações interpretadas e produzidas pelos quatro itens da forma do conteúdo.

A terceira representação interpretada é a da **mulher que resiste**, dentro da pluralidade de mulheres representada. Essa representação abarca as mulheres que participam das ações internas ou externas, no alto da tribuna ou com o microfone, ou ouvindo e se articulando dentro do que está ao seu alcance, são as mulheres que ministram as oficinas, mas também as mulheres do sistema prisional que participaram delas. As integrantes do coletivo e as mulheres políticas as profissionais, as mulheres na rua, “as mulheres e as meninas”, em situações onde o elemento da roda (de conversa ou em atividades) se destaca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual seguimento para pesquisa com o referido acervo e suas imagens fotográficas é proposto para a coleção em formato digital e seus potenciais investigativos em relação a Educação. O acervo institucional se apresenta como pertinente para ser pensado sob aspectos de seus usos sociais e da educação do olhar (MAUAD, 2005) e do circuito social da fotografia (FABRIS, 1991). Guacira Lopes Louro (1992), se apoia na referência clássica de Joan Scott (1990) para abordar sobre a educação de mulheres e homens, que supõe uma construção social de sujeitos. Nesse sentido, a autora sugere uma leitura mais ampliada da educação, interessando aos estudiosos da educação também os processos que se dão para além da escola, mas que se associam direta ou indiretamente. Louro relaciona essa perspectiva da socialização/educação com “*La domination masculine*” de Pierre Bourdieu (1990), que por sua vez trata do processo de familiarização em um mundo simbolicamente estruturado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. In: **Actes de la Recherche**, 84, set. 1990.

COLETIVO FEMININO PLURAL. **Quem Somos**, [s.d.]. Disponível em: < <https://femininoplural.org.br/quem-somos/> >. Acesso em: 20. out. 2019.

FABRIS, A.. O circuito social da fotografia: estudo de caso I. In: _____. (Org.). **Fotografia: usos e funções no séc. XIX**. São Paulo: Edusp, 1991. p. 39-57.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 4. ed. amp. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2012. 179 p.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva de gênero. **Teoria e Educação**, s.v., n. 6, p. 53-67, 1992.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história, interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**, 2005, Vol. 13, n.1, p. 133-174.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. v.1 (MemóriaHistória). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 51-86

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, 16(2). Porto Alegre, Faced, UFRGS, 1990.

SILVA, Valéria Calvi Amaral. **Análise das relações entre quadros interpretativos e repertórios de ação em suas organizações feministas**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2013. 202p.

TRANSFORMANDO CULTURA POP EM MATERIAL CIENTÍFICO: A BRUXINHA SABRINA SPELLMAN EM UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

SARA SCHNEIDER DE BITTENCOURT

Mestranda em História, UFPEL E-mail: sara.alais.sb@gmail.com

Resumo: A História se percebe cotidianamente em constante movimentação. Da mesma forma com que novas tecnologias e processos comunicacionais vão sendo desenvolvidos, os historiadores e historiadoras têm o dever de, igualmente, manter sua fluidez, dinamizando seus métodos e suas fontes de pesquisa, para que assim possam abraçar as mais diversas transições humanas. A influência da cultura pop nas práticas sociais, por exemplo, tem se mostrado uma fonte rica em elementos passíveis de análise e já tem sido introduzida no ambiente acadêmico - em algumas áreas de forma mais tímida que em outras - como é o caso da História. Logo, a intensão do presente trabalho é abordar uma das possibilidades de análise que pode ser efetuada na pesquisa historiográfica envolvendo elementos midiáticos, tendo como exemplo a série *streaming O mundo sombrio de Sabrina* de 2018 e a obra que lhe inspirou *Sabrina, aprendiz de feiticeira* de 1996.

Palavras-chave: Intermedialidade. Série. Representação.

INTRODUÇÃO

Sabrina Spellman é uma das bruxinhas mais conhecidas das *sitcons*¹ americanas. Uma adolescente que vive com as tias e ao completar seus 16 anos descobre que é uma bruxa que possui poderes mágicos antes inimagináveis a ela. A série se passa no mesmo momento em que é desenvolvida - nos anos 90 - proporciona um gostoso entretenimento para o público televisivo através de tiradas humorísticas. A série é “repaginada” 23 anos depois e buscou narrativas contendo assuntos bastante politizados, o que nos faz refletir sobre o contexto em que a série é desenvolvida, sendo que compreendemos que a utilização dessas mídias é capaz de influenciar e de ser igualmente influenciada pelas práticas sociais encontradas no discurso cotidiano de seu próprio tempo.

Dessa forma, identificamos as oportunidades de análise que uma mídia pode trazer para a compreensão de como se dão as representações e construções no imaginário social das populações que desses meios se utilizam. É, portanto, a partir desse entendimento que tecemos comentários a respeito de uma das diferentes possibilidades de pesquisa historiográfica a partir da série que tem esse personagem multifacetado de Sabrina Spellman. Através de processo de rigor teórico-metodológico que temos a possibilidade de assegurar um estudo histórico que possa somar aos debates ocorridos na atual sociedade, é, portanto, a luz das pesquisas desenvolvidas por Irina Rajewsky e Claus Clüver, que trabalhamos esse processo de análise. Primeiramente com a conceitualização da teoria das mídias chamada intermedialidade, a qual ambos caracterizam-na como a comunicação e interação entre todos os tipos de mídias, os quais podem ser jornais, revistas em quadrinho, rádio, cinema, televisão, internet, etc², sendo transmissores feitos através das distâncias de tempo e espaço entre os humanos.

Para compreender melhor esse conceito e sua relação intrínseca para com os elementos trabalhados, Rajewsky irá nos apresentar três “subcategorias” desses processos intermediários. Um deles chamou de “combinação de mídias”, que consiste em diferentes mídias dentro de uma só, podemos usar como exemplo o cinema, os filmes, o teatro que apresentam múltiplas mídias para a construção de uma só, as HQs, por exemplo, seriam mídias “mixmídia”, que separadamente não fazem sentido, não alcançam coerência, não sendo autossuficientes de formas separada, logo precisam se relacionar com outras mídias de forma inseparável e indissociável³. Já as “referências midiáticas” consiste em uma mídia específica citando outras

¹ *Sitcom* é a abreviatura de *situation comedy*, termo utilizado para designar séries de televisão que contém cenas humorísticas com ambientes e personagens comuns, como grupos de amigos, familiares, locais de trabalho.

² Rajewsky, 2012, p. 52; Clüver, 2011, p. 9.

³ *Ibid.*, p. 58; *Ibid.*, p. 15.

em seu interior, como filmes que fazem referência a determinada pintura ou texto⁴. A terceira “subcategoria” Rajewsky chamou de “transposição midiática”. Ela consiste em “transformar um texto composto em uma mídia, em outra mídia de acordo com as possibilidades materiais e as convenções vigentes dessa nova mídia”⁵, o que diz respeito a forma com que uma mídia vem ao mundo, sendo a mídia “original” a que constitui a “fonte” de uma mídia (re)formada⁶.

É essa a categoria utilizada para a análise das séries exemplificadas nesse artigo, *Sabrina, aprendiz de feiticeira* e *O Mundo sombrio de Sabrina*, sendo que a série dos anos 1996 é uma mídia televisiva e a produzida nos anos 2018 é um *streaming*, além do fato de que ambas são baseadas em histórias em quadrinho, formando assim o que Rajewsky identificou como essa recém-formada configuração.

Logo, ao tecer as considerações a respeito das possibilidades de se escrever uma história do tempo presente e tendo em vista que esse trabalho se dá graças as análises intermediáticas, temos o entendimento da importância do nexa ficção-contexto entre os elementos contidos dentro e fora das obras analisadas. Em claros termos podemos identificar inúmeras e diferenciadas metodologias para que possamos tirar das mídias tudo que elas podem nos oferecer enquanto conteúdo a ser analisado historicamente.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para que possamos analisar através do campo da História as obras ficcionais (cinema, música, pintura, história em quadrinhos, séries de televisão, etc.) precisamos compreender que alguns conceitos e abordagens nos são de básica necessidade no desenvolvimento das investigações, como é o caso da representação, assim, bebemos dos estudos de Frank Ankersmit. Para ele a representação de um representado pode se mostrar variada de acordo com o aspecto e ângulo daquele que representa, logo, quando falarmos da representação da mulher/bruxa, por exemplo, estamos, conseqüentemente, trabalhando com, não apenas uma, mas diferentes possibilidades dessas imagens que chegam até nós, já que “cada vez vemos um aspecto diferente dessa pessoa, determinada pela perspectiva da qual a pessoa é vista”⁷.

Dessa maneira, ao analisar os personagens percebemos que sua representação se faz de forma distinta, a Sabrina dos anos 90, com seus cabelos mais compridos e uma escolha de cores nas roupas que possuem predomínio colorido e aberto se contrasta com a Sabrina dos anos 2018 que traz uma vestimenta mais neutra e escura, com predomínio de tons quentes como o preto e o vermelho, além de uma maquiagem marcada, procurando passar uma postura mais empoderada e também misteriosa. Essas características podem demonstrar a conceitualização com que Ankersmit trabalha, nos mostrando como seus diferentes aspectos podem ser desenvolvidos.

É importante também que tomemos como base uma constituição metodológica que abrace nossas investigações, e para isso nos utilizamos da análise de elementos intrafílmicos, enquanto compreensão literária da obra, que são feitos através do espaço, do tempo, das ações, da música, da forma narrativa (tanto do que é dito, quanto daquilo que não é dito), da iluminação, dos cenários, das paletas de cores e também do processo extrafílmico que diz respeito ao contexto histórico em que se encontram as diferentes esferas sociais e culturais em meio ao desenvolvimento das obras, bem como o nexa entre essas duas investigações, esse processo se dá enquanto método desenvolvido por Rafael Quinsani⁸ para a análise fílmica e pode ser adaptada para suprir as necessidades da compreensão das séries televisivas.

⁴ *Ibid.*, p. 58; *Ibid.*, p. 17.

⁵ Clüver, 2011, p. 18.

⁶ Rajewsky, 2012, p. 58

⁷ *Ibid.*, p. 191.

⁸ 2010, p. 75

Entendemos ainda, que as variações metodológicas podem se modificar de acordo com a fonte midiática com que o pesquisador irá trabalhar, até mesmo uma mesma fonte pode ser abordada de diferentes maneiras. Assim alguns cuidados devem ser tomados independentemente do processo de análise como, por exemplo, “tratar esse objeto de estudo como um conjunto de representações que remetem direta ou indiretamente ao período e à sociedade que o produziu” (VALIM, 2012, p. 285) sendo que “estes sempre falam do presente, dizem algo a respeito do momento e do lugar que constituem o contexto de sua produção” (VALIM, 2012, p. 285).

Percebemos que, ao tocante das análises midiáticas, não existem fórmulas previamente programadas e adequada para uma abordagem em relação aos objetos pesquisados, mas é importante que tenhamos em mente o que se determina essencial ao desenvolvimento das investigações que é a necessidade de identificar as narrativas enquanto produtos de seu tempo e que as formas com que essas vão ser trabalhadas irão depender das perguntas que serão feitas pelo pesquisador para esses objetos.

RESULTADOS

Temos, a partir das concepções estabelecidas, duas séries que se mostram produto de seu próprio tempo, consideramos assim que a bruxinha adolescente é trazida a mídia em um momento em que outras séries e filmes sobre a bruxaria e o sobrenatural são parte dominante no cenário do entretenimento, entre outros podemos destacar *Charmed* (1998), *Buffy, a caça vampiros* (1997), *Da magia à sedução* (1999) e *Jovens bruxas* (1996). Mas essa sobrecarga de produções a respeito da bruxaria e do ocultismo não ocorre por acaso, assim como não ocorre por acaso a problematização que seu *remake* apresenta. A década de 80, com as possibilidades trazidas pela internet, expandiu a conexão da bruxaria⁹ no ambiente computacional¹⁰, criando a oportunidade de contato entre indivíduos que antes possuíam grande dificuldade em encontrarem-se, e esse fenômeno levou a simpatia e entusiasmo a respeito dessa religião, proporcionando certa ascensão dos tipos culturalmente marginalizados.

Já no *remake* (2018), as figuras femininas estão constantemente lutando por seu lugar de fala, enquanto mulheres conscientes do sistema patriarcal e machista em que vivem, buscando, inclusive, subverter esse mesmo sistema ao longo da temporada através de diferentes perspectivas atribuídas a cada personagem. A narrativa da obra acompanha uma nova explosão de lutas feministas que vem ocorrendo nos últimos anos ao redor do mundo, e que é esmiuçada durante a série. Feminismo, quebra de *status quo*, patriarcalismo, afeminofobia, *bulling*, sexualidade fluida, identidade, raça e gênero são temas abraçados pelo *remake*. Essa nova onda feminista tem início na Polônia, com mulheres grevistas, em outubro de 2016 e se estende para países como Argentina, Itália, Brasil, Turquia, Chile, Espanha, Estados Unidos, México entre inúmeros outros países, tendo como luta as marchas em oposição à proibição do aborto, corrente que passou a tomar conta não só das ruas, como também das escolas, dos locais de trabalho, da política e das mídias, “um novo movimento feminista global que pode adquirir força suficiente para romper alianças vigentes e alterar o mapa político”¹¹. Esses diferentes contextos sociais acabam, como podemos ver, influenciando as maneiras de se representar os indivíduos nos diferentes meios de comunicação, bem como encontram-se nos discursos que se fazem presentes nas práticas sociais.

Entendemos também que ao trabalhar com intermedialidade notamos que as duas séries, mesmo que conversem entre si – já que são a mesma história base com enredo diferente – não

⁹ Relacionamos a palavra *bruxa* aqui bebendo de fontes como a de Jeffrey Russell, que compreende o caminho da bruxaria em buscar não ser vista enquanto um modo de vida, mas sim enquanto uma religião “como qualquer outra”.

¹⁰ Russell, 2019, p. 221.

¹¹ Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 32.

se concretizam enquanto mídias iguais, e esses elementos distintos constituem diferentes espaços de visualização e recepção midiática. *Sabrina, aprendiz de feitiçeira* é uma série que foi distribuída pela Paramount Domestic Television e reproduzida pelo canal ABC, já seu *remake* foi produzido e transmitido pela Netflix, que é uma mídia *streaming*¹² *on demand* o que pode significar a diferenciação do próprio indivíduo receptor desse material, configurando uma distinção não apenas no enredo do material midiático como também na própria forma com que esse material é acessado pelo público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é mais novidade que a cultura de massa tem se mostrado uma fonte de pesquisa rica para diversos campos acadêmicos, comunicações, letras, artes visuais, sociologia, história são algumas das áreas das ciências humanas que tem a oportunidade de compreender como essas diferenciadas abordagens tecnológicas são capazes de ampliar os entendimentos a respeito das práticas sociais. Assim como são diferentes as áreas de concentração que podem trabalhar com essas mídias, também são distintas as ferramentas de análise com que esses elementos podem ser utilizados.

A escolha em explorar a fonte selecionada com os conceitos de intermedialidade e análise intra e extrafílmica foi uma opção que identificamos enquanto método mais profícuo para a obtenção das respostas a nossos questionamentos, ao mesmo passo que outras escolhas de análises podem ser feitas por diferentes pesquisadores, considerando para isso tanto as perguntas que esses farão as suas fontes quanto a especificidade das mídias que serão usadas como suporte para suas investigações.

É, de fato, interessante aos pesquisadores, em especial aos historiadores, abraçar as novidades em relação a possibilidade de se trabalhar com os mais diferenciados objetos de pesquisa e com uma série de instrumentos metodológicos capazes de opulentar as análises históricas e seus resultados para o entendimento da sociedade em seus mais díspares períodos temporais. Retirar assim, o direito da cultura pop de existir nas ponderações acadêmicas enquanto meio de debate, problematização e até mesmo resistência de uma sociedade que até pouco tempo era excluída por uma restrita e classista parcela cultural se mostra inadequado. Que possamos nos despir de preconceitos acadêmicos que já não se firmam mais e que nos afastam daquilo que mais desejamos, o entender dos humanos entre o tempo e o espaço, reconstruir narrativas, retratar representações e procurar, de todas as maneiras que nos são possíveis enquanto produtores de conhecimento, entender a fluidez dos indivíduos, as suas permanências, suas continuidades e suas transformações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANKERSMIT, Franklin. **A escrita da História: A natureza da representação histórica.** Tradutores Jonathan Menezes *et al.* Londrina: EDUEL, 2012.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: Um manifesto.** Tradução de Hecci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

¹² Sobre a mídia Netflix: faz parte de uma categoria de conteúdo audiovisual chamada de *streaming*, ou seja, uma forma de transmissão instantânea de dados de áudio e vídeo que se dão através da rede, sem que para isso haja a necessidade de se operar o *download*. Esse é um sistema que se encaixa também no que chamamos de *on demand*, pelo qual o assinante pode escolher o produto audiovisual entre uma lista de uma diversidade de filmes, séries, documentários – considerando que a Netflix ainda possui uma característica marcante, que é a sua produção original, do qual o objeto de pesquisa aqui mencionado faz parte (STÜRMER, 2015).

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Imagem: Os exemplos da fotografia e do cinema. *In:* CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história:** Ensaios de Teoria e Metodologia. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CLÜVER, Claus. Intermidialidade. **Pós**, 1 (2),3, 2011.

O Mundo sombrio de Sabrina. (Temporada 1) Produtores: Craig Forrest, Ryan Lindenberg, Matthew Barry. Canadá: Emissora: Netflix, 2018.

QUINSANI, Rafael Hansen. **A Revolução em Película:** uma reflexão sobre a relação cinema-história e a guerra civil espanhola. 2010.

RAJEWSKY, Irina. A fronteira em discussão: o status problemático das fronteiras midiáticas no debate contemporâneo sobre intermidialidade. Tradução de Isabella Santos Mundim. *In:* DINIZ, Thaís Flores Nogueira. **Intermidialidade e estudos interartes:** desafios da arte contemporânea 2. Editora UFMG, 2012, p. 51-73.

RUSSELL, Jeffrey B.; ALEXANDER, Brooks. **História da Bruxaria.** Tradução de Álvaro Cabral e William Lagos. 2. Ed. São Paulo: Aleph, 2019.

SABRINA, aprendiz de feiticeira. (Temporadas 1-4) Produtores: Paula Hart, Neal Scovell, Miriam Trogon, Carrie Honignlum, Renee Philips. EUA: Emissora: ABC, 1996-2000. Disponível em: < <https://hidratorrent.com/sabrina-a-aprendiz-de-feiticeira-todas-as-temporadas-completas-torrent>>

STÜRMER, Adriana; SILVA, Giana Petry Dutra da. Do DVD ao *online streaming*: a origem e o momento atual do Netflix. **GT de História da Mídia Audiovisual e Visual, integrante** do 10º Encontro Nacional de História da Mídia, 2015.

VALIM, Alexandre. História e Cinema. *In:* CARDOSO, Ciro Flamarion; VAIFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História.** Rio de Janeiro. Ed. Elsevier, 2012.

Simpósio Temático

Ensino de História: as relações entre a universidade e a escola

Coordenadoras: Profa. Ma. Amanda Moreira e Profa. Patrícia Duarte Pinto

EDUCAÇÃO HISTÓRICA – A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NO COTIDIANO DA SALA DE AULA

AMANDA NUNES MOREIRA¹

¹Universidade Federal de Pelotas – amanda.nunes.moreira@gmail.com

Resumo: O presente trabalho possui como objetivo discutir a relação da Educação Histórica e da Consciência Histórica, enquanto base para a prática da construção da consciência histórica dos(as) alunos(as), em seu processo de ensino/aprendizagem, nas aulas de história, utilizando como referência os estudos de Jörn Rüsen.

Palavras-chave: Educação Histórica – Consciência Histórica – Sala de Aula.

INTRODUÇÃO

O objetivo dessa escrita é realizar uma discussão teórica sobre a relação da Educação Histórica e da Consciência Histórica, como possibilidade de utilização dessa teoria para a construção da consciência histórica dos(as) alunos(as) nas aulas de história. Para a concretização desse debate, utilizou-se como eixo teórico os estudos do historiador alemão Jörn Rüsen.

Para essa discussão é relevante questionar os métodos entendidos enquanto “tradicionais”, que ainda são utilizados nas aulas de história. Esses métodos, seriam o uso do livro didático como principal material de pesquisa, onde os conteúdos inseridos nele são considerados únicos e verdadeiros, bem como o entendimento que o(a) professor(a) é o detentor do saber. Os(As) docentes que utilizam o livro didático como condutor de suas práticas de ensino, que ainda são uma significativa porcentagem em nossas escolas, acabam ocultando dos(as) alunos(as), e dele próprio, o exercício e a experiência da reflexão, interpretação e a possibilidade de significar o estudo de história para a vida prática, isto é, dificultam a construção da consciência histórica de ambas as partes.

Essa realidade pode ser considerada uma marca deixada pelo modelo tradicional de formação acadêmica, no qual a História e a Educação ainda não possuem um adequado diálogo, deixando inúmeras lacunas na formação dos(as) educadores(as) que hoje encontram-se nas salas de aula. Trabalhar os acontecimentos históricos na educação básica, sem reconhecer, ou dar-se conta, que o(a) aluno(a) também é partícipe e construtor dos processos históricos, é negar a possibilidade de outros olhares, análises, interpretações acerca dos fatos históricos.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Os estudos no campo da Educação Histórica, enquanto área de investigação, proporcionam, tanto para o(a) professor(a) quanto para os(as) alunos(as), uma nova oportunidade de aprendizagem, interpretação e entendimento em relação aos fatos históricos que são trabalhados em sala de aula. O campo de estudo da Educação Histórica possibilita ao(à) aluno(a) sentir-se pertencente e integrante dos movimentos históricos e construtores de seu próprio conhecimento. Nesse processo, o(a) professor (a) possui um relevante papel de “condutor”, ou melhor, “mediador” do sistema de ensino/aprendizagem no ambiente escolar.

O historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen em suas pesquisas, questiona a utilidade que atribuímos para o ensino de história. Rüsen (2011) propõe uma relação entre a história como ciência e o ensino de história que ocorre na sala de aula; uma vez que ciência e ensino escolar permaneceram afastados durante muito tempo no ambiente de formação de nossas academias.

É significativo ressaltar, a partir dos estudos de Rüsen, que consciência histórica não é uma construção igual para todos, mas uma interpretação individual, da experiência humana no tempo - relacionando passado, presente e futuro. Essa consciência encontra-se em constante transformação, se permitido for, pois todos os sujeitos sofrem frequentes influências do meio social em que vivem. Não podemos esquecer que a escola é um local de (trans)formação e o(a) professor(a) um (a) agente que atua em tal acontecimento.

Para Rüsen a consciência histórica possui quatro tipos de classificação: tradicional, exemplar, crítica e genética.

Tabela 1

QUATRO TIPOS DE CONSCIÊNCIA DA HISTÓRIA				
	TRADICIONAL	EXEMPLAR	CRÍTICA	GENÉTICA
Experiência do tempo	Origem e repetição de um modelo cultural e de vida obrigatória	Variedade de casos representativos de regras gerais de conduta ou sistemas de valores	Desvios problematizadores dos modelos culturais e de vida atuais	Transformações dos modelos culturais e de vida alheios em outros propósitos e aceitáveis
Formas de significação histórica	Permanência dos modelos culturais e de vida na mudança temporal	Regras atemporais de vida social. Valores atemporais	Rupturas das totalidades temporais por negação de sua validade	Desenvolvimento nos quais os modelos culturais e de vida mudam para manter sua permanência
Orientação da vida exterior	Afirmção das ordens preestabelecidas por acordo ao redor de um modelo de vida comum e válido para todos	Relação de situações particulares com regularidades que se atêm ao passado e ao futuro	Delimitação do ponto de vista próprio frente às obrigações preestabelecidas	Aceitação de distintos pontos de vista em uma perspectiva abrangente do desenvolvimento comum
Orientação da vida interior	Sistematização dos modelos culturais e de vida por imitação – role-playing	Relação de conceitos próprios a regras e princípios gerais. Legitimação do papel por generalização	Autoconfiança na refutação de obrigações externas – role-playing	Mudança e transformação dos conceitos próprios como condições necessárias para a permanência e a autoconfiança. Equilíbrio de papéis
Relação com os valores morais	A moralidade é um conceito preestabelecido de ordens obrigatórias; a validade moral é inquestionável. Estabilidade por tradição	A moralidade é a generalidade da obrigação dos valores e dos sistemas de valores	Ruptura do poder moral dos valores pela negação de sua validade	Temporalização da moralidade. As possibilidades de um desenvolvimento posterior se convertem em uma condição de moralidade
Relação com o raciocínio moral	A razão subjacente aos valores é um suposto efetivo que permite o consenso sobre questões morais	Argumentação por generalização, referência a regularidade e princípios	Crítica dos valores e da ideologia como estratégia do discurso moral	A mudança temporal se converte em um elemento decisivo para a validade dos valores morais

Fonte: Rüsen, 2011, p. 63

A tabela nos apresenta os quatro tipos de consciência histórica, bem como os “espaços” em que os mesmos perpassam na formação do sujeito: experiência do tempo, formas de significação histórica, orientação da vida exterior, orientação da vida interior, relação com os valores morais, relação com o raciocínio moral. A presente explicação nos mostra que todos esses “espaços” auxiliam na formação do sujeito – subjetividade e objetividade.

Rüsen ainda descreve que a consciência histórica é algo “nato” do ser humano,

Dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens. A consciência histórica enraíza-se, pois, na historicidade intrínseca à própria vida humana prática. Essa historicidade consiste no fato de que os homens, no diálogo com a natureza, com os demais homens e consigo mesmos (RÜSEN, 2001, p.78).

Todos os sujeitos possuem consciência histórica com base em sua experiência no tempo. As primeiras formações dessa consciência ocorrem no meio em que esses vivem, por intermédio da experiência com o outro – fatos marcantes, e com o meio. Com isso, o(a) historiador(a) reitera as competências já citadas – experiência, interpretação, orientação - interpretar as experiências do passado, estando no presente, e assim orientar-se para o futuro.

Aprender história proporciona ao sujeito desenvolver sua competência em orientar-se, localizar-se no tempo, e assim construir e interpretar os fatos históricos do passado para o entendimento do presente. Como cita Maria Auxiliadora Schmidt (2008), é um movimento duplo: subjetivo e objetivo; mas para que os dois momentos ocorram, o sujeito deve se permitir a experiência da aprendizagem e da experimentação.

O objetivo das relações entre a ciência da história e a didática do ensino, é proporcionar o desenvolvimento do ensino/aprendizagem dos fatos ocorridos tendo como base a experiência cotidiana. É a capacidade de relacionar o passado e o presente, para ser possível uma projeção para o futuro. A escola é o espaço para essa construção de conhecimentos, e para auxiliar o(a) estudante a sentir-se pertencente a história como um sujeito atuante nos acontecimentos.

RESULTADOS

O propósito da história, conforme Rüsen (2007), deve ser orientar para a vida prática, fazer com que os(as) alunos(as) a percebam como uma possibilidade norteadora de suas escolhas, entendimentos e ações. O autor defende que estudar a história do passado, no presente, deve ter um sentido, um significado para tornar-se uma experiência, uma “aquisição” do conhecimento.

Nesse sentido, abordar novas possibilidades para nossos(as) alunos(as), orientando-os(as) para outros “olhares” e “caminhos”, faz parte da prática dos(as) professores(as). Desse modo, o presente trabalho propõem integrar-se nessa “caminhada” de transformação, demonstrando a relevância do estudo/análise da (re)construção da consciência histórica dos(as) educandos(as), na prática da sala de aula.

Alicerçado em conceitos da ciência da História, a disciplina de história que se construiu no ambiente escolar como um ensino conteudista, cronológico, estático e maçante, passa a ter uma nova (re)leitura. O questionamento mais frequente que um(a) docente de história escuta no cotidiano da sala de aula é: “Estudar essa história vai ajudar o quê na minha vida? Isso já aconteceu há tanto tempo, não interessa mais para a nossa vida hoje”. Essa pergunta deixa claro que, nesse contexto, estudar o passado não faz nenhum sentido para a experiência de vida desses(as) alunos(as), tão pouco do(a) professor(ra), no presente.

Atribuir sentido e significado para o estudo histórico, principalmente na educação básica, é de grande relevância para a construção dos(as) nossos(as) alunos(as) enquanto sujeitos. Para esse significado, atingir os(as) discentes, é indispensável que o(a) docente tenha consciência do sentido que os fatos históricos representam, para que assim seja possível proporcionar significado as experiências sociais do presente, e deste modo a construção da consciência histórica dos(as) alunos(as).

A consciência histórica, como disserta Rüsen (2010, p.58) é a relação do sujeito com o seu tempo – experiência e intenção; relação entre experiência do tempo e intenção no tempo que ocorrem no processo da vida humana. No percurso desse desenvolvimento, a lembrança “é transposta para o processo de tornar presente o passado mediante o movimento da narrativa” (RÜSEN, 2010, p. 63). É essa narrativa que torna o passado presente, sendo que esse passado só se torna presente quando interpretado, narrado.

O espaço para essa (trans)formação, desconstrução e reconstrução é o contexto escolar. É por intermédio dele que o ensino de história, a aquisição do conhecimento e o desenvolvimento da consciência histórica podem de fato existir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de aprendizagem, a prática do(a) professor(ra) em relação aos conteúdos deve ser modificada. Ensinar história a partir desse outro caminho, requer dos(as) educadores(ras) resignificar, ou até mesmo, alterar o sentido e maneira da prática, da didática em relação aos conteúdos trabalhados em sala de aula.

Analisando essa discussão, os estudos referentes à educação histórica nos auxiliam a perceber o processo de escolha dos conteúdos com outro olhar, perspectivando outros caminhos e intenções. A educação histórica propõe o estudo de diversas fontes para que o conhecimento seja realizado e, conseqüentemente, a formação do pensamento e da consciência histórica possam, de fato, serem construídos nos(as) educadores(as) e nos(as) alunos(as).

O debate e a compreensão dessas reflexões são indispensáveis para a formação do(a) educador(a), para que seja possível um novo caminho, e novas práticas, para a formação de nossos(as) alunos(as) em relação aos conhecimentos históricos. É necessário, e poderia reconhecer como urgente, que nossos(as) educadores(as) percebessem esse “novo” caminho para a formação dos(as) alunos(as) enquanto sujeitos reflexivos. A “tradicional” aula de história, onde apenas o docente expõe o conteúdo e os(as) discentes escutam, já está ultrapassada em nossos ambientes escolares; precisamos fazer com os(as) estudantes construam suas consciências históricas, que participem do seu próprio processo de ensino/aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCA, Isabel. **Aula oficina: do projeto à avaliação**. In. Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED) Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131-144.

_____. **Educação Histórica: uma nova área de investigação**. Revista da Faculdade de Letras – História. Porto, III Série, vol. 2, 2001, p. 013-021.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica – implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: teoria da História: os fundamentos da ciência histórica**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001

_____. **História Viva**. Teoria da História III: Formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2007.

_____. **Razão histórica: Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora da UnB, 2010.

_____. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Orgs. Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Estevão de Rezende Martins. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Perspectivas da Consciência Histórica e da Aprendizagem em Narrativas de Jovens Brasileiros**. Revista Tempos Históricos. V.12, jan-jun, p. 81-96. 2008.

_____. **A construção do código disciplinar da história: professores produzindo manuais de didática e metodologia no ensino do Brasil (1960-1970)**. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/123.pdf>. Acessado em: 16 mar. 2016.

A APRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA EM UMA COLEÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DO HISTORIADOR GILBERTO VIEIRA COTRIM PNLD/EM (2008 - 2015)

ANELISE DOMINGUES DA SILVA ABRAÃO¹

¹Universidade Federal de Pelotas ane.domingues@yahoo.com.br

Resumo: A análise dos programas nacionais e leis que envolvem a produção do livro didático como fonte histórica são dimensões, dentre outras, que requerem uma observação mais acurada se a finalidade for trabalhar o livro como objeto de pesquisa. Após a promulgação da lei 10.639 em 09 de janeiro de 2003 que tornou obrigatório o ensino sobre História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, houve um despontar mais profundo das pesquisas acadêmicas sobre o continente africano. Levando isso em consideração, esta pesquisa tem como objetivo analisar a abordagem apresentada sobre História da África em três diferentes edições de livros didáticos, os quais participaram do Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio (PNLD/EM), nos ciclos de 2008, 2012 e 2015. Desejando assim, compreender o enfoque dado à África, observando permanências e mudanças na representação da temática no decorrer dos anos. Assim, são analisadas três edições da obra História Global – Brasil e Geral, autoria de Gilberto Vieira Cotrim, publicadas no âmbito do PNLD/EM. A metodologia é a análise textual apoiada no referencial teórico do historiador Roger Chartier, centrando-se em duas categorias de análise: textualidade e materialidade do livro. Quanto as análises realizadas nessa pesquisa, foi observado que o autor não aborda a África somente de um prisma de miséria e fome, embora não os omite, mas também apresenta costumes, tradições e as sociedades dos povos africanos. Assim, enquadra a obra ao principal contexto regulador dos livros didáticos, ou seja, ao Programa Nacional do livro didático.

Palavras-chave: Livro Didático, História da África, PNLD.

INTRODUÇÃO

A análise em livros didáticos é uma tarefa complexa, pois exige do pesquisador o cuidado em averiguar todas as dimensões que constitui a pesquisa com este tipo de objeto. Observar os programas nacionais e leis que envolvem a produção do livro didático como fonte histórica são dimensões, dentre outras, que requer uma observação mais acurada se a finalidade for trabalhar o livro como fonte e objeto de pesquisa. Conforme Bittencourt (2013), nos últimos tempos o “livro didático tem sido objeto de avaliações contraditórias”, pois há professores que “abominam” essa ferramenta, culpando-a pelo “estado precário da educação escolar”. Por outro lado, há os que o consideram positivamente devido ao auxílio que presta. Contudo, cabe ressaltar que o “livro didático, no entanto, continua sendo o material didático referencial de professores, pais e alunos” (p.71). Considera que os livros didáticos são “muitas vezes considerados os culpados pelas mazelas do ensino de História”, já que um dos mais graves problemas é “a forma pela qual apresenta os conteúdos históricos, considerando que o conhecimento produzido pelo livro didático é categórico, característica perceptível pelo discurso unitário e simplificado que produz, sem possibilidade de ser contestado”. Bittencourt ainda ressalta que o conhecimento apresentado no livro didático é alvo de críticas “porque resulta em um texto impositivo que impede uma reflexão de caráter contestatório”. Segundo ela o manual didático tem “limites, vantagens e desvantagens [...] e é nesse sentido que precisa ser avaliado” (BITTENCOURT: 2009. p.300 – 301; 313 - 314).

Em 09 de janeiro de 2003, foi promulgada a lei 10.639, a qual tornou obrigatório o ensino sobre História da África e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. A criação desta foi necessária devido ao “silêncio” sobre a apresentação da história do continente africano nos estabelecimentos de ensino. Ou devido a uma apresentação da temática de forma equivocada. Segundo Anderson Oliva (2007), pelo menos até a década de 1990, houve certo silêncio sobre a História da África nos livros didáticos. Até 1999, a história sobre o continente era mencionada nos manuais, quando se reportava a cultura europeia: era associada ao tráfico

de escravos ou a viagens marítimas, mas não lhes era destinado um capítulo próprio. Foi a partir dessa data (OLIVA, 2007, p. 238) que, os livros didáticos da disciplina de história começaram a dar “espaço” à história do continente africano, talvez incentivados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Mas como ensiná-la? Visto que o conhecimento que possuímos a respeito de tal tema resume-se, segundo Oliva (2003:429) em “silêncio, desconhecimento e representações eurocêntricas”, isso define o “entendimento e a utilização da História da África nas coleções didáticas de História no Brasil”.

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo analisar a abordagem apresentada sobre a História da África em uma obra didática que participou do Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio (PNLD/EM) nos ciclos de 2008, 2012 e 2015. Assim, serão analisadas três diferentes edições, que resultam em sete livros, publicados entre os anos de 2005 e 2013, da obra intitulada “História Global – Brasil e Geral”, de Gilberto Vieira Cotrim, publicadas pela editora Saraiva. Visa-se, portanto, compreender o enfoque dado ao conteúdo da África nessa obra, considerando as permanências e as mudanças na representação da temática no decorrer dos anos. A pesquisa ao ocupar-se de compreender a abordagem dada a História da África, ocupa-se também em compreender o contexto regulador da produção desse material didático. Nesse sentido, destacam-se os Editais do PNLD/EM, os Guias do Livro Didático do PNLD/EM e a influência da lei 10.639/03 na produção desses livros didáticos estudados, assim como também, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Lei 10.639. Sob o respaldo do historiador Roger Chartier.

Quadro demonstrativo das fontes analisadas:

Título	Edição	Ano de publicação	Volume	PNLDEM
História Global Brasil e Geral	8ª	2005	Único	2008/2011
História Global Brasil e Geral	1ª	2010	1,2,3	2012/2014
História Global Brasil e Geral	2ª	2013	1,2,3	2015/2017

Figura 1 – Edições que compõe o conjunto de fontes analisadas

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A metodologia está embasada na análise textual e foi dividida em duas categorias de análise: análise da textualidade e análise da materialidade do livro, conforme sugere o historiador Roger Chartier (2003; 2014). O recorte temporal da pesquisa é demarcado pelo PNLD/EM, sendo que História Global - Brasil e Geral, é uma das obras que integraram os três ciclos do programa. Em 2003, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLD/EM) e, em 2005 o governo disponibilizou aos alunos de todas as escolas públicas de Ensino Médio, a distribuição dos livros didáticos de Português e Matemática. Porém para a disciplina de História, somente em 2008 foram disponibilizados os livros às escolas. Por conta disso, a presente pesquisa se propõe a investigar a partir da 8ª edição da obra em evidência, que obteve a primeira participação no PNLD/EM. Assim, os livros que compõem o rol de fontes analisadas são aqueles que foram submetidos aos editais.

RESULTADOS

Nas análises realizadas na presente pesquisa, na obra História Global – Brasil e Geral, Cotrim não aborda uma África só com problemas, mas não omite tal aspecto. O autor apresenta, de modo geral, uma África em desenvolvimento, destacando suas sociedades, costumes e tradições, mostrando que o continente tem uma história. As

abordagens presentes nas diferentes edições, ainda que em “passos lentos” e de maneira genérica, apresentam o continente africano como um continente que teve influência de outras culturas, mas que também tem sua própria história. Com destaque para questões reais e pertinentes (ainda que em processo) sobre a cultura africana e suas tradições. Pois ainda que pouco se percebe o aumento de conteúdo sobre África de uma edição para outra, nota-se que o autor apresenta informações variadas de uma edição para outra. Para que assim, sua obra esteja enquadrada no contexto regulador do PNL/EM. Em geral, nas edições analisadas o conteúdo abordado sobre a História da África não altera, o que é modificado é o modo de organização deste conteúdo de uma edição para a outra. Tais análises são evidenciadas na primeira e a segunda edição, dos seus três volumes, uma vez que, na 8ªed./2005, que tem volume único, não se enquadra em tal análise porque apresenta a História da África integrada a outros conteúdos. Ou seja, não há um capítulo específico para abordar sobre a cultura, tradições e costumes da sociedade africana, como há nas outras edições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que o enfoque dado à História da África nesse conjunto de fontes, considerando as permanências e as mudanças na apresentação da temática no decorrer dos anos de publicação de uma edição para outra, é alterado minimamente. A alteração que se percebe é a variação de posição da explanação do conteúdo exposto nas páginas dos volumes analisados, ou seja, no modo de organização desse conteúdo. Contudo, cabe ressaltar dois pontos nessas análises. O primeiro é que o autor acrescenta o “Reino de Cuxe”, na 2ªed./2013 – vol. I, ainda que destina uma página para abordá-lo, esta edição dedica um espaço para apresentar uma civilização africana, abordando seus aspectos sociais. E o segundo ponto é o capítulo específico, 12 e 13, para apresentar os “povos africanos”, na 1ª/2010 e 2ª ed./2013 - vol. I. Nestes capítulos, além do autor apresentar a África subsaariana também destaca as sociedades africanas: seus reinos, reis, costumes e tradições do reino de Gana, Mali e Congo. Porém, é bom lembrar que a inclusão destes três reinos, Gana, Mali e Congo, nas obras didáticas, fazem parte dos critérios eliminatórios dos Editais do PNL, no quesito História da África.

REFERÊNCIAS

Documentos oficiais

LEI nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Anexo A do Plano Nacional, p. 75-76.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009, 3ed., p. 300-345.

_____. (org). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2013, 12 ed., p. 69-90.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

_____. **Formas e Sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003, p. 7- 48.

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

_____. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Editora Unesp, 2014, 1ª ed. p. 7-151.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática.** Estudos Afro-Asiáticos, 2003, Ano 25, no 3, p. 421-461.

_____. **Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico (1990 - 2005).** 2007. 415 f. Tese (Doutorado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

O “SER PROFESSOR (A)”: A FORMAÇÃO DOCÊNCIA EM ESPAÇO NÃO TRADICIONAL

DOUGLAS FERREIRA DOS SANTOS¹; MILENA ROSA ARAÚJO OGAWA².

¹Curso Pré-universitário Popular Up (Coordenador e Educador); douglas.ferreiradossantos@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas - UFPel; milenaparaskype@gmail.com

Resumo: O referido relato de experiência tem por objetivo central compreender a contribuição para a formação docente, em espaços não tradicionais/ regulares, a partir da experiência da docência em História no Curso Pré-Universitário Popular Up no município de Capão do Leão/RS.

Palavras-chave: Formação Docente; Educação Popular; Espaços não tradicionais.

INTRODUÇÃO

Na contra mão hegemônica da formação tradicional/regular existem os espaços não tradicionais que abarcam a formação do “ser professor(a)” a partir de um ensino crítico e de uma aproximação com o materialismo histórico. São ambientes de grande importância e que permitem ao profissional repensar sua prática e/ou forjar-se em uma perspectiva diferente do habitual. Não se trata de um processo de ensino-aprendizagem inovador, mas de um contexto que procura executar outras possibilidades, fugindo do que é imposto nos espaços regulares que, por vezes, preocupam-se mais com a burocracia educacional, do que com a garantia ao acesso efetivo do conhecimento que faça sentido no cotidiano do educando.

Nestes espaços informais/não tradicionais a opção é pelo uso dos termos educadores/as e educandos/as, pois parte-se da perspectiva que ambos possuem conhecimentos e estão em desenvolvimento, predispostos a compartilhar experiências, como bem aponta Paulo Freire (1987, p. 68) “não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes”. A partir desse olhar, de trocas de experiências, que o Curso Pré-Universitário Popular Up atua. Localizado no município de Capão do Leão, tem vinculação com o Programa de Auxílio ao Ingresso nos Ensinos Técnicos e Superior (PAIETS) da Universidade Federal do Rio Grande.

A trajetória do Curso teve início em novembro de 2012 a partir da proposta de três universitários/a de áreas e universidades distintas, Douglas Ferreira dos Santos (História / FURG), Igor Porto Vianna (Engenharia da Computação / UFPel) e Luana Jacobsen (Letras - tradução português - inglês / UFPel). Comprometidos/a com a realidade local os/a proponentes do Curso sentiram a necessidade de organizar um espaço de estudos para os/as trabalhadores/as locais e os filhos/as deles/as.

A proposta do perfil de educandos/as seria constituída por pessoas em vulnerabilidade socioeconômica, cujo o desejo era ingressar no ensino superior através da seleção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A identidade de compor um Curso como sendo popular partiu do desejo de responder às expectativas dos munícipes, sendo assim, a metodologia ao qual se propõe é de uma educação popular.



Figura 1: Aula inaugural na FURG
Fonte: acervo pessoal de Douglas Ferreira, 2013

Desde a ano de 2018, o Curso Pré-Universitário Popular Up oferece além das turmas de Pré-ENEM, o Pré-IFSul, voltado para os/as adolescentes que desejam cursar o ensino médio integrado do Instituto Sul-Riograndense de Pelotas-RS.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Propomos nesse trabalho abordar uma perspectiva em relato de experiências dos espaços não tradicionais a partir de um estudo de caso, nossa experiência como educador/a na disciplina de História no Curso Pré-Universitário Popular Up.

Partindo da premissa, que todos os ambientes possibilitam aprendizagem, buscamos construir uma estrutura educacional que não priorize apenas iniciativas de caráter formal, isto é, de processos escolares e legislações que normatizem os procedimentos e currículos (GOHN, 2010, p.22). Para Moacir Gadotti (2005) a educação não formal é menos burocratizada e hierárquica.

O Curso Pré-Universitário Popular Up além de integrar em suas aulas os conteúdos programáticos exigidos na prova do ENEM, proporciona aos educadores/as a liberdade do ensino que fomente uma perspectiva da aplicabilidade no cotidiano dos/as educandos/as, isto é, incentiva-se que os conhecimentos passem a ser relacionados com a realidade deles/as.

Baseado nos/as educadores/as que atuam ou atuaram no Curso, 90% ainda estava em período de formação, ou seja, eram graduandos/as dos cursos de Licenciatura e Bacharelado das universidades federais de Pelotas e Rio Grande. Nesse ambiente, fora da do ensino regular, estavam concomitantemente ensinando e aprendendo não apenas com a prática docência mais na lógica freiriana que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.” (FREIRE, 2014, p. 25).

RESULTADOS

O Curso Pré-universitário Popular Up buscou oportunizar aos/às educadores/as a experiência da docência, com a vivência diária no espaço de ensino-aprendizagem, assim como uma certificação das suas aulas através da Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Providenciamos a documentação como forma de legitimar o trabalho dos/as educadores/as bem como temos a intenção de incentivar à formação deles/as para atuarem no mercado de trabalho.

No concernente as nossas experiências enquanto educador/a no Curso na disciplina de História, coadunamos com o olhar para além da aparência, um ensino que seja crítico e embasado em conhecimentos, que abalem a superficialidade dos conteúdos e objetive uma percepção para que eles/as se enxerguem como partícipes da História como assim o são.

Procuramos trabalhar com uma perspectiva interseccional que aborde os conteúdos pelos critérios de gênero, etnia e classe a respeito dos acontecimentos históricos. Também, na medida do possível, propomos atividades dinâmicas como oficinas que contenham materiais didático-pedagógicos com diferentes fontes.

Acreditamos que essas possibilidades de trabalho são fruto do tempo de ensino dedicado em sala de aula, das trocas com os/as educandos/as e da confiança que os coordenadores nos proporcionam. Não nos tornamos educador/a repentinamente, nossa formação teve início em 2012, ainda na condição de graduandos em História, a cada ano aprimoramos e transformamos nossas metodologias de acordo com as vivências dos alunos.

Propomos em todas as aulas fazer um momento de trocas de experiências a partir de determinadas perguntas como: “e com vocês?”, “vocês já presenciaram essas atitudes?” e “o que vocês acham sobre isso?”. Desta maneira acreditamos estar construindo saberes a partir dos próprios conhecimentos localizados e tornando-os/as sujeitos políticos mais ativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da construção desse trabalho percebemos e relembramos momentos que nos proporcionaram muitas alegrias. A cada ano como educador/a observamos uma progressividade crítica dos/as educandas, eles/as ao passar do ano modificam seus discursos, efetuam análises mais sólidas sobre os momentos históricos ou a respeito dos discursos rasos transmitidos no cotidiano ou na mídia. Tornam-se durante as trocas de experiências em pessoas mais empáticas para as realidades dos/as companheiras de sala o que proporciona um viés abrangente sobre outros agentes da História.

Gostaríamos, nesse último momento, de agradecer ao Curso, mediante aos integrantes da coordenação, educadores/as e educandos/as por possibilitarem um ambiente de discussões profícuas que transcendem a prova do ENEM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 49ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não formal. In.: **Institut international des droits de l'enfant (IDE) Droir à éducation: solution à tous les problèmes ou problèmes nas solution?** Sion, 18 au 22 octobre, p. 1-11, 2005.

GOHN, Maria da Glória. A educação não-formal e a relação escola-comunidade. *Eccos*, São Paulo, v. 6, n.2, p. 39-65, 2014.

IMAGENS: ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

PATRÍCIA DUARTE PINTO¹

¹Universidade Federal de Pelotas – patriciadp11@hotmail.com

Resumo: Este trabalho analisa quais as imagens e representações foram atribuídas aos conteúdos Escravidão e Abolição em livros didáticos de História produzidos entre 1889-1930. Para a realização dessa pesquisa foram selecionadas obras que apresentassem alguma imagem referente a esses assuntos. A análise foi realizada nas seguintes obras didáticas: *História do Brasil* (1918) de Rocha Pombo, *História do Brasil por perguntas e respostas* (1925) de João Von Frankenberg e *Pequena História do Brasil* (1930) de Mario Veiga Cabral.

Palavras-chave: Livro didático- Escravidão- Abolição.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende observar quais são as imagens atribuídas ao conteúdo Escravidão e Abolição no Brasil em três obras didáticas: *História do Brasil* (1918) de Rocha Pombo, *História do Brasil por perguntas e respostas* (1925) de João Von Frankenberg e *Pequena História do Brasil* (1930) de Mario Veiga Cabral. Procura-se também analisar se as obras apresentam ou não imagens acerca do negro escravizado, levando-se em conta que tal presença se relaciona com a mudança historiográfica ocorrida no âmbito da História da Escravidão e também com as “questões políticas que envolveram, ao longo do tempo, a percepção da identidade negra do país” (MATTOS et. al, 2009).

Delimita-se o recorte temporal (1889-1930) para a seleção dos livros didáticos de História devido a duas questões específicas: a primeira corresponde a um período importante da História do Brasil que compreende o pós-abolição; e a segunda está relacionada a História do Ensino de História e aos estudos que tratam da construção da História como disciplina escolar.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

De acordo com Bittencourt (2009), o livro didático se constitui enquanto uma mercadoria, um produto que pertence à indústria editorial e segue as diretrizes das técnicas de fabricação e comercialização de acordo com as exigências do mercado. Como uma mercadoria, o livro didático acaba sofrendo variadas interferências em seu processo de fabricação e comercialização. Isso de certa forma atinge diretamente o uso das imagens, pois passam pelo seu custo e pela qualidade delas nas obras.

Em sua estrutura interferem vários agentes, começando pela figura do editor e dos ilustradores. Como objeto da indústria cultural o livro didático estabelece uma maneira de leitura organizada por diferentes profissionais e não exatamente pelo autor da obra. “Façam o que fizerem, os autores não escrevem livros, os livros não são de modo algum escritos. São manufaturados por escribas e outros artesãos, por mecânicos, outros engenheiros e por impressores e outras máquinas” (CHARTIER, 1990, p.126).

O livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas tem demonstrado como textos e ilustrações de obras didáticas apresentam estereótipos e valores de grupos dominantes, universalizando temas como família, etnia, de acordo com os princípios da sociedade branca e elitizada.

De acordo com Circe Bittencourt (2013), os livros didáticos de História, já em meados do século XIX, “possuíam litogravuras de cenas históricas intercaladas aos textos escritos, além de mapas históricos” (p.69). A autora cita a contribuição de Jonathas Serrano ao ensino de história ao apontar filmes e imagens como um método pedagógico eficiente. Os alunos poderiam aprender História “pelos olhos e não enfadonhamente só pelos ouvidos, em massudas, monótonas e indigestas preleções” (SERRANO, p. 11 APUD BITTENCOURT, 2013).

Nos dias de hoje livros didáticos são repletos de ilustrações que acabam por disputar espaço com o texto escrito. Atualmente dispõe-se de um acervo iconográfico rico e de fácil acesso, porém nem sempre foi assim. A partir do levantamento realizado em três acervos (LEH, LEMAD, CEDOC), constatou-se um número reduzido de ilustrações na produção didática anterior ao ano de 1930. Tal fato justifica-se principalmente aos empecilhos encontrados para a sua edição.

A impressão dos livros didático possuía um alto valor financeiro e era realizada por editoras francesas, as imagens utilizadas vinham dos acervos europeus que correspondiam à demanda dos livros de História Geral, mas não possuíam muitas obras referentes à História do Brasil. Em vista disso, houve necessidade de se criar um acervo iconográfico brasileiro que contribuísse para a construção da identidade nacional e de sentimentos patrióticos (BITTENCOURT, 2004, p.69-70).

“A imagem é um registro histórico que vem sobrevivendo ao que representa” (RAHDE, M. B.F. p.19). Portanto, é significativa essa análise sobre as imagens e representações a respeito do conteúdo escravidão e abolição em livros didáticos de História para compreendermos quais foram as influências sobre a mentalidade dos brasileiros no início do século XX sobre essa temática.

Ao levantar as fontes encontrou-se até o momento 34 livros didáticos publicados entre o período 1889-1930 que estão disponíveis para a pesquisa nos seguintes acervos: Acervo de Livros Didáticos do Laboratório de Ensino de História (UFPEL), Centro de Estudos e Investigações em História da Educação – CEDOC (UFPEL) e Laboratório de Ensino e Material Didático – LEMAD (USP).

Ao analisar a iconografia disposta nas obras destacam-se as seguintes obras para essa comunicação: *História do Brasil* (1918) de Rocha Pombo, *História do Brasil por perguntas e respostas* (1925) de João Von Frankenberge e *Pequena História do Brasil* (1930) de Mario Veiga Cabral.

RESULTADOS

A primeira obra didática a ser analisada é *História do Brasil* (1918) do autor Rocha Pombo, publicada pela editora Weiszflog Irmãos e produzida em São Paulo, destinava-se ao ensino secundário. O capítulo que aborda o conteúdo é “Protesto da raça negra. Palmares”. Em relação aos escravizados o autor não traz nenhuma ilustração referente ao assunto, apenas a pintura do bandeirante Domingos Jorge Velho e seu ajudante de campo Antonio Fernandes de Abreu.

A ilustração de Domingos Jorge Velho, enaltece-o como um herói. No texto o autor fala sobre as numerosas expedições que se voltaram a combater e destruir os quilombos e como fora difícil esses atos devido aos negros impedirem os ataques. No entanto, Pombo ao final da sua narrativa nomeia como um grande herói aquele que finalmente destruiu o Quilombo dos Palmares, que segundo ele fora o bandeirante Domingos Jorge Velho. Nota-se também que em meio a tantas ilustrações selecionadas para compor a obra didática, não há nenhuma sobre o negro. Em grande maioria são figuras políticas importantes para a História do Brasil e, sobretudo, brancas.

O segundo livro a ser analisado iconograficamente é *História do Brasil por perguntas e respostas* (1925) de João Von Franckenberg, sua primeira edição é do ano de 1916. A obra foi publicada em Porto Alegre pela Livraria Selbach de J. R da Fonseca & Cia. Como o título já se refere, a obra diferencia-se das demais na estrutura do texto, pois ao abordar os conteúdos é estruturado por meio de perguntas e respostas. E em relação a iconografia em relação a temática apresenta três imagens: O Visconde de Rio Branco, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco.

Na gravura “O Visconde de Rio Branco”, no canto superior esquerdo anjos seguram em um rolo de papel a Lei do Ventre Livre, ressaltando-a. Observa-se também no centro, em

primeiro plano, um homem que representaria o Visconde de Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos) e um negro ajoelhado à sua frente com duas crianças abraçadas ao seu redor. A ilustração tem como objetivo demonstrar uma certa gratidão, adoração dos escravizados ao Visconde do Rio Branco por ter levado a aprovação da Lei que libertava as crianças escravizadas.

No entanto, suponho que a imagem procurava exaltar o homem branco, bondoso e generoso que teria promulgado a libertação das crianças escravizadas. Isso explicaria o Visconde de Rio Branco em primeiro plano, a lei em um rolo de papel no canto superior esquerdo e os anjos ao seu redor. O negro escravizado é representado na imagem, porém não aparece erguido como o homem branco e sim prostrado.

Em seguida Frankenberg elenca no texto as leis decretadas em relação à escravatura e são colocadas lado a lado as ilustrações de José do Patrocínio e Joaquim Nabuco. Esses estiverem engajados na propaganda abolicionista.

Embora as imagens sejam em preto e branco e não possa diferenciar-se a cor ou etnia de José do Patrocínio e de Joaquim Nabuco, é importante pensarmos que neste momento um negro, José do Patrocínio, é ali representado como um dos principais colaboradores para que a Abolição de fato acontecesse. Isso poderia ser problematizado no texto, mas como a obra apresenta textos resumidos com o pressuposto de memorização, aspectos importantes como esse não foram abordados.

A terceira obra *Pequena História do Brasil* (1930) de Mario Veiga Cabral foi editada por Jacintho Ribeiro dos Santos em sua sétima edição no Rio de Janeiro e era destinada ao uso das escolas primárias. O autor fazia parte da Escola Normal. Na obra há dois capítulos referentes a temática: "Guerra dos Palmares" e "Libertação dos Escravos". No primeiro não há nenhuma imagem, já no segundo capítulo há uma única ilustração que corresponde a uma fotografia da Princesa Isabel.

Não sabemos se o autor propositalmente escolheu a fotografia da Princesa Isabel para ser adicionada ao texto escrito ou se esta foi escolhida pelo ilustrador. Mas a ilustração representa o poder da Princesa Isabel em um fato importante para história brasileira que é o fim do regime servil. Assim como persiste a representação da Princesa como "Redentora" na Primeira República.

Segundo Robert Dailbert Junior (2001), após a abolição da escravidão, a imagem da Princesa Isabel como "Redentora" dos escravizados permaneceu como representação oficial do fim do regime escravista, assim como o dia 13 de maio tornou-se um importante dia a ser lembrado. Desta maneira, ao consolidar a imagem da Princesa Isabel enquanto "Redentora" dos escravizados se atribui aos negros por muito tempo um papel secundário no processo que determinou o fim da escravidão. A imagem da princesa estaria relacionada a um discurso de um abolicionismo redentor, no caráter bondoso e generoso dos brancos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tomar o livro didático de História como objeto e fonte de pesquisa, esse nos apresenta muitas informações a respeito do seu contexto de produção, das concepções do seu tempo, dos seus autores e da sociedade em que estava inserido.

O "autor" (ou ilustrador) utilizam as imagens algumas vezes para ilustrar o conteúdo, e não apresentam nenhuma problematização quanto às imagens. Na obra não há nenhuma atividade de reflexão ou interpretação das imagens, nem exercícios que a considerem como um documento passível de análise ou problematização.

Nos livros didáticos selecionados não há nenhuma referência na capa ou contra capa do ilustrador da obra, fazendo com que nos questionemos se as imagens escolhidas para compor a obra são de responsabilidade do autor da obra, do editor, do ilustrador ou de algum membro da indústria editorial.

Ao realizar a análise de imagens que os livros apresentavam acerca dos conteúdos escravidão e abolição, esse suporte ao longo do tempo nos diz muito sobre os embates e disputas em torno das representações que foram postas no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese de doutorado em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1993.

BITTENCOURT, C. M. F. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, C. M. F. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1996, p.69-90.

CABRAL, Mario da Veiga. **Pequena História do Brasil**. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1930.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.14-28.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Online. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, 2004.

DAILBERT JUNIOR, Robert. **Isabel, a "Redentora dos Escravos": um estudo das representações sobre a Princesa**. Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 212 p. Disponível em <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_1d6c952fc351a50d05bc1d48c5d8288d> Acesso em 30 de agosto de 2019.

FRANKENBERG, João V. **História do Brasil por perguntas e respostas**. Porto Alegre: Livraria Selbach de J. R da Fonseca & Cia, 1925.

POMBO, Rocha. **História do Brasil**. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1918.

RAHDE, Maria Beatriz Furtado. **Imagem- Estética Moderna & Pós-moderna**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

Simpósio Temático

Escravidão e Liberdade

Coordenadores: Prof. Alisson Balhego, Profa. Dra Natália Pinto, Prof. José Resende Jr. e
Profa. Júlia da Silva

EM BUSCA DE MINHA LIBERDADE E DE MEUS ATRASADOS: AÇÕES DE LIBERDADE EM CANGUÇU (1885)

ALISSONBARCELLOS BALHEGO¹

¹UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – alissonbarcellos@hotmail.com

Resumo: O presente texto tem por intuito analisar uma ação de liberdade de um homem escravizado, que residia na Vila de Canguçu (RS), durante o final do período escravista brasileiro (1885). E que busca através da justiça sua liberdade e outros direitos. Para obter efetividade durante o processo o proponente irá apresentar vários descumprimentos de lei por parte do senhor, além de aproveitar o momento político e econômico da região, no sentido de tornar factível seu projeto de liberdade, pois mesmo apresentando argumentos contundentes, uma pessoa escravizada conseguir sua liberdade era um caminho árduo.

Palavras-chave: Escravidão. Ações de Liberdade. Canguçu.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como base uma ação de Liberdade de uma pessoa escravizada, na cidade de Canguçu, no ano de 1875. Essa fonte está depositada no Arquivo Centralizado do Judiciário de Porto Alegre/RS e faz parte do conjunto de 64 ações que dão corpo a pesquisa que desenvolvo no mestrado em História (PPGH/UFPEL).

As ações de liberdade demonstram muitos momentos de resistência, quando se observa o histórico de lutas da população negra brasileira, uma memória coletiva de busca por direitos. Indicam a atividade da sociedade via estado para com essas pessoas., por esses documentos se pode perceber as escolhas estratégicas de quem resistia. Além de que, a pesquisa satisfaz à necessidade de reconstituição de uma memória durante muito tempo silenciada. Ou seja, atende interesses sociais e políticos de uma parcela significativa da população brasileira, que contribuiu enormemente para a formação socioeconômica e cultural da nação, angariando reconhecimento social apenas nas últimas décadas.

Canguçu está situada no interior do Rio Grande do Sul, atualmente estima uma densidade demográfica de 55.871 pessoas, como indica o IBGE. Considerada também o Município com o maior número de minifúndios do Brasil, possuindo cerca de 14 mil propriedades rurais. Detém no íntimo de suas divisas parte da Serra do Sudeste, ou Serra dos Tapes, entre os rios Piratini e Camaquã. Sua localização demonstra a importância estratégica de outrora, pois está situada no escudo granítico rio grandense.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Nesse trabalho analiso uma fonte documental observando as relações dos agentes sociais, pois neste nicho estão demonstradas as ações políticas e sociais das pessoas escravizadas. Também observo a sociedade desse período, o que dimensiona e explica os motivos dessas pessoas de optar por utilizar o âmbito jurídico, para pautar liberdade. Além de evidenciar as incoerências do sistema escravista e do jurídico. Da mesma forma que Givanni Levi (1992) aponta:

Neste tipo de investigação, o historiador não está simplesmente preocupado com a interpretação dos significados, mas antes em definir as ambiguidades do mundo simbólico, a pluralidade das possíveis interpretações e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais. [...] (LEVI, 1992, p. 136).

RESULTADOS

Esse conjunto de 64 ações de liberdade é uma amostra do que foi preservado com o tempo, não sendo possível sabermos quantos destes processos foram abertos em Canguçu na época. A fonte traz consigo várias características das pessoas que suplicavam através de tal recurso. Em

sua maioria são procedimentos individuais, sendo que alguns poucos são de duas ou mais pessoas. As mulheres são maioria, contabilizando mais de 51% do total (34 processos). Os homens são 44% (30 documentos), já as crianças e recém-nascidos são o menor contingente. E o maior número de ações propostas por ano acontece após a promulgação do Ventre Livre, 4 em 1872, 4 em 1873 e 18 ações em 1875, em sua maioria tendo mulheres escravizadas como suplicante. Antes desse pico o número de ações por ano é menor, por exemplo, 3 ações em 1868, 1 em 1869.

A estratégia de quem resistia tanto em Canguçu como no resto do país, gira em torno das possibilidades existentes, assim sendo, fugas, insurreições, recorrer as autoridades, ou pressionar para o cumprimento da lei, são algumas formas de se insurgir contra o sistema escravocrata (MOREIRA, 2005).

A Historiadora Keila Grinberg (2008) ao refletir sobre as ações de liberdade, conjugando o texto de Edward Thompson que estudada a origem da “Lei Negra”, indica que acessar a justiça para obtenção de direitos é uma possibilidade para agentes sociais, nesse caso específico, pessoas escravizadas que vivenciaram o período escravocrata:

São reconhecidas ao direito, portanto, características próprias, que advêm da compreensão de seu funcionamento, do estudo de sua história e da lógica de seu desenvolvimento. A conclusão a que ele chega é a de que o direito realmente pode atuar como instrumento de mediação entre as classes, mas que essa atuação, melhor conceituada como campo de lutas, pode ter resultados imprevistos. Tal perspectiva teórica atribui aos atores sociais um campo de possibilidades bem maior do que o suposto por Goreneder. Seu futuro não está apenas marcado pelos limites de sua classe. Se alguém entrar com um processo na justiça, poderá realmente ganhá-lo, embora seja difícil. (GRINBERG, 2008, p. 19 - 20.)

A ação de liberdade de um escravizado de nome Antônio¹ que residia na Vila de Canguçu no final do século XIX é uma boa forma de observar a atuação de um agente social que busca na justiça a busca por seus direitos, como será exposto abaixo.

Em sua ação de liberdade Antônio explica ser africano, de 60 anos de idade, residente no 1º distrito da Freguesia do Cerrito, o qual declara, em 1885, estar vivendo ilegalmente em cativo desde 1844. Em 2 de agosto de 1885, Antônio evidencia que Joaquim Nunes da Rosa, residente no mesmo distrito, o mantém injustamente no cativo desde o ano 45 de 1844, data em que foi transportado para o Brasil, por causa da guerra civil nesta província. E, exercendo função de suplicante, tem ciência do direito que o assiste a lei lavrada de 1831. Sendo assim, requisitou que o juiz nomeasse um curador que pugne por seus direitos, visto o suplicante ser pessoa miserável e incapaz de estar em juízo; e protestando desde o início, pelos salários a que tem direito, e mais alguns pontos como salários atrasados etc.

E no dia 20 de agosto de 1885 é apresentada a primeira datação para que Antônio aproveite a vida em liberdade, sem condição alguma, pois o senhor manifesta interesse em atribuir uma ponderação. Essa ação apresenta um documento manuscrito que apresenta uma breve negociação entre o senhor e o escravizado. Inicialmente Joaquim indicou que libertaria Antônio se ele continuasse a prestar serviços a ele e sua família ou a quem fosse de seu desejo, no espaço de 7 anos, mas ele reconsiderou e decidiu libertar o escravizado sem contrapartida. E logo em seguida é decretada a liberdade de Antonio pela figura do Juiz e assim acaba a ação.

O proponente cita o decreto do ano de 1831, mais dívidas salariais para assim justificar e legitimar sua solicitação. A norma em questão estabeleceria o tráfico de escravos como um crime de pirataria e também criminalizava os senhores. Mesmo a lei não tendo sido revogada,

¹Arquivo Centralizado do Judiciário / Porto Alegre/RS. Ação de liberdade. Antonio, africano, de 60 anos (Autor); Joaquim Nunes da Roza (Réu). Juízo Municipal Termo de Canguçu. 1885.

a inserção ilegal de escravos africanos no Brasil seguiu de maneira crescente até o ano de 1850, o que levava insegurança as pessoas negras e pardas livres e escravizadas nascidas no Brasil.

No texto dessa lei estavam sendo declarados livres os escravos vindos de fora do império, sendo que a punição seria dada aos responsáveis pela importação de escravos tendo como base o Código Penal brasileiro. Em outro decreto estava imposta a ampla classificação de quem seria considerado importador, incluindo os comandantes das embarcações, os financiadores das viagens e os compradores. Haveria a multa de duzentos mil réis por cabeça de cada um dos escravizados importados, além de pagarem as despesas da reexportação para qualquer parte da África, reexportação que o Governo faria com a maior brevidade, contatando com o apoio das autoridades africanas para lhes darem um asilo.

Ao mesmo tempo, o procedimento proposto cabe na lei Saraiva Cotegipe, que liberta o escravizado com 60 anos. E estipulava uma tabela de preços tanto para homens como para mulheres. O que caracteriza o seguimento de um processo de libertação paulatino para a população escravizada. No mais, a entrada de “Seu Antônio” no Brasil, no ano de 1844, aponta para uma continuidade no processo de tráfico de pessoas pelo Atlântico após a aprovação da lei Feijó, em 1831, indicando a contradição e os problemas que sustentaram um processo manteve, em certa feita, a entrada ilegal de africanos e africanas no país.

Mesmo com os problemas de aplicação, o decreto de 7 de novembro de 1831 estar presente na retórica de Seu Antônio denota sua importância, pois a escolha de ação desse escravizado é pautada pelo factível, para que sua investida tenha efetividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No seio da ação de Antônio, tanto o autor como o réu indagam, dialogam e estipulam parâmetros. Joaquim Nunes da Rosa aponta uma condição de servidão por mais sete anos para conceder a liberdade, enquanto Antônio reclama salários não pagos. Observando a datação, a ponderação do senhor é esdrúxula, porém, como o costume social estava baseado em um regime de trabalho forçado e de direito à propriedade que ainda persistiam, tal afirmativa faz sentido, pois o imaginário de libertação estava em construção.

A solicitação dos salários não pagos desaparece ao fim do acordo manuscrito na ação, ou seja, a retirada desse pedido foi o balizador do compromisso firmado entre as partes e implica refletir sobre a diferença econômica que havia entre os senhores. Agudeza de espírito de Antônio é marcada pela sutileza, pois ele tira proveito da condição financeira do senhor, pois o impacto da crise das charqueadas (VARGAS, 2012) e o empobrecimento da região era uma realidade. Portanto, a distância financeira entre os senhores aumentava, as normativas abolicionistas aumentavam de número e davam a entender que a escravidão não vivia seus melhores dias, o que auxiliou Antônio a conquistar o seu desejo.

Além disso, Antonio tem a seu favor o custo do recurso da ação de liberdade que tinha um valor alto, que ficaria na responsabilidade do senhor e ainda traz para a discussão o peso das atribuições punitivas que a lei de 1831 detinha e que não precisavam se concretizar, mas sim impressionar. Sendo assim, a pressão que Antônio faz em cima de Joaquim não é só financeiramente, mas por assim dizer, é caracterizada por um cunho psicológico, pois trata também de sérios descumprimentos da lei.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, T. L. de. **Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)**. 2008, 85f. Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em História - UFRGS, 2008.

BALHEGO, Álisson Barcellos. **O ocaso do escravismo no Rio Grande do Sul: processos cíveis de liberdade no município de Canguçu (1875-1885)**. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Licenciatura em História. Universidade Federal de Pelotas. 2016.

BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu Reencontro com a História: um exemplo de reconstituição de memória comunitária**. Porto Alegre: IEL, 1983.

CASTRO, Hebe Mattos de. **Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista- Brasil século XIX**. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COUCEIRO, Luiz Alberto. **Demandas, direitos e entendimentos da “Justiça”: um estudo de caso da sociedade escravista do Império do Brasil**. Revista de Antropologia, v. 58, n. 2, p. 390-422, 2015.

GRINBERG, Keila. **Liberata: a lei da ambiguidade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

IBGE. **População estimada IBGE**. Acessado em 25 janeiro de 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cangucu/panorama>>.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; **Justiçando o Cativo: a cultura de resistência escrava**. PICCOLO, Helga. PADOIM, Maria Medianeira (org.). História Geral do Rio Grande do Sul – Volume 2, Império. Passo Fundo: Méritos, 2006.

PREFEITURA DE CANGUÇU. **Cidade de Canguçu**. Acessado em 25 janeiro de 2019. disponível em: <<http://www.cangucu.rs.gov.br/index.php/site/noticia/visualizar/idDep/103/id/4296/?LANCA DA-A-LOGOMARCA-COMEMORATIVA-DE-161-ANOS-DO-MUNICIPIO-DE-CANGUCU.html>>.

SANTOS, Lucimar Felisberto dos. **Os bastidores da lei: estratégias escravas e o fundo de emancipação**. Revista de História, v. 1, n. 2, p. 18-39, 2009.

VARGAS, Jonas. **Das charqueadas para os cafezais? O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880**. XAVIER, Regina Célia Lima. Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, p. 275-302, 2012.

“O CASO DE ANDRÉ E LINO” AS CRIANÇAS NEGRAS E A CRIMINALIDADE (PELOTAS-RS, 1854)

JOSÉ RICARDO MARQUES RESENDE JÚNIOR¹

¹UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS –jresende@hotmail.com

Resumo: O presente texto tem como objetivo analisar um processo crime que envolve algumas crianças escravizadas de nome André e Lino. Esse processo é rico no sentido de elucidar a ideia de criminalidade a qual essas jovens pessoas escravizadas vivenciaram. Portanto, observar pela ótica da criminalidade, os lugares sociais que essas crianças circulavam e ocupavam no contexto do século XIX. Além de que, através desse tipo de fonte expõem muitos detalhes do cotidiano são expostos e relações sociais desse mundo.

Palavras-chave: Crianças. Processo-crime. Escravidão.

INTRODUÇÃO

O corpo do pequeno Paulo foi encontrado em estado de decomposição, afogado de ponta-cabeça em uma cacimba próxima a casa do Padre Nicolau de Genova, que tinha sido arrombada dias antes. Paulo era protegido do padre e guardava sua casa há mais de um mês, enquanto o sacerdote viajava. Paulo, de apenas 12 anos, comentara com outros dois pretos menores: André e Lino, que haviam dias que o padre não voltava para casa e que a mesma guardava muitas riquezas. Na madrugada do dia 27 de março André e Lino esperaram Paulo sair para fora da casa, o capturaram e o afogaram em uma cacimba próxima a casa do Padre, de ponta-cabeça, escondendo os seus pés com um jarro de flor. Em seguida, com uma faca e um martelo arrombam as dobradiças da porta da casa do padre e roubam diversos objetos. O crime, segundo consta em documento no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, indica André como culpado, sentenciando-o a duzentos açoites e ao uso de ferro no pescoço pelo tempo de 4 anos e absolve Lino.

O processo citado é bastante elucidativo da ideia de criminalidade vivenciada pelas crianças escravizadas, dentro dos diversos âmbitos a que esta perspectiva possa referir-se, já que nos apresenta um processo que especificamente trabalha a criança (MUAZE, 2008, p37)¹ negra tanto como réu, quanto como vítima.

As fontes criminais nos permitem pensar, para além da criminalidade, uma amplitude que iluminam o cotidiano e as relações sociais deste mundo. Qual era o lugar social das crianças escravizadas? Por quais lugares elas podiam circular? Qual a importância delas dentro deste contexto escravista?

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

O presente resumo é um recorte de uma dissertação, nesse momento, ainda em sua fase inicial e tem como o objetivo tentar enxergar, pela ótica da criminalidade, os lugares sociais que essas crianças circulavam e ocupavam no contexto do século XIX, a partir de 1820 até 1870. As cidades escolhidas para o desenvolvimento da pesquisa, foram pautadas em razão do seu caráter de escravidão também urbana, tendo em vista que grande parte dos crimes levantados aconteceram nesses tipos de perímetros. O recorte temporal é pensado afim de

¹ As noções de infância que entendemos para esse recorte temporal, dentro do Brasil Império é guiada pelo trabalho de Muaze

No século XIX, as idades da vida eram compreendidas de forma distinta ao que concebemos hoje. Havia a primeira infância, do nascimento aos três anos, período em que a criança necessitava ser amamentada e cuidados específicos. A segunda infância começava desde então até por volta dos sete anos, quando havia a necessidade de cuidado, mas iniciava a preparação para a vida como os aprendizados possíveis. Entre os sete e os quatorze anos era a fase da puerícia, dos castigos e dos afastamentos. A juventude era reconhecida entre o final dessa fase aos vinte ou vinte cinco anos, conforme os sexos (MUAZE, Mariana. As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008)

abranger os movimentos emancipatórios dados pelas leis de 1831, 1850 e as vésperas de 1871, tendo em vista a importância destes movimentos para as mudanças da concentração de crianças nos plantéis.

As possibilidades pensadas a partir de 1980, pelas novas correntes dos estudos sobre a escravidão no Brasil, pautada pelo paradigma da agência, nos permite produzir esta pesquisa alinhada a um novo uso das fontes seriais, cartoriais e criminais. Essa nova geração da historiografia brasileira se utiliza de um forte aparato teórico-técnico da história social, muito influenciado pela obra de E.P. Thompson. A obra do autor britânico, que será mais influente para a presente pesquisa é *Senhores e Caçadores* que analisa um episódio de desordem na região da Floresta Real de Windsor, que resultou na aplicação da pena de morte a – famosa lei negra – para mais de cinquenta novos crimes. O historiador britânico usa esse pretexto, para analisar a reestruturação da sociedade inglesa a partir da ótica da lei e do crime.

Pensar a lei como um campo de disputa, nesse momento, é uma atitude revolucionária. Porque esse olhar remodelou a forma com que se vinha pensando e produzindo a história. Até então, a lei não era vista como um espaço onde as classes, ditas como subalternas, poderiam ocupar ou mesmo disputar poder. Todavia, Thompson prova que dentro desse espaço legal, pessoas comuns se destacavam, disputavam e negociavam por suas vidas.

Dentro da historiografia social da escravidão brasileira, existe uma variedade de trabalhos a respeito da criminalidade escrava. Uma das principais referências é a comunicação de Silvia Lara em 1982 onde a autora aborda o cotidiano negro e as relações sócio-raciais de dominação, e na autonomia negra usando de brechas legais para posicionar-se contra os castigos dos senhores (LARA, 1982, p38). Tendo em vista, o recorte temporal da presente proposta, vale lembrar a importância da segunda metade do século XIX, como aponta Célia Azevedo, em sua análise que vai elucidar a forma que a recriminação e o racismo aumentam a no passo que as medidas emancipatórias também ascendem. A criminalidade, nesta perspectiva, nos traduz um contexto sócio-racial muito amplo de negociação e conflito. O livro de Machado que trabalha muito a partir dos processos crimes, nos traz uma perspectiva bastante semelhante à de Célia Azevedo, porém especificando mais as tipologias dos crimes, apontando o aumento de atentados contra os senhores neste recorte temporal que apresenta uma densa crise na sistemática escravocrata. Porém, é necessário colocar, que essa discussão teórica não circula apenas na ideia de violência e castigo, mas pensando a agência escravizada de forma muito mais ampla. Lara aborda a conexão entre a violência, controle social e reprodução da ordem escravista e constitui a ideia de uma relação de dominação cotidiana entre senhor e escravizado. O castigo não era a pauta, e não fora criticado em diversas instâncias sociais, em si, mas sim quando ocorria em excesso.

RESULTADOS

Percebemos com esta reflexão preliminar, que os processos-crime abrangem diversos contextos sociais e nos possibilita imergir em um mundo de interpretações, sendo assim, não precisa estar atrelado apenas as relações de emancipação isoladamente, serve também para pensar o cotidiano. Wissenbach discute exatamente a forma com que a criminalidade pode ser usada para reconstituir as vidas escravas e forras em um município paulista, na segunda metade do século XIX. O presente trabalho, compreende a temática da criminalidade dentro desta concepção, que enxerga a negociação dentro da iniciativa legal, e que da mesma forma, os processos criminais, como trabalhou Challhoub, trazendo uma leitura textual para a interpretação das vivências e do cotidiano escravo. Entenderemos a criminalidade, guiado por esse arcabouço teórico, tentando dar voz as populações escravizadas e percebendo o crime como um espaço de disputa de poder, de negociação e das fontes criminais como um instrumento de auxílio à percepção do cotidiano.

O afogamento de Paulo, junto ao arrombamento da casa do Padre Nicolau de Genova aconteceu no dia 5 de abril na rua da Igreja matriz na cidade de Pelotas, no ano de 1854. Os réus André e Lino são submetidos a interrogatório, depois de feito o exame de corpo de delito na casa. Nesse primeiro interrogatório, eles são defendidos pela figura de um curador e da senhora do alfaiate André. Quando perguntados em relação a idade que tinham, as duas crianças afirmam possuir menos de 14 anos. Vale um ressalvo nesse ponto, porque o código criminal de 1830 não permitia que fossem julgados os menores de 14 anos. Sendo assim, talvez tratasse de uma estratégia para que essas crianças fossem absolvidas. Mas ao contrário disso, a investigação continua e o próprio delegado acaba desconfiando da idade das crianças. As testemunhas mantêm um certo padrão nos relatos, nenhuma delas afirma ter visto as crianças praticando nenhum dos dois crimes, mas de terem visto Paulo conversar com André e Lino e de que André tinha passado alguns dias fugido da casa de sua senhora. Apesar de não afirmarem ver, todas as testemunhas tem consenso que foram as duas crianças que cometeram os crimes. Das cinco testemunhas temos, um carpinteiro, dois rendeiros portugueses, um padre e um armador. Aparentemente as testemunhas parecem ter mais proximidade ao Padre, do que necessariamente as três crianças.

Depois de dado relato das testemunhas, o promotor público intima que os senhores levem algum documento que prove a idade das crianças, que para o mesmo durante todo o processo permanecesse “muito suspeita”. Nesse momento que a história da um giro e passamos a entender a visão dos senhores em relação as crianças escravizadas.. Enquanto o senhor de Lino, que era tutelado, relata ao escrivão acompanhado do registro de batismo do mesmo, comprovando que ainda não teria completado 14 anos acrescenta que Lino sempre fora um escravo fiel e que seria incapaz de cometer tais atrocidades, devido a sua idade, que provavelmente deve ter sido coagido pelo outro menor. Em contraponto, a senhora de André não consegue o defender da mesma forma e além disso, ao apresentar os documentos referentes ao batismo de André, os escrivães percebem que na verdade André possuía 16 anos e não 14, após a intimação os dois menores são julgados, mas somente o mais velho é condenado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso de André e Lino é bastante elucidativo para pensarmos na ideia de criminalidade, sob à ótica da infância e de refletirmos as violências que essas crianças estavam sujeitas.

Durante todo processo da escravidão negra no Brasil, as crianças escravizadas desempenhavam diversas funções , a partir dos oito anos começavam a aprender ofícios para praticar no futuro, serviam água para seus senhores e atendiam suas necessidades básicas, quando mais novos, as crias de pé estavam sujeitos a ambiguidade senhorial. Por vezes podiam ser vistos participando das brincadeiras junto as crianças brancas, sendo paparicadas pelas senhoras, e por outras vezes, levando severos castigos. Todavia, se crê que as crianças escravizadas gozavam de liberdades maiores, em relação a esta mesma população na fase adulta. Circulavam quase que livremente pela cidade, brincando no cais, correndo entre vielas e campos, acompanhando outros escravos mais velhos em seus ofícios, juntando agulhas para costurar agasalhos, selando cavalos, pregando tábuas, cruzando a cidade para entregar recados ou até mesmo indo comprar mate, nessas vivências estavam sujeitas a sofrerem violências e também de cometerem crimes. A análise qualitativa nos permite entrar um pouco mais no mundo dessas crianças escravizadas, perceber os lugares que estas ocupavam e a quais tipos de violências estavam submetidas. Por mais que a pesquisa se encontre ainda no início, justifica-se na ausência de pesquisas que pensem a criminalidade junto a noção de infância escrava, e na importância desses debates para própria história social da escravidão no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

FLORENTINO, Manolo; VILLA, Carlos. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil(1810-1850). 2016. **História (São Paulo)**. V.35 e 78, 2016.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX**. In NEDER, Gizlene. História e Direito: jogos de encontros e transdisciplinaridade. Rio de Janeiro: Revan, 2007b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **Marcelino, filho de inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre Famílias Escravas em Paraíba do Sul (1835-1872)**. 1987.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Paz e Terra. João Pessoa. 1985.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**. Paz e Terra. 1981.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

LIMA, Rafael peter de. **A nefanda pirataria de carne humana: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)**. 2010.

MACHADO, Maria Helena. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOSO, Kátia M. de Queiróis. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo. Editora Brasiliense. 2013.

MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

NEVES, M. de F. R. **Infância de faces negras: a criança escrava brasileira no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, 1993.

PINTO, Luciano da Costa. **Moral e Religião no Código Criminal Imperial ou uma apologia da soberania em tempos de ilustração**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011..

TEIXEIRA, Heloísa. **A não-infância: crianças como mão-de-obra em Mariana (1850-1900)** Tese.PPHE. USP. 2007

WISSENBACH, Maria Cristina dos santos. **Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)**. São Paulo: Hucitec, 1998.

CRIME E FAMÍLIA

JULIA VANESSA ANDRADE DA SILVA¹

¹Universidade Federal de Pelotas – juliaandrade2496@gmail.com

Resumo: A presente comunicação tem por objetivo apresentar algumas considerações acerca da pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas-UFPel, que busca investigar crimes na cidade de Pelotas, entre os anos de 1880-1910, envolvendo famílias e categorizados como crimes de sangue, através do estudo de processos-crime

Palavras-chave: Família. Processo-crime. Pelotas.

INTRODUÇÃO

Os crimes de sangue são delitos cometidos contra a pessoa e contra a vida, e se referem principalmente a homicídios e tentativas de homicídio. Os crimes de tentativa de homicídio, apresentam algumas especificidades próprias, a depender da natureza do ferimento produzido, podendo ser considerados lesão corporal pela justiça (RIBEIRO, 1995).

Dois tipos de crime de sangue são elencados na pesquisa. Aqueles cometidos por membros da mesma família contra outros sujeitos; e os atos delituosos cometidos contra seus próprios familiares, categorizado como crime intrafamiliar.

Quanto a constituição do conceito de família, entende-se que, embora o casamento formal seja um dos eixos constituidores de famílias, se torna limitado (PINTO, 2011). Considerar apenas os membros residentes em uma mesma residência, é restritivo. Portanto, concorda-se com Azevedo (2018), que percebe a família através das relações de parentesco mais amplas, de uma família estendida, que aceita membros externos ao núcleo central, tais como, primos, tios, tias, sobrinhos, e os laços afetivos além do definido pelos laços matrimoniais.

O recorte temporal do projeto, pertence ao período de transição entre anos finais da escravidão e o início do pós abolição, bem como, a passagem do Império para um novo sistema de governo Republicano. Momento, portanto, de rupturas, transformações, mas também continuidades, tanto no âmbito político, quanto social.

O projeto se centra na cidade de Pelotas e assim como em outras regiões do país, em decorrência de um movimento que visava a urbanização e modernização do país, adaptando-os aos moldes europeus, Pelotas passa por diversas transformações em seu espaço urbano (GUEDES, 2014). Essas modificações iniciam nos períodos finais do século XIX e se acentuam com a proclamação da República com a tentativa de construção de um País Republicano. Portanto, o recorte espacial se situa neste contexto.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Por se tratar de um projeto em desenvolvimento, a metodologia de trabalho se encontra em contínuo aperfeiçoamento e neste momento, contempla o entrelaçamento entre análise documental e revisão bibliográfica sobre a temática.

Assim, propõe-se dois eixos de análise.

A primeira ocupa-se do estudo dos códigos de controle e punição. O projeto aborda dois momentos legais diferentes e perpassa a aplicação de dois códigos distintos. *O código Criminal do Império*, do ano de 1830 e o *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*, promulgado em 1890, e implementado em 1891, após a proclamação da República.

Aqui, contrapor-se-á os dois códigos. O principal ponto a ser analisado se refere as transformações e/ou continuidades dispensada ao tratamento do papel da família.

O presente projeto perpassa dois momentos legais distintos, os últimos anos de vigência do Regime Imperial e os primeiros anos de instituição da ordem republicana. Durante o período

Imperial, no ano de 1830, foi promulgado o Código Criminal do Império, que, era balizado seguindo a ideologia da Escola Clássica de Direito, que tinha base em ideias burguesas de liberalismo e defesa da propriedade e do indivíduo. Nessa percepção o sujeito teria total liberdade e construiria junto com outros, as leis pelas quais estaria sujeito; essa construção pressupõe a total responsabilidade do sujeito que comete a quebra a norma legal (RIBEIRO, 1995). Cancelli (2001), pontua que para o Direito clássico, todo indivíduo poderia cometer crimes, pois o comportamento desviado se relaciona com condições socialmente estabelecidas, ou seja, o que levaria ao crime seriam males sociais.

O segundo eixo, trata da análise da fonte documental principal, os processos-crime. Para tanto, compreende-se que um processo se estrutura com dois acontecimentos distintos: a ocorrência do crime propriamente dito, onde se dá a quebra da norma legal estabelecida e o segundo acontecimento ocorre a partir da atuação do aparelho repressivo, que tem como objetivo determinar a “Verdade” do que ocorreu e determinar um culpado. Portanto, os autos estabelecidos, que se referem a essa materialização do processo são uma transcrição ou elaboração deste, o qual se organiza através da agência de vários atores (FAUSTO 1984).

RESULTADOS

Em primeiro lugar, percebe-se que existe uma clara continuação entre os dois códigos no que concerne a questões sobre família.

As leis constituídas, apontam sobretudo para conduta de moralidade, honra e casamento. O Código Criminal do Império é fortemente marcado pela moral católica, enquanto no Código Penal a tutela da família passa a ser do Estado e não mais da religião. Isso não retira a tentativa da moralização dispensada a instituição da família, ao contrário, transfere-a do campo privado para campo público (BALBINOT, 2014). Quanto aos processos-crime, encontram-se em fase de levantamento e análise prévia.

Entende-se que se constrói como uma fonte objetiva, produzida pelo poder judiciário, com um objetivo específico, e portanto deve ser considerada e entendida como um mecanismo de controle social (MULHEN, 2014). Toma-se por conseguinte, como um mecanismo de construção da verdade, um campo, onde se disputam versões que objetivam se impor sobre a visão adversária.

Foram levantados até o presente momento, três processos-crime que compreendem a uma pesquisa preliminar da documentação relativa aos anos de 1880 a 1890, sendo ainda necessária a investigação dos processos relativos aos anos restantes, de 1890 a 1910.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crime e a criminalidade como objeto de estudo ainda está longe de se esgotar, mesmo que se fale de apenas uma cidade. Uma lacuna aberta é o que está sendo pesquisado e pretende-se trazer algumas resoluções e também contribuições para futuras investigações sobre a temática. Percebe-se que a pesquisa tem avançado, embora ainda esteja em fase inicial, ao desenvolver o debate sobre a família no código penal. Além do avanço na leitura bibliográfica, a análise prévia de alguns processos, apontam para elementos propostos nos objetivos e assim percebe-se que a pesquisa está se desenvolvendo de acordo com o pretendido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Paulo Sergio de Souza. **Relações familiares e encontros étnicos em um povoado rural: solidariedades e conflitos em Ijuí/rs (1890-1924)**. Porto Alegre, UFRGS, 2018.

BALBINOT, Elizete Carmem Ferrari. **Moral e sedução: O discurso do Judiciário nos processos de defloração na Comarca de Caxias do Sul (1900-1950)**. São Leopoldo. Unisinos, 2014.

CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Edusp, 1984.

GUEDES, Geza Lisiane Carús. **Criminalidade feminina: mulheres negras e os homicídios em Pelotas (1880-1890)**. Pelotas, UFPel, 2014.

MÜHLEN, caroline von. O que podemos extrair dos Processos Judiciais? A presença de imigrantes e seus descendentes na fonte judicial. **Anais do XXI encontro estadual da AMPUH. História, verdade e ética**. Unissinos, 2014.

PINTO, Luciano Rocha. Sobre a arte de punir no Código Imperial. **Anais do XIV encontro regional de memória e Patrimônio da Ampuh-Rio**. Rio de Janeiro, julho de 2010.

RIBEIRO, Carlos Antônio da Costa. **Cor e Criminalidade: Estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)**: Editora UFRJ, 1995.

“E RECEBENDO DELA INGRATIDÕES, APAIXONOU-SE A PONTO DE ASSASSINAR”: RELAÇÕES DE GÊNERO NO COTIDIANO DE MULHERES ESCRAVIZADAS E LIBERTAS NA PELOTAS OITOCENTISTA.

NATÁLIA PINTO ¹

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – nataliagpinto@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem por objetivo investigar relações de gênero e escravidão na região de Pelotas na segunda metade do século XIX. O principal corpo documental do trabalho são os processos criminais. Ao realizar a leitura da fonte coligida tem-se o intuito de compreender como foram gestadas as dinâmicas afetivas e as vivências dessas personagens, especialmente, as mulheres negras em seus envolvimento afetivos com seus companheiros de vida e de infortúnio. Além disso, o trabalho visa refletir sobre o protagonismo das mulheres em suas ações de escolhas e não abordando elas apenas como vítimas da violência das relações escravistas e de seus parceiros.

Palavras-chave: Gênero. Escravidão. Século XIX.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a temática das relações de gênero e da escravidão na história do Brasil, implica, sobretudo, considerar as experiências de mulheres negras no mundo do trabalho e não apenas como vítimas da violência sexual ou aos trabalhos em excesso no mundo do cativo. É pertinente pontuar que mulheres negras, fossem elas escravizadas, libertas, livres, crioulas ou africanas, atuaram como protagonistas de seus projetos de trabalho, liberdade e emancipação da escravidão em território brasileiro. Muito comum ainda no campo da historiografia social da escravidão e do pós-abolição, nos referirmos aos escravizados de maneira geral, isto é, “como se estes fossem isentos de gênero e sexo, e pudessem ser inseridos numa única categoria”. Condições de vida, trabalho, saúde, relações sociais e comunitárias são frequentemente descritas como características de um modo de vida do escravizado sem que nenhum momento se mencione as diferenças de homens e mulheres.

Juliana e Joaquim; Sofia e Domingos; personagens de complicadas histórias que se passaram em Pelotas na segunda metade do século XIX. Peço aqui atenção para a história das mulheres que enfrentaram um cotidiano de luta pela sobrevivência e buscaram formas de se defender da exploração e da subjugação do sistema escravista, além das tão desiguais relações entre homens e mulheres na sociedade de seu tempo. Ser mulher e negra em uma sociedade escravista tornou a existência de mulheres muito mais difícil e complexa, pois elas estiveram sempre sujeitas a toda sorte de investidas e intempéries. Essa proposta de trabalho tem por objetivo discutir relações de gênero e escravidão tentando pontuar os diferentes papéis dessas mulheres diante da tentativa de terem controle sobre suas próprias vidas.

Não existe uma história única que dê conta de relatar tudo que se passou com estas mulheres que vivenciaram a experiência da escravidão e da liberdade. Ao invés disso, optei por abordar a história de algumas mulheres – duas escravizadas nascidas no Brasil e que se tornaram libertas, e uma nascida livre na África e transportada à força pelo comércio infame de seres humanos pelo Atlântico como escrava. Não posso dizer que as histórias aqui abordadas sejam típicas, mas posso frisar que essas histórias permitem vislumbrar singularidades e semelhanças em situações distintas. As particularidades de suas experiências revelam opções que elas identificaram para si ou forjaram enquanto tentavam obter o que queriam, os ganhos que tiveram, os preços que pagaram, as dificuldades de enfrentaram. Encontrei os fragmentos das histórias dessas mulheres em diferentes arquivos da cidade de Pelotas e Porto Alegre. Pelos vestígios encontrados nos mais variados documentos foi possível reconstruir parte de suas vidas, pois, é notório que tenham vivido e partilhado muitas histórias com um leque social muito maior, que infelizmente essa historiadora não conseguiu desvendar. As fontes pesquisadas para a construção deste trabalho foram: processos crimes e cartas de alforria.

Como ferramenta metodológica utilizo-me dos preceitos da micro-história. Ao tentar seguir os passos dessas mulheres através de suas experiências individuais ou coletivas, não significa de maneira alguma uma busca acentuada de suas ações. A diminuição na escala de análise, o estudo da especificidade do indivíduo frente a uma coletividade, o uso intensivo de fontes documentais foram pressupostos elencados para este trabalho. (LEVI, 2000)

Os fragmentos narrativos contidos nestes esparsos documentos que cotejei sobre as experiências de Juliana e Sofia exemplificam vários dos temas que serão tratados nesta investigação. Vestígios documentais diversos e entrecruzados permitem-nos analisar trajetórias de escravidão e liberdade experimentadas pelas vivências de mulheres que passaram pela experiência da escravização, da diáspora transatlântica, da organização de uma vida em senzala, da afetividade, da maternidade, da obtenção da alforria e da dura vida como forra. Não foram experiências isoladas, mas coletivas. Não foram experiências únicas ou raras, mas múltiplas e conectadas.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Poderia afirmar que essa história narrada teve o seu início no ano de 1861, com a abertura de um processo-crime; entretanto, certamente se trata de uma história muito mais antiga, envolvendo uma trajetória ancorada por sonhos e projetos de construir uma vida em comum. A crioula liberta Juliana foi encontrada morta no interior de sua casa, na cidade de Pelotas, crime cujo principal suspeito era Joaquim. O acusado de assassinato pertencia ao charqueador Domingos Soares Barbosa, tinha 28 anos de idade, solteiro, africano de nação mina e trabalha nos serviços de charqueada como carneador, todavia não se lembrava ao certo o tempo que residia e laborava na propriedade de seu senhor. O delegado perguntou ao réu se ele sabia o motivo pelo qual era acusado e se precisava de algum esclarecimento a esse respeito. Joaquim relatara que sim e inicia-se o relato da cena do crime que cometera contra sua companheira de vida, como podemos observar no seguinte trecho do depoimento:

Respondeu que vivendo com uma preta Juliana a quem ele respondente havia forrado e recebendo dela ingratidões, apaixonou-se a ponto de assassinar em novembro do ano passado, e que hoje está arrependido de cometer esse crime devido a sua cabeça. (LEVI, 2000, p.54)

Havia boatos de que a preta forrada por Joaquim teria trocado os braços de seu amásio por outro. Movido pelos ciúmes de sua amásia o escravo Joaquim acabou matando-a depois para seu próprio desespero, matando com várias facadas, provavelmente o mesmo instrumento cortante que utilizara para carnear o charque nas safras da charqueada de seu proprietário. Levado pela loucura de sua cabeça ou pelos ciúmes de seu amor não mais correspondido, Joaquim depois de cometer o assassinato segue em direção a Rua da Cadeia da cidade, seguido por uma multidão que deve ter presenciado os últimos gemidos da preta Juliana. Parece que o escravo Joaquim não foi o único a perder os sentidos da razão a matar sua companheira naquele passado de outrora.

Situação semelhante foi vivenciada pelo escravo José, africano, mina, aparentava ter cinquenta anos mais ou menos, sendo carneador e marinheiro na propriedade de José Antônio Moreira, charqueador na localidade. O crime cometido por José ocorrera em 1869, respondendo ao inquérito de perguntas, ele mencionou que emprestara 600 mil réis para a preta Sofia se forrar, todavia ela se demorara a devolver a quantia tirada como empréstimo, visto que José também tinha a intenção de comprar a sua alforria, tendo falado com seu senhor para lhe dar “permissão” para arranjar meios de acumular pecúlio para tratar de sua liberdade. Relata também que deixara junto a preta Sofia a quantia de quatrocentos mil réis para ela guardar até

a volta de sua viagem.¹ Contudo sempre que José pedia a preta Sofia que lhe entregasse tanto a quantia emprestada para comprar sua liberdade como a sua módica poupança para um projeto de liberdade, Sofia sempre se negava a devolver o dinheiro e dizia-lhe: “vai cuidar de seu cativo”. Cansado das negativas da preta Sofia e ao descobrir que tinha dado seu pecúlio para outra pessoa, foi tirar satisfações com a mãe de seus filhos, porém da zanga de Sofia ao tentar agredi-lo com uma faca, o desfecho foi que o escravo José acabou tomando de suas mãos a faca e golpeando-a com várias facadas até o seu falecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos relatos das testemunhas arroladas em ambos os processos-crimes, é plausível um discurso e uma retórica de criar pejorativa dessas mulheres que entretinham relações com outros homens, a figura duvidosa de uma mulher infiel. No entanto, outro ponto importante a ser destacado é de que especialmente em se tratando da figura de Sofia, mesmo que sua condição de mulher liberta (segundo o depoimento de José foi alforriada por ele) tomou uma postura suficientemente livre para tomar decisões sobre seu destino. É provável que o amasiamento com o africano José tivesse a intenção de angariar um projeto de liberdade para si e seus filhos. Contudo, Sofia e também Juliana tinham desejos e anseios de entreter relações com outros parceiros, e essa ação de escolha indica que elas estavam viabilizando suas escolhas e vontades sobre a suas vidas e corpos. Sofia e Juliana vivenciaram a tutela de seus corpos e de seu trabalho para algum homem branco da sociedade de Pelotas, mesmo que os relacionamentos tidos com seus parceiros de escravidão tivessem lhe proporcionado à possibilidade de se tornarem egressas do cativo, isso não foi crucial para estes companheiros tornarem-se senhores delas a partir dessa nova configuração social que possuíam. Eram livres na condição e livres no âmbito de escolherem com quem ter relações amorosas. Senhoras de si e de seus corpos. Tanto Sofia como Juliana não almejavam ter em suas vidas um novo cativo imposto pelos parceiros de infortúnio. Essas mulheres partilhavam da apropriação de seus corpos, mas não de uma maneira que vejamos essas mulheres de forma sexualizada, mas sim a liberdade de fazer o que desejam com seus corpos.

À guisa de conclusão Sofia e Juliana ao optarem por não mais viverem um relacionamento com seus respectivos amálios, foram obrigadas a encarar um terrível desfecho para com suas vidas, a violência pelo assassinato, visto que elas, para Joaquim e Domingos elas representavam suas posses, portanto, o direito de ceifar suas vidas estava nas mãos deles. Todavia, mesmo sob esse interregno de poder e submissão que estavam submentidas, elas demonstravam sua agência, suas escolhas e negociações, como, por exemplo, desfrutar da proteção de um parceiro para conseguir a carta de liberdade, ou terminar um relacionamento afetivo quando esse não era mais desejado e vantajoso para si, o que inegavelmente afrontava a honra masculina. Assim sendo, quando Sofia menciona “**vá cuidar de seu cativo**” ela esteja infringindo um papel de gênero amalgamado para as mulheres dêu tempo, pois ela rompe com o papel lhe atribuído como mãe honrosa e mulher disciplinada. Ela quer escolher livremente com quem quer compartilhar a vida, mas a honra de Domingos precisou ser posta com sangue pelos golpes a facada, visto que Sofia não foi submissa aos seus desejos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIZA, Marília. **Mães infames, rebentos venturosos:** mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX). Tese de Doutorado. São Paulo: PPG de História da USP, 2017.

¹ Processo-Crime de número 264. Ano: 1869. Tribunal do Júri. Pelotas. APERS

CASTILHO, Celso; MACHADO, Maria helena P.T. (orgs.). **Tornando-se livre:** agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: EDUSP, 2015.

COWLING, Camila. **Concebendo a liberdade:** mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de havana e Rio de Janeiro. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018.

GOMES, Flávio; PAIXÃO, Marcelo. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, 2008.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MACHADO, Maria Helena. Entre dois beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão. In: XAVIER, Giovana e et. al. **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação.** São Paulo: Selo NEGRO, 2012.

TELLES, Lorena. **Teresa benguela e Felipa crioula estavam grávidas:** maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da USP, São Paulo, 2018.

Simpósio Temático

GÊNERO E HISTÓRIA DAS MULHERES: RESISTÊNCIA, TRAJETÓRIAS E SABERES

Coordenadoras: Profa. Sinara Veiga, Profa. Arantxa da Silva, Profa. Sara Bittencourt e
Profa. Me. Renata da Silva

MULHER COMO OBJETO ERÓTICO ATRAVÉS DO JORNAL *O RIO NU* (1909)

ANDRIELI PAULA FRANA¹

¹Universidade Federal de Pelotas– andrielip_frana@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho é parte da dissertação desenvolvida pela autora, tem como objetivo discutir a utilização do corpo feminino pela mídia pornográfica do início do século XX. Para isto, utilizamos como fonte as capas do jornal *O Rio Nu*, o primeiro impresso brasileiro do gênero, os conceitos de gênero/corpo, erotismo e pornografia nos ajudaram a guiar a análise. As capas utilizadas na pesquisa são as dos anos de 1908 e 1909, sendo as únicas a apresentar fotografias.

Palavras-chave: Erotismo, gênero, corpo.

INTRODUÇÃO

Durante os anos de 1898 e 1916 o jornal *O Rio Nu* circulou pela cidade do Rio de Janeiro e interior do estado, era um periódico voltado ao público masculino, que trazia fotografias, charges, piadas e textos repletos de anedotas e malícia. *O Rio Nu* foi o primeiro jornal do gênero, pode se dizer, pornográfico no Brasil, abrindo espaço para outros que seriam criados no início do século XX. O jornal poderia ser caracterizado de diversas formas, seus assuntos eram variados, mas o tópico que nos é relevante é a questão pornográfica, que está presente em histórias e propagandas publicadas no jornal e, principalmente, nas capas. Além do jornal a tipografia na qual ele era produzido também se dedicava a livros pornográficos, que eram anunciados no jornal.

A dissertação pretende analisar como as capas se utilizavam e caracterizavam o corpo feminino como uma forma de chamar a atenção do leitor, ainda, como ele construía um “imaginário” sobre estas mulheres. Para este trabalho, decidimos apresentar uma análise de duas capas do periódico para auxiliar na discussão sobre a relação entre o corpo feminino e a pornografia. Como o trabalho trata-se de um resumo não adentraremos em discussões teóricas sobre a fonte ou muitos detalhes históricos de sua criação, nos concentraremos nas questões teóricas/conceituais dos conteúdos que serão tratados neste estudo.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A pornografia surge no século XVI com os escritos filosóficos e críticas aos governos monárquicos da Europa, se utilizando do sexo como uma forma de discutir estes assuntos, mas entre os séculos XVIII e XIX o contexto político e filosófico destes escritos se “perde”, tornando-se um objeto de entretenimento. A pornografia começa a se utilizar do corpo feminino como “um objeto a serviço do prazer masculino” (HUNT, 1999, p. 46), eram escritos sobre sexo de homens para homens. A autora salienta que os ideais crescentes no século XIX tendem a separar profundamente a esfera pública da privada, a mulher passou a fazer parte da vida privada (familiar). Logo era necessária a “reafirmação da diferença sexual – e, portanto, sexual e política – fundamental entre homens e mulheres” (HUNT, 1999, p. 46), pornografia ganha força nesse contexto.

Para entendermos como essa mulher era construída a partir desse viés pornográfica do periódico, faremos a análise considerando o conceito antropológico de corpo. O corpo é então visto como um artefato cultural, tornando-se a visualidade de uma estrutura social, neste caso de um projeto de sociedade moderna ocidental (MAUSS, 1974, p. 401). Corpo é pensado, segundo Maluf

Um sentido em comum às várias abordagens antropológicas sobre o corpo - por diferentes e às vezes antagônicas que possam ser - é o de pensar o corpo como uma construção social e cultural, e não somente como um dado natural. A antropologia busca desnaturalizar o que é visto como dado pela natureza - seja isso uma regra de

comportamento e de classificação social (a proibição do incesto por exemplo), seja a própria noção de corpo - e mostrar as dimensões sociais e simbólicas desses fenômenos. Esse ponto de partida é importante na medida em que muitas vezes o "corpo" é tomado, mesmo por estudiosos e pesquisadores no campo das ciências humanas, como o reduto da natureza em um ser humano genérico, obedecendo a instintos e necessidades biológicas, e não como produto e produtor de regras e valores culturais. (MALUF, 2002, p. 88-89)

Os estudos sobre o corpo na antropologia, assunto que era essencialmente pensado pela medicina, são inaugurados por Mauss em sua consagrada teoria de “técnicas do corpo”. Onde o autor realizou um estudo sobre diferentes formas de relacionar-se com ações diárias - como nadar, beber água ou dormir – ou relações particulares, nos diferentes grupos sociais. Para Mauss o corpo é um objeto de aprendizado, guiado pela sociedade qual o indivíduo está inserido, retratando a cultura dessa comunidade e seguindo suas transformações. O corpo como uma expressão da cultura (MAUSS, 1974). Bem como complementa Le Breton “Cada sociedade, no interior de sua visão de mundo, delineia um saber singular sobre o corpo: seus elementos constitutivos, suas performances, suas correspondências etc.” (LE BRETON, 2013, p. 8).

Para além das diferenças culturais entre sociedades, Mauss ainda discute sobre como o corpo é ensinado de diferentes formas dentro de um grupo, existindo diferenças corpóreas entre classes, idade, religião e gênero. Este último será extremamente importante para responder os questionamentos levantados nesta pesquisa. Pensaremos o corpo também a partir Le Breton, que apoia-se nos estudos antropológicos de Mauss.

O autor apresenta uma discussão sobre o corpo a partir de uma perspectiva moderna e ocidental sobre ele, importantes questões a serem levadas em consideração pelo contexto e intenção do periódico pesquisado. Para Le Breton

O corpo moderno é uma ordem. Ele implica o isolamento do sujeito em relação aos outros (uma estrutura social do tipo individualista), em relação ao cosmo (as matérias primas que compõem o corpo não tem qualquer correspondência em outra parte), e em relação a ele mesmo (ter um corpo, mais do que ser o seu corpo). (LE BRETON, 2013, p.9)

Para Le Breton (2013, 309) o corpo moderno é individualista, que se constitui a partir do “pensamento racional” e encoberto de laicidade, onde as crenças e saberes locais acabam subjugados a racionalidade. Esse corpo não é apenas construído através de uma relação de saberes entre indivíduos sociais próximos, apresentado por Mauss, mas bem como através de novas formas de reprodução cultural, como as mídias escritas e imagéticas. Essas mídias ganham um papel considerável na modernidade, e os processos de propagação da cultura tomam proporções mundiais.

A pornografia como um objeto cultural, constrói e reconstrói um imaginário sobre o sexo, gênero e moralidade (NUNES, 1997, p. 20). Pensando nessa construção de gênero é que este trabalho foi, e está sendo desenvolvido, entenderemos o gênero a partir de uma perspectiva de não separação entre gênero/corpo/sexo. Para pensar essa construção do “ser mulher” ou “ser homem”, o gênero será o conceito norteador dessas relações. Thomas Laqueur em seu livro *Inventando o Sexo* nos dá um panorama geral sobre a construção do sexo no Ocidente. Algo central na teoria da Laqueur é a ideia de que o gênero construiu o sexo e o corpo feminino ou masculino. O autor constrói uma história das representações do corpo biológico desde a Grécia Clássica ao século XIX, onde ele demonstra que a forma como o corpo biológico é visto pela medicina se baseia nas relações de gênero e políticas preexistentes (LAQUEUR, 2001). No pré - Iluminismo havia um modelo de sexo biológico único, onde a mulher era uma versão “imperfeita” do homem. Seus corpos eram constituídos e pensados da mesma maneira, a

genitália feminina era a mesma da masculina, apenas “invertida” para dentro do corpo. O “ser homem” ou “ser mulher” era uma forma de reprodução social e não um fato biológico, para Laqueur o sexo nesse contexto era uma “categoria sociológica e não ontológica” (LAQUEUR, 2001, p.19). A partir do século XVIII que os primeiros Iluministas começam a pensar o sexo e corpo a partir da diferença, como uma forma de “justificar” as desigualdades existentes.

Laqueur utiliza como um dos exemplos para pensar essa relação, o esqueleto humano, que no modelo de sexo único era reproduzido unicamente como o corpo do homem, já que a mulher é uma versão “Imperfeita” desse sujeito universal. As diferenças corpóreas entre homens e mulheres começam a ser pensadas a partir de uma ideia de poder baseadas nas relações gênero, assim, o esqueleto feminino passa a ser ilustrado com características “próprias” com o intuito de diferencia-lo do masculino, transformando essas diferenças em algo não apenas social, mas biológico, natural e imutável. Esta era um campo de relações de poder político.

Mas a epistemologia sozinha não produziu dois sexos opostos; isso ocorreu em certas circunstâncias políticas. A política, amplamente compreendida como competição de poder, criou novas formas de constituir o sujeito e as realidades sociais dentro das quais o homem vivia. Falar em tom sério sobre sexualidade era, inevitavelmente, falar sobre a ordem social que ela representava e legitimava. “A sociedade”, escreve Maurice Godelier, “persegue a sexualidade do corpo.” (LAQUEUR, 2001, p. 22)

Logo, falar sobre gênero é falar sobre política e relações de poder que constituem as diferentes sociedades ocidentais.

O gênero é pensado por algumas vertentes feministas e acadêmicas como uma forma de “distinguir entre a natureza e a cultura” (PSCIDELLI, 2009, p. 123). Sendo assim, o sexo seria algo natural, nascemos com características físicas de um dos dois sexos, menino ou menina. O gênero nos seria dado pela cultura, representado pelas relações e estereótipos que o “ser homem” e o “ser mulher” carregam, como por exemplo as mulheres usam maquiagem e homens não, ou até questões mais profundas, como sentir emoções ser algo feminino e o ser racional ser atribuído ao masculino (PISCIDELLI, 2009, p. 124 – 125). Nicholson critica essa visão, apontando que essa ideia de gênero tente a “deixar de lado” a forma como as diferentes culturas constroem e veem o corpo. O pensamento de Nicholson se constrói na ideia de que quando nascemos com órgãos sexuais considerados femininos ou masculinos, isto não seria para todas as culturas em todos os momentos o afirmativo do “ser homem” ou “ser mulher”.

Não estou refutando a ideia de que todas as sociedades possuem alguma forma de distinção masculino/feminino. [...]O que acontece é que as diferenças no sentido e na importância atribuídas ao corpo de fato existem. Esses tipos de diferença, por sua vez, afetam a distinção masculino/feminino. (NICHOLSON 1999, p.7)

A autora baseia parte de sua análise em Laqueur, ao pensar como o corpo e sexo afetaram a construção do gênero e vice-versa. Logo, pensarmos como se estrutura o que é ser uma mulher é pensar as relações de política do corpo presentes em determinadas sociedades (NICHOLSON, 1999).

Scott traz uma reflexão relevante para pensar o gênero, a de que não há uma única definição para gênero, sendo ele “uma tentativa historicamente e culturalmente variável, de proporcionar uma grade de inteligibilidade para o sexo; como tal, nunca poderá ser preso a uma única definição”¹ (SCOTT, 2018, p. 17). Para a autora essa possibilidade de não limita-lo a uma

¹ Tradução nossa, original: “a historically and culturally variable attempt to provide a grid of intelligibility for sex; as such it can never be pinned down to a settled definition.” (SCOTT, 2017, p. 17)

única definição é o que faz “o gênero continua sendo uma categoria útil para análise histórica”² (SCOTT, 2018, p. 17). Essa possibilidade de abertura do conceito permite pensa-lo em conjunto com outras questões, como poder ou corpo. Ainda, pensar o gênero não apenas como “onde estavam as mulheres em determinado momento histórico?”, mas como se pensava o sexo e como este poderia ser usado para construir o gênero e outras categorias, e vice e versa (SCOTT, 2018, p. 20). No próximo tópico analisaremos as capas número 1125 (1909) e 1094 (1909) a partir dos conceitos apresentados.

RESULTADOS

As fotografias que aparecem nas capas do *O Rio Nu* tem origem em uma publicação francesa intitulada *L'étude Académique*, que servia como um manual para fotógrafos e artistas com técnicas de fotografia, como ângulos, iluminação e espaço. Estas fotografias foram retiradas deste manual e sua significação mudou. Quando transferidas para as capas do jornal elas ganham um novo significado, o erótico. O que auxilia nesse novo significado dado as imagens é o poema que as acompanha, presentes nas capas próximos as fotografias. Estes poemas aparecem como uma forma de auxiliar o leitor a visualização das imagens, as caracterizando de forma sexualizada, além de demonstrar como o leitor deveria se sentir/imaginar diante de cada fotografia.



Fonte: O Rio Nu, capa, 24 abr. 1909.



Fonte: O Rio Nu, capa, 02 jan. 1909.

Na primeira capa (1125) uma mulher nua está posando para a câmera enquanto sobe uma escada, o que seria uma fotografia sobre imagem em movimento, no *O Rio Nu* ela se torna uma anedota para “trepada”, como vemos no poema ao lado. O corpo da modelo e seus

² Tradução nossa, original: “gender continues to be a useful category for historical analysis.” (SCOTT, 2017, p. 17)

movimentos são utilizados pela escrita para tornar a imagem atrativa, uma “mulher ideal” (O RIO NU, n. 1125, 1909) que seria o objeto de desejo de todo o leitor do jornal. Seu corpo também é caracterizado pelo poema, as partes quais o homem deveria se interessar – como seios ou nádegas. Ela se torna objeto ilustrativo de um desejo erótico masculino. A segunda (1094) capa apresenta uma mulher deitada em, aparentemente, uma cama com apenas um pano cobrindo as partes íntimas. O poema trata sobre as “Boas Entradas”, uma piada de duplo sentido sobre o fim de ano, já que o jornal é do dia 2 de janeiro. O texto é todo em duplo sentido, ao contrário do poema anterior que era explícito. Ele se utiliza do corpo feminino de forma subjetiva, além de caracterizar aspectos psicológicos imaginários sobre a modelo, ao invés de físicos.

Importante frisar a diferença entre os tipos de mídia que estas fotografias estão presentes, já que para torna-la um objeto pornográfico foi necessário se utilizar de mais de um tipo de suporte – o poema. Assim como o corpo, o erótico e pornográfico também são socialmente construídos, o que é considerado desejável é aprendido e apreendido coletivamente. A mulher, vista como objeto, se torna parte visual e textual, no caso do *O Rio Nu*, como forma de reprodução desse erotismo voltado para homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Rio Nu como um jornal voltado ao público masculino heterossexual, se utilizava das mulheres como forma de prender o leitor, até irônico pensar que o objeto principal do jornal eram as mulheres, mas não era recomendado a elas terem acesso ao mesmo. Estas personagens apareciam a partir de um imaginário sexual masculino, produzido e consumido pelos pares. Este trabalho como parte da dissertação que ainda em fase de finalização, deixa parte dos resultados em aberto, já que todas as capas ainda não foram analisadas, mas podemos um entendimento sobre o trabalho que está sendo desenvolvido e os caminhos que este percorre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOULEMONT, Jean Marie. **Forbidden Texts: Erotic Literature and its Readers in Eighteenth-Century France**. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1994.

HUNT, Lyn (Org.). **A invenção da pornografia: obscenidades e as origens da modernidade, 1500 – 1800**. São Paulo: Hedra, 1999.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o Gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000, p. 9 – 41.

NUNES FILHO, Nabor. **Eroticamente humano**. Piracicaba: UNIMEP, 1997.

PEÇANHA, Natália Batista. **“Regras de civilidade”**: Tecendo a masculinidade do *smart* nas páginas d’*O Rio Nu* (1898-1916). 2013. 162p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

PISCITELI, Adriana. Gênero: A história de um conceito. In: _____, ALMEIRA, Heloísa Buarque, SZWAKO, José. (Org.) **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the Politics of History**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2018.

A REPRESENTAÇÃO DA SUPER-HEROÍNA EM JESSICA JONES E ALIAS

ARANTXA SANCHES SILVA DA SILVA¹; ARISTEU ELISANDRO MACHADO LOPES²

¹Universidade Federal de Pelotas – arantxasanches@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – aristeuufpel@yahoo.com.br

Resumo: Esta apresentação trata da representação da super-heroína Jessica Jones na série em quadrinhos “*Alias*” (2001 – 2004), de Brian Michael Bendis e Michael Gaydos, e na web série homônima “*Jessica Jones*” (2015), dirigida por Melissa Rosenberg. Tendo como base as teorias da representação, da intermedialidade e da cultura da mídia, o trabalho busca desenvolver argumentos acerca das novas formas de pensar, criar e caracterizar as super-heroínas no contexto do século XXI. Neste sentido, a personagem Jessica Jones rompe com vários dos paradigmas estéticos e comportamentais esperados de sua categoria. Jones não é uma heroína convencional, do tipo que usa collant, tem cabelos vistosos e esvoaçantes e é representada em posições erotizadas, anatomicamente impossíveis. Ela utiliza roupas simples, tem relacionamentos casuais, sofre, por vezes duvida de suas habilidades, mas sempre consegue salvar o dia a sua maneira.

Palavras-chave: super heroínas – representação – mídias

INTRODUÇÃO

Quando pensamos em super-heroínas uma das primeiras referências que nos vem em mente é a Mulher Maravilha, trajando sua roupa típica nas cores da bandeira dos EUA, combatendo os vilões e defendendo os injustiçados. Mas e quanto as demais? Não foi por acaso que a Mulher Maravilha tornou-se um dos exemplos mais famosos de super-heroínas, tornando-se a principal referência deste tipo de personagem. Um ser feminino que usa de seus poderes para combater incansavelmente as forças do mal e servir como um bom modelo de inspiração. Características estas também estão presentes nos super-heróis (no caso, homens com superpoderes), contudo, há uma diferença crucial os separa: o peso da sociedade patriarcal e machista – assim como na vida real – recai sobremaneira nas costas das personagens femininas nas HQs. Retratadas muitas vezes como personagens coadjuvantes, como é o caso de Super Girl na sua origem, criadas sob um olhar masculinista, as super-heroínas, em sua grande maioria, estão longe de servirem como inspirações para meninas e mulheres do século XXI. Produzidas muitas vezes sem a intenção de agradar ao público feminino, as super-heroínas foram postas em poses hipersexualizadas e relegadas em segundo plano mesmo que em suas próprias histórias.

Contudo, nos últimos anos, a junção das reivindicações por representatividade tem mudado, ainda que a passos lentos, as representações das personagens do sexo feminino nas histórias em quadrinhos. Aqui, chegamos em dois temas muito importantes que se entrelaçam de certa forma: 1) porque estudar super-heroínas e 2) qual a importância das reivindicações de representatividade nas obras de ficção e fantasia? Neste sentido, me proponho a analisar uma personagem em particular, que traz uma nova maneira de pensarmos o que constitui uma super-heroína. Trata-se de Jessica Jones, personagem criada por Brian Michael Bendis e Michael Gaydos, para a série em quadrinhos “*Alias*” (2001 – 2004), e recentemente adaptada na web série homônima “*Jessica Jones*” (2015), dirigida por Melissa Rosenber. Ela utiliza roupas simples (ao invés de collants apertados), tem relacionamentos casuais, sofre, por vezes duvida de suas habilidades, mas sempre consegue salvar o dia a sua maneira. Para a análise, selecionamos trechos das HQs, assim como cenas da websérie, que apontam para o argumento em questão.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

O trabalho se ancora em três categorias teóricas básicas. A primeira é a da representação. Ao direcionar nosso olhar para o campo das representações evidenciamos que personagens

ficcionais “por si mesma(o)s”. Ela(e)s habitam nossa imaginação e cultura pop(ular) por meio de representações que possibilitam sua existência. Para Hall, nós concedemos sentido às coisas pela forma como as representamos – “[pel]as palavras que usamos para nos referir a elas, as histórias que narramos a seu respeito, as imagens que delas criamos, as emoções que associamos a elas, as maneiras como as classificamos e conceituamos, enfim, os valores que nelas embutimos” (2016, p. 21)

Neste sentido, Alexandre Busko Valim afirma que o entendimento das narrativas midiáticas está sujeito a um circuito comunicacional, que “se constitui mediante a relação que os filmes [e as mídias em geral] mantêm com seu contexto e com outros meios, contato que dinamiza a veiculação de representações sociais e a sua compreensão pelos atores sociais” (2012, p. 294). Com base em Kitchen e Burgmann, 2015, Schaeffer e Luce afirmam que “O surgimento da tecnologia também permitiu que consumidores e clientes ganhassem maior influência e importância para as organizações” O pensamento vai ao encontro das ideias de Ribeiro, Siqueira e Lacerda de que a “experiência vivida no presencial é fundamental, porém há uma crescente substituição dessas pelas experiências mediadas pelos discursos da mídia (Thompson, 1998), o que provoca grande influência na construção da vida social” (RIBEIRO; SIQUEIRA; LACERDA, 2006, p. 1). A segunda categoria deste trabalho é a da cultura da mídia, nas proposições de Douglas Kellner. Entender a cultura da mídia como um campo de disputa em que as demandas, ideologias e projetos de diferentes grupos sociais entram em constante conflito é um passo fundamental para esta empreitada. Adiciono também a categoria do feminino. Segundo Beauvoir, “a ideia de feminilidade impõe-se de fora a toda mulher, precisamente por que se define artificialmente pelos costumes e pelas modas” (BEAUVOIR, 1975, p. 452) Os argumentos de Beauvoir encontram eco nas afirmações da pesquisadora Selma Oliveira, um importante referencial teórico das pesquisas em arte sequencial. Para Oliveira, “Personagens de histórias em quadrinhos são como pequenos franksteins: construídos por partes. Eles são idealizados com base em certos atributos físicos ou psicológicos como cabelo, altura, ou temperamento, que não são simples características,” (2007, p. 141)

RESULTADOS

“*Alias*” é formada por 28 edições, que formam arcos de histórias contando em sua maioria histórias do cotidiano de Jones. O arco denominado *Névoa Púrpura* se diferencia pois revela o grande vilão da série; Killgrave, ou homem purpura. É esta trama que tira Jones completamente das características de uma super-heroína convencional. Mantida nas mãos de Killgrave por meses através do controle de sua mente, Jones é afastada de tudo e obrigada a realizar todas as vontades do vil. O que, a princípio, pode parecer apenas mais um arco de história, acaba por dar origem a história contada na primeira temporada da webserie “*Jessica Jones*” – algo que podemos interpretar como uma referência a relacionamentos abusivos, já que o superpoder de Killgrave consiste no controle mental. Outra característica que foge ao padrão das super-heroínas é o apreço de Jones por bebidas; tanto nos quadrinhos quanto durante a série Jones não poupa o copo e é vista em diversas cenas bebendo sem qualquer cerimônia. Esta característica chama tanto a atenção que o jornalista Leonardo Filomeno produziu uma matéria para a página “Manual do Homem Moderno” apontando todas as bebidas consumidas pela personagem ao longo da série, totalizando trinta bebidas alcólicas diferentes¹. É importante salientar que o alcoolismo da heroína (figura 1) advém justamente do trauma originado da experiência com Killgrave, o que mostra que uma super-heroína (mesmo dotado de poderes e capacidades sobre-humanas) também pode encontrar meios de fuga, válvulas de escape psicológicas semelhantes àquelas dos seres humanos comuns.

¹ Disponível em <https://manualdohomemmoderno.com.br/bebidas/todas-as-bebidas-que-jessica-jones-tomou-na-serie>



Figura 1: Série Jessica Jones

Fonte:

<https://www.netflix.com/watch/80002312?trackId=13752289&tctx=0%2C1%2C55f9e51e12e7b979af9655a0ab9591a428484282%3Aa20950f79833df5ad6f9f83f9ad423fb7feb49a4%2C%2C> Acessado em 01/12/2019

Outro aspecto das histórias de Jessica Jones que a faz destoar radicalmente de outras heroínas é sua personalidade, precisamente seu senso crítico e humor ácido. No recorte anexado abaixo (figura 2), vemos Jones dentro de um minimercado olhando revistas com conteúdo voltado ao público feminino, com slogans do tipo “vista-se para o sucesso”, “mais decote e pernas...”, etc. Enquanto a personagem lê essas reportagens, pensa consigo mesma em tom de crítica que não à toa sente-se horrível o tempo todo, ao mesmo tempo em que pondera fazer ou não um dos testes oferecidos pela revista.



Figura 2: Jessica Jones / História em Quadrinho

Disponível em: <http://talkingcomicbooks.com/2014/12/02/alias-omnibus-musings-review/> Acessado em: 02/12/2019

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito anteriormente Jessica Jones foge das características comuns de uma super heroína, o que não de modo algum faz com que ela não seja uma, mas nos mostra outra representação de super heroína, mais próxima de nossa realidade social, se comparada a mulher maravilha que coleciona perfeccionismos, Jessica Jones é como uma mulher da vida real, superando suas dificuldades, seus conflitos internos e nos mostrando que sua força vai além dos super poderes, mostrando assim a importância da representatividade nas histórias em quadrinhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE BEAUVOIR, Simone. *O Segundo sexo: A Experiência Vivida*. Rio de Janeiro: Editora Difel, 1975.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2016.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia – Estudos Culturais: Identidade Política entre o Moderno e o Pós-Moderno**. Bauru: EDUSC, 2001

OLIVEIRA, Selma Regina Nunes. **Mulher ao Quadrado: As Representações Femininas nos Quadrinhos Norte Americanos: Permanências e Ressonâncias**. Brasília: EDUNB, 2007

RIBEIRO, Maria Aparecida Padilha; SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de; LACERDA, Nilma Gonçalves. **Gênero e tecnologia: os Blogs como espaços de construção das identidades**. Disponível para acesso em: < http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/R/Ribeiro-Siqueira-Lacerda_36.pdf >. Acessado em 03 de Setembro de 2019.

SCHAEFFER, Christian Luis; LUCE, Fernando Bins. Da Mídia de Massa às Novas Mídias: Aspectos Evolutivos da Comunicação em Marketing. **II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais**.

VALIM, Alexandre. **Cap. XV História e cinema 282-299**. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012

A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA: ANÁLISE DE ENTREVISTA COM IDOSA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA E DA HISTÓRIA ORAL

CAROLINA FEITAS DE OLIVEIRA SILVA¹; LUANA COSTA BIDIGARAY²

¹Universidade Federal de Pelotas – carolinafoliveira@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – lubidigaray@hotmail.com

Resumo: Este trabalho é fruto de uma pesquisa que está em andamento e versa sobre a percepção das mulheres idosas à violência doméstica e familiar. Consiste, na análise da primeira entrevista realizada com Dona Lina, uma senhora que sofria violência doméstica de seu ex-companheiro e não tinha conhecimento de seu papel de vítima. A entrevistada fora cliente de uma das pesquisadoras, quando atuou como sua advogada no processo de separação. O aparato metodológico deste estudo é de cunho qualitativo e abrange as técnicas de História Oral temática e análise bibliográfica sobre a violência de gênero através de um olhar sociológico. A partir desta entrevista, foi possível evidenciar que a experiência de Lina trouxe significativa mudança na forma de ver sua vida e se compreender como indivíduo. Notou-se uma resignificação desta mulher e seu lugar de vítima, alguém que sofria violência e viva um relacionamento abusivo. Ainda, a partir do ocorrido não aceita viver futuras relações violentas. Por fim, verificou-se que a entrevistada reconhece que não tem apenas obrigações com possíveis companheiros/namorados, quando diz que “quer cuidar e também ser cuidada”, demonstra ter tido maturidade e entendimento de seu papel como ser humano, como mulher.

Palavras-chave: violência doméstica, história oral, mulher.

1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é algo recorrente durante a história da humanidade. A história dos direitos da mulher é algo recente, que apresenta maiores modificações a partir da década de 60. Antes, nossas vozes foram silenciadas durante a história, restando-nos o papel de coadjuvantes e expectadoras até que as mudanças ocorressem e pudéssemos expor nossas vontades.

A memória, bem explica Lucilia Delgado (2010), é o que propulsiona a formação da identidade dos indivíduos. Pois, é a partir das vivências sociais, boas ou ruins, coletivas ou íntimas, que o indivíduo se potencializa, identifica-se e se reinventa. Poder-se-á ela nos transportar para momentos e épocas distintas não só por sentimentos, mas através de nosso corpo, dos nossos sentidos. No caso que analisaremos aqui, tivemos o término, de um amor onde o conhecimento de si, como mulher e indivíduo investido de direito à integridade física e psicológica, mesmo que tardio, deu lugar para a coragem de uma mulher idosa que sofria agressões constantes.

Esta pesquisa está em andamento e consiste em uma análise da primeira entrevista realizada com Dona Lina¹ (como assim a chamamos desde o início). Uma idosa, hoje com 71 anos que havia sido cliente de uma das pesquisadoras em um processo de separação, cuja motivação foram os atos de violência que seu companheiro a submeteu durante o tempo em que viveram juntos. Lina separou-se do companheiro que lhe agredia aos 65 anos, quando tivera conhecimento de que era vítima da violência doméstica.

De origem simples, nascida e criada no interior de uma cidade gaúcha, Lina casou-se muito cedo e logo ficou viúva. Criou praticamente sozinha o filho que teve com seu falecido marido. Quando o menino tinha dezessete anos, iniciou um relacionamento amoroso com Amaro², que durou quinze anos. Por mais intrigante que possa parecer, nossa personagem não tinha conhecimento que sua condição de mulher lhe proporcionava alguns benefícios, tais como o direito de não ser agredida em sua própria casa por seu companheiro.

¹ Nome fictício dado à entrevistada, para que sua identidade seja preservada.

² Nome dado ao agressor, que não corresponde à sua verdadeira identificação.

A história que analisaremos a seguir, trata sobre essa mulher que mesmo idosa, procurou seus direitos e teve sua liberdade seu amor próprio de volta. O presente artigo, tem por objetivo, portanto, a análise da entrevista realizada com Dona Lina, a partir da história Oral.

2. METODOLOGIA

O estudo utiliza as técnicas de pesquisa da História Oral temática que, para Meyhy e Holanda (2011), não é de uso exclusivo dos historiadores, podendo ser aplicada nas diversas áreas das Ciências Sociais, como na Antropologia, no Direito e na Sociologia. Além disso, para a construção da discussão referente à violência contra a mulher e da própria análise da entrevista, utilizou-se como base a pesquisa bibliográfica em estudos que versam acerca da violência de gênero.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO TEÓRICA

A entrevista com Lina, realizou-se em uma cidade da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, em maio do ano de 2016. O local escolhido foi a residência da entrevistada e durou aproximadamente duas horas. O dispositivo utilizado para a gravação foi o telefone celular. No encontro que culminou na entrevista, procurou-se visualizar a mulher, vítima de violência doméstica para aqui “apresentar novas hipóteses e versões sobre processos já analisados e conhecidos” (DELGADO, 2006, p.19) que não procuram somente por questões judiciais, mas a mulher que foi vítima de violência doméstica. Tendo em mente que a história oral constitui-se em “um conjunto de procedimentos É a soma articulada, planejada, de algumas atitudes pensadas como um conjunto” (MEYHI, 2007, p.15).

Enfatizamos, ainda, que serão expostos e analisados os trechos da entrevista que trazem ligações a forma como Lina vislumbra o papel da mulher, no caso como ela interpreta e compreende os papéis de gênero nas relações amorosas. Tais significações são centrais em sua história, tanto para sua permanência em um relacionamento abusivo e violento, quanto para a descoberta de seus direitos e a continuidade de sua vida após a separação.

Seguindo esta perspectiva, é importante demonstrar como Lina, extremamente ligada ao gênero, através de sua memória feminina e de mulher mais velha, compreende qual era o seu lugar na família e na sociedade na qual está inserida:

(...) era assim: eu fazia o serviço da casa. Eu limpava, fazia a comida, lavava a roupa dele. Eu fazia sempre as coisas que ele gostava (...) E depois ele trazia toda as roupas de fora pra eu lavar. Deixava tudo bem limpinho! As coisas que eu gosto ele nunca fez. Imagina, isso não é coisa de homem. E o coitado trabalhava toda a semana. Essas coisas modernas que a gente vê hoje... Onde se viu coloca o marido na cozinha. Homem não é para essas coisas, não! Ele fazia churrasco domingo e só.

Os registros de Lina, “estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade” (PERROT, 1989 p.15). Como mulher, suas memórias e o que revela está atrelado a seu papel socialmente delegado como mãe, mulher e responsável pelas atividades referentes ao lar, assim como fora criada por seus pais no interior de um pequeno município. Nas lembranças de sua vida quando mais nova, seus costumes arraigados de uma sociedade patriarcal a fazem repetir que cabe apenas à mulher o serviço doméstico. Neste momento, a entrevistada faz uso da protomemória, que ocorre através de “dispositivos e disposições existentes no corpo. Podendo determinar atitudes e condutas, a transmissão protomemorial se faz sem pensar, age sobre os indivíduos de maneira involuntária advém da imersão na sociedade.” (CANDAU, 2016, p.119). Vejamos o trecho a seguir:

Ele reclamava (...). Dizia que era pra eu fazer as coisas, que eu não prestava pra nada, que não fazia nada. Mas eu sempre fazia. Eu faço serviço desde nova, já acostumei.

(...) eu me criei fazendo serviço de casa. Mas eu acho que a mulher tem que fazer uns agrados para o marido, porque depois se ele não tem em casa, procura na rua (...)

Demonstra-se, ainda, quanto o tempo e a memória atuam na construção da identidade e dos valores de cada indivíduo que, no caso em destaque, como ocorrido durante este tempo em Lina:

Às vezes eu quero e as vezes não. Não quero mais passar trabalho com homem algum! Mas eu acho que quero ainda. Ter um alguém para eu cuidar, que cuide de mim também. Que fique aqui comigo, para não ficar velha sozinha. É brabo viver sem ninguém. Mas sabe como é né?! (risos).

À época da entrevista, passados três anos do final do relacionamento e depois de todos os acontecimentos ocorridos, ficou claro para Lina que ela não quer mais ter alguém que lhe aborreça. A idosa tem consciência do passado, pois a sua memória. Ela ainda demonstra diferente entendimento sobre a vida, conseguindo, inclusive, distinguir o passado do presente. Neste momento, ela quer uma pessoa ao seu lado, porém, não admite mais apenas cuidar de alguém. Ela quer ser cuidada e respeitada também.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado, notou-se que, esta mulher convivia com a violência doméstica e que não se concebia como vítima de uma violência, de um crime. Pode-se verificar que entrevistar alguém requer muito mais do que tempo, mas técnica. A História Oral é, pois, um instrumento valioso, que permite acompanhar o(a) sujeito(a) com o fim de documentar estas memórias e acontecimentos. Ainda, como bem disse Delgado (2010), é capaz de desconstruir e ressignificar concepções e identidades conforme pode-se contatar aqui. No caso de Lina, pode-se identificar como se deu o processo de identificação de seu papel na família e sociedade, como detentora de direitos, se vendo como uma mulher.

Verificou-se que tanto sua vivência, como idade interferem na forma como este processo e olhar para si ocorreu. Depois da sua experiência e despertar para si, Lina reconhece que sofria violência e viva um relacionamento abusivo e diz não querer mais fazer parte de uma relação violenta. A entrevistada reconhece, ainda, seu papel como sujeita de direitos e não mais obrigações com possíveis futuros companheiros/namorados. Um exemplo desta nova perspectiva é quando diz “quer cuidar e também ser cuidada”. Neste caso, demonstra ter tido maturidade e entendimento suficientes de seu papel como ser humano, como mulher.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. 1ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo. Ed. Contexto. 2016.

DELGADO, Ludimila de Almeida Neves. **História Oral - memória, tempo, identidades**. 2ª ed. Belo Horizonte. Ed. Autêntica. 2010

MEIHY, José Carlos S.B. **Definindo história oral e memória**. **Cadernos CERU, nº5- Série 2. UFSCar**. Disponível em: . 1994. Acesso em: 22 dez. 2016.

MEIHY, José Carlos S. B.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2ª ed. São Paulo. Ed. Contexto. 2011

PERROT, Michele. **Práticas da memória feminina**. **Rev. Bras. De História**. V. 09, nº18. São Paulo. 1989.

MANICÔMIOS, LOUCURA E GÊNERO: BREVES APONTAMENTOS TEÓRICOS.

DIENEFER VIANNA¹

¹Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em História – diii.vianna@gmail.com

Resumo: Os manicômios judiciários, eram espaços onde se enclausuravam sujeitos apontados pelas normativas sociais como loucos e criminosos, com o objetivo principal de isolar o “problema” da sociedade. Apresentamos aqui uma breve reflexão sobre esses espaços, bem como pretende levantar algumas questões em relação à loucura e o enclausuramento feminino. É importante ressaltar que essas instituições foram criadas na passagem do século XIX para o XX com objetivo de resolver o problema dos indivíduos considerados perigosos e que tiveram sua sanidade mental questionada, seus atos criminosos analisados e atestados como sem sentido racional ou passional. Todavia, podemos constatar através do estudo da historiografia sobre o tema, que o aprisionamento desses sujeitos não possuíam intenções de tratamento e sim os condicionavam ao isolamento social. Para a construção desse trabalho apresentamos o recorte de gênero, na tentativa de compreender os processos sociais que levaram ao confinamento dessas mulheres, tendo em vista que a cultura patriarcal define diferentes papéis sociais e quando desviam do padrão estabelecido, muitas vezes esses sujeitos são etiquetados de doentes mentais.

Palavras-chave: Manicômios, gênero e loucura.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo uma breve reflexão sobre manicômios, loucuras e gênero, fazendo parte da pesquisa de mestrado intitulada “ Entre o crime e a loucura: mulheres no instituto forense psiquiátrico do Rio Grande do Sul 1966-1978”, que tem como problema de pesquisa compreender o motivo das internações femininas durante o período e o discurso médico-jurídico sobre esses sujeitos. Situamos nossos questionamentos a partir dos estudos de gênero, buscando base teórica para pensar como as normativas sociais estabelecidas tem relação com o signo “mulher” e com a “anormalidade” estabelecida sobre os sujeitos internado. A primeira parte de nossa pesquisa, que será apresentada nesse trabalho, é a construção de um aporte teórico para problematizar o manicômio, a loucura e a questão do gênero, sendo assim apresentaremos alguns autores que nos auxiliaram inicialmente.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

O campo de estudos que relaciona saúde e história vem ganhando novas perspectivas com a diversidade de trabalhos que surgiram nesses últimos anos, abordando um grande leque de temáticas que vão desde a história da saúde pública no país, passando por trajetórias de doenças, debates sobre sexualidade, comportamentos e dentre outros. Dentro dessa perspectiva de ampliação sobre as reflexões no que diz respeito a história da saúde é que também buscamos abranger em nosso projeto, nas pesquisas sobre instituições e as relações entre o pensamento social, compreendendo as investigações sobre os saberes e as práticas que configuram a saúde como fenômeno político e social em distintos contextos históricos.

É importante ressaltar que essas instituições foram criadas na passagem do século XIX e para o XX com objetivo de resolver o problema dos indivíduos considerados perigosos e que tiveram sua sanidade mental questionada, ao analisarem seus atos criminosos e concluir que suas ações não têm sentido racional ou passional. Segundo Francis Morais de Almeida¹(2012), mesmo que a periculosidade desses sujeitos sejam o foco das instituições são nos casos limítrofes que o discurso para justificar o encarceramento é mais usado:

[...] é nos casos limítrofes (situados na fronteira entre sanidade e loucura) que ela atinge seu grau máximo. São eles os “indivíduos perigosos”, os “inimigos públicos” das descrições históricas do alienismo, da psiquiatria e da criminologia. Dado que não

¹ Autor da tese, Fronteiras da Sanidade: ‘Periculosidade’ e ‘risco’ na articulação dos discursos psiquiátrico forense e jurídico no Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso de 1925 a 2003.

eram apenas criminosos, bem como não chegavam a ser insanos, a eles não serviam o manicômio nem a prisão. [...] (ALMEIDA, p.02, 2012).

Dessa forma, os sujeitos internados nas instituições manicomiais estão no limite da fronteira entre o crime e a loucura, sendo aprisionados nesses espaços não com o propósito de recuperação, mas porque sinalizavam ao desviar do padrão seja do criminoso, seja do cidadão, um perigo à sociedade. Para compreendermos como se estrutura um manicômio judiciário iremos utilizar o conceito de Instituições Totais de Erving Goffman.

O Autor Erving Goffman, foi professor do Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia em Berkely – EUA e cientista social, “Manicômios, Prisões e Conventos” é uma das suas mais renomadas obras, composta por um compilado de quatro artigos de sua pesquisa sobre o mundo social do interno em Hospital para doentes mentais, formulando assim os conceitos de “instituição total”, de “carreira moral”, de “vida íntima da instituição”, para debater o modelo médico e a hospitalização psiquiátrica. Ao descrever as características das instituições totais, Goffman demonstra que certos mecanismos que estruturam esses espaços determinam a sua condição totalizante e influenciam na vida e formação dos indivíduos que ali estão sob determinada condição. Uma dessas particularidades apontadas pelo autor é o regramento do cotidiano desses sujeitos, ao estarem dentro desse espaço social (para o nosso caso o manicômio), passam a agir em um determinado lugar, com um mesmo grupo de pessoas, com horários e tarefas impostar e pré-determinadas e sob supervisão e orientação de terceiros (profissionais que atuam no local). A medida em que essa instituição social se organiza de modo a atender esses indivíduos (internas), separando-as do convívio social mais geral por um período de tempo e controlando os detalhes da vida, ela apresenta a tendência de “fechamento”, o que para Goffman traz o caráter “total”.

Para refletirmos sobre a questão da loucura vamos buscar em Michel Foucault e em sua obra alguns aspectos centrais, que nos auxiliarão na leitura e no estudo das fontes. A obra “História da Loucura”,² traz um panorama das transformações do conceito de loucura ao longa da história, demonstrando como a visão social e as mudanças culturais e políticas alteraram a definição do “ser louco”. Ao construir seu estudo Foucault historiciza a loucura, nos mostrando que ela não é algo natural, mas sim uma definição cultural construída por uma sociedade em seu tempo. Além de nos apoiarmos na obra de Foucault, para pensarmos sobre a loucura, recorreremos as ideias de duas autoras feministas que nos auxiliarão a pensar a relação da loucura e as mulheres, são estas: Phyllis Chesler e Elaine Showalter.

A autora Phyllis Chesler³, que em 1972 perguntou em seu trabalho, “Por que as mulheres são rotuladas como loucas?” E para responder se propôs a analisar a relação entre os papéis femininos estabelecidos pela sociedade e a prática de etiquetar as mulheres como loucas. Ao desenvolver seu estudo Chesler, conclui que a cultura patriarcal define papéis para homens e mulheres e quando ambos desviam do padrão estabelecido, muitas vezes são etiquetados de doentes mentais. Porém as mulheres são mais apontadas pois a sociedade requer equilíbrio entre exercer o papel destinado e não exacerbar as emoções. Para a autora o argumento central é que a psiquiatria, reflete a estrutura social, aplicando assim diferentes parâmetros para homens e mulheres, fazendo com que a faixa de normalidade para as mulheres seja muito mais estreita do que para os homens. Vale ainda ressaltar que segundo Chesler a psiquiatria auxilia para a adaptação e controle das mulheres quando tanto a “normalidade” quanto a cura de doenças específicas são equiparadas com certas identidades de gênero.

² História da loucura foi a tese de doutorado de Foucault, defendida em 1961 e publicada meses depois com seu título original, Loucura e desrazão: história da loucura na idade clássica

³ Autora do livro Woman and Madness.

Outra estudiosa que tem como base de seus estudos a construção social da loucura e nos ajudara no estudo proposto é a Elaine Showalter,⁴ tendo como tese a ideia de que a loucura foi domesticada e feminizada no século XIX, segundo a autora o estabelecimento dos hospitais psiquiátricos como locais de confinamento e tratamento da loucura, permitiu aos profissionais estabelecerem um monopólio sobre os problemas das mulheres, alegando, dentre várias questões, que pelo sistema reprodutivo feminino ser “instável”, interferiria no controle sexual, emocional e racional, discorrendo que por esse motivo as mulheres seriam mais suscetíveis a loucura. Esse discurso é histórico ao tratarmos das questões sobre mulheres, poderíamos citar como exemplo as teorias vitorianas que iam de encontro essa perspectiva, ou a discussão sobre cidadania feminina também centrada nessa questão. Esse discurso não foi inventado pela psiquiatria, como apontando pela autora, emergindo da cultura ao qual está inserida, neste sentido as construções sobre a loucura feminina e suas categorias diagnosticas foram fortemente influenciadas pelos padrões sociais sobre o feminino, a que os psiquiatras revestiram de autoridade científica.

Diante disso pensar nessas relações lugar/tempo/espço, perguntas fundamentais da história, nos faz pensar o que é ser mulher nessa relação, ou ainda a necessidade de debater o que é o gênero nessas estruturas, assim sendo recorreremos as autoras Joan Scott(1989) e Judith Butler, com suas respectivas obras: “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica” (1968) e “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” (1990).

Em sua obra a historiadora Joan Scott apresenta o conceito gênero, buscando fugir do determinismo biológico e o elencando com uma construção social. Sendo assim se faz necessário compreender que o gênero está colocado nessas relações de poder, aliás é uma das primeiras formas de estruturar o poder social e colocar a estrutura construída para os sujeitos. A construção do gênero é peça fundamental para as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças dentro de molde engessado e dual, ou seja, ao nascer somos diretamente colocados na caixa pré-estabelecida e, portanto, em seguida somos automaticamente colocados em nosso respectivo degrau da hierarquia social e nos é estabelecido pontos para serem cumpridos e que determinam nosso gênero. Sobre essa relação da construção do gênero e seus usos a autora coloca:

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. (SCOTT, 1989, p.17)

A partir dessa realidade para compreendermos mesmos os sujeitos que estamos estudando temos que buscar responder o que é essa construção social, como se constroem os significados culturais e para assim compreendermos qual é a hierarquia social existente e como nosso objeto de estudo se posiciona dentro dessas relações hierárquicas.

Por fim elencamos o trabalho de Judith Butler, que em sua obra aponta o caráter performativo das identidades de gênero, rompendo totalmente com o caráter binário ainda presente nos estudos e pontuando o conceito de gênero como um mecanismo que opera a institucionalização das noções heteronormativas, produzindo corpos femininos ou masculinos (BUTLER), 1990. Sendo assim a categorização compulsória dos corpos, faz com que tudo aquilo que foge a norma seja marginalizado e subalternizado, dificultando a inserção desses sujeitos na sociedade.

⁴ The Female Malady, Women, Madness and English Culture.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho tinha como objetivo a construção de um aporte teórico a partir da epistemologia feminista, que auxilie na compreensão desses sujeitos enclausurados. A partir das leituras de Joan Scott e Judith Butler, apontam um duplo desafio para a análise desses indivíduos, olhar para o signo de ser mulher e complexificar esses sujeitos, apontando suas nuances performáticas e relacionar as normativas comportamentais estabelecidas a partir da heterossexualidade. Assim como para pensar a loucura teremos de também partir dos comportamentos dos sujeitos e pensar ação/norma e apontamentos do ser louco no período, como problematizado por Michel Foucault, somando isso as especificidades designadas para as mulheres, nosso olhar da representação do indivíduo norma deve pensar: o que era ser corpo feminino? o que era ser um corpo saudável? o que era ser um corpo criminoso? Questionamentos que nos acompanharam durante toda análise documental feita. Os trabalhos de Francis Morais de Almeida e Erving Goffman nos auxiliaram a pensar a instituição e como os sujeitos internados, são outra vez normatizados ao serem submetidos ao caráter totalizante dos manicômios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Francis M. **Fronteiras da Sanidade: Da “Periculosidade” ao “Risco” na articulação dos discursos psiquiátrico forense e jurídico no Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso de 1925 a 2003. 2009.** 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: _____. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 17-70.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura.** 9 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. 606 p.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos.** 4ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961. 312p.

SACRISTÁN, Teresa O.; WADI, Yonissa M. Loucura. In. COLLING, Ana Maria & TEDESCHI, Losandro Antônio. (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero.** Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade:** Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 10 out. 2018.

FEMINICÍDIOS: UM ESTUDO SOBRE MORTES DE MULHERES OCORRIDAS EM PELOTAS-RS (2014-2019)

ELISIANE MEDEIROS CHAVES¹

¹Universidade Federal de Pelotas - elisianemchaves@hotmail.com

Resumo: Tratar mulheres de forma violenta costumava ser uma prática admitida na maioria das sociedades, ao longo dos períodos históricos. Aos homens, era estabelecido o exterior e as decisões mais importantes, enquanto as mulheres tinham que ficar no interior das casas, cuidando da família, podendo, muitas vezes, serem vítimas de agressões masculinas para que se mantivessem no lugar que a sociedade havia estabelecido para elas. Mas, transformações sociais aconteceram e atualmente não se admite mais esses tipos de condutas contra o feminino. Entretanto, são contínuas as notícias de atos violentos e de mortes de mulheres, na maioria das vezes, cometidos por homens. Este trabalho diz respeito a um estudo sobre feminicídios ocorridos na cidade de Pelotas-RS, entre os anos de 2014 e 2019, a fim de observar como era a atuação do Estado na solução desses crimes antes da vigência da Lei nº 13.104/2015 (Lei do feminicídio), e verificar como eles passaram a ser solucionados depois da sua promulgação.

Palavras-chave: Feminicídios; Gênero; Estado.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho diz respeito a uma pesquisa que está sendo realizada no doutorado do Programa de Pós-Graduação em História, junto à Universidade Federal de Pelotas, na área de Ciências Humanas e se refere aos crimes de feminicídios, ocorridos tanto na forma consumada quanto na tentada e que foram praticados, na maioria das vezes, pelos companheiros ou ex companheiros das vítimas.

Ao longo dos períodos históricos, a maioria das sociedades estabeleceu para as mulheres que o seu lugar era o interior das casas, enquanto o espaço público e as decisões políticas e econômicas ficavam nas mãos dos homens. Para Bauberót (2013), ocorre um trabalho profundo realizado pela sociedade para levar o menino, e depois o homem adulto, a se conformar segundo as características físicas e morais específicas para o seu estado viril. Desde a infância, a maioria dos meninos é ensinada sobre seu papel social de ser mais agressivo, corajoso, ser o comandante de uma relação. Parte de nossa atual sociedade ainda cobra o exercício desse papel masculino, bem como requer que as mulheres sejam subservientes e dóceis.

Conforme Bourdieu (1989), existe um poder simbólico atuante nas estruturas sociais que constrói a realidade e tende a estabelecer uma ordem estruturada, na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica, ainda que ela seja ignorada como tal. Neste sentido, na maioria das sociedades, muitos homens assimilaram, ao longo dos períodos históricos, a ideia de que são superiores, razão pela qual por muito tempo houve a convivência da sociedade com os crimes contra o feminino. O que não se pode dizer que deixou de acontecer na contemporaneidade.

Por força dessa violência simbólica, muitas mulheres se identificaram com o que foi estabelecido para elas. Conforme Lagarde (2005), o termo cativo é uma categoria de análise antropológica na qual, num mundo patriarcal, as mulheres são privadas de sua liberdade, autonomia e poder de decisão. Elas aprendem que são incapazes de se governar sozinhas e que precisam da força masculina para sobreviver. Muitas mulheres ainda alimentam essa cultura porque acreditam nesse estereótipo, e, para a autora, é necessário desconstruir essa identidade feminina subalterna.

Sobre a situação das mulheres no Brasil, é importante refletir que, desde que o país se tornou colônia de Portugal, aqui passaram a vigor as legislações portuguesas, denominadas Ordenações Filipinas, as quais mantinham normas legais repressivas e punitivas voltadas para as mulheres, pois permitiam a violência contra elas e até mesmo seus assassinatos. A lei

autorizava o marido a bater na esposa com pau ou pedra e a matá-la, caso ela cometesse adultério.

Por ser desta forma, os costumes portugueses tiveram uma forte influência nos hábitos sociais e na legislação brasileira, ambos discriminadores em relação às mulheres. Foram os movimentos feministas que tentaram modificar essa situação. A partir dos anos 1970, a segunda onda do movimento feminista, em diferentes partes do mundo, impulsionou a criação de políticas públicas para combater as desigualdades entre mulheres e homens. Grupos feministas exigiram e até tiveram participação na elaboração de reformas legais e na gestão das novas políticas direcionadas às mulheres, conforme Vianna e Lowenkron (2017).

Ainda assim, tratar os atos violentos em relação às mulheres como crime é algo recente no Brasil. A lei Maria da Penha é de agosto de 2006 e a lei do feminicídio, que trata com mais rigor os assassinatos de mulheres, é de março de 2015.

A pesquisa em curso está na fase inicial e estão sendo coletados dados em processos judiciais cujas ações penais tramitam na 1ª Vara criminal de Pelotas, que é o órgão responsável pelo Tribunal do Júri, o qual julga os crimes dolosos contra a vida. O juiz responsável autorizou previamente a pesquisa.

O objetivo geral do estudo é investigar os crimes violentos cometidos contra as vidas das mulheres pelotenses, entre 2014 e 2019, a fim de tentar compreender as dinâmicas envolvidas nesses crimes e observar a maneira como o Estado se posiciona nesses casos.

O estudo parte da hipótese de que, em todos os períodos históricos, muitos homens aprenderam que sua categoria social poderia dominar as mulheres, cabendo a elas obedecer aos seus comandos, sob pena de sofrerem violências masculinas. Essa forma de encarar as relações de gênero faz parte de uma construção social que foi naturalizada por diversas sociedades e, embora já não tenha mais a mesma força, ela persiste nos dias de hoje, razão pela qual muitos homens ainda matam mulheres, pois continuam valorando-as como seus objetos de dominação, não admitindo perder o controle que, historicamente, aprenderam que podem ter sobre elas.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

O feminicídio é o ato mais extremo da violência estrutural contra a mulher. O conceito, de acordo com Romio (2017), surgiu do movimento feminista nos anos 70, como uma forma de denominar as mortes levando em consideração a condição social de ser mulher, em oposição à neutralidade do termo homicídio, que não observava os assassinatos observando as diferenças de sexo e gênero.

Para Pasinato (2011, p. 237): “Um dos aspectos que chama a atenção no discurso que se produz em torno dos femicídios, é a persistência de uma abordagem centrada na ideia da opressão das mulheres pelos homens – paradigma do patriarcado”.

Em vista disso, a desigualdade histórica existente entre mulheres e homens pode ser uma das fortes razões para a violência ainda preponderante contra o sexo feminino na atualidade. Segundo Saffioti (2001), no exercício do patriarcado, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais e recebem a autorização ou, no mínimo, a tolerância da sociedade para punir o que consideram como desvio, fato esse que sempre facilitou o uso da violência contra as mulheres e, inclusive, seus assassinatos.

A pesquisa tem seu recorte temporal compreendido entre o ano de 2014 e 2019, ou seja, tem início um ano antes da criação da lei do feminicídio, a qual entrou em vigor em março de 2015, e se estende aos dias atuais, a fim de verificar como eram tratados os homicídios de mulheres e como eles passaram a ser resolvidos pelo Estado depois da mudança de regramento. Desta forma, o estudo é relacionado à História do Tempo Presente em vista da análise de processos judiciais que ainda estão tramitando na Justiça, e que por isso estão sendo produzidos contemporaneamente à realização da pesquisa. Delgado e Ferreira (2013) entendem que o tempo presente refere-se a um passado atual ou em permanente processo de atualização, que

está inscrito nas experiências analisadas e que inclui diferentes dimensões, tais como, um processo histórico marcado por experiências ainda vivas, com tensões e repercussões de curto prazo.

É importante ressaltar a conexão entre um passado de violências que já vitimou muitas mulheres e o tempo presente, ou seja, agressões e assassinatos voltados para essa categoria social, não fazem parte apenas de um fenômeno atual, pois eles sempre aconteceram. O estudo pretende, justamente, construir uma análise acerca da inter-relação entre esses períodos temporais e as razões porque eles ainda acontecem, especialmente pensando na responsabilidade que o Estado pode ter, ou não, nessa situação de permanência da violência contra as mulheres.

As fontes da pesquisa consistem nos processos judiciais que tramitam na 1ª Vara criminal de Pelotas e na produção de narrativas que serão construídas através de entrevistas com vítimas sobreviventes de tentativas de feminicídio que se dispuserem, voluntariamente, a participar do estudo. O contato será feito no dia em que elas comparecerem no fórum para audiências, o que será verificado nos autos processuais pesquisados.

Por conta da análise realizada nos processos judiciais, uma das metodologias utilizadas é a análise documental. Para Calado e Ferreira (2005) esse método pressupõe um conjunto amplo e complexo de dados coletados para se chegar a elementos manipuláveis, que permitam estabelecer relações e obter conclusões, as quais costumam ser representadas pela categorização ou pela codificação.

Em razão das entrevistas que se pretende realizar com vítimas sobreviventes de tentativas de feminicídios, será utilizada também a metodologia da História Oral Temática. Segundo Ferreira (2012), o historiador da história oral tem um trabalho desafiador, pois ele, além de ter uma participação interativa na geração do documento (entrevista), utiliza uma memória sensível, que não é a sua, e precisa definir os episódios sobre os quais irá refletir, a fim de, usando o terreno da memória, realizar um trabalho de escrita da história, crítico e ético.

RESULTADOS

Embora a pesquisa se encontre em fase inicial de coleta de dados, foi possível observar que a situação das mulheres não tem sido tratada exatamente como deveria. Ocorre que, de um total de doze (12) processos observados até o momento, oito (08) são crimes de tentativas de feminicídio e quatro (04) são feminicídios consumados, porém, nem todas essas ações penais tramitam sob essas classificações. Por exemplo, foi verificado que uma das ações está sendo julgada como homicídio simples, que é a forma como deveria ser tratada antes da lei do feminicídio, a qual entrou em vigor em março de 2015. Então, se o crime aconteceu em julho de 2015, ele já deveria estar tramitando sob o novo enquadramento legal. Essa situação é grave tendo em vista que a pena mínima a ser aplicada para o autor de um homicídio simples é de 06 anos e a máxima é de 20. Já nos crimes de feminicídio, a pena mínima é de 12 anos e a máxima de 30 anos.

Outros três processos tramitam em situação semelhante, ou seja, também não estão classificados como feminicídio e nem como tentativa, enquanto na realidade, da forma como os crimes aconteceram, eles se enquadram nas situações previstas na lei que prevê mais rigor na punição dos agressores. Diante disso, é possível pensar que o que ocorre nessas situações é que no tempo presente, por mais que as mulheres tenham adquirido várias conquistas, ainda recaem sobre elas o descaso e a omissão que, historicamente, sempre acometeram a categoria feminina, inclusive nos órgãos que deveriam aplicar devidamente a justiça para todos os cidadãos.

Em vista dessas classificações errôneas, os reais números de feminicídios não aparecem, ficam aquém da realidade e isso impacta diretamente na instituição de políticas públicas, pois,

se, aparentemente, ocorrem menos crimes, a preocupação em tomar medidas para evitá-los também pode diminuir.

Conforme entendem Vianna e Lowenkron (2017), o Estado contemporâneo não difere muito da atuação machista que sempre teve em relação às mulheres, inclusive fazem uma crítica sobre as políticas voltadas para essa categoria social reiterarem e não transformarem, de fato, as condições simbólicas que garantem a subordinação feminina. Neste sentido, o fato das mulheres necessitarem da ação do Estado para se protegerem da violência masculina, as mantém na posição subalterna de precisarem de terceiros para sobreviver.

Segundo Lagarde (2006) as ações do Estado geram impunidade em virtude de ausências legais e das políticas do governo, produzindo, assim, uma convivência insegura para as mulheres, colocando-as em risco e favorecendo o conjunto de crimes praticados por razões de gênero. Por ser desta forma, o feminicídio não é apenas uma violência exercida por homens contra mulheres, mas por homens em posição de supremacia social, sexual, jurídica, econômica, política, ideológica e de todo tipo, sobre mulheres em condições de desigualdade, de subordinação, de exploração ou de opressão. Enfim, para a autora, há uma profunda misoginia nas instituições jurídicas e também na sociedade, que facilita as mortes das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a colonização do Brasil por Portugal, é preciso considerar que nossa sociedade foi formada por costumes sociais e legislações que privilegiavam os homens. Somente há poucos anos atrás, através da lei Maria da Penha de 2006 e da lei do Feminicídio de 2015, o Brasil deu início a um enfrentamento mais efetivo em relação aos casos de agressões contra as mulheres e aos seus assassinatos.

Como ainda são altos os índices desses crimes contra as vidas femininas, e algumas ações penais relativas às mortes de mulheres por seus companheiros, ou ex-companheiros, não são devidamente enquadradas como feminicídios, verifica-se que o Estado nem sempre atua como deveria nesses crimes. Isso pode impactar negativamente na instituição de políticas públicas para as mulheres, permitindo que elas fiquem aquém do auxílio que necessitam para poderem viver suas vidas livres de violência.

Por outro lado, a violência persistente sobre as vidas femininas pode ser decorrente do fato de muitos homens ainda pensarem que têm o direito de controlá-las, tal como há séculos atrás. E o aparente pouco interesse em modificar essa cultura, pode ser um fenômeno proposital, afinal, o mundo e as instituições ainda são dominadas pelos homens.

É preciso mudar essa perspectiva. A parte da sociedade que tolera tais atitudes precisa ser reorientada e mudar seu foco para novas e equitativas relações de gênero. O Estado tem um papel fundamental nessa tarefa e precisa agir de forma mais contundente para auxiliar as mulheres a viverem sem violência, ainda que, nas suas maneiras de agir, ele pareça ter certa resistência no cumprimento desse seu dever, o que não pode continuar acontecendo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUBERÓT, A. Não se nasce viril, torna-se viril. In CORBIN, Alain. **História da virilidade**. 3. A virilidade em crise? Séculos XX - XXI. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CALADO, S. dos S.; FERREIRA, S. C. dos R. **A análise de documentos: método de recolha e análise de dados**. 2004. Acessado em 02 de agosto de 2019. Online. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>

DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, M. de M. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**. V. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

FERREIRA, M. História oral: velhas questões, novos desafios. In CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LAGARDE, M. **Cautiverios de las mujeres**: madresposas, monjas, putas, presas y locas. 4. ed. Ciudad del México: UNAM, 2005.

LAGARDE, M. Del femicidio al feminicidio. **Desde el jardín de Freud**. Bogotá, n. 6, p. 216-225, 2006.

PASINATO, W. “Feminicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**. V. 34, 2011, p. 219-246.

ROMIO, J. A. F. **Feminicídios no Brasil, uma proposta de análise com dados do setor da saúde**. 2017. 215f. Tese (Doutorado em Demografia) - Curso de Pós-graduação em Demografia. Universidade Estadual de Campinas.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. Contribuições feministas para o estudo de violência de gênero. **Cadernos Pagu**. V. 3. n. 16, p.115-136, 2004.

VIANNA, A.; LOWENKRON, L. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**. V. 51, p. 1-61, 2017.

PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS E RESSIGNIFICAÇÃO DE UM ESPAÇO HISTORICAMENTE MASCULINO NA CIDADE DE PELOTAS/RS.

JULIANA LIMA CASTRO¹

¹Universidade Federal de Pelotas1 – julianalimacastro@globocom

Resumo: O presente trabalho tem como escopo analisar os resultados de uma dissertação de mestrado em que o objetivo foi compreender de que forma as mulheres passaram a fazer parte dos fluxos internos de uma Cafeteria situada no centro da Cidade de Pelotas e suas percepções acerca dessa inserção. O referido questionamento se justifica pela característica de masculinidade inerente ao espaço durante muitos anos, sendo por isso denominado neste trabalho como um espaço de homosociabilidade masculina. Os objetivos específicos que nortearam o trabalho foram: identificar como se deu a inserção das mulheres como participantes dos fluxos internos da Cafeteria; compreender se a inserção feminina originou uma reconfiguração das relações hierárquicas de gênero e se foram criadas tensões a partir disso; analisar como essas relações hierárquicas de gênero variam nas lógicas relacionais dentro do espaço social considerando as interseccionalidades de: classe social, raça e geração; inferir as ambiguidades, contradições e paradoxos presentes no Café em decorrência das mudanças do público frequentador ao longo dos anos, ou seja, a partir da inserção de mulheres, negros, jovens entre outros frequentadores; avaliar se diante do fato de frequentarem um ambiente de caráter histórico masculino, as mulheres se sentem numa situação de dominação pelo gênero masculino, ou seja, se percebem assimetrias de gênero no ambiente.

Palavras-chave: Gênero. Sociabilidade. Espaço social.

INTRODUÇÃO

A dissertação objeto deste resumo trata das questões de gênero e sociabilidades em um Cafeteria situada na Cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul, seu escopo foi compreender a construção dos fluxos femininos no interior do espaço, comportando a rede de relações que se desenvolve desde suas sociabilidades, dinâmicas sociais, lógicas relacionais, e as interações entre os agentes sociais.

Importante mencionar que o Café Aquários foi escolhido como objeto da dissertação por ser um espaço social considerado tradicional no contexto pelotense há muitos anos. Encontra-se localizado em uma zona privilegiada e diversificada, de modo que os fluxos exteriores a Cafeteria são formados por pessoas que transitam em função de comércio, trabalho, lazer.

O estabelecimento foi criado em um contexto histórico e social em que as mulheres eram invisíveis frente a muitas questões, sendo a participação nos espaços públicos uma delas. Dessa forma, não era comum que se vissem mulheres circulando pelo seu interior, muito embora desde sempre elas estivessem presentes na Cafeteria como funcionárias por exemplo.

Com o passar dos anos o espaço foi se ressignificando e alterando inclusive seu público frequentador. Assim, pela singularidade e particularidade do Café, bem como pela importância dele para a Cidade e ainda pela atualidade e expansão dos debates acerca da categoria gênero optou-se por realizar um estudo generificado do espaço para compreender a construção dos fluxos femininos na Cafeteria.

Os objetivos específicos que nortearam o trabalho foram: identificar como se deu a inserção das mulheres como participantes dos fluxos internos da Cafeteria, compreender se a inserção feminina originou uma reconfiguração das relações hierárquicas de gênero e se foram criadas tensões a partir disso, analisar como essas relações hierárquicas de gênero variam nas lógicas relacionais dentro do espaço social do Café Aquários considerando as interseccionalidades de: classe social, raça e geração, inferir as ambiguidades, contradições e paradoxos presentes no espaço social em decorrência das mudanças do público frequentador ao longo dos anos, ou seja, a partir da inserção de mulheres, negros, jovens entre outros frequentadores, avaliar se diante do fato de frequentarem um ambiente de caráter histórico

masculino, as mulheres se sentem numa situação de dominação pelo gênero masculino, ou seja, se ainda percebem assimetrias de gênero no ambiente.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A pesquisa em tela abordou diversos conceitos que foram fundamentais ao desenvolvimento da mesma bem como da sua viabilização e alcance dos objetivos propostos. Desse modo, por serem as cafeterias espaços sociais, realizou-se, primeiramente, uma contextualização e breves comentários acerca dos espaços sociais, e suas sociabilidades em uma perspectiva sociológica. No sentido de o Café Aquários se configurar em um espaço de sociabilidade urbana, foram abordados elementos para uma análise das sociabilidades urbanas nos Cafés, para então adentrar no objeto de estudo propriamente dito.

Não há como falar em sociabilidade urbana na Sociologia sem abordar George Simmel. Segundo ele a sociedade se constitui pelas interações e trocas recíprocas entre os indivíduos que através dessas práticas constituem e dissolvem-na continuamente. A sociedade é, no seu ponto de vista, o espaço onde as relações e experiências humanas ocorrem e se organizam formando uma rede em um local e tempo específicos. Assim a sociedade é uma formação geral e ampla e também formada pelos processos particulares que se formam pelas interações entre os indivíduos que dela fazem parte (Simmel, 2006).

As categorias de gênero e branqueamento nos espaços sociais foram observadas sob a ótica de Miriam Adelman alegando que a teórica inglesa Felski trata da saturação da teoria social moderna utilizando metáforas de gênero para tratar de outras formas de hierarquia e disparidades como as de classe e raça. Nesse sentido, a teoria feminista e as questões relacionadas a gênero vão contribuir e auxiliar na desconstrução dos códigos de gênero utilizados na modernidade em que referido conceito se relaciona a hierarquia e a ordem social, de modo que sua compreensão passa a ser essencial para que as outras formas de desigualdades também sejam abordadas. Assim, segundo a autora a categoria gênero baliza um novo período da teoria social e possibilita a compreensão deste conceito na história e a história dele. De tal modo, a partir do conceito de gênero há uma ruptura epistemológica em que as formas de pensar vários aspectos são modificadas, pois a criação dele e sua inclusão na teoria social significa que outros conceitos e categorias devem ser repensados, pois até mesmo o conceito de modernidade acaba por ser alterado (Adelman, 2016).

Imprescindível ainda, que se compreenda o surgimento da categoria gênero bem como sua conceituação por ser um dos eixos centrais deste trabalho, e para isso foi necessário traçar uma breve discussão acerca dos movimentos feministas, pois foi na efervescência da denominada “segunda onda” deste movimento que ele se desenvolveu. As transformações dos movimentos feministas possibilitam a apreensão da consolidação do campo dos estudos de gênero, pois repercutiram nas teorizações sobre a categoria gênero e sua complexificação.

As discussões sobre gênero surgiram na década de 70 na chamada segunda onda do movimento feminista, momento em que as reflexões dessa categoria se davam em torno da oposição ao determinismo biológico, ou seja, o masculino e o feminino não eram determinados pelas características anatômicas naturais, mas sim culturalmente variando de acordo com o contexto histórico.

O desenvolvimento em torno do referido conceito originou diversos estudos e abordagens sobre o mesmo, desencadeando ferramentas e significados diversos de acordo com a época que operavam. Na esteira do pensamento feminista, foi relevante historicamente distinguir sexo e gênero. Sexo referir-se-ia aos aspectos biológicos dos homens e mulheres e seus aparelhos reprodutores, gênero iria além abordando aspectos sociais, considerando as construções dos papéis que os homens e as mulheres que vão desempenhar na sociedade a partir das assimetrias sexuais deles derivados. Nesse sentido, foram utilizadas abordagens de

expoentes na discussão sobre gênero sendo elas Joan Scott e Judith Butler, para isso foram retomadas algumas ideias feministas a fim de contextualizar a discussão das referidas autoras.

De acordo com o exposto e trazendo a baila o espaço e suas sociabilidades que se constituíram como objeto da pesquisa, temos que gênero enquanto elemento que constitui e significa poder marcou o Café como um espaço predominantemente masculino, sendo um local em que diversos tipos de relações simbólicas são marcantes. As relações de poder são características desde a época que ele foi fundado e estão presentes até mesmo nos dias de hoje, e isso pôde ser verificado em alguns trechos das entrevistadas que reproduziram de maneira natural algumas questões que demonstram o privilégio masculino e essas relações simbólicas de poder acentuadas.

Ao falarmos em gênero não podemos deixar de abordar a construção social da masculinidade e a masculinidade hegemônica, por serem fatores que auxiliaram na elucidação da construção do objeto de pesquisa, uma vez que a masculinidade e a homosociabilidade evidentes no Café exigem uma explanação acerca de suas construções.

Segundo Kimmel (1998) as masculinidades são construções sociais que fogem da fixidez e do determinismo biológico, pois possuem caráter dinâmico e em constantes mudanças, tendo em vista aspectos como a cultura, o tempo, classe, raça, etnia, região, variando em termos históricos, culturais e até mesmo no transcorrer da vida humana. O termo no plural “masculinidades” indica que são identidades diferentes para diferentes grupos em diferentes tempos.

A partir dos estudos sobre masculinidades e considerando que o homem não pode ser considerado unilateralmente pois a relacionalidade dos gêneros deve ser evidenciada, a masculinidade hegemônica foi uma categoria criada por Connel com a finalidade de referir a um grupo masculino que se encontrem em posições privilegiadas de classe, raça com superioridade hierárquica não somente em relação às mulheres mas também a outros homens, (Adelman, 2008).

A homosociabilidade neste estudo foi o conceito que possibilitou identificar as relações iniciais que operavam na Cafeteria Os espaços homosociais são, de fato, arenas nas quais os homens articulam posições de poder, excluindo as mulheres nas perspectivas de Lechakoski e Adelman.

Para Sedwick (1985) as relações de homosociabilidade possuem como eixo central a dominação masculina em que as relações e partilha de poder são baseadas nos vínculos sociais estabelecidos entre os homens.

Podemos relacionar a masculinidade hegemônica com a homosociabilidade, na medida em que nos espaços de dominação masculina se criam relações de troca de poder entre os homens que geram um espaço homosocial, um espaço de troca e partilha de poder.

A dissertação foi viabilizada através das técnicas de pesquisa da observação não participante primeiramente, análise documental em que foram analisadas fotografias, reportagens e um documentário acerca da Cafeteria e ainda a realização de entrevistas semiestruturadas.

As observações foram realizadas de forma esporádica, entre os meses de abril a dezembro de 2016, em horários diversificados, pois o público varia dependendo do horário, então buscamos nesse primeiro momento compreender um pouco da dinâmica complexa e diversa dos fluxos que se desenvolvem no Café. Vale dizer que embora o horário influencie no tipo de público, no que se refere ao fluxo de pessoas o movimento é sempre intenso, mas ele toma diferentes caracterizações.

Foram realizadas entrevistas com oito mulheres que se dispuseram a dialogar acerca da representação social da Cafeteria Aquários no contexto da Cidade de Pelotas bem como nas suas próprias vivências.

Desse modo, e tendo em vista a peculiaridade do espaço principalmente no que tange as questões relacionadas a gênero imbricadas com fatores como classe, raça e geração, não seria possível que o trabalho fosse baseado apenas em depoimentos de mulheres que são frequentadoras do espaço, se fazendo necessário compreender as percepções também daquelas que não se inserem como público do Café independente de qual razão contribua para tal fato.

Foram realizadas 8 entrevistas, dentre as quais 6 mulheres são frequentadoras ou já frequentaram o Café e as 2 outras não. A partir desses números buscou-se mulheres com idades e, portanto, gerações diferenciadas, além de incorporar classes sociais e raças distintas.

Importante mencionar, que as entrevistas foram estruturadas a partir de um tópico guia, anexado ao final deste trabalho, que constitui um roteiro para realização das entrevistas, mas não de forma fechada, são tópicos com os principais eixos e problemáticas da pesquisa que permitem aos entrevistados maior liberdade nas suas respostas, não ficando adstritos a uma questão ou pergunta certa e acabada. E nesse sentido, permitem uma análise em profundidade das suas narrativas já que o espaço estudado é marcado por diversas barreiras simbólicas, que ao mesmo tempo são fluidas e não são estanques e são responsáveis por novas formas de representações sociais que devem ser observadas.

Cabe sublinhar, que a análise das entrevistas foi dividida em três perspectivas levando em conta a posição e ao tipo de vínculo em que as mulheres entrevistadas se situavam no momento em que retratavam suas percepções acerca do Aquários, ou seja, a partir do tipo de participação nos fluxos internos da Cafeteria. Além disso, foi levada em conta a transformação desses fluxos a partir das suas explanações. Desse modo, as categorias foram denominadas de: crítica, crítica-integrada e integrada/inclusiva, e serão abordadas e detalhadas a seguir.

RESULTADOS

Através da análise documental de fotografias, reportagens, documentário acerca das histórias do Café, observação não participante e da realização das entrevistas foi possível identificar que o espaço foi por muito tempo e ainda é majoritariamente formado por grupos sociais masculinos.

Todavia, não é e nem era exclusivamente homosocial, pois as mulheres já estavam presentes no interior da Cafeteria. Ocorre que essa presença e essa inserção se davam para mulheres específicas com lógicas próprias e específicas também. Isso porque, foi verificado que um dos fatores preponderantes que favoreciam a entrada dessas mulheres no Café além do fato trabalho, eram as lógicas familiares. Os vínculos familiares aparecem na fala de grande parte das entrevistadas como a forma em que elas entraram na Cafeteria pela primeira e algumas permanecendo como frequentadoras e outras não.

Além de o trabalho ser de cunho qualitativo e por isso constituir uma análise de dados e não uma amostra representativa e ainda versar sobre gênero e suas imbricações não podemos tratar os dados de forma absoluta. Destarte, a partir da criação das categorias em que as entrevistadas foram inseridas concluímos que a masculinidade é evidente e é considerada como fator que caracteriza a imagem do Café. Todavia, essa masculinidade aparece através de perspectivas diferenciadas a partir da posição que se insere a mulher que está sendo entrevistada.

As mulheres que possuem um viés crítico do espaço e não se incluem nos seus fluxos externos não resistem nem questionam as lógicas próprias da Cafeteria ao contrário daquelas que frequentam e das que se incluem na categoria crítica-integrada.

Percebeu-se também que além da importância das lógicas familiares como porta de entrada das mulheres no Aquários, existe uma lógica de pertencimento ao local e a uma identidade pelotense que se forma nas dinâmicas sociais da Cafeteria.

Outro aspecto de suma importância foi que mesmo diante da divisão que ocorre de forma natural no interior do espaço através das barreiras simbólicas e das lógicas próprias que existem,

percebemos a homosociabilidade masculina como relativa e matizada e não exclusiva e absoluta, as fronteiras em seu interior são fluidas e não são estanques. Isso porque, a Cafeteria se abre para outros grupos sociais de modo que mesmo em minoria se percebe atualmente a presença de uma diversidade social lá dentro, onde se incluem mulheres, homens, jovens, crianças, idosos, brancos, negros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, concluímos que o Café Aquários é demarcado por aspectos simbólicos que determinam alguns comportamentos e lógicas em seu interior atrelados a questões históricas daquele segmento de senhores que estão dentro da Cafeteria há muitos anos. Todavia, muito embora a masculinidade apareça na fala da maioria das entrevistadas não é sempre como uma visão negativa, mas sim característica, em que as questões familiares muitas vezes se sobrepõem pois afinal as mulheres ocupam aquele espaço também, em outras palavras a fala delas sinaliza que a homosociabilidade está tomando outras dimensões.

O espaço está se transformando, ressignificando, de modo que não reforma a submissão feminina pois há sempre negociações e trocas, não excluindo a possibilidade de integração de determinadas mulheres, de modo que não é um espaço de exclusividade masculina. Vale dizer, que não somente as mulheres que estão em um espaço de troca e poder negociando, mas outras classes, outras raças e outras gerações também. E ainda, que as lógicas se alteram quando alguém de fora participa das sociabilidades do espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELMAN, Miriam; Moraes, Fernanda Azeredo de. Tomando as rédeas: um estudo etnográfico da participação feminina e das relações de gênero no turfe brasileiro. **Revista Esporte e Sociedade**, Rio de Janeiro, n.9, ano 3, p. 1-29, 2008.

ADELMAN, Miriam. A voz e a escuta: **Encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea**. São Paulo: Blucher, 2016. 246 p.

KIMMEL, Michael . A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, v.4, n. 9, p.103-117,1998.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Between men: english literature and male homosocial desire**. New York: Columbia University Press, 1985.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 120 p.

ENTRE FEMINISTAS E HOMOSSEXUAIS: LÉSBICAS FEMINISTAS

LARISSA PINTO MARTINS¹

¹Universidade Federal do Rio Grande – larissa.pmartins@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho aborda a emergência do movimento LGBTI brasileiro, focando nas relações de poder entre o movimento feminista e o movimento homossexual (como era conhecido durante a década de 1980). Entendendo as lésbicas enquanto a sujeita comum destes dois movimentos, busco compreender a necessidade de uma criação de um grupo de mulheres lésbicas feministas para lutarem pelos seus direitos separadamente.

Palavras-chave: Movimento Feminista; Movimento LGBTI; Lesbianidade;

INTRODUÇÃO

Com o surgimento do movimento homossexual brasileiro no final da década de 1970 e início de 1980 e, com a reorganização do movimento feminista para o que ficaria conhecido como segunda onda feminista, as mulheres lésbicas que buscavam lutar pelos seus direitos e reconhecimento, passam por um conflito de compatibilidade. Como sujeita comum de ambos movimentos, esperava-se que conseguiriam um espaço dentro desses grupos para pautarem suas reivindicações e colaborações enquanto lésbicas e feministas. No entanto, no movimento homossexual havia a predominância de homens gays que invisibilizavam as vozes das mulheres que ali faziam parte, enquanto no movimento feminista, havia uma resistência a participação de lésbicas, pois acreditavam que a presença de lésbicas deslegitimaria o movimento como um todo.

Este trabalho¹ tem como objetivo investigar a necessidade da criação de um grupo de mulheres lésbicas feministas que com seus ativismos se fizeram representar e, com isso, deram o pontapé inicial para o movimento de lésbicas organizadas no Brasil, criando o grupo Lésbicas Feministas.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

O início do movimento LGBTI coincide com o período de abertura política, ainda muito marcado pela censura, pela moral e “bons costumes”. Não apenas o movimento homossexual nascia nesse período como o movimento feminista passava por constantes mudanças. Segundo Tânia Pinafi (2011), no início da década de 1980, o feminismo no Brasil sofre com alterações significativas em seu perfil devido as influências de planos políticos que acontecem em 1979. A anistia política deixa em aberto o retorno de homens e mulheres que foram exilados, com isso, muitos deles trazerem em sua bagagem, o contato com outras perspectivas de militância. Do mesmo modo, outra mudança apontada por Pinafi (2011), é a reforma partidária que institui o multipartidarismo no Brasil.

A partir desta reunião, as lésbicas que militavam dentro do Somos entenderam a importância e a necessidade de um espaço para debaterem suas questões específicas, uma vez que, no grande grupo do Somos havia uma predominância masculina que não permitia que isto acontecesse. Nesse sentido, decidem em criar mais um subgrupo dentro do grupo Somos, denominando-o de Fação Lésbico Feminista (LF). Como podemos ver no depoimento de Marisa Fernandes, uma das fundadoras do LF:

Nossos companheiros gays eram muito machistas e preconceituosos com as mulheres, então tínhamos que enfrentar esse problema. Organizamos um subgrupo de lésbicas para combater o machismo, a lesbofobia e refletir sobre feminismo dentro do

¹ O trabalho aqui apresentado faz parte de minha pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande, a qual conto com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES enquanto bolsista.

SOMOS, bem como junto ao movimento feminista e a sociedade, assim surgiu o primeiro grupo organizado de lésbicas no Brasil, o LF. (FERNANDES, 2018, p. 17)

Neste mesmo período, entendendo que apenas a militância homossexual não lhes bastava, pois, por serem mulheres lésbicas não sofriam apenas com a lesbofobia, mas também, com o machismo e sexismo, inclusive dentro do movimento homossexual, aproximaram-se do movimento feminista. No entanto, no movimento feministas as lésbicas iriam se deparar com a lesbofobia das feministas heterossexuais pois, estas julgavam que a presença de lésbicas iria “deslegitimar” o movimento feminista.

Este pensamento era baseado na construção de um discurso masculino que, na busca de deslegitimar o movimento feminista e continuar exercendo o poder sob as mulheres, criam narrativas que as colocam temor, como o argumento que “toda feminista é sapatão”. Segundo Norma Mogrovejo Aquise (2004), ao teorizar sobre a opressão sofrida pelas lésbicas, argumenta que a sociedade heterossexual teme a lesbianidade, pois, teme a união e a autonomia de mulheres, mesmo que, não necessariamente, elas sejam orientadas pela homossexualidade.

Ao compreenderem a dualidade de suas opressões enquanto mulheres e lésbicas, perceberam que não conseguiriam seguir suas militâncias separadamente nem, tão pouco, optar por uma militância só, afinal, entendiam a necessidade de levar o debate feminista para dentro do movimento homossexual, fazendo com que seus companheiros de militância percebessem seus privilégios enquanto homens, assim como, que os mesmos entendessem que a homofobia está diretamente ligada ao machismo e, dessa forma, os próprios gays também eram prejudicados com este sistema.

Neste mesmo seguimento, percebiam da importância de levar para o movimento feminista a pauta da homossexualidade, reivindicando uma liberdade sexual e, também, combatendo a violência sexual. Outra importante reivindicação trazida pelas lésbicas do LF, era contestar a heterossexualidade enquanto obrigatória e naturalizada. Entendiam, assim como Monique Wittig (2006), a heterossexualidade enquanto um regime político baseado na submissão e apropriação das mulheres, desse modo, para que pudessem construir uma sociedade com princípios feministas, ou seja, de igualdades de direitos e livre de dominações, seria preciso romper com este regime político, assim como fizeram as lésbicas.

Nessa perspectiva, a lesbianidade, como aponta Navarro-Swain (1999), surge no movimento feminista como a radicalização extrema da rejeição do patriarcado, na qual propõe o separatismo na vida social, ou seja, a criação de espaços onde os valores masculinos sejam extintos, criando assim, uma utopia moderna onde a violência e o poder não teriam lugar de existência ou expansão.

Para compreender como sucedeu esta separação, além de fontes bibliográficas, foi feita uma análise qualitativa da imprensa alternativa produzida pelo Grupo de Ação Lésbica Feminista – GALF, com os boletins *Chanacomchana*, que trazia em suas publicações parte da história do grupo, que foi criado por lésbicas que participaram do primeiro grupo de lésbicas organizadas do Brasil, o Lésbicas Feministas – LF.

RESULTADOS

Com o decorrer da pesquisa, pude perceber que a necessidade de criação de um grupo formado apenas por Lésbicas Feministas está diretamente ligada a necessidade de se fazer representar, e ter um espaço de debate e acolhimento entre mulheres lésbicas que também são feministas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ainda está em andamento, mas já vem sendo construída desde minha graduação com o meu trabalho de conclusão de curso intitulado “Chanacomchana também é

bacana! Estudo sobre a imprensa lésbica no Brasil (1981 – 1987)”, onde abordei a atuação do Grupo de Ação Lésbica Feminista enquanto militância através dos boletins Chanacomchana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUISE, Norma Mogrovejo. **Teoría lésbica, participación política y literatura**. Universidad Autonoma De LA Ciudad, 2004.

FERNANDES, Marisa. O Grupo Ação Lésbica Feminista – GALF e os encontros brasileiros de homossexuais – EBHO. (In) CAETANO, Márcio [et al.] (ORG.). **Quando Ousamos Existir: Itinerários Fotobiográficos do Movimento LGBTI Brasileiro (1978 – 2018)**. 1. ed. – Tubarão: Copiart; Rio Grande, RS: FURG, 2018.

NAVARRO-SWAIN, Tania. Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão. **Cadernos Pagu**, n. 12, p. 109-120, 1999.

PINAFI, Tânia. Conflitos, estigmas e discriminação: lésbicas e feministas em lutas por direitos nos anos de 1970 e 1980. **Labrys**, v. 20/21, 2011.

WITTIG, Monique. **El Pensamiento Heterossexual y Otros Ensayos**. Madrid, Editorial Egales. 2006.

MEMÓRIA E TRAJETÓRIA DE MULHERES DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR: AS DIFICULDADES DO TRABALHO COM MEMÓRIAS

SINARA VEIGA FAUSTINO¹

¹Universidade Federal de Pelotas – veigasinar@gmail.com

Resumo: O presente trabalho busca debater as dificuldades encontradas até então, para a realização de nossa pesquisa que, por meio da memória, procura reconstruir a trajetória de mulheres que não estavam ligadas diretamente a movimentos políticos durante a ditadura civil-militar de 1964, mas por terem familiares presos ou perseguidos, acabaram que por ingressar também na resistência e na busca por justiça. Nosso objetivo é analisar através de entrevistas, como a repressão atravessou também suas vidas, e analisar as memórias que elas elaboram acerca do período. Além disso, esperamos compreender como mães, filhas e irmãs moldaram sua própria resistência e sua luta na busca de seus familiares. O recorte temporal da pesquisa se dá de 1964 a 1985, quanto ao recorte espacial, pretendemos entrevistar mulheres do estado do Rio Grande do Sul. As trajetórias dessas mulheres são importantes para compreendermos melhor a participação feminina na resistência à ditadura civil-militar, trazendo para o debate discursos que muitas vezes são ignorados ou silenciados, auxiliando assim, na construção de uma História mais democrática.

Palavras-chave: Memória; Ditadura civil-militar; Gênero;

INTRODUÇÃO

A partir da memória, procuramos reconstruir a trajetória de mulheres que tiveram familiares presos ou perseguidos durante a ditadura civil-militar de 1964. Apesar de existirem diversas pesquisas voltadas para esse período, ainda são escassos os estudos que buscam debater a participação das mulheres não ligadas à militância política na resistência. São histórias de mães e filhas que tiveram suas vidas também atingidas pela violência, que foram também, de certo modo, torturadas. A partir da história oral, buscamos reconstruir essas trajetórias, pois acreditamos que “A memória testemunhal ganha cada vez mais importância, não como lamento e vitimização de quem se propõe a contar a própria história, mas como possibilidade de digerir uma experiência dolorosa que marcou toda a sociedade entre 1964 e 1984” (ROVAI, 2013, p. 110).

Procuramos compreender também como as mulheres construíram sua própria resistência, se de alguma maneira ajudaram umas as outra durante esse período, pois de acordo com Telles (2014, p. 31) “Sobreviventes, familiares e militantes constituíram redes de solidariedade aos presos e perseguidos políticos durante os anos de 1970 que foram cruciais para as lutas de resistência e para a democratização do país”.

A pesquisa ainda se encontra em andamento, mas já é possível observar certas dificuldades. A primeira é como o medo ainda se faz presente, visto que a tarefa mais complicada se mostrou convencer essas mulheres a darem seu testemunho. Nesse sentido, respeitamos a decisão do não compartilhamento dessas memórias, mas podemos perceber como o medo tem sido o grande responsável pelos “nãos”. Outro ponto que merece ser citado, é que muitas vezes, essas mulheres não estão habituadas a falar sobre o período ou sobre suas experiências. Em alguns casos, elas não se enxergam como parte da resistência, não valorizam o papel que tiveram, pois por tantos anos viram seus companheiros sendo protagonistas, pelo discurso tradicional, assim acreditam que a resistência que realizaram não tem importância.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Utilizando a história oral como metodologia, a pesquisa baseia-se em fonte orais, por meio de entrevistas com familiares de presos e perseguidos durante a ditadura civil-militar de 1964. A crítica e a análise por parte do historiador fazem parte da pesquisa, não se limitando apenas a entrevista. De acordo com Alberti (2004, p. 18) em seu Manual da História Oral, tal método busca “estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias

profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam”.

Trabalhar com essa metodologia implica também em lidar com algumas dificuldades resultantes dela. Desafiemo-nos a seguir por este caminho, por entendermos que “A História Oral de mulheres tem destacado a urgência do “processo de democratização da memória”, que é a condição básica para as democracias contemporâneas”(SALVATICI, 2005, p. 36).

A história oral nos permite contribuir para a construção de uma consciência histórica que auxilie as próximas gerações, como aponta Schwarzstein:

Una Historia Oral del trauma que siga las líneas y preocupaciones que hemos intentado plantear permitiría presentar elementos del pasado con capacidad de contribuir a la elaboración de una conciencia histórica que atravesase generaciones y culturas diferentes. De esta manera las “voces” de los protagonistas de los casos mas dramáticos de este siglo podrán validar sus memorias, contra los negadores de las torturas, de las desapariciones y de los genocidios. (SCHWARZSTEIN, 2001, p.82)

Seguindo o raciocínio de Alberti (2011, p.165) “uma das principais riquezas da História Oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”. A utilização de fontes orais em pesquisa já levantou debates sobre sua credibilidade, por estar carregada de subjetividade, das fontes e do historiador. Schwarzstein (2001) afirma que a questão da subjetividade é uma questão comum em todas as fontes, a História Oral reforça a atenção a este problema, uma vez que estreita uma ligação existente entre a situação das produções a partir das fontes, e o que elas podem indicar.

As fontes orais possuem um papel extremamente importante no que tange à reconstrução da trajetória dessas mulheres, a memória feminina clandestina, ignorada ou proibida durante a ditadura civil-militar, hoje, busca espaço público e assume uma disputa com outras falas, que até então, trataram de desqualificá-la (ROVAI, 2013). No caso da pesquisa, as entrevistadas não constam em documentos oficiais, assim é por meio da história oral que reconstruímos suas trajetórias.

RESULTADOS

Até o presente momento, foram realizadas quatro entrevistas, com mães e filhas. Esperamos conseguir um número mínimo de dez testemunhos para a pesquisa. A partir delas já podemos realizar alguns apontamentos. É importante citar que o medo ainda se mostra como o grande responsável pela dificuldade em obter entrevistas, principalmente quando levamos em conta o atual contexto político. Assim, seguimos o raciocínio de Laborie e analisaremos as entrevistas levando em conta a relação como contexto atual, pois a “relação com o tempo, especialmente o presente, tem papel primordial, inclusive quando se trata de memória e de passado” (LABORIE, 2009, p.81).

Ao analisarmos os relatos obtidos durante as entrevistas é possível identificar o medo vivenciado durante a ditadura civil-militar de 1964, as mulheres precisaram lidar não só com a perseguição aos seus companheiros e com o medo, mas também com a estigmatização criada pela sociedade por serem companheiras de um preso político.

Outro ponto que podemos citar é como em alguns casos, as entrevistadas não se colocam como protagonistas de sua história, assim, compartilhar memórias pode auxiliá-las a também a se enxergarem como sujeitos históricos importantes. Como aponta Rovai (2013, p. 127), “considerar suas experiências permite a elas também se olhar e se descobrir como sujeitos históricos da mesma vivência e se deslocar para o centro da História”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o momento, a pesquisa ainda necessita de mais fontes, as transcrições estão sendo realizadas e, posteriormente, as análises para a escrita da dissertação. Tratando-se das fontes já obtidas, é necessário ainda fazermos a transcrição e a análise posterior. Por fim, identificamos ser um estudo extremamente necessário visto que a história dessas mulheres levanta questões importantes para compreendermos como a resistência feminina atuou não somente para a pesquisa histórica, mas para que essas mulheres sejam reconhecidas também como parte da resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de historia oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo, Contexto, 2011.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista e QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 1984). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 108 -132.

SALVATICI, Silvia. Memória e gênero: reflexões sobre história oral de mulheres. **Revista de História Oral**, v. 8, n.1, p.29-42, jan./jun.2005.

SCHWARZSTEIN, Dora. História Oral, memória e histórias traumáticas. **Revista História Oral**, v. 4, p. 73-83, 2001. Disponível em:<<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=36>> Acesso em: 19 de Jan. de 2019.

TELES, J. A.. As denúncias de torturas e torturadores a partir dos cárceres políticos brasileiros. Intersecções. **Revista de estudos interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 31-68, 2014.

Simpósio Temático

MUNDOS DO TRABALHO

Coordenadores: Prof. Me. Elvis Simões, Prof. Me. Thiago da Silva e
Profa. Caroline da Silva e Profa..Luana Ledermann

A TRAJETÓRIA DO JUIZ MOZART VICTOR RUSSOMANO E SUAS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO BRASILEIRA

CAMILA MARTINS BRAGA¹

¹Universidade do Vale do Rio dos Sinos1 – martinsbraga88@gmail.com

Resumo: Em 1945, Mozart Victor Russomano tornou-se o primeiro juiz do Trabalho da Comarca de Pelotas/RS. O jurista que permaneceu neste cargo por 14 anos, tornou-se referência neste campo devido sua relevante contribuição intelectual acerca das relações trabalhistas no Brasil, chegando ao cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (1969-1984). Por meio das reflexões teóricas e metodológicas da biografia, este trabalho analisa como a trajetória de Russomano colabora com a história social do trabalho. Os processos trabalhista em que o jurista atuou e seu arquivo privado dão sustentação para esta análise.

Palavras-chave: Pelotas; Juiz; Justiça do Trabalho.

INTRODUÇÃO

Em 1944, aos 22 anos, o pelotense Mozart Victor Russomano graduou-se na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Alguns meses após bacharelar-se, tornou-se juiz do Trabalho, começando sua trajetória na seara trabalhista como Juiz-Presidente (fundador) da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas onde permaneceu no cargo até 1959. Russomano doutorou-se em Direito do Trabalho pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi Diretor do Instituto de Sociologia e Política, e Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Chegou a Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), onde atuou de 1969 a 1984, exercendo os cargos de Vice-Presidente (1971-1972), Presidente (1972-1974) e Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho (1974-1976).¹

Na carreira docente, Russomano lecionou as disciplinas “Direito do Trabalho” e “Seguridade Social”, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e na Universidade de Brasília (UnB). Internacionalmente, o magistrado também obteve uma atuação relevante para a História do Trabalho.² Sua produção científica sobre a temática trabalhista também foi expressiva, escreveu cerca de 45 livros³ e 23 artigos em revistas jurídicas.

Russomano faleceu em 2010 aos 88 anos de vida. Atualmente o órgão máximo da justiça especializa na seara trabalhista, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) vem prestando homenagens a este jurista, como exemplo a atribuição do nome de Russomano ao auditório do prédio do TST. Em 2013, o Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT11), também atribuiu o nome de Russomano as novas instalações do Fórum Trabalhista de Manaus. Além destas homenagens, a Biblioteca do TST acolhe um arquivo⁴ pessoal de Russomano, que possui 2.946 documentos relacionados a sua carreira.

¹Informações sobre a trajetória profissional do magistrado estão disponíveis em <http://www.tst.jus.br/web/biblioteca/russomano>. Acessado em 16/11/16 às 14 hs.

²Foi Presidente-fundador do Tribunal Administrativo da Organização dos Estados Americanos (1971-1976) e juiz do Tribunal Administrativo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de 1981 a 1986, ambos em Washington. Representou o Governo do Brasil no Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra (1984-1990). Foi o segundo brasileiro a ser presidente deste Conselho (1987-1988). Detém o título de Doutor *Honoris Causa* em 14 universidades, dentre elas Universidade de Bordeaux-I, na França, Universidade San Martin, no Peru, e Universidade Católica de Pelotas.

³Bibliografia produzida por Mozart Russomano encontra-se disponível em <http://www.tst.jus.br/web/biblioteca/bibliografia>. Acessado em 14/10/19 às 15hs.

⁴Informações sobre este acervo estão disponíveis em <http://www.tst.jus.br/web/biblioteca/russomano> 18/10/19 às 17hs.

A história da atuação do juiz Russomano se entrelaça com a história da Justiça do Trabalho (JT) brasileira, pois ambas deram seus “primeiros passos” na década de 1940.

Apesar da Justiça do Trabalho estar prevista pela constituição de 1934, ela só passou a funcionar em todo o Brasil em 1941. Em seu início, estava vinculada ao Poder Executivo e não ao Judiciário, somente passando para a órbita do segundo a partir de 1946 (GOMES, 2002). A partir de então os conflitos passaram a ser julgados por uma justiça especializada, que além de ser “mal vista” por tratar de reclamações de operários, continha decisões “frágeis”, face à ausência, em muitos casos, de regulamentação das relações de emprego. Apesar da fragilidade da JT em sua fase incipiente, é notório que essa justiça fosse considerada especial, por possuir a autonomia do poder normativo, ou seja, “[...] um poder de criar normas capazes de regular as relações entre capital e trabalho, estabelecendo uma jurisprudência que ultrapassava a capacidade de apenas aplicar a lei” (GOMES, 2002, p. 32).

Para o autor do anteprojeto da criação da Justiça do Trabalho, Oliveira Viana a normatização deste órgão não limitaria a atuação dos juízes a aplicação literal da lei, permitindo assim espaço de inserção de “novas fontes de normas jurídicas, elaboradas por coletividades organizadas, como os sindicatos, por exemplo.” (ABREU, 2012, p.176). Sendo assim, tanto os juízes como a JT possuiriam “competências e critérios próprios e peculiares em relação à justiça comum.” (ABREU, 2012, p.177).

Este trabalho destina-se a analisar como a trajetória do primeiro juiz do Trabalho de Pelotas, Mozart Victor Russomano entre os anos de 1945 e 1959, pode contribuir para a história do trabalho brasileiro. Compreendendo este operador do Direito como uma “via de acesso” para análise das relações entre o Estado e a sociedade no momento da instalação de um órgão especializado em dirimir os conflitos trabalhistas, a Justiça do Trabalho.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para tornar-se possível a análise da trajetória profissional de Russomano, a pesquisa necessita apoiar-se em fontes históricas que tragam informações sobre este personagem. Uma das fontes analisadas neste trabalho, são os processos trabalhistas de Pelotas entre os anos de 1945 a 1959, período em que Russomano atuou como primeiro juiz do Trabalho na comarca pelotense.

É crescente na historiografia pesquisas que utilizam os processos trabalhistas como fonte. No Rio Grande do Sul há um número relevante de trabalhos que se dedicam a pesquisar sobre as lutas da classe operária, como exemplo o trabalho de Clarice Speranza (2014) na qual a autora se debruçou em mais de 5.000 processos trabalhistas envolvendo mineiros de carvão no RS, visando compreender o processo de disputa em torno de direitos entre trabalhadores e patrões. Trabalhos de dissertação de mestrado de Tamires Xavier (2016) Micaele Scheer (2015) e Lóren Nunes (2014), também utilizaram pleitos judiciais como fonte de pesquisa. Através dos autos findos da Justiça do Trabalho de Pelotas, essas historiadoras se dedicaram em pesquisar aspectos do cotidiano, da experiência e da saúde sobre a classe trabalhadora pelotense.

Porém, ainda é inexpressivo trabalhos que dediquem-se a analisar a atuação dos Operadores do Direito, como juízes, advogados, escrivães, etc. Abordagem semelhante a que este trabalho se propõem encontra-se na obra de “A Tessitura dos Direitos. Padrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964” de Larissa Corrêa (2011), onde a autora analisa por meio de pleitos trabalhistas a ativação da justiça por trabalhadores têxteis e metalúrgicos paulistas e seus sindicatos. A obra também acolhe práticas dos agentes que controlam o cumprimento da legislação trabalhista. Corrêa destaca o papel do advogado sindicalista Rio Branco Paranhos. A autora analisa como o comportamento “eloquente” (CORRÊA, 2011) do advogado nas audiências e nos autos processuais colaborou para viabilizar a obtenção de resultados favoráveis aos trabalhadores perante a Justiça do Trabalho.

Na realização deste trabalho, serão analisados quantitativamente e qualitativamente cerca de 6.932 mil processos, em quais Russomano atuou como juiz do trabalho. Estas reclamações fazem parte do Acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas que estão salvaguardados pelo Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH-UFPel). Este acervo é composto por mais de 100 mil processos trabalhistas entre os anos de 1940 a 1995, trazendo com eles diferentes informações sobre o mundo do trabalho.

Outras fontes que auxiliarão na construção da trajetória do juiz Russomano é o arquivo privado do jurista, salvaguardado pela Biblioteca Délio Maranhão, do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O arquivo denominado como “Coleção Ministro Mozart Victor Russomano”, possui 2.426 documentos relacionados a vida deste personagem. A maior parte da coleção é composta de livros relacionados ao Direito do Trabalho, além dos livros de literatura e poesia de autoria do juiz. Compõem ainda o arquivo, artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais e recortes de jornais que noticiaram algumas ações da história da magistratura de Russomano.

Além da análise documental, para traçar a trajetória de Russomano, este trabalho utiliza as considerações teóricas e metodológicas da biografia. Benito Schmidt (2000) afirma que a biografia permite ao pesquisador investigar espaços de exercício da liberdade possíveis de uma determinada sociedade. Diferentemente da biografia tradicional, este trabalho busca fugir do modelo apologético, considerando o juiz Russomano como via de acesso para a compreensão da relação entre o Estado e a sociedade dentro do âmbito jurídico. “Por muito tempo a biografia foi vista como o modelo de história tradicional, mais propensa à apologia do que à análise, mais preocupada com os fatos do que com as grandes estruturas socioeconômicas, políticas e culturais.” (SCHMIDT, 2000, p. 49).

RESULTADOS

Até o presente momento foram levantados dados quantitativos em relação a quantos processos o juiz Russomano sentenciou durante da sua atuação na comarca de Pelotas. A análise de outros documentos, como telegramas de Rosah Russomano para o presidente Getúlio Vargas revelaram como procedeu a nomeação de Mozart Russomano ao cargo de primeiro juiz do trabalho de Pelotas/RS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Russomano dentro da seara jurídica, além de pessoalizar o campo jurídico, possibilita compreender perspectivas mais amplas sobre as relações políticas da época, interpretação da legislação entre os magistrados, apropriação da lei pelos advogados, conflitos entre patrões e empregados e etc.

É notório que não são apenas as atuações de juízes que fazem a Justiça do Trabalho no Brasil, porém “pensar na história dessa justiça especial através de trajetórias de vida daqueles diretamente envolvidos em seu funcionamento” (GOMES, 2010, p.3), é valoroso para a história social do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luciano Aronne de. **Estado Novo: O fim das políticas regionais?** In: Estudos Ibero-Americanos .PUCRS, v. XXXIII, n. 1, p. 172-191, junho 2007.

_____. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil.** Anais do XI

AVELAR, Alexandre de Sá. A retomada da biografia histórica. **Oralidades**, n. 2, p. 45-60, jul/dez 2007.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Unicamp, 2012.

CORRÊA, Larissa da Rosa. **A tessitura dos direitos: patrões e empregados na justiça do trabalho, 1953-1964**. São Paulo: LTr/Fapesp, 2011.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida**. São Paulo, Ed. USP, 2009, p.254-276.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo : Edusp, 1999.

FRENCH, John. D. **Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, v.11.n21, p.121-127, 1998.

_____. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. “Reflexões em torno de populismo e trabalhismo”. In: **Varia História**, nº 28, 2002.

_____. Retrato falado: a Justiça do Trabalho na visão de seus magistrados. **Revista de Estudos Históricos**, n. 37, jan-jun 2006.

GOMES, Ângela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da. Os direitos sociais e humanos dos trabalhadores no Brasil: a título de apresentação. In: **A justiça do trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

GOMES, Ângela de Castro Gomes e PESSANHA, Eliana Gonçalves da Fonte. **Memória da Justiça do Trabalho: trajetórias de Juizes**. Porto Alegre: Editora e Livraria Alegre poa Ltda. 2010.

NUNES, Lóren. **Indisciplinados os que adoecem e nômade os que reclamam férias: a saúde do trabalhador nos autos trabalhistas de Pelotas-RS (1936-1945)**. *Dissertação* (Mestrado em História), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

SCHEER, Micaele Irene. **Vestígios de um Ofício: o Setor Calçadista e as Experiências de seus Trabalhadores na Cidade de Pelotas (1940-2014)**. *Dissertação* (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SCHIMIDT, Benito Bisso. A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de “contexto”. In: GUAZELLI, César Augusto Barcellos et alii (org.) **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000. p.121-130

_____. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. **História Unisinos**, v.8, n.10, p.131-142, jul;dez.2004.

_____. **Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas**. Porto Alegre: Editora Palmarinca. 2004.

_____ (org.). “Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema”. In: **O Biográfico: Perspectivas interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, pp. 49-70.

SILVA, Fernando Teixeira da. “Justiça de Classe”: tribunais , trabalhadores ruarais e memória. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 4, n. 8, julho – dezembro de 2012, p. 124-160.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **A greve da oficina de chumbo: O movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984)**. 2007. *Dissertação* (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DO TRABALHO A PRISÃO: A FORMAÇÃO DE UM SINDICALISTA RIOGRANDINO

ELVIS SILVEIRA SIMÕES¹

¹Universidade Federal de Pelotas – elvis.simoes@yahoo.com.br

Resumo: Para este trabalho temos como proposta estudar a biografia de Antônio Nailem Espíndola, um líder sindical atuante na cidade de Rio Grande-RS. Suas ações contribuíram para a criação do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande, bem como para a organização dos trabalhadores na Campanha da Legalidade em 1961, o que levou a sua prisão e perseguição durante a Ditadura de 1964. Diante desta análise, nosso foco se dará em compreender seu percurso de formação e atuação política e sindical, bem como identificar suas redes de relações, entre os períodos de 1959 e 1964. Para isso, nos utilizaremos das perspectivas teórico-metodológicas da análise biográfica e da História Oral, bem como da memória reavida do entrevistado. Tendo como base os debates do campo da história social do trabalho de E.P. Thompson e Mike Savage, poderemos investigar como um operário “comum” lidou com as incertezas de suas condições de vida em diferentes contextos sociais.

Palavras-chave: Rio Grande-RS. História Oral. Biografia.

INTRODUÇÃO

Através deste trabalho, buscaremos apresentar a biografia de Antonio Nailem Espíndola, um extrabalhador do Porto de Rio Grande (RS). Sua trajetória foi marcada por uma expressiva atuação na formação do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande, assim como na movimentação dos operários durante a Campanha da Legalidade. Haja vista sua atuação política/sindical foi perseguido e preso durante o Golpe Civil-Militar de 1964. Tendo em vista o exposto, nossas análises se aliam ao campo da história social do trabalho, a partir do qual objetivaremos discutir sua militância e como ela impactou em sua vida no período que compreende de 1959 a 1964.

No ano de 1957, Espíndola migra da cidade de Arroio Grande (RS) para o município riograndino. Sua perspectiva era de obter trabalho e constituir sua vida, uma vez que o trabalho no campo, nas terras de seu pai, não parecia promissor. Autores como Edgar Gandra (2016) e Nadja Pellejero (2009) permitem compreender que Rio Grande, neste período, era uma das cidades mais industrializadas e com um Porto que possibilitava o escoamento da produção local e regional. Isso, por conseguinte, gerou uma grande demanda por mão de obra, o que possibilitou que muitos trabalhadores migrassem para o município, na expectativa de obtenção de empregos.

Após sua construção e ampliação, de 1910 a 1915, o Porto Novo foi um dos ambientes que possibilitava uma frente ampla de obtenção de serviços, isso devido às diversas atividades e grande demanda que requisitava. Muitos operários atuavam nas indústrias e também prestando serviços como provisórios avulsos no Porto. Com Espíndola não foi diferente, ao menos até seu ingresso efetivo no Porto, no dia 28 de setembro de 1958. Notavelmente, sua atuação em diversos setores empregatícios foi importante para se estabelecer na urbe. Todavia, as atividades que exerceu no Porto cumpre um destaque, tanto no que tange a militância político-sindical, bem como pelas conquistas que obteve.

Pouco após ingressar no Porto formou-se um grupo de trabalhadores que visaram fundar um sindicato. Conforme Espíndola, a motivação deste grupo era de obter o controle do processo de prestação de serviço, isto, devido aos abusos cometidos pelos Capatazes do Porto: “Nos começamos a nos revoltar, por que era assim, no Porto, eles pegavam de manhã, pegavam tudo quanto era serviço bom, aonde não tinham que fazer esforço físico, e mandavam os peixinhos pra lá. Os peixinhos deles.”¹. Segundo ele, outras diretorias também tentaram fundar o sindicato, contudo diante das pressões e cooptações realizadas pelo Porto, muitas destas

¹ Antônio Nailem Espíndola. A trajetória político-sindical de Antônio Nailem Espíndola. 7/05/ 2018. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra.

cederam. Espíndola também elenca como uma das dificuldades para fundar o sindicato a baixa adesão dos trabalhadores. Esta, se justifica também pela pressão que exercia o Porto. Apesar disso, a edificação do sindicato ocorre em 1959, a partir da forte atuação dos trabalhadores, aliada a suas relações políticas.

A organização e fundação do sindicato possibilitou uma significativa melhora nas suas condições de vida dos operários, e conforme Gandra (2016), também levou ao fazer-se da categoria. Não somente esta, mas diversas categorias, neste período em destaque, ampliaram suas forças. E esta, pode ser evidenciada a partir das memórias de Espíndola, principalmente em seu relato sobre a atuação dos trabalhadores durante a Campanha da Legalidade (1961).

No período referido, os trabalhadores organizaram uma frente em prol da posse de Jango. Para tanto, mantinham contato com o Governador Leonel Brizola, através do prefeito Farydo Salomão. De acordo com Espíndola, Brizola possuía o medo de que navios contrários ao seu levante aportassem em Rio Grande, pondo em risco seu intento. Diante deste cenário, podemos observar a atuação dos operários no episódio em que um conjunto de trabalhadores deu voz de prisão ao Capitão da Capitania dos Portos de Rio Grande. Isto ocorreu devido aos operários descobrirem que ele comunicava-se secretamente com o Marechal da Guerra Odílio Denys. Após prenderem o Capitão, dirigiram-se até o rádio da Draga Holandesa que estava aportada, e o desabilitaram, impedindo qualquer outra tentativa de comunicação.

Embora bem sucedida à ação dos trabalhadores, ela gerou consequências posteriores. No entendimento de Espíndola, o engajamento dos trabalhadores provocou a prisão dos líderes sindicais em 1964. No dia 06 de abril do referido ano, muitos operários foram presos. Eles foram conduzidos primeiramente ao navio hidrográfico *Canópus*, onde permaneceram cerca de 30 dias. Posteriormente, foram levados a diversas instalações, em Rio Grande. Por fim, conduzidos a Porto Alegre. Espíndola esteve preso por cerca de 3 meses, e foi solto após o auxílio de sua Esposa. Todavia, sua soltura não representou uma tranquilidade para si e para sua esposa. Até a década de 70 ele teve que comparecer para prestar depoimentos às autoridades, ao mesmo tempo em que necessitou atuar em diversos serviços logo após sua expulsão do porto e tornar-se incapacitado de adquirir emprego formal.

Tendo em vista o exposto, a partir da vivência de Antonio Nailem Espíndola, podemos perceber como um trabalhador circulava por diferentes espaços dentro da sociedade e como tecia suas relações, atuando dentro destes espaços. Lançar um olhar para outro nível de escala de análise permite compreender um processo mais aprofundado das relações e da construção dos sujeitos, permitindo desta forma, uma compreensão mais heterogenia da classe trabalhista.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para a realização deste trabalho nos fundamentamos nas abordagens teórico-metodológicas da História Oral e da Biografia, bem como nos conceitos de Memória e Insegurança Estrutural.

A H.O é uma metodologia que possibilita dar destaque para os sujeitos enquanto atuantes no processo histórico, assim como instigar novas discussões a partir de novos pontos de vistas na construção do conhecimento sobre o passado (VANGELISTA, 2001). Neste sentido, através de suas memórias é possível formular fontes de pesquisa para o estudo do passado. Conforme Passerini (2011), ela permite apresentar elementos que tendem não aparecer em documentos oficiais.

Esta metodologia é importante por que possibilita aprofunda o conhecimento sobre a trajetória de Espíndola a partir de suas memórias, mas de forma a não evidenciar-lo como um sujeito aquém dos espaços sociais que habita. Tendo como referência Halbwachs (1990), ao estudar a memória é preciso compreender que ela se estabelece na relação coletiva, ou seja, que ela esta ancorada nas interações com os grupos.

A Biografia emerge enquanto uma categoria de análise que privilegia a redução de escala no campo da observação dos acontecimentos sociais. De acordo com Karsburg “[...] a biografia atual problematiza as histórias particulares, relacionando-as e não as isolando da história geral. Esse procedimento está permitindo aos historiadores vislumbrar novos sujeitos, porque analisados em interação com diferentes e complexos contextos.” (2015, p. 33). Desta forma, a biografia busca conectar o sujeito com o meio social e permite compreender a heterogeneidade das relações sociais.

Através da Biografia e da História Oral, poderemos adentrar no contexto de vida de um operário riograndino “comum”, da segunda metade do século XX. E tendo como conceito norteador a Insegurança Estrutural, de Savage (2004), percebido como um processo “[...] vivido por todos os trabalhadores.”, uma vez que não possuem os meios para garantir sua subsistência no sistema capitalista, poderemos lançar luzes sobre suas “[...] estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária [...]” (2004, p.33).

RESULTADOS

Evidenciamos neste momento alguns aspectos que foram constatados – ainda que de forma inicial – sendo eles: as redes de relações formadas por Antonio Nailem Espíndola, bem como a relevância da militância em sua vida.

A partir da sucinta trajetória que apresentamos, destacamos algumas relações que estabeleceu. A começar por sua escolha por Rio Grande, podemos perceber que ela ocorreu muito por possuir parentes na cidade. Além disso, os trabalhos onde atuou, na fundação CEEE e no Porto, também são frutos das amizades que constituiu. Tendo como exemplo seu ingresso no Porto, percebemos que era comum que as amizades estabelecidas entre os trabalhadores, principalmente as constituídas no contexto das vilas operárias, possibilitassem que eles obtivessem conhecimento sobre as disposições dos serviços (SIMÕES, 2017).

Quando mudamos para o período do Golpe, podemos perceber que estas amizades e parentescos tiveram um papel fundamental nos períodos de perseguição política. Evidenciamos sua amizade com o Chefe do Departamento de Armas da Delegacia Regional, Irai Ferrari. Anterior ao Golpe Civil-Militar de 64, ambos costumavam a caçavam juntos, além de Espíndola constantemente o ajudar a cumprir suas funções fora da delegacia. Esta amizade se refletiu no apoio que obteve do amigo no pós-golpe, quando Espíndola teve que começar a comparecer constantemente para prestar depoimentos. Ferrari o apoiou diante dos diversos episódios de abusos que sofria. Também é importante citarmos que com a perseguição, ele foi expulso do Porto e tinha dificuldades de conseguir serviços, tendo que trabalhar a margem das fiscalizações. Neste momento, Espíndola necessitou do apoio de seu cunhado, o qual conseguiu um serviço como corretor de uma imobiliária para ele.

Evidenciamos a importância da militância em sua vida, bem como seu impacto no meio social, através da fundação do sindicato. Anterior à fundação deste, os operários atuavam sob um regime sazonal e avulso de trabalho, portanto, sem garantias de recebimentos. Isso gerava condições extremamente precárias, as quais tinham um impacto profundo na condição de vida dos operários.

A partir da sindicalização, em 1960, a condição de vida dos trabalhadores melhorou significativamente (GANDRA 2016). Destaca-se que passaram a possuir um salário mensal, independente da prestação de serviço – bem como gratificação por produtividade, conforme as cargas em que atuavam. Não obstante, também ficou sob competência do sindicato organizar e dispor a mão de obra operária que atuaria nos trabalhos de capatazia. Desta forma, rapidamente a condição de vida dos operários se modificou, permitindo que tivessem altos salários e prestígio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, buscamos apresentar as relações de trabalho, sob uma nova perspectiva da história do trabalho, a qual possibilita também analisar as contradições e diferenças existentes entre os trabalhadores. Mediante a isso, acreditamos que reduzir a escala de observação através da análise biográfica possibilita desvendar como um operário que perpassou por diferentes espaços sociais, e ao mesmo tempo, teorizar sobre até que ponto uma trajetória individual se mostra consonante ou dissonante do grupo.

Tomando com campo de visão a historiografia riograndina, nos fica evidente que os principais trabalhos que discutem sobre os operários tiveram como objetivo estudar o conjunto dos trabalhadores, com desta a seu cotidiano trabalho, militância e formas de organização. Compreendemos que estas abordagens são de fato relevantes, contudo, por vezes, deixam de aprofundar as diversas possibilidades de ação que os sujeitos possuíam dentro destes processos. Desta forma, a partir da redução na escala de análise é possível adentrar em profundidade na vivência e na compreensão das estratégias de um sujeito “comum”, perceber suas redes de relações e seu impacto no meio social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. História dentro da História. IN: PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

GANDRA, Edgar. **O cais da Resistência**: a trajetória do sindicato dos trabalhadores nos serviços portuários de Rio Grande no período de 1959 a 1969. Pelotas: EDUCAT, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. IN: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis (orgs). **Micro-história, trajetórias e imaginação**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p.32-52.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PELLEJERO, Nadja Karin. **Direitos sociais e ações coletivas nas múltiplas escalas entre o local e o global**: a luta pela moradia no município de Rio Grande/RS. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. IN: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando. (org.). **Cultura de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Edirora da Unicamp, 2004, p. 25-48

SCHILLING, Voltaire. **Brasil 1954-1964**: do suicídio de Vargas ao golpe militar. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Uma reflexão sobre o gênero biográfico**: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho da perspectiva de sua vida cotidiana (1868-1945). Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

SEGUNDO, Mário. **Protesto operário, repressão policial e anticomunismo:** Rio Grande 1949, 1950 e 1952. Porto Alegre: Edição do Autor, 2012.

SIMÕES, Elvis. **No centro e à margem:** a trajetória histórica dos trabalhadores arrumadores de Rio Grande-RS, entre as décadas de 1950/60. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

THOMPSON. E.P. **Miséria da teoria ou um planetário de erros:** Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.

THOMSON, Alistair. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. IN: Amaro, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes (Org). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.65.

VANGELISTA, Chiara. **Formas de fabulação na construção do passado:** história e memória em torno da brasilidade. Disponível em <http://www.unicamp.br/siarq/sbh/Vangelista_Chara-Historia_Memoria_Brasilidade.pdf> Acessado em 8/9/2014

O ESTADO BRASILEIRO FRENTE AO PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO: DA PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO À LEGITIMAÇÃO

MARIUZA TOLEDO PINHEIRO¹

¹Universidade Federal de Pelotas –mariuza.pinheiro@hotmail.com

Resumo: A prática da terceirização não é novidade dentro das relações trabalhistas. Todavia, tinha-se, desde 1943 com a publicação da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, apenas a possibilidade de contratação por subempreitada (conceito no art. 455, §7º da Consolidação). Não existia em nosso ordenamento pátrio qualquer menção ao conceito de terceirização (que a rigor, surgiu somente em meados dos anos de 1980). A discussão surgiu com a evolução da jurisprudência, com o surgimento de regra que possibilitava a prática a partir do advento do Decreto-Lei 200/1967, que admitiu à Administração Pública contratação de trabalhadores de modo indireto para melhor execução das suas atividades descentralizadas. O trabalho busca apresentar o tema partir da ótica legislativa, sem, contudo, esquecer de demonstrar, brevemente, como a terceirização teve seu início no cotidiano das relações trabalhistas, a influência na precarização das relações, e ainda, qual o intuito da sua introdução até a necessidade de ser legislada. Após o marco legislativo instaurado pelo Decreto, serão analisados na sequência, a evolução legislativa sobre o tema, bem como das decisões mais recentes do Tribunal Superior do Trabalho e do Supremo Tribunal Federal, principalmente a decisão que entendeu a licitude da prática nas atividades-fim (edição do Decreto Federal 9.507/2018). Busca-se assim, apresentar o tema desde a sua introdução fática nas relações de trabalho comuns, chegando ao setor público de modo irrestrito.

Palavras-chave: Mundo do trabalho. Precarização. Terceirização.

INTRODUÇÃO

Terceirização é uma transferência de atividades de uma empresa a outra, que por sua vez e através de trabalhadores a ela ligados, parcial ou integralmente, realizam as suas funções referentes à atividade- da empresa contratante. Essa relação de trabalho que se dá no âmbito das atividades não essenciais da empresa tomadora, não gera vínculo entre esta e os trabalhadores, uma vez que este será constituído com a empresa prestadora de serviços (OLIVEIRA, 2016, p. 70). No setor público é um instrumento extremamente utilizado na contratação de atividades meio da Administração Pública, ainda que recentemente tenhamos implementado no país uma legislação que garante a efetividade e a regularidade deste tipo de contratação também para atividades fim.

Com o crescente nível de competitividade entre as diversas empresas e setores, tornou-se necessária a busca por meios que aumentassem a produtividade das empresas, a qualidade da prestação de serviços e a redução de custos no processo produtivo. Neste ponto, a terceirização surgiu como forma de, através de parcerias, alcançar aqueles objetivos, com a diminuição do número de funcionários e tendo a contrapartida do aumento da produção. Além disso, em razão do avanço do capitalismo, surgiu a necessidade de expansão das empresas nacionais e a explosão das multinacionais em todo o mundo. Diante destes fenômenos, e a fim de especializar as funções das grandes empresas, as pequenas e médias tomaram para si a função de suporte àquelas empresas para que elas então pudessem desempenhar livremente seus objetivos. Com isso, foi preciso relativizar as relações empregatícias, haja vista a necessidade de corte de custos com pessoal para aplicação destes na produção.

No Brasil, este tipo de contratação teve início por volta dos anos 1950; porém foi a partir de 1970, e posteriormente, a década de 1990, que houve a efetivação desta prática. Também neste momento, é possível perceber o início da precarização das relações de trabalho com a ampliação do desemprego e a proliferação de contratos de trabalho precários (TOSTA, 2009, p. 141). Nesta subcontratação da mão-de-obra, a gestão de pessoal passa a ser pontual, e as grandes empresas passam a contratar outras, agora pequenas, que intermedeiam as relações trabalhistas. Segundo Bezerra (2013, p.14), aqui o padrão não é mais empregador direto, mas mero locador da mão-de-obra.

Como forma de produção, a terceirização mostra-se bastante eficaz. Todavia, se mal utilizada, pode trazer certa instabilidade social (CARDOSO; GOULART, 2009, p. 147-176), especialmente quando as empresas se negam a adaptar a realidade dos trabalhadores aos seus anseios econômicos. É um erro não considerar o papel da atividade humana no processo de terceirização (ENRIQUEZ, 1997, p. 61). Para Antunes (2002, p. 202), o que se apresenta fora do ambiente empresarial, é um quadro de precarização das relações de trabalho, ainda que amparadas por leis que regulamentem e protejam as relações trabalhistas envolvidas no cenário.

A terceirização tem trazido, desde o seu surgimento e principalmente após a sua ampliação de uso no setor privado, crescente desvalorização e precarização das relações de trabalho, seja pela volatilidade dos sujeitos contratados (terceirizados), seja da própria responsabilidade assumida pelos contratantes. Logo, ocorre fragilização do elo entre empregado/empregador, vez que não deixa claro quais as responsabilidades do tomador de serviços frente ao empregado, e ao mesmo tempo, praticamente torna aquele tomador (que busca a empresa terceirizada), mero locador de produto.

Para a administração pública, o instituto da terceirização surgiu no final dos anos de 1960, através do Decreto-Lei 200/1967¹, e teve motivação inicial a necessidade de recolocação imediata de servidores públicos que estavam saindo dos quadros administrativos (por exemplo, por aposentadorias). Foi apenas no final da década de 80, e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que a administração pública passou a ser obrigada a contratar através de concursos públicos.

Em polêmica decisão do STF (que deu origem à Súmula 331² do TST), tornou-se possível a contratação terceirizada apenas de atividades-meio na Administração Pública, quais sejam segurança, conservação, limpeza e manutenção. E foi neste momento que a terceirização tomou corpo dentro do setor público brasileiro.

A problemática central estudada se dará em relação à questão: Com as mudanças nas relações trabalhistas, e as degradações decorrentes dos vários modelos de produção e ascensão de políticas econômicas ao longo da história, a terceirização acentua ainda mais a precarização das relações trabalhistas dentro da máquina pública estatal?

Como objetivo geral do trabalho, buscar-se-á apresentar uma reconfiguração do mundo do trabalho, a partir da década de 80, que coincide com a ascensão do neoliberalismo e suas consequências através da política de terceirizações na administração pública brasileira, principalmente no que se refere ao Poder Executivo Federal.

Já no que diz respeito aos objetivos específicos, a ideia inicial será conhecer o surgimento da terceirização no contexto histórico brasileiro, com a determinação dos seus impactos no mercado de trabalho, e principalmente, o papel destes na degradação das relações trabalhistas, encerrando a análise com uma breve avaliação quanto a permissão legal deste tipo de contratação pela administração pública, tanto nas atividades-meio quanto nas atividade-fim do Estado.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

¹ Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Em seu artigo 6º, III, prevê a descentralização das atividades públicas como forma de melhor administrá-las. Descentralizar significa transferir a execução das atividades para órgãos ou entidades externas ao centro de poder estatal.

² Súmula 331 do Tribunal superior do Trabalho, trata da contratação temporária de trabalho. Este dispositivo regula a contratação através de empresa interposta, e não traz em seu corpo, qualquer referência à possibilidade de contratação direta pela Administração, mas tão somente por meio de empresa interposta. Em seu inciso II, possibilita as contratações apenas de atividades-meio, “serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador”.

Com o crescente nível de competitividade entre as diversas empresas e setores, tornou-se necessária a busca por meios que aumentassem a produtividade das empresas, a qualidade da prestação de serviços e a redução de custos no processo produtivo. Neste ponto, a terceirização surgiu como forma de, através de parcerias, alcançar aqueles objetivos. No Brasil, a ideia emergiu por volta dos anos 1950, porém foi a partir da década 90 que houve a efetivação desta prática. A partir de então, também foi possível perceber uma crescente precarização das relações de trabalho, além da ampliação do desemprego e a proliferação de contratos de trabalho precários, de acordo com Tosta (2009, p.3). Entretanto, a problemática central estudada se dará em relação à questão: Com as mudanças nas relações trabalhistas, e as degradações decorrentes dos vários modelos de produção e ascensão de políticas econômicas ao longo da história, a terceirização acentua ainda mais a precarização das relações trabalhistas dentro da máquina pública estatal?

Observações iniciam pelas ocorrências do mundo do trabalho no Sec. XIX, no que diz respeito aos conflitos de interesses entre empregados e empregadores. Têm como ponto de partida os modelos de produção fordista e toyotista, e, especificamente no cenário brasileiro, a introdução das ideias neoliberais no início da dec. de 90 do último século

Sobre as relações do mundo do trabalho, Thompson se debruça sua análise no século XVIII, onde os indivíduos entram em conflito com o surgimento de uma “cultura industrial capitalista”.

Temos assim um paradoxo característico daquele século: uma cultura tradicional que é, ao mesmo tempo, rebelde. A cultura conservadora da plebe quase sempre resiste, em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia (tais como os cercamentos, a disciplina do trabalho, os “livres” mercados não regulamentados de cereais) que os governantes, os comerciantes ou os empregadores querem impor. A inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico/ social neutro e sem normas (“modernização”, “racionalização”), mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer. Por isso a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes. (THOMPSON, 2016, p.73)

Já no século XIX, Hobsbawm, refletia sobre o mercado de trabalho daquele momento:

O princípio básico da economia na iniciativa privada no século dezanove era comprar no mercado mais barato e vender mais caro. Para o patrão, comprar mão de obra no mercado mais barato significava compra-la pela taxa mais baixa de unidade de produção, isto é, comprar a mão de obra mais barata da mais alta produtividade. (HOBSBAWM, 2015, p. 114)

Perrot (1998, p. 93-97), traz importante observação sobre os momentos históricos pré-fordismo, quando divide as características da produção em “eras”, assim distribuídas: a) Durante o século XVIII até o início do século XIX, estava em curso a “Era do Olhar”, onde a vigilância sobre a matéria prima ofertada pelo patrão era extremamente rigoroso; b) A “Era clássica da disciplina de fábrica” enfatizava a necessidade de disciplina dentro das fábricas, além do pagamento dos salários vinculados à produtividade (“trabalho por peça”), onde o empregado trabalhava até a exaustão; c) Por fim, a “Crise disciplinar e reorganização do trabalho”, momento em que todo aquele universo de disciplina transformou-se em um ambiente de contestações, eclodindo em inúmeros movimentos grevistas no início do séc. XX.

No ano de 1914, Henry Ford desenvolveu um método de produção em massa em sua indústria automobilística denominado de fordismo – cujas características estavam ligadas à linha de produção, com especialização da atividade do trabalhador. Este método acabou se

tornando não só um modelo de produção da Segunda Revolução Industrial, mas também de gestão, e perdurou até a década de 80. A ideia do fordismo era alcançar a massa consumidora, uma vez que conseguiu diminuir os custos de produção refletindo assim, no preço final do produto vendido.

No final da década de 60, ocorreu o declínio do modelo fordista de produção. A manutenção do crescimento salarial dos trabalhadores provocava a estagnação dos lucros, o que, aliada a outros fatores como a crescente competição pelos mercados internacionais, refletiu nas políticas fiscais (aumento das taxas e impostos), e políticas sociais americanas (dispensa de trabalhadores). Veio assim, a grande crise do *welfare state*. Para Harvey (2017, p. 156), a acumulação flexível tomou corpo nos mercados em confronto com a rigidez fordista. Por acumulação flexível entende-se a maleabilidade de processos e mercados de trabalho, além de produção e consumo.

Já para Antunes (2009, p. 170-172), a partir da década de 70 o cenário capitalista começou a sinalizar um quadro de declínio, o que se mostra através das seguintes situações: a) Queda dos lucros pelo aumento do valor da força de trabalho; b) Esgotamento do modelo taylorista/fordista em razão da queda de consumo, que por sua vez, era uma resposta ao desemprego estrutural vivenciado naquele período; c) Autonomia da esfera financeira, que passava por um processo de desconcentração e internacionalização; d) Fusão de empresas, que causava grande concentração de capitais; e) Privatizações, desregulamentações e flexibilizações do processo produtivo do mercado, mas principalmente, da força de trabalho; e por fim, f) Crise do Welfare State, o que provocou grande crise fiscal e financeira estatal, e determinou a transferência dos custos para o setor privado. A acumulação flexível deu espaço para o surgimento de novos sistemas de produção, incluindo nestes a figura da terceirização e suas consequências para a classe trabalhadora.

Mais adiante, nesta mesma obra, o autor elucida que “em meio a destruição de forças destrutivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes *precarizados* ou mesmo à margem do processo produtivo, elevando a intensidade dos níveis de desemprego estrutural.”

RESULTADOS

Até o momento, foram selecionadas as legislações brasileiras que trazem menção ou permissão de utilização de espécies de subcontratação trabalhista, principalmente dentro do recorte temporal proposto, ainda que também tenham sido observadas normas legais anteriores àquele. Além disso, também estão sendo examinadas decisões dos tribunais nacionais que possam ter influenciado decisivamente as referidas legislações a ponto de alterar o cenário do mundo do trabalho no decorrer do íterim estudado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho, por estar em processo de construção, ainda não apresenta conclusões objetivas sobre a temática. Importa ressaltar, todavia, a importância da pesquisa para que se perceba a legitimação estatal das práticas de precarização das relações trabalhistas dentro da própria máquina pública, tomando por base o recorte histórico ora apresentado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo. Cortez, 2002.

_____. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo. Boitempo, 2009.

BRASIL. **Decreto-Lei 200 de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccIVIL_03/Decreto-Lei/Del0200.htm>. Acesso em 17 de dezembro de 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei 5.452 de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em 17 de dezembro de 2018.

BRASIL. **Tribunal Superior do Trabalho**. Súmula nº 331. In: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html#SUM-331>. Acesso em 18 de dezembro de 2018.

ENRIQUEZ, E. **A organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1997.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo. Edições Loyola, 2017.

HOBSBAWM, E. **Os trabalhadores. Estudos sobre a história do operariado**. São Paulo/Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2015.

OLIVEIRA, Cíntia Machado de; DORNELES, Leandro do Amaral Dorneles de. **Direito do Trabalho**. 3. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2016.

PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1998.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

TOSTA, T. L. D. **Um novo perfil de precarização do trabalho?**. In Resumos de Comunicações Científicas do XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Sociedade Brasileira de Sociologia. Rio de Janeiro, 2009.

“DO CAIS PORTUÁRIO AOS NAVIOS”: APONTAMENTOS SOBRE A HISTORIOGRAFIA DO TRABALHO PORTUÁRIO NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 1980 A 2016

THIAGO CEDREZ DA SILVA¹;

¹Universidade Federal de Pelotas– thicedrez@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a produção historiográfica sobre o trabalho e os trabalhadores dos portos no Brasil entre os anos de 1980 a 2016. A escolha do recorte temporal se dá justamente por abranger o início das produções acadêmicas específicas que discutiam sobre o trabalho portuário no Brasil e uma diversificação, em maior número, das temáticas pertencentes ao trabalho no porto. As fontes de pesquisa deste projeto serão as próprias produções historiográficas sobre o nosso objeto de estudo. Atualmente, identificamos vinte e cinco pesquisas, que foram divididas entre trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Sendo assim, nosso olhar está voltado para compreender como a historiografia percebe as mudanças que ocorreram na atividade prática de trabalho portuário e como as categorias obreiras do porto ainda se mantêm influente e atuante no cenário da modernidade industrial e luta sindical por direitos.

Palavras-chave: Historiografia; Porto; Trabalhadores portuários.

INTRODUÇÃO

O presente estudo visa realizar um balanço da produção historiográfica brasileira sobre o trabalho e os trabalhadores portuários no Brasil entre os anos de 1980 a 2016. A escolha desse recorte temático e temporal deve-se ao fato de que os estudos sobre os portos e o trabalho portuário vêm ganhando força no Brasil desde 1970, com a ampliação da historiografia acadêmica do movimento operário, que, até então, estavam sendo conduzidos pela ciência política e pela sociologia (BATALHA, 1998). Com a produção da década de 1980, as discussões sobre a temática foram ampliadas e, ao mesmo tempo, refinaram e especificaram o leque de pesquisas. Esse movimento de ampliação e fragmentação dos estudos ocorreu devido a influências historiográficas advindas do exterior, como, por exemplo, a historiografia marxista inglesa com os expoentes E. P. Thompson (1987) e Eric Hobsbawm (1981:1987). Ainda, no ambiente acadêmico, ocorreu o surgimento de cursos de pós-graduação em história e a aceitação de novas fontes de pesquisa históricas.

As fontes de pesquisa deste projeto serão as próprias produções historiográficas sobre o nosso objeto de estudo. Atualmente, identificamos vinte e cinco pesquisas, que dividimos entre trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Sendo assim, para que ocorra uma análise assertiva do *corpus* historiográfico, Cardoso e Vainfas advertem que o pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que “um documento é sempre portador de um *discurso* que, assim considerado, *não pode ser visto como algo transparente*”. (CARDOSO; VAINFAS, 1997, pg.375). Nessa perspectiva, a busca por sistematizar uma abordagem teórica no campo da historiografia, elencamos a Análise de Conteúdo como um dos pressupostos metodológicos que nortearão a pesquisa. Tal escolha se justifica pela possibilidade de apresentar uma percepção crítica da escrita historiográfica em seus devidos contextos de produção.

Para compreendermos as diferentes interpretações históricas feitas durante as escritas historiográficas sobre o trabalho e os trabalhadores no porto no Brasil, nos apropriaremos da categoria/conceito de historicidade, discutida por Martin Heidegger (1996) em *Ser e Tempo*. O autor compreende a historicidade como “a estrutura do acontecer humano, ou a temporalização de sua temporalidade”.

A noção de historicidade está imersa em um tempo histórico marcado pelas diferentes formas de acesso que o pesquisador teve ao passado, bem como de sua identificação teórico/metodológica. Assim, uma analítica da historiografia teria como objeto próprio pensar as diferentes formas de acesso ao passado e como a experiência histórica revelada nesses momentos pode ser atingida por uma investigação das formas de continuidade e descontinuidade.

Assim, temos presente também como nosso referencial teórico predominante o conceito de historiografia, aqui compreendido como o conjunto de pesquisas históricas já realizadas. Obviamente, sabemos que este conceito possui inúmeras abordagens e pode ser dividido por objeto de estudo, por época, por região e, como a que optamos por referencial teórico norteador do trabalho.

É importante ressaltar que o trabalho apresentado aqui faz parte da pesquisa de doutorado em andamento, aprovada em 2019 no PPGH-UFPEL, que visa realizar um estudo sobre a História da historiografia sobre o trabalhador portuário no Brasil no século XX e XXI, buscando identificar como a historiografia percebe as mudanças que ocorreram na sua atividade prática de trabalho portuários e como as categorias obreiras do porto ainda se mantém influente e atuante no cenário da modernidade industrial.

METODOLOGIA

No processo de leitura das fontes e da interpretação histórica sobre o nosso objeto de pesquisa, consideraremos pertinente o uso do aporte teórico/metodológico da História Comparada Interconectada¹. Esta nos permitirá analisar tanto as diferentes narrativas utilizadas pelas nossas fontes como detectar possíveis pontos problemáticos de conexões e contradições entre as obras em relação aos seus olhares sobre o trabalho/trabalhador. Este aporte teórico permitirá, ainda, perceber, na análise da historiografia do trabalho portuário, como os obreiros de carga e descarga de navios vivenciaram as mudanças tecnológicas do seu setor, suas relações de resistência diante desse cenário e dos diferentes contextos políticos sociais que se apresentaram ao longo do recorte temporal pesquisado.

Desta forma, à análise de conteúdo terá um papel profícuo durante a pesquisa, pois baseia-se, principalmente, na relação quantitativa versus qualitativa. Apesar de serem abordagens complementares, elas apresentam esferas de atuação diferenciadas no interior de uma pesquisa enriquecendo assim o nosso estudo.

Portanto, organizamos a leitura e interpretação histórica das fontes separando-as pelos seus respectivos períodos de produção e publicação. Compreendemos que assim será possível realizar um estudo comparativo relacionado com conteúdo e seu contexto historiográfico de escrita.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao organizar a leitura e interpretação histórica das fontes separando-as pelos seus respectivos períodos de produção e publicação, percebemos que há um aumento nas pesquisas sobre o trabalho e trabalhadores nos portos do Brasil.

Na década de 1980, por exemplo, encontramos cinco pesquisas acadêmicas, no modelo de dissertação de mestrado e tese de doutorado, sobre os trabalhadores de carga e descarga de navios. Os autores desses estudos são: Ingrid Sarti (1981); Di Paolo (1981: 1986); Albuquerque (1983); Velasco e Cruz (1986). Na década de 1990, temos mais sete produções historiográficas acadêmicas, sendo estas as de: Fernando Silva (1995); Gandra (1999); Githay (1992); André (1998); Colares (2000); Oliveira (2000); Pinheiro (1996).

Entre os anos de 2001 a 2018, encontramos mais onze pesquisas com a temática. Seus autores são: Gandra (2009); José Silva (2004); Fleck (2009); Spolle (2010); Fernando Silva (2003); Vivian (2008); Thiago Silva (2013 e 2016); Elvis Simões (2017); Jordana Pieper (2013); Erica Arantes (2005 e 2010).

Salientamos que todas essas produções historiográficas analisaram o surgimento de categorias específicas do trabalho portuário, como: os portuários de capatazia, os estivadores, os arrumadores ou os vigias portuários. Dedicaram-se, ainda, a compreender os aspectos locais de atuação sindical e política, a cultura de trabalho e a participação social, suas identidades e diferenças em períodos específicos da história do trabalho portuário no Brasil.

¹ Essa expressão foi criada pelo historiador indiano Sanjay Subrahmanyam (n.1961). José D' Assunção Barros defende que a prática das histórias interconectadas envolve a possibilidade de religar experiências diversas de uma nova maneira, “renovando o esforço que já havia sido realizado pela História Comparada mis tradicional no sentido de pensar novas possibilidades de recortes”. (BARROS, 2014. P.100)

CONCLUSÕES

A pesquisa realizada até o momento apresentou-se válida frente à temática em apreço, tanto no aspecto historiográfico quanto no social, na medida em que abordamos uma categoria de trabalhadores que tem a sua trajetória marcada por lutas, conquistas, recuos e com um papel participativo no cenário de luta por direitos na história do trabalho e dos trabalhadores do Brasil.

Assim, a relevância deste trabalho dá-se justamente pela ausência de uma pesquisa atual de fôlego que sistematize e interprete as produções historiográficas específicas sobre a história do trabalho portuário no Brasil entre os anos supracitados. A sistematização e interpretação histórica que esta pesquisa apresenta será uma contribuição significativa para a História do Trabalho e dos trabalhadores no Brasil. Além disso, possibilitará que novos pesquisadores se debrucem na temática do trabalho portuário e aprofundem, com óticas temáticas específicas, as reflexões e interpretações históricas que compõe a História do Trabalho no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBURQUERQUE, M. B. M. de. **Trabalho e conflito no Porto do Rio de Janeiro (1904-1920):** um estudo sobre a participação política das categorias portuárias no movimento operário da Primeira República. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

ARANTES, E. B. **O porto Negro:** cultura e associativismo dos trabalhadores portuários do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2010.

_____. **Negros do Porto.** Cultura e Trabalho no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2005.

BARROS, J. D' A. **História Comparada.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BATALHA, C. H. M. **A historiografia da classe operária no Brasil:** trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva.* Bragança Paulista: Universidade São Francisco; São Paulo: Contexto, 1998.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **História e Análise de Textos.** In: Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS (orgs). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

COLARES, L. B. C. **Os conflitos de trabalho na construção do modelo de flexibilização gerida no porto do Rio Grande.** Porto Alegre: UFRGS, 2000. Dissertação de Mestrado.

CRUZ, M. C. V. **Portos, relações de produção e sindicato:** o caso do Rio de Janeiro na Primeira República. *Ciencias Sociais Hoje.* Rio de Janeiro: Cortez, 1986.

DI PAOLO, D. N. F. **O trabalhador da Estiva: um estudo sociológico sobre os estivadores do Pará.** Belém: CEPAS, 1981.

_____. **Os estivadores do Pará no movimento sindical brasileiro: um estudo sociológico.** Belém: CEJUP-CEPAS, 1986.

FALCÃO, J. L. F. **Cooperação, experiência e resistência: A história dos trabalhadores do Porto de Porto Alegre (1961-1989).** 2009. Tese (Doutorado), Universidade do Vale dos Sinos, Programa de Pós- Graduação em História, São Leopoldo/RS.

GITHAY, M. L. C. **Ventos do Mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos (1889-1914)**. São Paulo/Santos: EDUNESP/PMS, 1992.

GANDRA, E. A. **O cais da Resistência: a trajetória do sindicato dos trabalhadores nos serviços portuários de Rio Grande no período de 1959 a 1969**. Cruz Alta, UNICRUZ, 1999.

_____. **O porto dos Direitos: a trajetória do sindicato nos serviços Portuários de Porto Alegre no período de 1959 a 1969**. Porto Alegre, Ed. Universitária/UFPeL, 2009.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 1996. Parte II.

NEVES, H. A. P.. **A importância do porto do Rio Grande na economia do Rio Grande do Sul (1890-1930)**. Curitiba, 1980. Dissertação (Mestrado em história do Brasil), Universidade Federal do Paraná/UFPR, 1980.

OLIVEIRA, C. A. de. **Quem é do mar não enjoa: Memória e Experiência de Estivadores do Rio Grande/RS (1945 - 1993)**. São Paulo, PUC, 2000. (TD)

PEDROSO, T. D. **Cidade Nova: narrativas do cotidiano no subúrbio operário de Rio Grande**. 2012. 162f. (Dissertação Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

PINHEIRO, M. L. U. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)**. São Paulo: PUC/SP, 1996.

SARTI, Ingrid. **O Porto Vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SILVA, Francisco Teixeira da. **A carga e a culpa: os operários das docas de Santos: Direitos e Cultura de solidariedade (1937-1968)**. São Paulo/Santos: HUCITEC/PMS, 1995.

SILVA, J. B. da. **Estiva “Papa-siri”: as mãos e pés no porto de Itajaí**. Itajaí: Ed. Do autor, 2004.

SILVA, T. C. **No embalo da onda: a memória da trajetória do sindicato dos Estivadores de Rio Grande no Ano de 1964**. Monografia (Graduação em História) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

_____. **Dos porões ao Cais: memória e experiência de estivadores do Rio Grande/RS nos anos de 1960 a 1969**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

SIMÕES, E. S. **No centro e à margem: a trajetória histórica dos trabalhadores arrumadores de Rio Grande-RS, entre as décadas de 1950/60**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

SPOLLE, M. V.. **A mobilidade social do negro no Rio Grande do Sul: os efeitos da discriminação nas trajetórias de vida**. Tese de Doutorado (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VIVIAN, D. L. **Indústria portuária sul-rio-grandense:** portos, transgressões e a formação da categoria dos vigias de embarcações em Porto Alegre e Rio Grande. Tese de Doutorado (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

Simpósio Temático

ENTRE “ORIENTES” E “OCIDENTES” DA HISTÓRIA ANTIGA”

Coordenadoras: Profa. Ma. Milena Rosa Araújo Ogawa e Prof. João Gomes Braatz

DANÇA E MÚSICA NA ICONOGRAFIA DA CERÂMICA GREGA NO PERÍODO GEOMÉTRICO¹

ARIANE REGINA BUENO DA CUNHA²; CAMILA DIOGO DE SOUZA³

²Universidade Federal de Pelotas – ariane_buenocunha@hotmail.com

³Universidade Federal Fluminense - caumilasouza@gmail.com

Resumo: A musicalidade na Grécia Antiga é expressada pelas mais diversificadas formas de manifestações sociais e culturais da vida cotidiana, como por exemplo simpósios, cerimônias religiosas, rituais fúnebres e competições atléticas e por meio das mais variadas formas de representação, sobretudo a imagética durante os Períodos Arcaico e Clássico. Na Grécia Proto-Histórica, o registro da musicalidade nas cerimônias palaciais micênicas também é representado pela cultura visual dos afrescos e da Arte Naturalística. Todavia, durante o Período Geométrico, aproximadamente entre 900 e 700 a.C. as representações da musicalidade são raras e se adequam à natureza sinóptica da Arte Geométrica sem espaços para individualizações, sejam elas de ordem pessoal, temporal ou espacial. O presente ensaio tem por objetivo analisar algumas composições do repertório iconográfico da Arte Geométrica argiva que estão relacionadas com a dança e, conseqüentemente, à música presente nas manifestações sociais e culturais que envolvem os rituais em homenagem à Hera e à colheita de grãos. Tais representações imagéticas estão inseridas em contextos arqueológicos específicos e constituem elementos fundamentais na materialidade da auto-representação social. Neste sentido, as imagens adquirem valores, funções e significados que vão além da busca de seus referentes e possibilitam a compreensão de processos históricos.

Palavras-chave: Música e Dança, Cerâmica Grega, Período Geométrico.

INTRODUÇÃO

A palavra *mousiké* (do grego: nom. sing. **Μουσική**), feminino substantivado do adjetivo *mousikós* (do grego: nom, sing. **Μουσικός**) e derivada do substantivo *Moûsa* (do grego: nom. sing. **Μοῦσα**), significa, literalmente, qualquer forma de expressão artística, sobretudo, musical e lírica, “das Musas”, filhas de Zeus e Mnemosine², guardiãs e inspiradoras das atividades artísticas e intelectuais (CERQUEIRA, 2017).

A prática da música na Antiguidade constitui parte da cultura imaterial dos gregos, que, praticada por diversas gerações e comunidades em diferentes períodos da História da Grécia Antiga, sua diversidade e complexidade passaram a compor o patrimônio cultural helênico. Expressão cultural registrada na memória social (ROWLANDS, 1993; VAN DYKE & ALCOCK, 2003), a música teve sua expressão material por meio das práticas de sociabilidade cotidiana, vastamente documentada pelos registros arqueológicos, imagéticos e textuais.

A musicalidade, composição musical e sonoridade são registrados por fragmentos de composições, os tratados teóricos e manuais de ensino. As fontes arqueológicas também revelam a musicalidade e a sonoridade por meio dos vestígios de instrumentos musicais. Os estudos arqueo-organológicos dos instrumentos musicais antigos a partir das representações iconográficas na pintura dos vasos, estatuárias, esculturas e contextos arquitetônicos de performance musical (como os teatros, odeons e/ou santuários) constituem algumas das abordagens metodológicas de análise da materialidade da musicalidade e da execução musical (CERQUEIRA, 2017). Nesse sentido, o registro iconográfico pode informar sobre as técnicas de construção e de execução dos instrumentos musicais, porém também podem evocar a

¹ Este texto foi originalmente apresentado como comunicação livre na XX Jornada de História Antiga da UFPel / I Colóquio Internacional de Música Antiga e Medieval / I Encontro Brasileiro de Estudos sobre a Música na Antiguidade e posteriormente no IV Encontro Discente do Programa de Pós-Graduação em História/UFPel: Imagens, Trajetórias e Poder. Trata-se de um pequeno ensaio reflexivo sobre questões iconográficas referentes às representações de dança e musicalidade na cerâmica do Período Geométrico na Grécia Antiga, isto é, um pequeno recorte do tema de pesquisa desenvolvido pelas autoras.

² Mnemosine (do grego: nom. sing. Μνημοσύνη), na mitologia grega, era deusa que personificava a memória, filha de Urano e Gaia. Com Zeus, teve nove filhas, as Musas: Calíope, Clio, Erato, Euterpe, Melpômene, Plínnia, Tersícore, Tália e Urânia.

vivência cotidiana da música e das atividades decorrentes e intrínsecas da prática musical, como por exemplo, a execução da dança (CERQUEIRA, 2017).

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Durante a Idade do Bronze na Grécia³, particularmente no período denominado Heládico Recente ou Período Micênico, entre 1750 a 1100 a.C., na Grécia Continental, o maior centro de produção cerâmica está localizado na região da Argólida, Peloponeso. A cerâmica fina micênica apresenta decoração figurada policromada e, em geral, possui espessura fina, argila refinada de coloração clara e bem queimada. A cerâmica micênica classificada como “comum” é constituída por vasos mais rústicos, argila menos refinada, mais espessa e de queima incompleta e sem decoração pintada, porém, às vezes, com decoração incisa (LACY, 1967).

As cenas da cerâmica micênica pintada, da mesma forma que as representações figuradas presentes nos afrescos dos palácios micênicos, são tipicamente denominadas de “arte naturalística”, pois apresentam características predominantemente miméticas em relação aos referentes do mundo real, sobretudo, nas representações humanas, animais e vegetais. Os motivos figurados animais são bastante variados, dentre os mais recorrentes, os marinhos, lula, polvo, peixes, porém também aparecem pássaros, touros/bois e cervos/veados. As representações vegetais também apresentam uma grande gama de variações, contudo, as mais comuns são as palmeiras, os lírios e as rosetas. As representações humanas formam cenas e narrativas, cuja gestualidade sugerem, em alguns casos, musicalidade e dança, ligadas, sobretudo, aos rituais mortuários, danças festivas e competições “esportivas” (LACY, 1967).

Durante a Idade do Ferro, aproximadamente entre 1100 a 700 a.C.⁴, as comunidades da Grécia Continental passam por profundas modificações em relação aos costumes funerários, às estruturas sociais e políticas e às formas de expressões culturais representadas na iconografia da produção cerâmica (SOUZA, 2015a). O Período Geométrico, compreendido entre 900 e 700 a.C., deve sua denominação às características da decoração cerâmica composta, em sua fase inicial, fundamentalmente, por motivos não figurados, formas “puramente” geométricos, como linhas paralelas horizontais e verticais, barras oblíquas, meandros, círculos e semicírculos concêntricos, triângulos, ziguezagues, entre outras formas geométricas e suas combinações (SOUZA, 2017).

A cronologia e as fases desse estilo podem variar de maneira significativa em relação às datas absolutas para as produções cerâmicas específicas de cada região. Os dois principais centros de produção de cerâmica geométrica são o ático e o argivo (SOUZA, 2017). As combinações e composições dos motivos não figurados formam painéis horizontais e verticais que, gradativamente, vão ocupando todo o espaço disponível do vaso, da parte superior para a inferior, gradativa e cronologicamente. No final do Período Geométrico, sobretudo durante o

³ O Período Heládico corresponde aproximadamente ao intervalo entre 2800 a.C. a 1100 a.C. e é equivalente à chamada Idade do Bronze na Grécia Continental. Trata-se de um longo período da História da Grécia que é geralmente dividido em três fases: Heládico Antigo (2800 a.C. a 2100 a.C.), Heládico Médio (2100 a.C. a 1550 a.C.) e Heládico Recente (1550 a.C. a 1100 a.C.). Este último período corresponde ao Período Micênico. Tanto o Heládico Antigo quanto o Heládico Recente ou Período Micênico podem ainda ser subdivididos em três subfases, tradicionalmente denominadas I, II e III.

⁴ De maneira geral, o Período Geométrico compreende um longo período de aproximadamente 200 anos que podem ser subdivididos nos seguintes subperíodos: Geométrico Antigo (900 a 850), Geométrico Médio, (850 a 775) e o Geométrico Recente (775 a 700 a.C.). Cada subperíodo é segregado ainda em duas fases, I e II. Nas produções cerâmicas ática e argiva, o Geométrico Recente II ainda pode ser segmentado em IIa, IIb e IIc. Para maiores detalhes sobre a cronologia de casa subfase dos subperíodos do Geométrico e suas especificadas regionais, como por exemplo as datas absolutas aproximadas para cada fase da produção cerâmica geométrica argiva, ver SOUZA, 2011.

século VIII a.C., formas animais e humanas estilizadas, simétricas e geometrizadas aparecerem em abundância formando “cenias” iconográficas estáticas (SOUZA, 2017).

Nesse contexto, as representações de musicalidade e dança adquirem uma natureza estilizada e genérica centrada na execução e na performance da ação e dos gestos, e não da particularização dos indivíduos. Na “arte geométrica” não há espaço para individualizações e particularizações, sejam elas de ordem pessoal, temporal ou geográfica. As formas geométricas são formas estilizadas, simétricas e sistematizadas que denotam os aspectos universais, padronizados e essenciais das formas e dos referentes do mundo real (SOUZA, 2015a).

As “cenias” da iconografia geométrica não possuem um caráter narrativo, não apresentam uma sequência de eventos associados a um tempo, a um personagem (e/ou indivíduo) e a um espaço específico. Elas reúnem episódios, ações e comportamentos humanos atemporais e não específicos a um único espaço (SOUZA, 2015a). As representações iconográficas de instrumentos musicais são raras na cerâmica geométrica, porém, principalmente no final do período, durante a segunda metade do século VIII a.C., podemos visualizar alguns instrumentos representados nos vasos cerâmicos e em estatuetas em bronze (SOUZA, 2017).

RESULTADOS. ESTUDO DE CASO

Uma das composições de motivos figurados típica do repertório iconográfico da produção cerâmica argiva do Geométrico Recente, ao final do século VIII a.C., permite refletir sobre as representações estilizadas da musicalidade e da dança em rituais religiosos e atividades “cotidianas”, como danças relativas ao matrimônio ou em festividades comemorativas da colheita de grãos. Trata-se de uma série de figuras femininas portando vestimentas longas e fitas na cintura, de mãos dadas e segurando, provavelmente, um ramo “de trigo”. A “cena” envolve a representação estilizada e padronizada de gestualidade e execução de dança e, conseqüentemente, musicalidade. Os exemplares mais antigos que figuram este tipo de composição foram atribuídos por Paul Courbin (1966) de « Peintre de la Danse » e “The Dance Painter” por John Nicolas Coldstream (1968).

Tais representações são encontradas em contextos arqueológicos de naturezas distintas: nos contextos funerários no próprio sítio em Argos, na área da “cidade baixa” (SOUZA, 2011, 2015b) e no Heraion argivo em Prosymna (BILLOT, 1997; LANGDON, 2008; SOUZA, 2017).

Nas sepulturas datadas, sobretudo, da segunda metade do século VIII a.C., isto é, entre 750 e 700 a.C., as cenias estão presentes em vasos de grandes dimensões, principalmente crateras, depositados no interior de túmulos em cista contendo inumações múltiplas e sucessivas de indivíduos adultos do sexo masculino e feminino (SOUZA, 2011, 2015b, 2017, 2018).

No Heraion, as mesmas cenias de figuras femininas em gesto de dança também aparecem no final do século VIII a.C. em vasos associados aos vestígios arquitetônicos mais antigos de instalação do santuário e, que correspondem, as primeiras evidências de atividades de culto à deusa, divindade políade argiva por excelência, patrona da cidade-estado em formação (De POLIGNAC, 1996; BILLOT, 1997; LANGDON, 2008; SOUZA, 2017, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

François De Polignac (1996) defende que as cenias denotam as danças, como parte integrante dos rituais efetuados e atividades de culto em homenagem à Hera. Marie-Françoise Billot (1997) e Susan Langdon (2008) sustentam que as cenias estão relacionadas à Hera, porém possuem caráter matrimonial. Matteo D’Acunto (2016) complementa indicando que as cenias explicitam um caráter duplo e, de certa maneira, contraditório da condição feminina na sociedade argiva, de um lado, como *ninfa* ritualmente orientada para a esfera matrimonial sob a égide de Hera e, de outro, como reflexo das relações simbólicas que a mulher exercerá enquanto esposa com os *oikos*. Kalliope Krystalli-Votsi (1980), indicam que tais cenias, típicas

do repertório geométrico argivo, não possuem um significado ritual em particular, mas pode remeter às danças que ainda hoje são efetuados em muitas comunidades na Grécia nos períodos de colheita de grãos e, no caso argivo, provavelmente do trigo, segundo ambiente propício fornecido pela extensa planície.

É importante ressaltar que tais cenas aparecem em dois contextos arqueológicos distintos, porém interrelacionados (SOUZA, 2017). O papel da iconografia nos contextos funerários está relacionado às atividades de prestígio desenvolvidas pela elite argiva, enterrada com os vasos. Sejam “atividades cotidianas”, sejam de culto, as cenas assumem papel marcadamente identitário das atividades da elite legitimando sua participação política e seu status social no processo histórico de formação da pólis (LANGDON, 2008; SOUZA, 2017). As danças, provavelmente executadas com musicalidade, correspondem a uma atividade reservada à elite feminina de Argos do final do Período Geométrico.

A fundação do santuário, o Heraion de Prosymna, possui um papel fundamental para essa elite argiva no processo de formação da pólis (De POLIGNAC, 1996). A cerâmica e a iconografia presentes no contexto religioso assumem, dessa maneira, um papel social e político de legitimidade da elite por meio do controle das atividades rituais em um edifício público, o templo, e dedicados a uma divindade políade, nesse caso, Hera (SOUZA, 2017). As atividades rituais passam a ser objeto de culto comum de todo o corpo de cidadãos da cidade e das comunidades das proximidades, uma vez que o Heraion está localizado fora dos limites urbanos da pólis argiva, fundado no centro da planície, em um local de destaque, com alta visibilidade e de fácil acesso.

Dessa maneira, as cenas possuem um significado duplo. Por um lado, são expressões das atividades da elite, legitimando seu status e poder político por meio das práticas mortuárias, e, por outro, são expressões de religiosidade da pólis, elemento fundamental na coesão da sociedade argiva e do domínio argivo em relação às demais comunidades da planície no final do século VIII a.C. (SOUZA, 2017).

Tal leitura iconográfica permite levantar reflexões sobre as relações entre imagem e sociedade, visando ir além da busca do referencial das imagens, isto é, enquanto figuras femininas em gesto de dança e musicalidade. As cenas, enquanto cultura visual, permitem refletir sobre os papéis e funções das imagens na sociedade em diferentes contextos arqueológicos, porém conectados pelas características do contexto histórico em questão. O caso argivo permite entender como as representações imagéticas de dança e musicalidade, mesmo estilizadas e geometrizadas, justificam e legitimam o prestígio social e o poder político da elite no processo de formação da pólis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BILLOT, M.-F., ‘Recherches archéologiques récentes à l’Héraion d’Argos’, In : DE LA GENIERE, J. (ed.) *Héra. Images, espaces, cultes*, Actes du Colloque International de Lille (1993), Napoli, 1997, p. 11–56.

CERQUEIRA, Fábio Vergara (2017). A música e o fantástico na Grécia Antiga: o imaginário, entre mito e filosofia. **Per Musi**. Ed. por Fausto Borém et al. Belo Horizonte: UFMG. p.1-28: e201705. Article code: PerMusi2017-05. DOI: 10.1590/permusi2017-05.

COLDSTREAM, J. N. *Greek Geometric Pottery. A survey of ten local styles and their chronology*. London: Methuen & Co. Ltd, 1968.

COURBIN, P. *La céramique géométrique d’Argos*. Paris : De Boccard, 1966.

D'ACUNTO, M. "Dance in Attic and Argive Geometric Pottery: Figurative Imagery and Ritual Contexts". In: COLESANTI, G.; LULLI, L. (eds.). *Submerged Literature in Ancient Greek Culture*. Volume 2: case studies. Berlin: DeGruyter, 2016.

DE POLIGNAC, F. « Entre les dieux et les morts. Statut individuel et rites collectifs dans la cité archaïque. » In: HÄGG, R. (ed.). *The Role of Religion in the Early Greek Polis. Proceedings of the Third International Seminar on Ancient Greek Cult, organized by the Swedish Institute at Athens, 16-18 October 1992*. Stockholm: Åströms, 1996, p. 31-40.

KRYSTALLI-VOTSI, K. « Cratère Géométrique d'Argos » In: *Études Argiennes. BCH Supplément VI*. Athènes, Paris, 1980, p. 85-92.

LACY, A.D. *Greek Pottery in the Bronze Age*. London : Methuen, 1967.

LANGDON, S. *Art and Identity in Dark Age Greece, 1100–700 B.C.E.*, Cambridge 2008.

ROWLANDS, M. The role of memory in the transmission of culture. *World Archaeology*. Abingdon, v. 25, n. 2, p. 141-171, 1993.

SOUZA, C. D (2015a). "A Arte Geométrica Grega: entre 900 e 700 a.C.: reflexões sobre a análise de motivos iconográficos no estudo da cultura material" *Calíope: Presença Clássica* | 2015.1. Ano XXXII. Número 29, pp. 61-87.

SOUZA, C. D. (2011). *As Práticas Mortuárias na região da Argólida entre os séculos XI e VIII a.C.* **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Suplemento 13. São Paulo.

SOUZA, C. D. (2015b). "Some considerations about burials and funerary practices in Geometric Argos, Greece (from ca. 900 to 700 B.C.E.)". In: ROCHA, L., BUENO-RAMIREZ, P. & BRANCO, G. (eds.). *Death as Archaeology of Transition: Thoughts and Materials. Papers from the II International Conference of Transition Archaeology: Death Archaeology, 29th April – 1st May 2013*. **BAR International Series 2708**. Oxford: Archaeopress, pp. 307-318.

SOUZA, C. D. (2017). "Cultuando os mortos e as divindades: expressões da religiosidade e a formação da polis grega no Período Geométrico (900 a 700 a.C.)". In: DIAS, C. K. B.; SILVA, S. C. & CAMPOS, C. E. da C. (org.). *Experiências Religiosas no Mundo Antigo*. Volume II. Editora Prismas, p. 121-144.

SOUZA, C. D. (2018). "A morte lhe cai bem. Reconsiderando o significado do mobiliário funerário na construção do prestígio social" RODRIGUES, C. & NASCIMENTO, M. R. do (eds.) *Arqueologia Funerária, Performance, Morte e Corpo*. **REVISTA M. – Dossiê 6**: v. 3, n. 6, jul. /dez. UNIRIO, pp. 263-187.

VAN DYKE, R. M. & ALCOCK, S. E. (eds.). *Archaeologies of Memory*. Malden, Oxford: Blackwell, 2003. 256p.

NERO COMO ARTISTA PRESENTE NAS MOEDAS ROMANAS (54-68 d.C.)

CAROLINA KESSER BARCELLOS DIAS¹; CAROLINE MELO ARMESTO²

¹ Universidade Federal de Pelotas – UFPel: carol.kesser@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – UFPel: meloarmesto8@gmail.com

Resumo: O objetivo desse trabalho é apresentar um estudo de caso de uma série de cinco moedas do Principado Neroniano, datadas de 54 a 68 d.C., período correspondente à produção, distribuição e utilização desta cultura material. As moedas estão disponíveis no British Museum Catalog, e apresentam no anverso a figura laureada de Nero, e, no reverso, a divindade Apolo tocando a cítara. Faremos uma análise iconográfica dessas moedas e, também por meio das representações de Nero presentes na documentação escrita, articularemos algumas considerações sobre as relações de poder, os discursos e a arte.

Palavras-chave: Nero; Moedas; Apolo.

INTRODUÇÃO

Conhecido por sua extravagância no domínio artístico, e considerado como um *princeps* “louco”¹, Nero nasceu em 15 de dezembro de 37, em Âncio, filho de Agripina Menor e do cônsul Cneu Enobardo (SUET, Nero, VI). Seu período de governo compreendeu os anos de 54 a 68 d.C.

Posteriormente à morte de Calígula, Cláudio ascende ao poder em 41 d.C. Nero torna-se imperador por uma conjuntura de motivos, primeiramente é descendente da família Júlia, sua mãe, Agripina é casada com Cláudio, imperador antecessor que o adota. Aos 16 anos foi consagrado *princeps* iniciando um Principado marcado por polêmicas. Segundo Suetônio, o imperador foi um grande intérprete dos palcos, “um princeps disposto a satisfazer os seus interesses pessoais, sobretudo artísticos, transmitindo a imagem desvinculada da ideologia senatorial” (BELCHIOR, 2016, p. 46).

Nero promoveu e atuou em grandes festivais, combates de gladiadores, jogos à moda grega, e financiou o concurso quinquenal Neroniano (SUET, Nero, XII). Segundo o *mos maiorum*, este apego com a arte o distanciava do que se esperava de um “bom governante” pois o ato de performar em público não era digno de um César. Embora os relatos de Suetônio o desviem dessa figura ideal de imperador, “as atividades políticas de Nero corresponderam a essa expansão da domus imperial dentro da cidade” (WINTERLING, 2012, p. 15), o que demonstra que ele obteve êxito em questões administrativas e realizou uma reforma monetária em 64 d.C. “que teve como resultado diminuir o peso dos áureos (moedas de ouro) e dos denários (moedas de prata), e de reduzir o teor/título do metal precioso dos denários” (GAIA, 2010, p. 88).

A partir da iconografia, observamos que o imperador buscava sustentar sua relação entre divino e artístico através da figura da divindade, cujo principal atributo é uma cítara²: “o igualavam a Apolo no canto e ao Sol na condução de carros, resolvera imitar também os feitos de Hércules” (SUET, Nero, LIV).

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

O poder é uma construção da realidade social a partir das relações que os indivíduos estabelecem entre si. Ele se estrutura com base na disciplina e com a capacidade de imposição, se fundamentando com o discurso (FOUCAULT, 1982). Observamos a existência de um discurso que o imperador gostaria de transmitir ao financiar os jogos e espetáculos.

¹ “O *princeps* dispunha, de fato, de um poder ilimitado: não havia no Estado romano outro poder que pudesse ser exercido como alternativa ao do imperador” (ALFÖLDY, 1989, orig. 1975, p. 116).

² “Cítara um mecanismo de disseminação de seus poderes divinos” (SANTOS, 2016, P.70)

Sobre os discursos tecidos sobre a figura do princeps podemos afirmar que “os critérios de julgamento de ‘bons’ e ‘maus’ imperadores se constituem como uma tradição posterior à contestação dos regimes dos imperadores, e não se constituem como as únicas alternativas viáveis para explicarmos a formação de grupos de oposição [...] e o critério de julgamento que condenou diversos deles para a história” (BELCHIOR, 2016, p.72).

A moeda possui a função de medir valor, é um instrumento de troca. Em relação à fonte material de nossa pesquisa, a moeda é um disco metálico de peso determinado em que representações figuradas e inscrições serão incorporadas, e que só será cunhada por meio de um decreto oficial (FLORENZANO, 2001).

O estudo numismático aqui proposto, portanto, envolve a compreensão de toda a cadeia operatória desde a fabricação da moeda, levando em conta os aspectos tecnológicos (quais instrumentos utilizados, qual a matéria-prima), os aspectos de produção (artesãos, fornos, matrizes ou cunhas) e os aspectos técnicos do objeto que, por meio da metrologia e da análise estilística, possibilitam a definição de cronologias das séries, volumes de emissão, comparação dos cunhos, entre outros. Enfim, a análise iconográfica que, como ressalta Carolina Kesser Barcellos Dias (2009), não propõe deter-se nas imagens apenas como ilustração da documentação escrita, mas sim uma construção que pretende dialogar com outros discursos.

RESULTADOS

Através da análise iconográfica e epigráfica podemos compreender as inscrições impressas e os detalhes de uma determinada imagem. De acordo com Vagner Cavalheiro Porto (2012), a representação do Imperador como um semideus/divino, faz com que seu poder seja evidenciado pela própria cunhagem:

A moeda é um símbolo de soberania e autoridade e que nela encontram-se gravadas as atividades imperiais, mas argumenta que, para se transformar num veículo de propaganda, a moeda deveria possuir um conteúdo programático e um significado menos efêmero. Porém, reconhece que o que identifica a cunhagem de um imperador era a imagem do mesmo. Em casos de *damnatio memoriae* (“danação da memória”, no sentido de remover da lembrança), não apenas as estátuas e inscrições eram atingidas, mas as moedas também eram raspadas (PORTO, 2012, p. 18).

A moeda como área de reflexão é um caminho amplamente interdisciplinar, “[...] são fontes vitais para as pesquisas. Afinal, as moedas se movem dentro das sociedades e formam uma teia entre as estruturas de uma sociedade e a agência do indivíduo” (CAMPOS, 2018, p. 370).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa, ainda em andamento, buscou levantar informações sobre Nero com base nos discursos de Suetônio e no estudo numismático de um pequeno conjunto de moedas cunhadas durante seu governo. Observamos que o Imperador esteve ligado desde à infância ao estudo e performance musical, chegou ao ponto de submeter-se a lavagens e vomitórios para purificação da voz (SUET, Nero, XX). Durante seu governo, Nero não só presidiu espetáculos, como construiu anfiteatros, provocando uma acentuada mudança arquitetônica em Roma. Além disso, ele procurava relacionar-se tanto com o mundo artístico como com o divino, considerando-se um mediador entre os deuses e os homens.

RERÊNCIA DOCUMENTAL LITERÁRIA

SUETÔNIO. Tradução: Gilson César Cardoso de Sousa. Germape : São Paulo, 2003.

REFERÊNCIA MATRIZ ARQUEOLÓGICA

BMC – **British Museum Catalog**, 377, 256, 235, 8.

RPC 1275– **Roman Provincial Coinage**, I-III. Por RIPOLLÈS, P.P; BURNETT, A; AMANDRY, M; CARRADICE, I; MARGUERITE, S.B. 1992 – 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFÖLDY, G. **A história social de Roma**. Tradução Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editora Presença, 1989.

BELCHIOR, Y.K. **Nero: Bom ou Mau Imperador? Retórica, política e sociedade em Tácito (54 a 69 d.C)**. Curitiba: Prismas, 2016.

CAMPOS, C.E.C. **As duas faces da moeda: Considerações sobre a numismática romana par as pesquisas históricas**. In: BUENO, A.; DURÃO, G. *Novos olhares para os antigos, interpretações da Antiguidade no Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Sobre ontens, 2018. Cap.9, p. 367-409.

DIAS, C. K. B. (2009). **O pintor de Gela. Características formais e estilísticas, decorativas e iconográficas**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia, da Universidade de São Paulo, São Paulo.

FLORENZANO, M.B.B. Numismática e História Antiga. Anais do **I CONGRESSO DE ESTUDOS CLÁSSICOS “PROBLEMAS E DEBATES”**. João Pessoa, 1984. p.48-59. Fontes sobre a origem da moeda. Apresentação crítica. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n.11, 2001, p. 201-211.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

GAIA, D.V. As finanças privadas na Roma de 64 d.C.: O incêndio da vrbs e a desvalorização da moeda. Rio de Janeiro: **PHOÏNIX**, 16-1: 84-96, 2010.

PORTO, V.C. O culto imperial e as moedas do Império Romano. Rio de Janeiro: **PHOÏNIX**, 24-1:138-154, 2018.

SANTOS, L.C.C. **Variações da imagem de Apolo citaredo na cerâmica de influência grega produzida na Campânia entre os séculos V e III a.C**. 2015. 138f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pelotas.

WINTERLING, A. Loucura Imperial na Roma Antiga. **HISTÓRIA**, São Paulo, v.31, n.1, 2012.

MEDEIA - RELAÇÕES DE PARENTESCO: REALIZAÇÃO DO GÊNERO

DARCYLENE PEREIRA DOMINGUES¹.

¹Universidade Federal do Rio Grande – darcylenedomingues@gmail.com

Resumo: O presente trabalho utiliza como fonte para a pesquisa uma tragédia encenada na cidade de Atenas no ano de 431 a.C., intitulada Medeia, obra cujo autoria é relacionado a Eurípides. Iremos utilizar o método de análise histórica juntamente com a categoria gênero, já que, não desejamos encontrar uma representação uniforme de homens e mulheres em todas as áreas e atividades de uma sociedade. Salienta-se que cada documento é único e dá acesso a um campo particular e, principalmente, estão submersos ao seu tempo de produção. Além disso, a sociedade grega apresenta uma mentalidade diferente da nossa, as identidades de gênero estavam ligadas ao sexo biológico e os papéis sexuais estavam determinados pelos papéis sociais que cada indivíduo exercia na sociedade. Desta forma, os papéis sociais e sexuais para os gregos estavam intimamente ligados com a sua formação social e exerciam uma forte influência dentro da *pólis*. De tal modo, masculino e o feminino embora vistos como opostos, devido a função exercida na sociedade grega, também eram participante desse sistema, já que ambos estavam implicados na manutenção de um modelo de convivência, isto é, a *pólis*.

Palavras-chave: tragédia; relações de parentesco; gênero.

INTRODUÇÃO

Nossa perspectiva consiste em observarmos como as relações de parentesco, que atrelam os indivíduos a famílias, se dão mediante uma visão de gênero, já que esta questão é importante na manutenção da própria estrutura familiar de poder. As relações sociais de gênero se constituem como os primeiros elementos de diferença no interior de uma organização de poder nas relações de parentesco. Nesse momento, formulamos a seguinte hipótes: as mulheres (Coro e Medeia) possuem relevância e implicação diferentes nas relações de parentesco dentro da sociedade *políade*, pois as coríntias são mulheres consideradas legítimas diferentemente de Medeia, fato justificado na atitude de Jasão buscar uma nova união. Pensar gênero é descobrir a fundação social vinculada a uma construção masculinizada. Dessa forma, é preciso observar como a sociedade se organiza, age e valoriza as atitudes a partir de um modelo androcêntrico. Ademais, esta forma social estipula formas de poder e de corpos¹ que interagem mediados por uma naturalidade constituída a partir de identidades de gênero claramente definidas. Medeia desborda os limites dessa sociedade, pois ela começa a constituir-se através dessa destruição de seu corpo. Para a sociedade masculina, Medeia é uma alteridade excessiva, descrita como descontrolada e rebelde.

No caso da sociedade grega, essas relações se apresentam mais evidentemente porque elas simbolizam, segundo Vernant (1992), a união de casas, ou seja, os interesses dos homens que realizam alianças por meio da instituição denominada casamento. Contemporaneamente, o envolvimento afetivo e sentimental se tornou algo fundamental para as relações matrimoniais e os acordos masculinos, realizados no período aqui analisado, foram gradativamente afastados da sociedade ocidental.

Levi-Strauss, ao escrever o livro *Antropologia Estrutural*, demonstra que é justamente esse sistema de parentesco, que possui diversas formas de expressão em diferentes sociedades, o principal meio de regular as relações individuais. Por isso, “o parentesco não é um fenômeno estático; existe apenas para perpetuar-se” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 56). Assim, de acordo com o autor, a partir do momento que se concede uma mulher aquele que a recebe possui contraprestações, “até mesmo a mais elementar das estruturas de parentesco existe simultaneamente na ordem da sincronia e na da diacronia” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 56).

¹ Indicamos para leitura o texto *Corpo e cidadania na Atenas Clássica* do autor Fábio de Souza Lessa que se encontra nas referências.

Esse assunto também é discutido na obra *As estruturas elementares do parentesco*² que se apresenta como um estudo realizado no século XX, o qual deseja compreender o casamento entre os seres humanos, concebendo a existência de uma imposição de um tipo de organização social. Complementando a teoria de Lévi-Strauss, a autora Gayle Rubin afirma que os sistemas de parentesco são e fazem muitas coisas, assim “são compostos de formas concretas de sexualidade socialmente organizadas, além de reproduzi-las. Os sistemas de parentesco são formas observáveis e empíricas do sistema sexo/gênero” (RUBIN, 2017, p. 21). E é justamente nessa perspectiva que seguiremos a nossa escrita nesse segundo capítulo, observando as relações de parentesco mediante uma visão de gênero.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

O estatuto que o feminino exerceu na Grécia Antiga depende, primeiramente, do momento estudado, bem como, a sua relevância e implicação nas relações de parentesco são consequências dessa “posição social”. O período de valores honrosos e característico da presença dos palácios, que guardaram em seu interior um valor incalculável da vida cotidiana expressou, segundo Mosse (1990) a realidade das mulheres que foram classificadas em dois grupos socialmente diferenciados: as mulheres/filhas dos heróis e as servas. Somente as primeiras exerciam a tripla função de serem esposas, rainhas e senhoras da casa, de tal modo, que o matrimônio é uma realidade social sólida que visa a manutenção dessa linhagem heroica, e “a união do homem e da mulher não é pensada em termos de matrimonialidade, mas de consanguinidade” (LEDUC, 1990, p. 299). Além de ser um modo de manter e fortalecer as alianças econômicas e militares que sustentavam o status que esses indivíduos masculinos possuíam. Esse contexto é amplamente representado nas epopeias que demonstram uma rede de relações de parentesco que visam a manutenção do poder concentrado em certos heróis.

Contudo, com o surgimento do sistema *políade* fez-se necessário outorgar à mulher um lugar e uma função social específica, evidentemente vinculada a família e ao *oikos*, principalmente, limitando e mantendo a domesticidade feminina constantemente. Logo “a emergência das cidades, a partir do século VIII traduz-se por uma reestruturação das casas e do casamento” (LEDUC, 1990, p. 299) por isso o historiador Vernant (1992) também afirma que o casamento está para a rapariga assim como a guerra está para o rapaz, é necessário uma funcionalização de ambos os sexos. Esse modelo de enquadramento sociocultural androcêntrico empregado pelos gregos no sistema cívico, destinava-se segundo Pantel (1990) a reafirmar a domesticidade do feminino e a sua exclusão do público, relegando as mulheres o interior, o privado, o desconhecido. Indubitavelmente, “se o casamento é a última etapa da sua domesticação, é desde a idade dos sete anos que as rapariguinhas entram no processo que fará delas esposas perfeitas” (ZAIDMAN, 1990, p. 415). Sendo assim, sendo Gibert (2017) o crescimento da democracia ateniense foi acompanhado por um esforço crescente por parte dos cidadãos masculinos em regular a vida das mulheres, logo podemos observar que desde cedo as mulheres começam o seu processo de educação/submissão ao masculino no interior da *pólis* grega.

RESULTADOS

Medeia demonstra, já no primeiro episódio, por meio de suas falas uma crítica a esse sistema marcadamente masculino que busca a domesticidade/controla e funcionalidade do

² Judith Butler expressa uma crítica a respeito dos trabalhos de Claude Lévi-Strauss sustentando que “No fim *As estruturas elementares do parentesco*, a troca de mulheres é considerada como tráfego de um signo, a moeda linguística que facilita um laço simbólico e comunicativo entre os homens. A troca de mulher é comparada à troca de palavras, e esse circuito linguístico particular torna-se a base para repensar o parentesco a partir das estruturas linguísticas, cuja totalidade é chamada de simbólico” (BUTLER, 2014, p. 52).

feminino em todas esferas da cidade. Logo, na nossa perspectiva os papéis sociais e a dinâmica das relações de gênero estão imbricadas na tragédia, pois a peça descreve o embate de uma mulher que percebe o enredo do androcentrismo na construção de sua vida e se expressa através de um processo deliberativo.

Além disso, lembramos que a personagem se encontra cenicamente posicionada na frente do seu *oikos* pronunciando essas palavras para um Coro composto pelas mulheres moradoras da cidade de Corinto. Essas mulheres compreendem a situação do feminino, posto que também estão implicadas nesse sistema cívico que lhes atribui uma função específica. Medeia ao entrar em cena já afirma:

Mas o homem, quando se irrita com os de casa,
sai e fora faz cessar o fastio do coração
[seja com um amigo, seja com um colega].
Já nós somos obrigadas a mirar uma só alma,
E dizem que nós vivemos uma vida segura,
em casa, e eles guerreiam com suas lanças,
Bobagem! Como queria junto do escudo
três vezes lutar a parir uma só vez. (vv. 244-251)[grifo nosso]

Desejando evidenciar o oposto, a personagem expressa em sua fala a liberdade que o masculino possui dentro dessa sociedade cívica, diferentemente da mulher reclusa³ ao *oikos* e destinada a reprodução de filhos, posto que Medeia afirma: “Se não tivesse filhos, era perdoável o desejo por tal cama” (vv. 490-491). É justamente essa determinação social que condiciona o exercício da função de ambos os gêneros no interior das relações de parentesco, uma vez que, “os sistemas de parentesco determinam que a sexualidade de ambos os sexos seja esculpida de uma determinada forma” (RUBIN, 2017, p. 33). Deste modo, as atividades femininas são necessárias a cidade, já que elas desempenham funções fundamentais a existência biológica da mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A personagem criada por Eurípides para compor sua principal obra teatral não se apresenta como uma mulher enquadrada no modelo *mélissa*, pelo contrário, ela busca autonomia e reconhecimento, algo pertencente ao masculino. Medeia se utiliza da própria deliberação para construir ainda mais a sua situação de estrangeira, mulher abandonada e com filhos para arquitetar sua vingança e deixar uma marca em todos aqueles que não a reconheceram. Bem como nos demonstra Mueller (2008) afirmando que Eurípides estava dando a sua audiência mais do que uma simples questão a respeito de Medeia ser uma mãe e esposa “ruim” ou “boa”. A peça desafia os espectadores a repensar as fundações do raciocínio sobre a ética e o caráter tanto para o masculino quanto para o feminino.

Além disso, conforme Swift (2017) Medeia combina características que são estereotipadamente femininas com outras surpreendentemente masculinas. Assim sua capacidade de enganar teria sido considerada tipicamente feminina, pois em todas as cenas da peça vemos Medeia manipulando os personagens para alcançar seus objetivos. Medeia expressa as dificuldades de ser mulher, o seu discurso ajuda o expectador a entender porque a sua vingança é justificada, pois ela explica a relevância do casamento para a mulher nesse sistema androcêntrico de sociedade. Ela cumpriu com suas obrigações como esposa, permanecendo fiel e leal a Jasão e, o mais importante, fornecendo a ele dois filhos homens saudáveis, que ele Jasão

³ Historiograficamente as obras do historiador Fábio de Souza Lessa, denominada *As mulheres de Atenas: Mélissa – do Gineceu à Ágora* (2010) e *O feminino em Atenas* (2004), já discutem que esse sistema de reclusão era flexível, posto que mulheres pobres trabalhavam fora do seu *oikos*. Dessa forma, as mulheres não poderiam ficar isolada completamente no gineceu.

reconheceu após o sétimo dia, por isso ela enfatiza a sua fertilidade não deixam espaço para os argumentos do masculino. Jasão não consegue dimensionar o peso da ação de Medeia pois não foi educado para isso, como de resto todos os homens a entender a exigência de reciprocidade no acordo que faz com ela. A relação assimétrica de gênero entre Jasão e Medeia colocando cada um em funções específicas em uma ordem androcêntrica. A estabilidade do casamento é de fato uma questão crucial para as mulheres por isso Medeia nos evidencia através de suas inúmeras falas essa relevância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. **O clamor de Antígona**: parentesco entre a vida e a morte. Tradução de André Cechinel. Florianópolis: UFSC, 2014.

GIBERT, John. Euripides and the Development of Greek Tragedy. In: MCCLURE, Laura K. **A Companion to Euripides**. Inglaterra: Willey Backweel, 2017. 42-58

LEDUC, Claudine. Como dá-la em casamento? A noiva no mundo grego. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres: A Antiguidade**. Porto: Edições Afrontamento, 1990. 1 v.

LÉVI-STRAUSS. Claude. As estruturas elementares de parentesco. Petrópolis: Vozes, 1982.

MUELLER, Melissa. **The language of reciprocity in Euripides Medea**. The American Journal of Philology, vol 22, nº 4. The Johns Hopkins University Press, 2008.

PANTEL, Pauline Schmitt. A história das mulheres na história da antiguidade, hoje. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres: A Antiguidade**. Porto: Edições Afrontamento, 1990. 1 v.

RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SWIFT, Laura. Medea. In: MCCLURE, Laura K. **A Companion to Euripides**. Inglaterra: Willey Backweel, 2017.80-91.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e Religião na Grécia antiga**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1992.

ASPECTOS DA ICONOGRAFIA DE DIONISO NA CERÂMICA ÁPULA (SÉC V E IV A.C.)¹

FÁBIO VERGARA CERQUEIRA¹; JOÃO PEDRO VITORIANO FABRI²

¹Universidade Federal de Pelotas – fabiovergara@uol.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – joaopedrofabri@hotmail.com

Resumo: Apresentamos aqui um estudo inicial da iconografia de Dioniso, na cerâmica de figuras vermelhas dos séculos V e IV a.C., da Apúlia/Magna Grécia, uma das regiões mais importantes na colonização grega (séc. VIII e III a.C.). Diversos materiais testemunham a influência da religião e mitologia grega na região (e.g. moeda, arquitetura e cerâmica). No levantamento de vasos ápulos, focamos a influência do dionisismo, analisando representações iconográficas na cerâmica e associando-as à religião e musicalidade praticadas na região.

Palavras-chave: vasos cerâmicos, representações iconográficas de Dioniso, música e religião na Apúlia.

INTRODUÇÃO:

Busca-se evidenciar a representação de Dioniso em 3 vasos ápulos, do séc. IV a.C. Há vários mitos sobre sua origem e história, que o caracterizam como filho de Zeus com a princesa Sêmele, único olimpiano filho de uma mortal, considerado o mais próximo aos humanos, nascido na Trácia ou Frígia, tido como estrangeiro, último a ser aceito no Olimpo. Na mitologia e imaginário, relacionava-se, entre outros, ao vinho, festa, prazer, insanidade, teatro, ilusionismo, natureza; hinos e iconografia o representavam muitas vezes com forma animal (cabrito ou touro) (GRIMAL, 1997, p.121-122. KERÉNYI, 2002).

O termo “vasos ápulos” deve-se à região da Apúlia, Sudeste da Itália, onde estava Tarento, colônia grega da Magna Grécia (Fig.1), com produção e circulação de vasos italiotas (de tradição grega), nas técnicas de figuras vermelhas e di Gnathia, cuja iconografia era muito detalhada (DENOYELLE & IOZZO, 2009). Visamos a interpretar a relação entre as imagens com Dioniso (DIAS, 2014) e os cultos no Sul da Itália à época da Colonização grega.



Figura 1: Mapa da região da Apúlia

¹ Realizado com apoio de Bolsa de Iniciação Científica do CNPq, sob orientação de Fábio Vergara Cerqueira. Concebido originalmente e apresentado parcialmente em: 2018, Colóquio Discente do Laboratório de Estudos em Cerâmica Antiga (LECA), com foco na figura de Dioniso; 2019, já como parte do projeto “Representações iconográficas de instrumentos musicais na pintura dos vasos ápulos: relações interculturais greco-indígenas na Magna Grécia (século V e IV a.C.)”, coordenação de F.V. Cerqueira, apoio CNPq e CAPES, uma primeira versão foi comunicada na XX Jornada de História Antiga da UFPel, tratando da figura do deus na Apúlia e do instrumento musical *aulos*. Posteriormente, foi apresentado no CIC UFPel 2019. Para o “IV Encontro Discente - PPGH/UFPel: Imagens, Trajetórias e Poder”, abordar-se-á a identificação iconográfica do deus na região.

Fonte: DENOYELLE; IOZZO (2009, p.215)

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA:

Para fundamentação teórico-metodológica para estudo da iconografia musical na Magna Grécia, focada no *aulos*, recorreu a diversos autores. Uma questão teórica importante é a relação entre a tradição escrita e a imagética. Conforme Dugas (1960, p.59), os documentos iconográficos e literários suscitam interpretações nem sempre convergentes (CERQUEIRA, 2000, p.3). Outra questão: a que grupos se ligavam diretamente essas produções cerâmicas?

Daí uma terceira questão: a escolha dos temas pintados nos vasos - de quem é o interesse e a escolha? Segundo Cerqueira (2000, p.3-4), muitas vezes a escolha partia do encomendador, Em outras, mesmo sendo livre escolha do pintor, resultava de influência da sociedade em que se inseria. Podia refletir esquema cenográfico oriundo do teatro ou da estatuária. Podia ser influenciado por tradições orais distintas, que despertavam interesse de filósofos e poetas, ou simplesmente de usos comuns na pintura da cerâmica da época. Outro problema teórico, para a análise iconográfica, são as diferentes orientações para compreender a história na imagem: de um lado, a iconografia descritiva positivista; de outro, a histórica interpretativa. A primeira pressupõe que as imagens são o que aparentam ser na superfície, lendo as pinturas como próximas do real. A segunda busca mais os sentidos escondidos por trás do fenômeno descritível (CERQUEIRA, 2000, p.4), ressalta questões gerais, analisa símbolos em conjunto. Considera-se que as imagens possuem lógica própria e como devem ser interpretadas com base em signos cujos significados vão além do denotativo (CERQUEIRA, 2000, p.4). Importante também a reflexão sobre o sentido nos estudos iconográficos. As pinturas seriam representações do vivido ou seriam simbolizações da cultura? Remete ao problema teórico do tríplice paradoxo. Ao lidarmos com a interpretação das imagens, percebemos três níveis de dicotomias: o real e o idealizado; o cotidiano e o mitológico; o denotativo e o conotativo. No campo arqueológico, essas dicotomias são analisadas em separado, o que na maioria das vezes é complexo, pois no campo Artístico não havia uma separação desses elementos. Para o pintor e para o público que recebia essas pinturas, esses elementos compunham um único imaginário (CERQUEIRA, 2010, p.220).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Abordamos o *aulos* na Ápulia, em contexto sagrado-religioso, enfatizando os cultos dionisíacos e sua importância para o imaginário mítico/religioso grego e colonial.

Descrição dos vasos:

Ao centro, mênade toca o *aulos* e Dioniso (à dir.) com tirso. À direita, mênade com tympanon e tirso. Canto esquerdo: jovem sátiro com sítula na esquerda e tirso na direita. Campo superior esquerdo: pássaro voa levando tênia. Musicalmente, interessa analisar a combinação entre o sopro, com o *aulos* (som mais agudo) e a percussão, com o tympanon (som grave), que induziria ao transe no culto dionisíaco (CERQUEIRA, 2000/2001). O pássaro (um dos atributos da deusa do amor), sobrevoando, indicaria a associação entre Dioniso e Afrodite, típica do imaginário religioso ápulo.



Figura 2: Cratera em sino ápula.

Fonte: Museu Arqueológico Provincial de Lecce “Sigismondo Castromediano”. Atribuída ao Grupo de Schulman (360 – 340 a.C.)

Dioniso (centro), com tirso e bandeja, flanqueado por de Pan (esq.), com pele de pantera, coroa e syrinx, e mulher (dir.), com aulos apoiada em pilar. Pã, na iconografia ápula, aproxima-se da figura de Dioniso, presente em muitas representações de cultos dionisiacos. A pele de pantera, em seu colo, reforça ligação a Dioniso e seu culto. Abaixo de Dioniso, uma gazela, animal ligado a Dioniso na iconografia. A cítara retangular aos pés de Dioniso, e a figura de Eros, ao centro, voando, com coroa e phiale, reforçam o simbolismo amoroso da cena. Na figura feminina, com aulos, dada a vestimenta e tocado (coque), não se deve ver uma mênade, mas Ariadne, que se torna esposa do deus. Trata-se de uma inovação da iconografia ápula, com relação à da Grécia de origem, mostrar a esposa do deus com o aulos, comumente em mãos de mênades ou sátiros nas cenas dionisiacas.



Figura 3: Situla Ápulo

Fonte: Museu Nacional de Matera "Domenico Ridola", na Collezione Rizzon, inv. 164533. Atribuída ao Pintor de Dario, possui cronologia de 340 - 330 a.C.

Da esquerda para a direita: mênade com tympanon e tirso; estátua de culto com figura tradicional de Dioniso (com barba); jovem sentado, com lyra, tirso e kantharos, em que se pode ver epifania de Dioniso, representado como jovem imberbe; e sileno, ao lado de árvore, com tubos de aulos nas mãos. A ressaltar: o contraste entre o Dioniso jovem imberbe (representado ao modo regional) e a imagem de culto, com Dioniso adulto com barba (representado ao modo tradicional); a lyra na mão de Dioniso, indicando que nem sempre a dicotomia entre aulos e lyra é um tema importante para o pintor; a combinação tympanon/aulos na música de culto dionisíaco.



Figura 4: Cratera em Cálice Ápulo.

Fonte: Museu Nacional de Matera "Domenico Ridola". Atribuída ao Pintor do Nascimento de Dioniso, possui uma cronologia de 400-380 a.C.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As singularidades da cerâmica ápula, com representações iconográficas do Dioniso, possibilitam novas interpretações do dionisismo (VERNANT, 2009) e indicam sua forte influência e integração na cultura local. Para aprofundar essa compreensão, o avanço da pesquisa se dará *pari passu* à ampliação do número de coleções investigadas.

REFERÊNCIAS:

BIBLIOGRAFIA:

CERQUEIRA, F.V. A iconografia dos vasos gregos antigos como fontes histórica. **História em Revista**. Pelotas, 2000, v.6, p.1-7.

CERQUEIRA, F.V. Digressões sobre o sentido e a interpretação das narrativas iconográficas dos vasos áticos: o caso das representações de instrumentos musicais. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnografia**. São Paulo, 2010, v.20, p.219-233. CERQUEIRA, F.V. Música e culto religioso: Estudo do acompanhamento musical das procissões atenienses conforme o

testemunho dos textos antigos e da cerâmica ática tardo-arcaico e clássica. **Clássica**. São Paulo, Clássica, 2000/2001, v.13/14, p.81-100.

CERQUEIRA, F.V. O testemunho da iconografia dos vasos áticos dos séculos VI e V a.C.: fundamentação teórica para sua interpretação como fonte para o conhecimento da cultura e da sociedade da Grécia antiga. **História em Revista**. Pelotas, 2004, v.10, p.1-22.

DENOYELLE, M. IOZZO, M. **La céramique grecque d'Italie méridionale et de Sicile**. Paris: Picard, 2009.

DIAS, C.K.B. Iconografia dionisíaca nos léцитos áticos de figuras negras do final do período arcaico (séc. VI e V a.C.). **Phoînix**, 2014, v. 20, n. 2, p. 45-59.

GRIMAL, Pierre. **Dicionário da mitologia grega e romana**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, tradução de Victor Jabouile, 1997.

KERÉNYI, Carl. **Dioniso: imagem arquetípica da vida indestrutível**. São Paulo, Odysseys, 2002.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e religião na Grécia antiga**. São Paulo, Martins Fontes, 2009.

Figuras/Mapas

Fig.1: Reproduzido de DENOYELLE & IOZZO, 2009, p. 215.

Fig.2: Fotografia: F.V. Cerqueira. Museu Arqueológico Provincial de Lecce, 2014.

Fig.3: Fotografia: F.V. Cerqueira. Museu Arqueológico Nacional de Matera, 2015.

Fig.4: Fotografia: F.V. Cerqueira. Museu Arqueológico Nacional de Matera, 2015.

ESPARTA E O ORIENTE ENTRE OS PERÍODOS ARCAICO E CLÁSSICO

GABRIEL CABRAL BERNARDO¹

¹Universidade de São Paulo – gacabe@hotmail.com

Resumo: A história antiga de Esparta é frequentemente dividida em dois momentos: o Período Arcaico, no qual ela figura como extremamente aberta a influências externas, e o Período Clássico, quando suas instituições conservadoras bloqueiam qualquer tipo de agência externa à cidade. Entretanto, uma análise mais cuidadosa das fontes mostra um panorama com mais nuances entre esses dois momentos. O objetivo dessa apresentação é analisar, seguindo a proposta do Simpósio Temático, a relação que pode ser traçada entre Esparta e o Oriente Próximo nesses dois períodos, vistos mais como um *continuum* do que como fases completamente diferentes de uma mesma sociedade. Isso será feito por meio da avaliação das interpretações mais recentes sobre a cultura material espartana do Período Arcaico, bem como de informações preservadas pelos historiadores do Período Clássico. Veremos que Esparta, ainda que gozasse de alguma inserção nas redes do Mediterrâneo Oriental, o fazia provavelmente por meio de intermediários – isso é, indiretamente e por meio de associações com outras cidades ou agentes mais bem estabelecidos nessas redes. Isso nos permite ver uma Esparta que, longe de mudar completamente de atitude em relação às suas relações “internacionais”, manteve uma mesma lógica de conexão com contextos mais amplos na passagem do Período Arcaico para o Clássico, provavelmente investindo apenas na conectividade que respondia a demandas internas específicas.

Palavras-chave: Esparta; Mediterrâneo; Conectividade.

INTRODUÇÃO

Um dos elementos mais marcantes da historiografia sobre a relação entre Esparta e outras regiões é a polaridade temporal com a qual ela é por vezes descrita. Enquanto a Esparta do Período Arcaico era extremamente bem conectada, tanto com culturas internas quanto externas ao que chamamos hoje de “Grécia”, a Esparta do Período Clássico seria seu exato oposto. A chamada “reforma de Licurgo” em meados do século VI¹ – que formou a Esparta mais conhecida, a militarizada e oligárquica – seria a mesma que causou a adoção, nos séculos seguintes, do isolamento como forma de manter intacto o estilo de vida que mantinha a “boa ordem” (*eunomia*) dentro da pólis.² Tal ponto de vista condicionou uma bibliografia que vê, no Período Arcaico, diversos pontos de contato entre Esparta e o Oriente, mas praticamente nenhum na Esparta de Licurgo.³ Isso se deve, dentre outros fatores, ao fato de que tais contatos são buscados em fontes diferentes nos dois períodos: a análise da cultura material predomina nas análises referentes ao Período Arcaico, enquanto que as fontes literárias, carregadas do supracitado discurso conservacionista da *eunomia*, praticamente monopolizam as interpretações sobre o Período Clássico. Sabendo disso, o objetivo aqui é o de reanalisar tais fontes, isso de modo a buscar uma passagem entre a Esparta arcaica e a de Licurgo que não tenha testemunhado uma dissolução completa conexões com redes mais amplas, inclusive com as que permeavam o Mediterrâneo Oriental. Veremos que ambos os períodos de Esparta foram marcados por ligações com o Oriente, ainda que ou mediadas por agentes intermediários ou com diferentes expressões conforme os séculos.

ESPARTA E O ORIENTE

Chester Starr (2002 [1965]) notou, há mais de meio século, que grande parte do que sabemos sobre o Período Arcaico espartano por meio de fontes literárias desse período é, no

¹ Todos as datas aqui referidas são a.C., a menos que indicado.

² E.g. STUBBS, 1950, p. 36; HAMILTON, 1970, p. 296; HOLLADAY, 1977, p. 10-11; SHIPLEY, 2009, p. 57, 58; SPRINGER, 2015, p. 2. Ver FIGUEIRA, 2003, p. 48-62 sobre as fontes que caracterizam esse isolamento como um elemento da própria constituição espartana.

³ Uso aqui esse evento como baliza cronológica ao invés do tradicional Período Clássico, dado que, para a história de Esparta especificamente, ele representa um ponto de mudança mais significativo que as Guerras Persas de 490 e 480.

mínimo, muito fragmentário e alusivo, enquanto que informações contidas em fontes do Período Clássico, compostas séculos depois, são produtos de várias amálgamas de tradições diferentes (cf. EHRENBERG, 1968, p. 380). Isso explica, em parte, o motivo pelo qual os estudos sobre o Período Arcaico espartano se focam na cultura material. A isso se deve unir os grandes conjuntos de cultura material escavados nos santuários mais importantes da cidade, como o de Ártemis Orthia, de Atena da Casa de Bronze e do Menelaion. Entretanto, a riqueza ali descoberta não fornece razões suficiente para ignorar fontes literárias como Álcmán, cujo *Partênio* contém informações importantes que podem ser conectadas a conclusões mais amplas sobre os materiais dos santuários.

Por questões de espaço, tomo como amostra os achados do santuário de Ártemis Orthia. São dois os tipos mais significativos aos objetivos presentes: os relevos em marfim e as máscaras de terracota. Os objetos de marfim (placas votivas, estatuetas da deusa, objetos de adorno e outros variados) tem seu uso datado do século VIII a c. 650⁴ e denunciam uma provável conexão com mercadores do Oriente, responsáveis por adquirir o material necessário à confecção dos relevos. Nesse último quesito, é interessante notar dois elementos. O primeiro deles é que tais objetos não eram adquiridos prontos: a descoberta de exemplares inacabados (e.g. DAWKINS, 1929, p. 213, pl. CVI no. 3) indica que o material era trabalhado *in situ*, isso é, já direcionado às demandas específicas da cidade. Ainda assim, são reconhecíveis alguns elementos iconográficos inspirados em figurações já testemunhadas, em períodos bem anteriores, no Oriente Próximo (cf. CARTER, 1985, p. 122-125). Entretanto, como argumenta Konstantinos Kopanias (2009) tais figurações, se cuidadosamente analisadas, mostram de fato uma iconografia com forte influência oriental, mas uma já adaptada ao gosto grego e com exemplares anteriores traçáveis a Creta. Ou seja, artesão e/ou comerciantes cretenses podem ter estado por trás das demandas espartanas por relevos em um material e com figurações orientais.

Quanto às máscaras de terracota, um achado sem paralelo na Grécia, elas aparecem em vários modelos, desde grotescos até faces consideradas “normais” de jovens e adultos. Tais máscaras, dedicadas em Orthia em um período mais recente que os desde a passagem do século VII para o VI até o começo do século V,⁵ já foram identificadas como elementos trazidos a Esparta (junto ao culto de divindades orientais) por fenícios que mantinham lá um posto de produção/comércio (CARTER, 1987). Essa mesma hipótese foi utilizada por Peter Miller (2009) para argumentar que a deusa homenageada pelas jovens do *Partênio* de Álcmán, ninguém menos que a própria deusa do santuário de Orthia, também havia sido trazida a Esparta com fenícios. Entretanto, tais afirmações pressupõem que a prática do uso de máscaras em rituais gregos do Período Arcaico – algo não reservado aos espartanos (cf. STERN, 1976, p. 112-114) – carregou consigo o culto no qual eram originalmente utilizadas. Ou seja, anula-se a possibilidade de que, mais uma vez, tenha havido alguma mediação entre os receptores espartanos e os emissores de uma prática do oriente mediterrânico, algo que acaba condicionando a leitura de Álcmán (tirando proveito do teor alusivo de suas afirmações).⁶

Tais exemplos são alguns dos indícios de que houve de fato influências orientais na Esparta pré-reforma, ainda que possivelmente intermediadas por outros agentes. Há várias hipóteses que podem explicar tal fenômeno – como, por exemplo, a inserção de Esparta em redes já bem estruturadas em suas conexões com o Oriente. Uma instância em que isso aparece é na relação de Esparta com Samos (ver CARTLEDGE, 1982). Há indícios de que a cerâmica de estilo lacônio circulava pelo Mediterrâneo Oriental sendo redistribuída por Samos no século VI (COUDIN, 2009, p. 49), algo talvez contemporâneo à expedição espartana a Samos descrita por Heródoto (3.47.1, 54-56). Tal expedição, realizada no final do século VI (ou seja, já durante

⁴ Se levadas em conta as correções da cronologia do santuário propostas por John Boardman (1963).

⁵ Ver DICKINS, 1929, p. 164-165 com ROSENBERG, 2015, p. 248 para as datações mais recentes.

⁶ Sobre o teor alusivo de Álcmán, ver PAGE, 1951, p. 30; PEPONI, 2004, p. 295.

o regime de Licurgo) contra tirano Polícrates, teria produzido laços de *xenia* entre as duas cidades que permaneceram até os dias do historiador (Hdt. 3.55.2; ver CARTLEDGE, 1982). Outra possibilidade seria a ilha de Cítera, situada ao sul do Peloponeso e, segundo Tucídides (4.53.2-3), controlada por Esparta por ser um canal comercial de acesso ao Egito e à Líbia.

RESULTADOS

As fontes discutidas acima, bem como suas respectivas interpretações, indicam que é necessário algum cuidado ao falar da relação entre Esparta e o Oriente Próximo. Ainda que a cultura material deixe claro o contato entre as duas regiões, há vários outros fatores que apontam para uma relação talvez indireta, uma mediada por outros centros com redes melhor estabelecidas com o leste mediterrânico. Isso implica na difícil tarefa – principalmente hoje, na era da globalização – de reconhecer que haviam diferentes níveis de integração entre diferentes regiões mediterrânicas. Em outras palavras, enquanto locais como Rodes e Tiro estavam completamente inseridos nos fluxos mediterrânicos dos séculos VII ao V, cidades como Esparta ainda dependiam de centros já bem estabelecidos dentro de redes mais amplas para ter acesso a práticas e *commodities* estrangeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro das observações aqui propostas, ainda cabe a discussão dos possíveis canais pelos quais Esparta se inseria na rede mais ampla do Mediterrâneo Oriental, quais suas intenções em fazê-lo e se a mesma lógica pode ser observada em uma duração mais longa. Tal leitura, que não pressupõe uma cisão absoluta entre a Esparta arcaica e clássica, pode produzir resultados importantes não somente para a compreensão de uma história lacunar e ainda difícil de se analisar, mas também para a interpretação de nossa própria realidade. Afinal de contas, assim como para a Esparta antiga, seria errado pressupor que todos os lugares e indivíduos gozam de uma conectividade irrestrita e direta com seus arredores –principalmente em um momento em que testemunhamos, cada vez mais, a construção de barreiras com objetivos bem explícitos de filtrar alguns dos efeitos dessa mesma conectividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

HERODOTUS. **The Persian Wars**. Volume III: Books 5-7. Tradução de A. D. Godley. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1922.

THUCYDIDES. **History of the Peloponnesian War**. Volume II: Books 3-4. Traduzido por C. F. Smith. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1920.

Literatura Especializada

BOARDMAN, J. Artemis Orthia and Chronology. In: **The Annual of the British School at Athens**, Londres, v. 58, p. 1-7, 1963.

CARTER, J. B. **Greek Ivory-Carving in the Orientalizing and Archaic Periods**. Nova York: Garland Publishing, 1985.

_____. The Masks of Ortheia. In: **American Journal of Archaeology**, Boston, v. 91, p. 355-383, 1987.

CARTLEDGE, P. Sparta and Samos: A Special Relationship? In: **The Classical Quarterly**, Cambridge, v. 32, n. 2, p. 243-265, 1982.

COUDIN, F. **Les Laconiens et la Méditerranée à L'Époque Archaique**. Naples: Centre Jean Bérard, 2009.

DAWKINS, R. M. Ivory and Bone. In: _____. (Ed.) **The Sanctuary of Artemis Orthia at Sparta**. Londres: The British School at Athens, 1929. p. 203-248.

DICKINS, G. Terracotta Masks. In: DAWKINS, R. M. (Ed.) **The Sanctuary of Artemis Orthia at Sparta**. Londres: The British School at Athens, 1929. p. 163-186.

EHRENBERG, V. **From Solon to Socrates: Greek History and Civilization during the 6th and 5th Centuries B.C**. Londres: Methuen & Co. Ltd., 1968.

FIGUEIRA, T. J. *Xenelasia* and Social Control in Classical Sparta. In: **The Classical Quarterly**, Cambridge, v. 53, n. 1, p. 44-74, 2003.

HAMILTON, C. D. Spartan Politics and Policy, 405-401 B.C. In: **American Journal of Philology**, Baltimore, v. 91, p. 294-314, 1970.

HOLLADAY, A. J. Spartan Austerity. In: **The Classical Quarterly**, Cambridge, v. 27, p. 111-126, 1977.

KOPANIAS, K. Some Ivories from the Geometric Stratum at the Sanctuary of Artemis Orthia, Sparta: Interconnections between Sparta, Crete and the Orient during the Late Eighth Century BC. In: CAVANAGH, W. G.; GALLOU, C.; GEORGIADIS, M. (Eds.) **Sparta and Laconia: From Prehistory to Pre-Modern**. Londres: The British School at Athens, 2009. p. 123-131.

MILLER, P. J. **Alcman's Partheneion and the Near East**. 101 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – University of Victoria, Victoria, 2009.

PAGE, D. L. **Alcman: The Partheneion**. Oxford: Clarendon Press, 1951.

PEPONI, A.-E. Initiating the Viewer: Deixis and Visual Perception in Alcman's Lyric Drama. In: **Arethusa**, Baltimore, v. 37, n. 3, p. 295-316, 2004.

ROSENBERG, J. L. The Masks of Orthia: Form, Function and the Origin's of Theatre. In: **The Annual of the British School at Athens**, Londres, v. 110, n. 1, p. 247-261, 2015.

SHIPLEY, G. Early Hellenistic Sparta: Changing Modes of Interaction with the Wider World? In: KALTSAS, N. (Ed.) **Athens-Sparta: Contributions to the Research on the History and Archaeology of Two City-States**. Nova York: Alexander S. Onassis Public Benefit Foundation, 2009. p. 55-60.

SPRINGER, M. **Victory in the Peloponnesian War: The Downfall of Sparta**. 2ª Edição. Morrisville: Pumpernickel Pickle, 2015.

STARR, C. G. The Credibility of Early Spartan History. In: WHITBY, M. (Ed.) **Sparta**. Nova York: Routledge, 2002. p. 26-43.

STERN, E. Phoenician Masks and Pendants. In: **Palestine Exploration Quarterly**, Londres, v. 108, n. 2, p. 109-118, 1976.

TÁLIA HOMENAGEIA EURICO NA PLANÍCIE DE TÍTIRO: FRONTEIRAS IDENTITÁRIAS E TERRITORIAIS NA POESIA LAUDATÓRIA DA GÁLIA DO SÉCULO V EC A PARTIR DA *EPÍSTOLA 8.9* DE SIDÔNIO APOLINÁRIO

GABRIEL FREITAS REIS¹

¹Universidade Federal de Santa Maria – greis0243@gmail.com

Resumo: Este trabalho foca-se na Gália do V século quando da expansão do Reino Gótico de Tolosa pela Aquitânia. O autor cuja obra usamos, Sidônio Apolinário, foi um nobre/clérigo romano da Gália que tinha interesses político-territoriais conflitantes com os de Eurico (466-481), rei gótico de Tolosa. Dentre as cento e quarenta e sete epístolas que compõem o *Epistolário* de Sidônio, está a *Epístola 8.9*, endereçada ao nobre Lamprídio e contendo um discurso laudatório que homenageia o rei Eurico. Na retórica da obra, transparece que Sidônio Apolinário a escreveu no período imediatamente posterior à sua libertação da prisão na Fortaleza Lúvia, onde estava sob poder de Eurico; a carta tinha o intuito de ajudar Lamprídio a ascender na corte de Tolosa, mas o discurso dela resultaria em benefícios para o próprio Sidônio. Objetivamos, com o exposto, entender qual a função, em seu contexto de produção, da obra analisada, e quais eram os interesses exatos de Sidônio Apolinário ao compô-la. Da mesma forma, tentamos observar qual era o papel das identidades no discurso sidoniano, no sentido de como elas poderiam servir de empecilho para a realização de seus objetivos e como, em contrapartida, ele soube utilizá-las a seu favor. Em nosso aporte teórico, utilizamos o conceito de *identidade*, de Stuart Hall (2002), o de *território*, de Marcos Lopes de Souza (2009), o de *fronteira*, de Norberto Luiz Guarinello (2010) e, por fim, o de *representação*, de Roger Chartier (1988), por meio do qual nos vinculamos à Nova História Cultural.

Palavras-chave: Poesia laudatória; Gália do século V EC; Sidônio Apolinário.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho centra-se sobre o contexto da Gália durante o século V EC, no apogeu de uma época na qual se formou uma estrutura de rebeldia político-militar nessa região, então controlada pela Itália (MATHISEN, 1993 p. 17-26). Foi um período no qual foi constante a entrada na Gália de povos estrangeiros, germânicos em sua maioria, advindos de além das margens setentrionais do Reno ou, através do Império Romano do Oriente, das do Danúbio (WARD-PERKINS, 2005, p. 28-29; FRIGHETTO, 2012, p. 136-142). Numa lógica político-militar ambígua, que flutuava entre momentos de alianças e momentos de rebeldias, os povos germânicos, na Gália do Império Romano⁷ do Ocidente, foram assumindo o controle sobre territórios, formando reinos e expandindo-os até o ponto de controlarem toda a região, alienando-a de vez do poder central do que fora a República⁸ Romana sediada na Itália (FRIGHETTO, 2012, p. 135-178).

Um dos reinos germânicos da Gália do século V EC foi o Reino Gótico de Tolosa (SCHWARCZ, 2011, p. 267). Tal Estado formou-se a partir de uma aliança entre os godos e o governo romano-ocidental, em uma lógica na qual os godos deveriam agir como controladores da ordem no espaço das terras que receberiam, correspondentes, basicamente, à província romana da Aquitânia Secunda (MINOR, 1976, p. 22). Era um território minúsculo em comparação com o que os godos anexaram a tal no decorrer do século V EC (WARD-PERKINS, 2005, p. 28-29).

⁷ O fenômeno da expansão de reinos germânicos no Império Romano do Ocidente não se restringiu à Gália, afetando todas as outras regiões romano-ocidentais.

⁸ Utilizaremos a terminologia Império Romano para tratar do que foi historicamente o mundo mediterrâneo conquistado por Roma, isto no que diz respeito às mudanças históricas ocorridas nas diversas regiões governadas pela Itália, num sentido que transcende o governo romano burocratizado propriamente dito. Contudo, utilizaremos o termo República para tratar do Estado romano, pois ainda que a historiografia tradicional considere que a República Romana tenha acabado em 29 AEC, essa ideia não estava presente no período por nós estudado, e nosso autor utiliza a palavra *republica*, mostrando que Império e República não eram conceitos mutuamente excluídos na época, sendo isso uma construção histórica conceitual moderna.

O Reino Gótico de Tolosa era governando por um dos clãs pertencentes à elite do povo gótico: os Baltos (FRIGHETTO, 2012, p. 143-144). Para que se mantivesse na posição real sem contestações significativas por parte do resto dessa elite, tal clã precisava, constantemente, comprovar-se digno do poder que retinha, e isso se dava por meio do sucesso expansionista do território do reino. Ao longo da existência do Reino de Tolosa, cinco reis góticos sucederam-se no trono: Teodorico I (418-451), Torismundo (451-453), Teodorico II (453-466), Eurico (466-481) e Alarico II (481-507) (MATHISEN; SIVAN, 1999, p. 21-22). É o quarto deles que nos interessa no presente trabalho, pois é um dos protagonistas da *Epístola 8.9* de Sidônio Apolinário.

Esse último homem citado era um nobre romano da Gália, nascido em 432, na região de Lugduno, a capital da Gália Lugdunense Prima (KINDLER, 2005, p. 21). Educado dentro dos padrões mais elevados para a sua época e região, formou-se em Filosofia e ascendeu politicamente no contexto galo-italico devido a suas habilidades literárias (KINDLER, 2005, p. 21; VAN WAARDEN, 2009, p. 11). Era genro do imperador Epárquio Ávito (455-456) e, após ocupar cargos oficiais republicanos importantes durante o governo dele e durante os governos dos imperadores Majoriano (457-461) e Antêmio (467-472), foi consagrado como bispo da Arvéria, terra natal de sua esposa, cuja sé ficava em Augustenêmeto (atual Clermont-Ferrand, França), na província romana da Aquitânia Prima (ANDERSON, 1963, p. XXXVI-XLII).

Enquanto bispo da Arvéria e, por causa disso, retentor de significativo poder político-territorial lá, Sidônio Apolinário entrou em conflito com o rei Eurico e seus ambiciosos planos de expansão das fronteiras territoriais do Reino de Tolosa que, após controlar praticamente toda a Aquitânia e boa parte da Hispânia, aproximava-se da Arvéria (VAN WAARDEN, 2009, p. 16-24). Quando finalmente, após vários anos resistindo a um cerco, a Arvéria foi anexada ao território do Reino de Tolosa, Sidônio Apolinário ficou preso por dois anos na Fortaleza Lívia, nas proximidades de Cárcaso (atual Carcassone, França).

Foi logo após o fim desse período durante o qual o nosso autor esteve prisioneiro, que ele escreveu a *Epístola 8.9*, destinada a Lamprídio. O discurso retórico do autor na carta permite que deduzamos que o objetivo da mesma era alçar o seu destinatário a mais altos níveis de influência política na corte de Tolosa, o que se daria, mais especificamente, por meio da declamação de uma poesia escrita ao rei Eurico na obra em questão. Uma poesia que não compreende toda a carta, que traz, por sua vez, além do texto versificado, uma introdução na qual Sidônio, usando os engenhos retóricos epistolares da época, afirma sua incapacidade de escrever, a pedido de Lamprídio, uma homenagem a Eurico: o nosso autor dá a entender que devido à situação difícil na qual se encontra, por estar despossuído do latifúndio de sua sogra, não conseguirá escrever uma boa poesia. Mas escreve uma. E nela, é construída, retoricamente, uma situação alegórica: tendo como cenário uma planície da propriedade rural de Títiro⁹, o discurso lírico narra uma atividade na qual a musa grega Tália, através da inspiração a Lamprídio, homenageia Eurico ao cantar e tocar instrumentos musicais que Sidônio cita nos versos.

Observando a obra epistolar sobre a qual aqui discorreremos, questionamo-nos a respeito de como o discurso que a mesma traz pôde concorrer para o sucesso das expectativas políticas do remetente e do destinatário dela na corte de Tolosa; em outras palavras, como se constituía a estrutura mental tardo-antiga que fazia com que a poesia laudatória, na época, servisse como alavanca de obtenção de poder.

Também usamos o texto da carta como forma de encontro de resposta para a problematização sobre como se dava a construção social do espaço nas regiões para onde se expandia o Reino de Tolosa. Mais especificamente, almejamos avançar nos conhecimentos a

⁹ Títiro é um dos dois protagonistas da *I Bucólica*, de Virgílio, sendo o pastor afortunado, cujo diálogo com Melibeu, o pastor expropiado, forma todos os versos de tal obra (RIBEIRO, 2006, p. 36).

respeito de como a paisagem romana era refeita de modo a se adequar às necessidades e aos interesses dos novos habitantes do espaço, e isso num sentido que observa, sobretudo, como as propriedades rurais romanas eram apropriadas pelos godos: se na forma de aquartelamento militar ou de distribuição de tributos. Esse é um questionamento lançado na historiografia por Walter Goffart (1980), que, defendendo que a distribuição de tributos era, preferencialmente, a forma pela qual os germânicos apropriavam-se da riqueza romana, é contestado pela grande maioria dos historiadores que pensam o assunto, como Ralph Mathisen e Hagith Sivan (1999, p. 12-13) e, ainda, Andreas Schwarcz (2011, p. 165-170).

Também nos interrogamos a respeito de como o fenômeno das identidades político-culturais influenciaram as expectativas de Sidônio Apolinário e de Lamprídio, e isso por uma via de mão dupla: por um lado, observaremos como as identidades que podem ser notadas no discurso da carta serviram como aliadas dos interesses do remetente e do destinatário da mesma; por outro, atentar-nos-emos para o quanto essas foram um fator incômodo, obstáculo às investidas políticas deles.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

As obras sidonianas foram escritas no contexto político-literário da Gália do século V EC, tendo as marcas de tal época e local (MATHISEN, 1993, p. 105-118). Elas trazem um significativo intuito de afirmação dos laços de *amicitia*, uma prática imperial romana com finalidades de ascensão política, que foi apropriada, no contexto tardo-antigo, pelos gauleses no sentido de algo que os unia em detrimento daqueles que não faziam parte da mesma identidade político-cultural deles, como germânicos e itálicos; mas uma identidade cujas fronteiras não eram definidas com exatidão.

A *Epístola 8.9*, como já dissemos, faz parte do *Epistolário* de Sidônio Apolinário, uma coletânea de cento e quarenta e sete cartas, com cento e quarenta e seis sendo de autoria sidoniana e uma, tendo Sidônio como destinatário, de autoria do nobre romano da Gália Claudiano Mamerto, filósofo de profissão e, ao final de sua vida política, bispo de Viena (atual Vienne, França).

Metodologicamente, analisamos o discurso da fonte em consonância com as informações que obtemos a partir das bibliografias historiográficas que utilizamos. Em outras palavras, interpretamos a documentação a partir de subsídios a nós fornecidos por autores contemporâneos, usando as ideias deles para decodificar a literatura sidoniana.

Em sentido teórico, utilizamos, primeiramente, o conceito de *fronteira* de Guarinello (2010, p. 120), por considerarmos que ele pense que o fenômeno numa amplitude adequada à necessidade do presente trabalho. O conceito de fronteira de Guarinello corresponde-se com o de *ordem*, que ele pensa como sendo um conjunto de fatores que estão nas sociedades na forma de trabalho morto corporificado, ou seja, fatores inerentes à forma pela qual uma dada sociedade se constituiu historicamente, e que, portanto, só se modificam ao longo do tempo, nunca de forma vertiginosa (GUARINELLO, 2010, p. 119). Cada fator corresponde-se com outro da mesma natureza através de um espaço de negociação (e de disputa) que Guarinello chama da *fronteira*. Por ser a fronteira um espaço de negociação é que Guarinello diz que ela é o lugar onde a ordem se reproduz e se altera, ou seja, o lugar onde há características de diferentes ordens.

Outro conceito que utilizamos é o de *identidade*, pensado por Stuart Hall (2002) no sentido de desconstruir a ideia das identidades nacionais como algo dado, existente por essência. Para Hall (2002, p. 106), as identidades estão em constante transformação, sendo uma elaboração arbitrária. Seguindo na lógica de raciocínio desse autor, pensamos as identidades político-culturais do Império Romano num sentido que se afasta das concepções da historiografia tradicional, aproximando-se de uma visão que acredita que elas sejam um fenômeno histórico, e não uma subsunção.

Por fim, usamos o conceito de *território* conforme ele é pensado por Marcos Lopes de Souza (2009, p. 62), que acredita que o fenômeno é uma projeção espacial de ideias, que usam de fatores visíveis para se definirem de maneira tangível; fatores visíveis esses que mudam à medida que mudam também as ideias definidoras do território, isto é, ideias de projeção espacial. Assim, para ele, o aspecto conceitualmente definidor de um território é “o exercício do poder” (SOUZA, 2009, p. 62).

RESULTADOS

No que diz respeito à nossa problematização do papel passivo da *Epístola 8.9* em seu contexto, até o presente momento, acreditamos que tal obra foi escrita devido ao imenso valor atribuído à literatura pela nobreza romana do século V EC.

O que podemos observar com relação ao papel ativo da *Epístola 8.9* em seu contexto, é que ela tinha por objetivo colocar Lamprídio em uma posição privilegiada na corte de Eurico através de uma homenagem, o que é comprovado pelo quarto verso do poema da carta: “Agora tu tentas comover em um poema”¹⁰. Todos os outros versos do poema correspondem-se com esse: alguns tecendo elogios diretos para Eurico¹¹, mencionado na epístola como o receptor da homenagem; outros demonstrando o dom artístico de Lamprídio, como o que o compara com Tália¹² e o que o associa a Apolo¹³.

No que diz respeito ao nosso objetivo de entender como as propriedades rurais eram utilizadas por godos e romanos no Reino de Tolosa, dizemos que o poema cita Títiro, que aqui é uma metáfora que se corresponde com o fato de que Sidônio, com essa homenagem, intenta recuperar um latifúndio confiscado pela realeza gótica de Tolosa: informação que observamos na parte introdutória do texto epistolar, e que diz que Sidônio não obteve a herança de sua sogra, mesmo com o uso de uma *tertiæ* (terça parte de um latifúndio tardo-antigo) como preço de mediação¹⁴. Essa constatação mostra-nos que godos e romanos estiveram, sim, em disputas por posse de terras propriamente ditas, e que a negociação do espaço entre eles não se deu meramente a partir de uma distribuição tributária. Não ignoramos, contudo, que nem todos os casos de disputas por terras entre germânicos e romanos tiveram o mesmo desfecho ou a mesma solução.

No que tange às representações de identidades político-culturais que o documento nos mostra, primeiramente, somos capazes de constatar uma afirmação da superioridade de Eurico, e conseqüentemente dos godos de Tolosa, com relação a outros povos germânicos, como é o caso do verso do poema que diz que os saxões, soberanos sobre o mar, somente temem ante presença de Eurico¹⁵. Além disso, o fato de Eurico estar sendo homenageado com uma composição literária, aproxima-o dos romanos. Isso nos mostra que Sidônio contorna a distância identitária que existe entre, de um lado da fronteira, ele e Lamprídio, com Eurico e os germânicos do outro lado. Eurico, sentindo-se mais romano com o presente, aceitará os serviços de Lamprídio e devolverá as terras da sogra de Sidônio. Associar todos os germânicos em uma alteridade é uma prática literária romana tardo-antiga, mas, ao que tudo indica, não necessariamente os germânicos concordavam com uma associação entre todos eles em contraposição aos romanos. Eurico, deduzimos pelo que lemos aqui, ficaria mais feliz em ser visto como distante de outros germânicos.

¹⁰ “*Nunc in carmina commovere tentas*”.

¹¹ “*Eroice, tuæ manus rogantur*”.

¹² “*Nostræ, o Lampridius, decus Thaliæ?*”.

¹³ “*Instrumenta tuo: novusque Apollo*”.

¹⁴ “*Necdum enim quidquam de hæreditate socruali, vel in usum terciæ sub pretio medietatis obtinui*”.

¹⁵ “*Istic Saxona cærum videmus,
Assuetum ante salo, solum timere:*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na *Epístola 8.9*, Sidônio fala que Lamprídio é afortunado porque conseguiu recuperar as propriedades rurais dele, enquanto que ele próprio é infeliz porque não obteve a mesma conquista.

No contexto interno da poesia escrita para que Lamprídio homenageie Eurico, a musa grega Tália está cantando e tocando para o rei em questão, numa planície que fica dentro da propriedade rural de Títiro, quem Sidônio associa a Lamprídio, o destinatário da carta, que ele diz que está feliz porque recuperou suas terras. Como dissemos, Títiro é uma personagem de Virgílio, da *I Bucólica*. Toda essa *I Bucólica* é formada de um diálogo entre Títiro, que é o pastor afortunado e rico, e Melibeu, que é o pastor expropriado. Ou seja, na retórica de Sidônio, ele é Melibeu e Lamprídio é Títiro.

O nosso autor, escrevendo essa poesia para Lamprídio declamar para Eurico, está prestando um favor ao destinatário, porque ao declamar o discurso versificado, Lamprídio ascenderá politicamente na corte de Tolosa. O texto da carta que fala que Lamprídio é o pastor afortunado é uma alegoria que demonstra que Sidônio está pedindo a Lamprídio um favor em troca da escrita da homenagem, a saber, que o último interceda ante o rei Eurico para que o emissário do discurso recupere a herança de sua sogra. Quando Sidônio descreve Tália cantando e tocando para Eurico, ele está elaborando uma metáfora para dizer que se a declamação de Lamprídio for suficientemente agradável, então Eurico deverá devolver as terras a mulher em questão.

Disso decorre que, pelo menos no contexto do Reino Gótico de Tolosa, a monarquia apropriou-se, sim, de terras dos nobres, o que significa que a principal hipótese de Goffart (1980), de que o Estado romano redistribuía tributos para os “bárbaros” em vez e expropriar os romanos, não é verificável no presente caso.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

SIDONIUS. **Poems and Letters**. 3 ed. Cambridge: Harvard University Press, 1963.

VIRGILE. **Les Bucoliques et les Géorgiques**. Paris: Librairie Garnier Frères, 1944.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, W. B. Introduction. In: SIDONIUS. **Poems and Letters**. 3 ed. Cambridge: Harvard University Press, 1963, p. IX-LXXIV.

FRIGHETTO, Renan. **A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras em uma época de transformações (Séculos II – VIII)**. Curitiba: Juruá, 2012.

GOFFART, Walter. **Barbarians and Romans, A.D. 418-584: The Techniques of Accommodation**. Princeton: Princeton University Press, 1980.

GUARINELLO, N. L. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: Um ensaio. **Mare Nostrum**, São Paulo, v. 1, p. 114 – 127, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MATHISEN, Ralph Whitney. **Roman aristocrats in barbarian Gaul: strategies for survival in an age of transition**. Austin: University of Texas Press, 1993.

MATHISEN, R. W.; SIVAN, H. Forging a new identity: the Kingdom of Toulouse and the frontiers of Visigothic Aquitania (418-507). In: FERRERO, A. (Orgs.). **The Visigoths: Studies in Culture and Society**. Leiden; Boston; Köln: Brill, 1999, p. 1-62.

MINOR, C. P. **The Gallic Aristocracy and the Roman Imperial government in the Fifth Century A.D.** 1976. Tese (Mestrado em Artes) – Graduate Faculty, Texas Tech University, Lubbock.

RIBEIRO, M. L. M. **A poesia pastoral: as Bucólicas de Virgílio.** 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.

SCHWARCZ, A. Visigothic Settlement, *Hospitalitas*, and Army Payment Reconsidered. In: MATHISEN, R. W.; SHANZER, D. (Orgs.). **Romans, Barbarians, and the Transformation of the Roman World**. Cultural Interaction and the Creation of Identity in Late Antiquity. London; New York: Ashgate Publishing Company, 2011, p. 265-270.

SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno de imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

VAN WAARDEN, J. A. Writing to survive: A commentary on Sidonius Apollinaris, Letters Book 7. **The episcopal letters 1-11**, v. 1, p. 6 – 58, 2009.

WARD-PERKINS, Bryan. **A Queda de Roma e o Fim da Civilização**. Lisboa: Alêtheia Editores, 2005.

CAÇANDO BRUXAS HOJE E NA ROMA ANTIGA: UMA ANÁLISE COMPARADA A PARTIR DA LITERATURA LATINA

GABRIEL PAREDES TEIXEIRA¹

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro - gparedes.teixeira@gmail.com

Resumo: Embora normalmente associadas aos períodos medieval e renascentista europeus, perseguições a indivíduos considerados bruxos ou bruxas constituem um fenômeno ainda presente em diversos continentes – e, em muitos locais, o número de vítimas de “caça às bruxas” tem aumentado. Considerando a perseguição à bruxaria como um fenômeno próprio e observável em diferentes sociedades, com regras constantes e que quase sempre envolvem atitudes violentas, propomos apresentar um breve panorama da violência praticada atualmente contra indivíduos acusados de bruxaria para, a seguir, analisar passagens da literatura latina nas quais são descritas agressões direcionadas a mulheres identificadas como bruxas.

Palavras-chave: Bruxaria; Violência; Literatura latina

INTRODUÇÃO

A imagem dos praticantes de bruxaria é comum a diversas culturas: indivíduos naturalmente traiçoeiros, inclinados a prejudicar outras pessoas através de poderes ou técnicas sobrenaturais. O medo despertado por tais indivíduos e suas supostas perversidades leva, conseqüentemente, a um receio constante nas comunidades que creem em sua existência. Não é raro que nessas sociedades pessoas sejam acusadas de serem agentes da bruxaria e submetidas a mecanismos de punição previamente estabelecidos para este tipo de crime, ou até mesmo que sejam vítimas de violência indiscriminada. Sendo assim, a existência das crenças em bruxaria muitas vezes é acompanhada por um alto índice de violência, utilizada como forma de neutralizar seus supostos praticantes.

A presença de bruxas na literatura latina entre o século I a.C. e o II d.C é notável. Além de estarem presentes em gêneros literários diversos, essas personagens muitas vezes possuem papéis importantes para as narrativas. Representadas como velhas criminosas, muitas vezes elas são tratadas de maneira violenta – o que, a primeira vista, pode parecer justificável, considerando a perversidade dos crimes dos quais são acusadas. Para compreender melhor a relação entre bruxaria-acusações-violência e contextualizar a bruxaria conforme descrita pelos autores de Roma, será preciso recorrer aos estudos comparativos desenvolvidos no interior da antropologia e da sociologia.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Desde a década de 1960, através do trabalho da antropóloga inglesa Mary Douglas e da equipe por ela reunida, existe, no interior da antropologia, uma tendência de tratar a bruxaria como um fenômeno de acusação. Ou seja, o estudo da bruxaria não deve partir da investigação de supostos rituais ou práticas de seus agentes, mas sim do discurso elaborado sobre eles e as razões por trás de tais elaborações. Partindo do princípio de “bruxaria como explicação para infortúnios” (EVANS-PRITCHARD, 1976, p. 18), formulado três décadas antes por Edward Evans-Pritchard, Douglas constatou que acusações deste tipo ocorrem apenas na presença de elementos sociais específicos. Em comunidades onde existam crenças em bruxaria e nas quais as tensões entre seus membros não encontrem mecanismos tradicionais de resolução de conflitos – sejam eles jurídicos, tradicionais, ou de outra natureza – as acusações de bruxaria surgem como uma maneira de mediação das disputas (DOUGLAS, 2010, p. XVIII). Isso quer dizer que a bruxaria é, *a priori*, um fenômeno de enunciação e com razões sociais particulares.

A metodologia de Douglas permite e estimula a utilização de métodos comparativos para o estudo da bruxaria. Por tratar-se de um fenômeno sociológico identificável, as acusações de bruxaria seguem determinadas regras constantes, e a observação de suas manifestações em sociedades distintas pode auxiliar na compreensão de suas ocorrências específicas. Ao estudar

a perseguição às bruxas na Inglaterra entre os séculos XV e XVI, Alan Macfarlane utilizou o viés comparativo defendido por Douglas e propôs a divisão da análise da bruxaria a partir de duas dimensões: a social, que determina *quem* é acusado de praticar bruxaria e *porque*, e a ideológica, que define de *que maneira* a acusação é construída a partir das crenças recorrentes nas capacidades dos agentes da bruxaria (MACFARLANE, 2005, p. 226).

Recentemente, Ronald Hutton empreendeu um gigantesco estudo comparativo, no qual foram cruzadas as informações obtidas por um total de 148 estudos de representações da bruxaria em sociedades de diferentes continentes. A despeito das imensas diferenças culturais, políticas e materiais de muitas dessas sociedades, Hutton chegou a um conjunto fixo de características presentes em todas as representações. Entre elas, o historiador constatou que, onde quer que se acredite em bruxaria, seus praticantes são sujeitos capazes e dispostos a causar o mal a pessoas próximas graças à sua natureza perversa. Além disso, o efeito da bruxaria é amplificado de acordo com a proximidade do praticante e sua vítima e a aparição de um bruxo ou uma bruxa jamais se dá de maneira isolada, uma vez que é necessária a propagação da bruxaria por meio do ensino das técnicas ou da transmissão hereditária de características físicas (HUTTON, 2004, p. 421-423).

Nos estudos clássicos ainda são poucos os autores que utilizam as abordagens comparativas para trabalhar as bruxas presentes nos textos literários latinos. Uma das exceções é a norte-americana Elizabeth Pollard, que propõe o medo que os romanos poderiam sentir dessas mulheres como o ponto de partida para o estudo das bruxas latinas (POLLARD, 2008, p. 120). Recentemente, ao utilizar as propostas de Douglas para analisar as acusações de utilização de magia contra mulheres apresentadas por Tácito, Pollard atingiu conclusões reveladoras ao dirigir seu olhar para aspectos como as disputas políticas e os possíveis conflitos envolvendo as mulheres às quais tais acusações eram dirigidas (POLLARD, 2014). Contudo, ainda são raros os trabalhos que busquem na antropologia ou na sociologia as bases para a análise da bruxaria no imaginário e na literatura latinos.

RESULTADOS

Utilizando as definições antropológicas de bruxaria e o modelo proposto por Hutton para a identificação de seus agentes, foram encontradas em nove obras distintas personagens que atendem aos pré-requisitos para serem consideradas como bruxas (todas são mulheres). Tais obras são: *Sátiras* (1.8) e *Epodos* (5; 17), de Horácio; os poemas elegíacos de Tibulo (1.2; 1.5) e Propércio (4.5); os *Amores* (1.8) e os *Fastos* (2.571-582; 6.131-142), de Ovídio; a *Farsália* (6.436-830), de Lucano; o *Satyricon* (63), de Petrônio; as *Metamorfoses* (1.8-14; 2.21-31; 3.15-18; 3.21-22; 9.29-30), de Apuleio. Foram analisadas as características recorrentes utilizadas pelos autores para a construção dessas personagens. No total, fomos capazes de encontrar 32 características regulares as bruxas, além do uso de um vocabulário específico e recorrente. Tudo isso nos fez concluir que, pelo menos na literatura, a imagem da bruxa era bem delimitada e identificada pelos autores romanos.

Foram encontradas pelo menos 6 passagens que apresentem o uso de violência contra mulheres identificadas como bruxas – de forma explícita ou implícita. São elas: Hor. *Ep.* 5.83-102 (ameaça de apedrejamento à bruxa); Ap. *Met.* 1.10.1 (nova ameaça de apedrejamento); Petr. 4.5.75-78 (alusão ao apedrejamento); Ov. *Am.* 1.8.109-114 (o poeta declara sua vontade de agredir a bruxa); Petr. *Sat.* 63.4-6 (um escravo é enviado para matar as bruxas com uma espada); Ap. *Met.* 2.29.5-6 (a multidão clama que uma mulher identificada como bruxa seja enterrada viva).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez delimitada as características básicas da bruxa literária latina, que constitui aquilo que Macfarlane definiu como “ideologia da bruxaria” – ou seja, as crenças relacionadas

aos modos de ação das bruxas –, o objetivo da pesquisa tornou-se investigar de que maneiras tal ideologia poderia motivar ações concretas contra pessoas identificadas como praticantes de bruxaria. Partindo do princípio que as bruxas constituíam uma figura identificável em poemas e textos em prosa a partir de suas características distintivas, nossa hipótese é de que tal representação poderia estar presente também no cotidiano romano. Para esta nova etapa da pesquisa serão examinadas obras da literatura historiográfica e jurídica, em oposição à literatura ficcional, com a qual se trabalhou até agora. Nessas obras, serão investigados a possível presença de vocabulários e representações análogos àqueles catalogados nos textos ficcionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOUGLAS, Mary (org.). *Witchcraft Confessions And Accusations*. London and New York: Routledge, 2010.

EVANS-PRITCHARD, Edward. *Witchcraft, Oracles and Magic Among the Azande: Abridged with an Introduction by Eva Gillies*. London: Oxford Clarendon Press, 1976.

HUTTON, Ronald. *Anthropological and Historical Approaches to Witchcraft: Potential for a New Collaboration?* In: *The Historical Journal*. Cambridge University Press, Vol 47, No. 2 (Jun., 2004), p. 413-434.

MACFARLANE, Alan. *Witchcraft in Tudor and Stuart England: A regional and comparative study*. London and New York: Routledge, 2005.

POLLARD, Elizabeth Ann. *Witch-Crafting in Roman Literature and Art: New Thoughts on an Old Image*. In: *Magic, Ritual and Witchcraft*. University of Pennsylvania Press. Vol. 3, No. 2 (Winter 2008), p. 119 – 155.

_____. *Magic Acusations against Women in Tacitus's Annals*. In: STRATTON, Kimberly; KALLERES, Diana (org.). *Daughters of Hecate: Women and Magic in the Ancient World*. New York: Oxford University Press, 2014. Cap. 6, p. 183-218.

A CRIAÇÃO DA CIDADE DE ATENAS A PARTIR DA MITOLOGIA

ISADORA LEBEDEFF CAMARGO¹

¹Universidade Federal de Pelotas-i.camargo@hotmail.com

Resumo: Atenas (em grego: Αθήνα) é uma das cidades mais antigas do mundo, habitada há mais de 3.400 anos, sendo considerada como berço da democracia e da civilização ocidental. Foi a Cidade-estado – uma pólis – mais importante em toda a Grécia devido a suas políticas, conquistas, arquitetura, cultura, pensadores e filósofos, entre outros. A Grécia antiga deixou de herança suas mitologias, representadas em cerâmicas, escrituras (também vindas pela tradição oral), estatuárias e em templos. A formação das pólis, em especial a Cidade de Atenas, está relacionada intrinsecamente à mitologia, dessa forma, pretendemos, situar a criação dessa Cidade a partir da mitologia. A metodologia de pesquisa envolve analisar as fontes *Teogonia* de Hesíodo e *A Biblioteca* de Apolodoro bem como um recorte de representações iconográficas do mito de fundação retratado nos vasos de cerâmica de figuras negras.

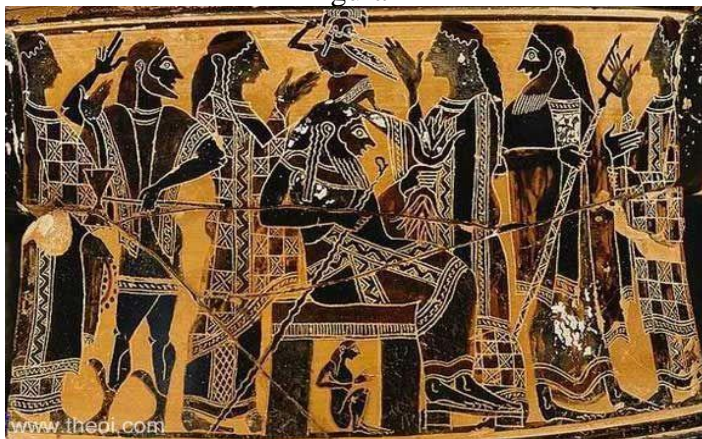
Palavras-chave: Poseidon; Atena; Atenas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho terá duas etapas, na primeira abordarei os Deuses que compõem o séquito a minha pesquisa, Atena e Poseidon, que está em estágio inicial, para em seguida abordar o mito de fundação da cidade de Atenas. Começando pela Deusa Atena, divindade filha de Zeus e Métis, respectivamente é uma deusa da segunda geração, primeira mulher de Zeus. Conhecida como Deusa da prudência e do pensamento, herdou características maternas e paternas, isto é, a inteligência e o fervor pelas batalhas. Reconhecida como a deusa da estratégia, a saber “a donzela de olhos glaucos. Tritogenia que igualava à seu pai em coragem e sabias decisões” (HESÍODO, 1978, p. 109, vv.895-896).

Os atributos de Atena na iconografia cerâmica de figuras negras, geralmente apresentam a deusa portando uma túnica com um elmo e acompanhada de lança e escudo (podendo existir nele a imagem da cabeça da medusa). Existe também a possibilidade de ser representada, dependendo da época e do autor do vaso, com o símbolo de uma coruja, que da Antiguidade à Contemporaneidade, pode ser considerada um símbolo de sabedoria. Ao longo de suas imagens observamos que a Deusa é retratada como preparada para uma batalha “Deusa guerreira armada com a lança e a égide (uma espécie de couraça de pele de cabra)” (GRIMAL, 1997).

Figura 1



Nascimento de Atena

Fonte: <https://sententiaeantiquae.com/2016/11/17/the-consumption-of-metis-birth-of-athena-and-creation-of-the-aegis-hes-frag-343/>

Na figura 2, a cerâmica é datada de 575-525 a.C. e foi pintado por Amasis. É visto na pintura Atena, já que ela está segurando sua lança e está vestida com seu elmo e seu escudo.

Ao lado da deusa, está Poseidon, já que está a segurar seu tridente. Não há muita análise sobre a imagem, mas é possível observar que Atena está vestida para uma batalha, e tanto o tio como a sobrinha, se olham como fossem se confrontar.

Figura 2



Athena & Poseidon

Fonte: <http://www.beazley.ox.ac.uk/record/97DA68CC-904D-41E5-9453-84E298801FCA>

A deusa, segundo Pierre Grimal (1997), tem muitas atribuições, como podemos observar no fragmento: “considerada no mundo grego, especialmente na sua cidade, Atenas, como a deusa da Razão. É ela quem preside às artes e à literatura (...) É também como deusa das atividades inteligente que ela protege as fiandeiras, as tecedeiras, as bordadeiras, etc.” (GRIMAL, 1997).

Segundo o mito, ela teria sido a responsável pela introdução da oliveira (produção do azeite) na região da Ática. Essa árvore foi tão importante, que até uma das atribuições de Atena é a oliveira. Cabe destacar que também foi reconhecida com o nome de Palas, por ser caracterizada com “olhos garços”, também ajudou muitos heróis, como Ulisses e Hércules.

O segundo Deus que proponho analisar é Poseidon, filho de Cronos e de Reia, é um Deus da primeira geração e faz parte dos olímpianos. Na mitologia grega, Poseidon e seus irmãos nunca tiveram uma boa relação com seu pai. A respeito de sua criação, “Poseidon terá sido criado pelos Telquines e por uma filha de Oceano, um Titã, de seu nome Cefira” (INFOPÉDIA, 2003-2019). Sua esposa era Anfritite, uma nereida com quem não teve herdeiros e portador de uma ilha, Atlântica. Desde os tempos da Ilíada, Poseidon ficou no encargo de controlar os mares e podendo se estender até os rios e aos lagos, mesmo esses tendo suas divindades próprias.

Poseidon também é conhecido pelo seu temperamento, famoso por causar grandes confusões, vários naufrágios, inundações e tempestades, apenas tocando com seu tridente nas águas do mar. “Por Posídon, el gran dios, comienzo a cantar, el que agita la tierra y la límpida mar, el marino, que posee el Helicón y la vasta egas.” (HOMERO, Hino XXII).

Seus atributos são o tridente e o golfinho, uma de suas criações. “Posídon é representado com seu tridente (a arma por excelência dos pescadores de atum), deslocando-se num carro puxado por animais monstruosos, híbridos de cavalo e de serpente. Em redor do carro vagueia uma multidão de peixes, golfinhos, criaturas marinhas de todas as espécies” (GRIMAL, 1997).

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA:

Como já referenciado, minha proposta de pesquisa, é abordar a criação da cidade de Atenas a partir da mitologia grega dialogando com a fonte de Apolodoro. O autor foi um filósofo e gramático na Grécia Clássica, nasceu em 180 a.C. em Atenas. Segundo o mito narrado por Apolodoro, Cécrope I (em grego clássico: Κέκροψ), que significa “face com cauda”, pois seu torso era humano mas suas pernas seriam apenas uma cauda. Segundo os mitos ele foi o primeiro fundador e rei de Atenas, antes de receber esse nome oficialmente.

Na época em que Cécrope governava, isso seria entre 1500 a.C., era bastante comum na região da Ática as cidades fundadas terem deuses como seus pratonos “Se dice que en su época los dioces decidieron tomar posesión de las ciudades en las que cada uno había de recibir honores.” (APOLODORO, 1985, p.186), isso quer dizer então, que teoricamente Cécrope havia dito que os deuses haviam decidido que cada um deveria receber uma cidade para proteger.

A cidade de Atenas possui como Deuses protetores, dois olímpianos, Poseidon e Atena, respectivamente tio e sobrinha. Segundo o mito, eles vivem em contendas, como na história de Medusa, sacerdotisa do templo de Atena, que foi seduzida por Poseidon e como castigo foi transformada por Atena em um monstro. Na Odisséia, caso semelhante ocorre, Atena ao tentar auxiliar Ulisses em seu regresso para casa é acometido por naufrágios encomendados por Poseidon.

RESULTADOS

A respeito da fundação da Cidade, Apolodoro afirma que Cécropes foi “El autóctono Cécrope, que tenía cuerpo híbrido de hombre y serpiente, fue el primer rei del Ática y a esta tierra denominada antes Acte la llamó con su nombre, Cecropia.” (APOLODORO, 1985, p.186). Segundo Pausanias, Poseidon teria chegado primeiro a região da Ática, e com o poder de seu tritão fez brotar um mar de água salgada que atualmente se chama Erecteu, local que teoricamente ficaria a Acrópole (PAUSANIAS, I 26, 5).

Erecteu, segundo a mitologia, também teria sido um dos reis de Atenas. “Posidón llegó el primero al Ática y golpeando con su tridente en médio de la acrópolis hizo brotar un mar, al que ahora llaman Erecteo” (APOLODORO, 1985, p.186). De acordo com o mito, Atena teria brotado em cima do mar e surgiu uma oliveira, “después llegó Atenea y habiendo puesto a Cécrope como testigo de su posesión, plantó un olivo, que ahora se muestra en el Pandrosío” (APOLODORO, 1985, p.186). Pandrosío seria um espaço em homenagem a filha de Cécrope, seu nome era Pândroso. Este local ficava na Acrópole de Atenas, perto de Erecteion e no antigo templo de Atena.

Sobre a competição para decidir quem seria o Deus da Cidade temos:

Al surgir entre ambos dioces una disputa pelo dominio del país, Zeus los separó y designo jueces, no a Cécrope y Cánao como dijeron algunos, ni tampoco a Erisictón, sino a los doce dioses. Por su veredicto el país fue otorgado a Atenea, pues según el testimonio de Cécrope, ella había sido la primera en plantar el olivo (APOLODORO, 1985, p.186-187).

Atena ganha, pois, a oliveira possuiria mais utilidades do que um mar de água salgada, oferecido por Poseidon. O azeite, em Atenas era muito utilizado em vários rituais religiosos, de jogos e para fins alimentares. Poseidon não satisfeito com o resultado da competição, pois também já perdera outras cidades acabou por inundar a cidade como podemos observar no trecho: “pero Posidón indignado, inundó la llanura Triasia y sumergió el Ática bajo el mar” (APOLODORO, 1985, p.187).

Análise iconográfica de cerâmicas de figuras negras. Na figura 1, temos a representação do nascimento de Atena em um vaso de figuras negras. A Deusa está saindo da cabeça de seu pai, Zeus, vestida preparada para uma batalha, com o seu elmo, escudo e a sua lança. Nesta iconografia vemos a presença de alguns dos deuses olímpicos, como Poseidon que está representado segurando o seu tridente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, em estágio inicial, até o momento concretizou a leitura das fontes, Biblioteca de Apolodoro, Hinos Homéricos de Homero e XXX de Pausânias. Também estamos executando o levantamento dos vasos de figuras negras no site Beazley Archive com intuito de observar as representações iconográficas da querela entre Atena e Poseidon no mito de criação da Cidade.

REFERÊNCIAS

FONTES

HESÍODO. **Teogonia a origem dos Deuses**. Traduzido por: Jaa Torrano. São Paulo: Editora Iluminuras LTDA, 1995.

HESÍODO. **The Homeric Hymns and Homeric**. Traduzido por: Hugh G. Evelyn-White. Londres: William Heinemann, 1914.

HESÍODO. **Obras y fragmentos**. Traduzido por: Aurelio Pérez Jiménez; Alfonso Martínez Díez. Madrid: Editora Gredos, 1978.

APOLODORO. **Apolodoro; Biblioteca**. Traduzido por: Margarita Rodríguez de Sepúlveda. Madrid: Editora Gredos 1985.

Homéricos la “Batracomiomaquia”. Traduzido por: Alberto Barnabé Pajares. Madrid: Editora Gredos 1978.

“SUBJUGARAM MAIS POVOS QUE ALEXANDRE, ESPECIALMENTE MENANDRO”: A CONSTRUÇÃO GUERREIRA DO REI MENANDRO I (160-130 AEC)

JOÃO GOMES BRAATZ¹

¹ Universidade Federal de Pelotas – joao.braatz@hotmail.com

Resumo: A presente fala tem por objetivo realizar uma análise acerca das representações do rei indo-grego Menandro I (160-130 AEC), refletindo a respeito da construção de sua imagem como uma forma de afirmação de sua liderança no reino em múltiplos aspectos. Sendo um rei associado frequentemente à guerra, propõe-se uma reflexão acerca da importância desta construção para seu poder indo além da perspectiva militar, compreendendo também uma questão masculina de poder sobre os outros homens do reino.

Palavras-chave: Menandro I, poder, masculinidade.

INTRODUÇÃO

Para compreender o contexto do reinado de Menandro I, é necessário retroceder à independência da Bactria em relação ao império Selêucida, em meados de 245 AEC, por meio de Diódoto I, o primeiro rei greco-bactriano. A partir deste acontecimento, deu-se início a um período de mais de um século de dinastias e confrontos pelo poder desta região, até o reino ser extinto devido principalmente às invasões de povos nômades da Ásia central, como os Citas¹. Anterior ao fim do reino, graças às campanhas de expansão no Noroeste da Índia, outro reino foi constituído nas regiões dominadas, conhecido como reino indo-grego. É neste reino, que só teria seu fim no início da Era Comum devido às invasões Indo-Pártas, que Menandro teve seu reinado.

Além de rei, também as campanhas de expansão citadas anteriormente são descritas por Estrabão (Livro XI, Geografia) como encabeçadas principalmente por Menandro e Demétrio. Trata-se, portanto, de um rei reconhecidamente vitorioso militarmente. A partir de suas representações nas fontes escritas e materiais, o que se pretende é refletir a respeito da construção deste símbolo de um rei de grande habilidade militar, abarcando também discussões sobre a violência como um signo de sua masculinidade, da afirmação de seu poder como rei.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Como já antecipado, utiliza-se nesta pesquisa fontes escritas e materiais, e, portanto, a metodologia se adequa às especificidades de nossas fontes. No caso das fontes escritas, são selecionados trechos das obras de autores antigos (gregos e indianos) que fazem menção à Menandro I, e que contribuem para esta reflexão de sua construção como figura guerreira. A respeito das evidências materiais, considera-se para este estudo as moedas do período de reinado de Menandro I. Esta análise se procede de maneira congruente às metodologias da análise numismática, que incluem, além de uma análise iconográfica do anverso e do reverso do material, também aspectos como as legendas e suas inscrições. É a partir destas análises das fontes disponíveis para o estudo do reinado de Menandro que pretende-se promover um diálogo com produções que refletem a respeito da construção da masculinidade e do poder.

RESULTADOS

Foi possível ter acesso a uma quantidade satisfatória de fontes para o estudo do reinado de Menandro I. Encontrou-se citações de Menandro em obras tanto gregas quanto indianas, e as moedas de seu período também podem ser encontradas em bancos de dados on-line, como:

¹ JUSTINO. Epítome de las historias, Prólogo do capítulo 41: “después, bajo su reinado (Diódoto), pueblos de la Escítia, saraucas y asianos, se apoderaron de Bactra y del país de los sogdianos.”.

*Coin India*², *Wild Wins*³ e *Coin Archives*⁴. Como já colocado, Menandro I é citado diretamente por Estrabão em seu livro XI de “Geografia” como um dos principais responsáveis pela expansão do reino da Bactria para o norte da Índia: “Los griegos que la sublevaron se hicieron tan poderosos gracias a la fertilidad de su tierra que, según afirma Apolodoro de Artémida, dominaron la Ariane y la India, y subyugaron más pueblos que Alejandro, especialmente Menandro” (Livro XI, p. 142).

Centrando-se nas fontes indianas, utilizamos a obra “Milinda Paña”, um livro escrito originalmente em Pali⁵, na forma de diálogo entre o rei e um sábio budista chamado “Nagasena” (*Nāgasena*). Neste diálogo, o rei questiona o sábio a respeito de diversos pontos do budismo (o que seria a “alma”, reencarnação, memória). Além disso, o rei também responde alguns questionamentos, que permitem depreender aspectos relevantes a respeito de sua trajetória e do reino. O trecho a seguir retrata mais um exemplo da construção feita das habilidades em guerra do rei: (tradução livre):

(Nagasena): “Isso já ocorreu com você, ó rei, que outros reis levantaram-se contra você como inimigos e oponentes?”

(Menandro): “Sim, certamente.”

(Nagasena): “Então você inicia seu trabalho, eu suponho, de ter fossos escavados e muralhas erguidas, e torres de observação erguidas, e fortalezas construídas, e estoques de alimentos coletados?”

(Menandro): “De modo algum. Tudo isto já haveria sido preparado de antemão.”

(Nagasena): “Você iria treinar o manejo dos elefantes de guerra, e a lida com os cavalos, e o uso de carros de guerra, o arco e fleche e as espadas?”

(Menandro): “De modo algum. Eu aprendi tudo isto antes.”

(Nagasena) “Mas por que?”

(Menandro): “Com o objetivo de afastar o perigo futuro.” (Milinda Paña, L III, Cap VII)

É interessante perceber que mesmo em uma obra budista, religião cuja doutrina se opõe à violência, o diálogo que ocorre entre o rei e o sábio aborda o tema da guerra, tamanha era a ligação do rei com o tema. No diálogo, o sábio questiona Menandro a respeito de sua preparação para a guerra, mas a surpreende resposta do rei lhe coloca como alguém sempre preparado para defender o reino, antecipando-se às ameaças. Defender o território era uma das – se não a principal – tarefa de um rei, e portanto manter esta imagem se torna de grande importância para a manutenção de seu poder.

A associação de Menandro I com a guerra não se limita às fontes escritas. Nas moedas encontradas no período, há associações do rei com divindades e símbolos ligados a guerra, como se pode depreender da análise da moeda abaixo:

² Disponível em: <<http://coinindia.com/archive.html>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

³ Disponível em: <<http://www.wildwinds.com/coins/greece/baktria/i.html>>. Acesso em: 25 jan. 2019

⁴ Disponível em: <<https://www.coinarchives.com>>. Acesso em: 25 jan. 2019

⁵ O idioma Pali é considerado uma forma mais “simplificada” do sânscrito, é o idioma utilizado na maioria dos registros escritos encontrados do budismo.



Dracma de prata de Menandro I. MIG 221b, Bop 6A. Disponível em: <<http://coinindia.com/MIG221b-42.1.jpg>>. Acesso em: 18 nov. 2019

Na imagem, observa-se uma moeda (dracma, padrão indiano) de prata do período de reinado de Menandro I (160-130 AEC), um dos reis indo-gregos. À esquerda, em seu anverso, a moeda apresenta uma efígie do rei Menandro I, portando uma lança (o que simboliza sua contínua associação como um rei com grandes habilidades em batalha). A inscrição, em grego, traz os dizeres: *ΒΑΣΙΛΕΩΣ ΣΩΤΗΡΟΣ ΜΕΝΑΝΔΡΟΥ* (leia-se: Basileos Soteris Menandrou), e que se traduz: Rei Menandro Salvador. Em seu verso (à direita na imagem), podemos observar a representação da deusa Atena, uma deusa grega relacionada com a sabedoria e estratégia militar. Nota-se que a deusa porta em sua mão esquerda um égide (escudo), e em sua mão direita está prestes a arremessar um raio, em uma postura de combate. As inscrições encontram-se em Karosthi (Caroste, uma espécie de dialeto hindu da Ásia Central), em que consta: *Maharajasa tratarasa Menamdrasa*, com a mesma tradução do grego: Rei Menandro Salvador. Diversas informações podem ser apontadas a partir desta evidência material: como já antecipado, os elementos guerreiros são presentes tanto na representação do rei quanto na sua associação com a divindade. Além disso, a legenda o descrevendo como “salvador” pode fazer referência à expansão que Menandro I realizou a partir do reino constituído na região da Bactria para a Índia, o que garantiu mais um período de influência grega na Ásia.

O historiador e numismata Cláudio Carlan apresenta contribuições metodológicas de grande importância para esta reflexão sobre o poder por meio das moedas na antiguidade. O autor considera que as moedas tinham também por objetivo:

Demonstrar a segurança do seu governo divulgando a construção de muralhas ou campos militares, representar a sua vitória – a vitória de Roma – sobre um determinado inimigo. As moedas configuravam significados e mensagens do emissor (imperador, membros de sua família ou pessoas que circulavam próximas ao poder) para seus governados. Continham símbolos que deveriam ser entendidos ou decifrados pelo receptor. (CARLAN, 2013, p. 172)

Assim, estas evidências tanto escritas quanto materiais abrem espaço para discussões e hipóteses sobre as razões desta repetida associação de Menandro I com a guerra. Além da perspectiva de afirmação do rei como chefe militar e protetor do território, também é possível pensar estas representações como uma forma de sua afirmação como liderança masculina do

reino. Segundo Natanael Silva (2015, p. 14), recorrentemente, a masculinidade é confundida e naturalizada com a expressão da violência. Por ser considerado um dos signos inerentes da condição masculina, a violência é naturalizada e estimulada como expressão de virilidade. “Guerras, esportes, extorsões, mortes, [...] a violência é onipresente nas nossas sociedades [...] é antes de mais nada, e principalmente, masculina.” Considerando a violência como um signo de masculinidade, esta poderia ser outra perspectiva como justificativa de seu poder no reino: a de ser o homem mais competente no que é preciso para ser um rei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, ainda em estágio inicial, partiu de uma inquietação em relação às repetidas relações e representações do rei Menandro I com o tema da guerra nas fontes disponíveis do período de seu reinado. Foi a partir da leitura da bibliografia disponível, dos autores antigos e da análise da cultura material que estas reflexões foram formuladas. Assim, consideramos que, além de uma demonstração de que seria apto para cumprir as funções de um rei como “aquele que conquista e que mantém a ordem” (AUBOYER, 2002, p. 60), a sua representação como um homem de grande habilidade em guerra poderia ser também um signo de masculinidade, para justificar o seu poder sobre os outros homens do reino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

ESTRABÃO. **Geografía**. Madrid: Editorial Gredos, 2008.

JUSTINO. **Epítome de las “historias filipicas” de Pompeyo Trogo**. Madrid: Editorial Gredos, 1995.

THE QUESTIONS OF KING MILINDA. Traduzido por Rhys Davids. Disponível em: <<http://www.sacred-texts.com/bud/milinda.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

Referências Bibliográficas

AUBOYER, J. **A vida quotidiana na Índia Antiga**. Rio de Janeiro: Editora Shu, 2002.

CARLAN, C. **Moeda e poder em Roma: um mundo em transformação**, São Paulo: Annablume, 2013.

HOLT, F. **Thundering Zeus: the Making of Hellenistic Bactria**. Berkeley: University of California Press, 1999.

JAKOBSEN, J. Some additions to “Indo-Greek Chronology”. **Journal of the Oriental Numismatic Society**. 2009.

LÓPEZ, M. Encuentros entre la India y Occidente em el mundo antiguo. **Revista Espacio, tempo y forma**. Vol. 12. 1999. p. 71-85.

MITCHINER, M. **Indo-Greek and Indo-Scythian Coinage**. London: Hawkins Publications, 1975.

NARAIN, A. **The Indo-Greeks**. Oxford: University of Oxford, 1957.

PIEPER, W. **Ancient Indian Coins Revisited**, Lancaster: Classical Numismatic Group, 2013.

SELDESLACHTS, E. The end of the road for the Indo-Greeks? **Iranica Antiqua**. Vol 39. 2004. p. 250-296.

SILVA, Natanael F. Historicizando as masculinidades: considerações e apontamentos à luz de Richard Miskolci e Albuquerque Júnior. **História, Histórias**. Brasília, vol. 1, n. 5, 2015, p. 7-22.

TARN, W. **The Greeks in Bactria & India**. Cambridge: Cambridge University Press.

NÃO NOS ESQUEÇAMOS: SOMOS APENAS MULHERES

JUSSEMAR WEISS GONÇALVES¹

¹ Universidade Federal do Rio Grande- jussweiss@hotmail.com

Resumo: o estudo ora apresentado é parte de nossas pesquisas sobre as relações de gênero na tragédia. A utilização da categoria de gênero nos estudos da tragédia nos permite romper limites interpretativos nos quais o feminino e o masculino era constituídos ora vistos como naturalizados, isto é, aceitava-se a elaboração da época para estas categorias, outras vezes como socialmente separados, como se no cotidiano das relações não houvesse contatos e vivências entre o feminino e o masculino. O que se busca é compreender a relação desigual que se estabelece entre o feminino e o masculino na sociedade retratada nas tragédias.

Palavras-chave: Grécia; tragédias; feminino

INTRODUÇÃO

A frase que serve de título a este resumo, faz parte dos versos 49-68 da peça *Antígona* de Sofocles. Nestes versos Ismene de um jeito doce, diz, revela, mostra a *Antígona* os motivos pelos quais ela não vai acompanhá-la na rebelião pessoal, em defesa da família, contra Creon, rei de Tebas. A fala de Ismena nos revela o lugar, ou melhor o mundo no qual se situava o feminino na época, isto é, primeira metade do século V a. c. Este mundo com suas falas, com suas práticas, com seus valores e lógicas convivia de uma forma paralela com o outro mundo, o mundo masculino. Este paralelismo, podemos dizer, compunha uma teia na qual, embora os dois se tocassem, estivessem próximos, convivendo sob o mesmo teto, existiam setores da vida social que não estavam ao alcance da mulher, não havia possibilidade de convivência.

A tragédia tem sido motivo de estudos que buscaram situar a mulher no contexto tanto da arte trágica como, a partir das pistas que estes dramas nos oferecem entende-la no contexto da cidade. Nosso objetivo neste texto é ressaltar a importância da análise dessas obras a partir da categoria de Gênero. Temos notado em função de pesquisas que desenvolvemos que este tema tem nas tragédias um campo em expansão já que, elas oferecem situações, contextos nos quais as relações sociais de gênero podem ser apreendidas e dessa forma criando uma nova leitura das tragédias. Ricas em personagens femininos fortes, as tragédias revelam no, entanto, um domínio masculino sobre todos os aspectos da vida, no qual as mulheres atuam de forma a tornaram-se culpadas, de realizarem ações que prejudicam o mundo masculino. Cltemnestra, Medéia, Helena, Alcmena, entre outras nos instigam a pensar o território masculino sustentado por uma divisão sexual que ordena em diferentes posições a mulher e o homem.

É a partir do universo trágico que estas mulheres expressam uma revolta incontida contra o mundo no qual elas estão inseridas. Antes de entrar no tema específico de nosso texto devemos deixar claro nossa compreensão de tragédia, já que é no interior dessa construção teatral que buscamos as mulheres e os homens para discutirmos a relação gênero e tragédia.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A tragédia problematiza, ela não é um dado. A tragédia não discute teoria política ou filosófica, sua preocupação é com a demarcação de um tipo de vivência na cidade, isto é, ela realiza uma reflexão sobre o vivido, mistura tempos, articula práticas diferentes sempre buscando criar como espectador cidadão uma profunda sintonia que o próprio texto revela nas formas em que os personagens voltam-se a plateia quase elaborando um diálogo com o espectador.

Como podemos notar as tragédias nos mostram cenas violentas entre famílias, mortes assassinações, traições povoam o universo trágico de uma forma que nos leva a perguntar por que os autores aguçaram seu olhar sobre esta parte da vida dos gregos nesta época. O que se quer é ressaltar que a constituição da Pólis democrática se constitui a partir de uma luta entre duas formas de organizar a vivência dos sujeitos. A cena trágica nos mostra em um contexto

específico uma oposição antropológica, isto é, duas formas de se compreender do humano, que revelam os embates nos quais a cidade de Atenas estava envolvida, na medida em que, se aprofundava o processo isonômico. A radicalização da isonomia em Atenas, produz certamente, como atestam os textos da época, e como a tragédia mostra um descontentamento radical que torna urgente a discussão das relações entre família e política, isto é, entre uma forma patriarcal, hierárquica, de organizar toda a experiência humana e, outra, que se constitui na exata medida em que se desprende das relações de parentesco. Relação de parentesco é uma linguagem, uma estrutura elementar que se repete ou que se desenvolve mediante a integração de novos elementos. A relação de parentesco para a sua existência exige a presença de três elementos: uma relação de consanguinidade, uma relação de alianças, e uma relação de filiação. Ela é uma linguagem, como diz Lévi-Strauss (2017, p. 58), que constitui uma experiência social, de poder, de gênero, um tipo de autoridade.

São dois espaços de experiência que se chocam no espaço cênico trágico, e que buscam desencadear um processo de crítica, isto é, reflexivo sobre a nova vivência que se constituía naquele momento. Essa crise de proporções imensas torna-se trágica, pois ela define um outro tipo de humanidade sustentada a partir de uma outra construção de inserção social, tendo como referência uma nova dimensão da compreensão da ação humana. Que tipo de humano a constituição isonômica necessita? Que tipo de saberes são necessários à construção dessa nova humanidade? E quais são as concepções de autoridade, de justiça que essa nova convivência precisa? O que, do passado, deve ser mantido ou rejeitado na elaboração dessa nova vida social. Édipo e sua reconhecida sabedoria que choca Tirésias¹, revela o quanto essa vida isonômica tinha que apreender com o passado. Até onde a nova autoridade sustentada no logos, pode esquecer totalmente a divindade na elaboração de uma nova moral. Na peça *Agamêmnon* a primeira da trilogia *Orestéia*, de Ésquilo a cidade aparece como cansada. Cansada das guerras aristocráticas, que a esvaziam de homens jovens. Uma cidade fatigada dessa experiência patriarcal que compromete o futuro de todos em brigas familiares. Uma cidade de velhos, cansados como a própria cidade, enfrenta uma rainha que busca vingança. Não, uma cidade não pode ficar à mercê desse tipo de autoridade. É preciso superar a experiência construídas a partir das relações de parentesco, a partir da construção de novas formas de entender o humano e sua inserção social. Esta é a crise da qual trata a tragédia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta crise é histórica, não é uma invenção TEATRAL, ficção. Ela se estabelece como atesta vários autores e fontes desde o século VIII e se rearticula no século V quando novos suportes intelectuais são utilizados neste embate. O que está em jogo é uma forma de convívio social capaz de romper a prática da violência e da dominação dos aristocratas sobre o restante da população como podemos observar na constituição dos atenienses de Aristóteles como ele explica a luta entre pobres e ricos a partir do século VII que é acompanhada pela presença de um novo tipo de organização mental que vai legitimar a presença de Sólon em meio a crise. Romper a divisão constante que leva a destruição do convívio. Os tiranos no século VI e, por fim, as reformas de Clístenes, que na explicação de Christian Meier (1995) foram o criador da presença cívica. O teatro como forma a partir da qual se estabelece um novo conteúdo para interlocução, a tragédia, entre passado e presente. Entre uma nova identidade em formação, **identidade políade** e a outra baseada nas **relações de parentesco**. A construção dessa nova experiência passa pela criação de outras formas de intervenção social, de aprendizado, de controle de gênero, da compreensão do humano e do pensamento. É disto que a tragédia trata.

¹ Sobre este tema ver o artigo de Jussemar Weiss Gonçalves: *Pólis e Autoridade: O Mal não Vês*. Este artigo foi apresentado em 2016 no Encontro de Pesquisa Histórica na PUCRS.

Da instituição em meio a um mundo em constante elaboração, crivado por crises, erros e desenganos o possível, o viável. O século V vai estabelecer um nível de oposição entre a isonomia radical e a solução aristocrática com tanta força que as comédias de Aristófanes por um lado e a morte de Sócrates podem representar os dois pontos opostos.

E no interior desse mundo retratado pelas tragédias que as mulheres agem. Elas assumem posições declaradamente masculinas, tomam partido, exigem serem reconhecidas como seres autônomos e não criações do masculino. Claro são punidas, sofrem sanções e, por fim mortas, pela sociedade androcentricas que não permite sua expressão.

Tragédia e Gênero:

A partir da história das mulheres, ao redor dos anos 80 a mulher e não o gênero entra em cena na historiografia antiga. Nesta compreensão homens e mulheres aparecem com componentes de uma estrutura que se edifica através de uma reação de complementariedade. Nesta visão historiográfica o masculino desempenhava funções que lhes eram próprias como também as mulheres. Dessa forma era função do feminino a vida doméstica, cuidados dos filhos e filhas, sua educação, selar pela economia da casa, em suma o mundo feminino estava restrito a reprodução da espécie. Ao masculino era deixado a organização das relações intelectuais, a criação de sentidos, as normas, enfim era trabalho do masculino construir e dar sentido ao mundo. Esta tipo de história das mulheres que as acantona em um lugar específico em sociedade também específicas, apenas reproduz as relações de poder que existiram nas épocas estudadas. A história das mulheres aceita os lugares sociais que ocupavam as mulheres sem mostrar que eles construções de uma relação sustentada por uma severa divisão sexual.

O feminismo e os estudos feministas das décadas de 1960 e 1970 foram fundamentais para destacar os estudos femininos. Porém, durante as décadas de 1980 e 1990, as energias críticas que foram direcionadas para recuperar, criticar e repensar o papel das mulheres na história e na sociedade deram lugar a um desconforto com o termo “mulher” como categoria de análise. Mesmo para postular a existência de "mulher" como indivíduo, para não mencionar "mulheres" como coletivo, foi - argumentou-se - para atribuir uma identidade fixa e estável (isto é, feminilidade) a um status que foi de fato chamado pelos mesmos termos de análise que pretendiam descrevê-lo. Uma pessoa se tornou uma “mulher” ao ser obrigada a se identificar com o termo. O influente problema de gênero de Judith Butler (2015) foi fundamental para efetivar o realinhamento disciplinar de "Estudos da Mulher" para "Estudos de Gênero". Com sua atenção voltada para o poder performativo da linguagem e ao viés implicitamente heterossexual de muitos estudos feministas, o trabalho de Butler ajudou a reformular o caminho em que o estudo acadêmico de gênero foi praticado.

A realidade de gênero é performativa”, escreve Butler ((1990a, p. 270), “o que significa, simplesmente, que é real apenas na medida em que é realizada.” A tragédia grega oferece um conjunto particularmente rico de textos para análises performativas de gênero, dado que as “mulheres” nessas peças eram todas interpretadas por homens. O que é feminino nessas mulheres encenadas é puramente resultado da mimese teatral, do desempenho. O público teria percebido os atores como femininos (ou pelo menos interpretando mulheres) através de gestos estilizados e atos verbais. Como esses atores, nós também “interpretamos” o gênero. Gênero não é algo com o qual nossos corpos são “passivamente roteirizados(Butler.1990b, p.277).

Nem é um conjunto de atos completamente improvisado. Pelo contrário, como Butler (1990b, p.277) o expressa, "o corpo de gênero atua em um espaço corporal culturalmente restrito" e "dentro dos limites das diretrizes já existentes". A metáfora teatral de Butler será útil para se ter em mente, ao examinarmos algumas das performances mais memoráveis de gênero no cenário.

Dentre os personagens femininos da tragédia é, talvez, Medeia aquela que mais passou por um processo de revisão. Desde a antiguidade e, chegando aos nossos dias quando esta

mulher a partir de visões literárias sofre variações em sua construção que vão desde a destruidora de lares até a representante de uma mulher apaixonada. Todas essas construções foram produzidas em contextos nos quais a figura do feminino ocupava um lugar fundamentalmente determinado pelo masculino, por isto sua definição como bruxa, feiticeira, mulher apaixonada. Dentre as mulheres trágicas que ousam agir, isto é, assumir a construção de seu destino é Medéia a única que escapa da morte. Clitemnestra, mulher de Agamênon é morta por seu filho Orestes, que justifica seu ato dizendo “não podemos deixar viva uma mulher que assassina homens”. Já Antígona escolhe morrer a ter que viver um mundo no qual a estrutura familiar não seja também a estrutura legítima de poder. Medéia sobrevive ao seu próprio drama pois na criação que faz Eurípedes, ela percebe com exatidão o limite da convivência com masculina em uma sociedade marcadamente androcêntrica. Ela vence a morte não apenas física, mas moral, ou seja, ela dá continuidade à sua proposta ética ao enfrentar Jasão de igual para igual no mesmo terreno argumentativo. Ela percebe que o acordo que os homens fazem com as mulheres não tem força de contrato, não tem peso moral, podendo ser desfeito sem prejuízo. Ela percebe o lugar que ocupa naquela Oikos, ao lado das outras mulheres fazendo com que se rebelde contra sua condição de mulher antes que sua condição social. As vozes das mulheres perdem-se pelas paredes de seus aposentos, como falas sem sentidos para os ouvidos masculinos. Elas não são mudas, elas falam, mas sua voz é mediata por um conjunto de regras que as tornam subordinadas, presas ao mundo doméstico. O gênero é um componente importante dessa conversa, entre cidade e drama com a tragédias reforçando, mas às vezes também questionando, ideias heteronormativas de "masculino" e "feminino". Medéia, no entanto, pretende fazer seu nome vingando a traição de seu marido ao casamento. (Jasão se casou recentemente com a filha do rei de Corinto, apesar de ter filhos com Medéia.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O apoio do Coro é crucial para a estratégia de vingança de Medéia. Sendo estrangeira, Medéia busca um terreno comum com essas mulheres coríntias, aludindo ao seu sofrimento compartilhado nas mãos dos homens. O Coro expressa sua simpatia por Medéia em seu primeiro stasimon, onde cantam os rios que correm para trás. Aqui elas se aventuram a esperar que as mulheres não sejam mais alvo da "fama que parece má" (420). Mas é claro que sua profecia otimista não foi cumprida até o final da peça. Esse medo e o desejo de punir o marido a impulsionam para um crime que faz o Coro estremecer; Jasão a denuncia como "um monstro, não uma mulher" (1342). ela é simplesmente o monstro que Jasão faz parecer culpado de um crime que, nas palavras de seu marido, nenhuma mulher grega poderia ter cometido? A identidade de Medéia como mulher e seu status de vítima e vingadora a tornam profundamente compreensível, mas ao mesmo tempo aterrorizante

Em seus retratos comoventes de mães vingativas, a tragédia torna impossível obter avaliações morais claras de suas ações. Medéia e Hécuba (em peças de mesmo nome) estão envolvidas no assassinato de crianças pequenas. No entanto, cada personagem é apresentado a nós como vítima da transgressão masculina. O marido de Medéia a abandonou em uma cidade estrangeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTTLER, J. **Problemas de Gêneros: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro, 2015

_____. **Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in phenomenology and Feminist theory**, In Case, S.E. **Performing Feminisms: Feminist Critical Theory and Theatre**, Baltimore, 1990.

COHEN, David. **Seclusion, Separation, and the Status of Women in Classical Athens, Greece and Rome**: 36, 1989 p. 3-15.

CLARK, M. H. **Variations on themes of male and Female**: Reflections on Gender Bias in Fieldwork in Rural Greece, *Women's study*10:117-33, 1983

EUBEN, P. J. **Greek Tragedy and Political Theory**. Los Angeles: University of California Press, 1986.

ESQUILO. **Agamêmnon**. Estudo e tradução Jaa Torrano. São Paulo, iluminuras, 2004.

EURÍPEDES. Alceste. **Tradução, introdução e notas de Clara L. Crepaldi**, São Paulo, Martin Claret. 2017

_____. **Medéia**; direção e coordenação geral Tereza Virginia Ribeiro. São Paulo, Atelier editorial, 2

FOLEY, H. P. **Reflection of Women in Antiquity**. New York and London, 1981

_____. **Female Acts in Greek Tragedy**. Princeton, Princeton University Press, 2001

GOFF, B. E. **The noose of Words**: Readings of Desire, Violence, and Language in Euripedes' Hippolytos. Cambridge, 1990.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo, ubu, 2017

MCCLURE, Laura. **Spoken Like a Woman**: Speech and Gender in Athenian Drama. Princeton, Princeton University Press, 1999

MEIER, Christian. **La Naissance du Politique**. Paris: Gallimard, 1995

RUBIN, Gail. **Políticas do Sexo**. São Paulo. Ubu Editora, 2017

O CORO: MODELO *POLÍADE* DO FEMININO?

LISIANA LAWSON TERRA DA SILVA¹

¹FURG – lisianalawson@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho procura fazer uma provocação a partir dos coros femininos das tragédias esquilianas em relação à sua construção de gênero. Embora em fase inicial, este estudo tem como objetivo fazer um levantamento de como o coro feminino das cinco tragédias de Ésquilo, que chegaram completas até os dias de hoje, estão diretamente relacionados aos temas destas tragédias. Junto a isso procura analisar a forma como este autor discute questões relacionadas à cidadania ateniense e à *pólis* através da fala e performance dos coros compostos por mulheres e sua relação com as(os) protagonistas trágicos.

Palavras-chave: Tragédia; Gênero; Coro de Mulheres.

INTRODUÇÃO

Sendo a *pólis* grega uma sociedade cujo gênero da soberania é o masculino nota-se uma constante presença do feminino nas tragédias, mas isto não representa nenhuma contradição, pois o que se observa é que essa exposição segue, a nosso ver, uma lógica formativa, ou seja, educar o olhar masculino na percepção de uma determinada criação do feminino que reproduza, não apenas, um lugar para a mulher na *pólis*, como também condiciona o próprio olhar masculino sobre a mulher. Se, por um lado, existe uma expressão frequentemente repetida "os homens são a cidade" (LORAU, 1994), por outro lado, a cidade precisa de mulheres que cumpram uma função bem determinada neste universo marcadamente androcêntrico¹.

Através desta interpretação, levantamos questões a respeito de como os cidadãos atenienses masculinos criaram um modelo de comportamento para o feminino que atendia aos seus anseios e usavam suas representações culturais, nesse caso a tragédia, para repetir, ensinar, educar seus concidadãos sobre a função do feminino na cidade, ser filha, esposa e mãe. Pois, com o sistema *políade* a família sofre um processo de alteração, já que esta visa agora participar da formação dos futuros cidadãos. Para isso é preciso afirmar o lugar do feminino no mundo da cidade, uma vez que este, a partir de então, não se articula predominantemente a partir das relações de parentesco, pois mudou o contexto sociocultural é, portanto, necessário introduzi-lo neste novo mundo masculino da *pólis*.

A partir dessa interpretação da tragédia e dos papéis de gênero expostos em seus palcos, este trabalho tem como objetivo estudar especificamente como os coros entram nessa perspectiva, uma vez que dentro das sete tragédias de Ésquilo que chegaram completas até os dias atuais² em cinco os coros são femininos. O que o autor quer dizer com isso? Como ele pretende discutir as questões pertinentes à cidade e à isonomia através de um coro feminino?

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

O drama trágico salienta uma tensão permanente entre o mito e a realidade do século V AEC e isto está expresso na elaboração do texto e da encenação. Se, por um lado os heróis, os protagonistas, são os representantes de um passado e de uma tradição, de outro, o coro, geralmente, é interpretado como o representante dos valores da cidade. Essa relação dialógica entre os personagens, heróis e coro, mediada pelos deuses, estabelecem na cena trágica uma dualidade que levanta questões ao público, pois a fala do herói é constantemente avaliada, comentada ou contestada pelo coro. Os princípios isonômicos perpassam toda a construção da

¹ Entendemos androcêntrismo como uma construção sócio-mental que elabora representações do mundo tendo como eixo uma visão masculina. A sociedade androcêntrica estrutura-se a partir de uma valorização dos lugares masculinos, normatizando toda e qualquer relação.

² A trilogia Orestéia: Agamemnon, Coéforas e Eumênides, As Suplicantes, Os persas, Os sete contra Tebas e Prometeu Cadeiro.

tragédia, pois enquanto ambiente paidêutico, a tragédia contrapõe passado e presente, assim como padrões de comportamento masculino e feminino, buscando com isso viabilizar um amplo debate sobre os modelos necessários para a convivência *poliade*. E é isso que marca uma relação aberta com o espectador-cidadão (SEGAL, 1991).

Tomemos como exemplo desta possibilidade interpretativa, a função pedagógica, a presença da mulher na tragédia. Dentro desse universo trágico em que atuam os mitos, os deuses e o cidadão ateniense uma pergunta se destaca, uma vez que esta era uma sociedade androcêntrica, por que as tragédias possuem tantos coros e protagonistas femininos? Podemos nos aventurar a dizer que os coros femininos revelam que, mesmo sendo uma sociedade totalmente dominada por uma visão masculina, a questão do feminino não é simples e nem resolvida. McClure (1999) dedica-se a um estudo a partir da língua e das palavras na tragédia para encontrar as evidências de uma sociedade androcêntrica. Através da importância do discurso na Atenas democrática notamos como a autora nos revela o modo como as palavras que compõe a fala feminina afirmam uma diferença de sexos, como também apontam para a supremacia do discurso masculino, já que é este discurso que articula a dominância na cidade. Atenas como uma cidade da palavra é dominada pelo discurso masculino. Mas e nas tragédias, podemos perceber a mesma dominância? O coro feminino enquanto personagem que conduz a trama e que media o discurso do herói ou heroína trágica exerce uma dominância ou seu papel é reafirmar o mundo masculino?

Segundo Batezzatto (2005) em *Ésquilo* os coros são complexos e longos, mas, sem dúvida eles são parte crucial do drama trágico e podem ser estudados desde diferentes perspectivas. O autor ainda discute que a identidade do coro, a forma como constitui seu discurso, varia segundo o tema da tragédia. Para Walton (2005) pode haver uma nova perspectiva de análise dos coros femininos que é a sua forma subversiva de atuar no drama seja de forma simpática às protagonistas femininas seja se opondo a elas, pois em sua visão os coros femininos toleram conspirações contra a autoridade temporal. O autor destaca que das trinta e duas tragédias que temos hoje, vinte e uma tem coros femininos e segundo ele, esses coros têm ações ativas e estruturas de pensamentos independentes nas peças, o que iria na contramão do que vemos fora do palco, isto é, a mulher na *pólis* ateniense.

Partindo de uma interpretação da tragédia não apenas das falas dos personagens, mas também a partir de sua performance, dos elementos visuais, das danças, máscaras e entradas e saídas do coro no palco, *Ésquilo* pode ser a escolha óbvia para este tipo de estudo, pois, segundo Taplin (2001, p. 39), “há um consenso de que ele foi particularmente generoso em seus efeitos espetaculares”. Tudo isso nos permitiria uma análise de suas tragédias e de seus coros femininos de maneira mais complexa, o que nos possibilitaria dimensionar melhor as relações que se estabelecem no palco.

As tragédias esquilianas são sete, com duas protagonistas, Clitemnestra e as Danaides, e cinco coros femininos, o das mulheres cativas³, de eumênides⁴, das oceaninas⁵, das mulheres tebanas⁶ e o das Danaides⁷. Aqui temos um universo complexo de mulheres que vão desde as filhas diletas de Danaos, mulheres comuns, mulheres escravas e mulheres sagradas, compreendendo todas as categorias femininas da *pólis*. Isto nos dá um amplo espectro de análise sobre a constituição desses coros femininos, a temática da peça, a performance e a forma como se dá a relação entre esses grupos e as (os) protagonistas dos dramas.

³ Coro da tragédia *Coéforas*, segunda peça da Trilogia *Orestéia* de *Ésquilo*.

⁴ Coro da tragédia *Eumênides*, terceira peça da Trilogia *Orestéia* de *Ésquilo*.

⁵ Coro da tragédia *Prometeu Cadeeiro* de *Ésquilo*.

⁶ Coro da tragédia *Os sete contra Tebas* de *Ésquilo*.

⁷ Este coro tem a função coral e também a de protagonista.

RESULTADOS ESPERADOS

Esta pesquisa é fruto do grupo de pesquisa Cultura e Política no Mundo Antigo, dentro da linha Sexo e Gênero no Mundo Antigo, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Estamos ainda na fase inicial da pesquisa em fase exploratória com o levantamento da bibliografia e estudo dos autores que comporão o marco teórico. Mesmo assim, percebemos um campo de estudos excepcional em relação aos coros trágicos compostos por mulheres. Nossa primeira análise nos leva a considerar que esses coros desenvolvem relações de resistência e de subversão comparado ao papel da mulher fora dos palcos na Atenas do século V AEC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As protagonistas femininas das tragédias como Clitemnestra de Ésquilo, Antígona de Sófocles ou Medeia de Eurípidés, somente para citar umas das mais estudadas, são velhas conhecidas dos estudos acadêmicos, mas pensamos que os coros femininos ainda carecem de estudos a partir de sua relação de gênero com os outros personagens do drama trágico, do papel que desempenham em cada tragédia e a forma como o autor desenvolve esse personagem coletivo e complexo. Acreditamos que compreender o coro como o representante dos valores da cidade dentro da construção da tragédia não é mais suficiente para pensar sobre os coros femininos. Precisamos de outro tipo de análise que consiga desvelar essas relações que se estabelecem no palco e se há reflexo disso na vida das mulheres fora dos palcos. Assim, pensamos que a análise a partir da perspectiva das relações de gênero que o autor produz na tragédia nos dá o referencial teórico necessário ao estudo aqui proposto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATTEZZATO, Luigi. Lyric. In: GREGORY, Justina. **A companion to greek tragedy**. Victoria: Blackwell, 2005.

LORAUX, Nicole. **The Children of Athena**: Athenian ideas about citizenship & the division between the sexes. New Jersey: Princeton University Press, 1994. Tradução de: Caroline Levine.

MCCLURE, Laura. **Spoken Like a Woman**: Speech and gender in Athenian drama. New Jersey: Princeton University Press, 1999.

SEGAL, Charles. El espectador y el oyente. In: VERNANT, Jean Pierre (Ed.). **El hombre griego**. Madrid: Alianza Editorial, 1991.

TAPLIN, Oliver. **The Stagecraft of Aeschylus**: The dramatic use of exits and entrances in Greek tragedy. Oxford: Oxford University Press, 2001.

WALTON, Michel J. Outside looking in: subversive choruses in greek tragedy. In: DILLON, John; WILMER, S.E. (Ed.). **Rebel Women**: staging ancient greek drama today. London And New York: Bloomsbury, 2005.

O MITO DE PIRRO – DIVERGÊNCIAS ENTRE SÓFOCLES E A ICONOGRAFIA

LUÍS GIOVANI ADAMOLI CASTRO¹

¹UFPEL – giovanicastro38@gmail.com

Resumo: Esta comunicação visa a discutir a não convergência da representação do herói Neoptólemo, príncipe da Ftia, também chamado Pirro, presente na tragédia de Sófocles e na iconografia. A representação deste personagem, quanto a princípios éticos desejáveis (na tragédia) ou características violentas (na iconografia) pode auxiliar a compreender a percepção dos atenienses do período clássico sobre si mesmos. Também é possível analisar modos de inserção de personagens mitológicos em espetáculos públicos, visando a atingir conformidade social, fenômeno que podia ser constatado na Antiguidade.

Palavras-chave: Ética. Tragédia. Iconografia

INTRODUÇÃO

A participação na XX Jornada de História Antiga (UFPEL, Pelotas, de 03 a 07/06/2019), enfocada especificamente na concepção grega de μουσική (*mousiqué*), inspirou-nos esta reflexão. Neste evento, foram muitas as apresentações e pesquisas que aludiam mitos, principalmente ligados às artes (presumindo-se que operassem inspiradas pelas Musas).

A pesquisa que se realiza para dissertação de mestrado refere-se a uma dança em armas (e sendo dança, pertencendo ao domínio das Musas, especificamente Terpsícore, responsável por esta arte). Esta dança denomina-se Pírrica, referida em diversos testemunhos literários da Antiguidade, quer em textos filosóficos, poesia trágica e comédia, quer em outros gêneros. Nossa fonte principal é Ateneu de Náucratis, autor do período antonino, que analisa esta dança (Aten. XIV.629-631), com base em obras a que teve acesso em seu tempo, boa parte delas não tendo chegado à atualidade.

Isto posto, decidiu-se pôr em evidência o mito de Pirro, uma vez que a denominação da dança em armas, Pírrica, deriva de seu nome. Pirro é o apelido de Neoptólemo, termo alusivo à sua cor de cabelo (“ruivo”). Personagem mitológico envolvido nas tramas homéricas, nasceu do amor entre Aquiles e Deidameia, quando o eácida fora escondido por sua mãe, a ninfa Tétis, na ilha de Esquiro, onde, disfarçado de mulher (e como “Pirra”/”Ruiva” o chamavam), convivendo no gineceu com as moças da família do rei Licomedes. Após a morte de seu pai, Pirro/Neoptólemo foi chamado para a Guerra de Troia, com a idade de dezoito anos.

Pirro faz parte do grupo que entra em Tróia dentro do cavalo de madeira, junto com Ulisses e Filoctetes (detentor do arco e demais armas de Hércules), conjuntura necessária para a tomada da cidade, como cumprimento de uma profecia (a qual é referida na tragédia homônima de Sófocles). Pirro é quem mata Príamo, não respeitando sua idade, nem sua condição de nobre. Em seguida, sacrifica Polixena (filha de Príamo) e mata o bebê Astíanax (Fig. 01), filho de Heitor e Andrômaca, tomando-a inicialmente como escrava e depois como esposa. Por que este personagem aparece como modelo de ética nas tragédias, ao passo que na iconografia representam-no como extremamente violento?

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

As imagens utilizadas como fonte para a discussão da iconografia foram acessadas através de bancos de dados *on line*. Estes bancos foram disponibilizados pela digitalização de coleções de artefatos, cuja constituição marca a primeira fase do desenvolvimento da iconografia como ciência, no século XVI. Isto ocorre porque era mais prático colecionar vasos do que estátuas (CERQUEIRA, 2004: 118-119), o que resulta numa grande vazão de achados dos sítios arqueológicos encontrados à época pelos escavadores que atendiam a demanda dos antiquaristas (Grécia, Etrúria, Magna Grécia), os quais eram transferidos para as metrópoles do período colonial-imperialista.

A disponibilidade do acervo no *site* do arquivo Beazley foi um dos fatores que propiciou que se realizasse esta pesquisa. O acervo fotográfico começou a ser constituído por volta de 1908, quando J.D. Beazley inicia um trabalho de seis décadas de atribuições. A base era a observação de um fichário enorme e eficiente, que incluía fotografias dos acervos da maioria das coleções conhecidas. Beazley desenvolveu uma nova técnica de identificação e atribuição de pintores e escolas (CERQUEIRA, 2004: 118). Nossa abordagem coaduna com a reflexão proposta por Roger Chartier, de que hoje, frente à textualidade digital, é mister que o historiador se ponha à prova frente ao seu leitor, deixando um roteiro para que este refaça seus passos e comprove a pesquisa em reduzidos tempo e esforço (CHARTIER, 2009: 59-63).



Figura 1

Píxide ateniense, sem atribuição de autoria. Datada entre 575 e 525 a.C. Técnica de figuras negras. Berlim, *Antikensammlung*, Palácio Charlottenburg. n° 360, F 3988. Disponível em <<http://ark.dasch.swiss/ark:/72163/080e-7457f7616bf25-2>>. Acessado em 08/06/2019.¹

RESULTADOS

Nas consultas ao Arquivo Beazley², interessaram-nos as imagens referentes à cerâmica antiga (*Pottery Database*: <http://www.beazley.ox.ac.uk/pottery/default.htm>), para se buscarem registros relacionados a Neoptólemo/Pirro. Selecionou-se a opção “*Subject*”; abrindo então um campo onde havia outras opções, definiu-se “*Heroes and Myth*”, que disponibilizou a opção “*Trojan War*”, e dentro dela “*Ilioupersis*”, que apresentou 113 resultados. Destes, 73 disponibilizam imagem. Em sequência, procurou-se diretamente por “*Neoptolemos*”³, obtendo-se 56 resultados, dos quais 14 não exibem imagem. Entre os 42 resultados restantes, optou-se por apresentar aqui apenas uma imagem (Fig. 01), pela sua exemplaridade quanto à temática em tela, visto haver repetições em larga escala do modelo, e pela temporalidade, por ser um dos exemplares mais antigos da série.

Por outro lado, a tragédia *Filoctetes* (409 a.C.), de Sófocles, apresenta Neoptólemo como personagem central, junto com Ulisses e o personagem-título, Filoctetes. A trama gira

¹ Desenho elaborado pelo autor, com a técnica de decalque à mão.

² <<http://www.beazley.ox.ac.uk/XDB/ASP/default.asp>>

³ <<http://www.beazley.ox.ac.uk/xdB/ASP/testSearch.asp?searchBy=Subject&txtValue=NEOPTOLEMOS&exact=true>>

em torno de convencer Filoctetes a participar da tomada de Troia. Exímio arqueiro, magoado e doente, abandonado na ilha de Melos e vivendo em isolamento, possuía porém as armas que Hércules lhe deixara. Sua presença seria necessária e indispensável para cumprir uma profecia, segundo a qual ambos (Pirro e Filoctetes) deveriam estar aliados para que a tomada se efetivasse. Entretanto, para este convencimento, é exigida uma série de ardis que, por constituírem desonestidade, deflagram uma crise de consciência ética em Neoptólemo. Numa descrição sumária, Ulisses é o anti-herói da trama, que tenta a qualquer preço convencer Neoptólemo a mentir para Filoctetes, ou simplesmente apropriar-se das suas armas, o que não resolveria, pois a profecia exigia a participação do arqueiro, e não somente o uso das armas. Neoptólemo evita mentir, e trata Filoctetes com dignidade, enquanto tenta também não desobedecer diretamente às ordens de Ulisses, que vê como seu superior. A trama é concluída de forma surpreendente, pela restauração da saúde, da dignidade e do poder combativo de Filoctetes, Neoptólemo consagrando-se como modelo de honestidade.

A oposição entre o grego e o bárbaro, como seu Outro, sedimenta-se nos séculos VI e V a. C, quando a “grecidade” era passível de ser adquirida por meio de aprendizado (HARTOG, 2004: 95). Nesse período, inicia uma importante série iconográfica retratando Neoptólemo, a qual se estende do segundo quartel do século VI até o século IV a.C., conforme periodização constante no Arquivo Beazley. A píxide de Atenas (Fig. 01) seria uma das ocorrências mais recuadas, datando entre 575 e 525 a.C. Um dos exemplares mais tardios, na técnica ática de figuras vermelhas, seria a cratera com volutas Ferrara 5042, datada do séc. IV a.C.

A guerra do Peloponeso (431- 404 a.C.), que opôs Atenas e Esparta, foi outro momento de estabelecimento desta identidade por oposição (gregos x bárbaros), em que os atenienses se utilizavam de muitas estratégias para se inserirem nesta forma de pertencimento. Aqui se evidencia a produção de peças envolvendo a temática da destruição de Tróia, o cumprimento de referida profecia, o destino de mulheres remanescentes do núcleo troiano e sua miscigenação com heróis aqueus, como ocorre entre Neoptólemo e Andrômaca, além dos desfechos trágicos decorrentes de derrota. Esses aspectos corroboram a afirmação de FERREIRA (1972: 453), de que estas tragédias, produzidas durante a Guerra do Peloponeso, advertiam ao público ateniense das consequências dessa, ao concentrarem seu enredo no período do conflito troiano: a saber, tragédias de Eurípides, *Andrômaca* (426 a.C.), *Hécuba* (424 a.C.) e *Troianas* (415 a.C.), e de Sófocles, *Filoctetes* (409 a.C.).

Ateneu, seis séculos mais tarde, retomando o tema da oposição entre gregos e bárbaros, utiliza a dança como elemento de análise (Aten. XIV.628-638), considerando que tanto uns quanto outros usariam as danças como forma de aprimoramento do intelecto.

Sobre estudarmos os mitos para pensarmos a sociedade em que são reatualizados, quer na literatura, quer na arte, CARDERARO (2015:81) traz uma reflexão importante: “Os mitos, em suas mais diversas formas de representação, se moldam e reconfiguram a partir da época em que são retratados, cumprindo seu papel social de dar sentido ou explicar aspectos da vida humana.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a comparação e análise das representações de Neoptólemo/Pirro nas imagens de vasos áticos de figuras negras e vermelhas, as quais apresentam elementos semelhantes, com a conduta atribuída ao mesmo personagem nas tragédias de Eurípides e Sófocles, conclui-se que se trata do herói que personifica questões pungentes à época da Guerra do Peloponeso (FERREIRA, 1997: 28-30). Sua conduta honesta e franca o faz simpático, exemplar e sábio dentro da inexperiência. Já o resultado do cumprimento da profecia, a destruição de Tróia, com consequentes mortes de nobres troianos, confere-lhe um caráter de eficiência.

Neste âmbito, há que se considerar sua vinculação onomástica à origem da dança pírrica, tão em voga em Atenas desde o século VI, em contextos bastante variados (masculinos

ou femininos, educativos, militares, agonísticos ou eróticos), ao ponto de ser representativa da cultura ateniense da época, nada obstante sua alegada origem cretense ou espartana. Acreditamos que neste ponto ocorra uma convergência de sentido, dando um lugar a Pirro na identidade ateniense do último terço do século V a.C. Ademais, conforme CECCARELLI (2004: 118), testemunhos literários apontam que a Pírrica seria um fator de identidade cultural para os atenienses.

Por fim, sua morte, como fim de uma história de amor por Andrômaca, esposa do maior inimigo de seu pai, torna-se uma *kalòs thánatos* (“bela morte”), requisito indispensável para tornar sua figura um modelo de herói, que, possivelmente por isto, seja objeto de reflexão tanto por tratediografos quanto por filósofos antigos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Arquivo Beazley, imagens referidas consultadas no *site* <https://www.beazley.ox.ac.uk/index.htm>, acessado diariamente desde 07/06/2019.

ATHAENAEUS. **The Learned Banqueters**. Book 13.594b-14; Traduzido e editado por S. Douglas Olson. Massachusetts/Londres: Harvard/Loeb, 2011. (Edição bilíngue). 408 p.

SÓFOCLES. **Filoctetes**. Tradução de José Ribeiro Ferreira. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997 (3ª Edição). 130 p.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. 3ª Ed. Tradução de Márcio Gama Kury. Brasília: Ed. da UnB, 1987. 533 Pág.

Gerais

BERQUÓ, Thirzá Amaral. Entre as Heroínas e o Silêncio: A Condição Feminina na Atenas Clássica. Oficina do Historiador, **I EPHIS/PUCRS**. Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial - ISSN 21783738 - 27 a 29.05.2014, p.1984-2005

CARDERARO SANTOS, Lidiane Carolina. **Do Encanto à Hybris - Representações de seres mitológicos com atributo musical na pintura de vasos gregos**. Dissertação de Mestrado em Estudos Clássicos. Universidade de Coimbra. 2015.

CECCARELLI, Paola. **Dancing the Pyrrhichē in Athens**. in Music and the Muses. The Culture of musive Classical Athenian in the *City*, Oxford 2004, pp. 91-117. IMPRESSO DA OXFORD SCHOLARSHIP ONLINE (www.oxfordscholarship.com). (c) Copyright Oxford University Press, 2018;

CERQUEIRA, Fábio Vergara., “**O testemunho da iconografia dos vasos áticos dos séculos VI e V a.C.: fundamentação teórica para sua interpretação como fonte para o conhecimento da cultura e sociedade da Grécia Antiga.**”, *História em Revista* 10. (2004) Disponível em: www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_10_fabio_cerqueira.pdf. Acessado em: 27/07/19.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 82 p.

CHAVES, Ernani. **Apresentação** in NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Introdução à Tragédia de Sófocles. Apresentação, tradução e notas de Ernani Chaves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006. pp. 7 -34.

FERREIRA, J. Ribeiro. **Introdução** in SÓFOCLES. Filoctetes. Tradução de José Ribeiro Ferreira. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997 (3ª Edição). pp. 11 – 30

FERREIRA, J. Ribeiro. **A Figura de Andrômaca em Eurípedes**, Comunicação apresentada em sessão da Associação Portuguesa de Estudos Clássicos, em 24-4-1972. acessado em 17/06/19, às 23h09, no *site*
https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas23-24/05_JRF.pdf

HARTOG, François. Invenção do bárbaro e inventário do mundo. Cap. III in _____. Memória de Ulisses – Narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2004. pp. 93 – 123.

MOTA, Marcus. **As suplicantes, de Ésquilo: as ambivalências do mito** Dramaturgia em foco, Petrolina-PE, v. 3, n. 2, p. 01-27, 2019. capturado em 04/07/19, às 17H45 do *site*
<http://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/dramaturgiaemfoco/article/view/498/337>.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Introdução à Tragédia de Sófocles**. Apresentação, tradução e notas de Ernani Chaves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006. 98 p.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura**. 2ª. Edição. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 2014.

TRAGÉDIA GREGA: RITUAL E POLÍTICA

MATHEUS BARROS DA SILVA¹

¹Universidade Federal do Rio Grande – matheusbarros.dasilva@gmail.com

Resumo: A presente fala visa inquirir a tragédia grega a partir de uma leitura que a compreenda como fenômeno cultural singular e próprio ao seu contexto de produção. Nesse sentido, assumo uma posição teórica e interpretativa que considera a o fenômeno trágico como ontologicamente político. Ou seja, por uma mimetização da história cultural grega, a expressão trágica problematiza a pólis clássica diante de si mesma no teatro de Dioníso.

Palavras-chave: Tragédia, ritual, política.

INTRODUÇÃO

Ao considerar que a obra *A Poética* de Aristóteles, é o primeiro texto que busca realizar um estudo sistemático acerca da tragédia grega, então, tem-se uma tradição de estudos que já conta com vinte quarto séculos. No entanto, foi no século XVIII e XIX que realmente a tragédia grega se tornou um objeto de análise pertencente não apenas a um autor, mas a correntes interpretativas de toda sorte. Autores como, Hegel, Fichte, Schelling, Schiller, Nietzsche e outros, estabeleceram o que propriamente se chama de filosofia do trágico.

Por sua vez, o começo do século XX – sua primeira metade – apresentou duas tendências que tinham na matéria trágica seu objeto de pesquisa. A primeira, mais ligada aos estudos de teoria literária descolava os textos trágicos de seu contexto histórico, e mesmo duvidava que investigações historiográficas pudessem ser realizadas a partir das obras de Ésquilo, Sófocles e Eurípidas. A segunda, visando trazer a matéria trágica ao território do historiador, o fez com um instrumental teórico derivado da tradição positivista, ou seja, os textos deveriam ser lidos como fontes a conter referências diretas e correspondentes ao contexto histórico em que existiram.

A partir dos anos sessenta do século XX, toda uma intensa renovação historiográfica se apropriou dos estudos clássicos, que até aquele momento eram sensivelmente elitistas e mesmo conservadores. Nesses movimentos de renovação, os estudos sobre a tragédia não ficaram incólumes. Com efeito, foi decisivo o surgimento do que ficou conhecido como Escola de Paris, grupo de intelectuais helenistas, que ao se aproximarem das contribuições da antropologia estrutural e psicologia histórica passaram a trabalhar as fontes antigas de forma radicalmente transformada. Nos estudos sobre a tragédia, os nomes de Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet, se tornaram incontornáveis. Evidentemente que não disseram tudo – ninguém o faz –, mas sobre o que disseram, não há estudo algum sobre o trágico que possa ter o direito de desconsiderar.

Depois da obra de Vernant e Vidal-Naquet se percebe que a tragédia grega é uma instituição social da pólis, especificamente de Atenas, detendo uma função muito particular. Sua função social – pode-se dizer – é apresentar à cidade e ao cidadão, a própria condição humana tal qual compreendida naquele momento. As tragédias, enquanto encenação e texto, são críticas antropológicas. O fenômeno trágico discute o humano, suas potencialidades, seus limites, sua relação na e com a cidade.

A tragédia nasce como produto da prática democrática entre os gregos. Ela é organicamente uma instituição política, que problematiza esse mesmo universo. Mas faz de forma que lhe é própria. Sendo parte integrante da festa em honra ao deus Dioníso, a tragédia compunha uma posição fundamental no calendário cívico-litúrgico da cidade. Trata-se de um momento ritual. Para tratar a tragédia como ritual faço uso das contribuições teóricas do antropólogo Victor Turner, que empreende uma teoria do ritual. Para Turner, os momentos rituais servem para colocar a sociedade diante de si mesma, mas isso é realizado em contextos específicos onde o tempo social cotidiano é suspenso (TURNER, 2017, p. 35).

Em minha perspectiva a tragédia pode ser pensada a partir dessa reflexão. Ao ser encenada como parte de uma momento religioso da cidade e operar com a matéria mítica e da épica, a expressão trágica se cristaliza como vetor privilegiado ao debate cultural da pólis. Com efeito, a proposta da comunicação é apresentar uma leitura dos textos trágicos como momentos rituais que discutem os processos de transformação política e cultural que a pólis clássica vive ao longo do século V a. C. Tomarei como exemplos, textos como, *Oresteia* de Ésquilo, *Antígone* e *Edipo Tirano* de Sófocles.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

O estudo se alinha à perspectiva teórica da História Cultural. Nesse sentido, compreendo a tragédia grega como um campo de representações sociais concorrentes. Conforme Roger Chartier, as representações são formas simbólicas da leitura do mundo (CHARTIER, 1990, p. 17). Colocar a tragédia sob esse modelo teórico, é afirmar que aquela manifestação traz em suas formas de expressão signos, ideias, valores comuns à pólis clássica. Ainda na trilha da História Cultural, essa corrente permite uma abertura à áreas do conhecimento como a antropologia. E assim, o estudo se informa de categorias como, imaginário social, ritual, drama social.

No que diz respeito ao campo metodológico, o estudo se faz a partir da leitura densa dos textos trágicos, sempre relacionando-os ao contexto social e mental de produção. Assim, busca-se nas estruturas das obras trágicas a presença do pensamento social da própria cidade a ser questionado, debatido, posto sob análise. Essa postura metodológica é tomada de empréstimo a Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet, os quais a sistematizam na obra *Mito e Tragédia na Grécia Antiga* (2011)

RESULTADOS

Trata-se de um momento incipiente dentro de um quadro maior de pesquisa já desenvolvidas. Em outras palavras, minha proposta de comunicação é um exercício intelectual e de pesquisa acerca de um nova abertura que procure realizar nos estudos sobre a tragédia grega. Pesquisas que já desenvolvo, desde o período curso de graduação em História. De todo modo, a partir de minha visão, de fato a tragédia grega pode ser compreendida pelo uso de categorias historiológicas em confluência com elementos teóricos da antropologia cultural. Creio que com isso, possa-se estabelecer uma contribuição aos estudos clássicos brasileiros, propondo leituras e interpretações que se distiguem do convencional. Assim, o resultado das reflexões empreendidas até o momento deixa a possibilidade de pensar a tragédia grega sob a categoria antropológica do ritual, sendo um momento destacado e ao mesmo tempo integrado nas próprias estruturas da pólis, servindo como *locus* de debate sobre sua realidade sócio-histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como colocado anteriormente, trata-se ainda de primeiros passos em complexo maior de reflexões já concretizada em minha trajetória acadêmica. Assim, encontra-se em fase de releitura das fontes, bem como de ampliação do horizonte bibliográfico, buscando debater, tanto com os clássicos da historiografia sobre o trágico, como com as obras mais atualizadas desse campo e da antropologia cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

TURNER, Victor. *Dramas, Campos e Metáforas*. Niterói: EDUFF, 2017.

VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, **Pierre. Mito e Tragédia na Grécia Antiga.** São Paulo: Perspectiva, 2011.

A AÇÃO POLÍTICA DO HOMEM ARISTOCRATA ROMANO NO SÉCULO I D.C¹

MILENA ROSA ARAÚJO OGAWA¹

¹ Universidade Federal de Pelotas – ogawa_milena@hotmail.com.br

Resumo: Este trabalho objetiva discutir o sistema educacional romano com enfoque para a oratória analisamos a ação política do homem romano, seus artifícios retóricos, os contextos e as abordagens da transformação metodológica do período republicano para o imperial.

Palavras-chave: Roma; Ação política; Oratória.

INTRODUÇÃO

Desde o século V a.C., na Magna Grécia, observamos a busca pelo bom emprego da palavra para o convencimento através da prática discursiva. Para compreendermos a oratória, é essencial também nos atermos ao significado do logos:

A palavra logos se faz Política, se constitui como condição humana, como forma de organizar o universo propriamente humano, agora diferente dos outros, marcadamente diferente de tudo que se coloca, agora, como outro ao redor e fora de si. O logos não era termo ritual ou fórmula justa. Era persuasão construída através de um jogo dialógico. Era antitética: era o sim, era o não. Vamos agora responder então o que é logos para os gregos dessa época. Era uma prática discursiva, cuja verdade se encontra no que é dito, e não em quem pronuncia o discurso. Não há lugar sacralizado para proferir o discurso. A verdade se deslocou do ato ritualizado e eficaz, justo da enunciação para o enunciado enquanto tal. [...] O logos, a razão se refaz em novas práticas, o que lhe possibilitou trafegar do discurso político à filosofia (GONÇALVES, 2008, p. 67-68).

Mediante essa concepção de logos, Werner Jaeger (2001, orig. 1946, p. 4) já pontuava a educação enquanto pertencente, por essência, a uma comunidade, e não apenas a um indivíduo, sendo fonte de toda ação e conhecimento de uma sociedade, fruto de uma consciência viva de normas/leis, escritas ou não, que as unia. Nessa estrutura, cânones foram estabelecidos tanto para a formação do orador como para seu papel político. Frisamos que status e sexo/gênero são critérios que viabilizam ou não o acesso ao ensino (CLARKE, 1998, p. 199). O retor conduzia seus alunos para a profusa eloquência. Essa arte do expressar-se de modo eficiente necessitava de rigores para conclusão da palavra proffua, por isso, deveria:

Adornar o espírito, para se instruírem nas belas-letas. Constitui estranho erro acreditar que a instituição escolar se explica, através dos séculos, pela função de formar o homem ou, ao contrário, adaptá-lo à sociedade; em Roma não se ensinava matérias formadoras nem utilitárias, e sim prestigiosas e, acima de tudo, a retórica. É excepcional na história que a educação prepare o menino para a vida e seja uma imagem da sociedade em miniatura ou em germe; no mais das vezes, a história da educação é a história das ideias sobre a infância e não se explica pela função social da educação. Em Roma decorava-se com retórica a alma dos meninos, assim como no século XIX vestia-se essas criaturinhas de marinheiros ou militares; a infância é um período que se disfarça para embelezar e fazê-la encarnar uma visão ideal da humanidade (VEYNE, 20009, p. 31).

Contudo, nem toda eloquência é concentrada no falar, como aponta Antônio Rezende (2009, p. 12). Calar-se (*tacere*) também é um ponto significante na construção do bom orador. Deixar de proferir um discurso não significa fraqueza; abdicar da comunicação pode demonstrar

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

precisão, ao posicionar-se apenas nos momentos oportunos. O ato do silêncio, em determinadas situações, é capaz de evidenciar a eloquência. Outra face do silêncio é o momento que antecede a efetivação do discurso (pronúnciação), ela é dividida em quatro fases: invenção, disposição, elocução e memória.

Nessa perspectiva, desde 80 a.C., com *Retórica a Herênio*, as fontes já demonstravam fórmulas para condução do ensino em Roma. Estas visavam abordar o silêncio e o momento da pronúnciação do discurso. Os períodos antecessores à fala podem ser classificados em invenção, disposição, elocução e memória, sendo considerados eles também ações de um discurso. Dentre os atributos para a formação do orador, alguns são comuns a todos os seres humanos e podem ser aprimorados a partir de exercícios, como no caso da invenção e da memória, que podem regredir ou avançar. Entretanto, a disposição e a elocução encontram certo limite, pois estão correlacionadas ao que se almeja aprender e à capacidade de aprendizagem (CLARKE, 1953, p. 24).

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A elocução é o atributo que mais pode ser exercitado para estimular diversas competências e habilidades. Consiste na materialização do discurso que antes estaria no plano das ideias, período em que o orador as organiza, assim como seus artifícios linguísticos, a fim de que se tornem acessíveis e compreensíveis ao ouvinte. O eloquente deve estar munido de defesa no âmbito público e privado.

Os primeiros momentos republicanos são retratados como repletos de homens virtuosos. A força de caráter nesses homens era exaltada por três princípios: o trabalho obstinado, a frugalidade e a austeridade. Estes atributos eram interligados à vida no campo e aos costumes, pois tais personagens rejeitavam a vida fácil e davam importância ao trabalho e à família. Porém, esse é um discurso de retórica nativa, rústica, elitista e masculina para construção de um ideal coletivo do bem da *res publica* (DOMINIK, 2002, p. 95).

Tendo conhecimento dessa construção de discurso, buscamos compreender os argumentos que abordam as transformações educacionais citadas no *Diálogo dos Oradores* de Tácito a partir das técnicas de persuasão. Segundo a teoria de Salústio, após a conquista de Cartago, as virtudes começaram a se deteriorar; o luxo e o declínio moral ocasionados pelas riquezas tornaram-se instrumento de poder político. Tomando como base essa transformação, Andrew Wallace-Hadrill (1996) aponta que a crise republicana fora ocasionada por uma crise de autoridade, influenciada pelo contato cultural com outros povos, o que teria proporcionado uma “revolução cultural” de paradigmas dos *mores*. Nessa perspectiva, houve um abalo significativo no controle das tradições, pois elas já não mais estariam concentradas nas mãos da aristocracia romana.

RESULTADOS

Durante esse período de transformação política, econômica, cultural e educacional, motivada também pela expansão territorial e pelo contato cultural, teria ocorrido segundo Salústio (Jugurta, 41; Catilina, 10-11), uma mudança significativa no comportamento humano no que tange ao interesse individual e coletivo. No primeiro momento, notava-se a *aequalitas*, que proporcionava a harmonia da *res publica*. Contudo, quando os prazeres pessoais se sobrepujaram, teria sido necessária a intervenção de normas punitivas para que a ganância e o luxo não mais prejudicassem a estabilidade comunitária. Um exemplo é o personagem Denifon, um pai de família que não estava agindo de acordo com a moral ancestral (PLAUTO, *O mercador*, 547) e é por isso ridicularizado e punido. Porém, não eram apenas os mais velhos a modificar suas atitudes: os jovens também se entregavam aos prazeres, o que provocava o dilaceramento da honra e do “bolso” e prejudicava a constituição familiar, pois esses jovens vinham preferindo levar uma vida “boêmia” e já não podiam salvar sua categoria social.

Contudo, a historiografia debate que essas perspectivas são partes de uma estrutura alicerçada na construção de um discurso que inferioriza o presente em relação ao passado. Essa argumentação pode estar inserida no processo de mimese que, nesse caso, seria a imitação dos costumes dos antepassados, a fim de que os mais velhos fossem “pontos de referência”, exemplos que poderiam ou não ter sido realmente de excelência (PEREIRA, 2000).

Valorizar o passado não significa estritamente prender-se a ele, mas sim observar seus preceitos; assim, seus costumes seriam manuais de conduta em que as normas do que seria “justo” e “bom” já haviam sido estabelecidas. Dessa maneira, Tácito, ao produzir seu *Diálogo*, não teria apenas exposto uma conversa, mas sim, apresentado um plano de estudos para os futuros oradores, incluindo a retórica, os costumes e os mecanismos para que estes atuassem com propriedade e chegassem ao convencimento (COUSIN, 1975).

Sobre a persuasão, esta “consiste em levar a crer, sem redundar necessariamente no levar a fazer. Se, ao contrário, ela leva a fazer sem levar a crer, não é retórica” (REBOUL, 2004, orig., 1925, p. XV). A literatura da época do Principado apontava os jovens como dedicados apenas à própria satisfação, e não à res publica. Concomitantemente, havia o discurso exigindo que o imperador tomasse uma atitude frente aos novos hábitos.

A pressão dos *homo novus* sobre os dirigentes para uma moralização dos costumes e os papéis coletivos dos homens de prestígio começou a ganhar força na época de Augusto, período em que as reformas morais se propagaram como veículo para o reencontro da simplicidade e da felicidade. No entanto, o que as fontes oferecem é um quadro repleto de “jogos de poder”, delações e julgamentos por traição que construía um estereótipo imperial permeado de bajulações, paranoia e despotismo.

Assim, observamos que os artifícios retóricos como a *euroneia*, a *inumendio*, a justaposição de ideias e as metáforas são recorrentemente utilizados pelos antigos. Partindo dessas perspectivas, a escrita taciteana utiliza diversos dispositivos literários para se eximir de algumas responsabilidades e contornar o silenciamento das questões relativas à política (KENNEDY, 1972, p. 446). Tácito utiliza-se desses recursos a fim de não sofrer sanções, bem como emprega essas técnicas para envolver o leitor, haja vista o conteúdo denso que buscava debater (CAMPOS, 2008, p. 24).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando compreender esse contexto e a ação política no Principado, é necessário observar que o clima de temor pairava tanto sobre o lado aristocrático como sobre o *princeps*. Winterling (2012) destaca que: “dos doze imperadores do primeiro século d.C., apenas cinco tiveram morte natural” (p. 10). Dessa maneira, é possível acompanhar uma estruturação política constante, bem como uma irradiação de poder considerável: “Os imperadores não se interessavam por uma diferenciação entre esferas ‘pública’ e ‘privada’, entre *domus* e *res publica*. O imperador não era nem *magistratus* temporário nem *privatus* apolítico” (WINTERLING, 2012, p. 10).

A respeito do Principado, é evidente que o poder era concentrado nas mãos do *princeps*, pois este era o representante do *imperium*. Ser o primeiro cidadão e possuir seu campo de atuação fortalecido no Senado era essencial para legitimar seu poder. Durante a República, a oratória se enquadrava como primordial para a condução da política, era o instrumento de ação dos eloquentes que atuavam tanto na esfera pública como na privada. Com o final da guerra civil e a confirmação do poder do imperador, o ensino começa a ser modificado, ou seja, a ação oratória passa a ser exercida por outras perspectivas, mesmo porque ser um homem reconhecido durante o Principado poderia causar um desconforto para ambas as partes (tanto para o orador como para o *princeps*).

Assim, a retórica seria, na República, uma técnica ou caminho para que o orador obtivesse a persuasão. Tal ensino perdeu sua força no período subsequente (TAC., Dial., I),

pois a esfera pública já não proporcionava o debate e a competição dos aristocratas. Passa a existir o que Fábio Faversoni cita como “dissociação entre o que se diz e o que se pensa” (2015, p. 46). Com efeito, tornou-se necessário distinguir o que se escrevia do que se acreditava, bem como o que cada historiador, em suas entrelinhas, gostaria ou não de destacar, e a forma como o faria.

Dessa forma, levando em consideração o contexto em que Tácito escrevia suas obras e o segundo ponto de destaque do Diálogo (a oratória não mais se sustentar ou existir um discurso vazio durante o Principado), podemos perceber que muitos eloquentes temiam pela própria vida. Acreditamos que o bom orador/historiador/político, nesse período, precisava ser ainda um excelente eloquente, pois tinha de driblar suas opiniões – e até mesmo mentir – para sobreviver, pois palavras e ações poderiam ser distorcidas por delatores, que o acusariam pela *lex maiestatis*. Técnicas de ensino necessitavam ser rearranjadas para que continuassem a dialogar com o funcionamento das questões públicas. A exemplo, percebemos diversos manuais de aprimoramento da oratória – *Retórica a Herênio*, *Do Orador*, *Institutio Oratoria* e o próprio *Diálogo* – que debatem não somente o método educacional da época e sua estrutura, mas indicam o que seria o ofício oratório e sua ação, mostrando as habilidades das quais o cidadão político romano deveria estar munido.

REFERÊNCIAS

Fontes:

RETÓRICA a Herênio. Tradução Salvador Núñez. Madrid: Editorial Gredos, 1997.

TÁCITO. **Diálogo dos Oradores**. Tradução e notas Agostinho da Silva. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

Referências bibliográficas

CAMPOS, Rafael da Costa. **Aspectos Positivos da Administração Imperial de Tibério César Augusto nos Anais de Tácito**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de Goiás, Goiânia, 2008.

CLARKE, Martin Lower. A Educação e a oratória. In: BALSDON, J. P. V. D. (org.). **O mundo romano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 199-212.

_____. **Rhetoric at Rome**. A Historical Survey. London: Cohen & West, 1953.

COUSIN, Jean. **Problèmes biographiques et littéraires relatifs à Quintilien**. [S.d.]: [s.n.], 1931, p. 67-76.

DOMINIK, Willian J. **Roman eloquence: Rhetoric in society and literature**. London: Routledge, 1997.

FAVERSANI, Fábio. Apresentação. In: FAVERSANI, Fábio; JOLY, Fábio Duarte. (Org.). **As formas do Império Romano**. Mariana: Edufop, 2014, p. 9-11.

GONÇALVES, Jussemar Wess. Mitos e logos. **Biblos**, v. 22, p. 61-68, 2008.

KENNEDY, George Alexander. **The Art of Rhetoric in the Roman World**. Princeton University Press, 1972.

JAEGER, Werner. **Paidéia: A formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PEREIRA, Marcos Aurélio. *Quintiliano gramático: O papel do mestre de gramática na Institutio Oratória*. São Paulo: Humanitas, 2000.

REBOUL, Oliver. **Introdução à retórica**. Tradução Ivone Castilho Benedette. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REZENDE, Antônio Martinez de. **Rompendo o Silêncio**: A construção do discurso oratório em Quintiliano. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2009.

VEYNE, Paul. O Império Romano. In: DUBY, Georges; ÁRIES, Philippe (Dir). **História da vida privada**: do Império Romano ao ano mil. Tradução H. Fiest. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 19-224.

WALLACE-HADRILL, Andrew. Mutatiomorum: The idea of a cultural revolution. In: _____. **Rome's Cultural Revolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

WINTERLING, Aloys. Loucura imperial na Roma Antiga. **História** (online), São Paulo, v. 31, n. 1, p. 4-26, 2012.

O SISTEMA DE LICURGO: O AGÔGÉ E A BIOPOLÍTICA ESPARTANA

RICARDO BARBOSA DA SILVA¹.

¹Universidade Federal de Pelotas – riiicardobs@gmail.com

Resumo: Sociedade singular entre os gregos clássicos, Esparta foi a primeira cidade-Estado a despontar entre as demais, mas após seu apogeu inicial enfrentou guerras e problemas internos que a fizeram mudar completamente, produzindo um ordenamento que intrigou filósofos da época. Uma das instituições mais estudadas no pós Guerra do Peloponeso foi o agôgé, a educação pública estatal espartana, muito propagandeada pelos filolaconistas como a base do sistema implementado pelo mítico legislador Licurgo. Com base nos estudos de Foucault sobre o poder e a disciplina dos corpos, o objetivo desta pesquisa é verificar se o agôgé pode ser considerada uma biopolítica de Estado espartana.

Palavras-chave: Foucault, Esparta, educação.

INTRODUÇÃO

Situada na porção continental da Hélade, no sudeste da península do Peloponeso, Esparta fora uma *pólis* singular na comunidade políade grega. Conforme o autor do relato sobre a guerra entre espartanos e atenienses, se observássemos apenas o nucleamento urbano daquela cidade-Estado, nunca imaginaríamos o poder e destaque que Esparta conquistou para si entre os gregos (Tuc. 1.1).

Ocupando toda a parte sul do Peloponeso e estendendo seu domínio hegemônico por sobre toda a península, os espartanos foram logo alvo da reflexão de filósofos e pensadores.

A partir do século VIII A.E.C. e até o início do século VI A.E.C., Esparta desponta como capital cultural da Grécia Arcaica, muito tempo antes de Atenas. Contudo, as duas grandes *katástaseis* enfrentadas pela cidade dos lacedemônios, em decorrência do longo conflito com a Messênia, foram determinantes para uma guinada dos espartanos rumo a militarização de sua sociedade (FERREIRA, 2010, p, 16-20).

É nesta guinada dos lacedemônios, sob a organização do mítico legislador Licurgo, que encontramos o cerne de nosso trabalho. O objetivo da presente pesquisa é verificar se a educação pública espartana (ou *agôgé*) pode ser considerada como uma biopolítica de Estado.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para Foucault, durante muito tempo um dos privilégios característicos do soberano e de seu poder era o direito de vida e morte sobre seus súditos. Contudo, este poder sobre a vida era estabelecido principalmente na relação com o direito de matar, era através da morte que o poder soberano exercia seu poder sobre a vida. O *bio-poder* e a *biopolítica* são a inversão da lógica do poder do soberano de causar a morte para o de causar a vida. Isto é, ao invés de ter o direito sobre a morte de seus súditos, o soberano passa a ter o direito sobre a vida dos mesmos. E, para isto, os dois pólos que sustentam e desenvolvem tal poder de vida são as disciplinas dos corpos e as regulações das populações. É dentro desta lógica que a lei passa a ter importância crescente pela atuação da norma. (FOUCAULT, 1988, p. 126-135).

Tendo em mente a ideia de biopolítica de Foucault, fomos buscar nas fontes antigas como se dava o *agôgé*. Para tal, ressaltamos os cuidados que Flower indica ao lidarmos com fontes tardias para o estudo da sociedade espartana, tendo em vista a oralidade das tradições e a influência que a revolução do século III A.E.C. pode ter influenciado na mesmas e nas fontes posteriores, tendo em vista a reinvenção de certas tradições (FLOWER, 2002, p. 208-209). Sendo assim, elencamos como a fonte principal para o estudo sobre a educação em Esparta a *Constituição dos Lacedemônios*, de Xenofonte.

A luz da historiografia recente sobre Esparta, buscamos confrontar o sentido de biopolítica com nossa fonte sobre aquela sociedade a fim de verificarmos nossa hipótese de pesquisa.

RESULTADOS

O sistema social espartano, que teria sido levado a cabo pelo mítico legislador Licurgo, fora um pacto realizado entre nobres e não nobres a fim de salvar a *pólis* após a sublevação dos hilotas messênios, durante a segunda guerra messênia. Tal pacto criou uma nova ideologia, baseada em três princípios: uniformidade, conformidade com as regulamentações e a prioridade dos interesses coletivos sobre os interesses privados. Apesar desta nova ideologia ser caracterizada pelo termo esparciata *homoioi*, os valores aristocráticos continuavam ali presente (HODKINSON, 2002, p. 243).

Licurgo teria instituído intencionalmente um sistema onde todos se vigiavam mutuamente para seu bom funcionamento do sistema, pois impregnado dos valores aristocráticos, o sistema espartano incentivava a competição e a distinção. No centro deste nova ideologia, o sistema educacional tem papel vital. O *agôgé* torna-se requisito obrigatório para todo o jovem esparciata, só após passar pela educação estatal ele poderá servir à cidade no exército e assim conquistar sua cidadania.

O que sabemos efetivamente sobre o sistema educacional espartano nos é relatado por Xenofonte nos capítulos 2, 3 e 4 da *Constituição dos Lacedemônios*. Ali, o autor ateniense descreve como as crianças espartanas são divididas em estágios etários e levadas de casa para viverem sob a supervisão de magistrados, de seus pares e de todo o cidadão espartano.

Neste sentido, podemos observar já na Esparta Clássica, tendo por base as instituições relatadas por Xenofonte, que o sistema imposto por Licurgo (principalmente o educacional) demonstra as mudanças de poder que Foucault observa através dos pólos que sustentam a *biopolítica*. Estes mecanismos de poder visavam disciplinar os corpos, vigiá-los e hierarquizá-los. É o que Foucault chamou de tecnologia disciplinar do trabalho (2005, p.288). Ainda, o autor nos relata que a própria instituição de biopolíticas em uma sociedade é uma técnica da contradição, que não tem o efeito de melhorar aquela comunidade, mas sim manter um status de desequilíbrio social (FOUCAULT, 1988, p. 132-133), tal qual observamos em Esparta. Este princípio da contradição que Foucault nos relata é aquela contradição que Hodkinson observa que será a grande responsável pela crise do século IV A.E.C., agindo continuamente desde o estabelecimento da nova ideologia espartana do sistema de Licurgo (HODKINSON, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, fez parte de nossa dissertação de mestrado. Contudo, é uma área de interesse deste pesquisador e suscita mais investigações sobre, tendo em vista que a obra de Foucault sobre a disciplinação dos corpos é vasta e pode ajudar a elucidar alguns aspectos da sociedade espartana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, J. R. Educação em Esparta e Atenas: dois métodos e dois paradigmas. In: LEÃO, D. F.; FERREIRA, J. R.; FIALHO, M. C. (orgs.). **Cidadania e Paideia na Grécia Antiga**. 2ª Ed. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2010. p. 11-46.

FLOWER, M. A. The invention of tradition in Classical and Hellenistic Sparta. In: POWELL, A.; HODKINSON, S. (orgs.). **Sparta: Beyond the Mirage**. Londres: Duckworth; Swansea: The Classical Press of Wales, 2002, p. 191-217

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **História da Sexualidade 1**: vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HODKINSON, S. Spartan Society in fourth century: crisis and continuity. In: CARLIER, P. (ed.). **Le IVe siècle avant J.-C**: approches historiographiques. Paris: Boccard, 1996, p. 85-101.

_____. Social Order and Conflict of Values in Classical Sparta. In: WHITBY, M. (org.). **Sparta**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2002. p. 239-281.

CORPUS DOCUMENTAL

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

XENOFONTE. **Obras menores**: La República de los Lacedemonios. Trad. Orlando Guntiñas Tuñón. Madrid: Editorial Gredos, 1997.

MITO, GÊNERO E TRANSCULTURALIDADE NA REPRESENTAÇÃO DA HEROÍNA ATALANTA NA HÍDRIA CAERETANA COPENHAGEN 13567

THIRZÁ AMARAL BERQUÓ¹

¹Mestra em Artes Visuais (UFRGS) – thirza.berquo@gmail.com

Resumo: Na cidade etrusca de Caere foi encontrada uma série de vasos pintados datados do século VI A. E. C., denominados caeretanos. Os vasos caeretanos se distinguem pelo uso de cores bem vivas e pelo uso extensivo de ornamentação e de cenas figuradas. Muitos exemplares trazem cenas que fazem referências a mitos gregos. A historiografia tende a apontar que as hídrias caeretanas seriam produto do trabalho de dois artistas não-etruscos, imigrantes do Leste grego (Jônia e ilhas do Egeu). Dentro da perspectiva da *Kulturwissenschaft* de Aby Warburg e utilizando o conceito de gênero, o presente trabalho analisa a iconografia da hídria Copenhagen 13567, que traz o mito da Caçada do Javali Calidônio, a fim de examinar a representação da heroína grega Atalanta de modo transcultural, comparando-o com a tradição iconográfica ática.

Palavras-chave: Iconografia Mítica. Transculturalidade. Hídria caeretana.

INTRODUÇÃO

A cidade de Caere, na Etrúria, deu o seu nome a uma série de vasos pintados produzidos no século VI A. E. C. que se destacam pelo uso de cores vívidas e pela rica decoração com ornamentação e cenas figurativas. Os temas de muitas das cenas figuradas referem-se a versões de mitos gregos, o que pode ser explicado, em parte, pela origem dos artistas, considerados como imigrantes do Leste grego pelo estilo que empregaram em seus vasos.

Um dos mitos representados nos vasos caeretanos é o da Caçada do Javali Calidônio. De acordo com esse mito grego, o rei de Cálidon, na Etólia, esqueceu-se de sacrificar a Ártemis na época da colheita. Em consequência, a deusa se vingou mandando um javali monstruoso para aterrorizar aquela cidade. Meléagro, filho do rei, reuniu diversos heróis para matar a fera, entre eles Atalanta, conhecida como exímia caçadora. Segundo fontes literárias gregas, Atalanta teria sido a primeira a ferir o javali (Pseudo-Apolodoro, *Biblioteca*).

Esse mito provavelmente chegou à Etrúria por meio de contatos culturais decorrentes do comércio mediterrânico, que era especialmente frutífero nas trocas com as *poleis* gregas do período arcaico, bem como pela origem imigrante dos pintores de vasos caeretanos. Segundo Hemelrijk (1984), os vasos caeretanos são obra de apenas dois oleiros-pintores de origem jônica, o *Eagle Painter* e o *Busiris Painter*, que trabalhavam juntos em uma única oficina.

Assim, o presente trabalho examina a transculturalidade do mito na representação da heroína Atalanta e do mito da Caçada do Javali Calidônio na hídria caeretana Copenhagen 13567.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Parte-se da perspectiva da *Kulturwissenschaft* (Ciência da Cultura) do historiador da arte Aby Warburg, segundo a qual a arte é inseparável dos demais aspectos da cultura, de modo que só pode ser compreendida por meio da análise de suas conexões com os outros âmbitos socioculturais (religião, mito, política, entre outros). A obra de arte seria uma cristalização da visão de mundo e do ambiente sócio-cultural do artista em uma determinada época.

Também se observa a perspectiva da transculturalidade, a fim de verificar como os contatos culturais criam variantes do mito e como eles se expressam materialmente por meio dos objetos. Por fim, utiliza-se o conceito de gênero para abordar as especificidades da representação artística da figura feminina.

RESULTADOS

A hídria caeretana Copenhagen 13567 possui em seu corpo duas cenas figuradas. Na parte frontal (figura 1), o extremo esquerdo possui um altar na cor branca, com uma chama vermelha

no topo, ao lado do altar há uma coluna de estilo jônico, com um *dinos* em cima. Um touro na cor negra, com a cabeça abaixada, está parado na frente do altar, ao seu lado está uma figura masculina, de cor negra, vestindo uma túnica curta, na cor branca, que está brandindo um machado de gume duplo com ambas as mãos, próximo da cabeça do touro (topo da figura está danificado). A seguir, uma figura masculina, vestindo uma túnica curta branca, avança, com ambos os braços erguidos, carregando um *lebes* e uma faca. Figura feminina, com a pele na cor branca, vestida com uma túnica longa negra e com um manto vermelho que cobre a cabeça, avança, com ambos os braços erguidos acima da cabeça, carregando uma cesta. Figura feminina, com a pele na cor branca, vestida com uma túnica longa negra e com um manto vermelho nas costas, com cabelos longos, está tocando *aulos*.



Figura 1: Copehangen 13567, parte frontal

Fonte: Nationalmuseet, Dinamarca, fotógrafo John Lee, CC-BY-SA 2.0

Na parte posterior (figura 2), uma javali avança da esquerda para a direita, com a cabeça abaixada, contra uma figura feminina, com pele na cor branca, vestida com uma túnica curta negra, que avança em direção ao javali, portando um escudo no braço direito, que está à frente do corpo, e uma espada no braço esquerdo, que está um pouco para trás, preparando-se para golpear.



Figura 2: Copenhagen 13567, parte posterior

Fonte: Nationalmuseet, Dinamarca, fotógrafo John Lee, CC-BY-SA 2.0

As duas cenas podem ser lidas em conjunto como o malfadado sacrifício em Cálidon que atraiu a fúria da deusa Ártemis (cena da parte frontal) e a sua consequência, com Atalanta caçando o javali (cena da parte posterior). A identificação da figura nessa cena como Atalanta se pela comparação com as figuras femininas do outro lado do vaso, que, como ela, tem a pele pintada da cor branca e vestem túnicas negras, em oposição às figuras masculinas, que tem a pele negra e vestem túnicas brancas. No mesmo sentido, as opiniões de Judith Barringer (2003) e Karl Schefold (1992).

Na hídria Copenhagen 13567, a heroína Atalanta é representada sozinha enfrentando o Javali Calidônio portando apenas espada e escudo. A representação caeretana difere da tradição iconográfica de Atenas, que costuma representar a caçada do Javali Calidônio em grupo, como, por exemplo, no Vaso François (figura 3), e com o uso de lanças ou do arco.



Figura 3: Vaso François, trecho da Caçada do Javali Calidônio

Fonte: *Wikimedia Commons*

O uso da espada e do escudo na versão iconográfica caeretana, armas do guerreiro hoplita, voltadas para o combate corpo a corpo, ao invés da lança e do arco, que permitem o combate à distância, acentua o caráter heroico de Atalanta. Em Copenhagen 13567, vê-se a exaltação do grande feito de Atalanta, a caçada do javali de Cálidon.

Na tradição ática, o mais próximo é a representação feita por Clítias no Vaso François (figura 3), que colocou uma coroa de louros nos cabelos de Atalanta, celebrando o feito dela. Porém, na cena ática ela é parte do grupo de caçadores; a versão caeretana dá muito mais destaque ao feito de Atalanta.

Isso mostra, em primeiro lugar, uma apropriação etrusca do mito da Caçada do Javali Calidônio. Em segundo lugar, essa versão etrusca da figura de Atalanta parece refletir as concepções de gênero da sociedade etrusca arcaica, na qual as mulheres tinham uma posição social mais igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, viu-se que na hídria caeretana Copenhagen 13567 a representação da heroína Atalanta tem o seu caráter heroico acentuado ao enfrentar sozinha o javali, usando apenas espada e escudo. Trata-se de uma apropriação etrusca do mito grego, resultando em uma obra de arte diferente em relação à tradição iconográfica ática, a principal da Grécia antiga. A pesquisa avançará com o exame de outros exemplares caeretanos que tratam da Caçada do Javali Calidônio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUDREY-MILLER, L.; DIGNAS, B. Preface. In: AUDREY-MILLER, L.; DIGNAS, B. (ed.). **Wandering Myths: Transcultural Uses of Myth in the Ancient World**. Berlin and Boston: DeGruyter, 2018, p. VII-XXXI.

BARRINGER, J. **The Hunt in Ancient Greece**. Baltimore and London: John Hopkins University Press, 2003.

DE GRUMMOND, N. T. From Mezentie to Mezentius? The Stratigraphy of Myth in Etruria and Rome. In: AUDREY-MILLER, L.; DIGNAS, B. (ed.). **Wandering Myths: Transcultural Uses of Myth in the Ancient World**. Berlin and Boston: DeGruyter, 2018, p. 95-123.

HELMERIJK, J. **Caeretan Hydriae – Text**. Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern, 1984.

HELMERIJK, J. **Caeretan Hydriae – Plates**. Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern, 1984.

KNAPP, A. B. Matter of fact: transcultural contacts in the Late Bronze Age Eastern Mediterranean. In: MARAN, J.; STOCKHAMMER, P. W. (ed.) **Materiality and Social Practice: Transformative Capacities of Intercultural Encounters**. Oxford and Oakville: Oxbow Books, 2012, p. 32-50.

MARAN, J.; STOCKHAMMER, P. W. Introduction. In: MARAN, J.; STOCKHAMMER, P. W. (ed.) **Materiality and Social Practice: Transformative Capacities of Intercultural Encounters**. Oxford and Oakville: Oxbow Books, 2012, p. 1-3.

SCHEFOLD, K. **Gods and Heroes in Lat Archaic Greek Art**. Cambridge. Cambridge University Press, 1992.

SCOTT, J. Prefácio a *Gender and Politics of History*, **Cadernos Pagu**, Campinas: Unicamp, nº 3, p. 11–27, 1994.

WARBURG, A. **A Renovação da Antiguidade pagã: contribuições científico-culturais para a história do Renascimento europeu**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

WIND, E. O conceito de Warburg de *Kulturwissenschaft* e sua significação para a estética. In: WIND, Edgar. **A Eloquência dos Símbolos: estudos sobre Arte Humanista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997, p. 73–90.

ESTUDO DE CASO: POSIDO, A FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE ICONOGRÁFICA CLÁSSICA

VANDER GABRIEL CAMARGO¹

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – vandergabriel2008@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho é parte do projeto Iconologia: ciência da cultura guiada por imagens, coordenado pelo prof. Dr. Francisco Marshall, e trata da iconologia do deus Posido na Grécia antiga, por meio da análise da literatura e da iconografia dos vasos áticos. Através dessas fontes, procura-se compreender o imaginário religioso dessa sociedade quanto à maneira de personificar suas divindades, entendendo o processo de atribuição de características físicas e psicológicas. Primeiramente, são examinadas as obras de Homero (Íliada e Odisseia), de Hesíodo (Teogonia e Os Trabalhos e os Dias), dos poetas trágicos e líricos e os Hinos Homéricos a partir da produção de fichamentos temáticos, nos quais são recolhidas as citações ao deus. Com os fichamentos, observaram-se os elementos constituintes da identidade desse ser mítico na representação literária. Em seguida, é feito um levantamento iconográfico utilizando-se o Beazley Archive Pottery Database para elaborar um catálogo dos vasos nos quais a divindade é representada. Posteriormente, fazendo-se uso da metodologia desenvolvida por Erwin Panofsky, estão sendo produzidas fichas de descrição pré-iconográfica dos artefatos coletados e a observação dos índices de identificação do deus na representação iconográfica. As descrições permitiram a visualização comparativa sobre as interações entre o campo literário e o das artes visuais, em relação à construção da identidade de Posido e as suas variantes culturais.

Palavras-chave: História Antiga; Mitologia Grega; Iconologia.

INTRODUÇÃO

Fazendo parte do panteão dos deuses Olímpicos cultuados entre as *poleis* gregas no período Clássico, Posido é reconhecido pela modernidade como divindade dos mares. Entretanto, o deus teve diferentes domínios e características atribuídos a sua personalidade ao longo da história dos ritos praticados no mundo grego. Antes da cristalização de sua relação com as águas e o universo marítimo, essa entidade mística esteve vinculada com os tremores de terra e terremotos, com corridas de bigas e com o domínio de cavalos, além de sua figura estar vinculada aos bovinos. Pensando nas modificações de atributos, recorre-se a documentação grega para entender o processo de construção da identidade de Posido. A partir de um estudo sobre a História da Cultura helênica, analisam-se fontes literárias e iconográficas nas quais o deus é representado com o objetivo de perceber as transformações no imaginário da população grega.

Quanto à literatura grega examinam-se as obras de autores épicos, líricos e dramaturgos desenvolvidas entre os entre o período Arcaico e Clássico, e para o âmbito das artes visuais, os vasos áticos produzidos em Atenas no mesmo recorte temporal. A pesquisa com esses dois tipos de documentações permite perceber as diferenças culturais entre os habitantes da Grécia, principalmente quando se trabalha com uma sociedade na qual apenas de 15 - 20% da população é letrada, associada ao ambiente aristocrático, em contraste com os produtores das cerâmicas analisadas, provenientes de estamentos mais populares (CERQUEIRA, 2000, p. 85-86). Assim, pretende-se a investigação dos materiais evidenciando as suas inter-relações, contatos e paralelos quanto ao conteúdo e às modificações na representação da divindade, concomitantemente, a compreensão dos processos de formação e de linhagens de transmissão da memória cultural, por imagens, do mundo antigo.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A pesquisa tem como referência principal a tradição teórica desenvolvida pelo Historiador da Arte Aby Warburg, o qual formula uma concepção sobre o entendimento da cultura que pensa todas as suas manifestações como conectadas, interagindo entre si ao longo do tempo e nos diferentes espaços. Ao propor essa visão interdisciplinar, defende que a produção de quaisquer obras feitas por indivíduos estão totalmente condicionadas pela experiência cultural

do mesmo, caracterizando-as como a cristalização de um momento histórico. A partir disso, para além de analisar a forma e o estilo das composições selecionadas para a pesquisa, examina-se o seu contexto de realização e as motivações que levaram o autor a constituí-la.

O tratamento da documentação textual é feito com o levantamento do vocabulário contido em todas as citações em nome ou que tenham relação ao deus Posido, produzindo-se fichamentos temáticos de todas as fontes literárias (traduzidas do grego para o português). As 468 cerâmicas estudadas são analisadas em duas etapas, a primeira delas refere-se à produção de um inventário com informações (técnica, proveniência, datação, formato etc.) de todos os vasos catalogados na plataforma “Beazley Archive” e produção de uma segunda tabela agrupando-as quanto as temáticas das cenas nas quais a divindade é representada (Anexo 1 e 2). A segunda etapa constituiu o uso da metodologia criada por Erwin Panofsky, Historiador da Arte seguidor da tradição Warburg, para a produção de fichas técnicas sobre os objetos da cultura material. O método é dividido em três fases: a pré-iconográfica, que se utiliza de um vocabulário “neutro” para descrever os motivos artísticos da cena representada no objeto, objetivando uma percepção dos detalhes do mesmo; a iconográfica, que busca identificar e significar os signos ao passo de entender a alegoria que se está querendo retratar; e a iconológica, que pretende interpretar a cena de modo a compreender as motivações que levaram o autor a constituí-la, juntamente das escolhas feitas por ele ao fazê-la.

RESULTADOS PARCIAIS

Através da análise das obras de Homero, Hesíodo, dos Hinos Homéricos e parte das tragédias de Eurípides e Ésquilo fora possível perceber os vários elementos constituintes da identidade de Posido na literatura. Houvera o reconhecimento sobre os epítetos atribuídos a essa divindade, os quais são palavras ou frases adjetivas que expressam uma característica da pessoa/objeto, entre eles: **Abalador poderoso, troante Treme-terra, aquele que os muros térreos sacode e escuros cabelos**, permitindo compreender as características físicas e os domínios controlados por ele. Além disso, possibilitou-se conhecer, a partir das obras, a genealogia do deus, os seus vários descendentes, como suas ações são manifestadas no mundo mortal e qual seria sua posição de controle do universo segundo a concepção grega.

O exame de parte dos vasos cerâmicos catalogados, principalmente das temáticas “Gigantomaquia”, “Cenas de Posido com Anfitrite” e “Cenas de Posido com Amimone”, proporcionou a visualização do vocabulário de representação plástica da divindade. O principal índice, signo que atribui a identidade, detectado fora o **tridente**, geralmente representado sendo segurado em alguma das mãos do deus. Porém, há diversos vasos nos quais esse objeto não aparece, entre eles os que representam uma cena da batalha entre Posido e um gigante durante a Gigantomaquia. Neles o índice é a rocha, representando a Ilha de Nisyros, que a divindade segura com a mão direita e apoia no ombro, numa composição de gestos que traduz uma *pathosformel* (energia expressiva) agressiva, de ataque contra o seu adversário, como aparece no vaso Louvre 226 (Anexo III).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no recolhimento das informações supracitadas, levanta-se a hipótese da possível transformação terra-mar dos domínios de Posido. Supõe-se que o controle dos tremores de terra, manifestados (em maior número) nos documentos arcaicos, teria sido suprimido aos poucos até o controle marítimo aparecer com maior ênfase no período clássico. Considerando o andamento da pesquisa, necessita-se concluir o fichamento das obras literárias, entre elas as tragédias de Sófocles e parte das escritas por Eurípides e Ésquilo, juntamente do estudo dos poemas líricos. Da mesma forma, devem-se finalizar as análises das cerâmicas áticas, utilizando-se o do método Panofsky. A conclusão desses inventários permitirá atestar ou contrapor a suposição, conseqüentemente visualizar as transformações identitárias de Posido.

ANEXOS

Anexo I: Recorte da tabela de informações sobre os vasos.

***** - BEAZLEY POTTERY DATABASE												
Nº Vaso	Nº LIMC	Fábrica	Técnica	Formato	Fragmentos	Procedência	Datação	Atribuição	Coleção	Inscrições	Tema	
1		Arenas			Sim ou Não			pintor	Museu e nº de inventário (todos eles, inclusive os antigos)		resumo da decoração	
2	41	Arenas	Figuras Vermelhas	Anfora, Neck				YALE LEKYTHOS, P OF THE by SCHWARZ	Graz, University: 23			
3	61	CORINTHIAN	Figuras Negras	Alabastro			600 - 500		The Art Museum, Princeton University: 1932.1		Montaria em Hipocampo	
4	79	45217 Arenas	Figuras Negras	Hidra	Não	Ática	575 - 525	Circle of LYDOS by BOTHMER Compare LYDOS by CAHN Manner of LYDOS by UNKNOWN	Malibu (CA), The J. Paul Getty Museum: 86.AE.113 (atual) New York (NY), market, Emmerich Basel, market, Munzen und Medaillen A.G. Greenwich (CT), Bareiss: 336 Malibu (CA), The J. Paul Getty Museum: 86.AE.67		Amphitrite	
5	143	Arenas	Figuras Vermelhas	Pelike					Nocera de Pagani, Fienga: 524		Amymone	

Anexo II: Recorte da tabela com as temáticas das cenas dos vasos.

	Gigantomaquia (*Nisyros)	Montaria em Hipocampo	Herakles	Poseidon e Amphitrite	Ápolo tocando música (Kithara)
1	478 (Psykter)	3 (Alabastro)	213* (Anfora B)	79 (HYDRIA)	308 (DINOS)
2	1615 (Amphora)	11675* (KYATHOS)	7770* (AMPHORA, NECK)	5531 (Krater Fragments)	753 (Anfora A)
3	2928 (Amphora, Neck)	11677* (HYDRIA)	13550* (KYATHOS)	5964 (KRATER, BELL)	1158 (AMPHORA, NECK)
4	3363 (Amphora)	1587 (Lecyhtos)	13755* (HYDRIA)	5965 (LEKYTHOS FRAGMENT)	24035 (AMPHORA, NECK)
5	9112 (Cup Little Master Brand Fragments)	28996 (Plate; Nereu*)	13789 (LEKYTHOS)	5983 (AMPHORA, NECK)	24044 (Lecyhtos)
6	11315 (Plate, Fragment)	29667 (Lecyhtos)	13867* (AMPHORA B)	6094 (AMPHORA, NECK)	24353 (HYDRIA)
7	17333 (Hydria Fragments)	4390 (Cup Little Master Brand)	14700* (AMPHORA B)	7013 (PELIKE)	3594 (HYDRIA)
8	24786 (Amphora, Neck)	519 (Lecyhtos)	15369* (HYDRIA)	7016 (AMPHORA, NECK FRAGMENT)	7770 (AMPHORA, NECK)
9	30385 (Krater, Volute Fragment)	5531 (Krater Fragments)	15681* (LEKYTHOS)	7154 (HYDRIA)	7817 (KRATER, COLUMN)
10	41121 (Oinochoe)	6559 (Hydria)	16458* (HYDRIA)	9975 (KRATER, CALYX FRAGMENT)	8410 (AMPHORA, NECK)
11	41122 (Lecyhtos)	6563 (Plate; Nereu*)	16565* (CUP LITTLE MASTER BAND)	30047 (AMPHORA, NECK FRAGMENT)	13079
12	745* (Amphora, Neck)	8204 (Cup Siana)	8407* (HYDRIA)	16458 (HYDRIA)	
13	2928* (Amphora, Neck)				
14	5049* (CUP LITTLE MASTER BAND)	8833* (LEKYTHOS)	9946 (AMPHORA, NECK)		
15	6212* (Amphora, Neck and Lid)				

Anexo III: Cena representando a batalha em Posido e um gigante durante a Gigantomaquia. Detalhe do vaso: Louvre 226, Swing P., Figuras Negras, 550 - 500 A.E.C., Itália, Etrúria, Vulci, Museu do Louvre: 226.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

ANTUNES, C. Leonardo B. “26 Hinos Homéricos”. Cadernos de Literatura em Tradução. São Paulo: FFLCH/USP, 2015.

Ésquilo/ Agamnênon. Tradução de Trajano Vieira. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Ésquilo/ Coéferas. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras FAPESP, 2004.

Ésquilo/ Eumênides. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras FAPESP, 2004.

Eurípidés/Teatro completo, volume I. Tradução de Jaa Torrano. 1ªed., São Paulo : Iluminuras, 2015.

Eurípides/Teatro completo, volume II. Tradução de Jaa Torrano. 1º ed., São Paulo : Iluminuras, 2016.

Hesíodo/Os trabalhos e os dias. Tradução de Alessandro Rolim de Moura. Curitiba, PR : Segesta, 2012.

Hesíodo/Teogonia: A Origem dos Deuses. Tradução de Jaa Torrano. 5º ed., São Paulo: Iluminuras, 2003.

Homero/ Hinos Homéricos: hinos I e do VI ao XXXIII. Tradução de Alberto Machado Cabral. São Paulo: Odysseus Editora, 2009.

Homero/Iliada. Tradução em versos de Carlos Alberto Nunes. 5º ed., Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

Homero/Odisseia. Tradução em versos de Carlos Alberto Nunes. 5º ed., Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

Universidade de Oxford. **Pottery Database - Faceted Search Form**. Beazley Archive. Disponível em <https://www.beazley.ox.ac.uk/XDB/ASP/searchOpen.asp>.

Bibliografia

BERQUÓ, Thirzá A., **A Iconologia de Atalanta: heroísmo e gênero na cerâmica ática (séculos VI - IV A.E.C.)**. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). PPGAV, UFRGS, IA. Porto Alegre, BR-RS, 2018.

BURKERT, Walter. **Religião Grega na Época Arcaica e Clássica**. 1º ed., Berlim, Colônia, Mainz: W. Kohlhammer, 1993.

CERQUEIRA, Fábio. V.. A Iconografia dos vasos gregos antigos como fonte histórica. In: **História em Revista (UFPel)**, Pelotas, v. 6, p. 85-96, 2000.

COOK, R. M., **GREEK PAINTED POTTERY**, ed. 3, London and New York: Routledge, p. 213 - 214.

LEE, Mireille M. **Body, dress, and identity in ancient Greece**. Cambridge University Press, 2015.

LOPES, A.. A Força e o Antropomorfismo dos Deuses Gregos: Considerações Sobre a Religião Homérica. In: **AletriA**, V. 19, N.3, p. 11-27. Jul-dez, 2009.

MAGALHÃES, Hilda G. D.; A Simbologia da Água no Imaginário Grego; Morpheus. In: **Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Ano 07, número 12, 2008.

VERNANT, Jean-Pierre. **As Origens do Pensamento Grego**. Tradução de Ísis Borges B. da Fonseca. 10º ed.; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **O Mundo de Homero; 1930/** Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Simpósio Temático

Idade Média(s) e medievalismo(s)

Coordenadores: Prof. Me. Mauricio Albuquerque e Profs. Lucas Motta e Léo Lacerda

A UTOPIA DA PUREZA CÁTARA

ADRIENNE PEIXOTO CARDOSO; EDISON BISSO CRUXEN².

¹Lapehme/Unipampa – Campus Jaguarão – adriiswalker@hotmail.com

²Unipampa – Campus Jaguarão – edisoncruxen@unipampa.edu.br

Resumo: O presente trabalho é fruto da pesquisa desenvolvida no Laboratório de Pesquisa e Estudo em História Medieval (LAPEHME) da Universidade Federal do Pampa – Unipampa/Jaguarão e tem por objetivo a caracterização da heresia cátara, durante os séculos XII – XIII, no Languedoc (sul da França), concentrando atenções na busca deste grupo por uma utópica pureza absoluta, com fins de elevação espiritual.

Palavras-chave: Utopia, Pureza, Cátaros.

INTRODUÇÃO

Neste texto, analisamos a utopia da pureza do catarismo, as relações de poder entre a Igreja Católica e heresias e o impacto da expansão herética sobre a cristandade. Propomos desenvolver um estudo fundamentado na historiografia existente sobre o movimento herético cátaro no sul da França, durante os séculos XII e XIII. A palavra “cátaro” vem do grego *katharos* e significa “puros”, terminologia atribuída, de forma irônica, pelos católicos, pois os líderes cátaros se autodenominavam *perfecti* (perfeitos). O catarismo foi uma heresia medieval registrada pela primeira vez em 1163, nos “Sermões Contra os Cátaros”, escrito pelo monge Eckbert von Schönau, mas existem indícios de que seu surgimento remonta ao século X. A palavra “heresia” vem do latim *haeresis* e significa escolha, opção. Na Idade Média, o herege era quem optava se desviar abraçando uma doutrina de fé diferente da definida pela Igreja. Esta pesquisa objetiva a identificação do impacto da expansão herética do movimento cátaro sobre o poder da Igreja Católica; a compreensão da ritualística e mitologia desta heresia e, principalmente, o entendimento da relevância do conceito de utopia da pureza nos cátaros.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para constituição de um panorama que possibilite inteligibilidade das principais características e impactos do catarismo na sociedade e Igreja medievais, apresentamos como fontes básicas de consulta: FALBEL (2007), FRANCO JR (2018), GODES (1995), MACEDO (2000). Estas obras também servem para o conhecimento das medidas tomadas pela Igreja e nobreza laica para perseguir e refrear a heresia até sua extinção. Segue apresentação das principais fontes em uso:

“Heresias Medievais”, FALBEL (2007), talvez seja o único livro encontrado até agora com capítulos explicativos para a maioria das heresias – ao menos as mais populares e que tiveram influência na posteridade – e alguns comparativos entre as que já existiam. Também retrata o início de cada heresia e o histórico dos principais acontecimentos. Obra selecionada para compreensão das diferenças e semelhanças entre as heresias mais populares do século XII. O artigo “Catarismo, uma Manifestação Utópica Medieval”, Franco Jr (2018), retrata a heresia cátara no sentido utópico medieval. As configurações da heresia afirmam esta ideia e fazem conexão com outros pensamentos como ideologia e mitologia. “Los Cátaros: problema religioso, pretexto político”, GODES (1995), aborda a história da heresia cátara, sua configuração e seu marco geográfico (o Languedoc). Esta obra foi escolhida como bibliografia de principal referência, pois tratasse de publicação com grande riqueza de informações sobre os cátaros. “Heresia, Cruzada e Inquisição na França Medieval”, MACEDO (2000), descreve a heresia cátara durante a Cruzada Albigense (1209-1244), com o ataque da Igreja Católica aos centros urbanos cátaros, do sul da França, e a tentativa de, parte, da nobreza occitana em lutar para manter suas propriedades e títulos frente a invasão do norte apoiada pelo poder papal.

RESULTADOS

A Cosmogonia Cátara tinha como principal preceito o dualismo, a crença metafísica na coexistência eterna de dois princípios opostos, iguais em poder e eficácia, cada um com seu papel no equilíbrio do universo. De Deus (O Bem) provinha a pureza espiritual e a perfeição, Ele era o criador dos anjos e dos espíritos. De Satã (O Mal), provinham os defeitos, as imperfeições, a corrupção, a criação de toda matéria, inclusive os seres humanos (MACEDO, 2000). Para tanto, a Igreja Cátara não se materializava sobre nenhuma construção de pedra, madeira ou qualquer aparelho físico, não havendo ambientes específicos construídos para realização dos cultos. O catarismo continha vários rituais, como o *consolament*, o sacramento que tornava um integrante em “perfeito”. Este era o rito de ordenação para a elite espiritual e de “extrema-unção”, para os crentes moribundos da comunidade. Existia o *aparelhament*, a confissão em público ou individual com absolvição coletiva – mas sem caráter sacramental (FRANCO JR, 2018). Também tinham o *melhorament*, rito de saudação entre os perfeitos, onde a inclinação do corpo era repetida três vezes e se dizia “*Bon Home ou Bona Dona, la bendicion de Dios y la vuestra*” (Bom Homem ou Boa Mulher, a bênção de Deus e a Vossa). Por fim, o *Endura*, sacramento utilizado quando acontecia algum suicídio místico, onde os cátaros jejuavam até a morte (GODES, 1995).

Um dos fundamentos cátaros é a ideia de que os homens são anjos caídos. O ser humano foi aprisionado pelo demônio no corpo material, que é considerado corrupto e vil. Esta parte das crenças teria sua origem no maniqueísmo, no zoroastrismo e no budismo. No catarismo Jesus Cristo era considerado um anjo, juntamente com Maria e João (evangelista). Jesus, como criação de Deus era inferior a Ele, então não seria possível uma Santíssima Trindade, onde todos seus elementos têm a mesma autoridade. Segundo esta heresia, Jesus não encarnou como humano, mas assumido uma falsa aparência material de carne e osso. Dessa forma, não teria comido ou bebido, sentido frio ou calor, nem morrido ou ressuscitado (FRANCO, 2018). Com esse pensamento, os cátaros iam contra o maior dogma da Igreja Católica, no qual se baseia toda sua fé: a ressurreição de Jesus.

O catarismo só acreditava no Novo Testamento, suas crenças estavam, especialmente, sustentadas no Evangelho de João, em Atos dos Apóstolos e nas Epístolas de São Paulo, sobre os quais o movimento fazia suas próprias interpretações. Mesmo com toda a vigilância imposta pela Igreja Católica, o catarismo conseguiu se desenvolver, difundindo-se pela Europa e tornando-se um movimento religioso sectário. Normalmente, a configuração das heresias era limitada a uma contestação e/ou adaptação de preceitos pré-existentes no catolicismo. Embora esses pensamentos fossem divergentes, não buscavam romper completamente com a Santa Madre Igreja. De forma diferente, os cátaros criaram uma Igreja independente, com doutrinas, cultos e fundamentos próprios. Esta heresia pregava não apenas modificações, mas a extinção da Igreja Católica. Os fundamentos lançados pelos cátaros serviram de inspiração para o aparecimento de outros movimentos contestatórios e de afronta a hegemonia da Igreja Romana medieval. A “utopia” entre os cátaros é a busca pela pureza absoluta, para alcançá-la era necessário renunciar a todo contato de natureza sexual e qualquer alimento com relação a procriação (como carne, leite, queijo e ovos). Deviam negar tudo que pudesse ligá-los ao mundo terreno ou sujá-los com o pecado carnal/material. A condição de “perfeito” era justamente a rejeição total e definitiva de qualquer prática sexual, pelo perigo que ela representava para a alma. A Igreja Católica atribuiu aos cátaros práticas sexuais desregradadas, sodomíticas, incestuosas e libertinas, o que pode ser considerado uma falácia, buscando a deslegitimação do movimento (FRANCO JR, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que o surgimento de ações heréticas fundamentava e inspirava o aparecimento de novos movimentos contestatórios ao comportamento da Igreja Medieval. A propagação de heresias foi o motor da constituição do Tribunal do Santo Ofício, que tinha como objetivo controlar, identificar, punir e suprimir pensamentos e organizações sociais que se opusessem aos dogmas da Santa Madre Igreja. A heresia cátara pode ser percebida como quebra de protocolo da doutrina da Santa Madre Igreja. Essa Igreja paralela à cristandade praticava a castidade de forma radical, tinha horror ao juramento, levava a vida humilde dos apóstolos, recusava os alimentos da carne, desapreciavam os bens materiais e rezavam dia e noite (o Pai Nosso era a principal oração). (GODES, 1995). A heresia cátara apresentava-se como uma afronta direta ao poder, suntuosidade, exploração e desmandos da Igreja Romana. Mas pesa também ter suas raízes fortemente estabelecidas na região sul da França, o Languedoc. Um território que gozava de grande independência e resistência frente a autoridade centralizadora do rei francês (Filipe II – 1180-1223) contendo uma tradição cultural e linguística diferenciada em relação ao resto da coroa. Suprimir com violência extrema a contestatória e desagradável Igreja Cátara correspondia tanto a interesses (ditos) espirituais/religiosos, por parte do Papado, como seculares/territoriais, por parte da coroa francesa. Para tanto, a promoção de uma Cruzada (Albigense), que ao mesmo tempo extermina a heresia e unifica o território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FALBEL, Nachman. **Heresias medievais**. 1º Edição, São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

GODES, Jesús Mestre. **Los Cátaros: problema religioso, pretexto político**. Barcelona: Península, 1995.

FRANCO JR, Hilário. **Catarismo, uma Manifestação Utópica Medieval**. Topói, Rio de Janeiro, v. 19 n.38, mai/ago, 2018.

MACEDO, José Rivair. **Heresia, Cruzada e Inquisição na França Medieval**. Porto Alegre: Edípurs, 2000.

JOGOS E MEDIEVO: IMAGENS QUE EVOCAM A MORTE EM *APOCALIPSIS: HARRY AT THE END OF THE WORLD*

BÁRBARA DENISE XAVIER DA COSTA¹

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPel) - barbara.ou.berel@hotmail.com.br

Resumo: Na Idade Média Ocidental a morte teve seus simbolismos próprios, que ainda hoje estão presentes em nosso cotidiano, como verificável em *Apocalipsis: Harry at the end of the world* (2018), videogame que narra a história de Harry, que parte numa jornada em busca de sua amada, enfrentando perigos ambientados num pretense medieval. O objetivo desta pesquisa é, então, identificar e entender algumas simbologias e imagens presentes no jogo, especialmente de uma captura de tela em específico, para melhor perceber o clima de morte que confere ao jogo uma atmosfera densa e lúgubre. Nos inspiramos em outras investigações realizadas por pesquisadores que trabalham com Recepções do Medieval, bem como se apóia no conceito de hiper-realismo elaborado por Umberto Eco e também em Claus Clüver, através da intermedialidade.

Palavras chave: Morte, Jogos eletrônicos, Recepção do Medieval, *Apocalipsis*.

INTRODUÇÃO

De acordo com Umberto Eco (1989, p. 78), nós da atualidade ainda temos contas a acertar com a Idade Média. É inegável que a presença dela ou de elementos oriundos da mesma se fazem presente no nosso dia-a-dia. Frequentemente, por exemplo, ouvimos frases alegando que tal atitude é medieval, e geralmente são afirmações que remetem a aspectos medievais ditos negativos. Numa sociedade em que o cristianismo ainda é grande influência, como é a ocidental, é compreensível que concepções e simbologias de e sobre a morte oriundos do Medieval estejam circulando nas conversas, nas religiões, na mídia. A morte é a certeza universal. Mas, para Norbert Elias (1982), ela era “[...] tema mais aberto e frequente nas conversas na Idade Média do que hoje.”

Uma das mídias que se apropriam de elementos do Medieval, em maior ou menor grau, são os jogos eletrônicos. Já se torna comum que historiadores sejam consultados para uma melhor experiência do usuário, ou então que os próprios desenvolvedores busquem as referências que necessitam. No caso de *Apocalipsis: Harry at the end of the world* (2018), as influências estéticas foram trazidas do fim da Idade Média (séculos XIV, XV, XVI). O objetivo desta pesquisa é, então, identificar e entender algumas simbologias e imagens presentes no videogame, especialmente de uma captura de tela em específico, para melhor perceber o clima de morte que confere ao jogo uma atmosfera densa e lúgubre. Nos inspiramos em outras investigações realizadas por pesquisadores que trabalham com Recepções do Medieval, bem como se apóia no conceito de hiper-realismo elaborado por Umberto Eco e também em Claus Clüver, através da intermedialidade.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Apocalipsis: Harry at the end of the world é a história de busca de Harry por sua amada, Zula. Após ela desaparecer ao ir atrás de uma estrela cadente, o protagonista a procura em vários lugares, seguindo algumas pistas e enfrentando perigos diversos. Os cenários do jogo, por ele ser do tipo *point-and-click*, são um tanto estáticos, deixando a interação do personagem com a narrativa através de pequenas figuras que se movem. Sendo assim, embora todo o videogame seja importante para uma compreensão mais holística, usaremos apenas uma captura de tela do mesmo para análise; mas tal escolha não se revela por acaso, já que a captura de tela apresenta um conjunto de elementos ricos a serem examinados.

Os estudos de Recepção do Medieval se fazem atualmente necessários para entender como e principalmente o porquê de elementos tidos como medievais aparecem em mídias

atuais.¹ Se faz necessário citar aqui o trabalho dos autores César Henrique de Queiroz Porto e Luiz Gustavo Soares Silva, que investigam como são representados os *hassassin* no jogo eletrônico *Assassin's Creed* (2015); o trabalho de Martine Meuwese em perceber como são apropriadas e ressignificadas iluminuras medievais em *Monty Python Em Busca do Cálice Sagrado* (2004); e o trabalho de Daniele Gallindo Gonçalves Silva (2016) com livros infantis de Cornelia Funke e suas inspirações no imaginário medieval. Basicamente, o que estas pesquisas têm em comum são as formas de analisar as suas fontes, de forma comparativa, para verificar diferenças e semelhanças entre passado e presente. Porém, não é só um simples elencar dessas divergências e convergências, como também verificar por quais motivos elas se encontram ali. Portanto, pesquisas como essas se fazem relevantes aqui por servirem de base metodológica para este resumo.

O conceito de intermedialidade explorado por Claus Cluver em seu artigo de 2011 nos é caro pois *Apocalipsis* é classificável, de forma geral, como um jogo com *referências intermidiáticas*, pois "[...] se trata de textos de uma mídia só (que pode ser uma mídia plurimidiática), que citam ou evocam de maneiras muito variadas e pelos mais diversos motivos e objetivos, textos específicos ou qualidades genéricas de uma outra mídia." (2011, p. 17). Segundo Cluver, das subcategorias que fazem parte da intermedialidade, as referências intermidiáticas são extremamente comuns. *Apocalipsis* busca referências tanto visuais quanto narrativas no Medievo (aqui, especificamente, vamos investigar algumas referências visuais).

Ainda é fundamental, não só para compreender o videogame todo mas principalmente para a captura de tela que nos propomos a considerar aqui, o conceito de *hiper-realismo* de Eco (1984), ou *bricolagem*. "Eis a razão dessa nossa viagem pela hiper-realidade, à procura dos casos em que a imaginação [...] deseja a coisa verdadeira e para atingi-la deve realizar o falso absoluto; e onde as fronteiras entre o jogo e a ilusão se confundem [...]." (1984, p. 14). *Apocalipsis* não se apropria apenas de figuras oriundas do Medievo, mas também recorre a outros elementos de outras temporalidades para conferir maior coerência em sua estética e narrativa.

RESULTADOS

Antes de mais nada, a imagem do jogo a ser analisada é a seguinte:

Fig. 1: Captura de tela de *Apocalipsis*.



(Fonte: PUNCH PUNK GAMES, 2018. Disponível em: <
<https://store.steampowered.com/app/505330/Apocalipsis/>> . Acesso em: 05 jul. 2019.)

¹ Mas não só em mídias. Por exemplo, em seu artigo "Para uma (re)mitificação dos *Nibelungen* no período entre Guerras Mundiais", Daniele Gallindo Gonçalves Silva (2014) discute "[...] a relação estabelecida entre *Das Nibelungenlied* e suas releituras nos períodos de Guerras em território alemão" demonstrando que estudo de Recepção do Medievo podem ser úteis para entender a construção de mitos políticos.

O protagonista Harry (no plano inferior esquerdo da imagem) necessita adentrar nesta embarcação para prosseguir viagem, e para isso precisa vencer e/ou adivinhar pequenos desafios através da coleta de alguns objetos. A viagem ainda está no início e tudo parece indicar que algo terrível aconteceria, o que realmente se concretiza duas fases depois no jogo, quando o barco afunda por ações de um ser marinho assemelhado a um *Kraken*.

Em um plano geral, a captura de tela demonstra que esta fase do videogame pode ter sido inspirada em *A nau dos insensatos*, livro de Sebastian Brant escrito em 1494 onde o autor critica os diversos vícios que ele constatou na sociedade de seu tempo, através de uma perspectiva moralizante (VOLOBUEFF, 2010, p. 13). Neste livro, podemos observar algumas xilogravuras que foram produzidas a fim de reforçar a ideia de que os loucos, com seus vícios, vão todos em uma embarcação “rumo à Insetolândia”, o que poderia ser interpretado também como rumo à própria morte. Tal ideia é corroborável justamente pelo exposto no final do parágrafo anterior.

Fig. 2: Fragmento da primeira xilogravura em *A Nau dos Insensatos*.



(Fonte: BRANT, 2010, p. 19. Disponível em: <

<http://www.martinsfontespaulista.com.br/anexos/produtos/capitulos/626411.pdf>> Acesso em: 17 set. 2019.)

Dissecando melhor os elementos menores da Figura 1, podemos começar por um conjunto de três figuras que remetem ao rastro de destruição que as pandemias de peste bubônica causaram na Europa. Temos então um rato grande, o vetor da peste, que na época da segunda grande pandemia (1347) era o rato preto. Segundo John Frith (2012, p. 11) esta pandemia mudou drasticamente a sociedade da época², inclusive sua forma de encarar a morte.³ Havia também os médicos que cuidavam das pessoas infectadas, hoje conhecidos como médicos da peste, que embora tenham atuado na época da peste negra tiveram suas indumentárias registradas visualmente apenas em 1656 por Paulus Fürst (FRITH, 2012, p. 14). Na captura de tela podemos observar um ser que traja vestes semelhantes às que estes médicos utilizavam, inclusive o bico de pássaro, que era preenchido com ervas aromáticas a fim de

² No idioma original, “On more than one occasion plague irrevocably changed the social and economic fabric of society.”

³ Como bem rememorado por Norbert Elias (1982), o surgimento da *dança da morte* como a conhecemos parece ter sido uma consequência do crescimento das cidades e do advento da peste negra.

dissipar odores e prevenir infecções. Para completar o visual, foram adicionados pequenos chifres na criatura. Por fim, ao lado deste ser vemos um corpo masculino já em decomposição, onde se evidenciam os bubões. Tudo isso é reforçado pela ato de Harry ao pôr a mão no nariz, o que indica que havia mesmo um clima nauseabundo no local.

Prosseguindo, vemos que dentro do mar aparece a cabeça de um animal marinho. Em diversos mapas medievais e em relatos de viagens, especialmente os do fim da Idade Média e início das Grandes Navegações, aparecem diversos animais marinhos, tanto os conhecidos como os imaginários, representando os receios do mar que as pessoas tinham. Segundo Cristina Brito, "Na origem destas fábulas está, sem dúvida, o desconhecido, o medo e as alucinações. Mas também, certamente, a vontade de desencorajar aqueles que fossem tentados a seguir os primeiros marinheiros da expansão pelos caminhos secretos do mar." (2006, p. 87).

Também se pode notar uma figura alada, com corpo de pássaro e rosto de humano. Este ser sai da boca do monstro marinho⁴ após este último ingerir um braço cortado por Harry do corpo desfalecido citado dois parágrafos atrás. Aqui podemos retornar ao conceito de hiper-realismo de Eco. O pássaro metade humano não parece ser uma figura saída do Medievo; é mais provável que o mesmo seja uma referência à Ba, que seria a "alma" do ser humano na concepção do Egito Antigo. Mas ela é uma "alma" muito mais relacionada justamente à pessoa morta do que à pessoa viva: segundo a terceira nota de rodapé de Cintia Alfieri Gama Rolland em seu trabalho de 2015, baseado em L. Zakbar, "O Ba é uma personificação da força vital, física e psíquica da pessoa, é a verdadeira natureza e forma do morto, um alter ego personificado do morto." (ROLLAND, 2015, p. 11).

Sentado no mastro do navio, há um esqueleto com indumentária de bispo, que segura nas costas um saco e está rodeado por um enxame de moscas. É possível que a imagem de um esqueleto possa transmitir, de forma universal, a ideia de morte, seja o esqueleto a própria personificação da morte ou não. Parece que este em específico está a observar o andamento da viagem no barco e poderia servir também como um aviso de possíveis perigos adiante, no jogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas, é perceptível que, de fato, há uma atmosfera de morte que permeia o jogo. Futuramente, pretendo prosseguir com uma avaliação total do jogo a nível de mestrado, pois o videogame apresenta várias outras cenas interessantes que merecem ser estudadas também.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOCALIPSIS Full Walkthrough and Guide - Harry at the end of the world. Disponível em: https://steamcommunity.com/sharedfiles/filedetails/?id=1318461892&fbclid=IwAR3cNPNBu_IMAMuQy_sC6CTTQZdesoS87o2Jiby63o-OuyHFffbNE91Cs3Q. Acesso em: 03 jul. 2019.

BRANT, Sebastian. **A nau dos insensatos**. São Paulo: Octavo, 2010. p. 13 - 20. Disponível em: <http://www.martinsfontespaulista.com.br/anexos/produtos/capitulos/626411.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

CLÜVER, Claus. Intermidialidade. **Pós**, 1 (2), p. 8-23, 2011. Disponível em: <https://www.eba.ufmg.br/revistapos/index.php/pos/article/view/16/16>. Acesso em: 03 jul. 2019.

ECO, Umberto. Dez modos de sonhar a Idade Média. In: ECO, Umberto. **Sobre os espelhos e outros ensaios**. Tradução de Beatriz Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 74-85.

⁴ Ou é cuspidor, depende do ponto de vista.

ECO, Umberto. **Viagem na irrealidade cotidiana**. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 9-18.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos, seguido de “Envelhecer e morrer”**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2012.

FRITH, John. The History of Plague – Part 1. The Three Great Pandemics. **Journal of Military and Veterans’ Health**, v. 20, n. 2, p. 11 - 16, 2012. Disponível em: https://jmvh.org/wp-content/uploads/2012/12/JMVH_History-of-Plague.pdf. Acesso em: 17 set. 2019.

MEUWESE, Martine. The animation of Marginal Decorations in “Monty Python and the Holy Grail”. **Arthuriana**, vol. 14, n. 4, 2004, p. 45 - 58. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/27870655?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 06 jun. 2019.

PORTO, César Henrique de Queiroz; SILVA, Luiz Gustavo Soares. Cultura da mídia e medievalidade: uma análise do videogame Assassin’s Creed. **Domínios da Imagem**, Londrina, v. 9, n. 17, p. 257-276, jan./jun. 2015.

PUNCH Punk Games. **Apocalipsis**. Varsóvia, 28 fev. 2018. Disponível em: <https://store.steampowered.com/app/505330/Apocalipsis/>. Acesso em: 05 jul. 2019.

ROLLAND, Cintia Alfieri Gama. Evitando a “Segunda Morte”: a necessidade alimentar do morto para manter-se vivo no Egito Antigo. **Rever (PUCSP)**, v. 15, p. 10 - 30, 2015.

SILVA, Daniele Gallindo G. Sobre "cavaleiras": a (re)criação do medievo em Cornelia Funke. **Pandaemonium Germanicum**, v. 19, n. 29, p. 1-20, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/pg/article/view/128165>. Acesso em: 03 jul. 2019.

VOLOBUEF, Karin. Introdução. In: BRANT, Sebastian. **A nau dos insensatos**. São Paulo: Octavo, 2010. p. 13 - 18.

CAROLÍNGIOS E NÓRDICOS NO SÉCULO XXI: ANÁLISE DE UMA RECEPÇÃO DO CERCO À PARIS (SÉC.IX) NA SÉRIE TELEVISIVA *VIKINGS*

GREGORY RAMOS OLIVEIRA¹; MARIANA BARBOSA LEITE².

¹Universidade Federal de Pelotas – gramosoliv@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – mariana.barbosa.leite@gmail.com

Resumo: É no período classificado como Alta Idade Média que nos deparamos com eventos que serão interpretados desde o século XIX como os responsáveis pela gênese de comunidades imaginadas *a posteriori*, sendo a referência para que franceses, ingleses, alemães e escandinavos legitimem a existência de suas nações em suas correspondentes medievais. Como resultado, surge o apelo da literatura e de outras manifestações da arte em (re)criar o passado mítico medieval, gerando uma corrente de recepções que irá adaptar-se ao mercado e buscar clientes numa versão *pop* de um medievo sonhado. É nesse contexto que, com ecos Wagnerianos, a figura do “*Viking*” irá chegar aos séculos XX e XXI, principalmente nos meios musicais e cinematográfico. O “bárbaro”, cuja violência associada evocava, dentro do *heavy metal* escandinavo, um discurso de busca por raízes em um paganismo “suprimido”, ganha ares heróicos que, com o cinema e as séries, irão colocá-lo na posição de protagonista, ao passo que a “civilização” – representada, no caso selecionado, pela França Ocidental do século IX – irá ser o elemento antagonico. O presente trabalho tem por objetivo analisar o arco de episódios relacionados ao Cerco à Paris apresentado pela série *Vikings* (History Channel), propondo reflexões acerca da maneira que o autor constrói a figura da realeza Carolíngia, dentro de um contexto que ressignifica não somente os “*vikings*”, como os diversos arquétipos outrora associados ao medievo, principalmente encarnado na dicotomia Civilização e Barbárie, a serem desconstruídos de acordo com a demanda do consumo de recepções no século XXI.

Palavras-chave: Vikings, Francos, Recepção.

INTRODUÇÃO

Desde o fim do século VIII, os escandinavos suscitaram terror aos habitantes do Ocidente Europeu da Alta Idade Média. Seus *raids* sobre as costas anglo-saxãs e francas, levaram a atribuição, pelos outrora “invasores” da Britânia, ao termo que seria anacrônica e genericamente atribuído aos homens e mulheres do norte. Apesar de as fontes contemporâneas a chamada “Era Viking” (séc. VIII-XI) utilizarem tanto o termo *vikingr* ou mesmo *pirata*, e a historiografia tradicional e a opinião contemporânea tenderem a generalização “normando” ou mesmo “viking” para uma designação étnica dos habitantes da Escandinávia que foram protagonistas destas expedições (MUCENIECKS, 2010), no presente trabalho iremos optar pelo termo “nórdico”, limitando o vocábulo “Vikings” ao nome da série em questão e “*viking*” à “nação” das personagens nórdicas representadas na série.

As recepções da temática relacionada aos nórdicos têm se valido, contemporaneamente, de uma “desconstrução” do arquétipo outrora pejorativo associado ao “bárbaro”, sem, no entanto, apresentar uma versão menos mitificada dos piratas escandinavos. Como efeito disso, a relativização da dicotomia entre civilizados e não-civilizados apresentada na série *Vikings* tem por argumento o objetivo de apresentar um “viking” mais próximo do “oficial” que, no entanto, demonstra mais um discurso contemporâneo sobre identidades que o público moderno imagina sendo históricas, do que os nórdicos do século IX *per se*. Dentro da lógica que reabilitou o “bárbaro”, é natural que o antagonista seja justamente o que se entende por civilização, os monarcas britânicos e francos, numa relativização da própria dualidade civilização *versus* barbárie em si.

Este trabalho irá abordar a questão da forma como determinados fatores discursivos, seja por pressões ideológicas e/ou de um mercado consumidor de recepções do medievo, irão ser responsáveis pela construção da recepção do cerco à Paris, um dos principais marcos da expansão nórdica durante o crepúsculo da Alta Idade Média, salvo o deslocamento temporal das batalhas “oficiais” (845 e 885) e da apresentada na série (804). A já ressaltada dualidade entre o que se entende por civilização e barbárie será paradigmática em nosso trabalho, sem a

pretensão de quaisquer juízos de valor acerca da veracidade (ou não) do relato como foi apresentado pela narrativa da série.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A Idade Média (ou qualquer outro período histórico representado *a posteriori*) sempre foi imaginada com características atribuídas por contextos contemporâneos, dizendo mais sobre o momento em que esta ou aquela temática medieval foi recebida do que sobre o recorte temporal abordado em si¹. Assim sendo, é natural encontrarmos discursos contemporâneos dentro da narrativa, como, por exemplo representatividade feminina na série *Vikings*. No entanto, quando observamos temáticas menos específicas, como a representação do “outro” – neste caso, as monarquias cristãs – dentro do contexto abordado, a primeira discussão que se faz evoca a forma como nórdicos e não-nórdicos foram (e por vezes continuam sendo) representados pela contemporaneidade. Partindo das raízes Wagnerianas, pioneiras na (des)construção do “bárbaro” em *Der Ring des Nibelungen* (1876), dentro da esfera cinematográfica temos exemplos como *Alexander Nevsky* (1938), que já iniciam a retórica que irá questionar a posição dos cavaleiros católicos como protagonistas, ainda que os Rus’ apresentados no filme estejam se defendendo de invasores (caso contrário ao escolhido), e que o contexto de produção da película seja completamente diverso de vários exemplos contemporâneos².

A medida que o século XX avança, o impacto da violência dentro de diversas recepções “bárbaras”, como as adaptações ao cinema de *Conan the Barbarian* (1982) e, paralelamente, a ascensão da temática *viking* enquanto um discurso identitário no *heavy metal* escandinavo (SILVA; ALBUQUERQUE, 2016), irá refletir na apropriação de heróis “rústicos” e virtuosos que, já no século XXI, serão representados em *Vikings*. Buscando definir o “ser bárbaro”, Tzvetan Todorov apresenta uma argumentação que nos faz considerar não apenas a aparente dualidade existente entre *vikings* e não-*vikings* dentro da série, mas entre o Mundo *Viking* e o nosso. É sintomático que diversas recepções do medievo apresentem uma versão “bárbara” de medievo, que “desconhecem a humanidade do outro” (TODOROV, 2010, p. 16), o que não é exclusividade desta ou daquela facção dentro da série, mas de todo o contexto e faz parte de certa normalidade, algo a ser esperado pela audiência.

Outro aspecto preponderante está na preocupação do produtor da série, Michael Hirst, em apresentar uma versão mais “histórica” dos nórdicos. Hirst, que já produziu ficções históricas como *Elizabeth* (1998), *The Tudors* (2007-2010) e *The Borgias* (2011-2013), justifica, respondendo à diversos usuários do site *reddit*³, a historicidade de *Vikings* em sua parceria com o historiador Justin Pollard, com o qual publicou o livro *The World of Vikings* (2015). Entretanto, apesar de justificar que a série se valha de desvios da “história oficial” em virtude de sua natureza dramática, Hirst tem ciência do impacto da série *Vikings* para sua audiência, em específico a escandinava, que se sente representada pelas personagens e narrativas apresentadas.

¹ “Dessa forma pode-se defini-lo [o conceito de recepção do medievo] ‘não somente [como] percepção e representação da história, mas também [como] discussão e apropriação ou rejeição; portanto [como] toda **mediação** e **presentificação** do passado’” (KÖHN apud SILVA, 2016, p. 4, grifos nossos).

² *Alexander Nevsky* difere de *Vikings* pela posição que os protagonistas se encontram, e é uma clara propaganda de Sergei Eisenstein contra o Terceiro Reich (HAYDOCK, 2008, p. 174). Em um exemplo, *Kingdom of Heaven* (2005) identifica no invasor (os Cruzados) tanto o protagonista quanto alguns elementos antagônicos, num contexto de produção marcado pela Invasão Americana ao Afeganistão (2001) e Iraque (2003) (Idem, p. 134-164). Já a série *Diriliş: Ertuğrul* (2014-2019) apresenta os Cruzados como um dos antagonistas, enquanto o protagonista é pai de Osman, primeiro dos Otomanos, refletindo o contexto da ascensão do nacionalismo turco da década de 2010.

³ As principais respostas foram publicadas em 11 de fev. de 2015 no site *AMA Highlights*. Disponível em: <http://amahighlights.com/michael-hirst/>. Acesso em 23 de set. de 2019.

É necessário salientar que comunidades tão distantes temporalmente entre si são capazes de forjar tais identidades imaginadas em virtude de processos que Patrick Geary (2005) e Benedict Anderson (1993) já abordavam anteriormente. A busca por tais (re)constituições identitárias ocorrem justamente num momento em que comunidades como os escandinavos (e os que se entendem como ocidentais, no geral) questionam-se sobre a natureza de sua própria comunidade frente ao “outro”. Stuart Hall irá classificar tal condição como inerente da pós-modernidade e das trocas culturais da globalização, numa espécie de “reação defensiva” dos grupos dominantes frente à “ameaça” de outras culturas (HALL, 2014, p.50). Entretanto, reduzir a audiência de *Vikings* ao público consumidor de discursos nacionalistas é ignorar a pleora de fatores que conduzem diversos indivíduos ao redor do globo à assistir a série e a identificação por parte de escandinavos muito provavelmente se trata de efeito e não causa da produção da série.

Dentro do contexto de questionamento de valores culturais e de apropriação do *viking* por consumidores de todo o globo, é necessário que voltemos nossa atenção para a problemática do cerco à Paris pelos *vikings*. Apesar de a historiografia registrar dois importantes cercos à capital da França Ocidental (COLLINS, 1991), a narrativa da série adianta algo entre quatro e oito décadas o confronto. Em quatro episódios da terceira temporada⁴, as tropas de Ragnar Lodbrok entram em choque com os Francos. O objetivo do cerco é o espólio da riquíssima capital franca, algo obtido no cerco de 885.

Fontes primárias sobre os eventos são exclusivamente cristãs. Nos *Annales Bertiniani*, uma menção é feita ao cerco que se encerraria com o pequeno pagamento de 7000 lb de prata por Carlos, o Calvo (NELSON, 1991, p. 68). No bem-sucedido saque de 885, Carlos, o Gordo será o líder franco a ser humilhado pelos agressores, o que será registrado na obra *Abbonis Bella Parisicae Urbis* (RIGG; ADAMS, 2004). Cabe ressaltar que, em ambas as fontes, o inimigo invasor preenche o lugar do “outro”, algo diametralmente oposto ao que foi apresentado na série. Da mesma forma que as fontes retratam os nórdicos como “o outro” desumanizado, devemos buscar o raciocínio de que os produtores da série tenham possivelmente tentado criar uma versão do cerco à Paris por uma ótica *viking*, um ato antes voltado para cumprir a demanda mercadológica do que propriamente uma representação de um passado histórico “real”.

RESULTADOS

A análise das fontes selecionadas, e a comparação dos relatos documentais sobre os cercos à Paris e a versão de *Vikings* constitui um dos elementos necessários para a interpretação desta recepção do medievo, em especial, nas representações de francos e escandinavos, reis carolíngios e heróis *vikings* num contexto de encruzilhada identitária do “Ocidente”, onde discursos que prezam pela nostalgia de um Medievo Imaginado (mas alternativo ao Medievo Romântico, pressupondo-se “histórico”) passam a tomar cada vez mais a cultura de massas popular.

Após uma extensa análise da temática selecionada (a representação do “outro” carolíngio em *Vikings*), recortes específicos serão esmiuçados. Um deles – a maneira como a decadência do *Imperium* de Carlos Magno é abordada – constituirá doravante importante foco dentro do projeto de pesquisa que o autor desenvolve, na qualidade de orientando da Prof. Dr. Daniele Gallindo Gonçalves Silva⁵, no qual abordo recepções do primeiro Imperador da França

⁴ Paris (S03E07), To the Gates! (S03E08), Breaking Point (S03E09) e The Dead (S03E10), escritos por Michael Hirst e dirigidos por Kelly Makin (episódios 7 e 8) e Ken Girotti (episódios 9 e 10), foram ao ar entre 2 e 25 de abril de 2015. Informações disponíveis em: https://vikings.fandom.com/wiki/Siege_of_Paris. Acesso em 28 de set. de 2019.

⁵ Intitulado “Releituras do Medievo: A recepção da Idade Média (*Mittelalterrezeption*) do século XIX ao XXI”, o projeto conta com apoio da Universidade Federal de Pelotas em parceria com a Otto-Friedrich-Universität Bamberg, Alemanha.

do século IX ao XXI. Além disso, futuras análises de temáticas relacionadas ao Medievo imaginado na série *Vikings* serão a base para futuras publicações da co-autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por compreender os contextos que levam a produção de determinado produto que, seja ele uma charge ou uma obra de literatura, pretende-se histórico (sem abandonar a classificação de ficcional) constitui em um complexo exercício de semiótica que necessita de um embasamento multidisciplinar. Ainda que seja virtualmente impossível asseverar de forma objetiva quais os fatores que influenciaram na apropriação da parte do público de uma temática de certa forma distinta do mundo contemporâneo (e, inclusive, da historiografia), constitui um importante dever o estudo de recepções que, para o público, podem ser consideradas como entretenimento por entretenimento, mas também podem encarnar as aspirações nacionalistas de coletividades que veem suas identidades “ameaçadas” sendo representadas “da forma como deveriam”. Se mesmo o produtor da fonte muitas vezes não tem ciência do impacto de sua produção em questões semelhantes, o historiador deve estar vigilante para que os discursos que buscam versões “heróicas” de um passado imaginário não terminem por tornar *mainstream* a visão de um Alto Medievo fictício, legitimador da “barbarização” do “outro” pela sua “civilização”, sejam eles os “herdeiros” dos cristãos medievais ou dos “vikings” pagãos, “neocruzados” ou “vikings” estadunidenses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo.** Traduzido por Eduardo L. Suárez. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, S.A., 1993.

COLLINS, Roger. **Early Medieval Europe: 300-1000.** London: Macmillan Education LTD, 1991.

GEARY, Patrick J. **O Mito das Nações: a Invenção do Nacionalismo.** Tradução de Fábio Pino. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

GOMÉZ PONCE, A. Sobre barbarie y series de TV: Una metáfora para pensar la alteridad cultural. **Question.** v.1, n.59, p.e065, 20 jul. 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HAYDOCK, Nickolas. **Movie Medievalism: The Imaginary Middle Ages.** Jefferson: McFarland & Company Inc. 2008

MUCENIECKS, André Szczawlińska. Notas sobre o uso do termo viking: usos, abusos, etnia e profissão. **Revista Alethéia de Estudos sobre Antiguidade e Medievo.** v.2, n.2. ago-set. de 2010, p.1-10.

NELSON, Janet L. **The Annals of St. Bertin: Ninth-Century Histories, Volume I.** Manchester: Manchester University Press, 1991.

OGG, Frederic Austin (Ed.). **A Sourcebook of Mediaeval History: Documents Illustrative of European Life and Institutions from the Germanic Invasions to the Renaissance.** New York: American Book Company, 1908.

POLLARD, Justin; HIRST, Michael. **The World of Vikings**. San Francisco: Chronicle Book LLC, 2015.

RIGG, A. G.; ADAMS, Anthony. A Verse Translation of Abbo of St. Germain's *Bella Parisicae urbis*. **The Journal of Medieval Latin**. v.14. p.1-68, 2004.

SILVA, Daniele G. G. Sobre "cavaleiras": A (re)criação do Medievo em Cornelia Funke. **Pandaemonium Germanicum**. Revista de Estudos Germanísticos. USP. São Paulo. v. 19, n.29, nov-dez. 2016, p.1-20.

SILVA, Daniele G. G.; ALBUQUERQUE, Maurício C. Para uma Recepção do Medievo: A Temática Viking no Heavy Metal (1988-1990). **Revista de História Comparada**, Programa de Pós-Graduação em História Comparada. UFRJ. Rio de Janeiro. v. 10, n.1, 2016, p. 230-261.

TODOROV, Tzvetan. **The Fear of Barbarians: Beyond the Class of Civilizations**. Tradução de Andrew Brown. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.

UMA BREVE ANÁLISE SOBRE À MAGIA: A PARTIR DO ADVERSUS HAERESSES DE IRENEU DE LIÃO

JESSICA ESPIRITO SANTO DA SILVEIRA¹

¹Universidade Federal de Pelotas – jescasilveira02@hotmail.com

RESUMO: O objetivo deste trabalho, em andamento, apresentar uma breve análise da magia gnóstica no final do século II, através das proposições do tratado *Adversus Haereses* ou *Contra as Heresias* de Ireneu de Lião. A igreja através de tratados, necessitava criar estratégias com a finalidade de legitimar-se em um período que o cristianismo não era ainda a religião oficial do império e várias outras vertentes surgiram, por exemplo, doutrina de Marcos, Simão, o mago, Menandro, Saturnino, Basíledes e Carpócrates. Vertentes que não eram aquelas desejadas pela igreja.

Palavras-chave: Magia, Gnosticismo, Ireneu de Lião.

INTRODUÇÃO

Ireneu de Lião é conhecido pelo seu feito histórico de identificar, examinar e refutar radicalmente o gnosticismo. O tratado *Contra as Heresias*, foi elaborada por volta de 180 d.C. por Ireneu de Lião em Gália. Os três primeiros livros foram produzidos no decorrer do pontificado do Papa Eleutério (175-189) e os dois últimos durante o do Papa Vítor (189-198), a obra foi escrita originalmente em grego, perderam-se com o tempo, mas detinha citações nos textos de Hipólito, Eusébio de Cesaréia e Epifânio. A obra de Ireneu foi traduzida em uma versão latina. Com a perda de influências dos Santos Padres a partir do século IV, Ireneu e sua obra foram esquecidas. Porém, no século XVI é que sua obra foi redescoberta por Erasmo que a organizou e pelo beneditino Massuet que a retraduziu, introduzindo subtítulos e a divisão em números e subdividiu a obra em cinco livros. No final do século II, Ireneu utilizou do poder simbólico para a difundir a doutrina gnóstica e afirmar a religião cristã. Nesse sentido, essa análise está centrada na observação de como Ireneu expõe à magia, através das estratégias textuais para demonstrar superioridade e consagração de uma verdade única acerca da fé e da crença.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLOGIA

Esse trabalho é de cunho documental e bibliográfica, ou seja, o documento fundamental para a compreensão da magia gnóstica é o tratado *Contra as Heresias* de Ireneu de Lião, cuja especificação da produção da obra foi identificar e refutar os movimentos gnósticos do final do século II. No trabalho apresentado, procurei centralizar análise no primeiro livro porque nele encontra as principais magias indicadas por Ireneu, na qual o autor procura demonstrar as relações de poder (BOURDIEU, 1989), contra os ás magias gnósticas e a relação sobre as vertentes em torno dos mistérios de cristo, resultando nos embates dos sistemas culturais, demonstrando que Ireneu utilizou do poder simbólico, com objetivo de invalidar o gnosticismo com viés cristão como emissários da legitimação de Cristo.

RESULTADOS

A designação da magia foi associada à magia natural, dirigida ao universo e a magia cerimonial, identificada pelos ritos cerimoniais. Todavia, a prática da magia natural detinha de muitos elementos cerimoniais. Alguns representantes da igreja nos primeiros séculos foram destinados a disseminação do cristianismo, os mesmos mesclaram os preceitos definidos nos dogmas da Igreja com a tradição local. Os pastores mesclaram à magia e o cristianismo, de acordo com os grupos geográficos, étnicos e sociais, em que os povos estavam inseridos, funcionou como um meio de aproximação para a evangelização. (MENDES, 1993)

Durante os primeiros séculos as crenças e práticas do cotidiano dos homens, eram vistas como paganismo as manifestações populares, de acordo com Giordano, a “religiosidade popular

de base, a expressão espontânea da massa, não nega nem renuncia a si mesma e assume novas conotações, desenvolve-se no tempo e no espaço em contato com novas experiências e em diferentes condições” (GIORDANO,1983). Um certo ponto que impossibilitou a expansão do cristianismo; difundindo a religião pagã com o cristianismo.

As inúmeras formas de crenças e práticas do cotidiano foram refutadas, o clero julgava necessário conhecimento das diferentes manifestações pagãs, portanto era relevante identificar, examinar e refutar a heresia ou o paganismo, os que manuseava a magia, eram denominados de magos. De acordo com Cardini, os magos conheciam as leis ocultas do universo, identificavam os caminhos das estrelas, conhecem as relações entre os planetas, as pedras preciosas e a alma humana (CARDINI,1996). Em vários documentos eclesiásticos o exercício da magia foi descrito por alguns padres da igreja, por exemplo, o padre Ireneu de Lião, identifica os sistemas gnóstico na sua obra *Contra as Heresias*.

Ireneu descreve no final do seu primeiro livro *Contra as Heresias*, sobre o Simão, o mago, na qual o autor da fonte indica Simão como responsável por todas as heresias, coloca Simão como responsável por heresias posteriores, por praticar magia e associação feita pelos habitantes da Samaria, o comparando com Deus, que não precede dos dogmas da igreja, ou seja, quem poderia ter a magia da cura, só os que foram apontados por Deus, que segundo Ireneu não era o Simão: “Este Simão fingiu abraçar a fé, pensando que também os apóstolos realizassem curas por meio da magia e não pelo poder de Deus [...] imaginando ser por causa de uma sabedoria mágica [...]” (IRENEU DE LIÃO,1995). Embora, Simão pertencesse ao gnóstico judaico do I século, que não foi distinto por Ireneu.

Além de Simão, o mago, Ireneu salienta sobre outros gnósticos praticantes de magia, por exemplo Carpócrates, pois os seguidores utilizavam de várias artimanhas e truques: “Eles também se servem da magia, de encantamentos, filtros, feitiços, espiritismo, hipnotismo e outros truques, afirmando não somente terem o poder [...] mas também em todas as coisas contidas nele [...]” (IRENEU DE LIÃO,1995). Para o autor essas condutas eram inaceitáveis, visto que só Deus poderia permitir estas práticas e segundo o autor, eles não teriam essa permissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado é um recorte da magia apontado por Ireneu de Lião como uma prática gnóstica, nessa breve análise fica visível o descontentamento do Ireneu de Lião as práticas relacionadas a magia. O discurso sobre os gnósticos, ou contra eles é uma tentativa da igreja de demonstrar poder, superioridade e de se estabelecer como verdade, salientando que o período analisado se encontra no século II. Ressaltando que o recorte do trabalho apresentado, está em andamento, do qual se pretende alcançar objetivos que não foram trabalhados ainda, por exemplo, o processo que originou o gnosticismo e a compreensão do contexto em que a fonte, *Contra as Heresias*.

REFERÊNCIAS

FONTE(S)

IRENEU DE LIÃO. *Contra as Heresias*. Trad. Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 1995.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

CARDINI, Franco. Magia e Bruxaria na Idade Média e no Renascimento. Tradução Sylvia Leser. de Mello São Paulo, *Revista IPUSP*, v. 7, n. 1/2, 1996. p.9-16 Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34530>> . Acessado em: 02/07/2019

FRANGIOTTI, Roque. **História das Heresias** (séculos I-VII): Conflitos Ideológicos dentro do Cristianismo. São Paulo: Paulus, 1995.

GIORDANO, Oronzo. **Religiosidad Popular em La Alta Edad Media**. Madrid: Gredos, 1983. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/378904381/Giordano-Oronzo-Religiosidad-Popular-en-La-Alta-Edad-Media>>. Acessado em: 02/07/2019

MACIEL, Betani. O folclore mágico europeu e a Igreja. **Revista Internacional de Folkcomunicação**., Ponta Grossa, v. 2, n. 4 2004. ISSN 1807-4960. Disponível em: <<http://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/460>> . Acessado em: 02/07/2019

MENDES, João Pedro. Da Magia na Antiguidade. Brasília. **Hvmanitas**- vol. XLV, 1993. p.199-212 Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas45/11_JP_Mendes.pdf> Acessado em: 02/07/2019

SANTOS, Márcio Gonçalves dos. **Processo de estigmatização dos gnosticismos em Contra as heresias de Ireneu de Lião**. 2009. 132p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em: <http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao_marcio-goncalves> Acessado em 22/06/2019

“SABIENDO LAS MANERAS DE VENCER”: ASPECTOS DA “IGLESIA MILITANT” NO SETENÁRIO DE ALFONSO X.

LÉO ARAÚJO LACERDA¹;

¹Universidade Federal de Pelotas – leoaraujolacerda@gmail.com

RESUMO: A presente comunicação explora o impulso por nomear os inimigos e a necessidade de formalização das crenças da religiosidade cristã peninsular durante a Reconquista, momento de crescimento das tensões e conflitos entre as distintas tradições religiosas compósitas do cenário espiritual ibérico. O Setenário possivelmente planejado após a tomada de Sevilha (1248) buscou unificar juridicamente a monarquia castelhana. Por vezes considerado um código impreciso e pouco estudado no quadro da produção legislativa afonsina, notamos a importância de retomar o desenho de uma tentativa de definição da Igreja e dos Sacramentos, bem como de atacar seitas idólatras, ressaltando a necessidade dos crentes de lutarem contra seus inimigos, internos e externos.

Palavras-chave: Setenário, Reconquista, Idade Média.

INTRODUÇÃO

O *Setenário* possivelmente planejado pelo pai de Alfonso X, o Sábio, foi redigido de forma semelhante aos posteriores dispositivos legais em Castela e Leão, quer dizer, a partir da língua romance castelhana: 1) *Fuero Real*, direcionado aos nobres e as cidades controlados pela monarquia castelhana; e 2) *Siete Partidas*, 1256-1265, cuja concepção visava a aplicação nos domínios do Sacro Império Romano, porém devido a perda na disputa ao trono, seu uso só se efetivou em momentos posteriores. O uso da língua romance também está em consonância com esse empreendimento de unificação, já que “[...] a Espanha do século XIII não possuía uma linguagem escrita, prática e eficiente, porque não existia unidade de língua escrita e falada: se escrevia latim, se falava castelhano”, sendo o castelhano derivado do analfabetismo secular (OLIVER *apud* FLORES ARROYUELO; CARMONA, 1985). O intercâmbio/entrelaçamento cultural experimentado pela sociedade castelhana no século XIII traduz-se, por exemplo, no sepulcro do pai de Alfonso X, Fernando III, na catedral de Sevilha, em que conta com epígrafes em quadro idiomas: latim, castelhano, hebraico e árabe (SILVEIRA, 2013).

Existem três manuscritos do Setenário que serviram de base para a compilação paleográfica de Kenneth H. Vanderford (1945):

Quadro 1. Manuscritos utilizados na edição paleográfica moderna do *Setenário*

DESCRIÇÃO	ARQUIVO	N. DE FÓLIOS	DATAÇÃO
Manuscrito de Toledo (T)	Biblioteca capitular da catedral de Toledo	77 folios	c. 1300
Manuscrito do Escorial (E)	Biblioteca Real do Escorial	105 folios	c. 1400
Manuscrito de Madri (M)	Biblioteca Nacional de Madrid	199 folios	1299

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A versão adotada para escopo da seguinte investigação é a edição crítica de Kenneth H. Vandeford (1945)¹ na qual se considerou o Setenário o primeiro rascunho das *Siete Partidas*, apoiando a tendência que para ele é a mais “certada”: a de perceber as conexões/correspondências entre os dois códigos. Trata-se do resultado inicial, incompleto, de

¹ Para mais informações, veja: **Vanderford, el doble de Hemingway**. Notícias de Navarra, S/I, 23 set. 2018. Acessado em 18 set. 2019. Online. Disponível em: <https://www.noticiasdenavarra.com/2018/09/23/vecinos/pamplona/vanderford-el-doble-de-hemingway>.

um longo processo de constituição de uma unidade jurídica para a monarquia castelhana que pode ser observada na elaboração do *Fuero Real* (1256) e as *Siete Partidas* (1256-1265). A unidade jurídica encontrada no período visigótico, isto é, pré-muçulmano, no *Forum Judicum*, contudo, é desconhecida em momentos posteriores, pelo menos em Castela e Leão, conforme destaca José Luís sobre o *Fuero Juzgo*: “[...] tinha vigência somente no Reino de Leão e, em parte, no Reino de Toledo, como resíduo dos moçárabes. Em Castela a Velha e na ampla zona da Estremadura até o Tejo, a dispersão normativa era total” (PÉREZ LÓPEZ, 109)².

Fernando III, o santo, pai de Alfonso X, a quem se atribui a unificação dos reinos de Leão e Castela e a retomada da cidade de Sevilha, em 1248, arrastando as fronteiras do reino, deixando ao filho o dever de continuidade ao avanço da Reconquista. De tal como observado por Salvador Martínez (2010):

[...] A dívida de Alfonso com o pai em todas as áreas era incalculável e permeava todos os aspectos de sua vida pessoal, bem como todas as suas atividades como rei e homem de letras. Fernando III, como se pode ver claramente no elogio que seu filho fez dele no *Setenário*, foi o modelo que Alfonso tentou imitar durante toda a sua vida (SALVADOR MARTÍNEZ, 2010, p. 3)³.

Contudo, os aspectos jurídicos não se encontram diretamente veiculados à produção desse corpus de leis. Antes de tudo, verifica-se a necessidade de se formalizar os “fundamentos da religião cristã” (FLORES ARROYUELO, 2009, p. 332), bem como sobrevoando uma variedade de outros tópicos desde conteúdos filosóficos até astrológicos.

Dizer que é obra do tipo “filosófico” significa pouco mais que dizer que é de propósito didático, como é óbvio. Chamá-lo de obra enciclopédica não é tampouco adiantar muito, porque coisa semelhante pode ser dita de tantas outras obras da época sem por isso defini-las em particular. O *Setenário* não é, certamente, obra histórica nem mero panegírico de São Fernando [pai de Alfonso X], posto que o elogio abarca menos de dez de suas cento e oito leis. Nem é tampouco um tratado sobre as artes liberais, porque somente trata delas na lei XI, ainda que seja esta a mais longa de todas. Em certo sentido o *Setenário* é todas estas coisas, mas também é algo mais. (VANDERFORD, 2009, p. 25)⁴

Por vezes considerado um código impreciso, é no *Setenário* que notamos a tentativa de afirmação das bases da religiosidade cristã no cenário ibérico e de categoricamente definir os inimigos que efetivamente devem ser combatidos por essa igreja militante. O impulso a uma futura política persecutória contrasta com a atribuição da suposta tolerância a sociedade e a monarquia de Castela e Leão no século XIII.

O documento a ser analisado encontra-se estruturado a partir da seguinte forma:

² Original: “[...] tenía vigência sólo en el reino de León y, en parte, en el reino de Toledo, como residuo del derecho de los mozarabes. En Castilla la Vieja y en la amplia zona de Extremadura hasta el Tajo, la dispersión normativa era total”.

³ Original: “[...] Alfonso’s debt to his father in all areas was incalculable and permeated all aspects of his personal life as well as all his activities as king and man of letters. Fernando III, as can be clearly gleaned from the eulogy that his son made of him in the *Setenario*, was the model that Alfonso attempted to emulate during his entire life.”.

⁴ Original: “Decir que es obra de tipo « filosófico » significa poco más que decir que es de propósito didáctico, como es obvio. Llamarlo obra enciclopédica no es tampoco adelantar mucho, porque igual cosa cabe decir de tantas otras obras de la época sin por eso definir las en particular. El *Setenario* no es, ciertamente, obra histórica ni mero panegírico de San Fernando, puesto que el a elogio » abarca menos de diez de sus ciento ocho leyes. Ni es tampoco un tratado sobre las artes liberales, porque sólo trata de ellas en la ley XI, aunque sea ésta la más larga de todas. En cierto sentido el *Setenario* es todas estas cosas, pero también es algo más.”

Quadro 2. Estrutura do Setenário - Adaptação do esquema de Vanderford (1945, p. 27)

DESCRIÇÃO	LEIS	PÁGINAS
1. Introdução/ “elogio”	I-XI	1-9
2. Seitas idólotras da Antiguidade	XII-XXXIX	10-36
3. Artigos de fé	XL-XLII	36-45
4. Justificação de seitas idólotras	XLIII-LXIX	
5. Sacramentos	LXX-LXXVI	45-52
6. Batismo	LXXVII-LXXXVII	52-77
7. Crisma	LXXXVIII-XCV	77-110
8. Confirmação	XCVI	110-115
9. Penitência	XCVII-CIII	115-170
10. Comunhão	CIV-CVIII	170-187

Assim como nas *Siete Partidas*, o sete é particularmente relevante aqui “[...] sete nomes de Deus dos sete dons do Espírito Santo de sete virtudes do rei don Fernando; de sete perfeições da cidade de Sevilha; das sete artes liberais; dos sete planetas; e outras dessa naturezas” (Ley XI in Setenário, p. 26)⁵. Desse modo, justifica Alfonso X “[...] pusemos nome a este livro porque todas as coisas que nele estão, vão ordenadas por conta de [do número] sete. E isso foi porque é mais nobre que todos os outros” (Ley XI in Setenário, p. 25)⁶. A intimidade com o divino permitiu a Alfonso X atribuir-se ou constatar que ele possuía os sete dons do espírito santo, dentro os quais, a sabedoria sobressaia, de tal forma como soaria presunçoso, este rei em uma das suas afirmações, considerar que se estivesse junto a Deus durante a Criação não o teria deixado cometer tamanhos erros.

No *Setenário* além da série de recomendações doutriniais aos cristãos, laicos e eclesiásticos, existem igualmente dispositivos que falam sobre os inimigos da cristandade e da necessidade de se colocar contra tais agentes e crenças.

RESULTADOS

Em determinada passagem pelo Setenário Alfonso X, o Sábio, refere-se à Igreja Militante e à responsabilidade que a cabe, isto é, definir as regras do combate e levá-lo à risca contra sete tipos de inimigos, ainda que nenhum claramente definido a uma comunidade religiosa particular: “[...] E porque sempre está em guerra, [...] porque sempre está guerreando contra aquelas coisas e ordenando como se guerreie” (Ley XXXIX in Setenário, p. 69-70)⁷.

A partir da investigação desde o Setenário é possível depreender o entrelaçamento da religião e da monarquia na busca de sedimentar o cristianismo na Península Ibérica, contribuindo para promoção da expansão territorial e religiosa atestada com mais eloquência em outras fontes, tais como as *Cantigas de Santa Maria*, o *Fuero Real* e as *Siete Partidas*. O Setenário, por vezes, associado a um *Specula*, foi utilizado como um instrumento que possibilitaria legitimar o poder real (SILVEIRA; ANDRADE, 2018).

⁵ Ver original: “[...]“siete nombres de Dios; de los siete dones del Espíritu Santo; de siete virtudes del rey don Fernando; de siete perfecciones de la ciudad de Sevilla ; de las siete artes liberales ; de los siete planetas; y otras de esta naturaliza” (Ley XI in Setenário, p. 26). Desse modo “[...] pusiemos nonbre a este libro porque todas as cosas que en él sson van ordenadas por cuento de siete. Et esto ffué porque es más noble que todos los otros” (Ley XI in Setenário, p. 25).”

⁶ Original: “[...] pusiemos nonbre a este libro porque todas as cosas que en él sson van ordenadas por cuento de siete. Et esto ffué porque es más noble que todos los otros” (Ley XI in Setenário, p. 25).

⁷ Original: “[...] E porque sienpre está en guerra, llámanla Iglesia Militant, que quiere dezir lidiador; porque sienpre está guerreando contra aquellas cosas e hordenando cómmo guerreee”

O rei convida ao arrependimento os sujeitos de outras crenças, implicitamente mudéjares e sefarditas, estendendo através da Igreja e da lei o perdão àqueles que decidirem pelo abandono da fé, veja-se:

[...] e entendendo igualmente que é isto verdade e direito, que outra lei não há nem poder ser verdade senão esta, rogamos e aconselhamos e mandamos, mas a todos os outros que nos quiserem crer, que esta lei tenham e obedçam, e não outra. E isso mesmo dizemos aos outros que as outras crenças creem [mudéjares e sefarditas]; entendemos que por aqui serão isentados do pecado e ganharão amor de Deus. Aqui sei certamente que se bem se arrependerem-se, serão perdoados do erro que fizeram. (Ley XXXVII in Setenário, p. 68-69)⁸.

O combate diário dos cristãos, fundamentado no “Credo in Deum”, e as sete armas contra os sete inimigos deste e da *ecclesia* parecem indicar que a tolerância do rei se baseia em conceder a estes outros o perdão e a possibilidade de um espaço de aceitação no Reino, enquanto condena em seu julgamento prévio todos os outros que não compartilham suas convicções religiosas, que são, inevitavelmente, as concepções teológicas que devem governar o universo cultural de Castela e Leão no século XIII.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Setenário* apesar de não se referir diretamente aos judeus e muçulmanos, atendo-se as conotações do cristianismo ibérico, é bastante rico em fornecer elementos para entender a Igreja e o papel que esta viria a desempenhar no contexto da Reconquista. Nesta comunicação, procuramos deter nossa atenção a um pequeno aspecto, o da definição do lugar de fala destes cristãos, da formalização dos seus ritos/sacramentos, dentro de um universo mais complexo que engloba as formulações acerca do “Outro”, isto é, das representações/estereótipos concernentes às categorias minoritárias, cujo estudo mais detalhado, que engloba os conflitos religiosos e a convivência, está sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, orientado pela Profa. Dra. Daniele Gallindo Gonçalves Silva e patrocinado pela CAPES.

REFERÊNCIAS

FONTE(S)

SETENARIO. Alfonso El Sabio. Edição e introdução de Kenneth H. Vanderford. Buenos Aires: Instituto de Filología, 1945.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. La política eclesiástica de Alfonso X. El rey y sus bispos. **IX Semana de Estudios Alfonsíes.** Alcanate: p. 41-105, 2014-2015.

BARROS, C. **Versões portuguesas da legislação de Alfonso X:** estudo linguístico-discursivo. Porto: Universidade do Porto, 2010.

FLORES ARROYUELO, F. J. El “Setenario”. Una primera versión de los capítulos introductorios de “Las Siete Partidas”. In: Id. **Del caballero y otros mitos.** Murcia: Universidad de Murcia, 2009.

⁸ Original “[...] e entendiendo otrosy que es esto verdad e derecho, que otra ley non ha nin puede ser verdad synon esto, rogamos e conseiamos e mandamos, non tan solamente a los de nuestro sennorío, mas a todos los otros que nos quisieren creer, que esta ley tengan e obedescan, e non otra. E eso mesmo dezimos a los otros que las otras creencias creen ; ca entendemos que por 5 aquí serán quitos de pecado e ganarán amor de Dios. Ga sé ciertamente que sy bien se arrepentieren, serán perdonados del yerro quel fezieron.”

FLORES ARROYUELO, F. J. e CARMONA, F. **La lengua y la literatura en tiempos de Alfonso X**. Actas del Congreso Internacional (Murcia, 5-10 mai. 1984). Murcia: Universidade de Murcia, 1985.

SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, the Learnead**. A Bibliography. Leiden/Boston: Brill, 2010.

SILVEIRA, A. D. Fronteiras da tolerância e Identidades na Castela de Alfonso X. In: FERNANDES, F. R. **Identidades e Fronteiras no Medievo Ibérico**. Curitiba: Juruá Editora, 2013, p. 127-149.

_____. Política e convivência entre cristãos e muçulmanos nas Cantigas de Santa Maria. In: PEREIRA, N. M.; ALMEIDA, C. C. e TEIXEIRA, I. S. (Orgs). **Reflexões sobre o Medievo**. GT Estudos Medievais/ANPUH-RS. São Leopoldo: Oikos, 2009, p.39-59.

PÉREZ LÓPEZ, J. L. Los prólogos del Libro de las Leyes y el Fragmento llamado Setenario en la obra jurídica Alfonsí. **Revista de Literatura Medieval (RLM)**. Alcalá de Henares: v. 14, s/ed., p. 109-143, 2002.

SILVEIRA, Aline Dias da; ANDRADE, Rodrigo Prates de. O nome do Rei: sacralização, presentificação e legitimação do poder nos nomes de Alfonso X e Jaime I. **Revista Diálogos Mediterrânicos**: n. 14, jun. 2018, p. 280-296.

“A ESPADA É ALMA DO GUERREIRO”? O IMAGINÁRIO DO SAMURAI NA HQ SAMURAI SHIRÔ

LUCAS MARQUES VILHENA MOTTA¹.

¹ Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – lucasmarquesmotta@gmail.com

RESUMO: Os samurais figuram entre os principais símbolos do Japão (SAKURAI, 2017), entretanto, por serem cercados de mística, propiciam um espaço fecundo para a criação de um imaginário. A HQ brasileira *Samurai Shirô* (2018) de Danilo Beyruth se propõe a apresentar uma narrativa acerca de conspirações entre clãs da Yakuza, possuindo em seu ínterim diversas interpretações sobre os samurais. O objetivo desta proposta de comunicação é compreender de que forma os guerreiros japoneses são referenciados na obra e se esta interpretação possui respaldo no imaginário existente sobre os mesmos. Visto que a cultura japonesa, no Brasil, ser fruto de muita curiosidade, não há grande presença deste tema em currículos escolares ou acadêmicos tornando produções midiáticas uma relevante forma para se conhecer a terra do sol nascente. Portanto, uma comparação com o conteúdo presente na narrativa de Beyruth com produções midiáticas e referências historiográficas presentes sobre a história japonesa pode nos ajudar a compreender as influências que o autor recebeu. É possível notar que em *Samurai Shirô* são reproduzidos alguns estereótipos acerca dos samurais, principalmente em questões ligadas a honra, morte e lealdade; tais características figuram entre escritos de guerreiros do século XVII e que podem servir de base para a criação deste imaginário tão denso que cerca estes indivíduos.

Palavras-chave: Quadrinhos, Samurais, Imaginário.

INTRODUÇÃO

A História e cultura japonesas são grandes atrativos para indivíduos que tenham interesse em conhecer mais sobre o arquipélago. Uma das formas mais acessíveis de se conhecer estes aspectos são as produções culturais advindas do Japão, tais como animes e mangás, ou produções de outras partes do globo que se inspirem na cultura nipônica. *Samurai Shirô* (2018) se enquadra no segundo grupo de produções midiáticas, a HQ de Danilo Beyruth se propõe a desenvolver uma narrativa que envolve a Yakuza em solo brasileiro.

Um dos aspectos marcantes nesta narrativa são as referências ao Bushido (Caminho do Guerreiro), código moral dos samurais, e aos samurais em si. Os samurais são um dos aspectos mais citados e presentes no imaginário acerca do período feudal japonês, segundo Célia Sakurai (2017) podem ser considerados símbolos do Japão. Portanto, realizar análises sobre as formas as quais os samurais são representados na mídia se torna uma relevante forma de compreender como estes “símbolos” são utilizados para inferir aos leitores valores e ideais.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A fundamentação deste trabalho é embasada por três conceitos chaves: Mídia, representação e imaginário.

Como mídia utilizaremos o conceito proposto por Clüver, o qual afirma “um processo dinâmico e interativo que envolve a produção e a recepção de signos por seres humanos como emissores e receptores” (CLÜVER, 2008, p. 9). Este conceito permite entender a relação dialética da produção de *Samurai Shirô*, pois Beyruth realiza a recepção de outras mídias para poder “emitir” sua própria narrativa.

O conceito de representação a ser utilizado é o de Stuart Hall (2016), o qual propõe a linguagem como um importante fator para a representação. A linguagem, na visão do autor, é um sistema complexo de símbolos e significados que são inerentes a um determinado grupo, por exemplo o que representam os samurais dentro do contexto japonês. Enquanto os significados são compreendidos de uma determinada maneira dentro de seu “habitat”, sendo retirado do contexto, talvez ocorra dissonâncias ao sentido original. De forma complementar ao proposto por Hall, Ankersmit (2012) afirma que as representações utilizam aspectos do representado, não compreende a “totalidade” do que está sendo representado, logo, é possível

inferir que Beyruth em sua HQ privilegia alguns aspectos em detrimento de outros para referenciar os samurais.

O imaginário é um conceito bastante complexo e que possui diversas linhas de definição e abordagem. Como definição Barros diz que (...)consideraremos o imaginário como um sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas (BARROS, 2007, p. 27). Junto ao exposto por Barros, Silva (2006) ressalta que o imaginário interage com a realidade de maneira dialética, o imaginário emana do real e retorna a realidade como elemento propulsor.

O método utilizado para analisar a HQ é o Iconográfico proposto por Umberto Eco em *Apocalípticos e Integrados* (1976). Este método permite realizar uma análise quadro a quadro da HQ que considera toda a complexidade do quadrinho e de suas entrelinhas narrativas.

RESULTADOS

A partir da análise da HQ pode-se notar que a estética tenta “imitar” os mangás japoneses, sendo toda sua coloração em preto e branco, outras características inspiradas nos quadrinhos japoneses são alguns enfoques nos rostos das personagens, bem presentes nas obras deste gênero. Em uma entrevista cedida ao DarkBlog¹, pertencente à Editora Darkside que publicou o quadrinho, Beyruth cita Katsuhiko Otomo (autor de *Akira*) e Goseki Kojima (Autor de *Lobo Solitário*) como influências em seu estilo como quadrinista. Destaque para Goseki Kojima que com sua obra *Lobo Solitário* galgou grande destaque dentre os mangás voltados ao público adulto, além de ser uma narrativa que aborda os samurais e seu código de honra.

Dentro da narrativa ocorrem menções ao Bushido, ponto principal que ajuda a compreender como o autor enxerga os samurais, e referências a obras midiáticas que abordam os guerreiros nipônicos, com destaque para o filme *Os Sete Samurais* (1954) de Akira Kurosawa; o qual aparece citado diretamente em um dos quadros da narrativa. Sobre o Bushido é relevante frisar que durante o período feudal japonês não existia uma forma escrita dele, somente durante o período Edo (1603- 1868) inicia-se o processo de escrita de versões do código (HENSHALL, 1999).

A motivação para a escrita de versões do Bushido é a grande paz que se inicia com o Xogunato Tokugawa no período Edo. Antes os samurais *per se* eram guerreiros, logo sem guerras para lutar era necessário encontrar novas formas de subsistência (HENSHALL, 1999). A partir desta informação pode-se compreender a necessidade dos samurais da época de criar uma nova identidade para este grupo, além disso também conseguiram preencher o imaginário que foi e é relacionado a eles. Livros como *O Livro dos Cinco Anéis* de Miyamoto Musashi (2010), *Bushido* de Daidoji Yuzan (2006) e *Hagakure* de Yamamoto Tsunetomo (2012) são alguns exemplos de livros que abordam o código de honra dos samurais, nestes textos podemos conferir diversos aspectos presentes no imaginário, tais como: Honra, Lealdade ao senhor, a morte antes da desonra, primazia nas artes marciais e no intelecto, dentre outros.

A HQ também se utiliza do imaginário que cerca um dos objetos mais característicos dos samurais, a Katana (um dos modelos de espada japoneses). A Katana frequentemente é lembrada como um objeto inseparável do samurai, o guerreiro nunca poderia aparecer em público sem portá-la. Conforme dito por Turnbull, o primeiro Xogum Tokugawa, Ieyasu, afirmava que a espada era a alma e o orgulho do samurai (TURNBULL, 1998). No imaginário não é difícil ver lendas e mitos que exaltem a arma, isto pode ser encontrado, também, em produções midiáticas. *Samurai Shirô* se utiliza do imaginário para representar uma katana como elemento chave de sua narrativa, na obra a espada é assinada por Muramasa, ferreiro conhecido por fabricar

¹ Entrevista disponível em: <https://darkside.blog.br/danilo-beyruth-autor-de-samurai-shiro-e-com-trabalhos-para-marvel-e-msp-conversa-com-o-darkblog/> Acessado em: 16/ 09/ 2019.

espadas de excelente qualidade e que supostamente eram amaldiçoadas, e este item é forma de legitimação de poder dentro da Yakuza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir destas reflexões vimos que a HQ representa em suas páginas diversos aspectos ligados ao imaginário dos samurais. Estas representações são bem consolidadas dentro das produções midiáticas, porém elas podem ser um indicador do poder que o imaginário possui sobre o indivíduo. Segundo Barros, o estudo do imaginário:

O historiador do imaginário começa a fazer uma história problematizada quando relaciona as imagens, os símbolos, os mitos, as visões de mundo a questões sociais e políticas de maior interesse – quando trabalha os elementos do imaginário não como um fim em si mesmos, mas como elementos para a compreensão da vida social, econômica, política, cultural e religiosa. O imaginário deve fornecer materiais para o estabelecimento de inter-conexões diversas. (BARROS, 2007, p. 31)

Portanto, a análise da HQ é relevante para a compreensão do samurai como um símbolo de valores sociais japoneses que com sua transmissão durante os séculos se incorporou ao imaginário e, assim, se propagou pela mídia. Destrinchar estas representações possibilitam compreender a relevância destes indivíduos na história japonesa e de que forma os mesmos são utilizados para transmitirem valores morais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANKERSMIT, Franklin. **A Escrita da História: A Natureza da Representação Histórica**. Londrina: EDUEL, 2012.
- BARROS, José D'Assunção. História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 6, n. 11, jan./jun. 2007, p. 11-39.
- BEYRUTH, Danilo. **Samurai Shirô**. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2018.
- CLÜVER, Claus. Intermedialidade. In: **Pós: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes**. Belo Horizonte: EBA, Universidade Federal de Minas Gerais, v. 1, n. 1, p. 9- 23, nov. 2008.
- ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**, tradução Pérola de Carvalho- São Paulo: Editora Perspectiva, Ed. 2, 1976.
- HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- HENSHALL, Kenneth G. **A History of Japan: From Stone age to Superpower**. Nova Iorque: St's Marin Press, 1999.
- MIYAMOTO, Musashi. **O Livro dos Cinco Anéis**; Tradução Dirce Miyamura. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2010.
- SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- SILVA, Juremir Machado da. **As Tecnologias do Imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- TURNBULL, Stephen. **The Samurai Sourcebook**. London: Arms & Armour Press, 1998.

TSUNETOMO, Yamamoto. **Hagakure: The Book of The Samurai**; Tradução William Scott Wilson. Boston: Shambhala Publications, 2012.

YUZAN, Daidoji. **Bushido: O Código do Samurai**. São Paulo: Madras, 2006.

A IMPORTÂNCIA DE PEDRO ABELARDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO DA SUA ÉPOCA

MARIA IDA HELLEBRANDT¹

¹Universidade Federal de Pelotas – maria.hellebrandt@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem por objetivo apresentar o pensamento de Pedro Abelardo no contexto histórico em que se originou. Através de consultas a fontes historiográficas, foi possível fazer uma breve análise das transformações ocorridas no século XII, que sem dúvida são responsáveis pelo ressurgimento da atividade urbana e que influenciaram de forma decisiva o pensamento, a educação e os costumes da época.

Palavras-chave: Pedro Abelardo, Idade Média, Ensino.

INTRODUÇÃO

Entre os pensadores que se destacaram no século XII, Pedro Abelardo (1079- 1142), merece uma atenção especial. Notável filósofo e monge escolástico, nasceu em Le Pellet, perto de Nantes, França. Foi um apaixonado pela filosofia, estudou lógica, em Loches e Paris, entre os anos 1094 e 1106. Lecionou dialética (foi responsável pelo desenvolvimento dos princípios da dialética), em Melven, Corbeil e Paris. Como mestre desfrutava de grande popularidade entre seus alunos. No entanto, já no começo de sua carreira como mestre, teve que travar embates ardorosos com os mestres tradicionalistas, que combatiam e, principalmente, o perseguiram, por ser ele um defensor do exame crítico das Escrituras à luz da razão. Sobre essa situação, Gilson faz o seguinte comentário:

Em sua obra *Sin et non* (Sim e não), Abelardo reúne as testemunhas aparentemente contraditórias da Escritura e dos Padres da Igreja sobre um grande número de questões. Abelardo exige em princípio que não se deve utilizar arbitrariamente as autoridades em matéria de Teologia. Quanto à intenção que ele determinou a composição da obra, nada permite ver nela, como por vezes se obstina a fazer, o desejo de arruinar o princípio da autoridade, opondo-se os Padres da Igreja uns aos outros. Abelardo declara expressamente ao contrário, que reuniu essas contradições aparentes para levantar questões e suscitar nos espíritos o desejo de resolvê-las (GILSON, 1998, p. 342)

Na forma como estava estruturada a sociedade da época, o fato de Abelardo pensar de modo diferente, e mais ainda ensinar essa forma de reflexão aos seus alunos, abalava sensivelmente os pilares nos quais a sociedade até então se apoiava.

Para melhor entendermos o pensamento de Abelardo, bem como o modo como foi influenciado e influenciou naquele período, não só a educação, mas o pensamento de modo geral, faz-se necessário entender o contexto histórico da época em que Abelardo viveu. Para tanto, recorreremos à historiografia do século XX, que discute as questões históricas e filosóficas do período medieval.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Desde o século XI, o Ocidente experimentou transformações que originavam novas estruturas econômicas, culturais, políticas e sociais que se ampliavam no século seguinte, pois como afirma Cambi:

Estamos diante de uma retomada de iniciativa histórica ocidental que se delineia em torno de uma nova realidade da Europa: o desenvolvimento econômico, o incremento técnico, a afirmação de uma nova classe social – a burguesia –, o impulso do pensamento, a dimensão política e uma sociedade mais dinâmica e mais móvel, são fatores que vêm definir uma época nova [...] estamos longe daquela sociedade de ordens (trinitária, como foi chamada e hierarquizada) e dentro de um

mundo que se torna cada vez mais articulado e plural que vê o crescimento de protagonistas e tensões (no nível político: o papado, o Império, as comunas, os estados nacionais) (CAMBI, 1999, p. 171).

Vivenciar esses acontecimentos propiciou aos homens um pensar além das necessidades imediatas, inclusive que sua sobrevivência não precisava mais necessariamente passar pelo crivo da Igreja. Pois, diferente do que acontecia até o século XI, quando a Igreja era a grande detentora do saber e de todos grandes bens materiais da sociedade, no século XII o seu poder absoluto diminui, dando espaço para o surgimento de um pensamento mais autônomo e, conseqüentemente, mais crítico. No entanto, esse poder não desapareceu, só está mais brando. Assim, é fácil entender por que os filósofos da época eram todos vinculados à Igreja.

Ao mesmo tempo, a Igreja, por ser uma instituição humana, não estava isolada do mundo, acompanhava os movimentos de transformação da sociedade, em consequência disso, acabou produzindo em seu interior homens com formas de pensar diferentes. Esses pensamentos conflituosos geraram entre outros a conhecida “Querela dos Universais”, que suscitava um embate entre fé e razão. Filósofos medievais realistas e nominalistas discutiam a “questão dos universais”, que era a mais importante do período. Para os realistas a razão era a fé e para os nominalistas essa razão era a própria existência. De acordo com Giovane Reale (2005), em seu livro acerca da História da Filosofia Patrística e Escolástica, o problema dos universais se traduz como:

[...] Com efeito, diz respeito à determinação da relação entre as ideias ou categorias mentais, expressas com termos linguísticos, e as realidades extramentais; ou, em última análise, é o problema da relação entre as *voces* e as *res*, entre as palavras e as coisas, entre o pensamento e o ser. O problema envolve, portanto, o fundamento e a validade do conhecimento e, em geral, do saber humano (REALE, 2005, p. 168).

É nesse contexto histórico do século XII vivido por Pedro Abelardo que se pode ressaltar a importância de seu pensamento para o desenvolvimento da escolástica. Naquele momento a escolástica, enquanto forma de pensar, atendia uma necessidade do período. Somente a fé não podia mais resolver as questões humanas, a própria forma de explicar a realidade era colocada em dúvida pelos acontecimentos. A filosofia cristã, também conhecida como escolástica faz referência à filosofia ensinada nas escolas da época por mestres eclesiásticos, surgiu do especial interesse no desenvolvimento da dialética. Como já foi dito antes, Abelardo foi um dos filósofos que desenvolveu os princípios dialéticos. Em seu livro, “Lógica para principiantes”, o filósofo afirma que:

Para aqueles dentre nós que se iniciam no estudo da lógica, digamos algumas palavras as suas propriedades, e comecemos por tratar do gênero a que ela pertence, ou seja, a filosofia. Boécio não denomina qualquer ciência filosófica, mas só aquela que consiste no estudo das coisas mais elevadas. De fato, não damos o nome de filósofo a quaisquer estudiosos, mas apenas aos sábios cuja inteligência se aprofunda nas considerações das questões sutis. Boécio distingue três espécies de filosofia, isto é, a especulativa, que investiga a natureza das coisas, a moral, que considera a questão da vida honesta, e a racional, denominada lógica pelos gregos e que trata da argumentação (ABELARDO, 1979, p. 211).

Assim, através da escolástica, Abelardo em suas aulas, não se limitava a acompanhar as transformações, mas também respondia a esse novo modo de ser da sociedade. Com a forma dialética, o mestre demonstrava que a vida dos homens não estava estanque. Ao contrário, que a história mostra que é na contraposição de ideias que se dá a educação e o desenvolvimento dos homens. Abelardo colidia com o ensino predominante na sociedade, colocando em

destaque uma nova identidade humana.

Esse modelo de educação era contrário ao difundido pelos opositores de Abelardo, Guilherme de Champeaux e Bernardo de Claravau, para os quais o método era aceitar a Palavra sem discuti-la. Para estes, o fato de Abelardo explicar a Trindade através do método racionalista, representava um grande perigo para a fé cristã. Tais conflitos renderam ao mestre ao longo de sua vida perseguições, que são relatadas em sua obra autobiográfica intitulada “História das minhas calamidades”. Nas palavras de Abelardo (1979, p. 272):

Ora, me aconteceu que eu me aplicasse de início, a discorrer o próprio fundamento da nossa fé por meio de analogias propostas pela razão humana, e que eu compusesse para os meus alunos um tratado Sobre a Unidade e a Trindade de Deus. Eles me pediam argumentos humanos e filosóficos, e insistiam mais naqueles que pudessem ser entendidos e proferidos, dizendo ser supérfluo a propagação de palavras sem a compreensão das mesmas e que não se pode crer naquilo que antes não se entendeu, e que é ridículo alguém pregar aos outros o que nem ele próprio, nem aqueles a quem ensina, podem compreender com o intelecto. O próprio Senhor estigmatizava como cegos a servirem de guias cegos (Mateus, 15, 14).

RESULTADOS

Diante do exposto, pode-se perceber o pensamento dinâmico e inovador de Abelardo. Ao enfatizar a questão da moralidade, salientando que os atos bons ou maus eram definidos pela intenção e não pela ação física, ou seja, não era pela física que se constituía numa ofensa a Deus, mas a intenção de pecar contida na ação, o mestre, em suas palavras, propunha um conteúdo baseado na formação de um sujeito intelectualmente autônomo.

Mesmo tendo respondido as questões presentes nas discussões sobre os universais, a dúvida sobre a universalidade divina permanece em seus escritos, mas por ser esta dúvida parte do pensamento da sociedade medieval da época.

Abelardo explica a lógica como um instrumento da razão, da inteligência. Deixa claro que a filosofia é a ciência maior, que engloba todas as demais e está alicerçada no pensamento racional. Sobre a lógica do mestre Abelardo, Gilson afirma:

[...] Abelardo desenvolveu dons excepcionais que fizeram o sucesso de seu ensino: arte de colocar as questões filosóficas mais interessantes a propósito dos textos considerados, clareza na discussão dos problemas, vigor das fórmulas no momento de resolvê-las. Os tratados de Boécio que ele comenta estão constantemente diante de seus olhos, mas longe de se deixar conquistar pelas tendências platônicas dos mesmos, corrige-os cientemente no sentido que crê ser o verdadeiro pensamento de Aristóteles, e que de fato, o é por vezes, mas que é sempre o seu (GILSON, 1998, p. 343-344).

Os problemas, matéria versus espírito, razão versus fé, são erigidos por Abelardo em seus ensinamentos no século XII, e que geravam a dúvida. Esses temas permaneceram polêmicos e foram discutidos nos séculos seguintes, ainda que Abelardo tivesse mostrado um novo caminho para os homens, a Igreja enquanto fé prevaleceu naquele momento do período medieval. A Igreja continuava ocupando o lugar central na sociedade.

Foi durante o século XII que começaram a surgir os manuais de boa conduta, todos dirigidos ao clero, cujo texto fundamental fora feito por Santo Ambrósio, oriundo de uma obra de Cícero. Esses textos dedicavam especial atenção às atitudes em público e no interior da Igreja, incluía tudo que estava selecionado ao modo de se comportar, certamente essa preocupação com a civilidade foi essencial para que o século XII pudesse vislumbrar essa importante mudança: o despontar da cortesia entre homens.

Novos valores estavam sendo incorporados à sociedade, até mesmo na cavalaria que gradualmente deixou de exigir qualidades especificamente militaristas. Para exemplificar

essas mudanças de comportamento, citamos o relato de Abelardo na obra “História de minhas calamidades”, quando diz que o pai embora fosse um homem pouco versado nas letras, mas por amá-las muito, encaminhou todos os filhos e, principalmente, ele que era o primogênito, para que fossem instruídos nas artes liberais, antes mesmo de enviá-los aos exercícios militares como era de costume. Assim, nas palavras de Abelardo:

Eu, na verdade, quanto mais longe e mais facilmente me adiantei nos estudos das letras, tanto mais ardentemente a elas me apeguei, e fui seduzido por um tão grande amor por elas que, abandonando aos meus irmãos a pompa da glória militar junto com a herança e a prerrogativa dos primogênitos renunciei completamente à corte de Marte para ser educado no regaço de Minerva (ABELARDO, 1979, p. 254).

Diante do descrito percebe-se estavam ocorrendo mudanças em todos os âmbitos da sociedade. No campo filosófico, Pedro Abelardo com sua luta pelo reconhecimento da razão humana e para o desenvolvimento do pensamento escolástico. No campo socioeconômico, o aumento da atividade comercial teve fundamental importância na transformação dos costumes dos homens. Essa mudança de costumes não aconteceu só para a nobreza, atingiu todas as atividades exercidas pela sociedade. Dentre elas o ensino, que até então era restrito à Igreja.

Com o desenvolvimento da atividade comercial, o contato direto com outros povos, exigia conhecimentos além do latim, como: línguas vulgares para poder se comunicar, geografia para se locomover, história para conhecer a cultura de um povo, matemática para fazer cálculos, além do emprego da letra cursiva, que deduz o tempo na hora de escrever. Coube à escola laica essa importante tarefa. Ela foi fundamental para efetivação desse processo de desenvolvimento e transformação do ensino naquele período. Serviu de base para evolução da classe burguesa e para que todas as atividades dela provenientes, como o comércio, tivessem um franco florescer.

Esse contexto como um todo desmistifica a ideia de que, na Idade Média, somente a Igreja transmitia o saber. Sobre a criação da cultura laica e sua relação com o comércio, Jacques Le Goff comenta:

Com frequência, tem-se a impressão de que os clérigos detêm na Idade Média o monopólio da cultura. O ensino, o pensamento, as ciências e as artes seriam feitos por eles e para eles, ou pelo menos sob sua inspiração e controle. Imagem falsa, a ser amplamente corrigida. A influência da Igreja sobre a cultura só foi quase total durante a Alta Idade Média. A partir da revolução comercial e do desenvolvimento urbano, as coisas mudam. Por mais fortes que continuem a ser os interesses religiosos, por mais poderosa que seja a alta hierarquia eclesiástica, grupos sociais antigos ou novos têm outras preocupações, têm sede de conhecimentos práticos ou teóricos diferentes dos religiosos, criam para si instrumentos de saber e meios de expressão próprios [...]. Nesse nascimento e desenvolvimento de uma cultura laica, o mercador desempenhou um papel capital. Para seus negócios, tem necessidade de conhecimentos técnicos. Por sua mentalidade, visa ao útil, ao concreto, ao racional. Graças ao dinheiro e ao poder social e político, pode satisfazer suas necessidades e realizar suas aspirações (LE GOFF, 1991, p. 103).

Diante da credibilidade da informação acima citada, torna-se evidente o fato de que Abelardo foi influenciado pelas mudanças sociais da época e influenciou com ideias o pensamento de muitas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esse texto no qual apresentamos o pensamento e as ideias de Pedro Abelardo, cumpre-nos dizer sobre o mesmo, nada mais pode ser dito que ele próprio já não o tenha feito em sua obra “História de minhas calamidades” (carta autobiográfica). Somente

podemos acrescentar que de acordo com a literatura secundária consultada, na qual pautamos nossa escrita, a confirmação da incontestável obstinação desse filósofo, seu amor pela filosofia, sua crença no poder divino e, principalmente, a intensidade como demonstrava acreditar na razão humana.

Embora tenhamos sucintamente abordado as transformações sociais do século XII, foi possível perceber como o desenvolvimento econômico-social influenciou a educação possibilitando um novo modo de pensar e enxergar as questões. As modificações dos costumes e do pensamento dão-se conforme as necessidades dos homens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELARDO, P. **A história das minhas calamidades**. 2ª ed. Trad. Ângelo Ricci e Rui A. C. Nunes. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ABELARDO, P. **Lógica para principiantes**. 2ª ed. Trad. Ângelo Ricci e Rui A. C. Nunes. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999.

GILSON, E. **A filosofia na Idade Média**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, J. **Mercadores e banqueiros na Idade Média**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

REALE, G. **História da filosofia: Patrística e Escolástica**. Trad. Ivo Stormiolo. São Paulo: Paulus, 2005.

O HERÓI DO POVO, O REI DESAPARECIDO E O MISTERIOSO CAVALEIRO NEGRO: AS VÁRIAS FACES DE RICARDO I NO ROMANCE “IVANHOE” (1819), DE WALTER SCOTT

MAURICIO DA CUNHA ALBUQUERQUE¹; DANIELE GALLINDO GONÇALVES SILVA².

¹Universidade Federal de Pelotas – mauricioalbuquerq@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – danigallindo@yahoo.de

Resumo: Este trabalho tem como fonte principal o romance histórico “*Ivanhoe*” (1819), do escritor escocês Walter Scott. Utilizando das noções de representação, imaginário e medievalismo, buscamos analisar a representação que o autor constrói do personagem Ricardo I – mais conhecido pelo epíteto Ricardo Coração de Leão – em sua obra, que destoa consideravelmente da maneira como o personagem é tratada nas crônicas e romances medievais. Neste sentido, afirmamos que Scott dá ao monarca medieval um tratamento bastante distinto, transformando-o de um rei cruzadista em um herói do povo, atendendo não apenas às demandas do sentimento nacionalista que dominou a Europa após as Guerras Napoleônicas, como também às tendências artístico-literárias da época, imbuídas do imaginário do romantismo

Palavras-chave: Ricardo Coração de Leão, Mito, Herói

INTRODUÇÃO

Um jovem deserdado, um reino afundado no caos. Uma irremediável disputa interétnica, uma grande conspiração em curso. Um monarca que foi à guerra e nunca mais voltou. O sonho de uma nação unida sob a bandeira de São Jorge. Este é o cenário que Sir Walter Scott nos traz em sua *magnum opus*, “*Ivanhoe*” (1819). Um clássico da literatura romântica, considerado um dos primeiros romances históricos. Traduzido em catorze idiomas diferentes, *Ivanhoe* é daquelas histórias que transcendem barreiras culturais e temporais, cheio de reflexões sobre liberdade, heroísmo, vilania, justiça, tirania, identidade, alteridade, e, principalmente, sobre a conciliação de forças sociais antagonicas, pela busca do bem comum.

Como nos informa a página da Edinburgh University Library (“Biblioteca da Universidade de Edimburgo”), este romance fora um verdadeiro *bestseller* de sua época, um sucesso tanto de crítica quanto de público¹. Sendo um escritor prolífico, Scott legou à posteridade um vasto conjunto literário. Onze obras voltadas à poesia – dentre as quais se destacam “*The Lay of the Last Minstrel*” (1805), seu primeiro grande sucesso editorial, e “*The Lady of the Lake* (1810)”, que supera a anterior e consolida Scott como poeta, com vinte e cinco mil cópias vendidas em oito meses² – vinte e sete ficções históricas em forma de romance (conhecidas como *Waverley Novels*), cinco miscelâneas em prosa e um número incontável de ensaios políticos publicados em jornais britânicos. Ainda hoje, suas obras são relidas e referenciadas no cinema, na televisão, nos games e nos quadrinhos, o que não deixa dúvidas de que se trata de um autor canônico da Era Contemporânea.

Dentre todos os personagens que ganharam vida ou foram modernizados pela pena de Scott, um, em particular, chama a minha atenção. Falo aqui do rei Ricardo I – conhecido pelo epíteto “Coração de Leão”. Narrada como lenda pela maioria de seus cronistas e biógrafos, a vida de Ricardo I sempre fora motivo de controvérsias e ambivalências das mais diversas. Para uns, Ricardo fora um grande líder militar, amante da música, da poesia e dos grandes feitos; um monarca familiarizado aos ideais de cavalaria, que buscava a proeza acima de tudo; audacioso, intrépido, defensor do cristianismo, da Igreja, enfim, um personagem romanesco, um ser quase mítico. Para outros, um soberano ostentoso e prepotente, colérico, impulsivo, extravagante,

¹ Fonte: <<http://www.walterscott.lib.ed.ac.uk/works/novels/ivanhoe.html>>. Acessado em 21/10/2019.

² Fonte: <<http://www.walterscott.lib.ed.ac.uk/works/poetry/lady.html>>. Acessado em 21/10/2019.

péssimo administrador; negligente com os assuntos públicos, com as finanças do reino e especialmente com o território britânico.

Mas o sujeito histórico Ricardo I não interessa tanto a este trabalho quanto o personagem literário que nascera na posteridade. Neste trabalho, analisaremos como o famoso monarca inglês é representado no romance “*Ivanhoe*” (1819), de Walter Scott, avaliando 1) a remitificação do personagem (de herói cruzadista a herói romântico) e 2) os possíveis motivos que levaram Scott a optar por uma versão “modernizada” do herói medieval.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

O trabalho proposto se alinha a duas correntes historiográficas que fornecem o repertório conceitual necessário para análise. A corrente dos *Studies in Medievalism* – nome que designa a corrente anglo-americana de estudos sobre a recepção do medieval – e a da Nova História Cultural. Nos apropriamos, então, das noções de medievalismo (WORKMAN apud MATHEW, 2015, p. 7), representação (CHARTIER, 2011, p. 22) e imaginário (WUNENBURGER, 2007, p. 12). No que concerne à metodologia aplicada, utilizamos da mitocrítica de Gilbert Durand (1985).

RESULTADOS

“*Ivanhoe*” se passa no ano 1194 d.c, quando, após falhar na tentativa de reconquistar Jerusalém, Ricardo I regressa a Inglaterra com a suspeita de que seu irmão, o príncipe João (mais conhecido como “João Sem Terra”) está tramando um golpe de Estado. No meio do caminho, é capturado pelo duque Leopoldo da Áustria e logo em seguida torna-se refém de Henrique VI, Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, que exige uma grande quantia em dinheiro pelo seu resgate. Esta situação é o gatilho da trama de “*Ivanhoe*”.

Com a ausência de Ricardo, seu irmão, o Príncipe regente João (mais tarde conhecido como o “Sem Terra”), articula em torno de si um partido, uma facção política, apoiada pelos pérfidos Reginald Front-de-Boeuf e Brian de Bois-Guilbert. Juntos, eles planejam usurpar o trono da Inglaterra. Enquanto a população aguarda esperançosa pelo retorno triunfante de Ricardo, João e seus adeptos negociam – em segredo – com o Imperador Germânico para que o rei permaneça em cativeiro até que o golpe seja concluído, iniciando uma perseguição sistemática a toda e qualquer oposição.

A intriga se soma a outro ingrediente de igual importância, que adiciona outro nível de tensão à história: o conflito entre saxões e normandos, dois grupos étnicos que ocupavam o território da Britania naquele contexto. Scott apresenta as hostilidades entre essas duas raças logo nas primeiras páginas de seu romance, e reforça tal elemento incontáveis vezes, como podemos observar nas seguintes passagens:

Quatro gerações não tinham sido suficientes para misturar o sangue hostil dos normandos e anglo-saxônios, ou para unir, pela linguagem comum e os interesses recíprocos, duas raças hostis, uma das quais ainda sentia a soberba do triunfo, enquanto a outra gemia sobre sob todas as consequências da derrota. (SCOTT, 1972, p. 6)

Continua o autor:

O poder fora colocado completamente nas mãos da nobreza normanda pelos acontecimentos da Batalha de Hastings, tendo sido usado, como os nossos historiadores nos asseguram, por mãos nada moderadas. Toda a raça de príncipes e nobres saxônios fora destruída ou deserdada, como poucas ou nenhuma exceção (SCOTT, 1972, p. 7).

Nota-se, então, que a história opera em cima de duas problemáticas, que são a conspiração de João (impasse político) e o conflito interétnico normando-saxão (problema social).

Ricardo desempenha neste universo ficcional uma função bastante atípica para sua figura, mas muito emblemática dado o contexto histórico e cultural em que a obra foi escrita: primeiramente, utilizando uma armadura negra que oculta sua identidade, o rei cavaleiro utiliza do anonimato conferido pelo disfarce para se auxiliar os necessitados, agindo como um “infiltrado” em seu próprio reino. Dentre os personagens salvos para misterioso cavaleiro negro, estão o próprio Wilfred de Ivanhoe – o herói principal da narrativa – e Rebecca, personagem de origem judia, grupo que sofre constantemente com a perseguição normanda. Ricardo chega até a aliar-se com Robin de Locksley, chefe dos ladrões que habitam a floresta de Sherwood, que formam uma oposição aguerrida ao Príncipe João e seus planos tirânicos.

Mais tarde na história, Ricardo revela sua verdadeira identidade e, até o fim do romance, assume a forma de um herói nacional, propondo a unidade entre os povos (normandos e saxões) em prol do futuro da Inglaterra. Chega inclusive a dizer a Cedric – um dos personagens centrais da obra – que não o chame mais de Ricardo d’Anjou, mas de “Ricardo da Inglaterra, cujo maior interesse é ver seus filhos unidos entre si” (SCOTT, 1972, p. 519). Scott ainda reforça a ideia nas últimas páginas do livro, afirmando que “Os saxões sentem que serão tratados com maior igualdade e justiça sob Ricardo, do que conseguiriam em uma guerra civil” (1972, p. 551).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto em que Scott produziu “*Ivanhoe*” diz muito sobre os personagens e situações narrados nesta história. Passadas as Guerras Napoleônicas, a Inglaterra entrara num período de grande turbulência e recessão econômica. Com a indústria superando a produção das manufaturas familiares, o desemprego atingira taxas altíssimas e as *Corn Laws* (“Leis de Cereais”) – medidas que aumentavam as tarifas para a importação de cereais mais baratos de países vizinhos – tornavam a população dependente da produção agrícola nacional, gerando grande escassez de recursos alimentícios. O período também é marcado por protestos que tinham como foco a reforma política. Cidades recém industrializadas e com população avantajada possuíam poucas cadeiras no parlamento, e o direito ao voto era restrito apenas aos grandes proprietários de terras, deixando a esmagadora maioria da população fora do processo político. Um dos mais conhecidos protestos desta época ocorreu em 16 de agosto de 1819, em Manchester, e foi duramente reprimido pelas autoridades locais, acarretando em quinze mortes e cerca de setecentos feridos – apelidado como “*Massacre de Peterloo*”.

Por tal lógica, “*Ivanhoe*” pode ser interpretado como uma obra sintomática, um retrado oblíquo, resposta ao sentimento de fragmentação social e às ansiedades políticas de sua época. Tudo isso projetado numa Idade Média imaginária, que partilha dos mesmos problemas da Era Contemporânea. Logo, a idealização que Scott nos traz do famoso rei cavaleiro e herói nacional inglês nada mais é do que o velho mito do salvador, mito “suficientemente poderoso, suficientemente coerente, suficientemente atrativo também para fixar a atenção, reter a reflexão” (GIRARDET, 1987, p. 64). Graças ao salvador e através dele – pontua Raul Girardet – grupos sociais passam a partilhar, mesmo que num plano imaginário, das mesmas emoções, dos mesmos fervores e das mesmas esperanças quanto ao presente (1987, p. 95).

A narrativa de Scott pode fazer parecer que Ricardo Coração de Leão fora um legítimo herói nacional inglês, um verdadeiro paladino de seu tempo. Na realidade, esta identidade inglesa que comumente associamos ao monarca é fruto de um processo de longa duração: trata-se, em suma, da manipulação da memória social britânica, realizada em prol de uma agenda que visava atender a interesses políticos surgidos *a posteriori*. A ficção histórica se apropria com maestria de construções culturais e míticas que orbitam nosso imaginário acerca do passado, especialmente dos períodos mais recuados, muitas vezes introduzindo elementos do presente no jogo narrativo. Estudar estas representações-apropriações permite ao historiador da cultura melhor entender como as expressões artísticas e literárias se inserem nas disputas sociais e ideológicas de suas épocas, criando novos mitos e narrativas fundadoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FLORI, Jean. Ricardo Corazón de León. Barcelona: Edhasa, 2003

GEARY, Patrick. O Mito das Nações: A Invenção do Nacionalismo. São Paulo: Conrad, 2005

GIRARDEWT, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

RIGNEY, Ann. **The Afterlives of Walter Scott: Memory on the Move**. New York: Oxford University Library, 2012.

SCOTT, Walter. **IVANHOE**. São Paulo: Abril, 1972.

SILVA, Glaydson José da. **História Antiga e Usos do Passado: Um Estudo de Apropriações da Antiguidade sob o Regime de Vichy (1940 – 1944)**. São Paulo: Anna Blume Editora, 2007.

HONRA NAS SAGAS ISLANDESAS: O PROJETO DE UM ESTUDO DE CASO ACERCA DE VÍGA-GLÚMS SAGA E THÓRDAR SAGA HREDU

RICARDO HAMMES STONE¹

¹Universidade Federal de Pelotas – ricardohammestone@hotmail.com

Resumo: Neste trabalho busca-se interpretar as relações de honra apresentadas nas Sagas Islandesas *Víga-Glúms Saga* (c. séc. XIII) e *Thórdar Saga Hredu* (séc. XIV), de forma a compreender as narrativas bem como os períodos de produção. Para tanto, averigua-se os termos referidos à questão da honra nessas duas narrativas.

Palavras-chave: Islândia, Honra, Sagas

INTRODUÇÃO

Neste trabalho busca-se trabalhar nos estudos escandinavísticos, relacionados a história cultural, trabalhando-se com as Sagas Islandesas (*Islendingasögur*). Estes documentos tratam-se de manuscritos e pergaminhos do período medieval islandês, entre o século XIII e XVI, e descrevem eventos do período inicial do Estado Livre Islandês (930 DEC- 1030 DEC). Juntamente com elas há também outros documentos como as Sagas dos Reis, Sagas dos Bispos, Pequenos Contos (*Tháttir*), etc.

Na contemporaneidade as Sagas são geralmente compreendidas como textos de cunho ficcional. Suas narrativas costumam ser controversas, carregando alguns padrões de narrativa ou ainda divergências perante fatos já comprovados historicamente ocorridos no período que se apresentam e constroem suas narrativas, e mesmo as longas listas de familiares descritas nos textos devem-se podem se mostrar controversas. Por outro lado, não se devem descartar as influências culturais constantes que os islandeses medievais tinham de seus antepassados, e aqui surge a questão dos traços de tradição oral que as Sagas Islandesas carregam.

Assim busca-se neste trabalho estudar as Sagas por elas mesmas, pois ao optar-se por um olhar mais direto, focando-se nas obras em si e em seus discursos, é possível uma análise acerca da honra, conceito que é diferenciado por honra interna e honra externa.

Essas representações tratam de povos que viviam sob códigos internos, que podem ser entendidos a partir da honra interna, as quais são associadas às virtudes e também ao individual, em dessemelhança a honra externa, a qual é pré-estabelecida pelo meio que vive e exige diferentes atitudes do indivíduo. Destina-se desta forma um olhar sobre as sagas *Thórdar Saga Hredu* e *Víga-Glúms Saga*, sendo ambas as Sagas representações da sociedade islandesa por islandeses medievais e caracterizadas como Sagas de Família¹, além de apresentarem certo contraste em suas narrativas, com a primeira obra sendo marcada por um final feliz, com o protagonista tendo uma vida tranqüila e morrendo em paz, enquanto a segunda Saga traz um final dramático, tendo seu protagonista amargurado pela sua trajetória.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Neste trabalho, atualmente em desenvolvimento como Trabalho de Conclusão de Curso, buscou-se inicialmente um interesse em estudar sobre a Islândia, com objetivo de compreender e explorar os estudos escandinavísticos. A proposta inicial era de se trabalhar com o *Ladnamabók (O livro da Colonização)*, manuscrito do século XIII (embora a perdida edição original deve ser mais antiga) escrito por Ari, o Sábio, no qual descreve a colonização da

¹ Existe um debate acerca de *Thórdar Saga Hredu* ser uma Saga Família ou não. Aqui optou-se por considerá-la uma devido a indícios de ser uma Saga antiga, com traços de tradição oral. Ver: WARD, Ida Elisabeth. **Nested Narrative: Tordar Saga Hredu and Material Engagement**. Tese submetida ao Departamento de Philosophy in Scandinavian Languages and Literature. University of California, Berkeley, 2012. Disponível em: http://digitalassets.lib.berkeley.edu/etd/ucb/text/Ward_berkeley_0028E_13094.pdf. Acessado em 28/09/2019.

Islândia. Não havendo ainda propostas de abordagem e devido à baixa experiência do aluno em sua pesquisa, logo se deixou de lado a proposta.

Em meio a conversas com a orientadora Profa. Dra. Daniele Gallindo Gonçalves Silva, esta sugeriu uma proposta de análise acerca das vinganças de família (*vendetta*) acerca das Sagas Islandesas. Coube ao aluno achar quais Sagas utilizar.

Avaliou-se para a seleção das Sagas critérios dinâmicos como a disponibilidade de acesso das mesmas em inglês e a necessidade de se trabalhar com Sagas que envolvessem as vinganças, para que fosse possível a execução desse dentro do tempo previsto. Durante as seleções estipulou-se a *Thórdar Saga Hredu* e a *Víga-Glúms Saga*, por serem histórias curtas e ainda contarem com finais contrastantes.

Nesse tempo a idéia de qual conceito aplicar nas Sagas também mudou. Ao entrar em contato com a base bibliográfica, notou-se a importância da honra perante aquelas sociedades, e entre os artigos buscou-se compreender mais o conceito. Avaliando ainda outras propostas de trabalho utilizando a honra e as Sagas, como a de Santiago Barreiro (2012), optou-se por mudar a perspectiva da análise, dedicando-se a uma análise mais moralística acerca das Sagas, buscando entender que personagens são honrados e desonrados e como as relações de honra interferem nas histórias apresentadas.

Perante a base bibliográfica buscou-se explorar diferentes autores acerca do entendimento geral de sociedade nórdica, noções diversas acerca de honra, o contexto das Sagas Islandesas, juntamente com diferentes interpretações, limitadas ao inglês, acerca de pensamentos sobre as obras.

Para se entender as Sagas, contou-se com diversas obras como a de Vésteinn Olásson (1998), Willian R. Short (2010), Jesse Byock (2001), Heather O'Donoghue (2004) e Patricia Pires Boulhosa (2005), estabeleceu-se um entendimento acerca de como se abordar as Sagas, buscando-se entender o cenário político envolvido na produção destas.

Além de buscar referências de honra de autores mais recentes, como o conceito aplicado por Nietzsche (1887) acerca de honra em *Além do Bem e o Mal*, juntamente com explicações do conceito por James Bowman (2006) em *Honour, a History*, a grande base se encontra no livro *Bloodtaking and Peacemaking: Feud, Law and Society in Saga Iceland*. Este livro além de apresentar uma conceitualização de honra eficiente principalmente acerca dos casos de vingança nos explica como as leis funcionavam em meio à realidade das Sagas. Ademais utilizou-se diversos artigos como o de Vihljámur Árnason (1991), Douglas Cairns (2011), e Jon Gunnar Jorgensen (2017) para complementar as conceitualizações.

Ao fim buscou-se compreender as Sagas selecionadas para a análise. Para tanto, além das traduções, pesquisou-se artigos e dissertações em inglês acerca da *Víga-Glúms Saga* e *Thórdar Saga Hredu*. A limitação do idioma dificultou o acesso às informações, entretanto se obtivera uma dissertação de Elisabeth Ida Ward (2012) na qual elucida a relação dos objetos no caso de *Thórdar Saga Hredu* juntamente com um artigo da mesma autora, na qual traz à tona um debate acerca da autenticidade da Saga como pertencente à categoria das Sagas de Família, além da recepção da Saga na Islândia, nos trazendo ainda informações acerca dos documentos que transmitem a Saga.

Sobre a *Víga-Glúms Saga*, utilizou-se do artigo *Sighvatr Sturluson and the Authorship of Víga-Glúms Saga* (2009), de Richard North, no qual faz uma análise sobre a Saga, nos trazendo informações sobre as mesmas e nos incitando o debate perante a autoria da Saga.

RESULTADOS

O trabalho segue ainda em processo de desenvolvimento, estando no estágio de separação dos trechos a serem analisados em ambas as Sagas.

Os documentos originais como já dito, foram escritos respectivamente em meados do século XIV (*Thórdar Saga Hredu*) e século XIII (*Víga-Glúms Saga*). *Víga-Glúms Saga* possui

uma versão completa no documento *Mödrvallabók* (AM 132. fol) cuja datação fica aproximadamente em 1350 DEC. Também conta com versões parciais nas duas cópias do do documento *Pseudo-Vatnsyrna*, datado em 1400 DEC. Além de versões posteriores da narrativa, do século XV e XVI.

Thórdar Saga Hredu possui duas versões bem diferentes uma da outra, sendo uma versão completa e outra fragmentada, as quais são consideradas bem diferentes seja em conteúdo seja em estilo. Além disso há aproximadamente 43 manuscritos atestados como existentes perante a Saga havendo versões posteriores do século XIV e XV. Estes documentos possuem suas cópias transcritas disponibilizadas pela editora islandesa Íslenzk Fornrit (*Thórdar Saga Hredu* é disponibilizada ambas as versões da Saga), o qual é responsável pelo acesso a versões dos documentos das Sagas em diferentes volumes. Para o trabalho, portanto, se utilizará da edição 9, Eyfirdinga Sögur juntamente com a edição 14, *Kjalnesinga Saga*, os quais ainda estão em processo de aquisição. Em meio a isso, já se estabeleceu algumas possibilidades de análise acerca de ambas as Sagas: a utilização de palavras relacionadas à honra em situações específicas das Sagas, juntamente com uma análise geral acerca da obra buscando-se averiguar como as relações sociais interferem nas ações dos indivíduos.

Thórdar Saga Hredu nos traz o protagonista Thórdr, o qual ao chegar na Islândia após a condenação de exílio da Noruega por ter participado do assassinato do rei Sigurdr “*Slefa*” por este ter cometido adultério com a esposa do irmão de Thórdr, se envolve em uma série de lutas e vinganças ocasionados principalmente após a morte de Ormr, o qual assediava a irmã de Thórdr, até então já prometida para outro homem. Além desta trama, a história conta com uma relação entre Thórd e Thorvald e sua esposa Ölof. Enquanto Thórdr se destaca sendo um homem forte, corajoso e esperto, Thorvald demonstra ser um homem mesquinho, covarde e fraco. Ao ser assassinado, Ölof seguidamente se casa então com Thórdr. Ademais há a relação ambígua entre Thórdr e Skeggi e seu filho Eidr. Thórdr logo ao se apresentar na ilha, ganha muito destaque, o que gera o ciúme e o desgosto de Skeggi. Ainda Eidr, seu filho, se encanta com Thórdr a ponto de criar uma relação quase paterna com Thórdr, o que vem a desagradar Skeggi ainda mais. Entretanto essa relação será motivo para a salvação de Thórdr em diversos momentos de brigas, com Eidr interferindo nelas e impedindo o assassinato de Thórdr. Ainda a ser analisado há a relação de vingança de Ozurr contra Thórdr, que vem a buscar o conflito em diferentes momentos ao longo da história.

As histórias em si contêm uma narrativa simples. A estrutura das leis aqui pouco aparece, com as vinganças e os assassinatos acontecendo frequentemente sem conseqüências judiciais mais complexas com exceção de algumas ocasiões. Entretanto, segundo Elisabeth Ward devido à grande documentação da história ela deve ter sido bem popular, além de ser antiga.

Viga-Glúms Saga é uma história mais complexa, na qual nos traz um protagonista problemático chamado Glum. Este protagonista por meio de assassinatos e influências, consegue ganhar poder ao longo da trajetória e se torna líder de seu distrito, e embora busque manter a paz na região, toma atitudes controversas que ainda se complexificam com as decisões de seus parentes e inimigos. Esta obra ainda está em processo de análise das ocasiões a serem destacadas, mas é válido destacar a presença maior das instituições das leis e se citar a trajetória de Glum, na qual está longe de ser honrado e bondoso, favorecendo os seus em prol dos outros e utilizando das próprias leis para isto. Sua história termina em amargura, o que pode indicar uma intenção narrativa em mantê-lo não como um herói na Saga. Ainda conta com algumas relações ambíguas perante sua religiosidade, sendo um homem marcado por itens que remetem a figura de Odín (a lança, o manto e a espada), ainda que venha a cultuar o deus Freyr. Espera-se ainda encontrar outros personagens para se destacar, buscando posteriormente comparar os personagens de forma a verificar as diferentes representações que os autores das obras trazem acerca da honra nestes casos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ainda está sendo escrita no Trabalho de Conclusão de Curso. Neste trabalho já foi feito a introdução, explicando as expectativas e as abordagens que serão feitas, além de conceitos necessários para o entendimento do conteúdo. Juntamente foi feito um breve resumo acerca das duas obras, para que o leitor consiga ter uma dimensão geral acerca destas sem precisar recorrer diretamente as traduções. Espera-se com este trabalho contribuir para os estudos relacionados ao assunto, utilizando-se de bibliografia atual, e assim adquirir experiência na área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIRO, S. Honour in Egils Saga; University of Silesia. Acessado em 28/09/2019. Disponível em https://www.academia.edu/11397429/Honour_in_Egils_saga

BOULHOSA, Patrícia Pires. **Icelanders and the Kings of Norway, Mediaeval Sagas and Legal Texts**. Leiden: Editora Brill, 2005.

BOWMAN, James. **Honor**, a History. New York: Editora Encounter Books, 2006.

FRIEDICH, Nietzsche. **Para Além do Bem e do Mal**. Trad. Curitiba: Hemus Livraria, 2001.

MILLER, William Ian. **Bloodtaking and Peacemaking: Feud, Law, and Society in Saga Iceland**. Chicago: The University of Chigago Press, 1990.

NORTH, Richard. **Sighvatr Sturluson and the authorship of Vóga-Glúms saga**. Berlin: Walter de Gruyter, 2009.

O'DONOGHUE, Heather. **Old Norse Icelandic Literature**. Australia: Editora Blackwell Publishing, 2004.

OLÁSON, Vestéinn. **Dialogues with Viking Age**. Reyjjavik: Editora Heimskringla, 1998.

SHORT, William R. **Icelanders in Viking Age: The people of the Sagas**. North Carolina: Editora Mcfarland & Company, 2010.

WARD, Elisabeth Ida. **Completing Thórdar Saga Hredu: A Regional Saga in Disguise**. *Gripla* XXVII, 2016, p. 93-125.

WARD, Elisabeth Ida. **Nested Narrative: Tordar Saga Hredu and Material Engagement**. Tese submetida ao Departamento de Philosophy in Scandinavian Languages and Literature. University of California, Berkeley, 2012. Acessado em 28/09/2019. Disponível em: http://digitalassets.lib.berkeley.edu/etd/ucb/text/Ward_berkeley_0028E_13094.pdf

O URBANO EM THE WITCHER III: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS CIDADES MEDIEVAIS NO JOGO

VINICIUS IBEIRO LEITZKE¹

¹Universidade Federal de Pelotas – vleitzke85@gmail.com

Resumo: O presente trabalho busca compreender a construção das cidades medievais no jogo eletrônico *The Witcher III: Wild Hunt* a partir da utilização da área de *Mittelalterrezeption* para comparar a historiografia com os dados presentes no jogo.

Palavras-chave: Medievalidade, Recepção do Medievo, Jogos Eletrônicos

INTRODUÇÃO

O ano era 1272, o lobo cinzento se encontrava vagando por estradas úmidas e longínquas, passando por restos putrefatos de animais abatidos em virtude da ação da cadeia alimentar. Ao longe o bruxo avista, com dificuldade em virtude da densa neblina, algumas janelas refletindo pequenos pontos de luz gerados por pequenas lareiras. Chegando ao pequeno vilarejo, Gerald se depara com pequenas casas construídas rudimentarmente com grandes pedaços de madeira e palhas cobrindo a parte superior. No interior de dois cômodos separados por uma pequena passagem, moradores lançam sobre o viajante olhares de desconfiança e medo, este que apenas segue sua jornada passando por vilarejos, cemitérios, castelos e cidades.

Utilizar aspectos do que se entende por Idade Média pode caracterizar variadas construções midiáticas dos séculos XX e XIX, como literaturas ficcionais, longas metragem, séries e jogos eletrônicos, trabalhando com vários recortes temporais em suas narrativas. Isto posto, o presente trabalho trabalhará com o jogo eletrônico *The Witcher III Wild Hunt* (2015) com o intuito de analisar a maneira como o jogo trabalha com ideias de determinadas construções atribuídas e pertencentes ao medievo como castelos, moradias urbanas e cemitérios, traçando um paralelo entre o que é apresentado pelo jogo e a respectiva historiografia. É necessário salientar que o parágrafo inicial é uma passagem escrita a partir de experiências pessoais com o jogo, buscando retratar uma exemplificação de como se dá a ambientação do jogo. É importante salientar que este trabalho se trata de um ensaio, preocupando-se em apresentar resultados alcançados até então e traçar o caminho que se pretende seguir a partir do atual momento.

The Witcher III Wild Hunt (2015) é classificado como um RPG de mundo aberto, focado na exploração, combate e construção de narrativa, desenvolvido pela empresa polonesa CD Projeck Red, sendo lançado para as plataformas PC, PlayStation 4, Xbox One e Nintendo Switch. No jogo controlamos o bruxo Gerald de Rívia, um mercenário que busca respostas sobre sua sobrinha que está perdida a muito tempo e agora é o alvo central da Caçada Selvagem. Todo enredo que engloba o universo de *The Witcher* é baseado nos livros do escritor também polonês Andrzej Sapkowski, que lançou ao todo sete livros que tratam sobre a história do lobo cinzento

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

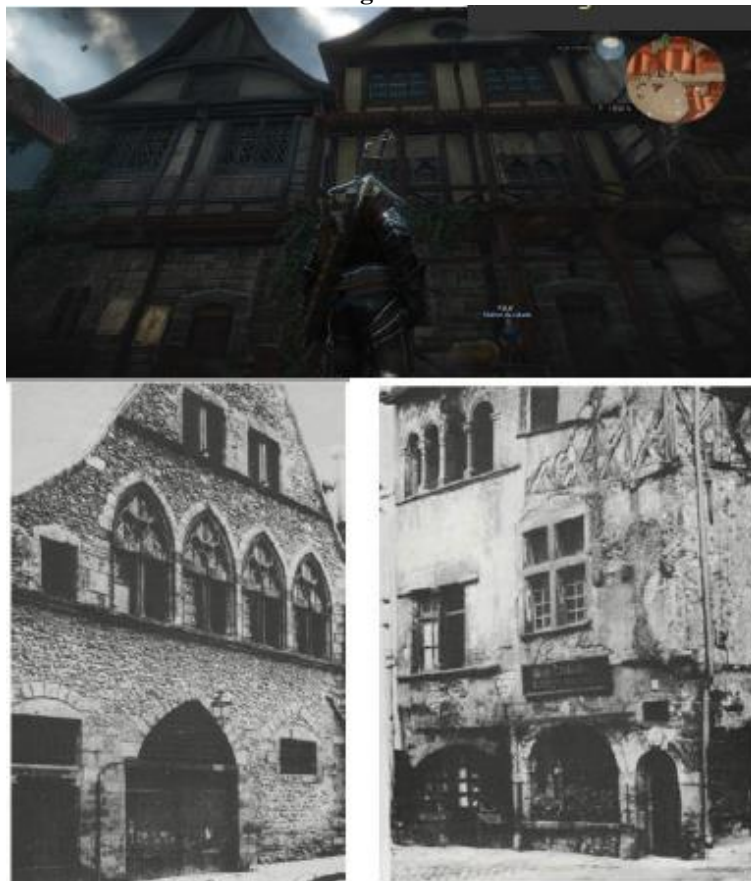
Para realizar a análise presente neste trabalho se faz necessário salientar como os conceitos foram pensados tendo em vista o contexto do que vem sendo produzido, utilizando-se da área denominada de *Mittelalterrezeption* para elencar pontos a se destacar

no produto analisado, colocando a área como um umbrella term (HERWEG; KEPLER-TASAK *apud* SILVA, 2016) que agrega conceitos utilizando-os para elaborar a análise final. Como foi possível perceber na narrativa que inicia o trabalho, o jogo se utiliza de determinados padrões para modelar as moradias presentes no jogo de maneira que estas repassem ao jogador o sentido do local em que se encontram, seja este um ambiente pobre, comercial ou pertencente a realeza. Basicamente, as residências encontradas em partes mais afastadas das grandes cidades possuem o mesmo padrão, construídas com grandes pedaços de árvores empilhados e unidos com barro e argila, com telhados de palha e com apenas dois cômodos, padrão este que se comunica com a historiografia, que coloca as moradias medievais como pequenas, construídas a base de madeira, pedra e palha, abrigando uma família por unidade (POUNDS, 2005). Vale ressaltar que o jogo vai mais além, trabalhando o contexto da migração camponesa para as cidades com a presença de sobrados nos subúrbios, estes que basicamente eram as mesmas construções encontradas em vilarejos porém construídos de maneira vertical, abrigando em média três famílias de maneira simultânea além de servir como localidade de trabalho para artesãos, ferreiros, armeiros, entre outros. Segundo Joseph e Frances Gies:

Numa cidade do século XIII, as casas ricas e pobres são muito parecidas do lado de fora. Exceto por algumas pedras, elas são altas estruturas de madeira, com uma tendência a ceder e inclinar-se à medida que envelhecem. Nos pobres quartos, várias famílias habitam uma casa. A família de um tecelão pode estar totalmente concentrada em um único quarto, onde eles se juntam em torno de uma lareira, dificilmente melhor do que o camponeses e servos do campo. (GIES, GIES, s.p., 1981)

As imagens a seguir buscam exemplificar o paralelo entre a teoria e o apresentado no jogo.

Figura 1



(Fonte: Acima, captura de tela do jogo *The Witcher III Wild Hunt*, feita pela autoria. Abaixo, GIES, Joseph; GIES, Frances, 1981, p. 60 e 68)

RESULTADOS

Para que seja possível esclarecer os resultados obtidos até o momento com a pesquisa se faz necessário o questionamento sobre o propósito de se estudar as várias recepções do período medieval, mais especificamente qual a necessidade de se compreender e analisar a recepção do medievo presente em *The Witcher III: Wild Hunt*. Partindo do recorte deste trabalho, podemos compreender que as construções das cidades medievais no jogo ultrapassam o contexto visual chegando ao perímetro do discurso social para expressar as diferenciações sociais que compõem o coletivo tanto das cidades quanto dos vilarejos. Com o estudo na área de *Mittelalterrezeption* se faz possível comparar os dados presentes no jogo com historiografias que se especializam em campos correspondentes ao apanhado analisado.

A partir de um contexto de necessidade social, as cidades medievais se adaptaram e se transformaram a partir da passagem do período antigo, modificando suas estruturas tendo em vista a variação de matérias primas para as construções e disposição geográfica em razão da localidade escolhida para a realização do assentamento, levando-se em consideração referentes ao ambiente em que a cidade se via envolvida.

De uma perspectiva histórica, o jogo eletrônico *The Witcher III* apresenta uma maneira de ler as cidades medievais muito sustentada na ideia de organização geográfica, deixando sempre clara forma como elas funcionam, quem faz as mesmas funcionar e, por fim, como a cidade se utiliza do ambiente ao seu redor bem como se dá o aproveitamento de recursos. É possível dizer que este sentimento de proximidade entre os vilarejos e o sentido de cidade se dá pelas características sociais que ali coexistem uma vez que é possível encontrar ferreiros, comerciantes e armeiros com as mesmas características em ambos locais, fazendo com que as diferenças estruturais se sobressaíam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que já foi produzido, é pretendido expandir o campo de análise para que outras linhas do segmento sejam contempladas, como a construção de localidades da realeza, unidades mortuárias e, atrelado a tais partes, o sentido de um imaginário medieval que conversa não somente com a criação material das cidades mas também em razão da relação de sua sociedade com formas catalogadas em bestiários, analisando assim a construção dos variados discursos presentes no jogo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIES, Joseph; GIES, Frances. **Life in a Medieval City**. [S. l.]. Nova York: Harper Collins, 1981.

POUNDS, Norman. **The Medieval City**. Londres: Greenwood Press, 2005.

SILVA, D. G. G. Sobre “cavaleiras”: a (re)criação do medievo em Cornelia Funke. *Pandaemonium Germanicum*. **Revista de Estudos Germanísticos** v. 19 n. 29, p 1 – 20, Universidade de São Paulo. 2016. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386648028001>. Acessado em 02 de julho de 2019.
The Witcher III: Wild Hunt. Desenvolvido por CD Projekt. Distribuído por Warner Brother Games. 2015.

Simpósio Temático

Políticas, Estados e Poderes

Coordenadores: Profs. Dr. Marcelo de Oliveira, Me. Dário Milech Neto e
Profa. Francisca Jesus

OS “NUCAS RASPADAS” E A RESISTÊNCIA À ESCRAVIDÃO: HISTÓRIAS SILENCIADAS NA *PRINCESA DO SUL* DURANTE O SÉCULO XIX.

CRISTIANE BARTZ DE ÁVILA¹

¹UFPEL – FAE – Bolsista CAPES – crisbartz40@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo tecer considerações sobre a resistência à escravização que ocorreram na Cidade de Pelotas durante o decênio da Guerra dos Farrapos. A partir de pesquisa em documentos primários, buscamos uma interpretação a partir da hermenêutica do cotidiano para problematizar que apesar de toda a repressão exercida pelas autoridades charqueadoras houve resistência à escravidão materializada no grupo quilombola chefiado por Manuel Padeiro, bem como no movimento denominado “nucas raspadas”. Ambos teciam estratégias para combater a elite charqueadora da região. A partir desses elementos, a Cidade adquiriu uma identidade própria, diferenciada de outros municípios do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: escravidão; resistência; repressão;

INTRODUÇÃO

Durante o século XIX, a Cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, organiza-se economicamente em torno da atividade charqueadora. Tal atividade obtinha respaldo nas estâncias criadoras de gado do Estado. Neste contexto, a mão de obra utilizada era a africana escravizada.

Segundo as anotações do botânico e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, em sua viagem pela então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, nos anos de 1820 e 1821, era pelos arroios Pelotas e Santa Bárbara que o charque chegava ao canal São Gonçalo e, por ele, até a Laguna dos Patos, seguindo para o porto marítimo da cidade de Rio Grande (RS), onde era embarcado para o Rio de Janeiro, a Bahia e outras províncias; indo até para Cuba, como alimento dos escravos. No caminho inverso, vinham os mais variados utensílios importados da Europa, inclusive livros. Neste sentido, a cultura erudita distinguia os produtores de charque dos outros rio-grandenses, em maneiras, hábitos e ideias, entretanto, tal prosperidade vinha do trabalho penoso dos negros escravizados, que levavam uma vida extremamente difícil. O abate de grande quantidade de animais e a preparação da carne exigia a permanência de 12 horas diárias de trabalho pesado e insalubre, com o corpo encharcado de água salgada. Essa empreitada ocupava os meses de novembro a abril, no auge do calor. Os outros meses do ano eram dedicados ao trabalho rural, quando os escravizados plantavam e criavam animais para abastecer a cidade, e fabricavam tijolos.

A produção das olarias ainda é visível no casario do Centro Histórico de Pelotas, que tem vários prédios tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Por conta dessas atividades, acumulou-se o capital necessário para a organização do lugar, descrito por Saint-Hilaire como aprazível.¹(SAINT-HILAIRE, 1974).

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para o presente trabalho tomamos por base o estudo realizado durante nosso mestrado acadêmico, o qual se utilizou em parte de pesquisa bibliográfica e como fonte primária o processo crime contra o quilombola denominado Mariano, que se encontra na sede da APERGS² (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul) localizado na Cidade de Porto Alegre e de documentos da Câmara Municipal da Cidade de Pelotas, que estão arquivados na Biblioteca Pública do município de Pelotas.

¹ O autor se refere à então freguesia, fundada em 1812 e sede das charqueadas, elevada à condição de vila em 1832 e de cidade em 1835, quando foi chamada Pelotas, nome que, desde o século XVIII, já identificava o arroio, transitado por pequenos botes feitos de corticeira e forrados de couro.

² APERGS, Município de Pelotas, **Cartório do Júri N° 81**, Maço 3A, 141 E7, E/141c CX:006.0300.

A partir deste estudo, apontamos a existência de uma resistência à escravização na Cidade de Pelotas através da formação do grupo de quilombolas liderados por Manuel Padeiro, bem como pela existência de um grupo denominado “nucas raspadas”, o qual mantinha determinado corte de cabelos com o objetivo de serem reconhecidos pelos seus pares.

RESULTADOS

Durante o decênio da Guerra Farroupilha, o aparelho repressor que estava à serviço da elite da Cidade se desorganizou, o que possibilitou a fuga de escravizados para as regiões de difícil acesso na zona rural do município, formando-se assim quilombos itinerantes, cujo mais conhecido da época tinha como líder o quilombola denominado Manuel Padeiro.

No ano de 1835, várias Atas da Câmara Municipal de Pelotas fazem referências às tentativas de prender o bando de Manuel Padeiro na Serra dos Tapes: uma das partidas enfrenta o grupo em 1834, e em 1835 instaura-se o processo contra Mariano e Simão Vergara. Ao que tudo indica, as informações deste processo deram elementos para que a perseguição prosseguisse. A última referência sobre o quilombo em Pelotas é de vinte e dois de outubro de mil oitocentos e quarenta e nove, pesquisado por Mario Maestri (1979), onde o escravo Antônio Cabinda convidou Maria Mina a fugir para um quilombo. Delatado pela cativa, procurou desmenti-la, lançando suspeitas sobre o seu comportamento “moral” (MARCISO, 1997, p. 54).

É necessário atentar para a questão da condução do processo crime de Mariano que sendo chefiado pela elite econômico-social e política da cidade, talvez aquilo que foi para o papel tenha tido uma filtragem muito grande. Não sabemos sob que condições estes depoimentos foram coletados, o próprio pesquisador Mário Maestri (1996, p. 311) aponta para a ideia de farsa do processo contra Mariano.

Tentamos identificar nas memórias deste passado outra versão, pois o historiador se encontra preso no presente trabalhando o passado, tendo que buscar nas “entrelinhas” dos documentos oficiais os indícios necessários para fazermos a travessia entre estes elementos. Conforme a pesquisadora Maria Odila Silva Dias (1998, p. 233-234), a leitura das “entrelinhas”, seguindo as ideias sobre a hermenêutica do cotidiano, é uma questão importante, pois houve um despertar dos historiadores para o fato de que projetos hegemônicos de uma sociedade dificilmente coincidem com as experiências concretas de setores oprimidos da população. Desse modo, a historiografia do cotidiano abriu-se ao estudo das condições de vida dos oprimidos, ao esmiuçar das relações de gênero dando voz aos silenciados da história. A história do cotidiano e das mediações sociais em processo de mudança, enquanto perspectiva construída no tempo pressupõe o relativismo cultural; por isso os historiadores, ao apreenderem experiências vividas, se conformaram em procurar uma nitidez de foco, uma relação cognitiva, nuanças de verdade, uma tradução aproximativa, em lugar de descrições ou explicações definitivas; o historiador, em seu diálogo com as fontes, começou a perseguir, pacientemente, a historicidade dos conceitos do passado, estabelecendo uma ponte crítica entre os conceitos contemporâneos e os de suas fontes.

Nos aliando ao pensamento da autora, através dos documentos analisados podemos depreender que existia toda uma rede de relações entre escravos, libertos e quilombolas que podia ser quebrada por diversos fatores, tais como violência ou promessa de favorecimentos. O próprio Mariano ao entrar em conflito com uma “partida” e se perder do grupo pede abrigo para um escravo que lhe convida para descansar e promete trazer comida, ao que no final traz é o capataz para prendê-lo.

Ainda segundo a documentação, o medo das “minorias” parece tomar conta de Pelotas. Os “Nucas Raspadas”, código de reconhecimento entre os membros da resistência ao escravismo, também foram citados por Maestri (1984) na quase tentativa de insurreição que ocorrera em 1848, onde as autoridades suspeitaram de que os escravos das charqueadas e do núcleo urbano, juntamente com os Quilombolas, pretendiam se insurgir.

A partir de 1836, já não temos mais notícias dos Quilombolas, para somente aparecer referências em 1848, quando não fica claro se a insurgência, comandada pelos “nucas raspadas”, seria chefiada por Manuel Padeiro ou teria tido sua participação.³

Segundo Maestri (1984, p. 136), “nos anos posteriores à pacificação⁴, teremos notícias de diversas expedições contra quilombos, possivelmente formados durante o decênio revolucionário.” O autor faz referência à tentativa de revolta dos escravos “Minas” em Pelotas em 1848. Seguindo a ordem das correspondências entre as autoridades, principalmente o delegado de polícia de Pelotas, José Vieira Vianna, e o chefe de legião da Guarda Nacional, o Tenente Coronel Serafim Ignacio dos Anjos, houve uma denúncia de que em início de janeiro os negros da nação Mina existentes em Pelotas tinham um plano de insurgir-se, sendo preciso agir antes que este fato ocorresse. A notícia é a de que 200 escravos do 2º Distrito se reuniram e seguiam para a Serra dos Tapes. As autoridades prenderam mais de 30 dos referidos negros antes do dia programado para o levante, que foram castigados, e a partir de suas confissões as autoridades chegam à conclusão de que era um plano dos negros “Minas”.⁵ Foram feitas patrulhas com os guardas nacionais e também com moradores que as faziam de bom grado, sem, contudo, nada encontrarem, a não ser um escravo de João Bittancourt que foi apanhado no Monte Bonito, que disse ter fugido havia dois meses e pertencer ao mesmo levantamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao final de nosso texto, enfatizamos que estas questões merecem pesquisas pormenorizadas, não pretendemos nesse trabalho encerrar as discussões, pois os documentos que se apresentam aos pesquisadores foram escritos pela mão da elite charqueadora da Cidade. Uma elite que ocupava os cargos administrativos da mesma. Nosso objetivo ao escrever este texto foi ressaltar a importância de um capítulo de nossa história que foi pouco divulgado e que merece atenção, tendo em vista que em Pelotas tivemos “processos de resistência à escravidão” como em muitas regiões brasileiras os quais poucos fazem parte da história oficial contada nos bancos escolares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APERGS, Município de Pelotas, **Cartório do Júri Nº 81**, Maço 3A, 141 E7, E/141c CX:006.0300.

DIÁRIO DA MANHÃ, **A Insurgência dos Nucas-Raspadas em Pelotas. 31-01/03/2013.**

DIAS, Maria Odila Silva. **Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea.** Projeto História. São Paulo (17), nov. 1998. p. 223- 258.

FUNDOS DA ESCRAVIDÃO. **Cópias das correspondências sobre fugas e sentença de morte a escravos transgressores datadas de 1834 e 1835, sobre a destruição do quilombo da Serra dos Tapes.** BBP

³ Para tal ver: LEÓN, 1994, p. 213.

⁴ O autor faz referência ao fim da Guerra Farrroupilha.

⁵ O código de reconhecimento entre os membros da resistência passaria despercebido pelas autoridades não fosse a delação comprovada pela carta de liberdade datada de 1848 publicada no jornal Diário da Manhã de 31/03/2013 p.12, juntamente com um artigo de autoria dos jornalistas MONQUELAT & ALMEIDA com o título: *A Insurgência dos Nucas-Raspadas em Pelotas*. Também encontramos maiores informações sobre o tema em: RUBIRA, 2012, p.102, Almanaque do Bicentenário de Pelotas.

LEÓN, Zênia de. **Pelotas: casarões contam sua história**, vol. 2. Pelotas, RS: D. M. Hofstatter, 1994.

MAESTRI FILHO, Mario José. **O Escravo no Rio Grande do Sul**: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias, 1984.

MAESTRI FILHO. Pampa Negro: Quilombos no Rio Grande do Sul. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 291-331

MAGALHÃES, Mário Osório. **Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1832-1845)**. Santa Maria: Gráfica Editora Pallotti, 2011.

MARCISO, Dilson. Escravidão e Resistência: Quilombo na Serra dos Tapes. **Cadernos do ISP**. Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Sociologia e Política, n.10, pp. 31-51, jun. 1997.

RAMALHO, Sabrina Rieckel. O Doce Mito Da Princesa Do Sul. In: AGUIAR, Vera Teixeira de.(coord), **Anais Letras no Mundo**. Faculdade de Letras- PUCRS. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014,

RUBIRA, Luís. **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. Santa Maria, RS: Pró-cultura RS: Ed. Pallotti, 2012.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821**. Traduzido por Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo. Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

JUVÊNCIO PEREIRA: UM BANDIDO SANTIFICADO (1852 – 1886)

DÁRIO MILECH NETO¹

¹Universidade Federal de Pelotas – milechnet@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar historicamente o caso do líder de uma quadrilha de salteadores na fronteira sul do Brasil, chamado Juvêncio Rodrigues Pereira (1852 – 1886), e o culto que é mantido até hoje em sua sepultura. Para isso foi utilizado o conceito de Eric Hobsbawm (2015) de Banditismo Social e empregada a metodologia da História Oral para colher e identificar os dados necessários para essa pesquisa.

Palavras-chave: Banditismo – Fronteira - Memória

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar historicamente a atuação e a representação acerca do líder de uma quadrilha de salteadores na fronteira sul do Brasil, chamado Juvêncio Rodrigues Pereira (1852 – 1886). O bando de Juvêncio operou nas últimas décadas do século XIX realizando saques, assassinatos e fugas nas regiões em que atualmente se localizam os municípios de Pelotas, Canguçu, Morro Redondo, Piratini, Pinheiro Machado, Bagé, Cerrito, Pedro Osório, Arroio Grande, Herval e Jaguarão.

Juvêncio foi capturado e morto no local denominado de Palma (subdistrito de Arroio Grande). Sua sepultura é até hoje visitada por alguns moradores para realizarem pedidos de cunho religioso. Aqui pretendo demonstrar a trajetória do “bandido” e como esse culto é feito. Utilizo a noção teórica de Banditismo Social cunhada por Hobsbawm (2015) e metodologicamente usei a História Oral para coletar os depoimentos dessas pessoas que vão até o túmulo de Juvêncio. Também referencio trabalhos de autores que lidaram com a questão dos cultos a bandidos na região platina, como Chumbita (2011) e Dornelles (1991).

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Em “*Primitive Rebels*”, de 1959, Eric Hobsbawm estudou os modos arcaicos de protesto social no sul da Itália. Ele apresentou o conceito de “banditismo social” no primeiro capítulo, mas foi somente dez anos depois, com o livro “*Bandidos*”, que o pesquisador se debruçou mais sobre o termo, exaltando a peculiaridade e o alcance de tal definição:

O banditismo social é um dos fenômenos sociais mais universais da história, e um daqueles que apresentam mais espantosa uniformidade. Ademais, essa uniformidade não decorre de uma difusão cultural, mas constitui reflexos de situações semelhantes nas sociedades camponesas, ocorram elas na China, no Peru, na Sicília, na Ucrânia ou na Indonésia. Geograficamente, o banditismo social é encontrado nas Américas, na Europa, no mundo islâmico, na Ásia meridional e oriental, e até na Austrália. Do ponto de vista social, parece ocorrer em todos os tipos de sociedade humana que se situam entre a fase evolucionária de organização tribal e familiar de um lado e a sociedade capitalista e industrial moderna de outro, mas incluindo as fases de desintegração da sociedade familiar e a transição para o capitalismo agrário (HOBSBAWM, 2015, p. 37).

O autor citou que, dentro do banditismo geral, há uma categoria importante a ser analisada: a dos chamados “bandidos sociais”. Seriam proscritos, pertencentes ao mundo rural, categorizados como criminosos pelos senhores e pelo Estado mas que eram, ao mesmo tempo, admirados e sustentados pela sociedade camponesa. Além do mais, eles se distinguiriam de outros dois tipos de criminalidade rural, como a de grupos do “submundo” profissional (ou “ladrões comuns”) e de comunidades onde a prática de pilhagem é vista com normalidade. Nesses últimos exemplos, ladrões e camponeses são estranhos uns dos outros, sendo os primeiros vistos como simples criminosos pelos segundos (HOBSBAWM, 2015, p. 36).

Dito isso, acreditei que seria importante fazer entrevistas com pelo menos três pessoas para utilizar aqui, a fim de evitar o erro de simplesmente pescar histórias aleatórias que me foram contadas sem ter uma preocupação acadêmica de registrar os “causos”. A metodologia que segui foi a explanada por Verena Alberti (2010), que assim define o trabalho com essa ferramenta:

A história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido (ALBERTI, 2010, p. 155).

Mas se levarmos ao pé da letra essa definição, a metodologia da história oral não seria aplicável para os meus entrevistados, os que contaram o “causo”. Eles não participaram do evento e muito menos o testemunharam: ele teria ocorrido, como veremos adiante, há mais de cem anos. Contudo, Michael Pollak (1992) enfatizou a importância da memória herdada, de acontecimentos que não foram vividos pelos indivíduos que dele se lembram:

Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. Por exemplo, no caso da França, não é preciso ter vivido na época do general De Gaulle para senti-lo como um contemporâneo (POLLAK, 1992, p. 2).

Ficou demarcada então a relevância para a memória individual e coletiva de fatos que uma pessoa ou seu grupo não viram com seus próprios olhos, mas souberam através do tempo: é uma memória herdada. Classificaria meus entrevistados como herdeiros de uma memória que foi transmitida de geração em geração. Obviamente, como não poderia deixar de ser, esse tipo de memória implicaria maiores cuidados ainda quando é trabalhada em um estudo, pois os detalhes do fato vão desaparecendo com o decorrer dos anos e o que ficou até hoje certamente é uma sombra confusa. Pollak (1992, p. 4) evidenciou outra característica: a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado.

Dos três entrevistados por mim escolhidos, dois são da família Teixeira de Almeida: o próprio Fernando Agendes de Almeida e Orlando de Almeida. O terceiro foi Alzir Canielas, que mora também na região, mas que não é descendente da mesma família, caso dos outros dois. O escolhi justamente porque gostaria de exemplificar que a história de Juvêncio não ficou isolada apenas em um único grupo familiar ao longo dos anos.

Um dos maiores expoentes do entendimento da memória enquanto um conceito social, Maurice Halbwachs (2013), em seu livro *“A memória coletiva”*, refletiu sobre o laço entre crianças e seus avós no mundo rural, inclusive referenciando uma passagem de uma obra do historiador Marc Bloch (1925) em que este citou o ato comum de os pais, ao saírem para o trabalho, deixarem as crianças aos cuidados dos mais velhos. Notei nas entrevistas que as pessoas mais velhas são citadas na história (Fernando fala em seu avô, Orlando na sua bisavó e Alzir em um conhecido, o “velho”). Creio que justamente essa configuração familiar dos camponeses ajudou no compartilhamento de “causos” como os de Juvêncio.

Em certo momento da entrevista, Orlando revelou que faz pedidos para Juvêncio: *“Tem uma coisa. Eu acredito muito. Faço uma promessa para ele e ele sempre me atendeu. Ele era bandido nas outras épocas, na geração que eu nem era nascido. A geração foi outra né? [...] Acendo uma vela para ele. Um pacote de vela. Sempre quando eu acendo é um pacote”*.

É interessante notar esse culto ao Juvêncio na busca de ter um pedido atendido. Foi Hugo Chumbita (2011) quem escreveu acerca do fenômeno social dos “bandoleiros santificados” que ocorreria na América Latina, mais fortemente na região do Prata. Esse fenômeno chamou inclusive a atenção de Hobsbawm, que citou:

Com efeito, o bom bandido pode, depois de morto, adquirir uma elevadíssima estatura moral, a de seres intermediários entre homens e a divindade. É notável o número de cultos que se formaram em torno de túmulos de gauchos valentões na Argentina, na maioria ex- 39 combatentes nas guerras civis políticas do século XIX que se transformaram em bandidos, e suas sepulturas, onde as pessoas rezam por milagres, muitas ostentam a cor do partido (HOBSBAWM, 2015, p. 75).

Chumbita (2011) formulou que essa exaltação religiosa de bandidos gaúchos seria feita pelas classes mais humildes, realizando essa sacralização popular, e que teriam construído seu próprio “santoral criollo”. E ainda exemplifica quem seriam esses homens que foram santificados:

Son personas reales que merecieron admiración como “justos”, de los que se cree que robaban a los ricos para ayudar a los pobres, y que murieron de manera trágica a manos de la autoridad. La consagración está fuertemente ligada al lugar y las circunstancias crueles o injustas en que los mataron. Se expresa en la tumba del difunto y en el sitio donde murió, aunque también a veces en otros puntos en los que se establece una señal, capilla o santuario (CHUMBITA, 2011, p. 162).

Fernando citou por sua vez saber que outras pessoas faziam pedidos para Juvêncio, mas que ele próprio não fazia isso, apenas rezava pela alma do bandido. No caso de Alzir, não foi referenciado nada relacionado à religiosidade, embora ela tenha dito que foi até a cruz para arrumar com um pedaço de arame uma parte que estava caindo, em sinal de respeito.

Dos diversos indivíduos que se tornaram em figuras de santos e que são citados por Chumbita, posso referir um dos mais significativos casos: o *gauchito* Gil. Na Argentina há um grande número de pessoas que são fiéis à sua representação. Ele teria sido contemporâneo de Juvêncio (viveu em meados da segunda metade do século XIX). Seu nome completo era Antonio Memerto Gil Núñez. Participou da Guerra do Paraguai além das peleias entre federalistas e unitários em seu país. Desertou e passou a ser então um homem procurado.

O autor argentino escreveu que Gil foi morto degolado pelos seus inimigos em 08 de janeiro de 1874, perto de Mercedes. Uma cruz foi colocada no lugar em que enterraram seu corpo. A essa cruz atribuem os mais diversos milagres. Ainda segundo Chumbita (2011), os vários santuários espalhados dedicados ao *gauchito* Gil são adornados por itens vermelhos, que são relacionados ao sangue derramado quando ele morreu, mas também ao fato de se saber que ele pertencia ao partido colorado em seu país.

No Rio Grande do Sul temos um outro exemplo de túmulo que é local de pedidos religiosos: é o de Talco Cardoso (1916 – 1955). No livro de Sejanos Dornelles (1991) tem inclusive duas fotos da sepultura, sendo que na primeira delas o autor colocou na legenda que “mesmo que Talco fosse abigeatário, sua morte foi lamentada”, além de “neste túmulo, muitos fazem promessas”.

RESULTADOS

Não me foi relatado pelos entrevistados se os familiares mais antigos tinham também alguma relação de fé com o local onde Juvêncio está enterrado. Além disso, apenas pelas memórias e pelo mero julgamento de valores, não dá para saber, por enquanto, se o consideravam um bandido bom ou mau. Mas uma coisa é clara: a população daquela localidade

da Palma convivia com Juvêncio aparentemente sem muitos problemas. Seus algozes, inclusive, reservaram um lugar para sepultá-lo e alguém demarcou o local.

Também devo salientar que embora seja uma memória coletiva dos que moram lá, não há um grupo coeso, como é exemplificado nos textos de Halbwachs (2013), que se reúne para lembrar e trocar informações acerca do evento que seus antepassados vivenciaram. A campanha tem cada vez menos pessoas morando: muitas delas acabam indo para as cidades, pois pequenos agricultores e pecuaristas terminam por vender os seus campos para médios ou grandes empresários que dominam cada vez mais o local.

Com isso, corre-se o risco de que relatos orais, como este sobre o qual aqui nos debruçamos, percam cada vez mais fôlego, até desaparecerem. Cabe à história (e aos historiadores) a salvaguarda dessas narrativas que são contadas e recontadas nos núcleos familiares ou em determinados grupos como fatos que já quase se perderam e/ou que adquirem uma certa aura mais de “lendas” do que de acontecimentos reais.

Não poderia deixar de citar a questão da identidade, tão atrelada à memória como Halbwachs (2006) e Pollak (1992) salientaram. O bandido reforçaria a ideia do imaginário do gaúcho valente, forte, que não se entregou até o último minuto de sua vida. Já sabemos que é uma identidade criada e reforçada pelos meios de comunicação e determinados grupos que cuidam da questão tradicionalista no Rio Grande do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que a história de Juvêncio Pereira não é um caso isolado: na região platina os cultos a determinados “bandidos” é um fenômeno presente nos dias atuais, em alguns locais com maior força, como o exemplo do *gauchito* Gil, na Argentina. Esses sujeitos não viveram atuando como meros criminosos, pois foram auxiliados pelas sociedades camponesas na época e hoje ainda são referenciados, alcançando inclusive *status* de santos, figuras religiosas que atendem aos mais variados pedidos que fazem essa população. Dito isso, tais indivíduos se encaixam na concepção elaborada por Hobsbawm (2015): foram (e ainda de certa forma são) bandidos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 155-202.

CHUMBITA, Hugo. **Jinetes Rebeldes: Historia del Bandolerismo Social en la Argentina**. Buenos Aires: Colihue, 2011.

DORNELLES, Sejanos. **Os últimos bandoleiros a cavalo**. Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HOBSBAWM, Eric J. **Bandidos**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOBSBAWM, Eric J. **Rebeldes Primitivos: Estudios sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales em los siglos XIX y XX**. Barcelona: Editorial Ariel, 1983.

MILECH NETO, Dário. **“Um dos mais perigosos e audazes bandidos de que há notícia”: a trajetória de Juvêncio Pereira**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. 80 f

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5.n. 10. 1992, p. 200-212.

O BRASIL EM LIQUIDAÇÃO: UM ENSAIO SOBRE A CONSTRUÇÃO E MANIPULAÇÃO DA MEMÓRIA SOBRE UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO

FRANCISCA MESQUITA JESUS¹

¹Universidade Federal de Pelotas - franciscahist@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho é um ensaio de análise do autor, alicerçado em discussões nas aulas de Historiografia I do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Pensado através de uma bibliografia oferecida pelo ministrante da disciplina, e também através de textos complementares, este ensaio se coloca como um dispositivo para um pensamento mais crítico de questionamento de como é construída a memória no Brasil e de como a mesma é manipulada constantemente, através de ferramentas de poder. Este trabalho se debruça sobre o olhar da nova história, onde através de sua pluralidade é possível ter uma ampla visão sobre tais questionamentos, trazendo a prática novas perspectivas de análise Histórica.

Palavras chave: Brasil; Memória; Construção; Poder.

INTRODUÇÃO

Perante a um cenário cada dia mais preocupante da conjuntura brasileira, percebemos o quanto é importante a memória para a tentativa de algum resgate da verdadeira história do Brasil. Com o avanço cada vez mais rápido da tecnologia a nível mundial, notamos também a incapacidade de lidar com tal velocidade das informações, o que antes era engessando agora é voraz e rápido; Não temos tempo de digerir, assimilar, analisar informações, vamos nos colocando como espectadores e cada vez mais sendo engolidos por quem manipula com destreza tal tecnologia. Mas qual a relação da memória histórica com tal contexto? Muito claro, embora essa massificação de informações através das potentes tecnologias, se perdeu a capacidade de reflexão, de procura pela verdade, está muito fácil apenas receber o que já nos vem pronto, embalado, colocado na prateleira por uma estrutura que nos molda de acordo com seus interesses.

A verdade nem sempre é fácil ou atrativa, é muitas vezes difícil de reconstruir ou analisar; o historiador da Nova História tem essa árdua tarefa de reconstruir a verdade, muitas vezes através de narrativas duras e com nenhuma beleza, trazendo a luz inquietações e antagonismos que para o poder é extremamente tóxico.

Coloco aqui a Memória como um agente principal, para entender como se dá a dinâmica da manipulação histórica. Somos reprogramados tantas vezes a pensar de acordo com que nos era vendido, que se tornou quase impossível ou até mesmo insano pensar diferente. Mas essas embalagens de idéias e teorias bonitas que estão na prateleira, já estão se deteriorando, por conta dessa lente que está sendo ajustada para o revisionismo.

No Brasil mais recentemente década de 80 temos uma abertura para livros da Nova História, pondero aqui, esta entrada de novos ares bibliográficos foi sendo colocado em nossas prateleiras de maneira homeopática, mas que já nos dá uma visão mais construtivista de pensar o país.

Nomes como Hannah Arendt (1989), Peter Burke (1992), entre outros grandes nomes reconhecidos e renomados no mercado internacional, foi sendo conduzido ao mercado Brasileiro através desses novos ares. O que trouxe a História Brasileira a cientificidade necessária para se pensar a pluralidade da 3ª geração da escola dos Anales e reconstruir uma história longe do positivismo o qual era tão utilitário ao estado.

Ponto tais fatores para entendermos como e quão tardia se deu o pensamento científico Histórico no Brasil, o quanto tais fatores foram danosos para nossa estrutura, política, social e econômica; estamos constatando um ótimo trabalho feito pelo estado de promover apagamentos Históricos e retardar o pensamento crítico social para fins de manipulação em massa das estruturas, através do atual cenário político do país.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Partiremos do ponto que o Brasil sempre foi um país de extração econômica, não é a nação que nasceu através de algum tipo de construção, temos o perfil de colônia, sendo assim, é um país que depende do escravismo, depende da mão de obra barata e cada vez mais depende da exploração como um todo; Com a passagem de Império para República e o fim da escravidão sob o ponto de vista legal, o estado tem a urgência de convocar e criar novos mecanismos que acalmem toda a conjuntura de freqüentes levantes e da ala que acreditava em uma república efetiva e concreta, a figura do Imperador ainda era bastante forte em meio a população, necessitava-se de procurar uma nova figura de manipulação; uma figura em que o povo tivesse alguma identificação, uma ou algumas figuras que fossem suficientemente fortes ao gosto populesco e que ajudasse a mascarar o velho com uma roupagem nova e dinâmica.

Essa ajuda na “domesticação dos corpos”, aqui parafraseando Foucault, voltava-se a figura de um líder, para a República se fazia urgente, até mesmo para o continuísmo da escravidão, da servidão e da manipulação social, afinal em um cenário internacional, estariam adequados aos novos tempos, mas com o mesmo cenário interno de antes.

Não é nova essa dinâmica de democracia mascarada, podemos hoje nos perguntar mas como chegamos até o ponto de colocar no poder, no século XXI, um governo tão opressor ao povo, com propostas nitidamente voltadas a uma elite? É um olhar rápido a esse início de colônia que nos leva a resposta, é avaliar que em sua constituição o Brasil nunca de fato soube o que seria liberdade, acostumou-se tanto a essa forma de escravidão que vai se moldando ao longo que o capitalismo no país, vai se reformulando pra atender a demanda de um mercado econômico internacional; nunca voltado ao estímulo da economia interna, o fator não é desenvolvimento e sim servir ao capital estrangeiro, os breves anos de governo popular, serviram para qualificar uma mão-de-obra que viria a estimular e desenvolver o mercado econômico interno, podemos observar que talvez, não seja esse fator um acaso ou breve consciência, podemos pensar que após o período ditatorial e os saques contínuos ao país, as mudanças a nível mundial, dinamizando as relações internacionais e abertura de mercado se fazia necessário, uma política voltada a discutir essa esse novo momento, algo que o conservadorismo dessa elite no governo já voltado a valorização colonial não seria capaz de contemplar.

O Brasil para atender a economia mundial necessitava de oxigenação, necessitava-se de um líder popular, que tivesse essa identificação desses novos tempos e novos dinamismos, penso que essa preparação para esse novo líder se deu ainda no final dos anos 70, com a constituição brasileira de 1988, marcou por definitivo o novo momento do país. Esse líder precisava sair das massas, das discussões das ruas, das fábricas, esse líder estava sendo construído, trabalhado; observo que o mercado brasileiro necessitava ser gradativamente preparado, assim como esse líder, extremamente popular. Então em 1995 chega ao poder um intelectual, que havia sofrido com o período ditatorial, mas ainda com uma roupagem velha, ainda com ares de conservadorismo e favorecimento ao mercado externo.

Mas com um olhar voltado a capacitação de mão-de-obra interna, investimentos na área científica se fazia urgente, e ainda que pouco perto das necessidades reais, os investimentos foram importantes e eficazes. Pode-se especular que esse investimento e qualificação seja contemplar essa exigência do capitalismo, que neste momento a nível mundial, se reinventava rapidamente, os investimentos em desenvolvimento tecnológico era extremamente necessário para servir ao mercado econômico, atrelado a esse desenvolvimento urgente porém tardio, as discussões sociais acompanhavam esse novo momento. A medida que se popularizava a tecnologia e se qualificava a mão-de-obra, as informações iam dinamizando a cada vez mais essas discussões, intelectuais antes exilados, traziam ao Brasil novos tempos sociais, e essa preparação a um líder que mostrasse esse novo momento social e econômico brasileiro, um líder que já estava sendo preparado para essa representatividade popular. Em 2003 sobe ao

poder o primeiro presidente realmente vindo da massa popular, alguém que realmente atendia a as necessidades da população, o líder que emanava carisma e identidade com os coadjuvantes, uma identidade que viria a ser muito significativa.

O Brasil nunca foi tão popular, nunca fora tão brasileiro, o mercado interno aos poucos começara a criar uma identidade própria. Esse empoderamento popular, essa construção de identidade tornou viável e atrativo o mercado interno a investimentos externos e não ao simples entreguismo. Viabilizar e estruturar a sobrevivência da massa popular, era o caminho de acelerar o desenvolvimento interno e tornar o mercado brasileiro mais atrativo e respeitado mundialmente.

As discussões sociais, colocadas agora como prioridade, servem como uma construção de identidade, que a acabaria por viabilizar todo um plano de valorização dessa mão-de-obra, antes descartável, agora com um papel principal.

Esse cenário com um governo voltado as necessidades básicas da população, construiu a imagem de um salvador, capaz de salvar um país massacrado pela elite colonial. Novamente todo um país entregue ao novo Herói popular, as conseqüências dessas construções são sempre desastrosas, essa imagem de santificação de líderes políticos trazem entrelinhas e fragilidades perigosas a qualquer conjuntura; Todavia o trabalho de ações afirmativas voltada ao popular, demanda um tempo considerável, arriscaria a pensar em séculos de construção, por essa razão penso que tanto embora esse período de governo popular tenha sido extremamente importante para essas ações afirmativas sociais, julgo que corroborou ao seu desastre, logo adiante. Esse falso fôlego serviu apenas para reestruturar o país e reconduzi-lo ao entreguismo. Não estava sendo possível retirar nada mais, de um país que mostrava-se já esgotado, era preciso se tapar algumas feridas para continuar com ainda mais força o mecanismo de exploração.

Não seria fácil dar continuidade ao governo popular sem esse líder que fora por anos construído, com uma identidade e carisma único, um líder que a massa identificava-se, entregava-se ao seu poder, um representante puro aos interesses da população, porém, com toda essa base e falso fôlego como já mencionei, criou-se uma ilusão de estabilidade e que seria possível substituir essa figura tão popular, novamente precisava-se de um líder que fosse o retrato de todas essas discussões e afirmativas desse governo popular, uma figura que fosse tão forte quanto. Nada mais simbólico que uma mulher a frente desse novo Brasil, uma mulher que também trazia a carga da opressão colonial da elite ditatorial, uma mulher que fosse forte o suficiente para sustentar essa carga de democracia popular.

Mas esse empoderamento estava alongando-se, o país já mostrava sinais de recuperação e crescimento, seria chegada a hora de mesclar esse poder, de ir reconduzindo as mãos da elite que de formas gerais, nunca tirou sua cadeira do topo, apenas arredou-se para o “médico”. Para a elite ser reconduzida ao assento principal, seria preciso novamente uma estratégia, porém, mais fácil dada a conjuntura de fragilidade democrática e social, como disse um pouco acima, a verdadeira modificação é algo que vai se construindo ao logo dos séculos, não é uma questão de anos e sim séculos.

Foi fácil a partir dessa fragilidade a construção rápida de um novo herói, mas agora diferente mas com uma roupa velha e surrada, esse herói fruto de um passado mesclado com o contemporâneo, uma figura tão estereotipada que seria impossível crer em sua legitimidade. Mas como essa figura, com um discurso extremamente simplista e vazio pode ocupar um espaço de um governo com uma forte carga social e de discussões coesas, na verdade o trabalho dessa elite colonial foi muito bem feita através dos séculos no Brasil, sua base está tão sólida que nem toda a discussão social seria capaz de modificá-la.

Essa figura caricata seria responsável por reconduzir o velho mecanismo de opressão e reafirmar os moldes coloniais, porém essa personagem teria que de alguma maneira se parecer surgir da massa, teria que ter ou aflorar uma identidade de ordem, valorizar o patriarcado e dar cara nova a escravidão, a final, seria essa a base dessa colônia.

Cada vez que revisitamos a História Global, vai ficando nítida a necessidade dessa figura para a retomada da colônia brasileira, todo esse retrocesso em todas as áreas do Brasil, se faz necessária para a exploração pacífica e sem levantes que possam abalar estruturas tão firmes.

RESULTADOS

Para justificar todo contexto social o qual o Brasil desde sua colonização é inserido, nada mais forte para justificar o modelo opressor que a estrutura familiar; uma estrutura baseada em modelo forte hierárquico, masculino (mesmo que a frente seja um a mulher), de manipulação do poder e autoritarismo.

Como podemos observar, não por acaso que essa discussão da história da família chega somente nos anos 80 no Brasil, e ao longo do tempo, os dados enrijecidos vão abrindo espaço, para temas mais sociais, esses fatores penso que esteja atrelado a ascensão, desse governo popular e suas políticas afirmativas, importantes para a nova organização social a nível mundial e brasileiro; essas novas reorganizações sociais exigiam novas posturas por parte do governo, essas reorganizações acabavam por interferir diretamente em vários setores, principalmente na economia.

Sendo o Brasil tendo sua população de maioria negra e oriunda da escravidão, natural que a constituição familiar seja ainda nos dias de hoje relações oriundas desse modelo, sendo tais estudos importantes para nos entendermos como sociedade.

Essa história social se ressignifica com as políticas afirmativas, ao modelo que acontece na Europa, tais discussões ajudam a entender qual o impacto real que tal construção familiar tem nos setores sociais e econômicos brasileiro, e ajudam a programar políticas mais eficazes. Porém com o declínio do governo popular no Brasil ouve um caminho inverso nos olhares dessa importância da história social, nos voltamos agora para uma política mais positivista, com todo um esforço do atual governo de direita, para promover verdadeiros apagamentos históricos, elaborando um modelo familiar muito parecido ao que se tinha no início do Brasil Imperial.

Esse retrocesso, sem dúvidas será sem precedentes, a história social que avançava agora em futuro próximo agonizará.

Poderemos correr o risco de perdermos nossa identidade em gerações próximas, não tendo mais a perspectiva real de nossa construção enquanto sociedade, como poderemos de fato entendermos nossos mecanismos sem a História Social, com uma perspectiva plural, com um olhar diversificado e multi. O preço do olhar de um governo que se desvenda positivista, não podemos ainda mensurar, pois estamos ainda mergulhados na História recente, o que podemos avaliar a curto prazo é a volta de uma perspectiva de história quantitativa e demográfica, pouco preocupada com discussões sociais ou até mesmo particulares, indo na contramão mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lacuna desse tempo talvez nunca seja com toda sua capacidade explicada, mas certamente será fortemente percebida e a cumulada ao longo da perspectiva de crescimento, em todos os aspectos e níveis.

O que temos hoje no Brasil é a volta das oligarquias, validada por uma sociedade que claramente se deteriora e se justifica, através de um modelo social patriarcal e retrogrado que tende a valorizar o capitalismo mais cruel em sua essência; validando sua crueldade na banalização do mal no conceito mais puro de Hanna Arendt (1989).

A memória histórica sofrerá com esse retrocesso, porém tenhamos talvez, cada vez mais que nos debruçar a frente da tecnologia para buscar, um suporte de memória externa, que nos ajude a reconstruir nossa identidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDRT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2ª ed., 1992.

CARDOSO, Ciro. **Os Novos Domínios Da História**. Rio De Janeiro: Elsevier, 2012.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, Edições Loyola, 17ª ed, 2008.

“ABAIXO A MONARQUIA!”: LIDERANÇA POLÍTICA, PROPAGANDA E CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA EM PELOTAS (1880-1895)

JÉSSICA RODRIGUES BANDEIRA PERES¹

¹Universidade Federal de Pelotas – jessicabandeiraperes@hotmail.com

Resumo: A cidade de Pelotas, no final do século XIX, foi caracterizada como um centro urbano de elevada cultura intelectual, principalmente pelo grande número de estabelecimentos proporcionadores das mais variadas buscas e trocas de conhecimento, abastecidos, principalmente, pelos jovens da elite, que mantinham uma grande rede de relações com outras províncias. Entretanto, os senhores da elite pelotense ainda eram fortemente ligados aos partidos Conservador e Liberal, com vários indivíduos disputando e elegendo-se para cargos importantes provinciais, o que de alguma maneira pode ter dificultado o emprenho dos propagandistas rio-grandenses. Nesse sentido, esta pesquisa se propõe a investigar a propaganda republicana na cidade de Pelotas de um modo mais amplo. A análise vai desde a atuação local do eleitorado, sócios do clube e membros do partido republicano até a atuação de indivíduos que já detinham bastante prestígio social e político e, mesmo encontrando-se afastados do município em algum momento da década de oitenta, atuaram de forma significativa neste período.

Palavras-chave: História Política, Republicanos, Pelotas.

INTRODUÇÃO

No Rio Grande do Sul, a proclamação da República colocou no poder um grupo de políticos que já vinha militando pela queda da monarquia desde o início dos anos 1880. Liderados por Júlio de Castilhos e Assis Brasil, aqueles jovens, que até então eram minoria política na província, não atingiram seus objetivos sem ter de enfrentar uma ferrenha oposição. Apesar desse processo que envolve a propaganda republicana e a Proclamação da República, serem bastante trabalhados pela historiografia, são poucos os trabalhos que o analisam a partir de Pelotas. Tal ausência é bastante problemática, pois essa cidade era a principal produtora de charque do Brasil e foi palco de uma das elites mais notáveis do Império. Pelotas, à época, rivalizava em importância econômica e política com a capital Porto Alegre e parte significativa de suas elites tiveram papel proeminente no período.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Data do início do século XX, o interesse da historiografia rio-grandense em relação ao movimento republicano. Embora alguns autores não tivessem como foco principal o período de propaganda republicana, contribuíram para este tema, a partir dos estudos memorialistas voltados aos principais líderes desse e de outros movimentos políticos do século XIX. Autores como, Othelo Rosa (1928), João Pio de Almeida (1928) e Paulo Brossard (1989), ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), escreveram biografias políticas que posteriormente serviram de instrumento para diversas pesquisas, mas, que no geral sustentaram uma tendência historiográfica de mitificação dos principais líderes do PRR e dos movimentos republicanos da Província. Foi na década de 1970, que a história social, alcançou o campo mundial da pesquisa profissional, constituída principalmente pela aproximação dos campos da história e das ciências sociais, gerando uma forte tendência que afetava também a história política. Contudo, essa proximidade trouxe para a história, grandes modelos de pesquisa que prevaleciam na área das ciências sociais desse período: estudos sócios-históricos quantitativos e seriais, em uma escala de pesquisa considerada macro, na qual, a busca por análise dos grandes eventos e personagens considerados principais, encobriam detalhes importantes. A historiografia rio-grandense ao acompanhar esse movimento, teve uma série de trabalhos que além de analisar os discursos de agentes políticos, também constituiu perfis sociais nos quais esses poderiam se encaixar. A maior parte desses estudos, passou a associar o movimento republicano a novos grupos sociais que estavam surgindo na vida política rio-grandense. Desse modo, Sérgio da Costa Franco (1988), Joseph Love (1975), Celi Pinto (1979), Silvio Duncan

Baretta (1985) entre outros, apontam pelo menos uma característica social, econômica ou regional para defender a ideia de que os líderes do movimento republicano eram oriundos de famílias distintas daquelas que pertenciam aos partidos monárquicos (o Conservador e o Liberal).

No que diz respeito à historiografia pelotense sobre o tema da propaganda e consolidação da República na cidade, alguns autores são importantes referências para esta pesquisa, mesmo que não tenham este tema como foco. Fernando Osorio (1997) foi um importante nome para as chamadas “histórias municipais”. Em um de seus estudos, ele dedicou um capítulo para descrever algumas datas e nomes importantes no movimento republicano da cidade. Posteriormente, Mario Osorio Magalhães foi organizador de um segundo livro com o tema da República em Pelotas, com memórias do próprio Fernando Osorio a respeito dos acontecimentos do dia 15 de novembro de 1889. Recentemente, Aristeu Elisandro Machado Lopes também contribuiu para o tema com a pesquisa “Traços da política: Representações do mundo político na imprensa ilustrada e humorística pelotense do século XIX” (2006). Aproveitando-se do desenvolvimento significativo que a imprensa pelotense obteve nos últimos anos do século XIX, o autor utilizou, como fonte principal, os textos e crônicas, mas, principalmente, as caricaturas e desenhos humorísticos publicados nos periódicos da época. Com isso, analisou as representações do cenário político-imperial pelotense, concentrando-se mais nos indivíduos responsáveis pelo material divulgado nos jornais e em como eles usavam esse meio para defender suas posições sociais e políticas. Nesse trabalho, o historiador dedicou um capítulo para explorar como a propaganda republicana foi apresentada por eles, trazendo informações importantes a seu respeito.

Para esta pesquisa, será utilizado um corpus documental que pode ser dividido em dois conjuntos. O primeiro diz respeito a uma série de documentos suscetíveis a serialização (listas de votantes de Pelotas e irmãos da Santa Casa de Misericórdia, anuários estatísticos, registros paroquiais e inventários post-mortem), disponíveis em vários fundos localizados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, na Bibliotheca Pública de Pelotas e nos Institutos Históricos e Geográficos de Pelotas e do Rio Grande do Sul. Tais fontes serão fundamentais para a aplicação do método prosopográfico.

A análise dos discursos realizados pelos republicanos pelotenses pode ser efetivada a partir investigação dos periódicos do período, além de uma série de textos de cunho político escrita por esses indivíduos. Além disso, para melhor constituir as redes de relações dessas lideranças, como por exemplo Alexandre Cassiano do Nascimento, Guilherme Echenique e Bernardo Taveira Junior, será analisado alguns fundos particulares de correspondências. Sendo assim, analisar como foi desenvolvida essa mudança social e política dentro das grandes famílias escravistas e charqueadoras e também a ascensão social de novas famílias pelotenses no período republicano, assim como as suas atividades econômicas, intervenções políticas e estratégias sociais, é importante instrumento para o estudo da vida política da cidade na Primeira República.

Neste sentido, a metodologia se aproxima da realizada por Angela Alonso (2002), uma vez que, ao estudar a Geração de 1870, a autora, além de perseguir as trajetórias sociais dos principais membros, também analisou os escritos contestatórios dos mesmos, articulando uma história social da política com uma história social das ideias.

RESULTADOS

Mesmo que a pesquisa se encontre em fase inicial, foram feitas algumas análises sobre os perfis dos republicanos pelotenses. Os propagandistas apresentavam um perfil socioeconômico diversificado e, neste estudo, foi possível separá-los em três grupos distintos no modo de atuação no movimento e depois de proclamada a República. Referente ao primeiro grupo analisado foi parcialmente constatado que essas pessoas correspondem aos apoiadores

do Partido Republicano de Pelotas como eleitores O segundo grupo era formado justamente pelos homens que foram os líderes do partido e do clube, além de serem os primeiros representantes do partido a se candidatarem para as eleições municipais, como vereadores e juízes de paz. Também tinham como característica uma diversidade nas suas ocupações/profissões, havendo espaços de atuação para pessoas não pertencentes às elites locais, tendo exemplos de profissionais como guarda-livros, professores e tipógrafos. O último grupo analisado é relativo aos pelotenses membros dos Clubes Republicanos organizados por rio-grandenses em São Paulo e Rio de Janeiro. Todos pertenciam a famílias de elite, conforme investigação bibliográfica. Além disso, foi possível averiguar um padrão em suas profissões, no qual predominou os advogados, médicos e engenheiros civis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo isso é importante porque mostra que a propaganda era hierarquizada e a República já nasceu com um grupo de privilegiados que ditou as regras no novo regime, curiosamente membros de famílias outrora fiéis à monarquia e à escravidão. Pelotas mostra-se análoga a outras regiões do Rio Grande do Sul no período, que, apresentam características políticas semelhantes às conclusões deste estudo. Contudo, um leque de possibilidades para a continuação desta pesquisa está aberto. Fontes históricas de caráter mais pessoal desses propagandistas, como as suas correspondências, os livros e artigos publicados por eles, oferecem a oportunidade no seguimento deste estudo. Estudar o comportamento das famílias que concentram poder, prestígio e riqueza diante de situações de crise política consideráveis ajuda a compreender a própria natureza das elites e sua atuação na história do Brasil republicano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, João Pio. **Borges de Medeiros**. Rio de Janeiro: Barcellos Bertaso e Cia, 1928.
- ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a Geração 1870 na crise do Brasil-Império**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- BARETTA, Sílvio Rogério Duncán. **Political violence and regime change: a study of the 1893 civil war in southern Brazil**. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 1985. p. 192-217.
- BUSINO, Giovanni. **Elites e élitisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial: Teatro de sombras: a política imperial**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166 p.
- CUNHA, Carlos Otoniel Pacheco da. **Moço, inteligente e médico de competência notável: Antecedentes da trajetória política republicana de Carlos Barbosa Gonçalves (Segunda metade do século XIX)**. São Leopoldo. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2018.
- ENGEL, Magali. “Republicanism”. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário de Brasil Império**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 631
- .

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1996 (1ª ed. 1967);

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Foi o PRR um “partido político”?** Revista Logos, Canoas: Ulbra, v. 11, n. 1, p. 65-68, maio 1999.

GUIMARÃES, Lucia. “Partidos”. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário de Brasil Império**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 563-566.

HEINZ, Flavio Madureira. **O historiador e as elites** – à guisa de introdução. In: _____ (Org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 8.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. **Traços da política: representações do mundo político na imprensa ilustrada e humorística pelotense do século XIX**. Porto Alegre. 236 p. Dissertação (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2006.

MARTINY, Carina. **“O chefe político dos mais avançados republicanos”**: Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903). Tese de Doutorado em História. PPG-História da UFRGS, 2018.

OSORIO, Fernando; MAGALHÃES, Mario Osorio (Org.). **A Cidade de Pelotas**. 3ª. ed. Pelotas: Armazém Literário, v. 1, 1997. 262 p.

OSÓRIO(Pai), Fernando. **Notícias da Proclamação da República em Pelotas (1859)**. Organização e notas de Mario Osório Magalhães. Pelotas. Diário Popular, 2011.

PERES, Jéssica Rodrigues B. **Propagandistas republicanos na terra das charqueadas: uma análise dos republicanos pelotenses durante a crise da monarquia**. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Pelotas: UFPel, 2018.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **A política rio-grandense no II Império (1868-1882)**. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul, 1974.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Contribuição ao estudo do Partido Republicano Rio-Grandense**. Porto Alegre. 178 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1979.

ROSA, Othelo. **Júlio de Castilhos: escritos políticos com perfil biográfico**. Porto Alegre: Globo, 1928.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. **Um propagandista da república: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)**. Porto Alegre. 210 p. Dissertação (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, 2013.

STONE, Lawrence. Prosopografia. Revista de sociologia e política, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte: Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: ufsm, 2010.

VARGAS, Jonas Moreira. **Os Barões do charque e suas fortunas: Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)**. São Leopoldo: Oikos, 2016. 340 p.

VARGAS, Jonas Moreira. **A política rio-grandense no Segundo Império: um balanço historiográfico**. In: Charles Sidarta Machado Domingos, Alessandro Batistella e Douglas Souza Angeli - São Leopoldo: Oikos, 2018.

ANGELINA GONÇALVES: A TECELÃ AINDA LEMBRADA EM RIO GRANDE

LÊNIN PEREIRA LANDGRAF¹

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – leninlandgraf@hotmail.com

Resumo: O presente artigo trata-se de um recorte no projeto de pesquisa de mestrado desenvolvido no PPGH da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Nos parágrafos abaixo pretende-se fazer algumas reflexões iniciais sobre a tecelã Angelina Gonçalves e a repercussão de sua morte nos jornais que circulavam pela cidade de Rio Grande.

Palavras-chave: Angelina Gonçalves, Massacre da Linha do Parque, Imprensa.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca evidenciar a participação da operária Angelina Gonçalves no Massacre da Linha do Parque, abordado aqui mais adiante. A invisibilidade feminina na História foi uma constante durante os séculos passados e, com frequência, segue ocorrendo ainda atualmente, devido a isso a preocupação de destacar a presença feminina estará aqui presente.

No dia 1º de maio de 1950, em Rio Grande, no Rio Grande do Sul, uma manifestação de trabalhadores que pediam a reabertura da Sociedade União Operária (SUO)¹ que havia sido fechada por ordem do governo², culminou em um massacre promovido pelos policiais, que ficou conhecido como O Massacre da Linha do Parque³. A comemoração em alusão ao Dia Internacional dos Trabalhadores foi convocada em um momento de grande tensão entre o movimento operário e a polícia, os acontecimentos dos anos anteriores na cidade e o sentimento anticomunista construído fortemente nos pós Segunda Guerra mundial colaboraram com essa crescente tensão. (LANDGRAF, 2018, 359).

A passeata saiu por uma das principais ruas da cidade e após alguns minutos foi interceptada por um grupo de policiais, liderados pelo delegado do DOPS⁴ Ewaldo Miranda, que exigiam o fim da manifestação e dispersão de todos, a partir desta ordem o confronto teve início. O saldo do massacre foi de quatro manifestantes e um policial mortos, além dos diversos feridos como o vereador na cidade Antônio Réchia. Os mortos foram Euclides Pinto, Honório Alves de Couto, Osvaldino Correa e Angelina Gonçalves, esses trabalhadores e manifestantes, e Francisco Reis, soldado da brigada militar.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

As fontes aqui utilizadas foram jornais, comerciais e operários. A análise de jornais é uma fonte muito rica e importante na construção das mais variadas pesquisas, como afirma Maria Helena Capelato (1988):

A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres”, mas também os sujeitos anônimos. O Jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele

¹ A Sociedade União Operária foi uma das principais entidades representativas dos trabalhadores rio-grandinos durante os séculos XIX e XX. Fundada em 1893, acabou fechada em definitivo em 1964 pelo golpe civil militar

² Ordem que partiu do governo federal sob comando de Eurico Gaspar Dutra, presidente da república entre 1946 e 1951.

³ Linha do Parque foi o nome dado para uma rota de bondes na cidade do Rio Grande, tal rota era rotineiramente utilizada pelos trabalhadores.

⁴ As Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (DOPS) foram extremamente ativas durante a ditadura do Estado Novo e a ditadura civil militar, desempenhando um papel de repressão e controle aos movimentos sociais e políticos no Brasil.

encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas. (CAPELATO, 1988, p. 20-21)

Entretanto, alguns cuidados são necessários para a análise dos periódicos, a fim de evitar crer fielmente no conteúdo publicado. É preciso que o pesquisador, assim como em qualquer outra fonte, lance mão um olhar crítico ao analisar um jornal. O uso da imprensa como fonte pressupõe uma análise acompanhada de teoria e metodologia, para Capelato (1988) o pesquisador deve em primeiro lugar responder as seguintes perguntas: quem produziu aquele jornal? Para que? Como e quando? Não crer fielmente nessa fonte e contextualizar o momento histórico em que esse material foi produzido e com qual objetivo é essencial. A tarefa do historiador então é a de desmistificar o conteúdo e significado aparente do jornal.

A invisibilidade das mulheres nos mais diversos campos científicos e na História em específico foi uma constante durante o século XX, muito embora tenha-se avançado nesta discussão, tal fenômeno ainda ocorre frequentemente. Maria Pena (1981) em seu livro “Mulheres e Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril” que tem como objetivo principal “[...] compreender o movimento do trabalho feminino no período inicial de industrialização no Brasil, até 1950.” (PENA, 1981, p. 14), faz uma dura crítica à academia brasileira, afirmando que:

As ciências sociais no Brasil, senão esporadicamente, não se detiveram a examinar com cuidado a participação das mulheres na sociedade.[...] Consciente ou inconscientemente, as mulheres foram apagadas de nossa história e a leitura dos textos daqueles que se preocuparam em estudá-la provoca a impressão que esse é um país habitado somente por homens. (PENA, 1981, p. 13)

RESULTADOS

Com base nas afirmações de Marina Pena (1981) é inadmissível que qualquer trabalho científico ignore a presença feminina. No caso específico do Massacre da Linha do Parque, a trabalhadora que teve amplo destaque entre a população rio-grandina e na imprensa foi a tecelã Angelina Gonçalves, a única mulher assassinada durante o massacre. Angelina é tratada como heroína pelos manifestantes e seus apoiadores, inúmeras versões sobre seu assassinato, algumas delas fantasiosas, são contadas até hoje em Rio Grande⁵. A história da tecelã, infelizmente ainda é confusa e pouco trabalhada na historiografia, provavelmente devido a escassez de fontes. Pouco se sabe sobre a vida da operária e de seus descendentes, embora não se tenha encontrado a ficha de filiação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), tudo leva a crer que Angelina agia em conjunto com os comunistas. (SAN SEGUNDO, 2009, p. 116) Cabe ressaltar o Centro Acadêmico dos estudantes de história da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) que leva o nome de Angelina, uma justa homenagem. Ao tratar do tema, o jornal *Gazeta Sindical*⁶, exalta veementemente a suposta atitude tomada por Angelina de retirar a bandeira brasileira das mãos do policial:

Heroísmo de uma operária.

Entre as cenas de heroísmo e de firmeza proletária cumpre destacar a da morte da tecelã Angelina Gonçalves. Ia ela com um grupo de senhoritas que acompanhavam a Bandeira Nacional. À certa altura, os policiais tentaram arrebatar a bandeira da menina que a carregava. Angelina, porém, não podia deixar que a Bandeira passasse das mãos

⁵ Mario San Segundo (2009) em sua dissertação de mestrado traz duas versões para o acontecimento. A primeira, e mais aceita, é a de que Angelina Gonçalves ao ver um policial tomando a bandeira nacional das mãos de um grupo de mulheres, que participavam da manifestação, recuperou a bandeira e, ao virar de costas, foi atingida por um tiro na cabeça. Já a segunda versão aponta que Angelina estava com sua filha no colo no momento em que foi atingida, entretanto tal versão não pode ser comprovada. (SAN SEGUNDO, 2009, p. 131)

⁶ Jornal da Central dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

honradas que a transportavam, para as mãos assassinas dos policiais. Adiantou-se, pois, e em lutas com os tiras conseguiu retomar a bandeira. Foi neste instante, quando defendia o Pavilhão nacional com o próprio corpo, que Angelina foi fuzilada friamente por Gonçalino Gonçalves, tombando morta, envolta na bandeira que defendeu com a sua própria vida. (*Gazeta Sindical*, 1ª quinzena de junho de 1950. p. 4. Apud San Segundo, 2009, p. 112)

A publicação veiculada no jornal aponta a tecelã e as manifestantes que a acompanhavam como defensoras da honra e da soberania nacional, evitando que o maior símbolo do sentimento nacionalista – a bandeira – passasse para as mãos, segundo o jornal, desonrosas dos policiais. O trecho da reportagem torna-se importante também pois revela a presença de outras mulheres no protesto, levando a crer que a participação feminina ocorreu de forma ativa na manifestação e na convocação para a festa, que foi assinada por diversas entidades sindicais e sociais, entre elas a União das Mulheres Riograndinas, sobre a qual, até esta altura da pesquisa, infelizmente, não se possui maiores informações.

Já o jornal *O Tempo*⁷, na contramão do periódico anterior, traz uma série de reportagens condenando a ação dos manifestantes, e especificamente sobre Angelina a reportagem aponta que:

A senhora, d. Angelina Gonçalves casada, abandonando os seus deveres e empunhando um estandarte, caiu morta, isso por não ter aceito os conselhos do seu esposo o qual preferiu assistir uma partida de futebol, a ter que desrespeitar a lei e manchar de sangue a cidade a sociedade em que vive. (*O Tempo*, 4 de maio de 1950, capa.)

A reportagem ameniza a ação tomada pelos policiais e indica que Angelina só foi morta pois abandonou seus “deveres” como dona de casa e de operária, dando a entender que ainda estaria viva se seguisse as recomendações de seu marido. Essa visão firmada pelo jornal vai ao encontro do que Pena (1981) escreve. A autora busca entender a formação do proletariado urbano brasileiro não apenas através de uma análise do capitalismo, mas também através de uma análise do patriarcalismo, para ela “*É da relação patriarcal que o homem emerge como o principal ganha pão familiar, a mulher como uma trabalhadora complementar e a reprodução da família como seu principal e natural campo de atividades.*” (PENA, 1981, p. 14). Ainda nesse sentido a autora aponta que:

Subjugada em sua sexualidade, a mulher tornou-se o que tem sido, uma agente reprodutora. Em torno ao trabalho reprodutivo, gerando novas crianças e mantendo-as vivas, em volta ao trabalho doméstico, ela realiza a identidade que lhe foi imposta. Mesmo o capitalismo, que a assalariou, não permitiu que essa identidade se perdesse: as mulheres seriam duplamente úteis, como trabalhadoras e como mães/esposas, pelo seu trabalho na produção e pelo seu trabalho na reprodução, criando valores de troca e criando trabalhadores/as. (PENA, 1981, p. 15)

Embora pouco trabalhada na historiografia a história de Angelina circula ainda hoje pelas ruas de Rio Grande, principalmente entre os mais velhos que recordam-se da trabalhadora. Cabe ressaltar ainda a atuação de Sulma Pinto, esposa do trabalhador assassinado Euclides Pinto, que após o Massacre empenhou-se em denunciar e pedir a punição dos policiais envolvidos. Sobre Sulma pouco se sabe até então, cabendo aos historiadores e historiadoras a realização de pesquisas específicas sobre ela.

⁷ O Jornal *O Tempo* foi fundado em 1906, era publicado diariamente em Rio Grande e no ano de 1950 estava sob a direção e propriedade de Saul Porto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da presente pesquisa são ainda parciais, pretendendo-se, através de novas fontes, contribuir para a afirmação de Angelina Gonçalves na história rio-grandina. Fica evidente ainda a diferença entre as abordagens do jornal comercial *O Tempo*, que buscou responsabilizar Angelina por sua própria morte, e o jornal operário *Gazeta Sindical*, que buscou relatar a versão dos manifestantes e acaba tratando Angelina como uma heroína. O tema, assim como a presença das mulheres no movimento operário rio-grandino, carece de um maior número de trabalhos, a ser desenvolvidos o mais brevemente possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

LANDGRAF, L. P. 1º de maio de 1950 em Rio Grande: O Massacre da Linha do Parque e a disputa pela memória. In: **IV Encontro Internacional Fronteiras e Identidades - Tributo à Obra de Beatriz Loner**, Pelotas. UFPel, 2018. v. 4. p. 357-367.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

SAN SEGUNDO, Mário. **Protesto Operário, Repressão Policial e Anticomunismo: Rio Grande 1949, 1950 e 1952**. Porto Alegre: 2009.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. **O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens**. *Cadernos Pagu* (51), 2017, s/p.

O PODER E A HISTÓRIA: A TRAJETÓRIA DE JOSÉ VECCHIO

LEONARDO SILVA AMARAL¹

¹Universidade Federal de Pelotas – amaralleonardo10@gmail.com

Resumo: O artigo busca visualizar as formas como o poder surge dentro da sociedade tendo como plano de fundo a trajetória do militante político e sindical José Vecchio ao longo de todo Estado Novo. Os estudos sobre as possibilidades em que o poder se manifesta nas mais diversas áreas da historiografia são constantes, sendo esse vinculado muitas vezes de maneira inseparável. Entre as formas claras de perceber as manifestações do poder, é importante apontar o poder simbólico que age a partir de outros contornos. A partir das questões sobre o poder, o intuito é perceber esses aspectos no contexto da trajetória de um militante que vivenciou grandes mudanças em um período de transformações nas estruturas política e social da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Estado Novo; Poder; trajetória.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos a historiografia trabalha com as formas com que o significado do poder se materializa nas mais diversas esferas da sociedade. Em muitas oportunidades o seu significado foi ligado a questões políticas, sendo visto a partir disso como um agente para a investigação historiográfica, há de se apontar a possibilidade de analisar conceitos de poder e política de forma a perceber suas complexidades. Visto isso, é relevante apontar que a presente análise tem por objetivo abordar pontos sobre possibilidades do conceito de poder, tendo como base o período a partir de 1930 onde grandes transformações políticas e sociais ocorreram. Contando, com esse recorte temporal o artigo traçara de maneira breve a trajetória de José Vecchio, e as possibilidades de trabalhar o conceito de poder nessas movimentações do período.

Nesse sentido é importante evidenciar aspectos que tornam a história desse indivíduo importante para dialogar com as questões de poder. José Vecchio foi militante sindicalista e político, foi Deputado Estadual (1959-1963) e vereador de Porto Alegre (1970), vivenciou períodos de grande ebulição política pré e pós Estado Novo. O período abordado pelo presente trabalho se dará em torno de suas vivências em períodos de grandes mudanças estruturais e políticas na sociedade, sendo a importância desse trabalho a de reconstruir o convívio político e social, através da sua trajetória sindical e política. Vecchio foi um importante personagem no cenário histórico tanto a nível estadual como nacional, presente em momentos que os direitos do trabalho eram ineficazes, sendo as lutas e embates mais frequentes, durante esses momentos se manteve ligado a militância sindical.

O destaque nesse sentido é apresentar alguns autores como exemplo dessas novas formas, já que o número de pesquisadores sobre a temática é extenso e a partir deles perceber a relações diversas que podem surgir nas mais variadas camadas sociais da sociedade brasileira do período. A partir disso é extremamente importante ter um panorama das discussões sobre o conceito de poder ao longo da historiografia e dando enfoque em dois autores de extrema importância nesse sentido para visualizar as formas e condições que o poder pode se manifestar nesse contexto aqui abordado.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Tendo por base o contexto e o foco é importante apontar trabalhos e autores que podem ajudar a entender as questões do poder e do objeto em questão. É importante destacar de forma pontual, a grande abordagem dentro da historiografia sobre o contexto em que a trajetória Vecchio se desenvolve. Autores como Angela de Castro Gomes, Maria Celina D'Araujo, Marcelo Matos Badaró, contribuem para uma visualização das relações existentes entre as variadas instituições que o período abarca. Um aspecto importante a se extrair do trabalho de Angela de Castro Gomes, em *Invenção do Trabalhismo*, se dá pelo desenvolvimento de uma visão onde as relações entre trabalhadores e o Estado não se postam de maneira ao governo

impondo e o operariado e demais classes aceitando tais condições de maneira inerte, mas sim um jogo de relações onde ambos lados mantem diferentes estratégias para buscar seus objetivos.

Em outro momento é importante a obras de Maria Celina e Marcelo Matos que em seus trabalhos *Sindicatos, Carisma e Poder: O PTB de 1946-65 e Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*, respectivamente, que destacam as correspondências entre instituições durante e depois do Estado Novo, sobretudo, a partir de sindicatos e partidos, dos quais Jose Vecchio se mantem em constante relação, além de mostrar os desdobramentos de várias mudanças que ocorreram em com essas organizações, eles apontam personagens e descontroem o que se tinha de apontado como grupos recebiam ordens de alas mais altas e aceitavam, porém Vecchio já demonstra que a situação não é dessa forma como era apontado.

Ao longo dos primeiros anos de estudo esse conceito de poder foi sempre centralizado na figura do Estado, como institucionalizada em grupos políticos. A partir da historiografia renascentista já se constitui uma crítica aos documentos:

A historiografia humanista e renascentista não introduziu modificações sensíveis nessa tradicional orientação política da história, mas iniciou duas tendências fundamentais: a da crítica erudita das fontes e a eliminação de lendas, milagres, “fantasias”, em busca dos fatos verdadeiros ou, pelo menos, verossímeis (FALCON, 1997, p.100).

Na sequência dos demais séculos pouco se deu em questões sobre mudanças estruturais na historiografia sobre os conceitos políticos e do poder. Durante o século XVIII, o Romantismo e a Ilustração, mantêm os estudos voltados para o político de forma ainda descritiva sem muito debate e critica a essas questões, nesse mesmo momento surgem ideias filosóficas que criticam esse direcionamento raso e apontam a possibilidade de um trabalho apresentando questões como cultura e civilização e liberdade, como aponta Falcon em seu trabalho.

Dando andamento ao longo do século XIX, o foco é colocar o poder como significado de Estado e todas as questões seguintes e periféricas como eventos políticos, nesse momento se constituem divisões desses dois aspectos. A historiografia metódica busca se desvencilhar de possíveis formas literárias de estudo e escrita, apontando que a historiografia deveria ser centrada diretamente na ciência.

O autor Falcon (1997, p.105), deixa exposto que “ao longo das três décadas do século XX manteve-se quase inalterada a hegemonia da escola metódica ou positivista.”. Somente a partir de 1930 que as ideias de história política que entram em declínio, com as discussões da *Escola do Annales* buscando aspectos mais sociais, trazendo aspectos psicológicos buscando entender as ações humanas, expressões, tendo como a ideia que os diversos personagens dentro da história, percebendo que as pessoas tem suas nuances e partilham de visões de mundo diferentes nos quais a relação de poder podem variar.

A partir do pós segunda Guerra Mundial, uma nova corrente de estudos, que tinha como ponto de partida obras de Karl Marx, busca retomar em um primeiro plano as questões de poder e o político dentro da historiografia, porém a historiografia debate que esse marxismo chamado de estruturalista contribuiu para um aumento do descrédito que já se mantia frente a história política. Foi somente a Terceira Geração dos Annales e as novas correntes vindas do marxismo britânico em meados de 1970 é que a concepção a esses estudos começa a tomar outros contornos, uma ascensão de debates interdisciplinares que agregam e ampliam as discussões sobre o político e o poder ultrapassando o sentido tradicional.

Outras percepções sobre esse tema debatem, a partir dos anos 70 e 80, colocar o poder como efeito sobre demais pessoas, ou situações, e menos em fazer o ato de poder em si. No

artigo de Ciro Flamarion Cardoso¹ ele aponta diversos autores que discutiam as possibilidades que o poder e a política se apresentava nas diversas camadas da sociedade, como ideia de Hannah Arendt que via o poder como ligada as pessoas, onde ele se daria na relação uma com as outras. Como Peter Wilson que contrariava Arendt e via que ao agir em grupo essa formação se torna uma fonte de poder.

Se nos virarmos para as ciências humanas, é fácil verificar que a imaginação, acompanhada pelos adjetivos “social” ou “colectiva”, ganhou também terreno no respectivo campo discursivo e que o estudo dos imaginários sociais se tornou um tema na moda. As ciências humanas mostravam porém que, contrariamente aos slogans que pediam “a imaginação no poder”, esta sempre tinha estado no poder. (...) Os antropólogos e os sociólogos, os historiadores e os psicólogos começaram a reconhecer, senão a descobrir, as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida colectiva e, em especial, no exercício do poder. As ciências humanas punham em destaque o facto de qualquer poder, designadamente o poder político, se rodear de representações colectivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar (BAZCKO, 1985, p.297).

Era necessário inserir os desdobramentos dos debates sobre política e poder para entender como esses estudos se desenvolveram até os estudos recentes. Para visualizar a importância do debate para a pesquisa em questão é relevante destacar o livro Poder Simbólico do autor Pierre Bourdieu que apresenta variadas ideias sobre a relação de poder dentro dessas relações políticas, para ele é necessário compreender que, para entender a posição política, os programas, as intervenções, os discursos eleitorais etc., é importante não apenas conhecer as pressões da base, mas também todo o universo de tomadas de posição propostas em concorrência no interior do campo. Com base nesse ponto é possível destacar que suas percepções contribuem para um diálogo com a fonte disponíveis, visto que, na sua visão os partidos são os nesse campo os principais agentes, que buscam mobilizar de maneira duradoura, o maior número possível de cidadãos e conquistar postos capazes de assegurar um poder sobre os seus tributários, porém essas classes também tendiam a agir por outros modos para conquistarem objetivos.

Outro pesquisador importante nesse meio que vem a acrescentar para uma análise é o trabalho de Michael Foucault. Ele pensa nessa questão a partir de relações de poder, e não como poder apenas isolado, para ele teria as relações de dominação, as relações estratégicas e relações de governo, dessa forma:

[...] há esquemas prontos: quando se fala em poder as pessoas pensam imediatamente em uma estrutura política, em um governo, em uma classe social dominante, no senhor diante do escravo. Não é absolutamente o que penso quando falo das relações de poder. (FOUCAULT, 2006, p. 276).

Em seus discursos o Foucault, aponta que as leis em si não seriam uma regra normativa, mas sim a própria guerra das estratégias dentro de uma relação de forças, apontamentos esses que se inserem na temática dessa pesquisa pois como apontado anteriormente o anos que correspondem a 1930 a 1960 se destacam por mudanças estruturais de cunho social e político e que estão intimamente ligadas a forças vindas do Estado, mas também do demais grupos, bem como ele afirma também que essas questões sobre o poder não se destacam a partir do plano teórico mas sim das experiências vividas.

¹ Ver mais em CARDOSO, Ciro Flamarion. História do Poder, História Política. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXIII, n.1, p.123-141, junho, 1997.

RESULTADOS

Com as discussões feitas a intenção é compreender suas relações com o contexto em que ele estava conectado, ao mesmo tempo que entender ações do poder no meio social. Importante considerar os nomes que estavam em relação direta e indireta com Vecchio, visualizando sua participação como sindicalista e político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, a partir dos pontos relatados aqui é perceptível as mudanças historiográficas sobre a política e o poder dentro da sociedade. A partir dos anos 70 com as novas mudanças dentro da temática contribuíram para uma ampliação da percepção da política e poder nas mais diversas áreas, a interdisciplinaridade advinda dos estudos dos Annales ajudou para que a partir de várias áreas do conhecimento um mesmo objeto fosse analisado.

Tendo como base a pesquisa de um personagem atuante em um período de grandes transformações, e que por muito tempo foi analisado pela historiografia como um poder estatal dominante e uma classe totalmente incapaz de se mobilizar, seguindo a linha dos novos debates esse discurso muda, demonstrando que esses grupos agiam de diferentes formas, o apontamento de Foucault traz a questão das relações de poder presentes dentro das experiências, sendo assim o presente artigo buscou apresentar aqui de maneira geral as mudanças de uso dos conceitos e relacionar o que vem sendo debatido com uma pesquisa ainda em andamento, onde todos esses discursos o circundam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAZCKO, B. Imaginação social. In: **ENCICLOPÉDIA Einaudi – Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, v. 5, p. 297.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História do Poder, História Política. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXIII, n.1, p.123-141, junho, 1997.

CRUZ, João Batista Carvalho da. **Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul**. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1879/JoaoCruzHistoria.pdf>. Acesso em: 15 de Out. 2019

D'ARAUJO, Maria Celina. **Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: Uma Biografia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros da. **Foucault: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 264-287.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.

MATOS, Marcelo. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, Fernando Teixeira & COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

FONTES

VECCHIO, José. **Depoimento**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1986.

OS JORNAIS *RIO GRANDE DO SUL* E *ECO DO SUL*: CONSIDERAÇÕES SOBRE A RIVALIDADE DISCURSIVA POLÍTICO-PARTIDÁRIA ENTRE DOIS PERIÓDICOS SUL-RIO-GRANDENSES

MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

¹Universidade Federal de Pelotas – oliveira.marcelo@live.com

Resumo: O presente resumo propõe analisar o confronto discursivo político-partidário de dois jornais rio-grandinos situados em espectros opostos da esfera política majoritária do Rio Grande do Sul durante o estabelecimento da República no Brasil, com ênfase à construção de uma identidade política sul-rio-grandense, tendo como pano de fundo a Revolução Federalista. De um lado, defendendo os ideais castilhistas, estava o diário *Rio Grande do Sul*, periódico cujo estudo é completamente inédito, descoberta sua coleção no acervo da Biblioteca Rio-Grandense recentemente; e, do outro, o jornal *Eco do Sul*, tradicional folha vinculada aos federalistas em fins do século XIX. O recorte apresentado prioriza a ação de ambos relacionada à Revolução Federalista desde a fermentação do movimento, passando pela sua deflagração e chegando à pacificação (1891-1895), observando os posicionamentos acerca da guerra, com cada uma das publicações assumindo sua diferente trincheira.

Palavras-chave: Revolução Federalista – Imprensa – História Política

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar o discurso político-partidário conflitivo entre os jornais rio-grandinos *Rio Grande do Sul* (castilhista) e *Eco do Sul* (federalista) durante a Revolução Federalista, entre os anos de 1891 a 1895, sob o prisma da História Política, e os específicos a) analisar elementos políticos, ideológicos e identitários abrangidos na produção discursiva a partir dos artigos publicados que reforçassem (ou afastassem) o ideário representado; b) conhecer elementos descritivos do conflito em si em ambos os jornais e a forma como eram noticiados aos seus leitores; c) identificar os efeitos da ação coercitiva governamental, por meio das leis de imprensa e repressão sobre a publicação que defendia o ideário castilhista e a oposicionista; d) notar as disputas sobre as identidades sul-rio-grandenses, como estas eram qualificadas em relação a si e ao oponente; e f) Identificar a forma como a fronteira surgia e era definida através dos textos e como o elemento estrangeiro era enaltecido, ignorado ou atacado.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Do ponto de vista metodológico, o de sistematização das fontes, o primeiro passo para a execução da tese já foi dado: a identificação, junto ao acervo da Biblioteca-Rio-Grandense, da cidade do Rio Grande, das coleções dos jornais *Rio Grande do Sul* e *Eco do Sul*, completas no período de nosso recorte temporal, ou seja, o período compreendido entre os anos de 1891 a 1895. O segundo passo será identificar os textos que constituem o discurso objeto da futura tese, a saber, as notícias relacionadas à Revolução Federalista (a forma pela qual o tema é tratado em cada periódico) e as menções de uma folha à outra, caracterizando a “guerra discursiva”, buscando pontos de distanciamento, mas também pontos de encontro.

Para a plena execução deste projeto de pesquisa, é necessário estabelecer um recorte espaço-temporal e delimitar seu *corpus*. Desse modo, serão analisadas as coleções de dois diários rio-grandinos, o *Rio Grande do Sul*, representante castilhista, e o *Eco do Sul*, porta-voz das oposições federalistas. O recorte temporal tem seu início a partir da fundação do *Rio Grande do Sul* (1º/06/1891), por dois motivos: o primeiro, e mais óbvio, é a afirmação do programa editorial do diário, e, igualmente importante, sua proximidade com a data da queda de Júlio de Castilhos do poder estadual em 12 de novembro de 1891, perpassando por episódios importantes de 1892 como o retorno dos castilhistas em 17 de junho desse ano, períodos férteis para percebermos os embates de ambas as folhas sobre tão relevantes eventos. O ponto final se dará na pacificação, em agosto de 1895. As edições do *Eco do Sul* cobrirão igual período, à

exceção do interregno sofrido a partir da coerção governamental. Para o tratamento e análise do *corpus*, serão utilizados os referenciais e premissas da História Política (RÉMOND, 2003), amparados na Análise do Discurso (ORLANDI, 2002; SARFATI, 2010; KOCH, 2016; FRASSON, 2007), História dos e por meio dos periódicos (LUCA, 2006 e 2012; CAPELATO; PRADO, 1980; BORGES, 1999) e o conceito de identidades (HALL, 2010; CANDEAU, 2012; WOODWARD, 2000), aplicados ao nosso recorte temático.

RESULTADOS

O *Rio Grande do Sul*, em sua edição inaugural, referenciava como propriedade de Reis, Bastos & C., trazia uma “saudação à imprensa”, onde afirmava ter sido criado para “trabalhar pelo progresso material e moral do nosso estado”, declarando-se órgão “livre, porque não tem passado prendendo-lhe as ideias” e também livre porque seria desvinculado “da política e de seus partidos” (RIO GRANDE DO SUL, 1/06/1881). No programa veiculado na edição comemorativa ao seu primeiro aniversário, julga sua atividade, ao longo do ano anterior, como “neutra em política”, o que, segundo afirmava, não deveria ser confundida com a passividade “de um órgão de publicidade que conhece os seus mais mezinhos deveres” (RIO GRANDE DO SUL, 1/06/1892). A inclinação política, porém, é perceptível no mesmo editorial, quando cita o 8 de Novembro e a “queda da ditadura implantada no país pelo ato do general Deodoro” e o próprio jornal como “o primeiro órgão de publicidade que deu no estado o grito de alarme, concitando os brios rio-grandenses para restabelecer-se a legalidade, por meio das armas, se tanto fosse mister”, passando de imediato a defender Júlio de Castilhos: “o *Rio Grande do Sul* não podia aplaudir a deposição da primeira autoridade estadual, que não era responsável pelos atos do governo do centro, quando ela governava com prestígio, dedicação e patriotismo”, prometendo para breve um “material totalmente novo, procurando corresponder à confiança que lhe é dispensada pelos seus subscritores e pelo público em geral” (RIO GRANDE DO SUL, 1/06/1892). Essa “guinada” sugeriria um alinhamento mais definitivo aos ideais republicanos de matriz positivista, uma adesão ao castilhismo. Índícios surgem em 1893, na coluna intitulada “nosso aniversário”, onde reafirma-se como “folha republicana”, envidando “todos os esforços para a consolidação republicana”, defendendo as instituições “com critério e honestidade, com energia, dedicação e prudência”, ressaltando que “não o faz visando remunerações de qualquer espécie e que sempre agiu independentemente, não sendo sugestionado por paixões partidárias”, jactando-se de não ter ateadado a “chama que os inimigos da República acenderam” (RIO GRANDE DO SUL, 2/06/1893), em referência aos revoltosos federalistas. No programa da edição de aniversário de 1895, em seu frontispício, logo abaixo do nome do jornal, aparece em destaque “órgão do Partido Republicano”, e a substituição da identificação de propriedade de Reis, Bastos & C., para “uma associação” (RIO GRANDE DO SUL, 1/06/1895). Com a vinculação oficial ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), já se assume como “folha política, representante de uma ideia generosa”, reiterando seu compromisso com o que julga ser o progresso do estado, mas que esse “devotamento tem acarretado por um lado inimizades políticas, provenientes de paixões partidárias”, finalizando o programa com agradecimentos ao corpo comercial cidadão e felicitações aos “correligionários políticos” (RIO GRANDE DO SUL, 1/06/1895).

O *Eco do Sul*, por sua vez, tem uma história mais antiga e caracterizada por mudanças de orientações político-ideológicas. Surgiu na cidade de Jaguarão (as datas de fundação divergem entre 1856 e 1857), tendo sua transferência para a cidade do Rio Grande ocorrida em 1858. No tocante ao *corpus* da pesquisa, interessa-nos, sobretudo, a atuação durante nosso recorte espaço-temporal. Instaurada a República, a folha abandona o dístico “órgão do Partido Conservador” e declara sua aceitação da nova forma de governo, ainda que ressalte sua “admiração pelo passado [monárquico]” (ECO DO SUL, 21/11/1889). Com a compra da empresa por Alfredo Rodrigues de Oliveira, a partir do final de janeiro de 1890, desencadeia-

se uma gradativa postura editorial, dando início ao processo de ruptura com os governantes republicanos, quando a folha sugere uma “deturpação” do regime. Assim os editores se declaram “republicanos pela pátria, e pela pátria estamos em oposição à ditadura. Combatemos com as armas da opinião esse governo que ressuscitou o extinto poder pessoal” (ECO DO SUL, 16/03/1890). No 8 de Novembro, a posição contrária àquela defendida pelo *Rio Grande do Sul* já se fazia perceber, ao afirmar que o objetivo da revolução era derrubar o “ditador central” (Deodoro), e lançava ao questionamento provocativamente se os sul-rio-grandenses seriam “dignos” ou “covardes”, que não “enxotassem do poder um dos maiores traidores da República – o bacharel Júlio Prates de Castilhos”, pelo *Eco* denominado “instrumento torpíssimo da ditadura”, e que prestara apoio “à ilegalidade, ao arbítrio e a tirania”, não restando aos sul-rio-grandenses outra alternativa a não ser “expulsá-lo, se não preferisse aviltar-se para sempre” (ECO DO SUL, 8/11/1891).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de um projeto de pesquisa, ainda não há resultados finais, e sim preliminares. Partimos do pressuposto de que são folhas antagônicas, isto é, se encontram cada qual defendendo um ideário político em franca oposição, perceptíveis através de suas próprias definições e princípios divulgados através de seus programas que, modernamente, conceituamos de “editoriais”, ou seja, a mensagem de cunho oficial do veículo aos seus leitores, traduzindo sua filosofia e postura editorial pretendida, de forma a compreendermos sua natureza e orientação ideológica. A mais latente contribuição da Pesquisa é a descoberta da coleção completa do jornal Rio Grande do Sul, até então não estudado (ou mesmo arrolado) por nenhum pesquisador da imprensa, da Revolução Federalista ou mesmo da história do Rio Grande do Sul até o momento, como também é inédito o estudo do embate entre aquele jornal e o Eco do Sul, bem como a construção/disputa das identidades em ambas as folhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Vavy Pacheco. A esfera da história política na produção acadêmica sobre São Paulo (1985-1994). In FERREIRA, Antônio Celso (org.) **Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo**. São Paulo: Unesp/Fapesp/ANPUH, 1999.

CANDEAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lúcia. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

ECO DO SUL (periódico) Rio Grande – edições de 1º/06/1881 a 1º/06/1895.

FRASSON, Carla Beatriz. Análise do discurso: considerações básicas. **Cadernos da FUCAMP**. v. 6, n. 6 (2007). Monte Carmelo: FUCAMP, 2007.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In SILVA, Tadeu Tomaz (Org.) **Identidade e diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2010.

KOCH, Infedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2016.

LUCA, Tania Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla B. (Org). **Fontes Históricas**. 2^a. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RÉMOND, René. Do político. In RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIO GRANDE DO SUL (periódico) Rio Grande – edições de 1º/06/1981 a 1º/09/1895.

SARFATI, Georges-Élia. **Princípios da análise do discurso**. São Paulo: Ática, 2010.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Tadeu Tomaz (Org.) **Identidade e diferença** – a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2010.

O ITAMARATY E A CRIAÇÃO DA DIPLOMACIA FEDERATIVA NA DÉCADA DE 1990

NAIRANA KARKOW BONES¹

¹Universidade Federal de Pelotas – nairanabones@gmail.com

Resumo: O fim da Guerra Fria em 1991 deu início a uma nova ordem internacional, com intensificação de fenômenos que estremeceram a centralidade do Estado, em que unidades subnacionais buscavam estabelecer vínculos e até mesmo seu protagonismo no cenário externo. Ademais, no Brasil vivia-se um período de redemocratização, assim, houve uma série de desafios impostos ao Ministério das Relações Exteriores na década de 1990, o qual passou a considerar a dimensão subnacional como elemento importante no processo decisório da política externa brasileira. O debate culminou durante o primeiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso, em que no ano 1995, houve a criação da política de Estado chamada Diplomacia Federativa. Em virtude disso, este trabalho tem como objetivo geral analisar os fatores internos e externos que culminaram na criação desta política de Estado. O trabalho tem como contribuições da micro-história com o Jogos de Escalas de Jacques Revel e a teoria de Relações Internacionais Jogo de Dois Níveis de Robert Putnam.

Palavras-chave: política externa brasileira; governos subnacionais; diplomacia federativa.

INTRODUÇÃO

O pós-Guerra Fria, representou o enfraquecimento em uma ordem internacional centrada no Estado. Esse novo cenário internacional atrelado a uma recente redemocratização¹ interna no Brasil, em 1985, fez com que houvesse mudanças e uma atualização nas formulações de diretrizes da política externa brasileira na década de 1990. O Itamaraty² é conhecido por ser o órgão do poder Executivo brasileiro com monopólio da formulação da política externa e na execução desta. Entretanto, na década de 1990 há uma atuação considerável de agentes subnacionais no plano internacional (MALLMANN; CLEMENTE, 2016), e faz com que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) tenha que começar a remodelar-se, enfrentar esses novos desafios impostos, e discutir e a dar um tratamento ao fenômeno da paradiplomacia³ no Brasil.

Em 1995 resultou na criação e do conceito diplomacia federativa, que é uma política de Estado com objetivo de promover uma maior aproximação entre a Chancelaria e as unidades subnacionais brasileiras (MIKLOS, 2010). Proveniente do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), com o então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia.

Diante do exposto, quais foram os fatores domésticos e externos que motivaram o debate acerca da internacionalização dos entes subnacionais brasileiros no âmbito do Itamaraty?

Este trabalho tem como objetivo geral, portanto, analisar influências internas e externas que motivaram a criação do conceito de diplomacia federativa, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998).

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A abordagem metodológica utilizada nesse artigo é um estudo de caso no âmbito da política externa brasileira durante o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, de caráter qualitativo. Ademais, o método da micro-história com Jacques Revel em Jogo de Escalas (1998), em que considera-se mudança de análise do micro para o macro e vice-versa, em que aplica-se neste trabalho o cenário internacional e o local.

¹Após 21 anos do período de regime militar que perdurou durante os anos de 1964 a 1985, o país iniciou seu processo de redemocratização no dia 15 de Março de 1985, com o final do governo de João Figueiredo.

²Termo usado como sinônimo de Ministério das Relações Exteriores.

³Fenômeno que está diretamente ligado a globalização, e que começa a surgir na literatura científica nos anos 1980 para descrever ações dos Estados federados canadenses e americanos no internacional (RIBEIRO, 2009).

No campo das Relações Internacionais, a Teoria dos Jogos de Dois Níveis, de Robert Putnam (2010), que enfatiza o papel do negociador internacional em que deve considerar pressões domésticas e compatibilizá-las com o espaço do cenário internacional ao mesmo tempo. Assim, a teoria tem como aplicabilidade neste trabalho, mostrar que o debate entorno da criação do conceito de diplomacia federativa foi influenciado tanto por questões externas, quanto internas.

RESULTADOS

No que diz respeito à atuação externa do Estado brasileiro, historicamente o Itamaraty representa o ente governamental monopolizador das decisões no plano internacional. Diante dos impactos que a nova conjuntura internacional demonstrava, juntamente com o impulso de novos fenômenos, em especial a paradiplomacia, houve uma necessidade de adequação da agenda do Itamaraty aos novos temas do sistema internacional.

Na década de 1990, cidades, províncias e estados, passaram a ter uma maior importância e a terem uma manifestação considerável de ações globais. Houve nessa época, Conferências promovidas pelas Nações Unidas, em que concediam poder principalmente para as cidades, como as Conferências Rio-1992 e a Habitat-1996, em que foram fundamentais a essa projeção, pois em seus documentos políticos, respectivamente a Agenda 21 e a Agenda Habitat, garantiriam a atuação do poder local nos processos decisórios globais (RODRIGUES, 2004).

Além disso, o Brasil na década de 1990 estava passando por uma série de transformações internas, e que pressionaram o Itamaraty a superar o modelo insular da produção da política externa. A recente redemocratização que o Brasil estava passando nesse período e levando em consideração a CF de 1988, o Brasil passa a ser considerado uma Federação trina, o qual é formada por três entes federados – a União, os estados e os municípios. Também a respeito à atuação de entes subnacionais na esfera internacional, há uma menção no artigo 52, em que garante a possibilidade de que estados e municípios possam recorrer às instâncias econômicas internacionais, desde que com o aval do Senado Federal (BRASIL, 1988).

Ademais, as próprias unidades subnacionais brasileiras estavam buscando seus objetivos no plano internacional. Exemplos disso, tem-se no Amapá um programa de sustentabilidade com dimensão internacional no governo de João Capiberibe (1995-1998), como também a criação de uma assessoria especial do estado do Rio de Janeiro durante governo de Leonel Brizola (1983-1986), e a criação da Secretaria Especial de Assuntos Internacionais, durante o governo de Pedro Simón (1987-1990) vinculado ao governo do Rio Grande do Sul.

Além disso, o adensamento das relações internacionais do país, a politização da política externa brasileira e a própria expansão e consolidação do campo dos estudos de Relações Internacionais no Brasil influenciaram também na ampliação do escopo da arena decisória da produção da política externa (FARIA, 2012). Até aquele momento antes dos anos 1990, esta produção era pouco transparente e de difícil acesso pela população em geral.

Sendo assim, as análises de autores e estudiosos de Relações Internacionais (FARIA, 2012; RODRIGUES, 2004) sugerem que o Itamaraty tem mudado seu relacionamento com os entes subnacionais, e há um processo de “desmonopolização” da tomada de decisão da política externa brasileira a partir da década de 1990.

Portanto, diversos fatores foram fundamentais e predominantes para pressionar de alguma maneira o MRE a se posicionar no que tange em uma definição de um conceito para a atividade dos entes subnacionais no meio internacional, e tendo em vista a dicotomia da teoria de Putnam (2010), em que decisões são tomadas levando em consideração o ambiente interno e externo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se entender que no meio internacional as cidades foram incentivadas não só pelo fenômeno da globalização em si, mas também pelos próprios organismos internacionais que passam a reconhecer a importância, como também o comprometimento das agências internacionais incluam as cidades nas discussões. No âmbito doméstico, na área política, se tem as ações unilaterais de alguns estados da federação que promoveram essa internacionalização, como foi o caso do Rio de Janeiro, em 1983 e do Rio Grande do Sul, 1987, juntamente em meados da década de 1990, o estado do Amapá; na esfera normativa a CF de 1988 traz alguma autonomia para os entes federados; na área acadêmica, abertura de cursos e especializações em Relações Internacionais no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: setembro/2019.

FARIA, C. A. P. O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 34, n. 1, janeiro/junho, p. 311- 355, 2012.

MALLMANN, M. I.; CLEMENTE, I. Transnacionalismo, paradiplomacia e integração regional. 2016. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 417-436, jul.-set. 2016. Disponível: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/23485/15064>>. Acesso: agosto/2019.

MIKLOS, Manoela Salem. **A inserção internacional de unidades subnacionais percebida pelo Estado nacional: A experiência brasileira**. Dissertação de mestrado. São Paulo: UNESP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), 2010.

PUTNAM, R. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010. Disponível: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31636/20166>>. Acesso: outubro/2019

REVEL, J. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, M. C. M. A ação internacional das entidades subnacionais: teorias e visões sobre a paradiplomacia. In: **Globalização e novos atores: a paradiplomacia das cidades brasileiras**. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 33-68.

RODRIGUES, G. M. A. **Política Externa Federativa: análise de ações internacionais de Estados e Municípios Brasileiros**. Tese. PUC-SP, 2004.

Simpósio Temático

IDENTIDADES, MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS

Coordenadores: Prof. Me. Daniel Leal e Prof. Juan Neitzke

IMIGRAÇÃO TRANSNACIONAL E AS “REDES SOCIAIS”: ESTUDO DE CASO DA IMIGRAÇÃO PALESTINA EM PELOTAS- RS (1948-1980)

CAROLINE ATENCIO MEDEIROS NUNES¹

¹Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul – carol.atencio1@gmail.com

Resumo: Este trabalho apresenta aspectos teóricos e metodológicos do projeto de tese em andamento no curso de doutorado em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Nele pensamos a imigração palestina e os seus inseparáveis conceitos de Diáspora, transnacionalismo, Religião, Redes sociais, e em nosso estudo de caso as relações de gênero, mais especificamente o papel da mulher na família imigrante e suas gerações na manutenção de uma identidade palestina. Neste momento nos atemos ao estudo da questão imigrante transnacional e das Redes Sociais.

Palavras-chave: Palestina, Imigração, Transnacionalismo.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho compreende o projeto de tese em andamento no Programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Neste trabalho, pensamos a imigração Palestina na cidade de Pelotas-RS, tendo como recorte histórico o ano de 1948 a 1980. O recorte histórico engloba a fundação do Estado de Israel nas terras Palestinas no ano de 1948 até a fundação da Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL), em 1980. Neste período de 32 anos, podemos visualizar no contexto internacional um crescimento exponencial do movimento migratório palestino, em função das diversas disputas travadas em seu território. Após a aprovação da resolução 181, que discute a partilha da Palestina uma guerra entre judeus e árabes é irrompida. Portanto, 1948 é um marco na história da Palestina, como destaca Pappé (2016), além disso, o plano Dalet foi implementado, sendo um projeto sionista de limpeza da Palestina, recebendo apoio do presidente dos EUA, Harry Truman.

A emigração forçada em consequência da catástrofe de 1948 foi designada *Al Nakba*, inicialmente para países mais próximos do território palestino, em países como a Jordânia. A chamada Diáspora Palestina, “evoca tanto a dispersão ocasionada pelo terror de um exército nacional imposto a civis quanto a discursos diversos que reivindicam o direito de retorno e restituição de territórios” (JARDIM, 2016, p.246).

Já o ano de 1980, representa para no país, a concretização das principais organizações palestinas no Brasil e no continente americano, a Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL), e a Confederação Palestina Latino Americana e do Caribe (COPLAC). A fixação destas organizações sugere, portanto, laços já firmados destes imigrantes e de suas gerações com o país.

Pensando este fenômeno na cidade de Pelotas-RS, pretendemos perpassar a memória dessa população imigrante em suas três gerações, evidenciamos também o papel da mulher e da religião, visto que um dos pontos principais na manutenção da identidade Palestina na cidade se dá através da religião, em sua maioria muçulmanos sunitas, o grupo mantém uma mesquita islâmica no centro da cidade, que entre muitas atividades possui aula de religião para mulheres aos sábados, reunindo mulheres muçulmanas revertidas, e imigrantes palestinas de primeira e segunda geração.

A comunidade palestina de Pelotas possui, portanto, uma forte união, formando laços que ajudam a sustentar a memória, costumes e identidade entre as gerações das famílias imigrantes que se definem como “Palestinos Brasileiros”, inclusive com esporádicas viagens ao país, mantendo firme os laços entre Brasil e Palestina a partir de uma perspectiva transnacional .

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Nosso banco de fontes atual é composto por entrevistas de História Oral, com membros da comunidade palestina de pelotas, autoridades de instituições como a COPLAC¹, FEPAL² e SANAÚD³, documentação disponível no acervo nacional do Rio de Janeiro, como Prontuários de Registro Nacional de Estrangeiros, Processos de Naturalização, Documentação online disponível nas bases do Governo Federal, e acervos pessoais.

Além disso, destacamos a escolha por trabalhar com Relações de Gênero, firmando um compromisso em levantar depoimentos em questão igualitária entre os sexos, visto que muitas vezes os discursos migratórios, principalmente o que tange a imigração árabe, são construídos em sua maioria a partir de discursos masculinos. Pensamos, portanto a importância da mulher palestina nesta dinâmica migratória, transnacional, na manutenção da identidade e preservação da memória. Além disso, destacamos a importância de pensar a relação destes imigrantes com seu país de origem, suas relações geracionais, compreender o papel da mulher na manutenção das traduções palestinas na cidade bem como analisar as mudanças culturais, étnicas e religiosas inseridas no nosso recorte histórico.

É importante pensar também nos movimentos migratórios, relacionando a questões sobre imigração palestina na cidade de Pelotas. A imigração palestina para o Brasil torna-se significativa no começo da década de 50, de acordo com Hamid (2009), com a vinda de homens oriundos da Cisjordânia, território anexado a Jordânia em 1948. Estes primeiros imigrantes de acordo com a autora, entraram por meio do passaporte jordaniano, indo ao encontro do apresentado por Jardim (2006).

A imigração significava encarar alguns caminhos. Um deles era destituído de um Estado-nação e, portanto, por meio do estatuto de refugiado. Entrar na esfera da ajuda humanitária tinha um custo imediato, o de não poder circular entre países por uma livre escolha. De outra parte, os documentos para sair da Palestina ou eram israelenses (o que não dava acesso ao mundo do trabalho nos países árabes) ou, na melhor das hipóteses, jordanianos. Concretamente, o trabalho em países do Oriente Médio se inviabilizava (JARDIM, 2006, p. 172).

Esta pode, portanto pode ser uma das razões da dificuldade do mapeamento exato da entrada de Palestinos no Brasil, visto que a singularidade desta imigração é a ausência de um estado-nação, evadindo para um novo horizonte de trabalho e cidadania. Sayad (1998) evidencia a imigração enquanto um deslocamento antes de tudo perceptível no espaço físico, mas o espaço de deslocamentos pode ser também qualificado em diversos sentidos: “socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente, (sobretudo através das duas realizações culturais que são a língua e a religião)” (SAYAD, 1998, p. 15).

A religião é, portanto, um fator predominante na imigração palestina, ela é vista como uma das mais importantes formas de manutenção da Identidade palestina entre as gerações de imigrantes e descendentes no Brasil, e em Pelotas não é diferente.

A cidade de Pelotas possui uma mesquita islâmica, que é mantida com doações da comunidade palestina. A mesquita é um importante local para reunião de muçulmanos, localizada no centro da cidade em um prédio sem detalhes, facilmente confundido com uma residência comum. Como explica Demant, “Os muçulmanos improvisam suas mesquitas que, fora do Oriente Médio, nem sempre têm a forma arquitetônica reconhecível com cúpula e minaretes. Qualquer lugar pode ser adequado – ou como Maomé dizia: “O mundo inteiro é uma mesquita” (DEMANT, 2004, p.177). Além disso, como destaca Tedesco (2018), o mundo religioso serve para o imigrante como uma bagagem cultural, ele transnacionaliza e

¹ Confederação Palestina Latinoamericana e do Caribe.

² Federação Árabe Palestina Do Brasil.

³ Juventude Palestina.

ressimboliza, além de tornar suportável as adversidades da vida imigrante em diferentes culturas.

Ao pensar nos fortes laços estabelecidos no país de imigração, Tedesco (2018) reafirma a ideia de que os imigrantes são indivíduos conectados, que não medem esforços para dinamizar suas lógicas de afetos, que nas palavras do autor: “se manifestam em múltiplos âmbitos e cimentam relações entre os que partem, os que ficam e os que favorecem ou mediam a decisão de emigrar e as ações entre os dois primeiros.”(TEDESCO, 2018, P. 29). Neste processo, destacam-se ligações de vizinhança amizade, identidade étnica e religiosa. Estas ligações caracterizam-se enquanto redes informais, que para Tedesco (2018) ajudam a demonstrar que imigrantes são sujeitos capazes de adaptação em diversos contextos, o que facilita as saídas, chegadas, documentação, emprego, comunicação, trocas econômicas e sociais.

A questão do retorno é muito frisada por Fazito (2010), segundo ele a condição de retorno é o que permite aos sistemas de imigração ser representados por modelos de redes sociais. Este retorno seria não apenas um retorno ao espaço físico, “mas essencialmente o retorno ao espaço social transfigurado por eventos vitais e, conseqüentemente, uma impossibilidade concreta, pois não se retorna àquela mesma estrutura de coisas e eventos que se vivia no passado e depois se “abandonou”” (FAZITO, 2010, p. 90). O autor discute que um sistema migratório se define pela associação e sobreposição de “redes migratórias”, “redes de fluxo” e “redes sociais”. “Enquanto a rede de fluxos representa a estrutura topológica bruta e abstrata de um sistema, a rede social representa a topologia sensível e correspondente ao contexto histórico-social do qual faz parte” (FAZITO, 2010, p. 97).

A questão da identidade é muito importante de ser discutida, neste caso pensamos um pouco sobre a identidade étnica, e das contribuições de Weber (2006), ao pensar no conceito que se insere nos debates sobre etnicidade, De acordo com a autora:

Aproximar o campo dos estudos de imigração à temática da etnicidade significa incorporar, às análises que operam com demografia, processos históricos mais amplos, transformações econômicas e políticas e descrições de costumes, outras que lidam com processos que não são mensuráveis e cujos resultados pouco se prestam à enumeração, isto é, cujo objeto é cambiante e sem contornos definidos, estando sujeito a reelaborações conforme as circunstâncias, mas que, mesmo assim, possui uma dimensão sincrônica (WEBER, 2006, p.237).

De acordo com Weber (2006), pensar o imigrante na esfera da Identidade étnica, é constitui-lo enquanto passível de mudanças no terreno econômico, político, social, mas mantendo traços culturais específicos.

RESULTADOS

Os conceitos de imigração e Religião norteiam a pesquisa, entretanto através deles nos possibilitamos abrir nosso escopo para discutir questões como a identidade étnica, redes sociais, diáspora, transnacionalismo, e relações de gênero (questão não aprofundada neste momento). Pensar em uma dinâmica migrante tão complexa como o caso palestino, exige que tenhamos uma atenção redobrada ao debater todos estes conceitos. No caso palestino em Pelotas, a religião é um fator essencial a ser levantado, visto que a maioria das 25 famílias que compoem o grupo de entrevistados desta tese são muçulmanos sunitas. As fontes documentais foram essenciais para mapear as entradas dos primeiros migrantes na cidade, inclusive para pensar as migrações internas de árabes no sul do estado durante segunda metade do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho encontra-se em fase inicial, encerrando o primeiro ano de pesquisa, e levantamento de fontes documentais, e realização de entrevistas orais. Neste momento nos concentramos em reunir as fontes da pesquisa, e trabalhar no estudo dos conceitos e teorias norteadoras para analisá-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAZITO, Dimitri. Análise de Redes Sociais e Migração Dois aspectos fundamentais do “retorno”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 25 n° 72.

HAMID, Sônia C. 2007. Entre a Guerra e o Gênero: Memória e Identidade de Mulheres Palestinas de Brasília. Dissertação de Mestrado, **PPGAS**, UnB.

JARDIM, Denise Fagundes. Imigrantes ou Refugiados? As tecnologias de Governamentalidade e o êxodo Palestino rumo ao Brasil no século XX. **Horizontes Antropológicos**, n.46, p.243-271, 2016.

PAPPÉ, Ilan. **A Limpeza Étnica da Palestina**. São Paulo: Sundermann, 2016.

SAID, Edward. **A questão da Palestina**. São Paulo: Unesp, 1992.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 2008.

TEDESCO, João Carlos. Temores, ausências e redefinições: idiossincrasias da imigração senegalesa no sul do Brasil. Século XXI, **Revista de Ciências Sociais**, v.8, no 1, p.15-46, jan./jun. 2018.

WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. **Dimensões**. Espírito Santo, vol.18, pp. 236-250, 2006.

QUEERMUSEU E OS DESAFIOS DE UMA HISTÓRIA COM GÊNERO NO TEMPO PRESENTE

DANIEL BARBIER¹

¹Universidade Federal de Pelotas – barbier.daniel@gmail.com

Resumo: No dia 10 de setembro de 2017, a exposição “Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira”¹, que estava em exibição desde o dia 15 de agosto no Santander Cultural, na região central de Porto Alegre (RS), foi cancelada pela direção da instituição a 28 dias de seu encerramento oficial. A justificativa, apresentada exclusivamente por nota no sítio *facebook.com*, foi balizada no recebimento de “diversas manifestações críticas sobre a exposição”, que havia nela elementos que “desrespeitavam símbolos, crenças e pessoas” e que “quando a arte não é capaz de gerar inclusão e reflexão positiva, perde seu propósito maior, que é elevar a condição humana”².

Palavras-chave: Queermuseu, história e gênero

INTRODUÇÃO

A exposição, de acordo com seu curador, Gaudêncio Fidelis (2018, p.), tinha a pretensão de ser um museu metafórico e provisional sobre gênero e identidade. Nela, obras de 85 artistas ajudaram a construir uma exposição de arte com 270 trabalhos, datados de meados do séc. 20 até a atualidade. Dentre esses trabalhos, algumas obras foram motivo de controvérsias e provocaram o desfecho em análise. Sob acusações de pornografia, de desrespeito a crenças religiosas vinculadas ao cristianismo, de apologia à pedofilia e à zoofilia, as obras de Bia Leite, Travesti da Lambada e Deusa das Águas e Adriano Bafônica e Luiz França de She-há, de 2013; de Adriana Varejão, Cenas do Interior II, de 1994; e de Fernando Baril, Cruzando Jesus Cristo com a Deusa Shiva, de 1996, estiveram no centro da polêmica.

A repercussão, com dimensão internacional, instaurou um debate que fez com que, no momento do encerramento da Queermuseu, a exposição passasse a ganhar ares de forte disputa política sobre o simbólico (FIDELIS, 2018), levando milhares de pessoas ao engajamento político de ambos os lados e ampliando o terreno de embate até a zona sul do Rio de Janeiro (RJ), onde a Exposição foi reaberta no dia 18 de agosto de 2018, na Escola de Artes Visuais do Parque Lage.

Esse episódio marcou profundamente a história recente da arte e da cultura brasileira. Pela primeira vez no período democrático, após o encerramento da ditadura civil-militar, uma exposição foi cancelada propositadamente por motivação política, justamente uma das primeiras grandes exposições de arte sobre a temática *queer* no Brasil, ao mesmo tempo que, como desfecho ao cancelamento, foi também a primeira vez que uma exposição de arte conseguiu ser viabilizada através de um financiamento coletivo online, popularmente

¹ A partir daqui, neste trabalho, denominada simplesmente por Queermuseu.

² Nota sobre a exposição Queermuseu: Nos últimos dias, recebemos diversas manifestações críticas sobre a exposição Queermuseu - Cartografias da diferença na Arte Brasileira, inaugurada em agosto no Santander Cultural. Pedimos sinceras desculpas a todos os que se sentiram ofendidos por alguma obra que fazia parte da mostra. O objetivo do Santander Cultural é incentivar as artes e promover o debate sobre as grandes questões do mundo contemporâneo, e não gerar qualquer tipo de desrespeito e discórdia. Nosso papel, como um espaço cultural, é dar luz ao trabalho de curadores e artistas brasileiros para gerar reflexão. Sempre fazemos isso sem interferir no conteúdo para preservar a independência dos autores, e essa tem sido a maneira mais eficaz de levar ao público um trabalho inovador e de qualidade. Desta vez, no entanto, ouvimos as manifestações e entendemos que algumas das obras da exposição Queermuseu desrespeitavam símbolos, crenças e pessoas, o que não está em linha com a nossa visão de mundo. Quando a arte não é capaz de gerar inclusão e reflexão positiva, perde seu propósito maior, que é elevar a condição humana. O Santander Cultural não chancela um tipo de arte, mas sim a arte na sua pluralidade, alicerçada no profundo respeito que temos por cada indivíduo. Por essa razão, decidimos encerrar a mostra neste domingo, 10/09. Garantimos, no entanto, que seguimos comprometidos com a promoção do debate sobre diversidade e outros grandes temas contemporâneos.

denominado *crowdfunding*, que contou com a colaboração de mais de 1600 pessoas, arrecadando o montante de R\$ 1.081.176,00. Fenômenos esses que evidenciam, de alguma forma, o acirramento do embate entre setores progressistas e conservadores na sociedade brasileira em torno das questões que envolvem direito ao corpo, identidade de gênero e orientação sexual, diferença e diversidade no campo da sexualidade no Brasil, como também a apropriação dos instrumentos de memória, identidade e história para fins particulares, de manutenção do poder e de controle social. Protagonizando, inclusive, o uso de novas estratégias de mobilização social com o uso das redes sociais (ESPER E ALMEIDA, 2018).

O debate criado em torno da Queermuseu pode ser compreendido como mais um capítulo vivenciado pelos movimentos LGBT ao largo da história e não pode ser descolado dela. Se delimitarmos geograficamente a observação apenas à espacialidade gaúcha e focalizarmos o curto espaço de tempo percorrido entre o cancelamento intempestivo da Queermuseu e a realização da 21ª Parada Livre de Porto Alegre, por exemplo, de setembro a novembro de 2017, veremos preenchida, com um número qualitativo de eventos (TABELA 01), a querela histórica vivida pelos movimentos LGBT no Brasil. Isso nos leva a refletir se o fenômeno de cancelamento da Queermuseu não é resultado dos processos históricos envolvendo os agentes ativos e conflitantes da sociedade brasileira ao mesmo tempo em que nela se insere promovendo novas perspectivas para os estudos relacionados à História, sobretudo uma história com gênero, e para a produção historiográfica.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Este trabalho trata de uma pesquisa sobre a perspectiva histórica do movimento LGBT no Brasil tendo como objeto de estudo o fenômeno de cancelamento da Queermuseu e os eventos que se sucederam em relação a ela até a realização da 21ª Parada Livre de Porto Alegre, em 29 de novembro de 2017. Utiliza, como procedimentos primários, a exemplo da metodologia proposta por Capelato (2014) e Esper e Almeida (2018), a pesquisa em fontes digitais a partir das fanpages de cinco jornais porto-alegrenses na rede social *facebok.com*, são eles os jornais Zero Hora, Correio do Povo, Diário Gaúcho, Jornal do Comércio e O Sul. Tomou-se como caminho para a exequibilidade do projeto, tendo em mente a possibilidade de contemplar possíveis arranjos editoriais, a pesquisa a até três dias depois da data de realização dos eventos já levantados no diário de campo que está em construção, o que gera o seguinte panorama a ser investigado:

Datas dos eventos:

10/09/2017	Cancelamento da Queermuseu
12/09/2017	Ato pela liberdade de expressão e contra a LGBTTfobia
15/09/2017	Limitar restritiva à resolução 01/99 da CFP
24/09/2017	Ato popular contra a “Cura gay”
27/09/2017	Convocação para oitiva à Guadêncio Fidelis na CPI dos Maus-tratos, no Senado Federal
28/09/2017	MPF/RS recomenda a imediata reabertura da Queermuseu

06/10/2017	Retirada do Catálogo da Queermuseu da Biblioteca Municipal de Uruguaiana com nota de repúdio assinada pelos vereadores da Câmara Municipal
06/10/2017	Nota da Associação Rio-grandense de Bibliotecários contrária a retirada do catálogo da Queermuseu das bibliotecas do Estado do RS por ingerência do poder legislativo
08/11/2017	Aprovada a condução coercitiva do curador da Queermuseu para depoimento na CPI dos Maus-tratos no Senado Federal
17/11/2017	Aula aberta sobre a decisão da “Cura gay”
23/11/2017	Depoimento de Gaudêncio Fidelis na CPI dos Maus-tratos, no Senado Federal
26/11/2017	21ª Parada Livre de Porto Alegre

Tabela 1- Eventos consecutivos ao cancelamento da Queermuseu até a realização da 21ª Parada Livre de Porto Alegre/RS

Esse guia orienta a pesquisa. Contudo, frisado esse ponto, resta ainda a questão da incipiência dos estudos históricos ligados ao movimento LGBT, motivo, inclusive, de adequação metodológica. Para as pesquisas sobre homossexualidades, nos delimitaremos às produzidas no campo da história, da sociologia e da antropologia, excluindo as pesquisas nas áreas da educação, do direito, da saúde, entre outros, uma vez que, conforme Green (2012, p.66), “a disciplina de história está bastante atrasada no desenvolvimento de estudos LGBT”. Também não se pretende ampliar o leque da pesquisa a outras fontes, bem como buscar por referências a eventos ocorridos em outras localidades fora da delimitação geográfica proposta, tal como incluir, para efeito de observação, as cidades de São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ,

Quanto ao aporte bibliográfico, procedimento complementar à metodologia da pesquisa, apresentaremos neste as contribuições da cadeira “Seminário especial II – das sufragistas à Antígona: diversidade de fontes e abordagens interdisciplinares para os estudos de gênero”, oferecida pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, no primeiro semestre de 2019. Nela, os estudos sobre gênero e teoria queer convergem às reflexões sobre arte e sociomuseologia presentes no projeto de tese em questão: “Berro contra o retrocesso: o cancelamento da Queermuseu e a 21ª Parada Livre de Porto Alegre/RS na perspectiva de uma história LGBT no Brasil”.

Assim, após preliminarmente determinarmos a hipótese, o objetivo, o objeto de estudo, as delimitações do tema, as fontes disponíveis e relacionarmos com as reflexões bibliográficas, buscaremos:

1. estabelecer pressupostos teóricos para o estudo da história das homossexualidades no tempo presente;
2. descrever o contexto histórico das homossexualidades no Brasil e seus atores;
3. analisar o contexto histórico brasileiro em que se inserem os fenômenos;
4. analisar os discursos construídos;
6. estabelecer relações entre os dados levantados, identificando os processos históricos inerentes aos fenômenos em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No dia 28 de junho de 1969, o bar Stonewall Inn, em Nova Iorque (EUA), bastante frequentado por LGBTs, foi alvo de uma batida policial. Na ocasião, iniciou-se uma ação que ficou conhecida como rebelião de Stonewall. Foi a partir desse fenômeno que, iniciando nos Estados Unidos e se espalhando pelo mundo todo, o movimento LGBT começou a se auto

organizar. Como expressão pública, deram origem às Paradas do Orgulho LGBT, as quais lembravam os acontecimentos daquele junho de 69. As primeiras edições aconteceram nas cidades americanas de Nova Iorque, Chicago, Los Angeles e São Francisco, em 1970. No Brasil, a primeira Parada aconteceu em São Paulo/SP, em 1997. No mesmo ano, Porto Alegre/RS organizou a sua, inaugurando, assim, as primeiras manifestações nesse sentido em solo brasileiro.

Com em torno de 150 pessoas na sua primeira edição, no dia 29 de junho, a então denominada Parada Livre de Porto Alegre, organizada pelo grupo Nuances – Grupo pela livre expressão sexual, fundado, em 1991, por Célio Golin e Glademir Lorensi, tinha como proposta tornar pública algumas reivindicações dos movimentos LGBT, como visibilidade social e igualdade de direitos (NEIS & CERQUEIRA, 2015). De lá pra cá, algumas pautas, como o casamento civil homoafetivo, a adoção homoparental e o uso do nome social em órgãos públicos de acordo com a identidade de gênero, avançaram. No entanto, a violência e a discriminação, cujos registros têm aumentado a cada ano, permaneceram no bojo das demandas das políticas públicas para essa população, questão essa lembrada durante os eventos da 21ª Parada Livre, ocorrida em 2017.

Concomitante ao ativismo político dos anos 60/70, a academia provocava novas reflexões sobre estudos relacionados a questões de gênero e sexualidade (PINSKI, 2009). A historiadora Joana Maria Pedro (2005, p.77) percebe que “através de um diálogo com movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas, foram se constituindo algumas categorias de análise que hoje estão presentes em vários campos de conhecimento”. Inclusive a arte, como pondera a antropóloga Mariza Corrêa (2001, p.21), foi fundamental para auxiliar a interlocução entre a articulação política e as discussões teóricas em relação a sexo e gênero, inclusive sendo percussora da questão teórica “do uso performático do corpo”, mais tarde traduzido com teoria *queer*.

Contudo, em dado momento, os estudos relacionados à história das mulheres, ou a percepção das mulheres no tempo e a crítica à historiografia tradicional (SCOTT, 1995), tornou-se mais volumosa que a dedicada aos estudos das populações LGBT (GREEN, 2012). A historiadora Louise Tilly (1994, p.33) inclusive levanta essa dupla provocação: “Em que medida a história das mulheres ‘se impôs’?” e “em que medida a história das mulheres afetou a historiografia”?

Certo é que precisamos avançar nessa questão e o cancelamento da Queermuseu, entendido como um fenômeno, permite lançar mão de uma série de novas perguntas à História, inclusive propondo novos olhares sobre a historiografia, como a proposta por Schneider e Torrão Filho (2018) sobre o conceito de alteridade, “como instrumento de interpretação da história”. Dizem os historiadores que “o texto historiográfico é, por definição, um discurso profundamente marcado pelo presente. Não é possível viver nem escrever sem deixar-se atravessar pelo tempo em que se vive – vale dizer, pelas circunstâncias, de classe, de gênero, pelo lugar cultural, institucional, político, étnico de onde se narra, pelo reconhecimento ou silêncio dos pares em relação ao que se escreve” (SCHNEIDER & TORRÃO FILHO, 2018, p.28). Assim, podemos perceber a pertinência de alargar os horizontes sobre a temporalidade na qual o historiador se debruça, uma vez que, apesar do episódio envolvendo o cancelamento da Queermuseu estar localizado em setembro de 2017, ele está inserido num contexto mais amplo. O que nos remete a uma série de desafios, isso, em parte, devido à pouca inserção e à desconfiança gerada entre os historiadores com a história do tempo presente (FERREIRA, 2000). Contudo, não obstante ao debate gerado em torno de algumas obras de arte da Queermuseu, faz-se necessário também incluir uma perspectiva de análise sobre o papel político da arte. Isso, porque, conforme Selistre e Duarte (2018, p.02), “nota-se [na Queermuseu] a existência de dispositivos de poder que operam de diferentes formas através do sistema artístico, fundamentado pelas instituições que o compõem, como o museu, a crítica e a

história da arte, ou bem, através de discursos”. Essa perspectiva é acompanhada por Fidelis (2018, p.422), o qual percebe que “a disputa instalada no centro nervoso da exposição Queermuseu é aquela determinada pela mudança operada na compreensão do conhecimento através das imagens e como elas atuam através da relação que estabelecemos com objetos e eventos”.

Das primeiras manifestações públicas às novas formas do ativismo da atualidade, como o cyberativismo, muitas transformações culturais e sociais foram acompanhadas, inclusive protagonizadas, pelos movimentos LGBT. O estudo em termos históricos assim proposto nesse ensaio possibilita suscitar novas reflexões e incitar a outros pesquisadores a se debruçarem sobre o tema. Compreendendo que “a historização dos discursos pode assumir o papel de instrumento político que promove a pluralidade” (CERQUEIRA & PINTO, 2011, p.09), a análise dos fenômenos propostos pode servir de apoio para outras pesquisas que envolvem o tema, aprofundar o debate acadêmico sobre as possibilidades de uso da História do Tempo Presente, colaborar no desenvolvimento de estudos sobre identidade de gênero e orientação sexual, ampliar os estudos históricos sobre as homossexualidades no Brasil, servir de apoio para discussões no campo social para criação de políticas públicas.

CONCLUSÕES

Os dilemas interpostos ao fazer historiográfico têm, ao longo do tempo, especialmente no quarto final do século passado, resultado em novas apreensões metodológicas e teóricas. A emergência e o desenvolvimento de categorias de análise focalizadas nas minorias sociais e no respeito à diversidade cultural dos povos, por exemplo, provocaram uma abertura de horizontes à História, que aos poucos foi se apercebendo da trajetória do sujeito comum como elemento importante para a compreensão da história global. Como desdobramento aos desafios que foram surgindo, novas perguntas, novas reflexões e novos olhares sobre as fontes foram provocados. Inclusive o tempo sobre o qual o historiador tradicionalmente se debruçava, espalhou-se. Assim, ao apresentar uma proposta de análise histórica sobre o cancelamento da Queermuseu, fenômeno ocorrido na cidade de Porto Alegre/RS, em 2017, o presente trabalho tangencia essa nova dinâmica, provocando discussões no campo da História do Tempo Presente, como também no campo de estudos sobre gênero e identidade, enquanto observa as minorias sexuais e de gênero como categoria de análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPELATO, M.H. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, L.A.N; FERREIRA, M.M. (Orgs.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p.299-315.

CERQUEIRA, F.V.; PINTO, R. Introdução: uma breve reflexão a respeito dos estudos sobre o homossexualismo. **Metis: História & Cultura**, v.10, n.20, p.7-14, 2011.

CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, 16, 2001, p. 13-30.

ESPER, H.; DE ALMEIDA, C.D. Queermuseu: estratégias de mobilização nas redes sociais. **Temática**, v. 14, n. 10, 2018, p.141-158.

FERREIRA, M.M. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, v.94, n.3, p.111-124, 2000.

FIDELIS, G. Queermuseu e o enfrentamento do fascismo e do fundamentalismo no Brasil em defesa da livre produção de conhecimento. **Illuminuras**, v.19, n.46, p.417-423, 2018.

GREEN, J. Homossexualidades e a história: recuperando e entendendo o passado. **Revista Gênero**, Niterói, v. 12, n. 2, p.65-72, 2012.

NEIS, F.P.; CERQUEIRA, F.V. Parada gay de Pelotas nas páginas do Nuances: imprensa, visibilidade e política. **Métis: história & cultura**, v. 13, n. 26, p.101-119, 2015.

PEDRO, J.M. Traduzindo o debate: o uso da categoria de gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005, p. 77-98.

PINSKI, Carla B. Estudos de gênero e História social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2009, p. 159-189.

SCHNEIDER, A.L. & TORRÃO FILHO, A. Alteridade e História: escritura e narrativa como uma ética do Outro. **FronteiraZ**, São Paulo, n. 21, 2018, p. 22-37.

SELISTRE, J.R.; DUARTE, M. Arte contemporânea e o retorno da censura: caso da Queermuseu e suas adjacências. **Contemporânea**, v.1, n.2, p.01-06, 2018.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu** (3) 1994, p. 29-62.

MEMÓRIAS SOBRE A REPRESENTATIVIDADE DO PROFESSOR PAROQUIAL

ELIAS KRUGER ALBRECHT¹

¹ Universidade Federal de Pelotas – eliask.albrecht@gmail.com

Resumo: Este estudo tem como objetivo discutir a prática docente do professor paroquial e suas diferentes esferas de atuação, a partir das memórias de sujeitos escolarizados entre 1933 e 1948 em escolas vinculadas a instituições religiosas luteranas na região meridional do Rio Grande do Sul. Estes professores nem sempre qualificados atuavam no trabalho religioso, escolar e comunitário e deveriam ser um modelo de austeridade e bons costumes (KREUTZ, 1991; WEIDUSCHADT, 2007). Auxiliado pela História Oral, (FERREIRA e AMADO, 2002), e considerando a subjetividade dos narradores, (CANDAU, 2016), e que a cultura escolar vai além dos conteúdos formais passados durante o período da escolarização (JULIA, 2001), buscou-se contextualizar a atuação destes professores e compreender como as suas práticas docentes produziam credibilidade e respeitabilidade nas comunidades religiosas e escolares teuto-brasileiras.

Palavras-chave: Professor paroquial; Memórias escolares

INTRODUÇÃO

Falar sobre o período de escolarização é sempre um momento de recordações das práticas escolares, das relações interpessoais com os colegas e professor(a), de lembrar de um espaço físico e temporal, que de algum modo marcaram a vida do sujeito. Isto é, “[...] acontecimentos considerados pelo indivíduo como significativos do ponto de vista de sua identidade” (CANDAU, 2014, p. 101). Assim esse estudo, que tem como base memórias de sujeitos escolarizados entre 1933 e 1948 em escolas vinculadas a instituições religiosas luteranas¹, propõe-se a trazer uma discussão sobre a prática docente do professor paroquial e a suas diferentes esferas de atuação dentro das comunidades alemãs/pomeranas na região meridional do Rio Grande do Sul.

Estes professores segundo Kreutz (1991) e Weiduschadt (2007) eram considerados como uma extensão do corpo da igreja, uma vez que eram investidos de atribuições culturais e religiosas junto as comunidades teuto-brasileiras. Segundo Teichmann (1996) nem todos possuíam formação teológica, porém na ausência do pastor, cabia a eles officiar os cultos, acompanhar os doentes e até realizar batismos, caso necessário. Além disso, era também função do professor paroquial zelar pelos bens da comunidade, mediar desentendimentos, representar a comunidade junto as instâncias políticas e civis e ser o promotor da cultura (KREUTZ, 1991). Com todas essas prerrogativas, uma das primeiras condições para permanecer no ofício era a sua integridade moral. Era considerado o guardião da ordem e dos valores, “[...]cabia ao professor paroquial assegurá-lo não apenas pelo ensino, mas, especialmente, pelo seu exemplo de vida e pela sua incansável atuação no campo religioso e social” (KREUTZ, 1991, p. 87). Cada professor deveria merecer a confiança dos pais em decorrência das suas funções e responsabilidades. Para tanto “[...] deveria evitar atitudes e locais considerados vulgares, assim como a frequência aos bares e bebidas. Deveria ser um grande exemplo de vida cristã na igreja, na família e na sociedade” (KREUTZ, 1991, p. 101). Assim, ele obteria credibilidade junto aos alunos e a toda comunidade que iriam reconhecer nele um exemplo a ser seguido.

Como estas instituições religiosas mantenedoras destas escolas primavam por uma escolarização secular e doutrinária, investiam fortemente na formação destes professores

¹ No contexto foram atuantes três tipos de Luteranismo:

*Sínodo de Missouri, atual Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). Para aprofundar o assunto ver Weiduschadt (2007).

*Sínodo Sul-Rio-Grandense, atual Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Para aprofundar no assunto ver Dreher (1984).

*Igrejas independentes, Instituições religiosas que atuam de forma autônoma sem vinculação a nem um sínodo. Para aprofundar no assunto ver Teichmann (1996).

(WEIDUSCHADT, 2007). Assim o magistério exigia também fidelidade aos princípios institucionais uma vez que “[...] a escola deveria ser prioritariamente uma agência de educação religiosa e de formação do caráter, estando em segundo plano a transmissão de conhecimento” (KREUTZ, 1991, p. 94). Portanto, é importante que se visualize “[...] as trocas e transferências culturais que se operam através da escola” (JULIA, 2001, p. 10). É preciso observar os conteúdos operados em conjunto como o contexto histórico e social inserido e a relação educacional adequada ao público afim, pois, segundo Magalhães (1999, p 68), “a instituição educativa constrói um projeto pedagógico, indo ao encontro de um determinado público, constituindo-se, deste modo, a relação e a razão fundamental para a manutenção e desenvolvimento de seu projeto educativo”. Desta maneira é possível observar que a cultura escolar excede a sala de aula e encontra-se, também presente, nas instituições de sociabilidade.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Este estudo faz uso da História Oral, como meio de aproximação com a memória de sujeitos escolarizados em escolas étnicas/religiosas ligadas a sínodos luteranos, com o objetivo de compreender como se dava a circulação do saber nessas instituições a partir do olhar do aluno. Desta maneira, a pesquisa abarcou os diferentes aspectos que envolvem o cotidiano escolar, entre estas, a prática docente e a relação professor aluno sob a qual versa esse estudo. Assim, a memória destes sujeitos se apresenta como fonte histórica desse trabalho, enquanto, a História Oral corresponde a principal referência metodológica para a elaboração, sistematização e análise das fontes orais. Assim, cabe salientar que como as demais metodologias de pesquisa, a História Oral estabelece e ordena os procedimentos de um trabalho que irá resultar em um texto/documento (AMADO; FERREIRA, 2006). As autoras ressaltam ainda que “na história oral, a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular: são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e o objeto de estudo” (AMADO; FERREIRA, 2006, p. xiv).

Assim, ancorado pela metodologia de História Oral, foram realizadas doze entrevistas com nove sujeitos escolarizados em escolas sinodais. Os procedimentos da pesquisa se deram em dois momentos distintos. O primeiro contato foi para falar sobre a intenção da pesquisa com estes sujeitos que foram selecionados por indicação das comunidades de vivência. Após esse primeiro momento, retornou-se a casa desses sujeitos no dia marcado para a realização de uma entrevista gravada em língua pomerana, conforme comum acordo pesquisador/entrevistado e, posteriormente, transcritos para a língua portuguesa.

Por conseguinte, seguindo as observações de Alberti (2005), destaca-se que a entrevista é uma fonte de pesquisa e não a história propriamente dita, sendo que a mesma necessita de interpretação, análise, e reflexão sobre o conteúdo da narrativa. Desta maneira, para produzir o conhecimento histórico realizou-se uma análise contextualizada contrapondo o período histórico com a memória que nada mais é do que uma representação seletiva do passado (CANDAUI, 2014).

Assim, após refletir sobre teóricos que caminham pelo campo da História Oral, da memória, busca-se trazer algumas informações sobre o perfil dos entrevistados da pesquisa².

Nome	Idade	Data da escolarização	Instituição religiosa
Adolfina k. Neitke	90	1933-1938	Sínodo de Missouri
Eurico Wolter	91	1932-1936	Independente
Herta M. Tessmann	91	1934 -1937	Sínodo de Missouri
Ilma B. Reichow	89	1936-1941	Sínodo de Missouri
Ilsa K. Neuenfeldt	83	1943-1948	Sínodo de Missouri

² As entrevistas foram realizadas entre os anos de 2016 e 2018, portanto os dados referentes a idade dos entrevistados presentes no quadro correspondem a esse período.

Leopoldina S. Albrecht	88	1940-1944	Sínodo de Missouri
Martim V. Wille	89	1935-1940	Sínodo de Missouri
Otto Schellin	82	1942-1944	Independente
<i>Renilda U. Schellin</i>	<i>83</i>	<i>1939-1943</i>	<i>Sínodo de Missouri</i>

Quadro 1 - Relação dos entrevistados, da pesquisa com suas respectivas idades, período de escolarização, instituição religiosa que a escola era ligada.

Fonte: quadro elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pelos entrevistados

É oportuno destacar que todos os sujeitos entrevistados são da etnia pomerana e ainda mantém o uso da língua como principal meio de comunicação e preservam algumas práticas culturais e religiosas, mantendo práticas de leituras e de cantos de cunho religioso. Em relação a isso, pode-se caracterizar a existência de uma cultura escolar representativa, ancorada no cunho religioso que é acentuado nas falas e memórias dos narradores.

RESULTADOS

Ao considerar que a cultura escolar vai além dos conteúdos formais passados durante o período da escolarização, torna-se importante perceber as práticas e os modos de educar, enfatizados nas narrativas a respeito do papel do professor paroquial que, geralmente, era também o pastor da comunidade. Eles exerciam dupla função, tinham a tarefa de ensinar e também de ser o guia espiritual. Eram pessoas respeitadas e temidas pelos alunos, sendo que muitas vezes utilizavam de castigos físicos para punir o mau comportamento e a falta de atenção do aluno em aula. Apesar de o professor ser considerado severo em suas ações educativas ele era admirado e justificado pelos seus atos. Segundo o entrevistado Eurico Wollter (2016) “[...] tomar uns puxões de orelha e alguns tapas de vez enquanto era necessário porque isso gerava respeito”. Kreutz (1991) realça que apesar de se tratar de uma concepção autoritária de educação, suas práticas eram reconhecidas pelos pais, uma vez que ele era o seu representante junto ao filho na sala de aula. Assim, segundo Leopoldina S. Albrecht (2018), além de punir o mau comportamento em sala de aula, se as crianças contassem aos pais o castigo sofrido poderiam, ainda, ser castigados pelos progenitores. Destaca-se assim, a credibilidade do professor, que estava investido da autoridade dos pais, que confiavam a ele a educação dos seus filhos.

O professor era tido como referência pela comunidade. Martim V. Wille (2016) lembra que, como filho de professor, tinha que ser exemplo para os outros alunos, era sua obrigação se esforçar. Recorda, ainda, que muitas vezes foi repreendido e castigado em aula junto com os colegas. Essa fala reforça que as atitudes enérgicas acarretavam em credibilidade e respeitabilidade, junto aos alunos e aos pais. Segundo Otto Schellin (2016) nada passava despercebido aos olhos e ouvidos do professor, “ele não podia ficar sabendo que tu tinhas passado por alguém sem tirar o chapéu e cumprimentar a pessoa, isso desmoralizava o trabalho do professor”. Da mesma forma, é notória na narrativa a importância da questão comportamental e moral que era bastante cobrada pelas escolas de cunho religioso. Nesse sentido, Weiduschadt (2007) afirma que tais preceitos eram considerados importantes no sentido de preparar as crianças para serem bons cidadãos e cristãos educados.

Nos relatos, o professor é descrito não só por suas atitudes determinadas, mas é lembrado também por suas expressões e vestimentas. Conforme Otto Schellin (2016) que recorda que o seu professor era uma pessoa muito atarefada, uma vez que era também o pastor da comunidade, então segundo ele, o estresse provocado pela dupla jornada de trabalho refletia na sua forma de agir e vestir. Assim em suas memórias, Otto Schellin ressalta que “já sabia quando ele vinha com o chapeuzinho “marrom” ele andava meio nervoso principalmente nas segundas feiras. Quando vinha com chapéu listrado daí ele estava “de boas””. Apesar da metáfora alusiva a vestimenta do professor parecer um pouco fantasiosa, o contexto da narrativa

evidencia que o trabalho do professor paroquial excedia a sala de aula, sendo ele o responsável pelo campo eclesialístico, social e escolar da comunidade onde atuava.

É possível perceber nos relatos como a exteriorização, o vocábulo e os modos de vestir estão presentes na memória dos entrevistados. Ilsa K. Neunfeldt, (2016) lembra que o seu professor era muito bravo e usava suspensório então “[...], nós já sabia quando ele se incomodava fim de semana, daí na segunda, quando a gente entrava na igreja, e ele estava olhando por cima dos óculos, não poderíamos incomodá-lo”. Nesse sentido Nunes (2003) reforça que nas escolas o modo de se vestir funcionava como um distintivo que qualificava quem o usava. Sendo assim a figura do professor é representada nas narrativas por sua personalidade simbolicamente lembrada no modo de se expressar, agir e vestir.

Para Adolfina K. Neitke, (2016) o professor paroquial trabalhava bastante com o suporte da cartilha, uma vez que essa era a única maneira dela conseguir atender uma sala multisseriada, com crianças em estágios diferentes de aprendizado. A esse respeito Herta M. Tessmann (2018) complementa que o professor organizava a turma por ano de entrada, assim “para uma turma ela dava uma lição da cartilha, para a outra ele desenvolvia uma atividade de escrita ou de cálculo na lousa ao mesmo tempo que ele tomava a leitura de um terceiro grupo e assim ele ia alternando as atividades”. Somado a tudo isso, era, ainda, papel do professor desenvolver atividades de canto, que eram bastante valorizados pela comunidade, então, segundo Ilma B. Reichow (2018) “[...] o professor observava tudo no canto, a postura e a entonação da voz”. Essas narrativas descrevem as estratégias e práticas de ensino adotados pelo professor para poder dar conta da escolarização das crianças da comunidade.

Já Renilda Schellin (2016) recorda a ênfase dada as técnicas de memorização, pois como não havia caderno para revisar o conteúdo, decorava-se as lições e fazia-se algumas associações para rememorar o que tinha aprendido na hora da prova que era feita de forma oral, em que o professor avaliava individualmente cada aluno. Ainda sobre a avaliação, Otto Schellin (2016) em suas memórias destaca, que além das provas orais que aconteciam todos os meses, ao final de cada ano havia uma prova geral para saber se o aluno avançava. “Estas provas eram feitas na igreja na presença da comunidade, onde ele (professor) chamava um por um para fazer a prova na frente, [...] perguntava sobre tudo o que a gente tinha estudado durante o ano”. A avaliação de final de ano também era uma forma do professor prestar contas à comunidade, pelos serviços prestados, onde o mal desempenho dos alunos poderia também acarretar na demissão do professor. A esse respeito pode se observar em Kreutz (1991) que a contratação ou a permanência do professor paroquial na comunidade, era avaliado tanto pelas suas ações sociais quanto pelas do exercício do magistério.

É possível observar, nas narrativas dos sujeitos, as práticas, as dinâmicas e os diferentes momentos em que eles usavam os livros didáticos, visto que o seu uso está sempre relacionado à figura do professor, mesmo quando a leitura ocorria em casa. Conforme Eurico Wolter (2016) a prática da leitura não se restringia a sala de aula, ele lembra que “quando chegava em casa pegava o seu livro e estudava, para poder saber no outro dia quando o professor tomava a lição”, portanto ela era feita para ser apresentada ao professor. Ao mesmo tempo em que todos recordam da atuação do professor em sala de aula, pouco se lembram do conteúdo estudado. Desta maneira, pode-se inferir, a partir das memórias dos entrevistados, que a figura do professor e os espaços de usos dos livros escolares são mais presentes nas memórias dos entrevistados do que os conteúdos estudados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi analisado até o momento é possível fazer algumas considerações sobre a atuação do professor paroquial que foi a figura que mais marcou a memória escolar desses sujeitos. Nas lembranças dos entrevistados ele é apresentado como uma figura emblemática de personalidade forte e controlador do espaço escolar. Porém, é preciso

relativizar uma vez que as lembranças de infância, ao mesmo tempo em que são mais latentes, tendem a ser também mais dimensionadas, além de estarem ressignificadas pelo convívio social (BOSI, 2016).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

AMADO, J.; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. 19. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

DREHER, M. N. **Igreja e Germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1984.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n.1, p. 9-45, 2001.

KREUTZ, L. **O Professor Paroquial: magistério e imigração alemã**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

MAGALHÃES, J. P.. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: SANFELICE, J. L.; SAVIANI, D.; LOMBARDI, J.C.. **História da educação**. Campinas, 1999. p. 67-72.

NUNES, C. **Memória e História da Educação: entre práticas e representações**. In: LEAL, Maria C. e tal. **História e memória da Escola Nova**. São Paulo: Edições Loyola. 2003.

TEICHMANN, E. **Imigração e Igreja: As comunidades- Livres no Contexto da Estruturação do Luteranismo no Rio Grande do Sul**. 1996. 185 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Escola Superior de Teologia/EST, Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Teologia/IEPG, São Leopoldo/RS, 1996.

WEIDUSCHADT, P. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX: Identidade e cultura escolar**. 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas/UFPel, Pelotas/RS, 2007.

MEMÓRIA XAVANTE: RELATOS DO CAMPEONATO BRASILEIRO DE 1985

JUAN NEITZKE¹

¹ Universidade Federal de Pelotas – juan_neitzke@hotmail.com

Resumo: O presente estudo está inserido na pesquisa em andamento para a conclusão de dissertação, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em História UFPel. Analiso aqui a memória de atores sociais envolvidos em um momento específico do futebol brasileiro, no qual um feito atípico ocorreu no Campeonato Brasileiro de 1985. Nesta edição, o Grêmio Esportivo Brasil de Pelotas – clube do interior gaúcho – conquistou o posto de 3º lugar ao final da competição. A partir do suporte da fonte oral, este trabalho tem como objetivo de análise a relação dos entrevistados (ex-jogadores e ex-dirigentes) com a participação do clube nesta competição e, também, as suas trajetórias pessoais, enquanto representantes dos estratos sociais selecionados neste estudo. Propõe-se, então, uma análise dos tópicos de memória expostos durante as suas falas. As narrativas dos depoentes serão analisadas de maneira qualitativa a partir da teoria e metodologia de história oral temática.

Palavras-chave: Futebol; Memória; História oral.

INTRODUÇÃO

O Campeonato Brasileiro de futebol do ano de 1985 deixou marcas na população pelotense, dentre o público que acompanhou e ainda acompanha o futebol, seja dentro ou fora do estádio. Para os pelotenses que não estão acostumados a assistir futebol, quando é comentado que o Brasil de Pelotas quase foi Campeão Brasileiro, essa informação é recebida com curiosidade, espanto e, até mesmo, desconfiança.

A partir deste feito desportivo, levantam-se questões pertinentes, como, por exemplo, o que possibilitou que o Brasil chegasse a este notável posto? Quais os detalhes particulares ainda não contados – tanto pelo meio jornalístico quanto pelo de produção de documentários – sobre essa campanha? Que aspectos da campanha são destacados pelos narradores? Quais as memórias sobre esta campanha?

Com as questões que surgem, optasse pela utilização da história oral temática com fonte teórica e método, e, em ligação, a memória – conceito teórico chave para a construção desta pesquisa – através de sua relação com a história oral.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Quatro entrevistas foram selecionadas para a execução deste resumo, sendo uma realizada e transcrita no ano de 2018 e outras três no ano de 2019. Compreendem as falas de dois ex-dirigentes esportivos (Rogério Moreira, presidente do clube em 1985 e Cláudio Andrea, dirigente atuante no clube desde 1959) e um ex jogador de futebol (Bira, atacante e artilheiro pela equipe no ano de 1985). As respostas elencadas foram dadas em respostas aos questionários de história oral temática elaborado pelo pesquisador.

Os questionários foram elaborados com perguntas que tratam sobre os aspectos de memórias dos autores sociais que estavam *in loco* no evento o qual pesquiso.

Vale dizer que, ao coletar as falas de depoentes, os quais, de alguma maneira, estiveram ligados a campanha de 1985 do Brasil de Pelotas, procuro impedir o desvanecimento de narrativas que, de outra forma, corroborariam o silêncio de um fato singular, às vezes, referido apenas como um “folclore local”, ou mero enaltecimento por parte de torcedores, mas que, quando bem observado, revela nuances e particularidades de elementos gerais da história do futebol brasileiro. Nas palavras de Candau: “Não satisfazer o dever de memória é expor-se ao risco do desaparecimento” (CANDAU, 2012, p.125).

Em uma entrevista, o depoente aciona o seu campo memorável e, no caso deste estudo, os entrevistados são pessoas que não tiveram aqui a sua primeira experiência de realizaram uma entrevista, visto que são pessoas públicas, ainda reconhecidas na cidade de Pelotas e que, no

passado, fizeram parte da elite do futebol nacional. Nossos entrevistados, então, exercitaram a rememoração. Sobre este aspecto, o historiador Norberto Bobbio afirma que:

Na rememoração reencontramos a nós mesmos e a nossa identidade, não obstante muitos anos transcorridos, os mil fatos vividos. [...] Se o futuro se abre para a imaginação, mas não nos pertence mais, o mundo passado é aquele no qual, recorrendo a nossas lembranças, podemos buscar refúgio dentro de nós mesmos, debruçarmos sobre nós mesmos e nele reconstruir nossa identidade (BOBBIO, 1997, p.30-31).

Para Candau (2012), esta relação não é necessariamente rigorosa – não é passiva ao registro do passado e nem a manutenção das tradições. Sobre estas associações, a historiadora Célia Lucena afirma que:

[...] a história oral representa a realidade com as respectivas diferenças, explora as relações entre memória e história, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade, reconhece que as lembranças são as artes do indivíduo e redimensiona as relações entre passado e presente, ao perceber que o passado é construído segundo as necessidades do presente, chamando a atenção para os usos políticos do passado (LUCENA, 1999, p.24).

Conforme Paul Thompson, em sua obra *A voz do passado*: “a história oral oferece, quanto à sua natureza, uma fonte bastante semelhante à autobiografia publicada, mas de muito maior alcance” (THOMPSON, 1992, p.25). O autor aponta ainda que, ao se fazer a entrevista em história oral, pode-se escolher [...] “a quem entrevistar e a respeito do que perguntar. A entrevista proporcionará, também, um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizados” (Op. cit., p. 08-09).

RESULTADOS

O Brasil é um país de enorme dimensão, com uma área total de 8.516.000 km², sendo o quinto maior do planeta¹. Partindo desta análise territorial, verifica-se que o fator de integração espacial fez com que o Brasil estabelecesse seu campeonato nacional apenas no ano de 1971, diferentemente de outros países onde o futebol já era muito popular, como Uruguai, Argentina e Inglaterra – no caso platino, os campeonatos nacionais eram disputados basicamente por equipes das capitais, enquanto na Inglaterra, ilha de dimensões reduzidas em comparação ao Brasil, tinha em sua malha ferroviária um fator que favorecia o transporte de equipes nas disputas nacionais².

Em 1985, ano em que o Brasil de Pelotas alcançou o 3º lugar na elite nacional, o campeonato se chamava Taça de Ouro. Para o Rubro Negro Pelotense, esta não foi sua primeira disputa em um campeonato brasileiro, mas sim, no ano de 1978, teve sua primeira experiência.

Com relação ao motivo do sucesso no ano de 1985, os três entrevistados responderam em consonância, dando importância a montagem do elenco, resultado do trabalho de anos anteriores. Conforme conta Cláudio Andrea,

[...] Em 83 começou o Brasil a fazer um bom time. Em 83 quando o Marino Louzada era o presidente do Brasil e nós contratamos o Luiz Felipe. O Luiz Felipe vinha do Juventude, era preparador físico e ele foi, então, o nosso treinador. Aí começamos a montar o time. Em 85, já era o amigo, grande amigo dele, o... Louruz, o treinador. Aí começamos, então, a qualificar. Quer dizer, trouxemos o Andrezinho, o meia-

¹ Ver mais em: <http://www.ambientecplp.org/brasil.aspx>

² O primeiro Campeonato Uruguaio ocorreu no ano de 1900, o primeiro Argentino em 1891 e o primeiro Inglês em 1888-1889.

esquerda, o Doraci que acabou de falecer, ele já jogava em 83; então, tínhamos o Zezinho; o Zezinho era um grande ponta-esquerda, um jogador de gabarito mesmo, então, nós tínhamos jogadores fabulosos. Hoje dá, dá saudades de quando a gente se lembra desse time (ANDREA, 2019).

Para o então presidente, Rogério Moreira, acerca da montagem do elenco Xavante:

A base do grupo já vinha desde 82, 83, vinha sendo formado, né?! Permaneceram alguns jogadores conosco a mais tempo, que era o caso do Lívio, do Júnior Brasília, do Doraci, do Andrezinho; o Hélio e o Silva já estavam despontando, Bastos, enfim, uma série de jogadores. O Bira já desde 84 já estava se afirmando, já era uma realidade em 85, né?! (MOREIRA, 2019).

Para o ex-jogador Bira “Na realidade essa equipe jogou junta com o Felipão, a montagem dela foi feita pelo Luiz Felipe Scolari. Ela foi se ajeitando, tando é que o Felipe conseguiu, nós conseguimos o Título do Interior em 83” (BIRA, 2018).

Fator em comum na fala dos entrevistados foi a dificuldade financeira do Brasil de Pelotas, não somente no ano de 1985. Ainda o papel da torcida foi colocado como uma fonte de patrocínio essencial, mas não ideal para a gestão de um clube de futebol, segundo conta Cláudio Andrea “Aí, então, tu faz um time melhor, mas daí tu não tem como pagar, quer dizer..., porque a torcida ajuda, mas ela não é a grande patrocinadora como deveria ser! Entendeu?” (ANDREA, 2019).

O ex-presidente Xavante, referiu-se aos primeiros patrocínios presentes na camisa do clube, mas estes ainda não eram a principal fonte de renda do clube, tendo em vista que a maior parte da receita do clube chegava da bilheteria, até mesmo porque a presença de sócios era pequena.

O Campeonato Brasileiro na década de 1980 começava a perder seus melhores jogadores, isso devido ao fato que o futebol europeu passou a importar os maiores talentos do país. A diferença econômica entre Brasil e Europa promoveu este êxodo. O país vivia uma crise econômica durante o Governo de Figueiredo (1979-1985)³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um panorama, vemos que a história do futebol brasileiro, no que diz respeito à organização de uma competição de estrutura nacional, disputada regularmente, é algo que data da década de 1970. Em outros países, como vimos, seus campeonatos nacionais foram disputados desde o início do século XX, por diversos fatores, como, por exemplo, território pequeno e clubes concentrados na capital Montevidéu, no Uruguai; na Argentina, clubes concentrados na capital Buenos Aires e na Inglaterra, clubes de diferentes cidades participavam, pois, além de um território pequeno – frente ao Brasil –, possuía, desde o século XIX, uma malha ferroviária evoluída.

Conforme notasse nas entrevistas, o Campeonato Brasileiro de 1985, ocorreu em um momento de modernidade da lógica futebolística, no sentido de mercado – o surgimento e expansão de patrocinadores nos jogos de uniformes, por exemplo, chegou ao interior gaúcho. Em nível nacional, podemos observar que os clubes das capitais vendiam seus melhores jogadores para o milionário futebol europeu, principalmente para a Itália.

A partir dessa relação de capitais desportivas – Rio de Janeiro e São Paulo – com um futebol de interior – Pelotas –, podemos observar uma diferença latente de investimentos. A forma como a equipe Xavante de 1985 foi montada e a maneira de arrecadação de receitas (torcida) demonstra uma dificuldade em se aproximar-se das práticas de grandes centros

³ João Baptista de Oliveira Figueiredo foi o 30º Presidente do Brasil, de 1979 a 1985, e o último presidente do período da ditadura militar.

desportivos do país, ou seja, a estrutura de futebol de interior atestou-se como um fator limitador no sentido financeiro e, em 1985, a expectativa de que clubes grandes de capitais ficassem entre os primeiros colocados não ocorreu, pois o campeão foi o Coritiba, da capital paranaense – ainda sem grande expressão futebolística –, o segundo colocado foi o Bangu – tradicional clube de bairro carioca – e, como vimos, em terceiro lugar, o Brasil de Pelotas, clube da Zona Sul Gaúcho. Neste aspecto, o Campeonato Brasileiro de 1985 pode ser visto como um campeonato de “zebras”, uma competição desportiva que apresentou resultados atípicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Noberto. **O Tempo da memória**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. – 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

LUCENA, Celia Toledo. **Artes de lembrar e de inventar: (re)lembranças de imigrantes**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ENTREVISTAS:

Cláudio Andrea, 2019.

Ubiraci Souza de Souza, “Bira”, 2018 e 2019.

Rogério Moreira, 2019.

“EU DIGO GUERRA PATRIÓTICA”: MEMÓRIA “POR TABELA” (OU UMA GEOPOLÍTICA DA MEMÓRIA SOVIÉTICA)

LÚCIO GELLER JUNIOR¹

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul – lucio.geller@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa versa sobre a história de vida da ex-tradutora soviética Anna Savitskaia, nascida em Donetsk na Ucrânia Soviética, de uma família de ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e de ex-militares de carreira da URSS. Filha de Yakov Porfirievich Záitsev, Engenheiro de Alimentos (ex-militar), nascido em Donetsk, e de Emma Aleksándrovna Záitsev, pedagoga, nascida em Barnaul na Rússia. Seu pai, assim como seus avós maternos, Nikoláievna Mikháilova e Alieksandr Mikháilov, atuaram na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), não chegando a conhecer pessoalmente os últimos. Na capital Kiev, Anna viveu junto com os pais em *komunalkas* (moradias comunitárias) e cursou Línguas Romano-Germânicas no Instituto de Linguística, recebendo a patente de tradutora militar. Após a derrocada da União Soviética, Anna, acompanhada de seu marido Oleg Savitskii, migrou para o Brasil em 1992, onde reside em Porto Alegre (RS) desde então. Através da metodologia da História Oral foram realizadas três entrevistas com Anna no ano de 2018, como parte de pesquisa de conclusão do curso de História (UFRGS). Compreende-se sua narrativa, a performance de um processo dialógico, como um produto interior capaz de oferecer uma visão retrospectiva e relativamente organizada de um sujeito histórico. Como indica Leonor Arfuch (2010), é a forma por excelência de estruturação da vida e da identidade. Nesse sentido, busca-se analisar como Anna narra a passagem de sua família pela Segunda Guerra Mundial, quais os sentidos e significados que o trabalho da memória e o filtro da linguagem buscam compor e quais os possíveis articuladores dessa composição.

Palavras-chave: Anna Savitskaia; Memória; Segunda Guerra Mundial.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa versa sobre a história de vida de Anna Savitskaia, nascida na URSS, atual localidade da Ucrânia, que vivenciou o dia a dia do país até sua dissolução em 1991. Processo que a levou, junto com seu marido Oleg Savitskii, a deixar o país em menos de um ano, chegando ao Brasil em 1992 – residentes em Porto Alegre (RS) desde então. Anna viveu grande parte da sua vida na cidade de Kiev, capital da Ucrânia, onde viveu junto com os pais em *komunalkas* (moradias comunitárias) e cursou Línguas Romano-Germânicas no Instituto de Linguística de Kiev, recebendo, além da diplomação, a patente de tradutora militar. Em Porto Alegre, juntamente com Oleg, trabalha atualmente com aulas particulares de língua inglesa e russa.

Através da metodologia da História Oral foram realizadas três entrevistas com Anna no ano de 2018, como parte de pesquisa de conclusão do curso de História (UFRGS) (GELLER JR., 2018). Embora a experiência migratória de Anna em Porto Alegre, os caminhos e descaminhos em seu novo país, não foram o objeto de análise neste momento da pesquisa, colocar o aspecto migratório no horizonte de análise é fundamental, sobretudo pela sua relação com o tempo presente. Como afirma Alistair Thomson (2002, p. 359), as “lembranças de quem fomos e de onde viemos moldam nosso sentido do ‘eu’ ou de identidade no presente e, dessa forma, afetam as maneiras como construímos nossas vidas”. Em outras palavras, a reconstrução de uma vida pela memória é realizada no tempo presente, e, quando for o caso, é atravessada por diversos articuladores como a experiência migratória.

No momento da pesquisa para a monografia o período de análise correspondia às décadas finais da URSS (1985-1991) até o deslocamento de Anna em 1992, e o objetivo era avaliar justamente como esse contexto da dissolução foi por ela interiorizado e como era constituído pela memória. Entretanto, a partir de sua narrativa, foi possível perceber que a memória pode tecer laços com o passado que não necessariamente tenham um “começo” no arco temporal de interesse estipulado pelo pesquisador. De tal modo, para chegar até uma determinada memória, muitos “laços” de sentido com um passado “anterior” ao desejado podem ser constituídos por aquele que conta. Não obstante, estes laços são essências, e muitas

vezes acabam por se repetir por quem os tece. Convém sublinhar assim que muitos acontecimentos contados ultrapassaram o seu tempo de vida, mas que dentro de uma lógica particular da memória esse “transbordar da memória” merece ser historicizado, principalmente o “por quê” destes “recuos” no passado e a necessidade de fazê-los.

Tal problemática emergiu da “surpresa” com o início da narrativa de Anna. Talvez por se esperar ouvir sobre, no máximo, a *Era Brejnev* (1964-1982)¹ ela surpreendeu com uma narrativa que teve como “pontapé” inicial, no que tange os acontecimentos históricos, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945):

Ta, vamos falar então da mãe primeiro. O nome da minha era Emma, ela nasceu na Sibéria, na cidade de Barnaul, perto de Novosibirsk. Quando começou a Grande Guerra, o pai dela era militar de carreira e, inclusive, ele era tanquista, e foi até Berlim. Quando morava lá... acho que a minha avó materna... não era médica... nem técnica de enfermagem... se chamava ‘ferchar’ [...] Durante a Segunda Guerra, também eu não sei... eu digo Guerra Patriótica, para nós... (Entrevista 1).

Essa primeira narrativa, concebida em 31 de julho de 2018, foi fruto da proposta inicial de ouvi-la sobre a sua formação profissional. Mas diferente da escolha de demarcar um capítulo sobre o início de uma vida pelo nascimento, Anna “recuou” ainda mais, traçando linhas através de uma narrativa sobre a vida de sua família. Anna é filha de Yakov Porfírievich Záitsev, Engenheiro de Alimentos (ex-militar), nascido em Donetsk, e de Emma Aleksándrovna Záitsev, pedagoga, nascida em Barnaul na Rússia. Seu pai, assim como seus avós maternos, Nikoláievna Mikháilova e Alieksandr Mikháilov, atuaram na Segunda Guerra Mundial, não chegando a conhecer pessoalmente os últimos.

A partir deste aspecto da sua narrativa propõem-se analisar, dentro da narrativa que Anna construiu sobre a sua vida a partir da dissolução da URSS: como ela narra a passagem de sua família pela Segunda Guerra Mundial; quais os sentidos e significados que o trabalho da memória e o filtro da linguagem buscam compor sobre esse passado familiar; e, quais os possíveis articuladores envolvidos nessa composição. Outrossim, o objetivo a ser aqui explorado é, sobretudo, observar essa narrativa não como um simples retorno das indagações feitas a entrevistada, mas como um produto interior. Um produto referente a uma reelaboração da memória de experiências vivenciadas pessoalmente ou, neste caso, “por tabela” (POLLAK, 1992, p. 201), e que permitam a construção de uma visão retrospectiva, relativamente organizada, de um sujeito histórico. Nessas condições, busca-se observá-la pelo olhar que ela “tem de si”, a considerando enquanto ex-tradutora militar ucraniana que se deslocou de seu país e hoje reside no Brasil.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A História Oral, através do uso de narrativas sobre histórias de vida, acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história, ajuda a recuperar uma dimensão geralmente confinada à esfera privada, por vezes cindida da esfera pública, isto é, a dimensão dos sujeitos históricos. Embora possa parecer um privilégio o historiador “conversar com suas fontes”, a História Oral é uma metodologia que analisa fontes históricas a partir de narrativas geradas em entrevistas. Por isso, como lembra Verena Alberti, é necessário “ouvir contar”, pois:

Um acontecimento ou uma situação vivida pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado. Isso significa que ele se constitui (no sentido de tornar-

¹ Grande parte da sua vida na URSS foi durante esta época, que se inicia com a retirada de Nikita Khrushchev do cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e a ascensão de Leonid Brejnev no seu lugar em outubro de 1964 (BUSHKOVITCH, 2014, p. 420).

se algo) no momento mesmo da entrevista. Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido (ALBERTI, 2004, P.77).

Portanto, assim como as demais fontes histórias, as fontes orais também passam pelo escrutínio crítico do historiador. Constituindo uma ação igualmente complexa, que exige apurações e reavaliações constantes, com cuidados específicos. Por outro lado, as relações humanas, gestos e atitudes de ambos os lados, carregam implicações concretas para a pesquisa. Assim como as “negociações” realizadas por entrevistador e entrevistado, processo que remete, em certa medida, às relações de poder. Por exemplo, através das condições de deslocamento do país, etnicidade (brasileiro-ucraniana), relações de gênero, etc.

Na pesquisa com Anna Savitskaia, as entrevistas foram previamente agendadas, gravadas com termo de consentimento de direitos para a pesquisa e com um roteiro de perguntas construído de antemão. Este roteiro, entretanto, não foi um questionário a ser aplicado, mas uma relação de pontos considerados fundamentais sobre a vida da entrevistada na URSS, bem como dos objetivos da pesquisa. Sendo assim, as perguntas estiveram ancoradas na problemática da pesquisa para a monografia, construídas em diálogo com os conceitos e discussões em torno da questão da memória, e, também, das discussões mais amplas, travadas até então, sobre a dissolução da URSS.

Em relação à narrativa autobiográfica, é necessário também problematizar, como advertiu Pierre Bourdieu (1996, p. 190), a própria noção de “trajetória” de vida e a concepção da existência de um “eu” coerente e lógico. Como formula Leonor Arfuch, narrativas autobiográficas não são registros miméticos da ação dos sujeitos:

[...] mas à forma por excelência de estruturação da vida e, conseqüentemente, da identidade, à hipótese de que existe, entre a atividade de contar uma história e o caráter temporal da experiência humana, uma correlação que não é puramente acidental, mas que apresenta uma forma de necessidade ‘transcultural’ (grifos da autora) (ARFUCH, 2010, p.112).

Michael Pollak (1992, p.201) procurou definir alguns elementos que considerou fundamentais no trabalho que a memória realiza para tornar-se narrativa: (1) acontecimentos vividos pessoalmente; (2) vividos “por tabela”; (3) o fato de que a memória é constituída por pessoas, e; (3) os lugares da memória, onde existem ligações particulares com as lembranças. Tais elementos buscam demonstrar que grupos e indivíduos podem “disputar” a construção de certas lembranças e esquecimentos, revelando as relações de poder dentro de uma sociedade, em determinado tempo. Nesse sentido, o “recuo” que Anna decidiu fazer em sua narrativa suscita a diversidade da memória, pois corresponde a acontecimentos “vividos por uma coletividade” – a Segunda Guerra Mundial – em que, até mesmo os que não viveram, como ela, podem sentir-se como sujeitos do mesmo passado. No dizer de Pollak (idem):

Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p.201).

Para Anna estes acontecimentos “fortes” são as vivências da sua família na guerra, ou, como ela chama a “Grande Guerra Patriótica” (denominação soviética). A participação de seus avós e de seu pai na guerra está inserida na lógica da narrativa sobre a sua própria vida, assim como o espaço-tempo destes sujeitos, principalmente a esfera da Europa Oriental da URSS

(Bielorrússia, Moldávia, Rússia e Ucrânia), que evidentemente não é tomado dentro de um espaço físico rigorosamente delimitado.

RESULTADOS

Para Ecléa Bosi (2012, p. 198), o fato do espaço-tempo não seguir uma ordem rigorosa pela memória não significa que esta seja arbitrária, pode estar apenas em busca de “significações comuns”, pois o passado:

não é uma sucessão de fatos ou camadas que se vai escavando. A memória desconhece a ordem cronológica. Minha hipótese é que ela opera com grande liberdade, recolhendo fatos memorados no espaço e no tempo, não arbitrariamente – mas que se relacionam através de índices de significação comum (BOSI, 2012, p.198).

Através desta perspectiva, o “reco” pode ser compreendido como uma forma de encontrar “significações” para Anna. Seu pai, Yakov, e, especialmente, seus avós maternos, Nikoláievna e Alieksandr, são lembrados pelos seus trabalhos durante a guerra. Em especial os avós, a primeira pelo atendimento dos feridos e o segundo por ter avançado em direção a Berlim no final da guerra, tendo sido baleado várias vezes (Entrevista 1). Essa memória socializada, ou mesmo herdada, é fortemente expressada por estas narrativas da guerra, um momento em que se vivenciaram acontecimentos “fortes”, que foram decisivos para as suas vidas, assim como influenciaram os destinos de segmentos sociais envolvidos, e, também, da própria URSS. Contudo, a definição de memória “por tabela” pode ser mais tensionada e articulada, na medida em que a socialização destes acontecimentos pode tocar em outros elementos, para além da memória familiar. Conforme Tatiana Zhurzhenko (2007), a Segunda Mundial na URSS tem uma dimensão geopolítica que não pode ficar de fora de qualquer análise da memória da guerra na URSS, e mesmo das análises nas repúblicas pós-soviéticas. Dimensão que a autora chama de “geopolítica da memória” (2007), em que:

a ‘grande vitória sobre o fascismo’, representada pelos soviéticos, foi o bilhete de entrada para o clube das potências mundiais, legitimou seu novo status no continente europeu e sua nova esfera de influência. A Rússia, como libertadora da Europa Oriental dos ‘bárbaros fascistas’, tornou-se assim não só uma nação poderosa, mas também ‘européia’ (Zhurzhenko, 2007).

Com efeito, segundo Zhurzhenko (idem), o discurso nacional triunfalista foi elevado durante o período em que Brejnev esteve à frente da URSS, sobretudo, durante a década de 70, com certa estabilidade do padrão de vida. Dentre vários aspectos de seu espaço, Anna recorda, por exemplo, dos esforços empreendidos durante a guerra: “Era muito importante... algumas empresas foram evacuadas da parte européia da União Soviética [...] para poder produzir, inclusive para o *front*” (Entrevista 1). Esta transferência maciça de indústrias inteiras da parte ocidental para as regiões orientais, em função da invasão nazista, se soma aos imensos impactos da guerra na URSS expressos pela narrativa. Esses acontecimentos “fortes” são, de fato, as experiências dos atingidos pela guerra. Assim, a guerra não é apenas um acontecimento que fez parte da história do país de Anna, mas um acontecimento que é narrado como parte da sua própria história de vida, que lhe foi não apenas socializado, mas construído historicamente frente a um enfrentamento geopolítico. Enfrentamento não só de ordem militar ou econômica, mas também ideológico, em que o triunfalismo da “Grande Guerra Patriótica”, elevado na década de 1970, está próximo de uma “memória nacional”. Para Ulpiano Bezerra de Menezes (1992. p.15), as memórias nacionais estão ligadas justamente as ideologias da cultura nacional, em que pátria, triunfo, identidade nacional são conceitos que ganham protagonismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História Oral pode trazer memórias sobre acontecimentos, mas traz muito mais significados do que relatos factuais em si. Estes significados também não são um fim em si mesmo, pois correspondem a condicionamentos sociais e contextualizações que estão profundamente imbricados em sua expressão. Por isso, busca-se compreender as memórias construídas por Anna e os elementos que se tornaram mais significativos, a par de um campo de tensões, contradições, possibilidades e impossibilidades. Interpretar fontes históricas é um processo de escolhas, ênfases, contextualizações, formas, etc., e as próprias fontes (orais), podem refletir suas escolhas, ênfases... Dentro da relação passado-presente. Por isso, cabe compreender de que maneira se conta, e, também, perceber aquilo que não poderia ser “óbvio” e tomar a fonte como um todo.

Nesse momento a pesquisa para a monografia, centrada na história de vida de Anna a partir da dissolução da URSS, se encontra publicada e disponível no Repositório Digital LUME da UFRGS (<https://lume.ufrgs.br/>). Embora este aspecto da interpretação do passado familiar encontre-se contemplado no primeiro capítulo da monografia, novas questões e desdobramentos emergem como perspectivas de continuidade desta pesquisa para um projeto de mestrado. Em primeiro lugar, uma ilustração situando a genealogia mínima da família de Anna. Segundo, as clivagens entre as experiências de Anna em diferentes momentos de sua vida, pois como lembra Elizabeth Jelin (2002, p. 119), “la edad, el momento de la vida em que suceden los acontecimientos, deja marcas específicas, porque afecta condiciones de vida, experiencias y horizontes futuros”. E, por fim, acompanhar a narrativa autobiográfica e a interpretação familiar do marido de Anna, Oleg, que assim como ela, também é ex-tradutor militar e de uma família de combatentes da Segunda Guerra Mundial. Além disso, Oleg passou pela Guerra do Afeganistão na década de 80 e por missões da URSS em Angola e em Cuba no final da década.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, V. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ARFUCH, L. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- BOSI, E. Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano. **Dispositiva**. Belo Horizonte, v.1, n.2, pp. 196-199, 2012.
- BUSHKOVITCH, P. **História concisa da Rússia**. São Paulo: EDIPRO, 2014.
- GELLER JR., L. **Os tremores da queda: memória e trajetória de Anna Savitskaia, das reformas à dissolução da URSS (1985-1992)**. 2018. 88f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- MENESES, U. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, pp. 9-23, 31 dez. 1992.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, pp. 200-212, 1992.

THOMSON, A. Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, pp. 341-364, 2002.

ZHURZHENKO T. Geopolitics of memory. **Eurozine**, 10 mai, 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/2O6hB6p>>. Acesso em 18 de setembro de 2018.

PROJETO EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMBANDA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL

MARINA RIBEIRO CARDOSO¹

¹Universidade Federal de Pelotas/UFPEL – marina.cardosoufpel@gmail.com

Resumo: O presente projeto em Educação Patrimonial foi elaborado e aplicado na disciplina *Educação Patrimonial* do curso de História Bacharelado da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)¹. Tem como temática a Umbanda e teve o objetivo principal de destacar a religião como identidade de um grupo social. Para isso, foram produzidas atividades com o intuito de aproximar o público alvo², deste bem cultural, a fim de provocar nestes, o sentimento de valorização e reconhecimento da religião como Patrimônio Cultural Imaterial, visto que esta nasceu e se desenvolveu em solo brasileiro tornando-se identidade de um grupo social. Deste modo, a proposta consistiu em uma contribuição para a desconstrução de estereótipos imputados a Umbanda tendo como resultado final a apropriação dos estudantes os quais participaram da aplicação deste. Ressalto, por fim, a importância de um projeto em Educação Patrimonial, sendo este, um relevante método de aprendizagem acerca do Patrimônio Cultural tanto Material quanto Imaterial.

Palavras-chave: Educação Patrimonial, Umbanda, Patrimônio Cultural Imaterial.

INTRODUÇÃO

O projeto versa sobre o estudo da religião brasileira Umbanda, de modo a defendê-la como um Patrimônio Imaterial. O Projeto foi desenvolvido a partir da questão: “como a Educação Patrimonial pode auxiliar na desconstrução de aspectos negativos produzidos acerca da Umbanda?”. Antes de qualquer coisa, se faz necessária uma breve discussão conceitual, onde destacamos, primeiramente, que a Educação Patrimonial, como apresenta Horta, Grunberg e Monteiro (1999) “(...) busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural (...)”, que se associada à religião, como a Umbanda, torna-se uma oportunidade de aproximar bens culturais, como este, de diálogos sobre Patrimônio Cultural, colaborando na desconstrução de preconceitos e *tabus* que muitas vezes, são gerados pela falta de conhecimento.

Frente ao exposto, se torna relevante mencionar a discussão em torno do patrimônio cultural, considerando que seu priorado é o desejo de cidadania e proteção de bens culturais que significam historicamente para todos (IPHAN, 2012). Este tem como objetivo a preservação, tanto dos bens materiais (onde estão inclusos os prédios, monumentos, objetos etc.) quanto os imateriais (onde se enquadram os saberes, fazeres, práticas, crenças e hábitos), a fim de que, gerações futuras também possam os usufruir. A partir disso, originou-se o Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN), que promove a salvaguarda de bens culturais.

Partindo do que foi abordado até aqui, dando ênfase na imaterialidade e nos rituais religiosos dentre importantes bens culturais, entramos na temática do projeto, onde no início do século XX, mais precisamente no ano de 1908, dava-se início a uma nova religião no Estado do Rio de Janeiro, a Umbanda. Esta se deu quando, aos 17 anos, um *médium* chamado Zélio Fernandino de Moraes recebeu um caboclo que se apresentou por Caboclo Sete Encruzilhadas, na Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade³ (CUMINO, 2010).

É importante ressaltar que a Umbanda só veio a se disseminar amplamente por todo o país, trinta e dois anos após o seu nascimento, no ano de 1940. E como toda a religião, esta possui fundamentos e doutrinas próprias, sendo as duas principais a caridade e evolução espiritual e por isso, esta não se apropria de alguns rituais que são tradicionais em outros cultos de matriz afro-religiosos, como os rituais de sacralização (LUNELLI, 2017). E por que tratar de apropriação de rituais? Porque a Umbanda também é marcada por um forte sincretismo

¹ Este foi elaborado e aplicado em dupla, com a colega Bianca Souza dos Santos.

² Turma de primeiro ano da Escola Estadual Nossa Senhora de Lourdes, que localiza-se na cidade de Pelotas.

³ Primeira tenda espírita de Umbanda.

religioso⁴. Tomamos como exemplo a forte reinterpretação dos elementos do catolicismo quando se estabelece relação de analogia entre os Santos Católicos e os Orixás, que se deu “devido à conversão dos negros ao catolicismo e ao contato natural com os índios” (SILVA, 2005, p. 62).

Por fim, ressalta-se que, a trajetória da religião, desde o ano de 1908 até a atualidade é conhecida como “ondas umbandistas” (CUMINO, 2010), períodos em que teve conquistas e enfrentou também múltiplas dificuldades. O autor as divide, dessa forma: primeira onda umbandista (1908 a 1928), segunda onda umbandista (1929 a 1944), terceira onda umbandista (1945 a 1980), o período Refluxo (1980 a 1990) e a quarta onda umbandista, que perdura de 1990 até a atualidade.

Conclui-se destacando a importância de tratarmos de religiões, de modo que estas simbolizam diretamente a identidade de grupos sociais como também a diversidade existente em nosso país, pois o Brasil é um país pluricultural, com diversas culturas e modos de cultivar e com isso, a Educação Patrimonial se faz um modo oportuno de aproximar pessoas de diversas faixas etárias à estes bens culturais. Deste modo, salientamos que o projeto, a fim de procurar realizar esta “aproximação” com o público-alvo, teve como objetivos: provocar a reflexão dos alunos em relação à religião Umbanda, como um patrimônio imaterial; destacar o reconhecimento da religião Umbanda como identidade de um grupo de pessoas, portanto, portadora de potencialidades em Educação Patrimonial; proporcionar um diálogo em que será ressaltada a valorização, preservação e o reconhecimento de bens culturais imateriais como a Umbanda e ressaltar a importância de um projeto em Educação Patrimonial com esta temática.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para trabalhar com a temática Umbanda na relação com Educação Patrimonial, foi necessária uma ligação entre três conceitos-chaves: *religião/religiosidade, identidade e valores civilizatórios africanos*. A religiosidade foi o elemento essencial para todos os diálogos efetuados em sala de aula com os estudantes, pois “a crença religiosa é uma parte importante da cultura e dos valores que cada pessoa possui” (PERES, SIMÃO e NASALLO, 2007, p. 137). Portanto, também foi necessário destacá-la realizando, por exemplo, uma fusão com identidade, pois a crença religiosa é uma parte importante da cultura e dos valores que cada pessoa possui. Além do mais, a religiosidade é também, um dos valores civilizatórios africanos, que para a nação afro-descendente, é mais do que religião, é um exercício de respeito à vida e de doação ao próximo. E para fim, Koenig (2001, p.137 apud PERES, Julio, 2007, p.137) conceitua que a religião, é um sistema organizado de crenças, práticas, rituais e símbolos feitos para auxiliar na aproximação do indivíduo com o sagrado, deste modo a espiritualidade é uma busca por respostas do significado da vida a um caminho para o relacionamento com o sagrado.

Quando tratamos de identidade, defrontamo-nos não só com identidade de uma pessoa específica, mas também com a identidade de um grupo de pessoas. Para Ciampa (1987, p.36 apud FARIA, 2011, p.36) a identidade é como uma metamorfose, pois está sempre em mudança, em constante transformação, sendo esta a articulação entre igualdade e diferença. Assim sendo o conceito foi destacado no decorrer do projeto, de modo a demonstrar a sua importância partindo do pensamento construído de que a marcação simbólica (termo utilizado por Michael Ignatieff, 1993 apud WOODWARD, 2003.) é o meio pelo qual damos sentido às relações sociais e às práticas, definindo, por exemplo, quem é incluído e quem é excluído. E por esse meio da diferença social que essas definições são “vivas” nas relações sociais, onde foi possível adentrar, a partir disso, em diálogos sobre diversidade cultural.

⁴ Para saber mais, ler: RIBEIRO, Josenilda Oliveira. **Sincretismo religioso no Brasil**: uma análise histórica das transformações no catolicismo, evangelismo, candomblé e espiritismo. Recife-PE, 2017.

Por fim, mas não menos importante, os valores civilizatórios africanos, muito presentes no nosso dia-a-dia, são marcados por uma violência colonial, chegaram ao Brasil em uma diáspora africana, negros de diversas nações, como "[...] Angola, Congo, Jeje (euê), Nagô, Keto, Ijexá" (BASTIDE, 2001, p. 12 apud RAMOS, 2015, p.12) entre outras. Trindade (2013) reforça alguns aspectos afro-brasileiros que estão presentes em nosso modo de viver, entre eles: a energia vital, também denominada *axé*, que parte do princípio de que tudo que é vivo tem energia, a oralidade, a corporeidade, a circularidade e a musicalidade, entre outros aspectos. Estes estão presentes na Umbanda e em duas das atividades realizadas na aplicação do projeto, sendo estas as duas rodas de conversas. Já na religião, a oralidade se encontra no modo como esta é tradicionalmente transmitida e a circularidade, em como os praticantes se dispõem no momento da sessão.

RESULTADOS

Inicialmente é necessário destacar que o projeto foi aplicado na Escola Estadual de Ensino Médio Nossa Senhora de Lourdes, que localiza-se na rua General Osório, número 559, bairro Centro/Pelotas, com a turma de primeiro ano, 1ºB, que possuía aproximadamente 25 alunos. Este foi executado com base nas etapas de um projeto em Educação Patrimonial citadas na obra de Evelina Grunberg (2007)⁵, que seriam as etapas 1: observação, etapa 2: registro, etapa 3: exploração e etapa 4: apropriação. Estas possuíam objetivos específicos individuais, como a etapa 1, que teve como propósito o estímulo da sensibilização dos estudantes com relação a temática que seria trabalhada e a desmistificação dos cultos umbandistas apresentando seu histórico e particularidades; já etapa 2 buscou despertar nos alunos o sentimento de valorização da diversidade cultural e da identidade; a etapa 3 pretendeu ressaltar a proposta de reconhecimento da religião Umbanda e sanar as dúvidas da turma com base na mesma e a etapa 4, que procurou reforçar tudo o que foi trabalhado nas atividades anteriores.

Nestas, foram desenvolvidas atividades como roda de conversa, em que foi proposto que os estudantes levassem um objeto para a aula e nesta relatassem para a turma o seu significado pessoal; jogo de quebra-cabeça com imagens de Patrimônios Culturais tanto Materiais quanto Imateriais onde, em grupos, teriam que resolvê-lo e revelar para todos, qual o seu gênero; momento de perguntas e respostas a respeito da religião e também a atividade “conhecendo a indumentária umbandista”, onde foram levados para sala de aula, elementos do vestuário que são utilizados pelos praticantes nas sessões. Cada item foi apresentado, juntamente, com explicações acerca de seus significados. Além disso, para a abordagem do tema também foram desenvolvidos *slides*, com imagens e mapa sinalizando a região de nascimento da Umbanda. E por fim, como “mimo” para a turma, foram ofertados quindins, que além do mais, foram recebidos com muito entusiasmo pelos estudantes.

É importante ressaltar que o projeto ocorreu de modo mais positivo que o esperado, em vista que havia preocupação com base na reação da turma ao tratarmos sobre a religião. Porém, todos gostaram muito e participaram de todas as atividades. Inclusive no momento que foram solicitados, fizeram um relato sobre os encontros e aprendizagens, onde relatam esta informação, inclusive. Destacamos, também, que todas as atividades propostas promoveram o atingimento dos objetivos do projeto e os específicos de cada etapa. Foi possível responder a questão de pesquisa, a partir do que foi destacado pelos estudantes: a importância da presença do projeto no ambiente escolar e este ter propiciado a “abertura dos seus olhos” para com o preconceito. Os resultados denotaram a compreensão da turma sobre o que foi trabalhado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁵ GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007.

Para fim, relevo que a pesquisa realizada para a aplicação do projeto abordado neste artigo, está inerte, em vista que até então o projeto não foi reaplicado. No entanto, se houver oportunidade, é importante ressaltar que há intenção e inserir novos conteúdos somando com os que já se fazem presente, a fim de obter maior conhecimento acerca da temática.

REFERÊNCIAS

CUMINO, Alexandre. **História da Umbanda: Uma religião brasileira**. São Paulo: Wagner, 2010.

FARIA, Ederson; SOUZA, Vera. **Sobre o conceito de identidade: apropriações em estudos sobre formação de professores**. Revista Semestral da Ass. Brasileira de Psicologia. Escolar e Educacional, SP. V. 15, número 1, Janeiro/Junho 2011. p.35-42.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007.

GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz; HORTA, Maria de Lourdes Pereira. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. Distrito Federal: Natália, 2012. 36 p.

LUNELLI, Diego Conto. **Performance e religiosidade: ritmo, controle e poesia oral nos rituais de batuque e Umbanda em Caxias do Sul/RS**. 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura) – Universidade de Caxias do Sul, 2017.

RAMOS, Rodrigo Maciel. **Candomblé e Umbanda: caminhos terapêuticos afro-brasileiros**. 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Saúde) – Faculdade de Psicologia, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2015.

RIBEIRO, Josenilda Oliveira. **Sincretismo religioso no Brasil: uma análise histórica das transformações no catolicismo, evangelismo, candomblé e espiritismo**. Recife-PE, 2017.

SILVA, Vagner Gonçalves. **Candomblé e Umbanda: Caminhos da devoção**. São Paulo: Solo negro, 2005.

TRINDADE, Azoilda Loretto. **Africanidades brasileira e educação: Salto para o futuro**. Rio de Janeiro: TV escola/MEC, 2013

PERES, Julio; SIMÃO, Manoel; NASELLO, Antonia. **Espiritualidade, religiosidade e psicoterapia**. Rev. psiquiatr. clín. vol.34, p. 136-145, 2007.

WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart; SILVA, Tomaz. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **Identidade e diferença**, 5. ed., 2003, p. 7-72.

A SERRA DA BARRIGA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MERCOSUL

RAYANNE MATIAS VILLARINHO¹

¹Universidade Federal de Pelotas – raaymatias15@gmail.com

Resumo: A Serra da Barriga é uma localidade situada no estado de Alagoas e foi sede do maior quilombo das Américas do fim do século XVI ao século XVII, conhecido historicamente como Quilombo dos Palmares. Assim sendo, busca-se analisar a Serra da Barriga como objeto central deste estudo manejando-se compreender a partir da sua história as justificativas que a promoveram ao título de patrimônio cultural do Mercosul em 2017, demonstrando por fim, a relevância demonstrada a partir deste reconhecimento.

Palavras-chave: Mercosul, Patrimônio Cultural, Serra da Barriga.

INTRODUÇÃO

A maioria dos historiadores data por volta de 1597 o início do povoamento dos quilombos acerca da Serra da Barriga (cf. Dossiê, 2017, p. 29); porém foram as invasões ibéricas e holandesas ao Brasil entre o período de 1620 a 1630 que intensificaram a fuga dos escravos e favoreceu o crescimento da população em Palmares, tornando-se o quilombo de maior assentamento de escravos/negros fugidos das Américas.

Uma das formas mais radicais de resistir ao modelo implantado nesta época foi por meio da formação destes refúgios, nomeados em território brasileiro como “quilombos” (Ibid, p. 20-21) – sendo uma forma de rebelião mas principalmente de estratégia de sobrevivência. Com o agrupamento em expansão, Palmares adquiriu fama e conseqüentemente a atenção dos colonizadores que passaram a realizar incansáveis expedições contra os foragidos e refugiados nesta localidade (FUNARI, CARVALHO, 2005, p. 11). Depois de longos anos e invasões sem êxito, o Quilombo se desestabilizou com a morte de Zumbi dos Palmares – líder na época – em 20 de novembro de 1695 – data que justifica o Dia Nacional da Consciência Negra, em memória à sua luta – que foi brutalmente assassinado, apresentando assim o marco da destruição do povoamento quilombola da República dos Palmares (CORREIA, 2016, p. 12).

Como território que no passado foi sede do histórico Quilombo dos Palmares, a localidade assim se constitui como um símbolo de resistência de um grupo que vivenciou a desigualdade racial, um sistema de colonialismo predatório rigoroso e o palco de muitos conflitos que ocorreram no território. Neste período o Brasil foi alvo de exploração por parte dos povos ibéricos e holandeses, ambos interessados em progredir sua produção a partir do uso de mão de obra escrava (ARAÚJO, 2015, p. 9).

Desta forma, situada no campo de estudos acerca das Ciências Humanas, entre elas a História, a presente pesquisa argumenta-se a partir da relevância da história da Serra da Barriga, objetivando dessa forma pontuar e validar as justificativas que promoveram a localidade à Patrimônio Cultural do Mercosul em novembro de 2017 conjuntamente apresentar discussões acerca do valor que este título representa, tanto sob perspectiva nacional quanto internacional.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

No que concerne ao mapeamento bibliográfico da pesquisa, o mesmo classifica-se como de natureza primária. Sendo assim, além das fontes teóricas advindas das obras de referências e artigos de autores que abordam temáticas relativas – apresenta-se em pauta principal o documento oficial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo este intitulado como o Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga à categoria de Patrimônio Cultural do Mercosul. Assim, justifica-se o manejo da metodologia como análise documental (CHIZZOTI, 2006, p. 98).

O uso do passado se constitui como fator fundamental para construção de identidades e também para administrá-las para que não se percam com o passar dos anos, podendo atribuir

à este contexto à ideia de patrimônio. Sob esta perspectiva, o termo patrimônio pode ser entendido como resultado de uma construção social e o modo como os grupos sociais dão significado ao seu passado e também como atribuem significado ao seu presente (AREVALO, 2010, p. 7). Assim, o patrimônio parece incidir sobre o passado, o retirando da memória e assim lançando para o presente e também para o futuro (FERREIRA, 2012, p. 23), compondo-se como uma dimensão da memória [...] memória essa que fortalece a identidade, seja individualmente, seja coletivamente (CANDAU, 2011, p. 16).

Quando digo que um território é tomado por propriedade, instituo nele o sentido de patrimônio (CORREIA, 2016, p. 39). Assim, Serra da Barriga dispõe de patrimônio material, em virtude de ter sido o cenário do Quilombo dos Palmares no passado, apropriando-se assim por si só como um grandioso patrimônio; mas também imaterial, a partir da Constituição de 1988 que ampliou esta categoria, através dos aspectos religiosos, tradições, costumes e crenças de ancestralidade africana, cujo tais aspectos de caráter intangível são essenciais para constituir as identidades destes povos, que não se baseiam apenas na memória, mas também nos seus atributos: história e patrimônio, e na noção de cultura (Ibid, p. 42-43).

Devido ao fato que o patrimônio seja uma maneira de um grupo se instituir no tempo e espaço e que contribua para promover sua identidade, permitindo maior visibilidade (CORREIA, 2016, p. 46), o reconhecimento da Serra da Barriga como bem patrimonial do Mercosul apresentou respeito aos povos de matrizes africanas no continente latino americano, assim como demonstrou uma intenção de reparação em virtude das intensas perseguições efetuadas contra estes durante séculos. Hoje, estes são testemunhas de resistência e luta dos seus ancestrais, que possibilitaram a expansão de uma dimensão cultural na América Latina (cf. Dossiê, 2017, p. 49).

Por cultura, compreende-se como quem permite que o sujeito conheça além das suas singularidades (BHABHA, 1998, p. 180), sendo o elemento que define a sociedade pela sua capacidade de estabelecer elementos que permitam seu próprio reconhecimento e que sustente sua identidade (CESNIK, BELTRAME, 2005, p. 3; WAGNER, 2010, p. 96).

No que tange à identidade, trata-se conjuntamente sobre memória. É importante ressaltar que é impossível dissociar as representações de identidade individual das representações coletivas, visto que o memorial coletivo alimenta o sentimento de identidade (CANDAU, 2012, p. 77). Posto isto, a identidade responde à apresentação de um indivíduo ou grupo por si mesmo, enquanto a memória se desenvolve em constituir uma imagem de si mesmo a partir de concepções advindas do passado. A relação memória-identidade é quem permite o sujeito se re(conhecer) e se re(significar). A memória é alimento da identidade e fonte da existência humana (CORREIA, 2016, p. 47).

Sob este prisma, a Serra da Barriga, como um bem cultural situado no território do Mercosul, apresenta-se como um elemento de manifestação e fortalecimento da cultura negra, assumindo um valor imortal à localidade que sediou a resistência ao sistema colonial e escravagista ao longo de sua história. Representa a história fundadora de territórios e memórias sociais – visto que depois da diáspora de Palmares, esta população foi quem concebeu o estado alagoano e também representa parte da formação cultural brasileira. Antes do mérito internacional por parte do Mercosul, a Serra da Barriga constituía-se como representante de um fato histórico nacional ligado à escravidão e por fim, representa as lutas sociais contemporâneas em virtude da (re)valorização cultural e social de matriz africana (cf. Dossiê, 2017, p. 49-53), sendo estas as justificativas que atestam a importância deste local à categoria de Patrimônio Cultural do Mercosul.

RESULTADOS

A Serra da Barriga é um dos quatro bens culturais reconhecidos pelo MERCOSUL, sendo os outros três “La Payada” entre Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, “Missões

Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos” entre Brasil e Argentina e “Ponte Internacional Barão de Mauá” entre Brasil e Uruguai. Porém, antes de nacional ou global, o patrimônio é local e regional, fruto de uma cooperação mútua de todos envolvidos com a região e que se apropriam da sua história. Assim, a partir da compreensão da relevância acerca da Serra da Barriga como patrimônio, o processo à este fim demonstrou um maior reconhecimento e legitimidade referente à identidade negra, validando o seu passado. Anunciou também uma maior conscientização e valorização sobre a cultura destes povos, atribuindo valor simbólico à localidade.

Visto que a localidade denominada “Serra da Barriga, parte mais alcantilada” foi acautelada pelo IPHAN no ano de 1986 através da legislação federal de tombamento (decreto-lei nº 25/1937), de acordo com seu Dossiê de Candidatura, este reconhecimento federal representou “um importante passo de reconhecimento quanto ao estabelecimento de políticas afirmativas e do fortalecimento de referenciais negras e afro-brasileiras na construção identitária do país” (2017, p. 12). Para o presidente da FCP na época, Erivaldo Oliveira (2017), “manter viva a memória dos heróis do antigo quilombo ajuda a lembrar que muito ainda precisa ser feito para que o negro conquiste seu devido lugar na sociedade brasileira, permeada pelo racismo e preconceito”.

No âmbito nacional, a Serra da Barriga havia sido declarada como Monumento Nacional pelo dec/nº 95.855 em 21 de março de 1988, apresentando desde já o reconhecimento da importância histórica do sítio. O Parque Memorial Zumbi implantado em 2007 foi fruto destes processos a favor do movimento negro. Posteriormente, como patrimônio cultural do Mercosul demonstra-se como ações que pontuam a necessidade da valorização da história sob perspectivas das lutas e resistências. No que se trata do regional, outros países do Mercosul compartilham desta história oriunda da cultura africana, logo, o título à patrimônio cultural do Mercosul corresponde-se como um fator agregador à integração, viabilizando facilitar o diálogo e a aproximação destes países.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões das propostas que validam a Serra da Barriga como patrimônio ao ato declaratório da mesma em 2017 que posteriormente, a adicionou à lista patrimônio cultural do Mercosul, as conclusões deste estudo se direcionam sobre a importância desta ação. A Serra da Barriga foi palco de lutas e escravidão dos povos que buscaram por liberdade em meio ao sistema de doutrinação rígido, demonstrando resistência para que sua cultura e história não fossem extintas.

Assim, tal patrimônio, por justa memória, deve ser lembrado com o passar dos anos em razão deste passado, como em prol do Movimento Negro proporcionado maior visibilidade à descendência destes. Caracteriza-se por um território de suma relevância à identidade cultural na América Latina e também apresenta a importância da emancipação das temáticas sociais, históricas e culturais no âmbito global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, R. Zumbi dos Palmares. Apostila para os Educadores da Exposição “Zumbi: a guerra do povo negro”. SESC-Vila Mariana. 2015.

AREVALO, J. M. **El patrimonio como representación colectiva: La intangibilidad de los bienes culturales.** *Gazeta de Antropologia*. N. 26, v.1. 2010.

BHABHA, H. K. **O local da cultura.** Título original: *The location of culture*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1998.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CESNIK, F. D. BELTRAME, P. A. **Globalização da cultura**. Barueri, SP: Editora Manole. Entender o mundo, Vol.8. 2005.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 2ª ed. Editora Cortez. 2006.

CORREIA, R. L. Como os nêgos dos Palmares: uma nova história de resistência na Serra da Barriga-AL. Tese de Doutorado em Universidade Federal do Pará - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. 2016.

FERREIRA, M. L. **Entre memória e patrimônio: a difícil gestão do passado**. In: *Historiae*. Rio Grande, v. 3. 2012.

FUNARI, P. CARVALHO, A. Palmares, ontem e hoje. Rio de Janeiro – Editora Zahar. Edição 2005.

FUNDAÇÃO Cultural Palmares – FCP. **Serra da Barriga Patrimônio do Mercosul é tema de comemorações do Dia da Consciência Negra**. 6 outubro 2017. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/?p=47626>> acesso set/2019.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/>> acesso set/2019.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Dossiê de tombamento de Candidatura da Serra da Barriga. Parte Mais Alcantilada – Quilombo dos Palmares e Patrimônio Cultural do MERCOSUL. Marcelo Brito coord. São Carlos: Editora Cubo, 2017.

WAGNER, R. A invenção da cultura. São Paulo. Cosac Naify. 2010.

A PRESERVAÇÃO DAS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS PADRÃO VFRGS ANOS 30-40.

RENAN ROSSO BICCA¹; ANA LÚCIA COSTA DE OLIVEIRA².

¹Universidade Federal de Pelotas – renan-rosso@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – lucostoli@gmail.com

Resumo: A década de 1850 marca a inserção do transporte ferroviário no Brasil, com o desejo do império em desvincular-se de Portugal. Em 1854 é inaugurada a primeira linha ferroviária. Após a construção da primeira linha ferroviária, as estradas de ferro começaram sua expansão pelo território brasileiro. Em 1874 é inaugurada a uma linha no Rio Grande do Sul, entre Porto Alegre e São Leopoldo. As estações foram implantadas no mesmo período das linhas férreas, muitas estações foram construídas por companhias estrangeiras e pelos Batalhões de Engenharia do Exército. Entre as décadas de 30 e 40 a VFRGS¹ inaugurou estações ferroviárias padronizadas em diversos pontos do estado. A partir disso, constrói-se uma linha do tempo para melhor demonstrar as semelhanças compositivas entre os edifícios e sua relação com o patrimônio Industrial. Este, engloba os indícios urbanos, sociais e arquitetônicos a nível industrial. Tendo em vista a importância que se teve o transporte ferroviário no cotidiano das cidades, busca-se observar, através da análise de carta patrimonial de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial (2003) quais os conceitos para a preservação das estações ferroviárias. Conclui-se que, as estações ferroviárias analisadas, embora com algumas variáveis, seguem um projeto padrão, resultando em estações férreas com forte identidade visual, necessitando que seja preservada não como um edifício isolado, mas sim, como integrante de um sítio industrial, cujas transformações foram e, são presentes no cotidiano das cidades.

Palavras-chave: Estação Ferroviária, VFRGS, Preservação.

INTRODUÇÃO

A inserção do transporte ferroviário no Brasil contribuiu para o desenvolvimento das cidades, pois simultaneamente a implantação da linha férrea os serviços de iluminação, educação, saúde e telégrafos chegavam nos municípios. Além disso, juntamente com a expansão da malha ferroviária pelo Rio Grande do Sul, foram inauguradas as Estações Ferroviárias.

As tipologias arquitetônicas das estações são típicas em função do tempo, havendo estações ferroviárias similares em cidades distintas, normalmente relacionadas na mesma linha férrea, isso deve-se ao fato de as estações pertencerem a mesma empresa que administra a ferrovia. Os prédios eram compostos por materiais e técnicas construtivas inovadoras para a época. Entre os anos de 30 e 40 a VFRGS inaugurou Estações Ferroviárias padronizadas em diversos pontos do estado.

Tendo em vista a importância das estações ferroviárias no cotidiano das cidades, busca-se, através da interpretação da carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio Industrial entender o que é possível preservar nesses prédios.

Com base no que foi apresentado, o objetivo da Pesquisa é apresentar a história das ferrovias, ao nível brasileiro e no estado do Rio Grande do Sul. Analisar as estações ferroviária padrão VFRGS no período dos anos 30 e 40. Verificar se as estações construídas pela VFRGS mantém uma linguagem arquitetônica semelhante. Além de, contextualizar com o patrimônio industrial ferroviário. Este trabalho foi desenvolvido na disciplina de Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil e Legislação de Proteção Nacional e Internacional, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

¹ Viação Férrea do Rio Grande do Sul, empresa estatal administrada pelo governo do Rio Grande do Sul entre 1920-1959.

O desenvolvimento metodológico aborda a inserção do transporte ferroviário no Brasil e posteriormente no Rio Grande do sul. É apresentado um breve histórico das ferrovias, sob a óptica de CARDOSO; ZAMIN (2002), LAMEIRA (2010) desde sua origem até a chegada no estado. A partir disso, foram analisadas as estações padrão VFRGS anos 30 e 40, construindo uma linha do tempo para melhor exemplificar as suas semelhanças. Além disso é abordada a carta patrimonial de NIZHNY TAGIL (2003) sobre o patrimônio Industrial para compreender os critérios relevantes para a preservação de estações ferroviárias padrão VFRGS.

RESULTADOS

A primeira estrada de ferro do Brasil foi empreendida pelo gaúcho Irineu Evangelista Souza², futuro Barão de Mauá, em 1854, que através da concessão do governo imperial decidiu investir em uma ferrovia que ligasse o Rio de Janeiro até Petrópolis, permitindo a integração entre os transportes ferroviário e hidroviário³.

Após a construção da primeira linha ferroviária, as estradas de ferro começaram sua expansão pelo território brasileiro. As ferrovias auxiliaram no desenvolvimento do comércio e serviços das cidades, no processo de urbanização, sendo um agente para o surgimento e crescimento de cidades ao mesmo tempo que contribuiu para a decadência de outras cidades que não possuíam ferrovias (CARDOSO e ZAMIN, 2002).

Como exemplo dessas transformações causadas pelas ferrovias no meio urbano, a cidade de São Paulo cresceu consideravelmente no final do século XIX, tornando-se um centro convergente de ferrovias. Segundo Cardoso e Zamin (2002) "no rastro das ferrovias vinha uma série de melhoramentos urbanos como, iluminação, telégrafos, escolas jornais e revistas". Ou seja, tornaram-se símbolo de progresso e modernidade.

Segundo Cardoso e Zamin (2002) " em abril de 1874 foi inaugurada a seção da estrada compreendida entre a Capital Porto Alegre e São Leopoldo, com uma extensão de 33.756 metros". Construída pela Companhia Inglesa de Johan Mac Ginity e teve como principal benefício a multiplicação de núcleos urbanos e o desenvolvimento da produção da zona colonial alemã, pois a expansão da linha continuou até chegar no município de Canela em 1922 (CARDOSO e ZAMIN, 2002).

Em 1877, quatro anos após a inauguração da estrada Capital-São Leopoldo, é criada uma linha principal, denominada linha tronco, que atravessava o estado horizontalmente e ligava Porto Alegre a Uruguaiana, concluída em 1907.

As estações ferroviárias foram implantadas no mesmo período das linhas férreas, muitas foram construídas por companhias estrangeiras, americanas, belgas, britânicas e, pelos Batalhões de Engenharia do Exército. Os prédios foram compostos por materiais e técnicas inovadoras para a época, como o uso de estruturas de ferro importados da Europa como, por exemplo, Estação da Luz, em São Paulo e Estação Central de Belo Horizonte. O ferro, com exceção das duas já citadas, foi utilizado em alguns exemplares como elemento de sustentação e sobre a plataforma de embarque.

Verifica-se a existência de tipologias arquitetônicas específicas em cada época, existindo estações muito semelhantes em cidades diferentes, geralmente pertencentes à mesma linha e à mesma empresa arrendatária. Alguns prédios são idênticos, evidenciando a existência de modelos padronizados aplicados pelos construtores das linhas" (CARDOSO e ZAMIN, 2002 p.26).

² Nascido em Arroio Grande, Rio Grande do Sul, construiu estaleiros em Niterói, iniciando a indústria naval brasileira.

³ Mais tarde a estrada passou a se chamar "Estrada de Ferro Mauá".

Os prédios das estações ferroviárias estão divididos conforme as particularidades de cada exemplar. Foram selecionadas em grupos que possuem elementos semelhantes, tanto formais quanto funcionais. Este estudo irá detalhar as estações padrão VFRGS anos 30 e 40, constituindo uma linha do tempo para melhor compreensão dos elementos que as compõem. É importante salientar que a ordem cronológica das estações está organizada de acordo com o ano de inauguração da linha férrea, pois em alguns casos como: Alegrete, Cacequi, Jaguari, São Borja e Dom Pedrito, já existiam estações ferroviárias anteriormente as décadas de 1930 e 1940. As quais passaram por reforma onde foi implementado o projeto da VFRGS.



Tabela 1 – Linha do Tempo das Estações Ferroviárias Padrão VFRGS Fonte: Autor

A partir da contextualização histórica, é possível identificar a relevância que a ferrovia possui no cotidiano da cidade de desenvolvimento social e industrial. O patrimônio industrial, segundo a carta patrimonial de Nizhny Tagil (2003) reúne as evidências da cultura industrial com caráter histórico, social, tecnológico, científico e arquitetônico. Essas evidências, não só incluem bens materiais com também imateriais. Dentre os bens materiais estão: os edifícios fabris, minas e locais de processamento e de refinação, armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas infraestruturas, bem como espaços onde se desenvolveram as atividades sociais, que foram relacionadas com o progresso da indústria, tais como as vilas, habitações, espaços de culto e destinados à educação (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003). Além disso, dentre os bens imateriais estão as transformações na estrutura social e urbana que a industrialização trouxe.

O patrimônio industrial compreende as ações que possuíam e que até agora possuem, visíveis repercussões histórica. Por isso, os motivos que explicam a proteção do patrimônio industrial transcorrem basicamente do valor universal de determinada característica, e não da individualidade de cada sítio. Ou seja, é nutrido pelo valor social, como parte do registro de vida dos habitantes conferindo um sentimento de pertencimento e identidade. Além disso, também é conferido ao patrimônio industrial o valor estético, pois está presente nas construções, e design. Esses valores remetem aos sítios industriais, aos elementos construtivos, estrutura, maquinaria e paisagem industrial (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003).

A conservação do patrimônio industrial está relacionado diretamente com a preservação de sua integralidade funcional, pois não se torna autêntico um sítio que foi retirado elementos essenciais, como as máquinas ou no caso das estações ferroviárias, os trilhos e trens, por exemplo, reduzindo o valor de autenticidade, como consequência. Por isso que as intervenções devem, quando possível, visar a manutenção de sua integralidade, pois ao retirar um componente principal, perde-se à leitura histórica do conjunto. Além disso, a reciclagem de sítios devem considerar os materiais utilizados, esquemas de circulação e produção, sendo de certa forma, compatível com o uso original. A adaptação e utilização de edifícios evita o

desperdício de materiais e energia, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável. As intervenções desenvolvidas em sítios industriais devem ser reversíveis e provocar um mínimo impacto (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003).

Após análise do que foi exposto, é possível evidenciar que as estradas de ferro, constituíram sítios industriais, contribuindo para o desenvolvimento das cidades. Para Küll (1998) a influência das estradas de ferro promovia na cidade " a configuração das ruas e até mesmo em seu sistema de identificação, nos meios de transportes urbanos, no estabelecimento de atividades complementares nos arredores de suas estações, tais como a comercial e a hoteleira ". Por meio disso, se fomentava as relações interpessoais aumentando o leque de informações no cotidiano das pessoas e da cidade.

A carta patrimonial de Nizhny Tagil corrobora com o que foi dito acima, pois traça critérios para a preservação do patrimônio industrial em geral. As estações ferroviárias padrão VFRGS não podem ser preservadas isoladamente, pois é necessário que se mantenha vivo o sítio industrial, que nesse caso é a área ferroviária, locomotivas, vagões, trilhos e todo o mobiliário urbano (pontes, viadutos, túneis) pertencente ao processo econômico, pois as ferrovias, para muitas cidades foi sinônimo de progresso, de vinda de insumos, serviços e escoamento da produção.

Além disso, é necessário a reinserção desses prédios no cotidiano das cidades, através da ocupação por museus, espaços culturais ou até mesmo pelo poder público. Isso ajuda a manter o prédio vivo, é imprescindível, como menciona a carta, não alterar a estrutura formal desses prédios, pois eles são a marca material do progresso na cidade e vida das pessoas. As cidades de São Borja, Cacequi, Santiago, Vila Siqueira, Canoas e Campo Bom, possuem as estações ferroviárias reinseridas no cotidiano das cidades, a maioria desses prédios, nessas cidades, destinam-se a cultura e memória das cidades.

Com relação aos critérios de preservação, é importante ressaltar que deve ser preservado o conjunto arquitetônico e sítio que desempenharam relevante papel para a construção da cidade e memória social. Claro que, o interesse da população é enfático, pois é necessário haver um consenso da comunidade sobre o que é patrimônio para poder traçar as ações que salvagam o patrimônio ferroviário. A preservação do sítio ferroviário, assim como: estações ferroviárias, armazéns, oficinas, alojamentos, depósito de locomotivas, assim como os trilhos, vagões, locomotivas e todo o mobiliário pertencente a esse período, entram no rol de bens a serem protegidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, a origem das ferrovias nos cenários, nacional e regional constitui-se como sinônimo de desenvolvimento econômico e social para as regiões onde as linhas férreas estão inseridas. As estações ferroviárias padrão VFRGS estão relacionadas diretamente com preservação do sítio industrial ferroviário em sua totalidade, pois é necessário compreender que as estações são frutos do processo que revolucionou os meios de comunicação, industrial, comércio e sociedade da época, por isso precisam ser preservados. As estações ferroviárias analisadas, embora com algumas variáveis, seguem um projeto padrão, resultando em estações férreas com forte identidade visual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Alice; ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul.** Inventário das Estações: 1874-1959. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio Industrial, TICCIH, 2003. Disponível em: <<https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>> Acesso em : 30 jul. 2019

FRANCHI, Diones. A Ferrovia no Rio Grande do Sul. **Memórias do Pampa**, Bagé, 31 jul. 2017. Disponível em: <file:///D:/Documents/Arquitetura%209%C2%B0%20semestre/TCC1-Links%20de%20Pesquisa/Mem%C3%B3rias%20do%20Pampa_%20A%20ferrovia%20no%20Rio%20Grande%20do%20Sul.html> . Acesso em: 23 abr. 2019.

KÜHL, Beatriz Mugayar, **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação**/ Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê editorial: Fapesp: secretaria da Cultura, 1998

LAMEIRA, Márlon Martin, **O Patrimônio Ferroviário do Rio Grande do Sul e os Critérios de Preservação**. 2010, Monografia (Especialização em Arquitetura e Patrimônio Arquitetônico no Brasil), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MOTTA, Juliana; SCOPEL, Vanessa , **Aspectos da Tipologia na Arquitetura**. [S.I]: uniritter. Disponível em:<https://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos_trabalhos/3612/927/1070-.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2019.

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E MEMÓRIA: O CASO DA USINA TERMOELÉTRICA CANDIOTA I

ROSILENE OLIVEIRA SILVA¹; ANA LÚCIA COSTA DE OLIVEIRA².

¹Universidade Federal de Pelotas – rosilenesilva87@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – luconstoli@gmail.com

Resumo: A Usina Termoelétrica Candiota I é um patrimônio industrial importante ao município de Candiota e remonta à história do município ao longo do século XX. Buscou - se trazer a história desse patrimônio, resgatando a memória registrada em documentos e na fala de pessoas que estiveram envolvidas nas diferentes atribuições que a Usina assumiu desde a sua construção, que teve como objetivo no início do século dar início ao processo de iluminação de Candiota. O presente trabalho é resultado de uma pesquisa em documentos e entrevistas, portanto fazendo uso da análise bibliográfica, da observação participante e da história oral, a partir da teoria disponível sobre Patrimônio Industrial e Memória individual e coletiva. Em meio a esse processo e reconhecendo a necessidade de trazer efetivamente a reflexão sobre os sentidos que a Usina assumiu como Centro Cultural adotou-se alternativas para trabalhar a roda de memória, como proposta de estabelecer uma interface para a valorização dos bens materiais e imateriais da Usina Candiota I.

Palavras-chave: Usina Candiota I; patrimônio industrial; memória social.

INTRODUÇÃO

O presente estudo é fruto de uma atividade proposta à Prefeitura Municipal de Candiota e Secretaria de Cultural, ações culturais que visassem a valorização e aproximação da comunidade candiotense ao Centro Cultural remanescente Usina Candiota I, sendo pesquisa do Programa de Pós- Graduação em Artes Visuais especialização Patrimônio Cultural UFPel juntamente com a Universidade Federal do Pampa Polo Jaguarão, por meio do Curso em Gestão de Turismo.

Este estudo procurou analisar a importância do patrimônio industrial Usina Termoelétrica Candiota I (1961-1974), especialmente no que se refere às indústrias carboníferas para o município de Candiota (RS), um dos exemplares industriais que é protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado IPHAE/RS, tombada em 2013, que atualmente tem sido utilizada pela Prefeitura Municipal de Candiota, onde está localizada a secretaria de cultura como Centro Cultural.

Este estudo refere-se ao Centro Cultural da Prefeitura Municipal de Candiota, alojado nas instalações da Usina de Candiota I, mais conhecida como Usina Velha. O trabalho mostrou também que a usina velha foi tombada como patrimônio industrial pela Lei Estadual nº 7.231 de 1978, porém já na década de 1990 haviam sido realizadas atividades com objetivo de chamar atenção sobre a importância de preservar a usina

Procurou-se analisar a importância do patrimônio industrial no município de Candiota citada Usina, considerada como referência para a memória local. Esse estudo procurou integrar a ligação entre a Usina Candiota I e a apropriação do Centro Cultural pela comunidade.

A presente pesquisa objetivou explorar as contribuições da Roda de Memória para a salvaguarda do patrimônio industrial Usina Termoelétrica Candiota I. As questões que norteiam a pesquisa estão diretamente ligadas à produção do espaço material, no caso, a Usina, além de indagar como é possível fazer uma associação desse patrimônio no cotidiano da comunidade local. Questões como: Por que a Usina se torna um patrimônio tombado? Ao transformá-lo em espaço cultural, a inserção da comunidade local é entendida como “lugar de memória” para a sociedade? E de que forma as ações culturais e educacionais poderá contribuir para uma educação patrimonial propriamente dita.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

O referencial teórico proposto para a investigação inicia - se com a análise do município de Candiota, a abordagem baseia-se, em um olhar para o patrimônio industrial. A presente pesquisa tem por inspiração fundamental os estudos sobre patrimônio industrial a carta de Nizhny Tagil (2003) A presente pesquisa também se valerá do aporte teórico de outros autores do campo da memória e memória e identidade tais como: Joel Candau (2016), Maurice Halbwachs (2004) e Pierre Nora (1993).

O processo metodológico usado para construir a Roda de Memória proposta para os remanescentes da Usina Termoelétrica Candiota I. Para a realização do projeto Roda de Memória, primeiramente foi aplicado nas redes sociais por meio do questionário de avaliação realizado pela autora de acordo com os critérios: patrimônio e memória. A proposta do questionário virtual destinou-se a avaliar o processo de patrimonialização da Usina Termoelétrica Candiota I atualmente Centro Cultural neste contexto.

O projeto Roda de Memória, ao mesmo tempo em que atuou no município como elemento de salvaguarda de memória, fez parte da pesquisa aqui apresentada como (pesquisa-ação), que tem como foco a ação junto à comunidade, sob a forma de uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando a metodologia da história oral para proceder à coleta dos relatos. “História oral é uma prática de apreensão de narrativas feita através do uso de meios eletrônicos e destinada a: recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente, e facilitar o conhecimento do meio imediato” (MEIHY e HOLANDA, 2011, p.18). Essa abordagem utilizou-se de gravações de conversas e entrevistas que articulam e registram aspectos que foram planejados como de interesse para a pesquisa.

RESULTADOS

A ação Roda de Memória realizada visou à sensibilização da comunidade candiotense para a importância do patrimônio industrial Usina Termoelétrica Candiota I através da promoção do conhecimento e da compreensão dos vestígios patrimoniais no contexto da história local e da história das indústrias carboníferas. O contato direto com os testemunhos patrimoniais, irão informar a produção de trabalhos e a divulgação à comunidade local, na valorização e salvaguardar do patrimônio industrial de Candiota.

Os resultados apresentaram que são poucos os que possuem conhecimento sobre o patrimônio industrial do município de Candiota. Portanto, é necessário que haja maior informação com relação a este espaço, atue de forma mais intensa com o objetivo de informar à comunidade candiotense e à sociedade em geral, a importância do Centro Cultural Candiota I. As entrevistas traduzem a identidade operária. Neste processo de construção de identidade, observaram-se alguns aspectos: a necessidade de contar como eles enfrentaram os eventos traumáticos, como eles preservam a cultura, a relação com o trabalho, com o meio em que vivem, bem como as relações com as próximas gerações. Os sujeitos abordados durante a pesquisa referiram-se à Usina Candiota I com um sentimento de identificação com os espaços desta Usina, criando um trabalho de “inventário” que é repassado de geração para geração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Roda de Memória Centro Cultural Candiota I surgiu da necessidade de interação com a comunidade, refletindo e recordando, inicialmente, sobre a história da Usina Termoelétrica Candiota I, para assim, valorizar memórias muitas vezes não registradas, mas de grande importância para a identidade da população. Com o material pesquisado ligado ao patrimônio e a entrevista aberta, consegui montar fases da Usina que não encontrei em livro algum.

O uso da metodologia da história oral e questionário semi - estruturado nas redes sociais para que as memórias dos entrevistados se tornassem fontes de conhecimento histórico sobre a Usina Candiota I, principalmente, em função dos sujeitos apresentarem relação direta

com o lugar, além de relatarem como foi o processo de transformação do meio e seu entorno até os dias atuais, ofereceu a possibilidade de se conhecer as experiências narradas por indivíduos, assim registrando uma visão dos sujeitos pertencentes a um determinado grupo, ou seja, trazendo a narrativa dos operários de Candiota.

Este estudo procurou trazer contribuições para a história da usina e também para a de Candiota, pois através de um levantamento de diferentes fontes foi possível entender o processo de transformação da *usina* em um patrimônio histórico-cultural. Conclui-se que a ideia de tombamento da Usina Termoelétrica de Candiota I e os projetos de revitalização que seguiram após a promulgação da Lei de Tombamento (Lei Estadual nº 7.231 de 1978).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOM MEIHY, José e HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. 3ªed.(trad. Maria Leticia M. Ferreira). São Paulo: Contexto, 2016.

CANDIOTA, 40 anos de eletricidade a carvão. Rio de Janeiro: **Centro da Memória da Eletricidade no Brasil**, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

IPHAE/RS. Bem Tombado: Candiota I.
Disponível: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=47601>> **Acesso em: 22.09.2019.**

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, nº 10, p. 7, 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>> Acesso em 10.05.2019.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE (TICCIH). **Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial**. Nizhny Tagil, 17 jul. 2003. Disponível em: <<http://ticcih.org/wpcontent/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>>. Acesso em: 25.09.2019.

A CRUZ DO REVERENDO MEEM E OS SÍMBOLOS LITÚRGICOS NA IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL (1889 – 1922)

RUAN DA SILVEIRA ISNARDI¹

¹Universidade Federal de Pelotas – ruanisnardi@gmail.com

Resumo: O artigo visa abordar a postura da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil em relação ao uso de símbolos litúrgicos, tendo como referencial de discussão a Cruz do Reverendo Meem. O período estudado vai da chegada do primeiro missionário da Igreja Episcopal Protestante dos Estados Unidos até o concílio de 1922 da Diocese Meridional. Para melhor compreender o desenvolvimento da mentalidade anglicana que desabrochou no país, serão abordados fatos que influenciaram na formulação do que hoje se chama: alta, média e baixa Igreja. Iniciaremos Abordando a Reforma, em seguida analisaremos características da Igreja Protestante Episcopal dos EUA para, enfim, se entender o motivo do uso, ou não, dos símbolos litúrgicos na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Palavras-chave: Anglicanismo, Liturgia, Igreja

INTRODUÇÃO

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) forma a 19ª província da Comunhão Anglicana e, como braço da Igreja da Inglaterra, é produto e alvo de todos os debates a cerca do que é a identidade episcopal. Desde a chegada dos primeiros missionários da Igreja Episcopal Protestante dos Estados Unidos ao Brasil (1889) houve conflito entre a Igreja de Roma e a Igreja Episcopal, principalmente porque no Rio Grande do Sul, onde os missionários norte-americanos se estabeleceram primeiro, foi ela a precursora instituição não católica a ter prédios religiosos caracterizados como tal em muitos municípios, como Pelotas, por exemplo. No entanto, a questão que este trabalho se propõe a discutir, os símbolos litúrgicos, não foi, e não é apenas um problema entre Igrejas, pois a própria comunhão anglicana varia na sua posição em relação a imagens, velas, paramentos religiosos... Isso se deve ao fato de que o Ato de Fé da Rainha Elizabeth I permitiu que o culto anglicano sofresse influências mais ou menos protestantes e católicas, conforme os bispos locais entendessem melhor. Fazendo com que a fé anglicana fosse dividida em três formas de cristianismo, a alta, a média e a baixa Igreja¹. O encontro das vertentes do anglicanismo internacional dentro da IEAB, como o movimento inglês de Oxford, que se aprofundava no anglo-catolicismo e a grei de tendência mais evangélica dos Estados Unidos, gerou uma série de conflitos.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para compreender o processo de formação da mentalidade religiosa episcopal em relação aos símbolos litúrgicos, será preciso retornar às informações sobre a influência da reforma protestante na Igreja da Inglaterra. Estas informações foram buscadas no livro “Nascimento e Afirmação da Reforma”, de Jean Delumeau e no artigo “As Imagens das Nossas Igrejas” de Fausto Martins. O Anglicanismo no Brasil será trabalhado a partir da obra “Notas para Uma História da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil”, de Oswaldo Kickhofel e “Catedral do Redentor”, também de Kickhofel.

O que é a Igreja Anglicana?

Autores anglicanos reivindicam a origem da identidade episcopal no ano 77 d.C. (KICKHOFEL, 1993, p. 19). Estas comunidades cristãs Britânicas teriam ficado independentes até o Concílio de Withby, em 664, quando então os bispos ingleses teriam sido anexados a

¹ A Alta Igreja é a parte da grei da Inglaterra que tem mais características católico-romanas. A Média Igreja, ou Ampla Igreja, é a oficial inglesa, que busca ser intermediária. A Baixa Igreja é aquela de tendência mais evangélica. (KICKHOFEL 1995, p. 40)

Igreja de Roma (MELO, 2019, p. 2). A grei Inglesa permaneceu romana até a Reforma, que foi o reflexo de processos que se desenrolaram a partir de Anselmo (1033 - 1109) (KICKHOFEL, 1993, p. 21), passando por Henrique VIII e consolidando-se com Elizabeth I, a qual, segundo Delumeau, foi quem “fundou verdadeiramente a Igreja Anglicana” (DELUMEAU, 1989, p. 141).

Foi durante o seu reinado de Elizabeth I que a Igreja se entendeu como uma via média (MELO, 2019, p. 4). O ato de supremacia, que tornava o Rei líder absoluto da Igreja, e o ato de uniformidade da fé, que tornou o livro de oração comum como o regulador da fé anglicana, permitiram que ideias bastante católicas e outras bastante protestantes pudessem compor a mesma fé.

O ato de uniformidade da Rainha não agradou a todos e acabou por dividir a Igreja internamente em três vertentes. A Igreja oficial, os anglo-católicos e os evangélicos, mas, ao invés de cismar na fé, alguns optaram por permanecer anglicanos e apenas se afastaram geograficamente. Como é o caso da grei dos Estados Unidos, onde a Igreja, com forte influência calvinista, após a Independência (1776), por não responder mais à Coroa Britânica, não se intitulava Anglicana, mas apenas Protestante e Episcopal. (KICKHOFEL, 1995, p.24).

A Chegada do Anglicanismo ao Brasil

Nem toda a Igreja Anglicana comemorou o anúncio da intenção de evangelizar o Brasil. Ato que se iniciou em 15 de Novembro de 1889, por iniciativa da Igreja Episcopal Protestante dos EUA. O movimento de Oxford, ou alta igreja, o lado mais católico do anglicanismo, ficou profundamente contrariado (KICKHOFEL 1995, p. 25). Este era o diferencial do Brasil em relação às outras regiões em que a Igreja Anglicana havia feito missões. A Igreja Episcopal historicamente dava preferência às missões em territórios pagãos e evitava desenvolvê-las em países onde a Igreja Romana fosse bastante ativa (KICKHOFEL 1995, p. 40). Tradicionalmente as comunidades anglicanas que não estivessem totalmente de acordo com outros modos de vivenciar a fé anglicana, optavam por se afastar da autoridade régia, não através de um cisma, mas geograficamente, como no caso dos episcopais com maior simpatia pelo calvinismo, que formaram a Igreja Episcopal Protestante dos Estados Unidos da América, unidos ao Bispo da Cantuária, mas não ao Rei da Inglaterra. Ocorre que, no Brasil iriam conviver anglicanos evangélicos e anglicanos de via média ou alta das capelanias, sem contar com a pressão externa da Igreja Romana.

A busca pela perfeição, ou originalidade das coisas, ocorrida no Renascimento, fez com que muitos buscassem reestruturar o cristianismo através de seu manual básico mais antigo. A forma de estruturar a fé, não mais pela tradição, mas pela Bíblia, principalmente, criou uma diferenciação litúrgica enorme entre protestantes e cristãos romanos, que pela tradição, entendiam os símbolos e imagens como um instrumento didático (SANCHES MARTINS, 2002, p. 211). Isso criou uma ruptura visível entre fés.

Debates Sobre os Símbolos Litúrgicos Dentro da Comunhão Anglicana

O caso mais complexo do uso de um símbolo é o da cruz do reverendo Meem. Ele não se tratava de um romanista ou de um capelão anglo-católico, mas de um ministro formado no seminário de Virgínia, o que o tornava partidário do lado mais evangélico da Igreja. As preocupações do reverendo levaram a uma série de discussões no concílio de 1900 da Diocese Meridional. Nele foram debatidos: a posição e colocação de cruces nos altares, o uso de estolas de cor, o levantar da congregação na entrada do ministro e o levantar da salva da coleta sobre a santa mesa. O concílio condenou o uso da cruz sobre o altar e o reverendo acatou a decisão (KICKHOFEL 1995, p. 183). A Cruz só foi reconduzida ao altar em 1922, quando a proibição do item foi suspensa, mas isso não marcou a liberação de todos os símbolos, que só ocorreria em 1974, com a visita do bispo da Cantuária ao Brasil (KICKHOFEL 1995, p. 44).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É correto dizer que a resistência que havia a símbolos religiosos no anglicanismo era um jeito de opor-se ao catolicismo romano. Ocorre que não se tratava de uma postura local, fruto da ignorância ou sem fundamentos, ou sequer uma postura nascida com a intenção de se opor. A preferência histórica dos protestantes pela comunicação verbal tornou-se um diferencial que foi alimentado, pois, visivelmente, tornava discrepante a diferença entre os grupos. Em certos momentos o desprezo por objetos religiosos se tornou um símbolo protestante, talvez o único, de unidade. O caso é que a união dos evangélicos se deu em torno daquilo que num primeiro momento era impactante aos olhos. Relíquias e imagens tão importantes para católicos romanos tiveram seu peso diminuído por aqueles que preferiram a fé expressa na escrita.

No Brasil, o encontro de diferentes práticas fez aprofundar-se a necessidade de diferenciar-se. No concílio de 1900, como foi visto, até mesmo a cruz no altar foi proibida. Enfim, se entende que o cuidado litúrgico que a Igreja Anglicana tinha em evitar símbolos que seriam comuns em outros momentos e lugares era mais intenso devido ao meio em que o trabalho se desenvolvia. Os fiéis não estavam acostumados com a profundidade do significado dos símbolos, nem na maneira de ver da Igreja Romana, muito menos da Anglicana, e o seu uso poderia ser motivo de assimilação romanista da instituição inglesa. A esta preocupação se juntou à antiga estratégia reformista de afirmar sua unidade na oposição em relação à Igreja Católica Romana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELUMEAU, Jean. **Nascimento e Afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989.

KICKHÖFEL, Oswaldo. **Catedral do Redentor**. Santa Maria, RS: EDItêrê, 1999.

KICKHÖFEL, Oswaldo. **Notas Para Uma História da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil**. Porto Alegre: Metrópolis, 1995.

MELO, James. *In*: MELO, James. **Somos Anglicanos**. Votorantim - São Paulo, 18 fev. 2019. Disponível em: <https://www.anglicanos.org.br/biblioteca/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SANCHES MARTINS, Fausto. As Imagens das Nossas Igrejas. **I Congresso Sobre a Diocese do Porto**: Tempos e Lugares de Memória, Porto - Portugal, 2002.

Simpósio Temático

TEORIA E HISTORIOGRAFIA: UM DEBATE QUE SEGUE

Coordenador: Prof. M. Matheus Barros da Silva

A PESQUISA HISTÓRICA E SUAS REPERCUSSÕES NO PROJETO DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

FRANCIELE FRAGA PEREIRA¹; ALINE MONTAGNA DA SILVEIRA²

¹Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU - UFPel) – franfragap@gmail.com

²Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb-UFPel) – alinemomtagna@yahoo.com.br

Resumo: O período de apogeu do desenvolvimento econômico pelotense é objeto de diversos estudos acadêmicos, em campos do conhecimento variados e cada vez mais com enfoques interdisciplinares. Esse período, de certa forma progressista e contraditório de nossa história, gerou marcas que se refletem hoje, na estrutura das relações sociais e na materialidade da cidade. As evidências materiais dos séculos passados constituem hoje a paisagem e a história da cidade. Dessa maneira, quando se torna necessária a intervenção em sítio histórico, seja na escala urbana ou arquitetônica, é fundamental uma visão crítica por parte dos profissionais envolvidos. O estudo de sítios históricos de valor cultural é uma prática recorrente no campo da Arquitetura e Urbanismo, o qual conta cada vez mais com o olhar qualificado de historiadores, antropólogos, arqueólogos, entre outros profissionais. Nesse sentido, a disciplina de Projeto de Arquitetura VI da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL busca uma formação de qualidade a esses futuros profissionais. Com um método pautado na teoria aplicada ao projeto, a disciplina aborda questões teóricas, projetuais e tecnológicas do projeto de intervenção no patrimônio arquitetônico. Nessa proposta, a pesquisa histórica aparece como elemento fundamental que permeia a disciplina, conduzindo etapas do trabalho de conhecimento do bem e pautando a tomada de decisão projetual dos alunos. Nesse trabalho pretende-se demonstrar as repercussões da pesquisa histórica no projeto de intervenção no patrimônio arquitetônico e, conseqüentemente, na formação acadêmica do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Palavras-chave: Arquitetura e Urbanismo; Patrimônio Arquitetônico; Pesquisa histórica.

INTRODUÇÃO

Pelotas teve seu apogeu de desenvolvimento econômico entre o final do século XIX e o início do século XX. A particularidade de sua localização geográfica favoreceu a produção e escoamento da produção charqueadora, movimentou a economia local e possibilitou o enriquecimento das camadas sociais mais elevadas (SANTOS, 2009). O acúmulo de capital refletiu-se na materialidade da cidade, revelando uma ambiência urbana que expressa essa opulência, em seus monumentos, praças, marcos e edificações públicas e privadas (SCHLEE, 2008).

A relevância do patrimônio arquitetônico pelotense é reconhecida em âmbito municipal, estadual e federal. A salvaguarda desse acervo no âmbito municipal ocorre através do inventário de edificações e da delimitação de Áreas de Especial Interesse Cultural (AEIAC) e de Focos de Interesse Cultural (FEICs), previstos no III Plano Diretor da cidade (PELOTAS, 2008). A preservação estadual e federal efetiva-se através do instrumento de tombamento. O tema do patrimônio pelotense adquire mais relevância especialmente no momento em que se efetiva o reconhecimento do “Conjunto Histórico de Pelotas e das Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu), no Rio Grande do Sul, como Patrimônio Cultural Brasileiro” (IPHAN, 2018).

Entretanto, apesar do enfoque recorrente na preservação e reconhecimento de edificações representativas do poder dominante, entende-se que atualmente há grande importância em preservar não só as edificações monumentais, mas a sua ambiência. Dessa forma, os olhares voltam-se para a importância dos conjuntos urbanos, incluindo edificações “não monumentais” que compõem a ambiência do sítio.

A temática do patrimônio cultural perpassa as discussões sobre a configuração urbana atual. A questão sobre a intervenção em sítios históricos, seja na escala urbana ou arquitetônica, é tema recorrente nas atribuições do profissional de arquitetura e urbanismo em diversas localidades. A importância do patrimônio cultural é percebida não somente pela importância material dos bens, mas também pelas relações simbólicas que esses elementos representam à

sua comunidade: as relações de poder, sentimentais e de memória, o saber fazer, entre outros (MENESES, 2009). Ao tratar de intervenções em sítios históricos, dada a relevância e a complexidade do tema, é de suma importância além de uma visão interdisciplinar, uma visão crítica por parte dos profissionais envolvidos.

Nesse sentido, a disciplina de Projeto de Arquitetura VI, disciplina obrigatória do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPel, busca contribuir para a formação desses futuros profissionais. O método de abordagem é pautado em uma proposta de teoria aplicada ao projeto, que aborda aspectos teóricos, projetuais e tecnológicos, com o intuito de subsidiar a identificação e conhecimento do bem, diagnóstico do estado de conservação da obra e proposta de intervenção. Nessa proposta, a pesquisa histórica torna-se um elemento fundamental para a compreensão do objeto de estudo e para as tomadas de decisão projetuais dos alunos.

Nesse trabalho objetiva-se apontar como a pesquisa histórica pode contribuir como elemento fundamental da formação dessa etapa importante do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Esse trabalho relata brevemente a experiência de estágio docente da autora e experiência docente da orientadora do trabalho. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A disciplina Projeto de Arquitetura VI foi implementada em 2017, a partir de uma reformulação do currículo do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPel. O objetivo da disciplina consiste em elaborar um projeto de intervenção no patrimônio edificado de valor cultural. Nesse sentido, estrutura-se a partir de estudos, análises, reflexões e propostas, pautadas na temática de preservação do patrimônio cultural.

O recorte espacial escolhido para a realização do estudo, a partir de 2018, foi a região do Primeiro Loteamento da cidade, ao redor da antiga Igreja da Freguesia, atual Catedral São Francisco de Paula. A região localiza-se na ZPPC 1 - Zona de Preservação do Patrimônio Cultural.

As turmas são organizadas em grupos de três alunos, os quais escolhem uma obra arquitetônica que consideram de relevância como bem cultural e que utilize técnicas tradicionais na sua edificação (JANTZEN, 2010). A edificação escolhida é objeto de estudo durante todo o semestre. A proposta pedagógica da disciplina possui etapas práticas que são sempre precedidas de aulas teóricas, as quais instrumentalizam os alunos para sua realização. No âmbito teórico são abordados temas como conceitos e trajetória da preservação patrimonial no Brasil, inventário e tombamento, identificação e conhecimento do bem, diagnóstico e mapeamento de danos, teorias do restauro, entre outros. Os trabalhos práticos são pautados por registros que incluem a caracterização da ambiência e do entorno da obra, a legislação vigente, a pesquisa histórica, a documentação fotográfica atual, o levantamento métrico-arquitetônico, a identificação do estado de deterioração da obra e as análises formal e tipológica da edificação.

Inserções no campo da história permeiam várias fases do trabalho, seja na compreensão do surgimento do núcleo urbano, necessário para a contextualização do local de estudo, quanto ao histórico individual do bem, necessário para o entendimento de suas particularidades.

A pesquisa histórica da edificação realizada pelos alunos tenta reconstituir três fases importantes do objeto: a) surgimento, busca de datação do ano de construção ou de elaboração do projeto; b) trajetória no tempo, através do entendimento das transformações, acréscimos e perdas que a obra passou; c) situação atual, através de documentação gráfica e fotográfica da edificação produzida pelos alunos no decorrer da disciplina.

Dessa maneira espera-se criar uma apreensão o mais completa possível sobre a edificação, sua trajetória e significações, com o intuito de subsidiar uma proposta de intervenção fundamentada na compreensão da materialidade e da imaterialidade do bem.

Nesse momento o trabalho historiográfico ajuda a constituir uma versão plausível, aproximada daquilo que se passou em um dado momento; dessa maneira o historiador atinge a verossimilhança, passível portanto de aceitação (PESAVENTO, 2003).

Evidentemente que a pesquisa histórica pode apresentar-se em dado momento não totalmente completa; mesmo que em partes, sua reconstituição é de suma importância para a apropriação da história do bem. Essa abordagem integra as recomendações dos órgãos de preservação para intervenções no patrimônio cultural edificado (GOMIDE, SILVA, BRAGA, 2009).

A documentação fotográfica é uma das possibilidades de investigação nesse campo. Abaixo ilustra-se o exemplo dessa documentação, encontrada na pesquisa realizada sobre uma edificação utilizada como estudo de caso na disciplina (Fig. 01). A partir dos registros fotográficos de temporalidades diferentes foi possível entender algumas das transformações da edificação através do tempo.

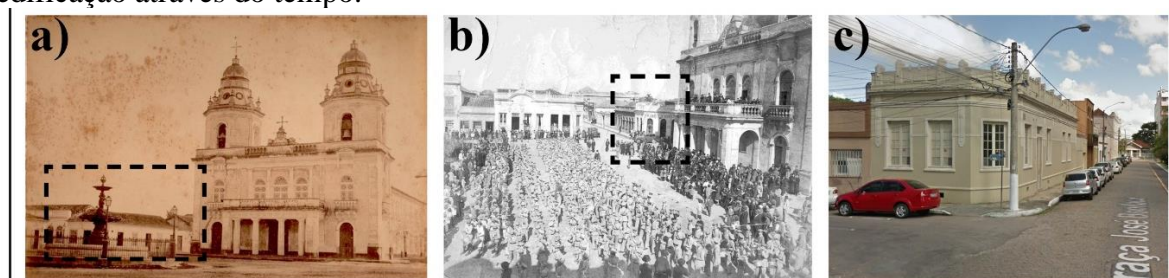


Figura 01 – Documentação fotográfica de edificação vizinha à Catedral Metropolitana São Francisco de Paula. Fontes: a) acervo Biblioteca Riograndense; b) acervo Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB); c) Google Street view, acesso em outubro de 2019.

RESULTADOS

Na área de estudo do Sítio do Primeiro Loteamento, estudantes da disciplina já trabalharam em cerca de trinta edificações, nos seus quatro semestres de atuação nesse local. Os usos atuais das edificações escolhidas são os mais variados; porém, o uso original da maioria das obras era residencial. Todas edificações documentadas foram escolhidas pelos alunos e, a partir de aspectos como integridade e autenticidade do objeto, foram consideradas edificações de valor cultural. A maioria encontra-se inventariada pelo município; até o momento nenhuma obra estudada encontrava-se protegida por tombamento federal, estadual ou municipal.

A pesquisa histórica feita pelos alunos inclui consultas em fontes primárias e secundárias, que contemplam registro cartográfico e iconográfico (projetos arquitetônicos, fotografias, desenhos entre outros), além de registros textuais, como certidões de registro de imóveis e jornais e entre outros documentos. Um exemplo do uso desses materiais pode ser observado abaixo, onde a edificação estudada pode ser observada em mapas antigos da cidade (Fig. 02).

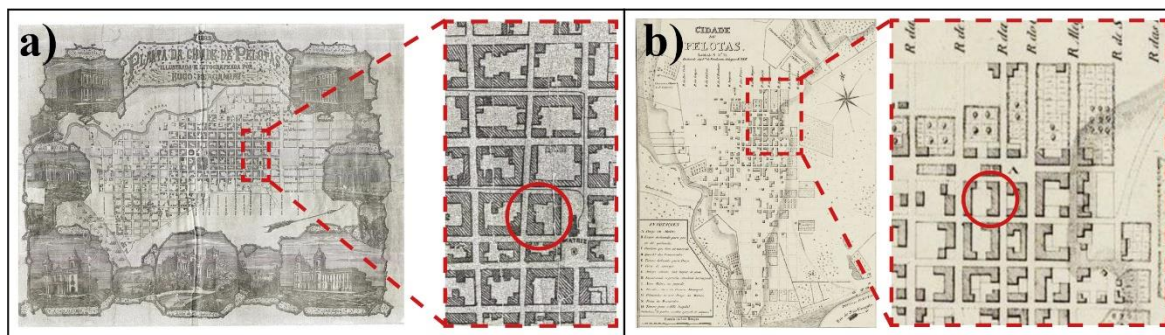


Figura 02 – Mapas cartográficos da cidade de Pelotas-RS. a) Mapa da cidade de Pelotas, ano 1882, fonte: acervo Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB); b) Mapa da cidade de Pelotas, ano 1835, fonte: GUTIERREZ, 2001.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação de cadastramento e registro realizada pela disciplina é pequena, se comparada com a extensão do patrimônio edificado pelotense. Mas cada trabalho realizado contribui para o conhecimento e aprendizado sobre as particularidades das obras estudadas.

Nessa perspectiva, a pesquisa histórica contribui para pautar os estudos e desvelar aspectos do passado. Mas, ao mesmo tempo que se consulta as fontes, se produz documentação histórica sobre esses bens, na medida que se registra as condições atuais dessas edificações. Dessa maneira reconstitui-se uma breve parte da história cotidiana das pessoas que passaram por essas edificações.

Essas características tornam a experiência rica para os alunos, já que possibilitam a produção do conhecimento em sala de aula. E o apoio e suporte da pesquisa histórica nessa produção são fundamentais, não só pelo material estudado, mas pelo suporte que oferece para as tomadas de decisão projetual no atelier.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMIDE, J. H.; SILVA, P. R.; BRAGA, S. M. N. (Orgs.). **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005. Disponível em: [ttp://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec1_Manual_de_Elaboracao_de_Projetos_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec1_Manual_de_Elaboracao_de_Projetos_m.pdf). Acesso em 13 mar. 2016.

GUTIERREZ, E. J. B. **Negros, Charqueadas e Olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: Ed. UFPEL, 2001.

JANTZEN, S. A. D.; *et alii* **Architectural Patrimony in urban Areas: Methodology and case studies os the South of Rio Grande do Sul, Brazil**. Hamburgo, ISUF, 2010.

MENESES, U. T. B. M. **I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: SISTEMA NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E EXPERIÊNCIAS PARA UMA NOVA GESTÃO**, Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Weber Sutti. -- Brasília, DF: Iphan, 2012.

PESAVENTO, S. J. **HISTÓRIA & HISTÓRIA CULTURAL**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003.

PELOTAS, **Plano Diretor Municipal de Pelotas**, 2008. Acessado em 10 de outubro de 2019. Online. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-pelotas-rs>

SANTOS, C. A. A. Elementos funcionais/ornamentais & ideologia, nas composições de fachadas do ecletismo da fronteira meridional do Brasil: 1870-1931*. **180ª ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS TRANSVERSALIDADES NAS ARTES VISUAIS**, Salvador, Bahia, 2009.

SCHLEE, A. R. Pela memória de pelotas. Como sempre! In: **I COLÓQUIO SOBRE HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA ARQUITETURA BRASILEIRA**, Brasília, 2008. Anais. Disponível em: <http://sites.google.com/site/coloquiohh08>. Acesso em 21 de Setembro de 2019.

OS AFOGADOS DO PASSO REAL: O CONCEITO DE LUTA PELA TERRA ENTRE A TEORIA E A HISTORIOGRAFIA

PEDRO VICENTE STEFANELLO MEDEIROS¹

¹Universidade de Passo Fundo – medeirospsvs@gmail.com

Resumo: Objetivamos neste texto realizar uma discussão acerca do conceito de “luta pela terra” a partir da construção de nossa tese acerca dos Afogados do Passo Real. A literatura histórica e sociológica brasileira sobre a luta pela terra configurou um sistema explicativo sobre a mesma que atribui, de caráter generalizante, sua razão aos desdobramentos da questão agrária de forma apriorística, na maioria das vezes sem realizar uma pergunta de modo mais específico e contextualizado, “por que determinado grupo social lutou pela terra?”. Assim, vamos dialogar com alguns trabalhos clássicos sobre o rural brasileiro tentando refletir conceitualmente o sentido da luta pela terra objetivando o desenvolvimento de nosso problema de pesquisa.

Palavras-chave: luta pela terra; teoria; historiografia.

INTRODUÇÃO

A partir de 1965, para a construção da Usina Hidrelétrica do Passo Real, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul desapropriou 23.000 hectares de terras na região do Alto Jacuí, mais especificamente nos municípios de Cruz Alta, Ibirubá e Espumoso, desalojando milhares de famílias. Em 28 de agosto de 1968 foi assinado entre o Estado, através da CEEE (Comissão Estadual de Energia Elétrica) e a União, representada pelo IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), posteriormente transformado em INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o chamado “Acordo de Cooperação”, pelo qual o Governo Federal assumia a responsabilidade do reassentamento dos desalojados (LORENZON, 1986, p.4).

Este processo de reassentamento foi institucionalmente elaborado como um Projeto Integrado de Colonização (PIC). Estes projetos desapropriavam uma área conforme as normas do Estatuto da Terra e a repartiam de forma parcimoniosa para serem disponibilizada aos agricultores que a compravam mediante o pagamento em 20 anos, deste modo obtendo o título legal das propriedades. Neste processo, também, havia fomento de crédito para a aquisição de utensílios e maquinário, bem como a realização de estudo técnico acerca das condições de exploração agrícola dos terrenos.

Neste sentido, o então Projeto Integrado de Colonização – Passo Real reassentou 528 famílias. Posteriormente, visando à recolocação das famílias restantes, o INCRA ampliou o Projeto Integrado de Colonização – Sarandi¹, desapropriando a Invernada do Butiá, pertencente à Firma SAGRISA – Comercial e a Agrícola Ltda. Também foram desapropriadas a Fazenda Sarandi, propriedade de Ernesto José Annoni e, ainda, a antiga Estação Experimental Engenheiro Luiz Englert, mediante um entendimento entre o Governo do Estado com o Ministério da Agricultura para a passagem ao patrimônio do INCRA de parte da área não lotada do Núcleo Colonial de Reforma Agrária de Sarandi.

Contudo, estes Projetos Integrados de Colonização desenvolvidos pelo INCRA não foram suficientes para reassentar todas as famílias que foram desalojadas pela construção da barragem do Passo Real deixando muitas delas em situação de desamparo. Diante de tal contexto, muitos dos atingidos se movimentaram e se organizaram para lutar pela terra. Diante disso, é tangível que este processo ficou marcado por diversas contradições, assim para investigar e discutir tais contradições realizamos a seguinte pergunta, “por quê os Afogados do Passo Real lutaram pela terra?”. Tal questionamento, embora pareça simples, nos leva a um outro problema, do ponto de vista teórico e historiográfico, o de discutir um conceito de “luta pela terra” já que o mesmo é

¹ Este “PIC” teve origem através do primeiro processo de desapropriação da Fazenda Sarandi em 1962, em ação decorrente das mobilizações e acampamentos realizados naquele ano pelo MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra – na região.

tomado na maioria das vezes de forma apriorística na maioria dos trabalhos sobre o tema no Brasil.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A literatura histórica e sociológica brasileira sobre a luta pela terra configurou um sistema explicativo sobre a mesma que atribui, de caráter generalizante, sua razão à alta concentração fundiária oriunda do processo colonial e imperial somado ao crescimento de práticas capitalistas, a partir do século XX, que aumentam a concentração da terra e da renda e aumentam as desigualdades sociais no campo brasileiro. Diversos autores contribuíram para consolidar esses argumentos, como, por exemplo, Alberto Passos Guimarães, em “Quatro séculos de Latifúndio” (1977), Caio Prado Júnior com “A revolução brasileira” (2004) e José de Souza Martins em “O Cativo da Terra” (1979). Embora estes autores tenham divergido referentes algumas questões, contribuíram para que trabalhos acadêmicos posteriores assumissem esse corpus explicativo, do grande latifúndio e do avanço capitalista, de forma apriorística como causa da luta pela terra no Brasil.

Não discordamos destes argumentos, pelo contrário, pensamos que são fundamentais, o que sim colocamos em debate é tomá-los com uma postura naturalizante, como algo dado, sem colocá-los em discussão com o contexto específico de cada objeto. Tal raciocínio nos é possibilitado pelas considerações dos trabalhos de Edward Palmer Thompson, “Costumes em Comum” (1998) e “A formação da Classe operária inglesa” (2011) e da autora Rosa Congost, “*Tierras, Leyes e Historia*” (2007). Estes trabalhos reforçam a importância de se discutir a teoria e a produção do conhecimento histórico à luz das fontes empíricas. Deste modo, é que propomos discutir um conceito de “luta pela terra” em consonância com o arcabouço primário do objeto em questão, tentando compreender as diversas complexidades que compõem determinado processo histórico.

RESULTADOS

Assim sendo, fazer a pergunta “por que os Afogados do Passo Real lutaram pela terra?” se converte em um dispositivo metodológico que nos permite investigar o sentido de tal processo histórico e suas contradições. Se olharmos para este processo de um modo simplista temos a impressão de que o Acordo de Cooperação estabelecido entre a União e o Rio Grande do Sul foi uma medida “protocolar”, “natural” e “benevolente” por parte das autoridades superiores em relação aos atingidos pela barragem. Contudo ao cruzarmos algumas fontes primárias fica possível evidenciar que o caso é um pouco mais complexo.

As desapropriações sofridas por parte dos trabalhadores rurais para a construção da Usina Hidrelétrica do Passo Real se insere juridicamente no quadro de ação de desapropriação por utilidade pública. Segundo a Tese de Valentina Cintra (2005, p.271), da mesma forma que é necessária a existência efetiva da utilidade pública, a indenização constitui um requisito da legitimidade do ato expropriatório. Constitui um elemento essencial da noção de desapropriação por utilidade pública, uma vez que a mesma só pode ser efetuada mediante o pagamento contemporâneo de justa indenização. Marienhoff (1997, p.244) assinala que, em matéria expropriatória, deve se entender indenização como o ressarcimento do necessário para que o patrimônio do expropriado se mantenha na mesma situação em que se encontrava antes da expropriação.

Conforme o texto da Constituição de 1946, ratificado na Carta de 1967 a indenização deveria ser previa e justa paga em dinheiro. O Ato Institucional n.9 de 25 de abril de 1969, momento no qual muitas das desapropriações do Passo Real estavam sendo realizadas, suprimiu a indenização previa nos casos de propriedades rurais. Embora as legislações falem em justa indenização, que seja equivalente ao valor do bem expropriado, a lei é clara ao dizer que a

mesma deve ser em dinheiro, em nenhum momento fala em reassentar os desapropriados em outras terras como ato indenizatório.

Deste modo, fazemos uma descoberta importante, o Estado não tinha o dever legal de reassentar os desapropriados, sendo um motivo importante para que os “Afogados” tivessem de lutar pela terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa não se encerra aqui, daremos segmento através de uma discussão entre várias fontes primárias, oriundas de diversos arquivos, e trabalhos teóricos e historiográficos que possibilitem um debate bastante complexo acerca do objeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CINTRA, Valentina Jungmann. **Da ação de desapropriação por utilidade pública**. 2005 Tese (Doutorado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

CONGOST, Rosa. **Tierras, Leyes, Historia: Estudios sobre la Gran Obra de la Propiedad**. Barcelona: Editora Crítica, 2007.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LORENZON, Algir (Org.). **AFOGADOS: Até Quando? Relatório da Comissão Especial dos Agricultores Desalojados do Passo Real**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas. 1986.

MARIENHOFF, Miguel S. **Tratado de Derecho Administrativo**. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1997.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004,

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa, 1: a árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Simpósio Temático

Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul: estado, poder e resistência

Coordenadoras: Profa. Ma. Camila Silva, Prof. Me. Cleverton de Oliveira e
Prof. Darlan Rodrigues

ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA) EM RIO GRANDE – ESTADO E SOCIEDADE CIVIL DURANTE A DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL

CLEVERTON LUIS FREITAS DE OLIVEIRA¹

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – cleverton.historia@hotmail.com

Resumo: Este resumo expandido apresenta de forma sintética o projeto de pesquisa em andamento no curso de doutorado em História na UFRGS, cujo objetivo é compreender o desenvolvimento e o papel desempenhado pela ARENA no município de Rio Grande durante a ditadura de segurança nacional. Inicia-se apresentando um levantamento historiográfico sobre a ARENA no Brasil. Em seguida, reflete-se brevemente sobre a teorização de Gramsci do Estado integral, entendido como a junção entre a sociedade política e a sociedade civil. Parte-se então para uma introdução à temática do golpe de Estado e da implementação da ditadura de segurança nacional no município para, por fim, analisar alguns dos documentos oriundos da pesquisa no Fundo SNI que dizem respeito a figuras proeminentes da ARENA local e revelam, dentre outras coisas, a postura ambígua dos órgãos de informação para com eles.

Palavras-chave: Aliança Renovadora Nacional (ARENA); Ditadura de Segurança Nacional; Estado integral.

INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre a formação, desenvolvimento, atuação política, composição de diretórios ou, em outras palavras, sobre a história da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e suas relações orgânicas com a ditadura de segurança nacional e as classes dominantes nos municípios brasileiros, apesar do espaço reduzido que ainda ocupa na historiografia profissional, pode revelar muito sobre o funcionamento daquele regime. No caso do município do Rio Grande, cidade portuária do extremo sul do Brasil fortemente marcada pela atuação de militantes e políticos ligados ao trabalhismo e ao comunismo no período pré-1964, mas também por ter sido declarada “Área de Segurança Nacional” e, com isso, ter prefeitos interventores durante aproximadamente 20 anos, não é diferente. O estudo, ainda em fase inicial, tem o objetivo de compreender o desenvolvimento e o papel desempenhado pela ARENA no município de Rio Grande durante a ditadura de segurança nacional.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A história da Aliança Renovadora Nacional tem sido abordada prioritariamente por cientistas políticos. Na área da História, destaca-se o livro de Lucia Grinberg, *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. O foco da autora está sobre a atuação dos parlamentares da Arena no Congresso Nacional, demonstrando as nuances do apoio legislativo a inúmeras medidas autoritárias dos militares no governo, mas também revelando relações conflituosas, mais ou menos explícitas, entre parlamentares arenistas e o Poder Executivo. A perspectiva teórica da autora, no entanto, a aproxima da chamada “historiografia revisionista” da ditadura civil-militar, especialmente por supervalorizar o caráter “democrático” do sistema eleitoral da ditadura e compreender a ARENA como expressão de um “amplo respaldo” da sociedade à ditadura. Para ela, houve “empenho de grande parte da sociedade em organizar a ARENA” (GRINBERG, 2004, p. 91), e a manutenção de um sistema eleitoral, longe de ser “mero processo de legitimação do regime autoritário”, permitiu a “continuidade da participação política de grande parte da sociedade brasileira, independentemente de sua posição pró ou contra o movimento de 1964” (*Ibid*, p. 92).

Outros autores, como Claudio Vasconcelos (2013), destacam a importância da ARENA para a legitimação da ditadura. Pare ele, afirmar que a decisão da coalizão que tomou o poder em 1964 de manter em funcionamento o poder legislativo tinha como finalidade buscar a legitimação interna e externa da ditadura não significa dizer que tal preservação tenha sido mera formalidade. Havia de fato a crença, em setores do governo, de que era necessário ter “legitimidade junto a uma parcela significativa da sociedade” e, para isso, buscava-se “associar

a sua ação a alguns princípios democráticos” (VASCONCELOS, 2013, p. 342). Isso, no entanto, era muito diferente de um direcionamento efetivamente democrático: “O projeto pressupunha o estabelecimento, primeiro, de uma situação híbrida, visando salvar o país do ‘perigo’ comunista para, em um segundo momento, permitir o retorno a uma ‘democracia ideal’” (*Ibid*, p. 342).

A pesquisa aqui apresentada se vale de inúmeras contribuições de Lucia Grinberg para a história da ARENA, mas sua perspectiva teórica está mais próxima da de Cláudio Vasconcelos. Entendemos que a legitimação da ditadura foi uma importante atribuição do partido por ela criado, ainda que diversas contradições tenham de manifestado no seio deste mesmo partido. A coalizão que realizou o golpe de Estado em 1964 e constituiu o governo a partir de então estava longe de ser homogênea, e a ARENA precisa ser entendida também como um instrumento de construção do consenso nesta coalizão. Por isso, as ideias de Antonio Gramsci sobre hegemonia e Estado integral tem sido importantes no projeto.

O objetivo da pesquisa é compreender os papéis desempenhados pela ARENA de Rio Grande na implementação, consolidação e desenvolvimento da ditadura de segurança nacional. Para isso, estamos pesquisando no acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI) no Arquivo Nacional, nos documentos e registros eleitorais do Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS) e nas atas das sessões da Câmara Municipal do Rio Grande. Pretendemos também levantar fontes no arquivo histórico municipal do Rio Grande, na Câmara do Comércio da Cidade do Rio Grande e realizar entrevistas.

RESULTADOS

Até o momento, foram analisados os documentos do Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha – que contém informações sobre os resultados das eleições nos municípios – e parte das fontes levantadas no acervo do SNI. Este acervo é composto por documentos produzidos por diversos órgãos de segurança e informações atuantes na ditadura, que circulavam entre eles e, em algum momento, chegavam à Agência Porto Alegre (APA) ou à Agência Central (AC) do SNI – característica da chamada “comunidade de informações”.

Dentre estes, encontra-se um informe da APA/SNI direcionado à casa civil do governo do estado do Rio Grande do Sul em 1966, tratando da organização do diretório municipal da ARENA em Rio Grande (ARENA em Rio Grande – Organização do Diretório Municipal, APA-SNI, 1966). Após afirmar que, segundo um “informante idôneo”, Manoel de Albuquerque Libório, Washington Ballester de Sá Freitas e Silvério Miranda – todos ex-membros da extinta Ação Democrática Parlamentar (ADP) – estavam tratando de organizar o diretório municipal da ARENA em Rio Grande, o documento levanta diversas desconfianças em relação aos três supracitados. Manoel Libório é tratado apenas como “um dos fracassos da ADP” (*Ibid*). Washington Freitas aparece como auto-proclamado “revolucionário”, mas que “atua como se não o fosse”: teria procurado “desmoralizar o prefeito Martiniano Francisco de Oliveira, não atentando para os reflexos, contra a Revolução” (*Ibid*). Além disso, é adjetivado de “elemento [...] de poucos recursos de inteligência, mau advogado e inescrupuloso” (*Ibid*). Já sobre Silvério Miranda, o informe afirma que “diz-se que é tudo. Já foi comunista. Sobre ele pesa a acusação – não desmentida – de que nem brasileiro é. [...] Goza da justa fama de ser ‘analfabeto metido a erudito’” (*Ibid*).

Por fim, diz o documento, o informante conclui “ser necessário que venha alguém de fora do município, organizar a ARENA para preservá-la da liderança dos antigos, viciados e desmoralizados grupos” (*Ibid*). Assim, o documento revela que os órgãos de informação alimentavam, ao menos nestes anos iniciais da ditadura, uma postura de desconfiança ativa com relação aos seus apoiadores. Se, por um lado, o apoio destes políticos de direita, que haviam sido opositores do governo João Goulart, era imprescindível para o sucesso da implementação do Estado de segurança nacional, por outro, era necessário assegurar que estas lideranças civis

seriam disciplinadas e previsíveis. A ARENA, portanto, antes mesmo de ser um partido político, deveria ser um dispositivo de representação do governo no município. Por isso, admite-se a possibilidade – que ainda não sabemos se foi ou não confirmada – de uma “intervenção externa” na organização do diretório municipal, evitando assim que ela se torne um instrumento de poder e barganha destes grupos políticos conservadores locais. A vigilância geral sobre tudo que se relacione direta ou indiretamente à política, pressuposto básico da segurança nacional, era também exercida em relação aos apoiadores da ditadura, como garantia de que estes se manteriam fiéis e disciplinados. Além disso, o documento levanta grande dúvida sobre o caráter de instrumento de ampla participação política conservadora da ARENA, defendido por Grinberg.

Cabe aludir ainda a outro documento dentre os já analisados no acervo do SNI. Trata-se de uma informação produzida pela APA/SNI no ano de 1975 com a finalidade de subsidiar a escolha do prefeito de Rio Grande que, como área de segurança nacional, tinha o chefe do executivo municipal nomeado pelo governador do estado (Candidatos à Prefeitura de Rio Grande/RS – Processamento de denúncias formuladas contra os candidatos, APA-SNI, 1975). Apresenta-se um “processamento de denúncias” obtidas em relação aos três “candidatos” e, ao final, percebe-se que um deles é apontado indiretamente como mais indicado ao cargo. Este é Rubens Emil Correa, ex-vereador da ARENA que, de fato, tornou-se prefeito em agosto de 1975. Sua indicação aparece como sendo apoiada pela Câmara de Comércio, Centro de Indústrias, Clube de Diretores Lojistas e Centro de Navegação (*Ibid*). É possível notar, com isso, que o mesmo era politicamente bem articulado na cidade. Além disso, ele aparece como “candidato” que representaria a continuidade da administração do interventor anterior, Coronel Cid Scarone Vieira (*Ibid*). Pode-se inferir, com isso, que tal administração era bem avaliada pela classe dominante local. O que nos parece mais relevante, entretanto, é que o documento permite perceber uma nuance do funcionamento do Estado naquele contexto: ainda que a decisão coubesse ao governo do estado, a opinião da elite organizada local era altamente considerada no processo de escolha do interventor. Isso demonstra que a ditadura foi muito mais do que uma simples dominação direta de grupos militares. Ela desenvolveu relações profundas com as classes dominantes, seja em nível nacional, seja em níveis locais e regionais. Tal constatação corrobora as formulações de Gramsci sobre a “unidade orgânica” entre sociedade civil e sociedade política. Ao fim e ao cabo, os “aparelhos privados de hegemonia” na sociedade civil da burguesia local exerceram forte influência sobre uma decisão que cabia aos componentes da sociedade política. O documento não permite compreender, entretanto, qual a real participação dos membros do diretório municipal da ARENA na escolha do prefeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atual etapa da pesquisa se está dando continuidade à análise dos documentos levantados no acervo do SNI e, ao mesmo tempo, aprofundando as leituras da teorização gramsciana do Estado integral. A documentação tem permitido conhecer a dinâmica local da ARENA a partir da visão dos órgãos de informação, revelando bastante não apenas sobre o partido em si, mas sobre as relações entre ele e as demais instituições da sociedade civil e da sociedade política. As reflexões teóricas e metodológicas a partir de Gramsci tem permitido compreender a ARENA como um Aparelho Privado de Hegemonia (MENDONÇA, 2018) e, a partir disso, sistematizar melhor o estudo sobre seu desenvolvimento, seus membros, suas funções e relações políticas.

Pretende-se ainda realizar entrevistas com ex-arenistas atuantes em Rio Grande, procurar documentação do diretório municipal do partido e de outros aparelhos privados de hegemonia da burguesia local – como a Câmara do Comércio – e levantar fontes no Arquivo Histórico Municipal, que guarda documentos da Prefeitura. Antes disso, no entanto, iniciaremos a análise

das atas das sessões da Câmara de Vereadores no período entre o golpe de 1964 e a dissolução da ARENA em 1979.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRINBERG, L. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

MENDONÇA, S. Pesquisando com Gramsci: sugestões metodológicas. In: MENDONÇA, S., LAMOSA, R. (Org.). **Gramsci e a pesquisa histórica.** Curitiba: Appris, 2018. Cap.1, p.7-24.

VASCONCELOS, C. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964 – 1968). A preservação do legislativo. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p.333-358, 2013.

FONTES

ARQUIVO NACIONAL. **ARENA em Rio Grande – Organização do Diretório Municipal.** Agência Porto Alegre – Serviço Nacional de Informações. 1966. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012273.

ARQUIVO NACIONAL. **Candidatos à Prefeitura de Rio Grande/RS – Processamento de denúncias formuladas contra os candidatos.** Agência Porto Alegre – Serviço Nacional de Informações. 1975. Fundo SNI. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011810.

REVOLUÇÃO, REFORMA E CONTRARREVOLUÇÃO: SÍNTESES DE PESQUISA ACERCA DO RIO GRANDE DO SUL NO “PRÉ-64”

DARLAN DE FARIAS RODRIGUES

¹Universidade Federal de Pelotas – rodriguesdarlandefarias@gmail.com

Resumo: O trabalho aqui apresentado busca fazer algumas sínteses de pesquisa acerca dos temas: questão agrária no Rio Grande do Sul no “pré-golpe de 1964”, ideologia anticomunista e patronato rural organizado dentro do movimento ruralista gaúcho. Se debruçando sobre o contexto 1961-1964, buscamos compreender: 1) o fenômeno do anticomunismo no Rio Grande do Sul, qual relação foi estabelecida entre patronato rural e as lutas pela terra no estado através desta ideologia; 2) A articulação entre as perspectivas anticomunistas hemisféricas e as regionais; 3) O anticomunismo no cerne das discussões acerca do conceito de Reforma Agrária patronal. Para tanto, consultamos o “*Correio do Povo*” entre os anos 1961-64 e obras de ruralistas que discutiram e publicaram sobre a questão agrária neste contexto.

Palavras-chave: Anticomunismo; Ideologia; Reforma Agrária.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se dá enquanto síntese dos temas e das problemáticas desenvolvidas dentro da pesquisa de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas na linha “Estado: entre poder, tensões e autoritarismos”. Com o enfoque de análise e recorte temporal estabelecido entre os anos de 1961 e 1964, buscamos compreender as manifestações da ideologia anticomunista no que tange ao mundo rural-agrário, em especial, entre o movimento ruralista gaúcho em um momento de disputas em torno do conceito de *Reforma Agrária*, tanto no estado rio-grandense, como no país.

A década de 1960 foi permeada pela lógica nascida após o término da Segunda Guerra Mundial, o conflito emergente – a Guerra Fria – cunhou um sistema-mundo *bipolar* cuja característica seria a batalha entre as duas grandes potências beligerantes em destaque: os Estados Unidos e a União Soviética. Os anos 1960 marcam ainda, o auge da corrida espacial e tecnológica e os conflitos em torno de Berlim, com a consecutiva construção do muro e a divisão da cidade entre os blocos “capitalista” e “comunista”. São fatores importantes que marcam nossa análise sobre a realidade rio-grandense destes primeiros anos da década de 1960, ou seja, que as disputas regionais por terra e a ideologia que irá contrapor as mobilizações camponesas no Rio Grande do Sul, como no Brasil, inseriu-se nos marcos do que chamamos *Guerra Fria*.

Foi nesse cenário de refração ideológica que diversos setores sociais vinculados à terra discorreram sobre o problema agrário estadual. A crise do setor agrário no estado foi, sobretudo, uma crise do sistema de propriedade, que “colapsou”, por assim dizer, no começo dos anos 1960. À essa estrutura agrária identificamos alguns fatores motivados pela sua existência: elevada concentração de terras (FEE, 1978); índice de produtividade decrescente do setor primário da economia rio-grandense (ACCURSO, 1960); grande número de sem-terra registrados no Rio Grande do Sul (ECKERT, 1984; TEDESCO; CARINI; CECCHET, 2006).

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para adentar ao tema, ao recorte temporal e a realidade histórico-social em questão utilizamos uma metodologia que abarcou um estudo sistemático: primeiro, da estrutura econômico-política do Rio Grande do Sul ao início dos anos 1960; segundo, do uso de periódicos de grande circulação como fontes históricas privilegiadas à pesquisa, dando destaque para o “*Correio do Povo*” entre os anos 1961-1964; terceiro, abordando a produção literária dos “porta-vozes” da classe patronal (BRUNO, 2007; MENDONÇA, 1997) relacionada a questão agrária e o contexto acerca da organização ruralista e dos debates sobre a reforma agrária no estado.

RESULTADOS

Acerca dos resultados poderíamos destacar três momentos evidenciados pelas pesquisas nos acervos, em especial através do “*Correio do Povo*”. 1) O primeiro momento seria do começo de 1961 à novembro/dezembro deste mesmo ano, onde compreendemos enquanto um marco organizativo das lutas pela terra no estado rio-grandense. Tanto camponeses, trabalhadores rurais e sem-terra, quanto, o movimento ruralista composto pelo patronato rural do estado, empreenderam esforços na questão organizativa de suas respectivas entidades de classe. No caso dos camponeses no estado, o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) teve ativa participação à nível estadual, mobilizando um campesinato que emergia à arena central dos conflitos sociais; entre o patronato rural, a FARSUL (Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul) foi a entidade central para o rearranjo das classes dominantes do campo. 2) A partir de janeiro de 1962 a forma acampamento começa a ser utilizada pelo movimento sem-terra, isso implica em uma forte oposição por parte de setores dominantes da estrutura agrária estadual, reforçando as concepções de “defesa da propriedade” e de “ameaça comunista”. Ainda em janeiro de 1962, dois eventos marcam a organização de classe dos ruralistas no Rio Grande do Sul e no Brasil: a “Concentração de Santa Maria”, durante o primeiro final de semana do ano de 62, e a “VI Conferência Rural”, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro durante a última semana do mês de janeiro. Esse segundo momento estipulamos de janeiro de 1962 às eleições de outubro para o cargo de governador do Estado – estendendo-se até à posse de Ildo Meneghetti em 1963. 3) O terceiro momento seria justamente o período repressivo aos movimentos sociais no campo sob o governo Meneghetti, que inicia-se ainda durante o ano de 1963 e acentua-se durante 1964 até o golpe de março/abril.

Estes são, a seu modo, marcos metodológicos do processo de pesquisa que foram alcançados através da pesquisa empírica, teórica e historiográfica sobre o período e o tema. Isso nos leva a refletir sobre os caminhos de pesquisa se ampliarem de acordo com que se aprofunda dentro de determinados temas. Contudo, os momentos destacados são nuances de um processo que compreende-se em sua totalidade, ou seja, da articulação hemisférica-regional em torno de alguns elementos de forte coesão ideológica entre as diferentes frações das classes dominantes. A visão de mundo que forma-se partindo da lente da ideologia anticomunista formou uma perspectiva partilhada, porém própria, particular. Os adversários encontrados, estavam dentro do escopo do conflito cotidiano, assim o “subversivo”, o “agitador”, o “infiltrado” poderiam ser qualquer um “mal-visto” pelos setores dominantes. E a imprensa de grande circulação, como o jornal impresso, teve um papel central dentro dessas problemáticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe salientar, que o trabalho encontra-se em vias de conclusão em seu último ano de pesquisas e escrita. Ainda há trabalho com fontes primárias para concluir e dados a serem melhor lapidados. É, portanto, uma pesquisa em andamento que já encaminha algumas conclusões para auxiliar no processo de escrita. Tanto as fontes como o período brasileiro anterior à 1964, em especial este “pré-golpe”, são inesgotáveis em temas, problemáticas e possibilidades de pesquisas. Ainda há muito no que trabalhar para historiadoras e historiadores que vislumbram a riqueza deste período histórico. Período este, que é uma das chaves para a compreensão do Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCURSO, Cláudio. **Aspectos fundamentais para uma política de desenvolvimento no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IEPE, 1960. In: Ensaio FEE, 1982. p. 41-77.

BRUNO, Regina. **O *ethos* da propriedade da terra no Brasil**. In: **Mundo rural: configurações rural-urbanas: poderes e políticas** / LIMA, E; DELGADO, N; MOREIRA, R. (ORG.). Rio de Janeiro: Mauad X: Edur, 2007.

ECKERT, Córdula. **Movimentos dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul – 1960-1964**. Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Ciências de Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

FEE (FUNDAÇÃO ECONOMIA E ESTATÍSTICA). **25 anos de economia gaúcha. Vol.3. A agricultura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1978.

GASPAROTTO, Alessandra. **“Companheiros ruralistas!”: Mobilização patronal e atuação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

TEDESCO, J; CARINI, J; CECCHET, R. **Populismo, nacionalismo e caudilhismo: a atuação do Master na Fazenda Sarandi – norte do Rio Grande do Sul – 1960 a 1964**. História: debates e tendências – Passo Fundo, V. 6, nº 1, p. 63-99, 1º sem. 2006.

MEMÓRIAS DOCENTES SOBRE EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA NO SUL DO RS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

SUÉLLEN DE MEDEIROS CORTES¹

¹Universidade Federal de Pelotas – suka.cortes@gmail.com

Resumo: Este trabalho que está sendo pesquisado pelo PPGH/UFPel tem por fito analisar o impacto da Lei 5692/71 no contexto da reforma do sistema educacional brasileiro, associada à repressão militar que se seguiu ainda mais intensa após a implementação do Ato Institucional nº 5, e o conseqüente impacto que esse ato causou sobre as atividades docentes dos profissionais de educação da região sul do Rio Grande do Sul que atuavam à época. Embora haja vasta bibliografia que trate sobre a repressão ocorrida nas universidades brasileiras, pouco foi discutido acerca da vigilância e repressão sofrida pelos professores do ensino básico no exercício de suas atividades.

Palavras-chave: Reforma educacional – Memória Docente – Ensino de História.

INTRODUÇÃO

A ação do regime autoritário de então na educação se fez sentir através de uma série de medidas que privilegiaram a iniciativa privada, reduzindo o espaço do Estado na educação pública (RIDENTI, 2003, p. 156). Nas escolas públicas, o ensino de 1º grau se unificou em 8 séries, com caráter profissionalizante, tendo em vista que a maioria dos alunos encerravam seus estudos neste nível. Onde havia o 2º grau, ocorreria a continuidade da profissionalização, enquanto a rede privada continuaria a preparar seus alunos para o ingresso nas universidades.

Esta mudança na educação brasileira ocorre no mesmo período em que foram assinados os convênios entre o Ministério da Educação (MEC) e a *Agency for International Development* – Agência estadunidense voltada para o desenvolvimento de políticas para o desenvolvimento internacional (DANTAS, 2015, p. 97). A interferência das agências internacionais visava a implementar uma educação voltada à importação de técnicas que privilegiavam a aprendizagem em si e as retirava de seu contexto social, esvaziando-a de capacidade crítica. Estes acordos internacionais faziam parte de um projeto de “modernização conservadora” – termo discutido em FICO, 2017 – e autoritária da educação brasileira, onde “devia-se melhorar os conteúdos e as técnicas de ensino, além da modernização dos meios de comunicação de massa para a formação de professores num tempo mais curto, em regime extraescolar.” (DANTAS, 2015, p. 99).

Como reflexo direto, disciplinas como História e Geografia são substituídas pelo ensino de Estudos Sociais nos anos que compreendem da 5ª à 8ª séries, além do acréscimo da disciplina de Educação Moral e Cívica, implementada em 1969. Sobre esta última, “todos os detalhes foram pensados: programa curricular para todas as séries, cursos de formação de professores e produção de livros didáticos. Ela era a grande disciplina da ‘Revolução’”. (LOURENÇO, 2010, p. 100)

Em outras palavras, áreas do conhecimento que discutiam mais criticamente a situação social, política e econômica do país foram concentradas pela área de Estudos Sociais. Tendo em vista que o planejamento educacional e econômico não elegeu como prioridade a continuidade da formação tradicional escolar para a maior parte da população além do primeiro grau, temos por conseqüência uma parcela significativa de pessoas que durante os anos em que as leis supracitadas estiveram em vigor, não foram contempladas com o acesso ao ensino de História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

O surgimento dos cursos de licenciatura curtas que podiam ser realizadas em um ano foi uma política estimulada pelo Ministério da Educação neste mesmo período, que “apostava justamente no professor despolitizado e moralizador, sendo que este não poderia ser um formador de opinião.” (DANTAS, 2015, p. 104). Os professores formados nestas licenciaturas curtas em Estudos Sociais também seriam os responsáveis pelas aulas de Educação Moral e

Cívica, compondo assim um quadro de educadores menos especializados, mais atrelados ao ideário do Ministério da Educação e cumpridores do estímulo governamental de fixação de conteúdos pré-aprovados, em detrimento do desenvolvimento crítico desejado pelas áreas extintas daqueles currículos.

A disciplina de Educação Moral e Cívica servia também como uma propaganda para os militares. Privilegiando a memorização de hinos e exaltando figuras heroicas (geralmente militares), recuperando símbolos e mitos nacionais, difundindo valores morais de comportamento, caracterizava-se pelo otimismo da criação de uma nova sociedade que se adequaria ao novo patamar de desenvolvimento econômico. (FICO, 1997, p. 133). Além disso, a disciplina trazia uma orientação clara de que o papel do cidadão devia ser o de apoiar o Brasil: “envolver-se era, em última análise, permanecer passivo, ainda que com uma atitude mental confiante de otimismo, e não envolver-se também significava manter-se “no seu lugar”. (CERRI, 2000, p. 55).

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Este estudo está buscando respaldo junto a duas estratégias metodológicas: a história oral e o aporte documental. No modelo de História Oral, será realizado um roteiro de entrevista com professores que atuaram na rede pública e privada das escolas da região de Pelotas durante os anos de 1968 a 1990, tratando de temas como a sua trajetória, suas práticas pedagógicas, repressão e resistência no âmbito temporal da ditadura civil-militar brasileira.

Havendo necessidade de compreender a visão do próprio trabalhador da educação neste período a respeito de suas práticas e ação, a História Oral nos possibilitará nos aproximarmos efetivamente das fontes. A modalidade de História Oral adotada será a temática, pois compreenderá melhor a definição do foco primordial da entrevista: “Mesmo abrigando índices de subjetividade, a história oral temática é mais passível de confrontos que se regulam a partir de datas, fatos, nomes e situações estabelecidas.” (Meihy e Holanda, 2007, p. 38)

RESULTADOS

Esta pesquisa se propõe a buscar e compreender como o esvaziamento de conteúdos e as mudanças curriculares atingiram os educadores e suas práticas nas escolas de 1º e 2º graus da região de Pelotas no Rio Grande do Sul no período em que esteve em vigor a Lei de Diretrizes e Bases de 1971, bem como suas formas de resistência no âmbito político e escolar. Analisando à quais mecanismos de controle estavam submetidos estes educadores, para melhor entender como era seu cotidiano e as relações no interior das escolas, bem como, quais foram as práticas de resistência que desenvolveram durante este processo e qual era a sua relação com as entidades representativas como sindicatos e associações.

Compreendendo que uma das tarefas do professor de História é promover a criticidade nos educandos, além de desenvolver suas capacidades de pensar historicamente e encontrar recursos que alterem sua consciência acerca do mundo e de sua própria realidade. Para tanto, recorreremos a Pinsky quando esse diz que “uma das tarefas do professor de história é ajudar o aluno a compreender e a melhorar o mundo em que vive.” (PINSKY, 2003, p. 17) para afirmar que, uma vez inseridos num contexto onde a intolerância e a violência ganham voz nas figuras que hoje ocupam os mais altos cargos do executivo federal e onde esse mesmo executivo é o porta-voz de ideias que buscam deslegitimar, reprimir e mesmo criminalizar a atuação docente – principalmente das humanidades – é mister que se traga à luz experiências anteriores que não gostaríamos de repetir.

Vivemos um período de constantes manifestações de grupos conservadores ligados a movimentos localizados no espectro político da direita e norteados por pretensos novos filósofos e celebridades de redes sociais; todos, evidentemente, contra as aulas ditas “doutrinadoras”. Com isso, se faz necessário compreender onde nasce este “medo”, essa

repulsa ao desenvolvimento intelectual e ao pensamento crítico, e como ele se manifestou contra aqueles que, hora são heróis, hora são vilões: os educadores. Tendo em vista que “ o passado deve ser interrogado a partir de questões que nos inquietam no presente (caso contrário, estudá-lo ficaria sem sentido). ” (PINSKY, 2003, p. 19), entendi ser o momento adequado para levantar tais dúvidas e encontrar relações – se elas existem – entre o avanço do conservadorismo e nossa herança autoritária, que parece não ter se esvaído no final da década de oitenta. Reforço, também, a relevância da proposta da presente pesquisa, tendo em vista a sua originalidade temática. Poucos são os estudos sobre a educação durante a ditadura civil militar em nossa região e menor ainda são as referências sobre a atuação docente gaúcha neste contexto.

A escolha pelo recorte se deu devido a alguns marcos importantes: o ano de 1968 é marcado pelo Ato institucional nº5 o qual, entre outras ações que marcam profundamente a sociedade brasileira, incute a influência do autoritarismo na legislação educacional. Esses fatores culminaram na Lei 5692/71, que cria as “licenciaturas curtas”, e muda o currículo escolar a fim de priorizar a educação profissionalizante. Já em 1987 ocorre a primeira greve geral de professores, unificando a categoria atuante tanto na rede pública quanto na rede privada, que leva à rua milhares de professores em todo o estado do Rio Grande do Sul. Este movimento encontrou eco em outros movimentos grevistas nos anos de 1989 e 1990, anos que demarcam o final do recorte deste trabalho.

Pesquisar os educadores da região de Pelotas durante os anos de 1968 a 1990 exige a identificação e a apropriação de alguns conceitos que lançarão luz sobre o texto e permitirão uma melhor compreensão do trabalho a ser desenvolvido; Para tanto, também, é necessário refletir sobre a ditadura civil-militar para melhor compreender o que viviam os educadores neste período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa baseia-se em identificar se ocorreram oposição e debate quanto à legitimidade das transformações curriculares durante as décadas de 1960 e 1990 que impactaram a vida de inúmeros educadores, assim como identificar como isso se manifestou no ambiente escolar, no desenvolvimento de práticas pedagógicas e seus currículos.

Este estudo deseja revelar as práticas de resistência à ditadura civil militar desenvolvida pelos educadores da região sul do Rio Grande do Sul, compreendendo quais foram suas esferas de organização e se alcançaram espaço dentro das instituições que atuavam.

Busca-se verificar, também, se foi desta forma que se consolidaram as bases da atuação dos professores dentro de seus sindicatos e associações através das diferentes práticas de resistência ao longo de todo o período tratado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Caroline. As Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul e O Conceito de Fronteiras Ideológicas. In: GUAZZELI, Cesar; FLORES, Mariana; ÁVILA, Arthur (Org.). **Fronteiras Americanas: teoria e práticas de pesquisa**. POA: Letra e Vida/ Suliani, 2009, tomo I.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e nação na publicidade do milagre econômico – Brasil: 1969-1973**. Tese (doutorado em Educação) – Unicamp. Campinas, SP, 2000.

DANTAS, Jéferson Silveira. O modelo curricular da Lei 5.692/1971 durante a ditadura militar para o curso de magistério e suas implicações na formação docente no Brasil e em Santa Catarina. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.23, n.2, p.97-121, jul./out.2015.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, Eventos Traumáticos e Arquivos Sensíveis. In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47. P. 43-59, jan/jun 2012.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

JOFFILY, Mariana. Aniversário do Golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204- 251, jan./mar. 2018.

LOURENÇO, Eliane. O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, nº 60, p.97-120 – 2010.

PADRÓS, Enrique Serra e MARÇAL, Fábio Azambuja. O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de Segurança Nacional. In: PADRÓS; BARBOSA, LOPEZ, FERNADES (orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória**. Vol. 3. Porto Alegre: Corag, 2010; p. 35-48.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. O que e como ensinar. Por uma história prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003. P. 17-36.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200 a 212.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX (Livro 4)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **A política educacional dos últimos anos**. In: História da Educação no Brasil. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

Simpósio Temático

MICRO-HISTÓRIA: ENTRE BIOGRAFIAS E TRAJETÓRIAS

Coordenadores: Profs. Gabriel Kunrath, Iago Cruz e Nádia Kendzerski

A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE DE GRAÇA ARANHA E A RELAÇÃO COM A IDENTIDADE NACIONAL EM SUA AUTOBIOGRAFIA

DÉBORA PRISCILA GRAEFF¹

¹UNISINOS - debopgra@gmail.com

Resumo: Nesse trabalho será analisada a tentativa do autor Graça Aranha de impor uma visão, de estabelecer critérios que formariam a identidade nacional através da sua autobiografia, percebendo como, através da construção de sua identidade, ele a relaciona com outras, principalmente a nacional.

Palavras-chave: Autobiografia; identidade nacional; Graça Aranha;

INTRODUÇÃO

Michael Pollack (1992), na publicação “Memória e identidade social”, denomina “períodos calmos” os contextos em que diminuem a preocupação com a identidade e a memória. No Brasil essa questão foi motivo de preocupação em diversos períodos, principalmente na década de 1920, quando se comemorava os cem anos da constituição política do país e procurava-se inseri-lo na modernidade do mundo ocidental (OLIVEIRA, 1990). Para isso considerou-se necessário primeiramente definir o que significava ser brasileiro, quais características o definiam. Para responder essa questão alguns escritores do período colocavam, através de suas obras, seus projetos de identidade nacional. Um dos autores que se destacou pela preocupação com essa questão foi José Pereira da Graça Aranha (1868-1931), escritor e membro fundador da Academia Brasileira de Letras que também trabalhou como secretário e diplomata brasileiro em alguns países da Europa.

Quando retornou ao Brasil, em 1921, logo contatou artistas e escritores que buscavam renovar os temas da nacionalidade, que viriam formar o grupo modernista ligados às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Considerando necessária essa renovação, Graça Aranha rompe com a Academia Brasileira de Letras em 1924 por discordar de seus princípios. Em suas obras o autor procurou construir uma representação da nação. Para trabalhar com essa representação utilizaremos a abordagem de Roger Chartier (1990;2002) e Pierre Bordieu (1989; 1996). O presente trabalho procura analisar a autobiografia de Graça Aranha (1931; 1968) denominada “Meu próprio romance”, procurando perceber como o autor representa a sua identidade e a relaciona com outras, principalmente a nacional.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Trabalharemos com o conceito de identidade proposto por Pollack:

(...) no sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLACK, 1992, p.204).

Assim percebemos que Graça Aranha procurou construir uma imagem de si, uma versão da forma como pretendia ser percebido pela sociedade através da construção de sua autobiografia. Considerando, como afirma Pierre Bordieu (1996), que a biografia e a autobiografia ao abordar histórias de vida, pressupõe “(...) que uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa dessa história” (BORDIEU, 1996, p. 74). Essa história teria uma ordem cronológica e organizada, com um “sentido maior” visível desde a infância, procuramos trabalhar com esse texto como um indício para compreender também como se deu a trajetória do autor, no sentido que coloca o sociólogo, “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações

incessantes” (BOURDIEU, 1996, p.81). Entendemos que a compreensão dessas posições e espaços ocupados pelo autor irão auxiliar na compreensão da visão de mundo que ele procurou demonstrar na obra, e como, a partir dela, procurou construir sua identidade, trazendo elementos da nacionalidade, assim como o motivo de tê-la construído da maneira que fez.

Aranha procurou também os elementos que constituíam a identidade nacional, tentando assim definir a identidade de um grupo, que de acordo com Bordieu (1989; 1996) não podem ser analisados apenas objetivamente – como estáticos e naturais – mas como questões de um momento, que fizeram parte de uma luta de representações. Através delas ocorre uma disputa para legitimar uma visão daquele grupo, e os indivíduos que colocam sua versão na disputa pretendem “o monopólio de fazer ver e fazer crer (...) e de impor uma definição legítima da divisão do mundo social” (BORDIEU, 1989, p.113).

Entendemos por representação o conceito utilizado por Roger Chartier (2002), no sentido de fazer ver uma ausência ou a apresentação de uma presença, “a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa” (CHARTIER, 2002, P.74). A partir desse conceito é possível trabalhar com o texto, analisando também o desenvolvimento da obra e quais elementos Graça Aranha pretendeu deixar visível com determinado argumento, de que forma trouxe seu projeto indenitário e quais estratégias utilizou para relacionar os elementos de sua história de vida com seu projeto de identidade nacional. Pretendemos trabalhar com o texto como propõe Chartier; relacionamento dos discursos do autor com a posição que ele ocupa e com as regras de produção do momento, pois a relação do texto com se dá de acordo com os modelos e delimitações intelectuais de cada período, tornando-se necessário entendê-lo em relação a outras produções e as regras daquela sociedade. (CHARTIER, 2002).

Ao produzir uma representação de si, com uma construção de identidade que visa sua apresentação oficial, Graça Aranha trouxe nela elementos de seu projeto de identidade nacional, procurando legitimá-lo. Percebemos então, que as construções de identidade se colocam como lutas de representação, sendo preciso relacionar os discursos com a posição de quem os utiliza, pois nessas lutas de representações tentam-se impor uma concepção do mundo social, descrevendo a sociedade como pensam que ela é, ou gostariam que fosse (CHARTIER, 1990, p.17).

Para definir a nação vamos utilizar o conceito de Benedict Anderson: “uma comunidade política imaginada — e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008, p.14). O autor atribui o advento da nação e do nacionalismo ao desenvolvimento da modernidade (principalmente da imprensa), quando considera possível desenvolver e pensar em si mesmo nessa comunidade imaginada. Outros autores que a atrelam a esse período são Eric Hobsbawm e Ernest Gellner, porém ‘atrelando’ ao surgimento do Estado, como coloca Hobsbawm:

A "nação" pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Esta é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o "Estado-nação"; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação (HOBSBAWM, p.19).

Assim como Gellner quando afirma: “cuando no hay estado, no surge el problema del nacionalismo” (GELLNER, 2001, p.18). Então, entendemos, como Anderson, que “As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas” (ANDERSON, p.32). Compreendemos também que esse modo de imaginá-la é também objeto de disputas, pois grupos com diferentes formas de pensar o mundo podem reivindicar pertencer a uma mesma nação e quando um tem uma projeção maior se sobrepõe aos outros, como o autor mostra no exemplo das línguas vernaculas e dos nacionalismos oficiais. Então, assim como Kerber (2014), entendemos que “(...) o Estado não determina a

Nação, mas que o processo político influência e é influenciado pelas definições socialmente aceitas acerca da identidade nacional” (KERBER, 2014, p. 47).

RESULTADOS

Na primeira parte da obra percebemos que Graça Aranha apresentou-se como tendo uma infância nacional, de acordo com seus próprios critérios de nacionalidade. Apresentou uma família que teria trabalhado para a nação, de origem lusa e nacional, tendo contato com o folclore dessas duas culturas e com brasileiro de diferentes regiões e suas misérias. Somando-se a essas características colocava-se como um ser ilustrado, preparado desde criança, com uma boa educação, entre políticos e jornalistas, que o capacitaria para responder as questões nacionais do período e pelas suas percepções do Brasil guiar a população em busca do progresso e da civilização. Lucia Lippi Oliveira (1990) demonstra que os letrados que procuravam pensar sobre o país e propor caminhos para uma suposta salvação, atribuíam-se uma missão, na qual criavam um ideário nacional baseado em uma tradição passada ou na construção de uma nova, procurando sempre difundir suas propostas. Na segunda parte de sua autobiografia é possível perceber que o autor não teve condições de finalizá-la como pretendia, pois, quando finda seu manuscrito observamos que estava iniciando um relato. O principal tema que Aranha deteve a atenção nessa parte foi sua experiência do primeiro ano na Faculdade de Direito do Recife, para onde foi com treze anos. Ganha destaque nessa memória seu antigo professor e mestre Tobias Barreto, que também se admirou de sua idade e o recebeu generosamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo faz parte da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado, *A identidade nacional brasileira na obra de Graça Aranha (1921-1931)*, defendida em 2017 na UFRGS. O livro de Aranha será novamente levantado no trabalho de doutorado *As disputas entre Graça Aranha e Oswald de Andrade em torno da identidade nacional brasileira*, em desenvolvimento na UNISINOS, desde 2018. Nessa pesquisa será investigada de que forma os escritores modernistas expressaram suas visões da identidade nacional em suas autobiografias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo Cia. Das Letras, 2008.
- ARANHA, Graça. **Meu próprio romance**. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, 1931.
- ARANHA, Graça. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Instituto nacional do livro, 1968.
- AZEVEDO, Maria Helena C. **Um senhor modernista: biografia de Graça Aranha**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005 [primeira edição:1989], p. 107-132.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Editora da USP, 1996. Parte II. Cap. 3. A força da representação. P. 107-116.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, Papirus, 1996. p. 74-82.

CATENACCI, Vivian. Cultura popular: entre a tradição e a transformação. São Paulo **Perspec.** Online. vol.15, n.02, 2015, p. 28-35. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8574.pdf>. Acesso: 10 de julho de 2015.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Bertrand/Difel, 1990.

GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo: trajectos**. Lisboa: Gradiva, 1993 [primeira edição: 1984].

HOBSMAWM, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

KERBER, Alessander M. A ilusão biográfica e a busca de um sentido argentino ou latino-americano na autobiografia de Libertad Lamarque. In: **Cuadernos del CILHA**, vol. 15, n.20. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2014. P. 43-72.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 1974.

MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988. p. 220-238.

MURARI, Luciana. **A mestiçagem da alma: literatura, crítica e ciência na construção do discurso racial no Brasil pós 1870**. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/2832>. Acesso: 06 de julho de 2015.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A questão da identidade nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 4 ed.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In: _____. MAIO, Marcos C.; e SANTOS, Ricardo V. (Org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

WALDMAN, Taís. À “frente” da Semana da Arte Moderna: a presença de Graça Aranha e Paulo Prado. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, Jan./Jun.2010.

“E O DE CIMA SOBE E O DE BAIXO DESCE”: AS ELEIÇÕES NA PRIMEIRA REPÚBLICA ATRAVÉS DA TRAJETÓRIA DE FRANCISCO FERREIRA DE ALBUQUERQUE.

GABRIEL CARVALHO KUNRATH¹

¹Universidade Federal de Pelotas – gabrielkunrath@icloud.com

Resumo: Depois de relegada por grande parte da historiografia, as pesquisas de abordagem biográfica voltaram a cena em meados da década de 80 do século XX. Com isso, inúmeros pesquisadores propuseram tal abordagem e é justamente o objetivo deste trabalho. Ou seja, o presente trabalho almeja realizar um estudo sobre a biografia de um morador do interior de Santa Catarina. O biografado no presente trabalho é Francisco Ferreira de Albuquerque que viveu entre anos finais do Império e os anos iniciais da República no Brasil e foi participante da Guerra do Contestado (1912 – 1916). Entretanto, pretende-se através da vida de Albuquerque realizar um estudo sobre o coronelismo e suas relações no interior de Santa Catarina, através de uma abordagem teórico-metodológica inspirada nas concepções da micro-história italiana.

Palavras-chave: Trajetórias; Coronelismo; Guerra do Contestado.

INTRODUÇÃO

Expirei ao fim da tarde de uma sexta-feira do mês de dezembro de 1917, em uma estrada no interior da vila de Curitiba no estado de Santa Catarina. Tinha uns cinquenta e três anos, rijos e prósperos (talvez conturbados também), era casado, mandava na cidade e possuía certas posses. Mesmo assim, fui alvejado em uma emboscada quando voltava para casa, até me buscarem – fiquei deitado na estrada de chão batido e o meu sangue escorrendo na terra em que vivi e morri.

Parafraseando Machado de Assis, em sua obra “Memórias póstumas de Brás Cubas”, a morte de Albuquerque marca uma trajetória cercada de polemias, disputas e ajudas. Por mais que tenhamos começado abordando sua morte, atentarmos-nos nesse trabalho ao período de sua vida que compreende a sua chegada a superintendência de Curitiba em 1902. A escolha de tal recorte cronológico está relacionada ao objetivo proposto nesse trabalho, no caso, um estudo sobre o coronelismo através de suas ações. Uma vez que entendemos que a trajetória de Francisco Ferreira de Albuquerque constitui-se como um caso excelente para explorarmos as relações políticas e de dominação, tanto em Curitiba quanto no cenário estadual e nacional. Seu assassinato evidencia uma vida marcada pela disputa de poder, de conflitos, ressentimentos, ascensão política e trabalho que se desenrolaram ao longo dos seus cinquenta e três anos de existência. Entretanto, sua trajetória de vida também foi marcada por relações de ajuda e de trocas mais subjetivas presentes em sua relação com seus filhos Euclides, Aristides, Tiago, Elvira, Iracy e Orival e sua esposa Laurinda de Oliveira Albuquerque que, devido à ausência de tais relações, não aparecem nas fontes.

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

O presente trabalho apresenta como referencial teórico-metodológico as concepções oriundas da micro-história, entendendo-a como uma prática historiográfica fundamentalmente baseada em uma análise microscópica, no uso intensivo de fontes e nas variações da escala de análise. Ainda, para evitar confusões, faz-se de suma importância mencionar que não se trata de realizar um estudo sobre um pequeno objeto, e sim analisar como ocorreram determinados processos através de uma análise circunscrita. Ressalta-se que devido a limitação de páginas, optamos por abordar os debates acerca da micro-história de modo extremamente breve, apenas com o objetivo de situar um possível leitor que por ventura nunca tenha se deparado com tais debates. Para saber mais sobre esse assunto, consultar Levi (1992).

Sobre o caráter biográfico da pesquisa e qual o entendimento do conceito de trajetória que estamos adotando na pesquisa, algumas ponderações precisam ser realizadas. Desta forma,

não se trata de uma proposta investigativa de caráter biográfico nos moldes comumente propostos até o início do século XX, que consistia em uma abordagem da vida do biografado de modo linear, em que os acontecimentos vividos pelo indivíduo eram frutos de sua predisposição a grandiosidade e sua vida vista como um modelo de “sucesso” a ser seguido. Ao contrário, propomos o entendimento de que os sujeitos são dotados de uma “[...] racionalidade própria, ainda que limitada, possuem horizontes de expectativas e possibilidades em constantes mudanças e, acima de tudo, que a vida deles não dada desde o início” (KARSBURG, 2015, p. 33). Em razão disso, entendemos que José Maria se tornou uma pessoa de destaque devido às escolhas que possíveis que pode fazer, as formas em que lidou com as situações que se apresentavam e da maneira em que se relacionou com outras pessoas durante sua vida.

Por mais que tenhamos utilizado o termo biografia no parágrafo anterior, destacamos que tal escolha tenha sido somente retórica para facilitar a compreensão sobre as diferenças e realçar a perspectiva que foi adotada no entendimento da vida dos sujeitos. Uma vez que, como dito anteriormente, o presente trabalho não se propõe a realizar uma biografia de José Maria, uma abordagem desse tipo pressupõe um recorte mais amplo, que vai do nascimento a morte. O conceito de trajetória “[...] não tem por obrigatoriedade abordar a vida do sujeito; antes, procura centrar as análises num período determinado” (KARSBURG, 2015, p. 34). Assim sendo, julgamos que sua utilização é mais adequada nesta pesquisa, uma vez que o pretendido é a realização de uma análise da trajetória de Albuquerque durante o período em que esteve no comando político de Curitiba e como suas ações nessa localidade nos permite compreender o sistema político e as estratégias utilizadas para a manutenção do poder no município de Curitiba no início do século XX.

RESULTADOS

No final do século XIX, Albuquerque já aparecia envolvendo-se na vida local de Curitiba. Sua chegada a vila teria ocorrido, ainda nos tempos do Império, em meados de 1880 trabalhando como caixeiro das casas comerciais locais e também atuou como rábula provisionado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina nos seus primeiros anos na cidade. Todavia, ao que tudo indica, foram sob os ventos republicanos que conseguiu ascender na comunidade, de caixeiro passou a proprietário de uma casa comercial e começou também a envolver-se na política local. Até então, “[...] a principal liderança local do município de Curitiba era o coronel Henrique Paes de Almeida, que fundou o Partido Republicano na região, congregando vários fazendeiros e políticos locais ligados ao antigo Partido Conservador” (MACHADO, 2004, p. 103) e a quem Albuquerque fazia oposição. Entretanto, a grande guinada em sua vida aconteceu na corrida do pleito municipal para a superintendência da cidade. A disputa eleitoral de 1902, colocou Albuquerque e Henrique Paes de Almeida como oponentes

A eleição para a superintendência de Curitiba nos permite entender um pouco das estratégias políticas utilizadas para a manutenção e tomada de poder durante a Primeira República no Brasil. Diferentemente do que ocorria na época do império, com a proclamação passou a ser de responsabilidade das casas legislativas estaduais a organização dos pleitos. Além dessa, outras mudanças também ocorreram, talvez a principal delas tenha sido a adoção do sufrágio universal. Todavia, ao contrário do que possa parecer, essa medida não incluiu a maioria da população do país nos processos eleitorais (TELAROLLI, 1982, p. 13). Por mais que tenha ocorrido o fim dos critérios censitários de renda, a exigência de os eleitores fossem alfabetizados fez com que se mantivesse o um universo de votantes seguisse restrito.

Mesmo em um universo restrito de votantes, como era o caso de Curitiba, o número de votos não era a garantia de vitória eleitoral. Um dos instrumentos mais efetivos para o sucesso eleitoral, constituía-se na organização das mesas eleitorais, elas eram um instrumento muito bem ajustado para decretar a vitória ou a derrota de determinado candidato. Diante de

um sistema eleitoral marcado por constantes fraudes, as mesas desempenharam um papel central para a perpetuação de determinados grupos no poder. Desta forma, a atuação das mesas pode ser dividida em dois momentos. O primeiro durante as votações, a mesa tendia a oferecer todas as facilidades possíveis para a facção que a escolhera, consentindo “[...] identidades falsas, o indefectível ‘voto defunto’ e tantos outros procedimentos fraudulentos” (TELAROLLI, 1982, p. 13), enquanto tentavam dificultar e criar o máximo de entraves possíveis para os opositores. O segundo depois que as votações eram encerradas, nesse momento “[...] com funções de junto apuradora: inventava-se nomes, eram ressuscitados os mortos, e os ausentes compareciam; na feitura das atas, a pena todo-poderosa dos mesários realizava milagres portentosos” (LEAL NUNES, 1975, p. 229), prática que ficou conhecida como “bico de pena”.

Por mais que possa parecer uma corrida eleitoral desigual, a final Henrique Paes de Almeida detinha o controle de alistamento, organização das mesas eleitorais, os funcionários policiais a seu dispor para que se necessário fazer prevalecer sua vontade através da força, Albuquerque tinha também seus trunfos. Esses estavam alicerçados no apoio da oligarquia Ramos, de Lages, mas principalmente o de Vidal Ramos, importante político catarinense e vice-governador em 1902, compadre de Albuquerque. Como era de se esperar, Henrique Paes de Almeida saiu vitorioso das eleições, Albuquerque mesmo com o apoio da oligarquia Ramos viu sua derrota decretada depois da contagem dos votos. Sendo assim, Henrique Paes de Almeida continuaria no comando político de Curitiba até as próximas eleições.

Entretanto, o apoio de Vidal Ramos transcendia as fronteiras de Curitiba e espalhava-se no plano político estadual. Sabendo dessa realidade, Albuquerque recorreu do resultado da eleição no Congresso Estadual alegando que teria ocorrido fraude na contagem dos votos. Através desse recurso, em julho de 1903, o Congresso Estadual confirmava a suposta fraude eleitoral, passando a considerar Albuquerque como vencedor do pleito e, em setembro daquele ano, ele assume o cargo de superintendente da cidade. Se o trunfo de Henrique Paes de Almeida estava na utilização do bico de pena para garantir sua vitória. Albuquerque, contando com o apoio de seu compadre Vidal Ramos, valeu-se de outra estratégia eleitoral para sair-se vitorioso da disputa com Henrique de Almeida – a degola, essa se resumia na não diplomação dos eleitos através de uma comissão de verificação legislativa. Desta forma, podemos perceber que pouco importava o número de votos depositas nas urnas durante a eleição, uma vez que a diplomação do eleito dependia da vontade de afastar ou manter no cargo determinado indivíduo. Ambas estratégias criavam e reforçavam as animosidades entre os adversários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eleição que colocou Albuquerque na superintendência de Curitiba nos permite compreender mais do que os processos possíveis para se ganhar uma eleição no início do século XX. Através dela outros aspectos do sistema político brasileiro podem ser entendidos. Por mais que alguns dos elementos característicos do coronelismo possam ser vistos antes de 1889 e depois anos de 1930, foi durante a Primeira República que ele teve as melhores condições para ocorrer. José Murilo de Carvalho nos fala que o coronelismo foi “[...] fruto da alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel” (CARVALHO, 1997, p. 2), expressando-se sobretudo através das relações de trocas entre coronéis e os agentes do estado. Vitor Leal Nunes destaca que o coronelismo fundamenta-se principalmente em “[...] um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (LEAL NUNES, 1975, p. 20).

Ressalta-se que em virtude do andamento da pesquisa, ainda não é possível realizar uma discussão mais profunda sobre os laços de compadrio entre Albuquerque e Vidal Ramos, bem

como o que teria motivado este a escolher apoiar o opositor durante as eleições daquele ano. Também não é possível estabelecer como teria sido os mandatos de Albuquerque e como este relacionou-se politicamente nos âmbitos nacionais e estaduais. Todavia, essas são algumas questões que pretendemos abordar em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo**: uma discussão conceitual. Dados – Revista de Ciências sociais, vol. 40, nº 2. Rio de Janeiro, 1997.

ESPADA LIMA, Henrique. **A micro-história**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto. (Org.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. 1ª ed. São Leopoldo: OIKOS, 2015, v. 1, p. 32-52

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, P. (org.) **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-161.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social**. São Paulo: Editora Ática, 1981.

TELAROLLI, Rodolpho. Eleições e fraudes eleitorais na República Velha. São Paulo, editora brasiliense, 1982.

“TALENTOS E VIRTUDES EM CRISES TÃO MELINDROSAS”: O PAPEL DE UM CHEFE DE POLÍCIA DO BOQUEIRÃO NA GUERRA DOS FARRAPOS.

IAGO SILVA DA CRUZ¹

¹Universidade Federal de Pelotas – iagocruz@protonmail.com

Resumo: Este trabalho analisará a trajetória e a atuação do chefe de polícia do distrito de Boqueirão, Inácio José de Oliveira Guimarães, durante o conflito que durou 10 anos na província do Rio Grande de São Pedro. Com foco nas correspondências trocadas entre este sujeito com os demais homens da elite farroupilha, é possível compreendermos os mecanismos sociais e as estratégias deste grupo.

Palavras-chave: Guerra dos Farrapos – Trajetórias – Elites regionais.

INTRODUÇÃO

O Brasil oitocentista foi palco de constantes revoltas provinciais que reivindicavam maior autonomia frente a centralização da burocracia imperial. No ano de 1835 eclodiu no Rio Grande de São Pedro, uma guerra entre estancieiros militares contra as forças do Império que perdurou por longos dez anos (de 1835 a 1845). Entre os motivos para tal insatisfação, Sandra Pesavento coloca que o “poder central, queixavam-se os rio-grandenses, indicava presidentes de província estranhos aos interesses da elite local, para a qual a submissão de suas pretensões regionais às diretrizes da corte era considerada inadmissível” (PESAVENTO, 2018, p. 240). Junto a isto, ainda entrava a pauta do charque platino que tinham taxas menores para importação, obrigando os charqueadores sulinos a diminuïrem seus preços para competir, o que geravam gastos, já que os insumos para a produção do charque sofria com altos impostos em cima do sal (PESAVENTO, 2018, p. 241).

Desse grupo, os farrapos – como eram pejorativamente chamados – faziam parte de uma elite de estancieiros militares que já haviam lutado em guerras pela defesa do Império, muitos ocupando postos importantes como na Guarda Nacional, cujos chefes eram ligados por laços de família (LEITMAN, 1979). Desse grupo, Inácio José de Oliveira Guimarães (1800 – 1850) foi um abastado estancieiro e charqueador, proprietário da estância do Salso e terras no Porto de São Lourenço, situada no distrito do Boqueirão, ambas no atual município de São Lourenço do Sul, onde exerceu papel de chefe de polícia do Boqueirão (FABRÍCIO, 1986). Inácio casou-se no ano de 1838 com Perpétua Justa Gonçalves da Silva, filha do General Bento Gonçalves da Silva.

Este não era um casamento qualquer e não se tratava também de uma escolha arbitrária de parceiros. Inácio José Guimarães além das riquezas pessoais que possuía, também exercia um papel importante dentro do distrito do Boqueirão, sendo ele o chefe de polícia daquela região, e por sua função, era ele em um primeiro momento, quem recrutava homens aptos a servirem na Guarda Nacional, confiscava gado e cavalos em tempos extremos, ou seja, detinha poderes sobre duas necessidades essenciais em uma guerra: homens e animais para tropas (SCHIMIDT, 2012).

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O trabalho que resultará desta pesquisa não será uma tentativa de se fazer uma biografia de vida nos moldes clássicos, pois não pretendemos tomar a vida de Inácio José de Oliveira Guimarães como uma trajetória típica de outros sujeitos inseridos no contexto analisado. Mas sim, demonstrar como cita Adriana Barreto de Souza (2016):

Ainda que cada indivíduo tenha diante de si um campo de possibilidades limitado, com margens definidas cultural e socialmente, nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar todas as possibilidades de escolha,

interpretação, manipulação e negociação dessas normas e regras sociais (CERUTTI, 1995; GRIBAUDI, 1987).

Neste sentido que utilizamos a noção de redes de solidariedade para analisar o papel desempenhado por Inácio José de Oliveira e de quem compõem suas redes sociais, quais momentos em que aciona estas e quando é requisitada sua atuação.

Portanto, o estudo das estratégias individuais e das redes de relações sociais que sujeitos construía ao longo de suas vidas, é melhor viabilizada a partir de uma abordagem inspirada na micro-história social (CERUTTI, 1995).

A rede é um campo social específico definido por relações pessoais e que serve para descrever uma ordem social que supere os limites de um grupo, corporação ou categoria socioprofissional (VARGAS, 2017, p. 148). A rede seria um conjunto específico de conexões entre um grupo definido de pessoas, sendo que as características de tais conexões podem ser usadas para interpretar o comportamento social dos indivíduos implicados.

A forma mais utilizada – e não única – para se analisar as redes de relações sociais de indivíduos são a troca de correspondências, pois, a partir delas é possível estudar a existência de redes “egocêntricas”, onde é possível notar quando um indivíduo é dotado da concentração de trocas e favores de serviços numa lógica clientelística (VARGAS, 2017).

O trabalho de DE PAULA (2008) que analisa a escrita das cartas de Amélia Hartley de Brito Antunes Maciel, tendo como referencial teórico e metodológico a escrita epistolar de missivas onde o “conjunto de cartas investe-se de um significado diferente daquele que se pode atribuir quando as consideramos uma a uma”. (DE PAULA, 2008, p. 19).

RESULTADOS

Estas análises ainda são incipientes e iniciais. Até o momento, levantamos em torno de cinquenta correspondências remetidas e também recebidas por Inácio José de Oliveira Guimarães nos períodos que correspondem a Guerra dos Farrapos, encontradas nos *Anais do Arquivo Histórico do RS Volume 6* e também na *Coletânea de Documentos de Bento Gonçalves da Silva*, do AHRs. Separamos por categorias de forma que facilite a busca por determinados assuntos e localizar indivíduos que aparecem citados nas missivas.

A partir das redes analisadas até este momento, é possível entender o papel que desempenhava a família e as relações parentais e consanguíneas no interior dessas elites. Dessa forma, a História da Família, também com o intento de tornar “visível” a forma como a família estava organizada sob casamentos e relações de parentescos e compadrios, como demonstram os trabalhos de FARINATTI (2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha por acompanhar um recorte da trajetória de Inácio José de Oliveira Guimarães dá-se pelo seu papel destacado no cerne da guerra e o seu vínculo social com as elites regionais do Rio Grande de São Pedro, sobretudo pelo seu casamento com a filha de Bento Gonçalves da Silva, demonstrando as alianças matrimoniais da elite local farroupilha como uma forma de consolidação de redes de solidariedade. Essas redes eram acionadas dentro de uma lógica *patrão-cliente*, como podemos identificar e assumiu diferentes características ao longo do tempo, como fica evidente em correspondências antes e após o casamento de Inácio José com Perpétua Justa, filha de Bento. A intimidade entre sogro e genro também geram novas necessidades e atribuições, onde muitas vezes ultrapassa o poder legal instituído a tais sujeitos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVIII. In: REVEL, Jacques (org. .. (Ed.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 173–201.

DE PAULA, D. "**Da mãe e amiga Amélia**": cartas de uma baronesa para sua filha (Rio de Janeiro-Pelotas, na virada do século XX). 2008. Dissertação (mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

FABRÍCIO, José de Araújo. **A descendência de Bento Gonçalves**. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1986.

FARINATTI, L. A. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

LEITMAN, Spencer. **Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos**. RJ: Edições Graal, 1979.

PESAVENTO, Sandra J. Uma certa Revolução Farroupilha. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila. **O Brasil imperial, volume II: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SCOTT, A. S. V. “Descobrimo” as Famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente. In: SCOTT, A. S. V. (Org). **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas**. São Leopoldo: Oikos Editora Unisinos, 2014.

SCHMITT, Anderson Marcelo. O despacho para o Uruguai de bens legalistas durante a guerra civil Rio-grandense (1835-1845). **Aedos**, n. 12, vol. 5, Jan/Jul, 2013.

SOUZA, Adriana Barreto de. Entre o duque de Caxias e dois capitães pardos: escolhas biográficas e escrita da história. In: VENDRAME, Maíra Ines et al. **Ensaio de micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

VARGAS, Jonas M. Rastreamo indivíduos e redes de relações: algumas contribuições teóricas e metodológicas para o estudo das elites e grupos dirigentes no Brasil. In: SOARES,

FABRÍCIO; SILVA, Ricardo Oliveira. (Ed.). **Diálogos: estudos sobre teoria de história e historiografia: volume II**. Criciúma: UNESC, 2017. p. 459–490.

LEMBRA QUE O DIÁRIO ERA ALIMENTO COTIDIANO? QUE IMPORTA A MÁ FAMA DEPOIS QUE ESTAMOS MORTOS? VIDA, MORTE, LITERATURA E ARQUIVOS EM ANA CRISTINA CESAR E SYLVIA PLATH

LETÍCIA PORTELLA MILAN¹

¹Universidade Federal de Santa Catarina – leticiapmilan@gmail.com

Resumo: O presente artigo busca apresentar a problemática da construção biográfica de duas escritoras: Ana Cristina Cesar e Sylvia Plath. As investigações biográficas das poetisas se concentraram em articular suas produções literárias como reflexos de suas vidas privadas. Dessa maneira, a partir dos arquivos pessoais das poetisas e da narrativa midiática construída sobre elas pretendo fazer um apontamento crítico sobre como a contribuição literária de Ana Cristina Cesar e Sylvia Plath foi ofuscada pelo suicídio cometido por ambas aos 30 anos de idade.

Palavras-chave: Suicídio, Biografia, Poetas

INTRODUÇÃO

Sylvia Plath (1932 – 1963) e Ana Cristina Cesar (1952 – 1983) foram poetisas e acadêmicas que conquistaram seu reconhecimento literário após cometerem suicídio. Embora as duas poetisas se diferenciem pela tradição poética e contexto histórico, ambas estiveram sobretudo identificadas à loucura e ao suicídio. O presente artigo pretende apresentar algumas reflexões sobre a problemática construção das personalidades de Ana Cristina Cesar e Sylvia Plath através de suas produções literárias. Nesse sentido, o suicídio como característica central das investigações biográficas de Sylvia Plath e Ana C. será discutido a partir das descrições sobre os processos arquivísticos dos seus documentos pessoais e o interesse do público nesses arquivos para a construção biográfica das poetisas. A busca pelas pistas que indicassem os sinais da “morte” e “depressão” nas poesias de Ana C. e Sylvia Plath resultaram em biografias precipitadas sobre suas personalidades. Tendo em vista que o processo de construção narrativa foi permeado pelo efeito do suicídio sobre as identidades de Ana C. e Sylvia Plath, as reflexões arquivísticas sobre esses documentos contribuem para nos ajudar a responder a seguinte pergunta: as construções identitárias de Ana C. e Sylvia Plath podem ser comparáveis e entendidas a partir dos conteúdos dos seus trabalhos literários?

DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Os historiadores que pretendem se debruçar sobre os arquivos de indivíduos tem como premissa um embasamento teórico e metodológico que evita explicações “psicologizantes” ou identidades fixas sobre quem pretende-se estudar. Ainda que para as ciências Humanas, as contribuições de Bourdieu (1986) sobre “a ilusão biográfica” sejam um guia para evitar o que tradicionalmente se produz sobre os indivíduos, mais importante para o pesquisador são as informações sobre os processos pelos quais documentos passaram até a disponibilização para acesso à pesquisa. Nesse sentido, uma pergunta investigativa – bem como a construção de sua resposta – não deve desconsiderar as transformações que ocorreram com o material disponibilizado.

O processo que envolve a chegada dos documentos para o arquivo, a interferência da família nesse material, a organização feita pelo arquivista, o acesso ao público e suas possibilidades de interpretação sobre esse material nos revela que “o corpo do trabalho do escritor é mais do que um depósito em uma biblioteca ou coleção. Ele também é moldado pelas transações sociais que cercam a publicação, edição, disseminação e recepção da imagem e do trabalho de um autor” (HELLE, 2005 p. 633). O que os críticos literários, e o que eu pretendo apontar nesse artigo, é que as narrativas sobre a morte de Ana C. e Sylvia Plath, além de ofuscarem a real contribuição literária das poetisas, fixaram a identidade das autoras ao evento que pôs fim às suas vidas: o suicídio. Nesse sentido, se para Ana C. a mídia jornalística postulou

esse estigma, para Sylvia Plath foram os biógrafos os principais responsáveis – estigma este que já se inicia com a intencionalidade de terceiros na própria organização dos arquivos.

A autora Anita Helle (2005) lançou um questionamento semelhante em um artigo em que apresenta como funcionam, na prática do arquivista, os princípios teóricos de organização dos documentos de escritores. Segundo a autora, os documentos de um escritor são pensados a partir do “cruzamento contínuo de cadáver e corpus”(HELLE, *Op. Cit.*, p. 633) onde “o corpo do escritor e o corpo da escrita” são o mesmo, de forma que “um arquivo literário funciona tradicionalmente como uma garantia de que um corpo de trabalho pertence ao self do autor, in propria persona (em seu próprio corpo)” (*Idem*, p. 633). Em contrapartida à essas premissas, consideradas como uma ideologia romântica da Arquivologia, na prática “o arquivista não reconstrói e representa simplesmente o arquivo de um escritor: ele o modela de uma maneira comparável à de um editor, arrumando o texto, suavizando as bordas ásperas e perfurando-o em locais”.(DOUGLAS; MACNEIL, p.32, 2009). Nesse sentido, utilizando das contribuições teórico-metodológicas da Arquivologia o presente artigo pretende apontar como as construções identitárias das autoras se originam desde o arquivo até a manifestação na mídia.

RESULTADOS

Os resultados dessa pesquisa apontam para uma discussão ainda em andamento sobre como a relação privada e profissional das escritoras foi acriticamente construída. Acredito que existe pouca profundidade teórica para identificar na poesia das poetisas sua contribuição para a tradição literária. A utilização dos elementos pessoais das autoras na tentativa de compreensão dos motivos que as levaram ao suicídio mostra não somente um voyeurismo sobre a vida privada das autoras, mas também um interesse misógino de identificar a “genialidade” profissional literária das poetisas através de elementos da vida pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluo reforçando que meu objetivo nesse artigo é exercitar o pensamento sobre a maneira com que as narrativas das escritoras Ana C. e Sylvia Plath são construídas (um processo de construção identitária/arquivística que pode, inclusive, ser extrapolado para outras escritoras). Diferentemente de escritores que, ainda em vida, atingem certo nível de reconhecimento literário e que previamente organizam seus documentos para um futuro depósito em instituições, no caso das poetisas aqui citadas o processo foi condicionado pelo interesse público. Embora possamos pensar que o material que ambas deixaram são parte das seleções sobre si que elas gostariam de representar, o movimento desse material para um público além da própria família não foi algo pensando pelas poetisas em vida, em especial durante o período que antecedeu o suicídio. Sendo assim, o que foi dito sobre as poetisas não representa suas ditas “reais” intenções. A construção biográfica e arquivística de Ana Cristina Cesar e Sylvia Plath diz mais sobre como as pessoas pretendem solidificar a identidade das poetisas do que quem elas “realmente foram” algum dia. Acredito que os pesquisadores/leitores que pretendem descobrir “Quem foi Ana C.?” ou “Quem foi Sylvia Plath” não irão achar nada sobre suas personalidades, e talvez precisem se perguntar, de maneira mais frutífera, “Quem fala por elas, e por que?”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. v. 62-63, jun., p. 69-72, 1986.
- HELLE, A. Lessons from the Archive: Sylvia Plath and the Politics of Memory. **Feminist Studies**, v. 31, n. 3, p. 631 – 652, 2005.

DOUGLAS, J; MACNEIL, H. Arranging the Self: Literary and Archival Perspectives on Writers' Archives. **Archivaria**, n. 67, p. 25 – 39, 2009.

“LA COMPAÑERA ISABEL”: A MISSÃO POLÍTICA DE MARÍA ESTELA MARTÍNEZ NA ARGENTINA DURANTE O EXÍLIO DE PERÓN

NÁDIA COELHO KENDZERSKI¹

¹Universidade Federal de Pelotas – nadiacoelho@globomail.com

Resumo: Este trabalho visa discutir o papel de María Estela Martínez enquanto emissária de Juan Domingo Perón em seus primeiros passos na política nos anos de 1965 e 1966 durante o exílio do líder. O objetivo de sua missão era restabelecer a verticalidade da condução do Movimento Peronista até então controlada pelo metalúrgico Augusto Vandor. Como resultado parcial é possível perceber que a viagem de María Estela não conseguiu unificar o peronismo dividido, mas contribuiu para o enfraquecimento daqueles que estavam em enfrentamento com Perón. Sua conquista foi promover o diálogo com personalidades mais importantes do meio sindical e fazer com que seu alvo principal, Augusto Vandor, sofresse algumas derrotas no campo eleitoral.

Palavras-chave: Peronismo, Política, Argentina.

INTRODUÇÃO

A Argentina foi o primeiro país do continente americano a ser governado por uma mulher. A ex-bailarina María Estela Martínez, também conhecida por seu nome artístico Isabel, foi a terceira esposa¹ do presidente Juan Domingo Perón eleito, em 1973, para o terceiro mandato. Após a morte de Perón, em 1974, Isabel assumiu a presidência, garantindo assim o cumprimento da constituição, pois era vice de seu marido. Entretanto, enfrentou uma realidade adversa ao tentar conduzir um país traumatizado após a morte de seu líder, sendo deposta por um golpe militar em março de 1976. (SÁENZ QUESADA, 2003).

Logo após o triunfo da *Revolución Libertadora*, em setembro de 1955, Perón exilou-se no Paraguai e depois no Panamá, onde no mesmo ano, conheceu a bailarina Isabel. A jovem de vinte e seis anos largou a carreira e o acompanhou durante o exílio no Panamá, Venezuela, República Dominicana e Espanha. Primeiramente Isabel era uma espécie de secretária e desempenhava atividades domésticas. Logo os dois começaram um romance e casaram-se em novembro de 1961, em Madri. Perón demonstrou sua obstinação em não deixar lugar para uma nova geração de líderes e utilizou uma tática para reafirmar sua autoridade que foi bastante efetiva durante seu exílio: decidiu usar a herdeira de seu sobrenome, sua esposa Isabel, para seguir seus passos. (PAGE, 2014).

Perón preocupou-se, então, em transformar Isabel em sua discípula política, a qual teve tempo suficiente aprender algumas regras do jogo político. (BELLORRA, 2007). Muitos sindicalistas, militantes e políticos iam visitar Perón em Madri e, aos poucos, Isabel passou a participar das reuniões. Perón enxergou nela a possibilidade de retomar sua liderança na Argentina, a qual estava ameaçada pelo sindicalista Augusto Vandor que almejava chegar ao poder e pregava um “peronismo sem Perón”, isto é, o Movimento poderia sobreviver sem a presença do líder exilado no país e, para isso, ele se colocaria como o condutor dos peronistas.

A MENSAGEIRA DE PERÓN

A primeira missão política recebida por Isabel foi a viagem ao Paraguai em maio de 1965. Ao chegar em Asunción a esposa de Perón foi recepcionada por vários argentinos que foram até o Paraguai, sobretudo sindicalistas fieis a Perón. (SÁENZ QUESADA, 2016). Isabel portava uma mensagem pessoal de Perón ao ditador Alfredo Stroessner. Sobre o conteúdo não se sabe seu teor, mas Perón certamente confiava em Isabel e que sua mensagem estaria

¹Perón casou-se pela primeira vez em 1929 com Aurélia Tizón. Ficou viúvo em 1938 e voltou a casar-se em 1945 com Eva Duarte, figura destacada durante seus dois primeiros governos. Evita, como era chamada pelo povo faleceu em 1952, aos 33 anos vítima de um câncer, assim como Aurélia.

protegida com ela. Em uma carta enviada ao general Arnaldo Sosa Molina, pouco antes de Isabel empreender sua jornada política mais importante até então, Perón afirmou que

Ella tiene el tino necesario para obrar bien y está preparada convenientemente para enfrentar estas situaciones con la paciencia y el acierto que se necesita, de manera que hay que dejarla accionar y darle todo el apoyo posible desde las bases. (BELLOTTA, 2007, p.200).

No Paraguai Isabel conversou com os dirigentes e pediu que organizassem atos públicos a fim de reunir os peronistas. Durante sua estadia no país, concedeu entrevistas à imprensa argentina e declarou a revista *Primera Plana*, de 18 de maio de 1965, que “não se metia em política”. Outras publicações também se ocuparam em destacar seu modo luxuoso ao se vestir, fazer elogios as suas pernas torneadas de bailarina e classifica-la como

Menuda, casi un manojo de nervios, algo baja de estatura, elegante (pero quizá demasiado espectacular): Isabel Martínez de Perón agrupa las palabras y las lanza rápida, desordenadamente, con un acento español que oculta de alguna manera su origen riojano. Tiene 32 años: cuando habla parece distante, dura, incomunicada (*Confirmado*, 21/05/1965, p.10).

Uma correção: Isabel, na ocasião, contava com dois anos a mais, ou seja, estava com trinta e quatro e não trinta e dois. A questão da idade foi sempre um ponto bastante enfatizado que aparece em quase todas as primeiras matérias publicadas sobre a nova esposa de Perón. Era uma maneira de marcar a grande diferença de idade entre o casal, pois Perón já alcançava os setenta. Enquanto alguns veículos da imprensa argentina davam destaque para temas considerados banais (roupas, modo de se portar, aparência), a brasileira considerava que os peronistas viam na viagem de Isabel ao Paraguai um plano para o retorno do líder.²

Após a passagem pelo Paraguai, Isabel viajou à Argentina na primeira metade de outubro de 1965 e não passou despercebida. Com sua chegada ao país voltaram os enfrentamentos de setores peronistas e antiperonistas. A primeira reunião de Isabel após sua chegada foi com o metalúrgico Augusto Vandor e seu assessor econômico, Antonio Cafiero. O objetivo de Isabel era justamente restabelecer a verticalidade da condução local até então controlada pelo metalúrgico e secretário da *62 Organizaciones*.

A “outra Evita”, como alguns veículos da imprensa a intitularam, hospedou-se no *Alvear Palace Hotel*, no aristocrático bairro da *Recoleta*. Houve protesto nas ruas e, durante sua estadia, ouviu toda ordem de insultos cantados pelos antiperonistas, tais como, “*que Isabel se vaya al Bajo / a seguir con su trabajo*”.³ Ao mesmo tempo em que alguns simpatizantes se referiam a ela como uma nova “*jefa espiritual del justicialismo*”. (HALPERÍN, 2009). Porém, a permanência de Isabel no luxuoso hotel terminou quando o *Comandos Civiles*, grupo armado católico de direita e oposto a Perón, escondeu armas, bombas molotov em um bar próximo e organizaram uma “*marcha por la libertad*”. Nessa ocasião, o grupo teve enfrentamento com a guarda juvenil peronista e o gerente do hotel lhe intimou a partir.

Foi durante sua viagem à Argentina que Isabel conheceu o polêmico José López Rega, quem a acompanharia de volta a Madri e se tornaria figura inseparável até 1975. Essa primeira etapa da visita de Isabel teve o apoio financeiro de sindicalistas, assim como o fornecimento de carros e seguranças para que pudesse realizar sua jornada pelas províncias. Além de Córdoba, visitou as províncias de San Luis, Mendoza, Santa Fe, La Pampa, San Juan, La Rioja, Tucumán, Salta e Catamarca. Durante sua viagem pelo interior do país, ocupou-se de várias atividades e

²*Jornal do Brasil*, 14 de maio 1965, p.8.

³Aludindo a seu possível passado de prostituta quando era dançarina.

[...] visitó delegaciones gremiales, bautizó niños, saludó a obispos, pidió decenas de minutos de silencio en memoria de Evita, y habló en actos callejeros a cualquier hora de la noche. Siempre estaba dispuesta para asumir el rol de oradora. (LARRAQUY, 2007, p.157).

Quando chegou a província de Santa Fe escreveu eufórica a Perón em 21 de novembro de 1965 contando que em Rosário, em um só dia, recebeu mais de oito mil pessoas e que o fato de ter apertado muitas mãos lhe gerou “um calinho no dedo mindinho”. Em um dos trechos da carta diz “el día que llegues sólo podrás andar en helicóptero; yo, que no soy nadie ni nada, tengo que levantar del suelo a las mujeres que quieren besarme los pies...”.⁴ Percebe-se que, salvo exagero, parecia que Isabel realmente, entre os peronistas, estava sendo tratada quase como Eva Perón.

Sáenz Quesada (2016) cita que uma matéria da revista *Así*, de 16 de dezembro de 1965, são exaltados os dotes de oradora da esposa de Perón e que se revelara uma emissária política. Enquanto Isabel fazia sua viagem pelo interior do país, da Espanha em janeiro de 1966, Perón convenceu José Alonso, dirigente da *Asociación Obrera Textil*, a se opor a condução de Vandor e, para isso, escreveu-lhe uma carta pedindo para que sua esposa assumisse a direção política do Movimento na Argentina. Foi então que Alonso criou uma nova agrupação sindical sob o nome de “62 Organizaciones de pie junto a Perón” enfrentando Vandor abertamente. Dessa forma, houve então uma divisão no grupo peronista: os vandoristas, que naquele momento eram maioria, e os verticalistas que apoiavam Isabel.

A esposa do líder tinha por missão controlar o chefe metalúrgico e estabelecer o contato direto com a base popular e com o comando provincial. Para alguns autores a chegada de Isabel na cena política acirrou tal divisão. O surgimento de várias fissuras dentro do peronismo irá refletir no futuro da condução do Movimento e se acirrar após a morte de Perón em 1974. Um exemplo de que essa cisão já estava em curso foi durante as eleições para governador nas províncias de Mendoza e Jujuy, na qual houve dois candidatos peronistas, um com o apoio de Vandor e outro apoiado pela “*Mensajera de Perón*”. O candidato isabelino superou o vandorista em Mendoza e, José Humberto Martiarena, candidato de Vandor triunfou em Jujuy. Dessa forma, a disputa entre Perón e Vandor terminava empatada.

Isabel voltou outras vezes à Argentina antes de seu regresso definitivo com o general Perón em junho de 1973. Em 7 de dezembro de 1971, desembarcou mais uma vez no Aeroporto de Ezeiza e, dessa vez, acompanhada de López Rega e Victoria Lorente, sua secretária privada. Essa nova missão, que foi de dezembro de 1971 a março de 1972, era diferente da recebida em 1965 e a situação política também havia mudado. Isabel viajou para participar do *Congreso de Mujeres Justicialistas* e também para a divulgação e lançamento da revista *Las Bases*, dirigida por López Rega. A viagem deixou Perón satisfeito, pois ressaltou em Isabel suas “qualidades de mulher” e era um feito que antecipava o retorno do líder. (HALPERÍN, 2009). A viagem de Isabel era, portanto, outra estratégia astuta de Perón. Sua presença, mais uma vez, serviria para reforçar o verticalismo do líder e evidenciar sua posição dentro do peronismo. A mulher de Perón visitou várias organizações peronistas e repetiu os pronunciamentos de seu marido sobre as virtudes de unidade. (PAGE, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procurei demonstrar como foram os primeiros passos de María Estela Martínez, a Isabel, na política argentina em um conturbado período em que o peronismo

⁴Matéria da Infobae de Claudia Peiró publicada em 25 de junho de 2017. “Exclusivo: las cartas privadas inéditas de Isabel a Perón durante una misión en Argentina.” Disponível em <https://www.infobae.com/politica/2017/06/25/exclusivo-las-cartas-privadas-ineditas-de-isabel-a-peron-durante-una-mision-en-argentina/> acesso em 28 de novembro de 2018.

estava proscrito no país e seu líder, exilado. Certamente a experiência de sua viagem ao Paraguai e sua jornada pelo interior da Argentina entre os anos de 1965 e 1966 foi uma oportunidade para mostrar suas habilidades como oradora e articuladora fazendo com que seu esposo a visse, provavelmente, como alguém que poderia suceder-lo após seu desaparecimento físico.

Logicamente, como é possível perceber, a viagem de Isabel não conseguiu unificar o peronismo dividido, mas contribuiu para o enfraquecimento daqueles que estavam em enfrentamento com Perón. Sua conquista foi promover o diálogo com os dirigentes mais importantes do meio sindical e fazer com que seu alvo principal, Augusto Vandor, sofresse algumas derrotas no campo eleitoral. A princípio de 1966 a presença de Isabel no país confirmava a vigência de Perón como condutor do Movimento e colocava Vandor em uma situação complicada. O fato de ter confrontado as bases e provocado protestos de setores antiperonistas, a certificou como uma figura política capaz de atrair atenção de várias camadas da sociedade. Perón, a seu modo, soube prepara-la para atuar em uma posição de liderança e revelou-se como uma peça importante para frear as aspirações daqueles que achavam que era possível um “peronismo sem Perón”.

REFERÊNCIAS

BELLOTTA, Araceli. **Las mujeres de Perón**. Buenos Aires: Booket, 2007.

HALPERÍN, Jorge. **Las muchachas peronistas. Eva, Isabel y Cristina. ¿Por qué desatan odio las mujeres en el poder?** Buenos Aires: Aguilar, 2009.

LARRAQUY, Marcelo. **López Rega. El Peronismo y la Triple A**. Buenos Aires: Punto de Lectura, 2007.

PAGE, Joseph A., **Perón. Una biografía**. Buenos Aires: Sudamericana, 2014.

ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SÁENZ QUESADA, María. **Isabel Perón. La Argentina em los años de María Estela Martínez**. Buenos Aires: Planeta, 2003.

_____. **La primera presidente. Isabel Perón. Una mujer en la tormenta**. Buenos Aires: Sudamericana, 2016. Revista: **Confirmado** (1965) (Arg) - Disponível em https://catalogo.bn.gov.ar/F/?func=direct&doc_number=001181046&local_base=GENER Acesso em 25 Abr 2019.



IMAGENS, TRAJETÓRIAS E PODER

Apoio:



UFPEL



CEHUS

Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Artes e Linguagem | UFPEL



casalettras.com/academico



9 786589 475101

ISBN 978-65-89475-10-1